

Nos textos aqui coligidos, encontramos personagens, acontecimentos e eventos do passado que colaboraram para compreender os caminhos da construção do Pernambuco do presente. Os encontros e desencontros entre esses diferentes tempos históricos fazem eco e afetam os diálogos e dissensos que marcam os dias de hoje. A originalidade dos textos do livro *"Pernambuco na mira do golpe"* justifica a leitura da obra. Contudo, é preciso ressaltar também a importância dos objetos e os temas das pesquisas. No presente os estudos sobre a ditadura militar brasileira, mais do que um "resgate do passado", são fundamentais para pensar o contexto autoritário do brasileiro contemporâneo.

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo



Pernambuco na mira do golpe



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Pernambuco na mira do golpe

Volume 1

Educação, arte-cultura e religião

Organizadores:

Marcília Gama da Silva

Thiago Nunes Soares



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Historicus - 23

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.)

Pernambuco na mira do golpe, volume 1: educação, arte-cultura e religião [recurso eletrônico] / Marcília Gama da Silva; Thiago Nunes Soares (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

553 p.

ISBN - 978-65-5917-059-3

DOI - 10.22350/9786559170593

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Pernambuco; 3. Golpe; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título; II. Série.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio.....	11
----------------------	-----------

Pedro Ernesto Fagundes

Eixo Educação

1.....	27
---------------	-----------

Do anúncio à renúncia: os labirintos do poder no reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife /UR (1959-1964)

Edelson de Albuquerque Silva Junior

Evson Malaquias de Moraes Santos

2.....	57
---------------	-----------

Mordaza e vigilância nos tempos de chumbo

Evson Malaquias de Moraes Santos

Neide Carolina A. Piornedo

Priscylla Karollyne Gomes Dias

Vinicius Borges de Medeiros

3.....	82
---------------	-----------

UFPE: repressão, expansão e modernização (1959-1974)

Thiago Nunes Soares

4.....	115
---------------	------------

Vestes talares, gandolas e *blue jeans*: o Conselho Universitário e o movimento estudantil conservador nos anos de ditadura militar no Brasil - o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 - 1975)

Dimas Brasileiro Veras

5.....	136
---------------	------------

A utilização da comunicação clandestina como resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

Fabiola Alves de Lucena

6..... 165
Entre brechas e vagas noturnas: memórias de educadoras em Recife nos anos ditatoriais de 1964 a 1977
André Gustavo Ferreira da Silva
Cassiana Maria de Farias
Thalita Grazielly da Silva

7..... 193
Verdades opacas ou memória protetora? O Mobral e sua (auto)biografia
Bianca Nogueira da Silva Souza

Eixo Arte-Cultura

8 217
Memórias de Artistas Plásticos, suas obras e o Golpe Civil Militar em Pernambuco: uma arte bem orientada
Joana D'Arc de Sousa Lima

9..... 249
Literatura como arma política: crônica jornalística como estratégia de combate à “ameaça comunista”
Erinaldo Cavalcanti

10 278
Chegam os fiscais, silêncio no pátio: perseguição e estratégias de escritas nos folhetos de cordel 1964-1985
Geovanni Gomes Cabral

11..... 309
Uma “feira de mangaios”: o Recife fotografado no tempo dos generais, 1960-1980
Rita de Cássia Barbosa de Araújo

12 345
Entre conciliação e acomodação: ditadura militar e a política cultural em Pernambuco entre 1975-1979
Rosely Tavares

13 368
A infiltração como instrumento de controle: o combate às atividades artístico-culturais estudantis na UFPE (1974-1979)
Thiago Nunes Soares

14	388
“É tempo de construir!”: o projeto do Estádio Presidente Médici e a conclusão do Arruda	
Rodrigo Carrapatoso de Lima	

15	409
“A pátria nasceu aqui”: imbricamentos entre a pernambucanidade e a ditadura civil-militar em torno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1964-1987)	
Leandro Patrício da Silva	

Eixo Religião

16	439
Repercussões de 1964 na formação de sacerdotes e outras lideranças católicas: os casos do Seminário Regional do Nordeste e do Instituto de Teologia do Recife	
Newton Darwin de Andrade Cabral	

17	462
Os protestantes em Pernambuco e o alinhamento ao Golpe Militar de 1964	
Paulo Julião da Silva	
José Roberto de Souza	

18	490
Amigo ou inimigo? Dom Hélder Pessoa Câmara e os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1966)	
Márcio André Martins de Moraes	

19	511
O Movimento de Ação Católica Rural e os trabalhadores cristãos	
Pedro Henrique Pachêco da Silva	

20.....	531
O Movimento Hare Krishna em Pernambuco (1973-1984)	
Leon Adan Gutierrez de Carvalho	

Prefácio

*Pedro Ernesto Fagundes*¹

Tenho a satisfação de prefaciar essa importante obra sobre a história de Pernambuco. A publicação tem dois aspectos que gostaria de destacar. Primeiro, sua pesquisa de caráter regional. Uma das maiores riquezas da sociedade brasileira é a sua diversidade regional. Nesse cenário, a Região Nordeste foi protagonista, desde os primeiros séculos da colonização, de uma série de episódios ímpares. Esse livro discute eventos decisivos da história recente do estado. Seu objetivo é entender mais profundamente alguns momentos que marcaram as últimas décadas do Brasil e de Pernambuco.

Nos últimos anos uma das maiores mudanças em relação a produção bibliográfica sobre a época da ditadura militar foi a profusão de obras de caráter regional. Assim, desde a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, foram publicados trabalhos que analisam aspectos do período autoritário nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O segundo aspecto de relevância da obra é sua originalidade. O presente livro reuniu um grupo de novos pesquisadores – sob a coordenação de Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares – que exploraram, igualmente, um conjunto de novas fontes documentais. Tal encontro resultou numa publicação que traz à tona novas interpretações, críticas e leituras sobre o passado recente pernambucano.

Nos textos aqui coligidos, encontramos personagens, acontecimentos e eventos do passado que colaboraram para compreender os caminhos da construção do Pernambuco do presente. Os encontros e desencontros

¹ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo

entre esses diferentes tempos históricos fazem eco e afetam os diálogos e dissensos que marcam os dias de hoje. Para melhor apresentar os episódios o livro foi dividido em três eixos temáticos: Educação, Arte- Cultura e Religião.

Nesse sentido, a parte inicial do eixo Educação apresenta uma série de artigos sobre as controvérsias que marcaram o mundo acadêmico e intelectual pernambucano no decorrer das décadas que marcaram a ditadura militar. As disputas políticas em torno da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) dominam esse seguimento inicial.

Como é possível conferir no texto que abre a coletânea. Assinado por Edelson de Albuquerque Silva Junior e Evson Malaquias de Moraes Santos, que analisam as polêmicas pós-1964, que marcaram a gestão do reitor João Alfredo na UFPE. Os autores apresentam os desencontros entre a administração de João Alfredo e o governo militar e seus apoiadores em Pernambuco. Fato que culminou na renúncia do reitor.

A UFPE também é o tema do texto de Evson Malaquias de Moraes Santos, Neide Carolina A. Piornedo, Priscylla Karollyne Gomes Dias e Vinicius Borges de Medeiros. A partir de pesquisa documental nos arquivos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE) os autores apresentam como docentes e discentes foram alvos da vigilância da polícia política. Tal procedimento, segundo os documentos analisados, teve início na década de 1940, durante a ditadura do Estado Novo. Contudo, a polarização política pós-golpe gerou um adensamento da vigilância contra a comunidade acadêmica

Os autores encontraram documentos de diversos órgãos da Comunidade de Informação, entre eles: Ministério do Exército, Ministério da Guerra, Ministério da Aeronáutica, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Educação, Serviço Nacional de Informação (Agência Central/ Agência de Recife, Agência Rio de Janeiro) e Secretaria de Segurança Pública/PE.

A escalada repressiva contra a UFPE foi analisada pelo historiador Thiago Nunes Soares. Em seu texto o autor afirma que as disputas políticas

se concentraram em dois polos. Figuras políticas como Miguel Arraes e seus adversários – à esquerda – e, em especial, o escritor Gilberto Freyre e jovem líder estudantil Marco Maciel – futuro governador e vice-presidente da República – no espectro da direita. Esses dois grupos materializaram o quadro político polarizado da chamada Guerra Fria no cenário pernambucano.

O ápice dessa polarização aconteceu nos momentos pós-1964, contexto marcado por disputas e conflitos entre grupos políticos antagônicos. Resultando na perseguição de figuras ligadas as esquerdas. Nesse ambiente polarizado, são enfatizados os descaminhos que marcaram a trajetória do educador Paulo Freire. Segundo o autor, o ambiente de perseguições culminou com a abertura de inquérito administrativo para investigar discentes e docentes da UFPE suspeitos de “subversão”. Thiago Nunes Soares identifica que a partir de 1968 houve um adensamento na repressão contra os opositores. São marcas dessa época o chamado AI-5 e o Decreto nº 477.

Considerando todas as ambiguidades da ditadura militar a grande inovação do texto foi apresentar as ações do governo militar, simultaneamente à onda repressiva, quando se procurou modernizar a universidade. São marcas dessa época a ampliação do campus, o aumento de matrículas e a criação de novos cursos. Dessa forma, empregando a noção de acomodação e conciliação do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o jovem historiador Thiago Nunes Soares revela as contradições que marcaram esse momento na UFPE.

Um dos grandes méritos do texto de Dimas Brasileiro Veras é apresentar uma temática pouco explorada sobre a história do movimento estudantil brasileiro: a participação de grupos das direitas nas mobilizações pró-golpe e governos militares. Em seu trabalho o historiador explora a atuação desse seguimento nas “batalhas políticas” travadas no Conselho Universitário da UPFE pós-1964.

Mesmo num cenário autoritário, materializado no afastamento de professores e na prisão de estudantes, surgiram diversas vozes em defesa

do regime militar. O autor destaca inúmeros exemplos de episódios repressivos, entre 1964 e 1975, tais como: fechamento de entidades e cassação de mandatos de dirigentes estudantis; impedimento de atuação política de estudantes considerados “comunistas”; demissão e afastamento de funcionários e interferência em eleições de centros acadêmicos. Interessante observar como o passado recente guarda semelhanças com a atualidade. Por exemplo, os grupos estudantis ditos “conservadores” se autodenominavam de “democratas”.

O quadro político carregado dos tempos da ditadura forçou a criação de uma série de mecanismos de comunicação clandestinos entre os opositores dos militares. Esse é o objeto de pesquisa de Fabíola Alves de Lucena. Através do acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) a autora recuperou parte da trajetória, principalmente, dos militantes estudantis pernambucanos.

Concentrados em torno da Faculdade de Direito de Recife e no curso de Engenharia da Universidade do Recife (atual UFPE), os estudantes construíram – mesmo antes de 1964 – uma rede de contatos que incluía estudantes secundaristas do tradicional Colégio Estadual de Pernambuco (CEP) e diferentes lideranças universitárias. Na época as informações clandestinas circulavam em formato impresso. Seus canais de expressão eram os jornais, as pichações e também os pequenos panfletos chamados “mosquitos”. Esses últimos eram distribuídos nas ruas e no trânsito de Recife.

Em vista do clima autoritário do país o conteúdo dos impressos era considerado “subversivo” pelas autoridades. Em consequência a autora destaca que essas formas clandestinas de comunicação despertaram a atenção dos órgãos de repressão. Em Pernambuco esses impressos foram confiscados e serviram para justificar investigações, principalmente, do setor de Informação do Exército.

O texto intitulado “Entre brechas e vagas noturnas: memórias de educadoras em Recife nos anos ditatórias de 1964 a 1977” analisa como a ditadura militar influenciou a memória de três educadoras. Na sua elaboração os três autores utilizaram a metodologia da história oral para

recuperar as lembranças de um trio de profissionais da educação que vivenciaram parte de sua formação e vida profissional durante a ditadura.

No texto verificamos que, em diferentes níveis de intensidade, as trajetórias das entrevistadas foram afetadas pelas mudanças político-educacionais do país. Entretanto, os autores destacam que a percepção das entrevistadas sofreu uma sensível mudança: da indiferença ou apoio nos primeiros momentos depois da chegada dos militares ao poder, em 1964. Em seguida, o cotidiano silencioso foi marcado pelo “medo” e “desconfiança” em relação aos rumos do Brasil pós-1968.

Esse quadro teve impactos profundos na vida profissional e particular das entrevistadas, sobretudo, para as professoras da área de ciências sociais. Essas informações ratificam uma realidade que marcou o cotidiano dos profissionais da educação: os professores, sobretudo da área de ciências humanas, foram um dos setores mais vigiados durante a ditadura militar.

A Educação foi uma preocupação permanente do governo militar. Nesse sentido, um dos mais ambiciosos projetos nessa área foi o chamado Movimento de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL). Esse é o tema do texto de Bianca Nogueira da Silva Souza que realizou uma discussão sobre os objetivos e projetos dos militares no setor educacional brasileiro pós-1964.

Oficialmente, o MOBRAL foi criado em 1967, segundo a autora, o projeto estava ligado ao Departamento Nacional de Educação do MEC. Seu objetivo principal era “atuar na [orientação] financeira e técnica para promover a educação funcional de jovens e adultos no país”. Ainda de acordo com Bianca Nogueira da Silva Souza, curiosamente, o projeto guardava semelhanças com as iniciativas do governo João Goulart (1961-1964).

Contudo, apesar das expectativas ufanistas dos militares, na prática o MOBRAL teve resultados muito abaixo do propagandeado. A autora pontua que a dificuldade aos dados oficiais do projeto, desde sempre, foi um dos maiores obstáculos para a pesquisa sobre a temática. Inclusive, essa situação de “sigilo oficial” motivou investigações sobre a utilização dos recursos públicos destinados para o MOBRAL.

Bianca Nogueira da Silva Souza encerra seu texto analisando os “res-significados” sobre as metas reais alcançadas pelas iniciativas do MOBREAL. No decorrer da década de 1980 os desmandos dos responsáveis pelo projeto colaboraram para construção de uma memória negativa sobre o MOBREAL na educação brasileira.

O segundo eixo da coletânea apresenta textos sobre aspectos das manifestações artísticas e culturais de Pernambuco. O texto que inaugura a sessão é de Joana D'Arc de Sousa Lima, que analisa um conjunto de iniciativas, desde a década de 1940, que marcaram o cenário cultural pernambucano.

Inicialmente, a autora destacou como o contexto político polarizado reverberou no ambiente cultural da época. São resgatadas as iniciativas de movimentos como o Centro Popular de Cultural da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) e do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP) como marcos na formação e difusão de estilos artísticos.

Com base em um amplo acervo documental (depoimentos, impressos, jornais, folders e catálogos dos eventos ocorridos) são analisadas tanto iniciativas coletivas – como do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife – quanto à trajetória de figuras como Abelardo da Hora e Ypiranga Filho. As disputas políticas entre as décadas de 1960 e 1970 é o pano de fundo das disputas político-artísticas entre, principalmente, Paulo Freire e Vicente do Rego Monteiro.

As visões antagônicas sobre os rumos de Pernambuco e do Brasil é a temática principal do texto “Literatura como arma política: crônica jornalística como estratégia de combate à ‘ameaça comunista’”, de autoria de Erinaldo Cavalcanti. O crescimento dos movimentos populares, sobretudo, durante o governo de Miguel Arraes (1963-1964) serviu para elevar a temperatura política estadual.

Contudo, desde a década de 1950, os arquivos do DOPS/PE registram episódios de perseguição contra os classificados como “subversivos”. Em sintonia com a Guerra Fria, diversos setores da imprensa pernambucana iniciaram uma intensa campanha anticomunista contra os movimentos de

trabalhadores rurais, especialmente, das chamadas Ligas Camponesas. O autor utilizou crônicas do jornal *O Monitor*, da cidade de Garanhuns, como fonte principal para analisar essas disputas.

O anticomunismo, como enfatiza o autor, foi o argumento que sustenta a maioria das crônicas do periódico como “arma para conter o perigo comunista”. As disputas eleitorais, mesmo em nível municipal, refletiam o clima de polarização típico das grandes cidades. A aliança contra os “vermelhos” agregou representantes da imprensa, das lideranças políticas tradicionais e setores da Igreja Católica.

O autor sublinha que os jornais eram utilizados como canais de divulgação de grupos de oposição aos movimentos populares, sobretudo, aos setores próximos de Miguel Arraes. Essa situação justificava as perseguições contra os adversários da “lei e da ordem”. Ou seja, sindicalistas, estudantes, grevistas e integrantes das Ligas Camponesas.

A literatura de cordel, um dos maiores símbolos da cultura nordestina, foi o objeto de pesquisa de Geovanni Gomes Cabral. Historicamente esse tipo de impresso sempre foi utilizado como um canal de entretenimento e informação das populações – urbana e rural – da região. Em consequência, sua ampla circulação e identificação com os chamados “sertanejos” sempre despertou a atenção de setores de segurança pública.

A partir das memórias e registros escritos de diversos cantores (como são conhecidos os autores da literatura de cordel) o pesquisador apresenta um panorama do cotidiano em torno da Praça Dom Vital, no Recife. Local que concentrava esses artistas na capital pernambucana. O título do texto – “Chegam os fiscais, silêncio no pátio” – é uma referência as mudanças que ocorrem no dia-a-dia do cordel durante a ditadura militar.

Como destaca o autor, desde os primeiros momentos da ditadura, o teor da fiscalização recaiu sobre os aspectos que atentavam contra a “moral e bons costumes”. Mesmo assim, a censura não foi capaz de impedir a circulação desses impressos que figuravam entre os mais procurados.

Outro dado importante foi verificar como, diante da repressão, alguns cantores de cordel optaram por publicar cordéis com temas positivos

para o governo militar. Por exemplo, em o “Valor da revolução”, o poeta Zacarias da Costa resolveu homenagear as Forças Armadas. Nesse jogo de acomodações, na mesma época, outros cordéis que tratavam de valores como a “família” e os “bons costumes” também circularam.

O amplo acervo fotográfico de Wilson Carneiro da Cunha foi analisado no texto de Rita de Cássia Barbosa de Araújo. As imagens produzidas pelo fotógrafo, principalmente, entre 1964 e 1985, apresentam aspectos pouco explorados da cidade do Recife: os espaços marginais e seus habitantes anônimos.

O olhar sensível de Wilson Carneiro da Cunha permitiu o registro de personagens e lugares que fogem da tradicional imagem da cidade dos cartões postais. Seus protagonistas são deficientes físicos, pessoas em situação de rua, crianças desamparadas, enfim, um conjunto de “pessoas comuns”.

A autora pondera que essas figuras contrastam com a “imagem oficial” de uma metrópole marcada por obras voltadas para a modernização urbana. O fotógrafo capturou imagens do cotidiano dos excluídos, das feiras populares e das pessoas nas palafitas. Habitantes que circulam, quase invisíveis, as margens dos rios poluídos.

Rita de Cássia Barbosa de Araújo indica que essas “imagens desconcertantes” evidenciam que existem vários “Recifes”: um moderno e outro subdesenvolvido. Assim, o acervo de Wilson Carneiro da Cunha captou e documentou essa cidade em transformação.

As atas do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco (CEC) foram a principal fonte da pesquisa de Rosely Tavares. Os debates e disputas, 1975 e 1979, entre os conselheiros do órgão foram analisados para compreender as propostas de cultura em disputa durante a ditadura militar.

Como afirma a autora, esses documentos registraram tensões e acomodações entre diferentes grupos que gravitam na área cultural pernambucana. Assim, é possível coligir as “visões de mundo e ideais de curto ou longo prazo para cultura em âmbito nacional de maneira geral e, em Pernambuco de modo particular”.

Destaque para a figura de Gilberto Freyre como um elemento central na vida intelectual de Pernambuco. Freyre, como notório defensor dos militares, exerceu grande influência nos rumos da cultura nacional e regional. Desde 1964, o governo militar procurou promover uma leitura ufanista e nacionalista do Brasil. Nesse particular a obra de Freyre foi utilizada pelos teóricos do governo militar para sustentar a noção de “democracia racial” no Brasil. Ou seja, um país criado a partir da “convivência pacífica entre todas as raças.”

Nesse contexto, a cultura foi uma ferramenta fundamental para a construção de um discurso unificador sobre a nação. Segundo a autora, o papel da cultura era referendar essa visão harmoniosa em relação à construção da história do país. Ou seja, o Brasil nasceu da união entre o europeu, o índio e o africano. No âmbito estadual coube aos intelectuais próximos a Gilberto Freyre defender essa perspectiva autoritária. Esse discurso tinha como base a ideia que o Estado autoritário deveria ser o “guardião” das manifestações culturais e folclóricas.

A visão autoritária sobre o patrimônio cultural foi analisada no trabalho intitulado “A pátria nasceu aqui”: imbricamentos entre a pernambucanidade e a ditadura civil-militar em torno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1964-1987). Para produzir o texto Leandro Patrício da Silva mergulhou em diversas fontes para recuperar os debates que marcaram a criação PHNG - Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Segundo o autor, a criação do espaço representou uma “aliança entre segmentos dessa elite conservadora local e setores do Exército, então à frente do governo federal”. Diversas instituições artísticas e culturais pernambucanas participaram das discussões que culminaram com a assinatura, em 19 de abril de 1971, do decreto nº 68.527 pelo presidente Emilio Garrastazu Médiçi.

Assim, na visão do autor, o culto cívico a Batalha de Guararapes serviu para institucionalizar a expressão *pernambucanidade*. Termo criado por Gilberto Freyre para definir a visão conservadora sobre o passado

harmoniosa da formação histórico e cultural de Pernambuco. Adaptada à realidade brasileira autoritária da década de 1970, essa exaltação pretendia destacar a importância do Exército Brasileiro como instrumento formador da nacionalidade. Essa leitura positiva sobre o passado foi consagrada com o surgimento do Parque Histórico Nacional de Guararapes.

Durante a ditadura militar o futebol também foi apropriado pelos militares como forma de difundir a noção de nacionalidade. Embaladas pelo sucesso da conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira na Copa do Mundo do México, em 1970, os militares pretendiam utilizar a “paixão nacional” como um canal de propaganda política. Inclusive, aproveitando a ambiente de euforia para patrocinar a construção de gigantescos estádios de futebol.

Nesse sentido, os percalços que marcaram a trajetória do futebol de Pernambuco na década de 1970 é o tema de investigação de Rodrigo Carapatoso de Lima. No texto, o autor apresenta a tratativas dos dirigentes do Sport Club do Recife e do Santa Cruz Futebol Clube em torno dos projetos de construção de novos e amplos estádios de futebol.

A acomodação e aproximação com os militares foi uma estratégia em comum entre ambas as agremiações esportivas. O autor cita a presença de militares das Forças Armadas na diretoria dos clubes e até o “batismo” do novo estádio do Sport como artifício para atrair o apoio do governo militar aos projetos das equipes.

O combate dos órgãos da Comunidade de Informação contra as atividades artístico-culturais na UFPE é o tema de outro texto de Thiago Nunes Soares. Mesmo durante os anos do Governo de Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, o monitoramento das iniciativas estudantis foi uma das principais tarefas dos agentes da repressão.

A censura fazia parte dos eventos estudantis que envolviam música, dança, festivais de música e atividades de literatura. Por exemplo, em 1976, como afirma o autor “um agente policial assistiu e analisou os discursos da peça teatral *“Diário de um Louco”*, de autoria de Nicholay Gogol e interpretada por Acyr Castro”.

O último tópico da coletânea reúne textos sobre as manifestações Religiosas em Pernambuco durante a ditadura. Nesse seguimento uma figura política concentrou as atenções dos agentes da Comunidade de Informação: Dom Helder Câmara. Assim, a trajetória do sacerdote é o tema do trabalho de Newton Darwin de Andrade Cabral. No texto são apresentados aspectos da formação e da trajetória de Dom Helder.

Obviamente, a ênfase é sobre a atuação ambígua do sacerdote durante a ditadura. Todas as contradições do religioso são apresentadas: do apoio declarado ao golpe de 1964. Até a transformação de Dom Helder, no contexto pós-golpe, numa das mais importantes vozes da oposição aos militares dentro da Igreja Católica.

Nessa trajetória dois espaços – físico e de formação – são destacados pelo autor, como lugares de apoio nas transformações que marcaram o posicionamento de Dom Helder Câmara: o Instituto de Teologia do Recife (ITER) e o Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II). Por esse motivo, ambos foram acompanhados pelos órgãos de repressão.

A atuação de Dom Helder em oposição aos militares fez dele, um dos líderes religiosos mais vigiados durante a ditadura. Esse é o objeto de pesquisa de outro texto do tópico. Esse trabalho é intitulado “Amigo ou inimigo? Dom Hélder Pessoa Câmara e os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1966)”.

Segundo Márcio André Martins de Moraes, a mudança de postura de Dom Helder ocorreu entre 1964 e 1967. A partir de então os analistas do setor de inteligência do Exército ampliaram a produção de documentos sobre o sacerdote recém “convertido” à causa da oposição.

Os desencontros entre Dom Helder e os militares motivaram a produção de informes que acompanhavam todos os passos do bispo. Como, por exemplo, quando o chefe da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife não compareceu a algumas cerimônias de caráter cívico-religiosas nas dependências das Forças Armadas. Para os militares, essa nova postura indicava que Dom Helder, de antigo militante integralista, havia se transformado num “perigoso agitador de esquerda”.

A mudança de postura do chamado “setor progressista” da Igreja Católica foi algo que alterou a rotina da sociedade. Esse é o mote do texto “O Movimento de Ação Católica Rural e os trabalhadores cristãos” de Pedro Henrique Pacheco da Silva. O autor apresenta como a aproximação de Dom Helder com movimentos como a Ação Católica Rural (ACR), a Pastoral Rural e a Comissão de Justiça e Paz – no contexto pós-golpe – passou a interessar aos setores de informação dos militares.

A ACR foi oficialmente criada em 1965 como uma ferramenta para agregar os trabalhadores rurais à igreja, sobretudo, a partir da atuação em sindicatos rurais. Na visão do autor, a experiência com outras organizações leigas, como a Juventude Rural Católica (JRC), foi importante para a formação da ACR.

As relações entre o governo militar e os grupos religiosos evangélicos também foram abordadas na coletânea. Dessa forma, os “protestantes” são o tema do trabalho da dupla Paulo Julião da Silva e José Roberto de Souza. O título do texto é sugestivo: “Os protestantes em Pernambuco e o alinhamento ao Golpe Militar de 1964”. São citadas atividades desse grupo nos momentos anteriores ao golpe. Como por exemplo, nas “Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade”. Movimento organizado por grupos conservadores com objetivo de desestabilizar o presidente João Goulart.

No cenário pós-1964 essas relações foram estreitadas, principalmente, por conta da afinidade entre os discursos anticomunista dos protestantes e dos militares. A oposição aos países do bloco soviético – China, Cuba e URSS – foi outro elemento em comum que alimentou o anticomunismo dos protestantes em Pernambuco.

Através da pesquisa em periódicos, os autores afirmam que os protestantes pernambucanos, sobretudo batistas e presbiterianos, procuraram se aproximar e exaltar as ações dos governos militares como forma de garantir apoio econômico e político. Os autores citam como exemplo dessa aproximação, casos registrados nas matérias de dois jornais: *Jornal Batista* e o *Jornal Brasil Presbiteriano*. Ambos os periódicos apresentavam, rotineiramente, matérias pró-governos militares.

O último texto da coletânea apresenta uma interessante pesquisa sobre a presença de integrantes do movimento Hare Krishna em Pernambuco. Em seu texto, Leon Adan Gutierrez de Carvalho, analisou as possíveis interações com a sociedade pernambucana, no período compreendido entre 1973 e 1984, com os primeiros integrantes desse grupo. O autor, analisando textos jornalísticos da época, afirma que em 1978 foi fundada uma comunidade rural da comunidade na cidade de Caruaru.

A originalidade dos textos do livro “Pernambuco na mira do golpe” justifica a leitura da obra. Contudo, é preciso ressaltar também a importância dos objetos e os temas das pesquisas. No presente os estudos sobre a ditadura militar brasileira, mais do que um “resgate do passado”, são fundamentais para pensar o contexto autoritário do brasileiro contemporâneo.

Setembro de 2020.

Eixo Educação

Do anúncio à renúncia: os labirintos do poder no reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife /UR (1959-1964)

*Edelson de Albuquerque Silva Junior*¹

*Evson Malaquias de Moraes Santos*²

Introdução

Este trabalho objetiva apresentar um estudo sobre o reitorado de João Alfredo da Costa Lima (1959-1964) na então Universidade do Recife – UR, atual UFPE, a partir de uma perspectiva institucional. Para isso, adentramos nos subterrâneos da instituição UR e trazemos à superfície elementos que possam endossar a percepção da Universidade enquanto território de disputas. Em certos aspectos, esses elementos ultrapassam o seu ambiente interno e suplantam os limites da geografia universitária.

De início, fazemos uma breve apreciação do reitorado de João Alfredo, considerando seu modelo de gestão associado a um discurso

¹ Mestre em Educação pela UFPE (2012); doutor em Educação pela UFPB (2019); membro do grupo de pesquisa Gestão Pública Educacional, Imaginário e Cultura (UFPE); integrante do Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas - NEAfi/UFPE; autor de “O Reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR: Patrimonialismo Populista e Modernização Científica (Ed. UFPE, 2017); coautor de “Cajá está sendo torturado e você vai à aula?” (Ed.UFPE, no prelo). E-mail: edelsonjrpe@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3565515265577516>

² Professor do DAEPE/Centro de Educação da UFPE. Coordenador desta pesquisa. O autor tem pesquisado sobre a ditadura civil-militar de 64 nos últimos anos. Lançou em 2018, pela EDUFPE, o e-book “Sentidos, investimentos e afetos de O Globo acerca do assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975”, de acesso gratuito, e, no prelo, “Cajá está sendo torturado e você vai à aula?” (EDUFPE). E-mail: evson@uol.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1383902112654010>

“modernizante-democratizante”³ e que se aproxima das realidades da “região” e do “povo”, demonstrando, por outro lado, que o reitorado de João Alfredo representou o que Gadiel Perruci definiu como “Interregno Populista”, (PERRUCCI, 1986, p. 513)⁴.

Em seguida, desenvolvemos uma análise a respeito de personagens internos e “externos” à UR, os quais, durante o reitorado de João Alfredo, conquistaram evidências a partir de suas críticas à gestão e ao posicionamento político do reitor, seja a partir de suas arenas de decisão, como o Conselho Universitário⁵, com o professor Antônio Figueira⁶, seja pelos posicionamentos enunciados com periodicidade em jornais impressos da época, como o Diário de Pernambuco, com o sociólogo Gilberto Freyre.

Para tanto, como fontes analíticas, utilizamos os discursos do Reitor João Alfredo, reunidos em 1964 pela Imprensa Universitária, o Decreto-Lei nº 9.388, de 20/06/1946 (cria a Universidade do Recife e dá outras providências), o Decreto nº 21.904, de 8/10/1946 (Estatuto da UR), os documentos administrativos da UR (Portarias), as entrevistas com integrantes da gestão universitária, as edições do jornal Diário de Pernambuco (1959-1964) e as atas do Conselho Universitário no período do reitorado de João Alfredo. Dentre estas, priorizamos as que registraram conflitos, totalizando 41 exemplares desse Colegiado.

Ao utilizarmos os documentos e depoimentos da própria instituição, acreditamos na representatividade e no rigor primário dessas fontes, as quais revelam uma UR que, em certos aspectos, pode ser percebida também enquanto fração instituinte, que se esquia dos cristais das narrativas institucionais. Nesse sentido, para Bardin (1977, p. 45), “a análise

³ Expressão da pesquisadora Vera Canuto (1987 *apud* SILVA JUNIOR, 2012, p. 27). Em certa medida, aproxima-se da leitura de Dimas Veras (2010) sobre esse reitorado. Conferir: Sociabilidades Letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964).

⁴ PERRUCCI, Gadiel. **Um projeto oligárquico-liberal de universidade** (notas para uma história da UFPE). Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=3167&date=currentDate>. Acesso em 8 jun. 2020;

⁵ Colegiado presidido pelo Reitor, responsável por “exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade” (Universidade do Recife, Decreto-Lei nº 9.388, de 20/06/1946, p. 8).

⁶ Representante da Faculdade de Medicina no Conselho Universitário.

documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de transformação”.

Com isso, pretendemos interpretar a instituição através de sua própria alocação, sua dinâmica memorial, seus espelhos e reflexos. Desse modo, poderemos compreender a instituição fundada na sua própria maneira de “pensar”, de se reconhecer, o que facilita identificar aquilo que permitiu expor e o que decidiu omitir institucionalmente. Para Mary Douglas (1998, p. 79-81 *apud* SANTOS, 2011, p. 28-29), nesse processo de “amnésia estrutural”, as instituições definem que “certas coisas precisam ser esquecidas”.

Portanto, nessa encruzilhada institucional, os caminhos se encontram na medida em que a própria UR é produtora e reflexo da construção das relações de poder que se estabelecem e se recriam, seja nos colegiados de decisão ou nos corredores, ou, ainda, nos impressos e jornais. Esse dinamismo pode conduzir, inclusive, a um processo de conservação ou de interrupção de um reitorado.

A opção pelo jornal Diário de Pernambuco foi pelo fato desse veículo impresso oferecer espaço permanente a Gilberto Freyre, que destilava denúncias sobre a gestão do reitor João Alfredo. Após essas denúncias, o reitor também teve espaço para se pronunciar. Nesse período, junto aos artigos de Freyre também circulavam matérias sem assinatura específica, mas que traziam um teor denunciante. No próprio jornal, Gilberto Freyre recebeu o epíteto de “articulista”.

Com o falecimento do reitor Joaquim Amazonas (1959), ao considerar o Decreto nº 21.904, de 8/10/1946, o vice-reitor, João Alfredo da G. da Costa Lima, legalmente⁷ assumiria a Reitoria. Por outro lado, o que poderia ser entendido como um rito “natural” na UR, o encaminhamento de João Alfredo ao cargo de Reitor foi interrompido quando o próprio defendeu e conduziu a formação da lista tríplice para ser enviada à Presidência da República.

⁷ Embora não houvesse consenso. Fonte: NOS Estatutos da UR, compete ao vice-reitor assumir Reitoria nos casos de vaga ou impedimento. Diário de Pernambuco. Recife, 11 jun 1959, p.07;

Esse gesto de João Alfredo repercutiu na UR e na imprensa, ao considerar o Art. 16, parágrafo 1º do Decreto-Lei nº 9.388⁸, de 20/6/1946. Tal fato motivou matéria⁹ no Diário de Pernambuco no dia 11/6/1959, a qual fez referência ao Art. 14, parágrafo 1º, do Decreto nº 21.904, de 8/10/1946, que define: “cabe ao Vice-Presidente do Conselho Universitário substituir, na plenitude das funções, o Reitor da Universidade, em casos de vaga ou impedimento”¹⁰.

A supracitada matéria acrescentou: “não obstante às normas estatutárias – e em face mesmo da controvérsia de opiniões, - existem quatro fortes candidatos ao cargo: os professôres Antônio Figueira, (...) João Alfredo, Newton Maia e Soriano Neto”. Esse elenco docente revelou “opiniões divergentes, pois alguns professôres acham que terá de ser feita eleição da lista tríplice para ser submetida ao Presidente da República”. Durante entrevista ao Diário de Pernambuco do dia 26/6/1959, após ser nomeado reitor, João Alfredo justificou sua posição pela formação da lista tríplice por ser uma “demonstração de que sòmente ficaria no cargo através do desejo da maioria dos diretores de escolas e representantes das congregações da Universidade”.

Nesse mesmo dia (26/6/1959, p. 2), o mesmo jornal comentou a repercussão política que ocorreu com a nomeação do reitor João Alfredo. De acordo com o jornal, essa nomeação

foi recebida como uma grande surpresa, pois não se acreditava que a escolha do reitor ocorresse tão depressa, três dias depois da remessa da lista tríplice e na data dedicada a São João. Alguns pessedistas disseram à nossa reportagem que o presidente da República, com o seu sentimento religioso, quis homenagear o prof. João Alfredo, sem esperar pelos pedidos dos políticos. Outros

⁸ “O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professôres catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário”.

⁹ “Nos Estatutos da UR: compete ao Vice-Reitor assumir Reitoria nos casos de vaga ou impedimento” (p. 7).

¹⁰ Decreto nº 21.904, de 8/10/1946, Art. 14, parágrafo 1º, p. 24.

lembravam que o sr. Antônio Neves¹¹, presidente da Assembléia, fora ao Rio exatamente para não dar tempo a que se trabalhasse contra o vice-reitor¹².

Apesar de também compor uma oligarquia acadêmica, conforme afirma Gadiel Perruci (1986), inclusive já presente na dinâmica das instâncias de poder da instituição desde 1948, ou seja, dois anos após a sua fundação, João Alfredo assumiu um discurso defendido por Vera Canuto (1987) como “Modernizante-Democratizante”. Contudo, para Perruci, foi um reflexo do momento nacional, uma vez que “a UR não teria outro caminho, em face das condições objetivas criadas, senão o de iniciar um amplo programa de reforma e de adaptação aos novos tempos, inclusive por efeito da LDB, de 1961”¹³.

O reitorado de João Alfredo envolveu polêmicas como a greve estudantil de 1961; a reforma do Estatuto e do Regimento, tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases – LDB; a denominação do Campus Joaquim Amazonas; a nomeação de Marco Antônio Maciel¹⁴ como representante do DCE entre 1960 e 1962; a criação de Centros de Estudos e de Institutos de Pesquisa; a criação do Serviço de Extensão Cultural – SEC/UR, o qual foi confiado ao Professor Paulo Freire.

Instituído por meio de Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 1962, o SEC não foi uma decisão aprovada no Conselho Universitário. Foi uma decisão política e de gestão de João Alfredo. Sua composição envolvia a Rádio Universidade do Recife, a Revista Estudos Universitários e os Boletins do SEC (total de 6). Dentre os objetivos desses meios de comunicação, um deles era “promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao

¹¹ Maria Antônia Mac Dowell, em entrevista a Santos (2012, p. 233), afirma que: “João Alfredo tinha um genro, Antonio Neves, deputado federal, se bem me lembro pelo PTB, com muito prestígio, força política, em Brasília. Na sua gestão, Antonio Neves foi seu “braço político” em Brasília, muito operante, trazendo verbas, etc.” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 122).

¹² ASSISTÊNCIA às Escolas e Institutos e construção da Cidade Universitária. Diário de Pernambuco. Recife, 26 jun 1959, p.2;

¹³ Conferir Silva Junior (2012).

¹⁴ Dep. Fed – PE 1971-1979; Gov. de PE – 1979-1982; Sen. PE 1983-1985; 1987-1994; Min. da Educação e Cultura – 1985-1986; Min. Chefe – 1986-1987; Vice-Presidente da República – 1995-2003; Sen. PE-2003-2011. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>. Acesso em: 1 jun. 2020.

povo, através de meios de divulgação a seu alcance”, além de “estruturar-se administrativamente de acôrdo com o que for determinado no Regimento Interno da Reitoria”¹⁵.

Essa breve contextualização está inserida numa compreensão de gestão já representada em seu discurso de posse, realizada no dia 30 de junho de 1959, quando manifestou que “a Universidade deve aproximar-se do povo para que possa ser bem compreendida e prestigiada (...)”. Essa narrativa pode ter abastecido o furor, a organização e a força das oposições.

O Reitorado de João Alfredo e as oposições internas e “externas”

Obviamente, uma instituição não “vive” apenas de conflitos. Há também os momentos harmoniosos, porém, sabemos que essas situações de embate podem se tornar cotidianas na medida em que envolvem fatores latentes tanto nos domínios da própria instituição quanto em ambientes onde não se tem necessariamente o cacife, nem a bandeira de uma representação institucional.

O professor João Alfredo assumiu o cargo de reitor após o falecimento de um personagem-símbolo da UR, Joaquim Amazonas, que conduziu a instituição por 12 anos e que carregou o escudo vitalício de fundador da instituição. Durante o seu reitorado, Joaquim Amazonas recebeu reconhecimentos por parte de personagens internos e “externos” à UR. Esses personagens integravam estruturas de poder e de reconhecimento na sociedade intelectualizada. Dentre eles, podemos citar João Alfredo e Gilberto Freyre.

João Alfredo fez menção ao reitor ao situá-lo como “um visionário que tem sabido transformar sonhos em realidade, senhor de uma vida plenamente vivida e por isto aplaudida pelo juízo dos homens (...)”. A seguir, destacou que Joaquim Amazonas tinha a “capacidade de atualizar-se ao impacto das inovações aparecidas com a evolução precipitada dos fenômenos modernos” (SANTOS; SILVA, 2009, p. 23-27).

¹⁵ Boletim nº 1 do SEC, março-abril de 1962.

Gilberto Freyre não moderou afagos ao primeiro reitor quando, ao fazer menção à fundação da UR, anunciou que “ninguém, porém, é mais merecedor do que ele da gratidão recifense e do reconhecimento brasileiro”, e que “seu esforço é um exemplo”, sobretudo “numa época de alarmante desprestígio pernambucano junto aos poderes federais, ele consegue abrir uma exceção para a Universidade, cujas obras nunca pararam por falta de verbas” (SANTOS; SILVA, 2009, p. 26-27).

Embora o reitorado de Joaquim Amazonas não represente o notório símbolo da coesão e equilíbrio de forças numa gestão universitária, haja vista as disputas desde a sua fundação¹⁶, durante o reitorado de João Alfredo, esse aspecto se elevou pelas disputas e oposições que passaram a ocorrer tanto dentro quanto “fora” da instituição. Nesse sentido, enquanto personagem interno, o professor Antonio Figueira, por exemplo, conquistou uma relevância ao conduzir suas práticas de colisão à gestão do reitorado de João Alfredo. Podemos pontuar essa oposição que se origina com a organização e decisão da lista tríplice ao cargo de reitor, em 1959. Com o tempo, tal lista assumiu o caráter de uma crítica quase constante, sobretudo no campo administrativo.

De junho de 1959 a maio de 1962, Antônio Figueira fez oposição ao reitorado de João Alfredo. Recebeu destaque nas 14 das 41 atas analisadas, iniciando já na primeira, datada de 20 de junho de 1959, ou seja, quando João Alfredo ainda exercia a condição de reitor em exercício. Entre esses conteúdos, podemos citar aspectos como a escolha do reitor após lista tríplice, moção de aplauso e representação contra o reitor perante o Conselho Universitário, Ministério da Educação e Presidente da República, em razão da maneira como vem sendo conduzida a UR no que condiz à nomeação do quadro pessoal¹⁷.

Na ata do Conselho Universitário do dia 5 de maio de 1961, o professor Antônio Figueira foi o único a votar contrário à moção de aplauso ao

¹⁶ Conferir: “O Reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário”, de autoria de Evson Santos e Talita Silva (2009).

¹⁷ Ata do Conselho Universitário do dia 30/12/1960, páginas 56, 57 e 57 (verso).

reitor João Alfredo e ao presidente Jânio Quadros, tendo em vista o modo como foi conduzida a questão da manutenção do quadro de pessoal da Universidade. Esse voto representou significações associadas ao processo de decisão da Presidência da República, que culminou com a nomeação de João Alfredo.

Esse fato pode ter conduzido o professor Antônio Figueira a se posicionar como opositor ao reitorado de João Alfredo. Em reunião do Conselho Universitário no dia 20 de junho de 1959, ocorreu a formação da lista tríplice para ser enviada ao governo federal. Na votação, Antonio Figueira obteve doze votos; Soriano Neto¹⁸, dez; e João Alfredo, doze. Mesmo conquistando a primeira posição da lista, Antônio Figueira não foi nomeado reitor.

Durante a greve estudantil de 1961, por exemplo, com a ocupação da Faculdade de Direito do Recife (FDR), o professor Antônio Figueira questionou o reitor João Alfredo pelo fato da reunião do Conselho Universitário ter sido convocada para o dia 19 de junho, uma vez que o movimento de reivindicação estudantil já se concentrava na FDR desde o dia 31 de maio daquele ano, conquistando proporções que extrapolavam os domínios da UR. A atuação opositora de Antônio Figueira teve fim no dia 21 de fevereiro de 1963, quando o então diretor da Faculdade de Medicina foi substituído no Conselho Universitário pelo professor Romero Marques.

No campo “externo” e talvez extremo, podemos afirmar que a oposição se constituiu sistematicamente por um viés diferente, o político-ideológico. Quem despejava elogios ao reitorado de Joaquim Amazonas passou a destilar ataques ao reitorado de João Alfredo. Gilberto Freyre¹⁹ assumiu esse pacto, sobretudo com a instauração do golpe civil-militar de 1964. A UR se encontrou no centro do redemoinho político, tendo, inclusive, os jornais como instrumentos periódicos de publicização da ação de Gilberto Freyre e da tímida reação de João Alfredo.

¹⁸ Ocupou o cargo de Vice-Reitor da UR; de Diretor da Faculdade de Direito do Recife (conferir SILVA JUNIOR, 2017).

¹⁹ Durante entrevista ao professor Silva Junior (2011), a senhora Leticia Barbosa, afilhada de Marta Roesler (uma das filhas de João Alfredo), afirma que: “Às vezes ele trazia livros de Gilberto Freyre. Lembro que ele colocava em cima da estante, onde ele dormia, os livros de Gilberto Freyre e de outros escritores” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 127).

De acordo com Cavalcanti (1978 *apud* SILVA JUNIOR, 2012, p. 78), Gilberto Freyre estava entre as cinco pessoas que discursaram na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, nove dias após o Golpe. Intitulado “Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas”, esse discurso “foi publicizado no jornal Diário de Pernambuco, em edição do dia 10.04.1964” (CAVALCANTI, 1978 *apud* SILVA JUNIOR, 2012, p. 78). Durante esse discurso na Praça da Independência, centro do Recife, Gilberto Freyre ressaltou

a presença de “agentes comunistas a serviço de estrangeiros, dentro das próprias universidades e de organizações federais como a SUDENE, o Instituto do Café e em organizações como a PETROBRÁS;”, assinalando na conclusão que há “fé em Deus e confiança no Brasil” como elementos de unificação dos povos e defesa do País. (DISCURSO, 1964 *apud* SILVA JUNIOR, 2012, p. 79).

Mesmo com a deflagração do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, o reitor João Alfredo não foi deposto sumariamente. Esse seria um desejo de Gilberto Freyre e o que pode ter certamente gerado uma série de denúncias de sua parte, considerando um reitor que era “incompatível com uma nova fase da vida brasileira, de corajosas reformas, de estilo de Governo e de normas e de administração, além de representar uma negação da justiça revolucionária” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 26). Freyre prosseguiu:

A revolução de 31 de março, para ser fiel a si mesma, está obrigada a afastar de comandos importantes os responsáveis por uns tantos extremos nos últimos anos do Governo deposto, nefasto precisamente pelo que nele se vinha requintando, ora como conivência, ora como complacência com a infiltração comunista no Brasil. (SANTOS *et al.*, 2010, p. 26).

As referidas menções revelam o grau de inconformidade de Freyre com a permanência do reitor João Alfredo, o que, em certa medida, também pode ter resvalado para uma quase que exclusiva personificação desse embate. Por outro lado, de acordo com Cortez (2008, p. 14), o que pode ter inflamado esse posicionamento de Gilberto Freyre ao reitorado de João

Alfredo foi o “questionamento das ideias centrais de sua obra ‘Casa Grande & Senzala’ por parte de articulistas da Revista Estudos Universitários²⁰”. Para Cortez (2008, p. 14), a exposição desses questionamentos culminou no encerramento dessa revista.

João Alfredo e Gilberto Freyre: embates nas páginas de jornais

No período de março a junho de 1964, circularam 3 matérias e 5 artigos, totalizando 8 textos no jornal Diário de Pernambuco, compostos por denúncias ao reitor João Alfredo. Os cinco artigos (03/05/1964; 10/05/1964; 17/05/1964; 07/06/1964; e 11/06/1964) foram assinados por Gilberto Freyre. Por duas vezes (05/05/1964 e 10/06/1964), João Alfredo utilizou da mesma ferramenta para responder às denúncias. Após três dias (13/06/1964), o reitor anunciou a sua renúncia. No dia anterior, João Alfredo comunicou ao Conselho Universitário o seu afastamento.

Esse embate entre Gilberto Freyre e João Alfredo, estampados na imprensa escrita, proporcionou uma dinâmica quase que coordenada de denúncia e resposta. Em seu primeiro artigo (03/05/1964), intitulado “Avivando a memória de um médico”, que ocupou quase meia página de jornal, Gilberto Freyre baseou-se em uma leitura após duas reuniões com o reitor João Alfredo. Seu texto teve início com denúncias de infiltrações do que chama de “Comunistas e para-Comunistas” na Universidade, com justificativas ao longo de todo o texto. Em seguida, fez referência à fração de estudantes que apoiou o “Movimento de 31 de março” e que, para Freyre, representou a “altiva defesa dos brios da Universidade a que perentecem”.

Gilberto Freyre relatou sobre o desejo de “ministrar um curso de História e Antropologia Sociais, no Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife”, porém exigiu condições para isso, inclusive no que tange à nomeação do diretor desse Instituto. Freyre impôs e defendeu

²⁰ Integrante do Serviço de Extensão Cultural – SEC/UR (1962-1964). Criação do Reitorado de João Alfredo.

o nome do historiador José Antônio Gonsalves de Melo, o qual se contraporia como opção ao

candidato de facção, a meu ver, suspeita por sua ideologia, além de pessoa ainda inidônea para responsabilidade científica tão alta, que descobri em tempo estar para ser nomeado pelo Reitor para funções tão elevadas, por pressão de pequeno grupo faccioso da Universidade articulado com um grupo de tendências nitidamente Comunistas ou para-Comunistas²¹

Determinados trechos do texto receberam um tom notoriamente agressivo, porém, ao finalizar, o autor tentou suavizar os efeitos do conteúdo do artigo ao afastar o reitor temporariamente do centro de sua ofensiva, alterando os modos de tratamento, chamando-o desde “o então poderoso como Reitor da Universidade do Recife” a “distinto facultativo”. Freyre apontou “assessores²² locais que maliciosamente o envolveram durante o seu Reitorado, ou de ministros, que parecem ter abusado de sua condição de subordinado, talvez ingênuos de homens tão maus”.

Mais adiante, Freyre continuou sua trilha de denúncias. Desta vez, o alvo passou a ser o professor Aderbal Jurema²³. No momento em que explanou sua preocupação diante do atraso de João Alfredo em atender à sua exigência na definição da diretoria do ICH/UR, Gilberto Freyre acoplou essa situação às interferências do professor Aderbal Jurema, o qual foi definido como “Deputado” e “considerado inidôneo e faccioso”, uma vez que também se envolveu em articulações mais amplas.

Gilberto Freyre enfatizou sua pressão tanto no sentido de acusar “infiltrações Comunistas”, fazendo referências à Rádio Universitária (interna) e à Sudene (externa), quanto na disputa pela diretoria do ICH/UR, que, conforme Souto Maior (*apud* SILVA JUNIOR, 2012, p. 35),

²¹ FREYRE, Gilberto. **Avivando a memória de um médico**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 3 de maio de 1964.

²² Em reunião do Conselho Universitário, em 28 de junho de 1961, o professor Paulo Freire foi apresentado ao colegiado como representante da Reitoria da UR. Na época também foi definido como assessor do reitor João Alfredo (SILVA JUNIOR, 2012, p. 157).

²³ Professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, que também atuou como secretário de Educação e Cultura do Estado, assim como membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (Federais) (SILVA JUNIOR, 2012, p. 92).

institucionalizado na UR em 1963, teve como seu primeiro coordenador o professor Paulo Rosas²⁴. A todo custo exigiu a nomeação do professor José Antônio Gonsalves de Melo, o que definitivamente ocorreu,

mas já numa nova fase de vida brasileira: post 31 de março de 1964. Vários meses após aquele meu encontro com o distinto médico João Alfredo da Costa Lima – então poderoso Reitor da Universidade do Recife – em que se firmara uma combinação de tão retardado cumprimento²⁵.

E concluiu ao afirmar que

mesmo quando anti-brasileiros nos seus desmandos, êsses ministros, o Reitor João Alfredo da Costa Lima não achou jeito de desobedecê-los: de desobedecer a tais príncipes para melhor servir o principado. E pena. E grave: “excessivamente grave”²⁶.

Esse trecho, que não destoa do conteúdo geral do artigo de Freyre, corrobora uma leitura de submissão do reitor às decisões que Freyre definiu como: “anti-brasileiros”; “inidôneos”; “facciosos”; “Comunistas”; “para-Comunistas”. Essas definições correspondem a uma busca evidente e constante de desqualificar os grupos de apoio ao reitor, assim como de situá-los como inimigos da “nova” ordem político-ideológica no país.

Dois dias após a circulação desse texto de Gilberto Freyre, João Alfredo reagiu através da imprensa com o artigo intitulado “Reitor defende-se de sua atuação na UR”, editado em duas colunas e em uma página. De acordo com João Alfredo, causou bastante estranheza o pronunciamento de Gilberto Freyre a respeito da Reitoria, já que no dia 13 de abril eles se reuniram em seu gabinete por um considerável tempo.

João Alfredo confirmou que Gilberto Freyre realmente demonstrou o desejo em ministrar o referido curso, além “do interêsse de ver os

²⁴ Integrante do Movimento de Cultura Popular – MCP, próximo a Paulo Freire e ao reitor João Alfredo.

²⁵ Texto de Gilberto Freyre na edição no Diário de Pernambuco do dia 3 de maio de 1964.

²⁶ Grifo do autor.

trabalhos do curso publicados pela Universidade do Recife”. Contudo, confessou não ter entendido

a relação estabelecida pelo articulista, entre o Instituto de Ciências do Homem, onde pronunciou uma conferência no dia de sua implantação e a divisão de recursos humanos da SUDENE, uma vez que o ilustra sociólogo sempre fez parte de seu Conselho, como representante do Ministério da Educação²⁷.

Para João Alfredo, nenhum setor da UR recebeu qualquer tipo de crítica em relação às suas atividades ou às nomeações das diretorias desses setores. Nesse momento, fez exclusiva menção ao Serviço de Extensão Cultural²⁸ ao ressaltar que o mesmo trabalhou

inicialmente de acordo com orientação estabelecida pela Reitoria. Posteriormente, após convênio assinado com o Ministério da Educação, que lhe proporcionou amplos recursos financeiros, passou a adotar, em relação a vários programas, orientação educativa do Ministério, de acordo com as determinações do então presidente da República, através da Comissão de Cultura Popular²⁹.

Em seu discurso, João Alfredo destacou, inclusive, que mesmo após o golpe³⁰ civil-militar, o SEC recebeu recurso do Ministério da Educação em despacho do ministro Flávio Lacerda, no dia 30 de abril. Tal recebimento, para o reitor, “demonstra a confiança de s. excia. na administração desta Universidade”.

O ideal de garantia da ordem, harmonia e equilíbrio entre os pares da UR compôs o imaginário da instituição (CASTORIADIS, 1995) no primeiro reitorado e contribuiu para a amortização e ocultação de conflitos. Essa pulsão imaginária também passou a ser utilizada por João Alfredo nesse momento, quando percebeu a pressão das forças acopladas “à nova ordem”. Ele advertiu que:

²⁷ REITOR defende-se de críticas à sua atuação na UR. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de maio de 1964, p. 3.

²⁸ Citado por Gilberto Freyre ao fazer referência à Rádio Universitária, no artigo do dia 3 de maio de 1964;

²⁹ REITOR defende-se de críticas à sua atuação na UR. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de maio de 1964, p. 3.

³⁰ Nesse artigo, o reitor definiu como “revolução” e “movimento revolucionário”.

com relação ao apoio público aos ideais da revolução, entendo ser muito mais útil à mesma o trabalho desenvolvido pela Reitoria e pelos diretores no sentido de preservar a ordem e a tranquilidade em tôda a área de ação da Universidade do Recife, após a eclosão do movimento revolucionário³¹.

Ao concluir, o reitor assegurou que a atuação da Universidade estava reconhecida pelo Comando do IV Exército. Essa segurança apontada por João Alfredo foi realçada quando:

a Universidade do Recife continua o seu destino de trabalho, ensinando e pesquisando, não obstante a campanha com que raros inimigos pessoais e ressentidos pretendem ferir o Reitor, na qual o sociólogo Gilberto Freyre parece ter sido envolvido, por motivo que desconheço³².

Após três dias da circulação do primeiro texto de Gilberto Freyre (03/05/1964) e no dia seguinte à resposta de João Alfredo (05/05/1964), foi impresso no Diário de Pernambuco um manifesto intitulado “Estava integrado na ação subversiva”, assinado por estudantes da UR, no qual, já de início, exigiu a “renúncia imediata do Reitor João Alfredo, alegando em primeiro plano sua conivência com os comunistas contra os quais foi feita a revolução ora implantada no país”.

Há trechos no conteúdo desse manifesto em que se percebe o alvo e a justificativa dessas denúncias, como as ações do Serviço de Extensão Cultural (SEC/UR), sobre as quais Gilberto Freyre já fazia referências. A pressão se consolidava também no campo “externo” em condução ao interno por meio do segmento estudantil. Tal fato podia caracterizar um discurso comum e generalizado por parte de um grupo que se colocava em tenaz oposição ao reitor.

De acordo com o manifesto, o SEC vinha “fazendo propaganda comunista e anti-constitucional”. O texto apresentava uma generalização da classe estudantil ao utilizar o termo “os estudantes”, com o intuito de

³¹ REITOR defende-se de críticas à sua atuação na UR. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de maio de 1964, p. 3.

³² idem.

oferecer uma legitimidade consistente ao texto, circulando entre denúncia da conivência do reitor, estranhamento diante de sua permanência e “apêlo às autoridades competentes para que investiguem com brevidade as atividades da Reitoria”, diante do processo de “comunização da educação e da cultura de nosso país.”

Para esses estudantes, não se

consegue entender uma redemocratização no Brasil, sem o afastamento daqueles que tanto mal fizeram, ou ajudaram a fazer, no caso contra a autêntica democracia brasileira através do Serviço de Extensão Cultural e da Rádio Universidade do Recife, que vinham desenvolvendo oficialmente com a conivência do Reitor João Alfredo, que tudo vem fazendo para permanecer no cargo³³.

Eles exigiam a “instauração de um inquérito e ouvidos professores e alunos” e sugeriam que

as próprias declarações anteriores à revolução, de sua “Magnificência”³⁴, podem perfeitamente servir de prova da sua perfeita integração no movimento comunista que vinha se desenvolvendo dentro da Reitoria com a sua conivência e sob as suas ordens³⁵.

Essa exigência realizada pelo grupo de estudantes, respaldada pela pressão político-ideológica de Gilberto Freyre, alimentando difusões nos campos internos e “externos” à UR, foi atendida no dia 22 de abril de 1964, por meio da “Portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução, do Ato Institucional e também do Aviso 703 do Sr. Min. da Educação, dirigido a todas as Universidades”. Em face da referida Portaria, o reitor João Alfredo emitiu a Portaria nº 16, de 27 de abril de 1964, a qual definia:

O Reitor da Universidade do Recife, no uso de suas atribuições, atendendo o aviso nº 703, de 22 de abril de 1964; considerando o inciso A, do art. 1º, do ato nº 9, de 14 de abril de 1964, ambos do Comando Supremo da Revolução,

³³ ESTAVA integrado na ação subversiva. Diário de Pernambuco. Recife, 06 maio 1964, p. 4.

³⁴ Grifo do original (Jornal Diário de Pernambuco, 06 maio 1964, p. 04).

³⁵ ESTAVA integrado na ação subversiva. Diário de Pernambuco. Recife, 06 maio 1964, p. 4.

resolve: Designar os professores Evrardo da Cunha Luna, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito; Armínio de Lalor Mota, professor emérito de Faculdade de Medicina e Alberto de Cavalcante de Figueiredo, catedrático de Economia das Indústrias da Escola Superior de Química (SANTOS *et al.*, 2010, p. 81-82).

Estava instituída a “Comissão Designativa”, anunciada pelo reitor em reunião do Conselho Universitário no dia 27 de abril³⁶ de 1964. A leitura da Portaria do “Comando Supremo da Revolução”, a organização dessa Comissão e a apresentação de seus objetivos compuseram o conteúdo dessa reunião. A Comissão foi estruturada na UR com os objetivos de:

apurar as responsabilidades dos servidores, docentes e administrativos lotados em todas as unidades que integram a Universidade do Recife e na Reitoria, pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária, com amplas atribuições, a fim de proceder a todas as diligências necessárias³⁷.

Um dia após a promulgação da Portaria que instaurou a Comissão Designativa na UR, ou seja, no 28/04/1964, ocorreu a sua primeira reunião. No total foram 24 reuniões na Reitoria sob a presidência do reitor João Alfredo, secretariada pela Sra. Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos e findadas no dia 27/05/1964.

As reuniões foram realizadas quase que diariamente³⁸ e, além das presenças dos professores definidos em reunião do Conselho Universitária (Amírnio Mota, Everardo Luna e Alberto Figueiredo), também assinaram presença na reunião Nildo Carneiro Leão e o Major João Batista de Araújo. O primeiro foi integrado à Comissão enquanto assessor civil e Procurador Jurídico da UR, já o segundo foi uma indicação do Comando do IV Exército.

³⁶ Primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe civil-militar; na reunião seguinte (12/06/1964), o reitor comunicou ao Conselho o seu afastamento.

³⁷ Ata do Conselho Universitário da UR. 27 de abril de 1964.

³⁸ Essa intensidade de reuniões foi uma decisão da própria Comissão Designativa, que definiu também o horário: de 8h às 10h (SANTOS *et al.*, 2010, p. 88).

Com a leitura das 24 atas da Comissão, constatamos que o Serviço de Extensão Cultural foi apontado por Gilberto Freyre e por segmentos dos estudantes como ambiente de “propagação de ações comunizantes” na UR, tornando-se o centro das apurações³⁹. O SEC/UR foi citado direta ou indiretamente em 22 das 24 reuniões⁴⁰, tanto como referência a uma leitura sobre suas ações dissociadas do regime político em projeção, quanto como alusão aos integrantes desse Serviço, inclusive com a tomada de seus depoimentos.

Em reunião da Comissão no dia 19/05/1962, foi informado que Gilberto Freyre foi convocado para depor, porém o mesmo foi representado pelo Sr. Antônio Pimentel Filho, que “exibindo procuração por parte do Professor Gilberto Freyre, deu conhecimento que se encontra o referido professor doente, não podendo o mesmo comparecer para prestar depoimento”.

Ao seguir com a palavra, “o procurador adiantou também que o professor Gilberto nada mais tem a esclarecer ou a acrescentar além do que já foi divulgado nos seus artigos publicados nos jornais, pelo que oferecia os mesmos por eles autenticados”. A Comissão considerou a posição apresentada pelo procurador e afirmou que “os artigos seriam recebidos para instruir o processo e que ficava assim dispensado o professor Gilberto Freyre do depoimento” (SANTOS, 2020, p. 96). Os artigos dos jornais foram acrescentados aos processos.

Antes mesmo do estabelecimento dessa certa dinâmica entre “denúncias” e “respostas” entre Gilberto Freyre e João Alfredo nas folhas de jornais, no dia 25 de abril de 1964, o Diário de Pernambuco recebeu em sua redação “um grupo de estudantes da UR que manifestavam estranheza pela não intervenção na Reitoria, desde que assumiu o nôvo govêrno da

³⁹ Na 16ª reunião, ocorrida no dia 16/05/1964, anunciou-se que foi tomado o depoimento do Professor Paulo Freire, coordenador do SEC/UR. O depoimento de Freire ocorreu a partir de sugestão do Major João Batista de Araújo (SANTOS *et al.*, 2010, p. 95).

⁴⁰ A penúltima e a última reuniões tiveram o objetivo de sistematizar e apresentar todo o material reunido pela Comissão Designativa.

República”⁴¹. A recepção a esse grupo de estudantes, representados pelo “universitário Fernando Freyre”, transformou-se em matéria, cujo título foi “Universitários estranham permanência do Reitor”.

A antecipação por parte desse grupo de estudantes pode se caracterizar como uma atuação de um segmento que também estava difuso, inclusive na relação entre a base e sua representação institucional. Esse próprio grupo sugeriu que entre os investigados estivessem os estudantes e a sua instância representativa, o Diretório Central de Estudantes – DCE. Durante essa visita ao Diário de Pernambuco, Fernando Freyre, declarou que: “os estudantes de Pernambuco estranhavam a permanência do cargo do Reitor João Alfredo da Costa Lima, e, o que é pior, ser o mesmo prestigiado com convite aparentemente semi-oficioso para a posse do Presidente da República”⁴².

Fernando Freyre finalizou ao endossar que:

deixemos, através do DIARIO, um apêlo às autoridades competentes para que investiguem as atividades da Reitoria, no seu programa de comunização do Brasil. O mesmo poderia ser feito com o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, que com o apoio do Reitor João Alfredo difundia programas comunizantes e subversivos através da Rádio da Universidade. Não acreditamos que o Reitor Costa Lima estivesse alheio a todo esse movimento. Que sejam ouvidos professores e estudantes⁴³.

Em reação à resposta de João Alfredo, no dia 10/05/1964, isto é, quatro dias depois do manifesto, circulou no Diário de Pernambuco⁴⁴ o artigo assinado por Gilberto Freyre. “Mais uma vez, avivando a memória de um médico”. O artigo foi organizado em duas colunas e em uma única página, e não fez referência ao manifesto do dia 06/05/1964. Dessa vez, Freyre fez

⁴¹ UNIVERSITÁRIOS estranham permanência do Reitor. Diário de Pernambuco. Recife 25 abr. 1964, p. 3.

⁴² idem.

⁴³ ibidem.

⁴⁴ No dia seis de maio de 1964 (última página), o jornal Diário de Pernambuco anunciou que “o escrito Gilberto Freyre poderá responder hoje, na parte reservada a assuntos gerais, às declarações do Reitor João Alfredo...”. Esse anúncio foi editado com o título “Comunicação de Gilberto Freyre”, abaixo de uma matéria sobre a Sudene. A resposta circulou nesse jornal no dia 10 de maio de 1964.

menção a João Alfredo como quem foi: “há alguns anos Reitor da Universidade do Recife”, ou “facultativo”, porém “nos dois sentidos da palavra”.

Conforme Freyre, foi apresentada à Reitoria uma sugestão de realização de um curso denominado “Introdução ao Estudo da Civilização Brasileira”, o qual, segundo Freyre, foi acolhido pelo reitor “com bastante simpatia, dizendo-me de modo enfático que ia pô-la em prática, de acordo com Plano por mim (Freyre) traçado”⁴⁵. Com esse entusiasmo frente à acolhida da Reitoria, Gilberto Freyre seguiu para o exterior, convocando universitários da “Europa, dos Estados Unidos, da África, do Oriente”, o que resultou em um significativo interesse por parte de universitários e professores estrangeiros. Para Freyre, o fato de ter associado o seu nome à proposta a ser ministrada, engrandeceu o reconhecimento do curso pelo público estrangeiro.

Por outro lado, de acordo com Freyre, “a idéia, sua preparação ou organização pela Universidade não se verificou em tempo”. E acrescentou: “pareceu-me estranho, estranhíssimo até, tal fato”. Com essa situação, o curso foi adiado, “porém, sucedeu o mesmo”. E continuou:

A certa altura, o próprio elemento – aliás idôneo - designado pelo médico João Alfredo, na sua qualidade de Reitor da Universidade do Recife, para encarregar-se da correspondência relativa ao curso – tarefa que o mesmo jovem não podia, é claro, realizar desajudado e só – procurou-me para transmitir a informação de que renunciava àquelas funções deixando claro o fato, embora não o dissesse explicitamente – de não haver encontrado, por parte das autoridades universitárias empenho ou interesse em que se organizasse o mesmo curso⁴⁶.

A citação deixa evidente o processo de caracterização de Freyre que qualifica ou desqualifica determinados pares a partir da dinâmica da situação, do interesse e do desejo das circunstâncias. Além disso, trata-se de uma suposição, uma vez que não foi algo explicitado pelo jovem que Freyre

⁴⁵ Grifo nosso.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Mais uma, avivando a memória de um médico**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 10 de maio de 1964, p. 4.

definiu como “o próprio elemento”, embora “idôneo”. Nesse contexto, Freyre acusou a Reitoria da UR de fazer “sabotagem”, porém, dessa vez, não envolveu diretamente o reitor, o que não significa que redimiu a sua parcela de culpa diante de sua responsabilidade direta com as decisões na Universidade.

Ao finalizar, elogiou o público universitário a quem o curso interessou e, em paralelo, “mestres do saber, da integridade, da responsabilidade intelectual, da independência, até quixotesca de Oswaldo Gonçalves Lima⁴⁷, de um Sales George⁴⁸, de uma Maria do Carmo Miranda⁴⁹, para só citar êsses”. Para esses, “a permanência do médico Costa Lima como Reitor da Universidade, apresenta-se incompatível com uma nova fase, na vida brasileira de corajosas reformas de estilos de governo e de normas de administração”.

Embora antes não tenha sido registrada resposta na imprensa escrita por parte de João Alfredo ao artigo de Gilberto Freyre, veiculado no dia 10/05/1964, o próprio Freyre reiterou suas acusações e pôs novamente o SEC/UR no centro das denúncias. Freyre questionou a permanência do reitor diante de um contexto social e político que “se afirma de fato, e corajosamente, superiormente renovador”. Com isso, a dinâmica entre “acusações” e “defesas”, ou seja, denúncias de Gilberto Freyre e respostas de João Alfredo, sofreu uma ruptura considerável.

No artigo anterior (10/05/1964), Freyre, em certa medida, diluiu as acusações ao reitor João Alfredo centrando a responsabilidade em “assessores”, “inidôneos”, afunilando as responsabilidades das ações da UR à responsabilidade do reitor, a quem Freyre atribuiu um caráter “humanista, entre aspas”⁵⁰. Freyre o responsabilizou pelo “disfarce Comunista

⁴⁷ Para o chancelado do Conselho Universitário da UR, Professor Honoris Causa, “sem ciência básica, não pode haver realmente desenvolvimento proporcionado indispensável ao progresso nacional efetivo” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 180).

⁴⁸ Professor do curso de Engenharia (SILVA JUNIOR, 2012, p. 157).

⁴⁹ “Em 1959, Paulo Freire disputa a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes com a filósofa Maria do Carmo Tavares de Miranda (assistente do filósofo alemão Martin Heidegger, em 1955), “chamada por Gilberto Freyre pelo codinome *A filósofa de Paris* [cf. Revista Continente Multicultural – Ano VI – nº 61 – janeiro de 2006 – grifo nosso]. Freire fica em segundo lugar” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 38).

⁵⁰ Na íntegra do original.

tão usado e abusado na Rádio da Universidade do Recife, nos seus programas mais sectários; alguns de cru incitamento à luta entre classes”. E acrescentou ao nominar novamente o reitor: “Nisso de humanismo o médico João Alfredo da Costa Lima não parece ser humanista nem de um tipo – o sectário – nem de outro – o clássico”. Freyre complementou:

não há humanismo autêntico que se concilie com incitamento à luta de classes, como exaltação de “humanismo marxista”, com a propaganda sistemática de “associações de bairros” (grifos do autor) que até os ingênuos sabiam ser, no Recife, expressão daquele “humanismo” sectariamente partidário, visando desenvolver entre os recifenses aquela espécie de luta tão anti-brasileira, quando inumana⁵¹.

A compreensão da categoria “humanismo” foi interpretada por Freyre sob um viés acoplado à identificação e à defesa assídua do regime pós 31 de março daquele ano de 1964. As oposições ao regime representavam na Universidade do Recife “vergonhosas manchas de imundície demagógica”. Para Gilberto Freyre, agora o “sistema brasileiro de Educação e de Cultura Universitárias” deixou de ser “o humanismo entre aspas para ser – no plano universitário – um sistema autenticamente humanista ou humanístico”. Ao insistir na “permanência como Reitor será a negação da justiça revolucionária – aquela que está reabilitando um Brasil desviado das suas tradições e das suas aspirações mais características”.

A permanência de João Alfredo na Reitoria da UR sofreu pressão por parte de Gilberto Freyre e de segmentos de estudantes da UR, representados no Diário de Pernambuco por meio de Fernando Freyre. Tanto Gilberto Freyre quanto João Alfredo não faziam referência ao manifesto no que tange ao mesmo veículo impresso. Essa ausência de citação não significou, por parte de João Alfredo, uma desconsideração, mas, talvez, uma maneira de não oferecer combustível para legitimar essa pressão nos ambientes internos de decisão da UR.

⁵¹ FREYRE, Gilberto. **Mais uma, avivando a memória de um médico**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 10 de maio de 1964, p. 4.

Em 10 de junho de 1964, o reitor João Alfredo publicou um artigo no Diário de Pernambuco intitulado “Reitor responde a artigo de Gilberto Freyre”. Nesse texto, João Alfredo organizou cinco contestações às denúncias apresentadas por Gilberto Freyre. Nesse caso, essas denúncias não compreendiam somente o que era anunciado na imprensa, mas o que já se fazia presente de maneira potente nas instâncias de decisão da UR.

Entre as cinco contestações, destacaram-se as de número 4 e 5, uma vez que na primeira João Alfredo se contrapôs à acusação de Freyre ao mencionar que o então deputado Artur de Lima Cavalcanti (genro de João Alfredo) interferiu na condução à UR e frisou, em defesa ao então deputado, que, “apesar da natural amizade que nos prende, jamais se interessou em ter qualquer influência na Universidade do Recife”.

No quinto ponto, João Alfredo optou em utilizar o próprio discurso de Gilberto Freyre no artigo que circulou no dia 29 de março de 1964. De acordo com João Alfredo, “para o público julgar seu mais notório acusador, sugere a todos a leitura do artigo do mesmo Dr. Gilberto Freyre, publicado no DIARIO DE PERNAMBUCO”. Dessa vez, a fala de Freyre foi utilizada como recurso estratégico de resposta.

Nesse artigo, citado por João Alfredo e que tratou de uma mobilização do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Freyre fez elogios à sua própria capacidade de conviver com “amigos nos vários partidos democráticos no Brasil de hoje.” Fez referência a alguns nomes, como Lourival Fontes, Santiago Dantas, Gustavo Capanema, Franklin de Oliveira. Contudo, apenas um partido foi citado nesse trecho do texto, o PSD⁵².

Para situar Gilberto Freyre no campo da contradição política, considerando aquilo que o próprio reiteradamente o acusava, João Alfredo dispôs de um trecho desse artigo, quando Freyre listou os nomes “dos merecedores da estima e do aprêço de todos os brasileiros, concordem ou não com as suas idéias”. O reitor concluiu o artigo ao mencionar o deputado

⁵² Partido Social Democrático - PSD. “Partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Acesso em 31 maio 2020.

Leonel Brizola, por quem Freyre afirmou: “tenho minhas especiais simpatias”.

O retorno de Gilberto Freyre foi imediato. No dia seguinte (11/06/1964), Freyre desenvolveu um texto em cinco pontos, assim como o de João Alfredo. Foram cinco pontos de retrucas ao reitor. Com o título “Em torno da resposta de um Reitor”, o artigo foi editado em três colunas e, assim como os outros quatro anteriores, tinha o objetivo de “avivar as memórias do distinto esculápio”.

Em seu primeiro ponto, ao contestar o questionamento de João Alfredo a respeito de suas ações no Conselho da SUDENE, Gilberto Freyre afirmou que, entre as suas ações, estava a que “resultou em desligar imediatamente a Sudene do seu serviço, no setor de Educação e Cultura, os conhecidos comunistas militantes Diógenes Arruda Câmara e Joaquim Ferreira”. E acrescentou um viés que transpassou uma relação institucional com o reitor, envolvendo, dessa vez, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, orientados por Freyre. Esse envolvimento institucional ocorreu porque o reitor “se mostrou tão subserviente – ousado em trazer infiltrações comunistas ou para-comunistas do caráter que vinham desagradando” essas instituições.

Quanto à referência que João Alfredo fez a Gilberto Freyre sobre a acusação ao então deputado Artur de Lima Cavalcante, Freyre advertiu que não desejava comentar, porém o situou como “ilustre genro do Reitor João Alfredo da Costa Lima, hoje com os direitos cassados”. Em certa medida, Freyre fez insinuações sobre as denúncias de interferência ao advertir que “nem comentarei as pressões de caráter ideológico que viriam sendo exercidas sobre o estimável professor-Reitor por assessores e parentes seus, ostensivos, alguns deles em suas atitudes”.

Em seu terceiro ponto de resposta no texto, mencionou o que chamou de curso de “humanismo comunista”, que ocorreu com a permissão e responsabilidade do reitor, ministrado por “comunistas militantes, no salão nobre de uma das escolas da Universidade do Recife”. Freyre finalizou ao

frisar que não refez o que afirmou em artigo sobre Leonel Brizola, porém acrescentou:

Repugname a orientação ou a atividade política do Sr. Leonel Brizola. Mas não a sua pessoa de homem desassombrado nas atitudes nem o seu feito romântico de homem de luta, tão em contraste com a hispocrisia, a falsidade a covardia de uns tantos outros⁵³

A tentativa de se afastar de quaisquer tipos de associação à ação política de Leonel Brizola foi enfatizada por Gilberto Freyre quando destacou sua aversão à sua atuação política, porém, elencou fatores que incrementavam a sua personalidade. Após justificativa, Freyre, no sentido de elevar o tom da resposta, asseverou: “É isso que o Reitor João Alfredo da Costa Lima queria ouvir? Pois ouça!”

Em 12 de junho, ou seja, um dia após o quinto artigo de Gilberto Freyre no Diário de Pernambuco, João Alfredo anunciou em reunião do Conselho Universitário “o seu afastamento da presidência da Reitoria da Universidade do Recife”, justificando em ata desse colegiado que, “considerando não ter o seu propósito, em benefício da própria Universidade, permanecer junto à Reitoria sem contar com a confiança do Governo Federal” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 83).

No dia seguinte, a renúncia de João Alfredo compôs uma página em destaque no Jornal Diário de Pernambuco. Com o título “Professor João Alfredo renunciou à Reitoria da Universidade do Recife”, a notícia foi editada em quatro colunas e com quatro subtítulos: 1 – “Solidariedade”; 2 – “Situação Financeira”; 3 – “Ambiente de Solidariedade”; e 4 – “Histórico”.

Nessa matéria não havia assinatura específica e, no geral, não apresentava quaisquer acusações ao reitor João Alfredo, ou às ações por ele permitidas na UR. Enfatizava a “realização de manifestações de professores, funcionários e alunos” na Reitoria em “simpatia e solidariedade ao Reitor renunciante”. Em 18 de junho de 1964, a exoneração de João Alfredo

⁵³ FREYRE, Gilberto. **Em torno da resposta de um reitor**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 11 de junho de 1964, p. 4.

foi estampada no Diário Oficial da União e assinada por Humberto Castelo Branco e Flávio Lacerda. As oposições tinham cumprido suas incumbências.

Durante entrevista a Santos e Silva (2012), sobre o que justificaria a perseguição desenfreada de Gilberto Freyre ao reitorado de João Alfredo, a professora Maria Antônia Mac Dowell⁵⁴ afirmou que:

do ponto de vista dos Militares, portanto, entende-se que, ao considerarem essas ações perigosamente “subversivas”, por elas responsabilizassem a João Alfredo. O que, porém, dificilmente se entende é que Gilberto assim também as considerasse. Não sei que outras razões pudesse ele ter contra João Alfredo. E mais do que isso, ainda que as tivesse e ainda que discordasse das ideias e das ações de Paulo ou do próprio João Alfredo, é difícil entender que daí passasse a advogar o tratamento que lhe foi aplicado. Todos nós, que o admirávamos, lastimamos essa e outras atitudes que tomou à época, com as quais desmerecia todo um passado que o honrava. De qualquer forma, os fatos foram esses. Paulo Freire foi preso logo nos primeiros dias. Gilberto tinha uma coluna no Diário de Pernambuco, que, nessa época, não sei se já antes, se chamava qualquer coisa como “Recordar é Viver”, e nela, sistematicamente, praticamente todos os dias, passou a, como você disse, “exigir a cabeça” de João Alfredo, “recordando” as iniciativas “subversivas” do SEC, insistindo na responsabilidade do Reitor por elas, citando-lhe pronunciamentos e discursos (em pelo menos boa parte escritos por Paulo, que Reitores não têm tempo para isso...). A isso aplicou-se com implacável tenacidade e não descansou até que João Alfredo renunciou e logo em seguida foi “cassado” (SANTOS; SILVA, 2012, p. 235).

Embora as denúncias fossem direcionadas quase que exclusivamente ao reitor João Alfredo, assumindo dimensões desproporcionais quanto aos seus conteúdos, percebemos que havia uma certa resistência por parte dos representantes do universo intelectualizado da época, entre os quais o próprio Gilberto Freyre, tanto aos discursos do reitor quanto à atividade do SEC/UR, coordenado pelo professor Paulo Freire. A crítica à sua obra pode ter sido um estopim para que essa oposição inflamasse.

⁵⁴ Neta do primeiro Reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas; entre 1958 e 2003 atuou nos ambientes de decisão da UR. (SANTOS; SILVA, 2012, p. 201).

Considerações para estudos futuros

Ao levarmos em consideração a análise sobre o reitorado de João Alfredo, podemos afirmar que uma certa mágoa ou ressentimento pode ter contribuído para a constituição e condução de oposições à sua gestão. Seja no campo interno, pelo fato do professor Antônio Figueira não ter sido nomeado reitor da UR, mesmo tendo assumido o primeiro lugar na lista tríplice, seja no campo “externo”, com Gilberto Freyre impondo seus pares em posições estratégicas e de um poder representativo reconhecido, o reitor João Alfredo não concluiu o seu mandato.

Há uma outra questão que podemos incluir nessa oposição de Gilberto Freyre e na resistência de vários intelectuais ao reitor João Alfredo: o ponto de vista socioantropológico. João Alfredo, assim como Paulo Freire, não conviviam nos mesmos espaços de convenções sociais de Gilberto Freyre e do futuro reitor Murilo Guimarães, por exemplo. Ambos facilmente estavam participando, como no Clube Internacional, de aniversários ou homenagens de usineiros, eventos políticos etc., rituais importantes de congraçamento e fortalecimento de alianças e identidades. Seus vínculos sociais eram outros e isso expressava um distanciamento daqueles que controlavam ou hegemonizavam o Estado, a imprensa e a economia.

Sabemos que Gilberto Freyre escrevia no Diário de Pernambuco desde “janeiro de 1919”, quando estreou na coluna “De uns e outros” – em 1917 ele recebeu o diploma no Colégio Americano Batista em Ciências e Letras. Em 1921, já na América do Norte, escreveu seus artigos de lá com o título “Da outra América” (mimeo, SANTOS, 2020). Ou seja, ele estava integrado às classes dominantes letradas desde décadas, o que não correspondia à situação de João Alfredo e de Paulo Freire. Os órgãos de repressão da ditadura tinham dados “subversivos” de Paulo Freire desde 1947 (IV Exército, s/d) – informação que o distanciava de Gilberto Freyre.

No caso de Gilberto Freyre, havia uma singularidade em torno da sua postura, vista com mais vigor e acoplada à nova conjuntura político-ideológica que se avizinhava. Essa conjuntura, com o tempo, atingiria diretamente o reitorado de João Alfredo, removendo quadros profissionais, como o próprio reitor, e extinguindo as ações do Serviço de Extensão Cultural, coordenado por Paulo Freire, o qual Gilberto Freyre tanto denunciava.

Gilberto Freyre tinha clareza de sua condição social e política e de sua força no processo de desestabilização de um reitorado. Utilizou de seu prestígio para impor condições e medir forças no contorno da Universidade, o que resvalou em sua dinâmica de gestão, sem necessariamente compor templos sacralizados de decisão, como o Conselho Universitário da UR. O SEC/UR o incomodava.

No dia 3 de maio de 1964, ou seja, três dias após o golpe civil-militar, o jornal Diário de Pernambuco circulou uma matéria intitulada “Reitor diz que encontrou em Brasília tranquilidade, esperança e confiança”. João Alfredo afirmou que tratou de “vários assuntos de interesse da Universidade do Recife, como o destino do material permanente adquirido pelo Serviço de Extensão Cultural, com a verba que lhe foi fornecida pelo Ministério da Educação...”. E concluiu: “encontrei clima de tranquilidade e de esperança, decorrente da confiança que envolve o Governo da República, sob a chefia do Marechal Humberto Castelo Branco”.

Essa matéria complementa a pressão das forças políticas no Estado, carregadas de reconhecido prestígio. Diante de sua capacidade de penetração na Universidade do Recife e de elevada pujança em poderosas ferramentas da imprensa da época, o Estado consolidou a retirada de João Alfredo da Reitoria da UR, cuja exoneração foi assinada no Diário Oficial da União no dia 18 de junho de 1964.

Após a renúncia do reitor, não há registro de nota de apoio emitida pelo Conselho Universitário. João Alfredo faleceu no dia 8 de agosto de 1971. Nesse mesmo dia, a Reitoria da UR circulou nota oficial nos jornais, decretando luto por sete dias, além de paralisação das atividades e

cancelamento das comemorações dos 25 anos da Universidade. Um dia antes (07/08/1971), o Conselho Universitário decidiu nomear a sala de reuniões desse colegiado de “Auditório Reitor João Alfredo”. Após a nomeação, a primeira atividade no Auditório Reitor João Alfredo foi o velório do próprio homenageado.

Referências

ASSISTÊNCIA às Escolas e Institutos e construção da Cidade Universitária. Diário de Pernambuco. Recife, 26 jun 1959, p.2;

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 1977.

CANUTO, Vera Regina. Projetos institucionais e conjuntura política. **Revista PIMES - Comunicações**, Recife, 1967.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 4ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

CORTEZ, Marcius. **O golpe na alma**. Bosque dos Cravos, SP: Pé-de-chinelo, 2008.

DIÁRIO Oficial da União; **Exemplar do dia 18 de junho de 1964**, p.5240 (Seção I – Parte I);

ELEITO vice-reitor a Universidade do Recife o professor Soriano Neto. Diário de Pernambuco. Recife, 18 ago. 1959, capa.

ESTAVA integrado na ação subversiva. Diário de Pernambuco. Recife, 06 maio 1964, p. 4.

FALECEU, ontem, o prof. Joaquim Amazonas, reitor da Universidade. Diário de Pernambuco. Recife, 09 jun. 1959, p. 03.

FREYRE, Gilberto. **Ainda a propósito da Universidade**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 7 de junho de 1964, p.4.

FREYRE, Gilberto. **Avivando a memória de um médico**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 3 de maio de 1964.

FREYRE, Gilberto. **Em torno da resposta de um reitor**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 11 de junho de 1964, p. 4.

FREYRE, Gilberto. **Mais uma, avivando a memória de um médico**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 10 de maio de 1964, p. 4.

FREYRE, Gilberto. **Uma responsabilidade inconfundível**. Recife, Diário de Pernambuco. Recife, 17 de março de 1964, p. 4.

JOÃO Alfredo renuncia à Reitoria da Universidade do Recife, Recife, 13 jun. 1964, p. 3.

LIMA, João Alfredo G. da Costa. **Presença na Universidade**. Recife: Imprensa Universitária, 1964.

MORTE de Costa Lima motiva luto na UFP. Jornal do Commercio, Recife, 10 ago. 1971, p. 2.

NOS Estatutos da UR, compete ao vice-reitor assumir Reitoria nos casos de vaga ou impedimento. Diário de Pernambuco. Recife, 11 jun. 1959, p. 07.

NOTA oficial - UFPE, Diário de Pernambuco, Recife, 08 ago. 1971, 1º caderno, p. 24.

PERRUCCI, Gadiel. **Um projeto oligárquico-liberal de universidade** (notas para uma história da UFPE). Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=3167&date=currentDate>. Acesso em 8 jun. 2020;

PROFESSOR João Alfredo é sepultado em santo Amaro. Diário de Pernambuco. Recife, 08 ago de 1971 p. 18.

PROFESSOR João Alfredo renunciou à Reitoria da Universidade do Recife. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 de junho de 1964, p. 3.

REITOR defende-se de críticas à sua atuação na UR. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de maio de 1964, p. 3.

REITOR diz que encontrou em Brasília tranquilidade, esperança e confiança. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de maio de 1964, p. 10

REITOR João Alfredo responde a artigo de Gilberto Freyre. Recife, **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de junho de 1964, p. última página.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.); SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque, SILVA, Natanael Luna, SILVA, Talita Maria Soares da. **Atas do Conselho da Assembléia Universitária e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife-junho de 1959 a agosto e 1964**. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. **O Reitorado de Joaquim Amazonas através das Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife-1946-1959**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. **UFPE - Instituição, Gestão, Política e Seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012.

SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. **O Reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964)**: Patrimonialismo Populista e Modernização Científica. Recife: EDUFPE, 2017.

SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. **O Reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964)**: Patrimonialismo Populista e Modernização Científica. 2012. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

UFP PRESTA homenagens ao seu antigo reitor. Diário de Pernambuco. Recife, 07 ago. 1971, p. 7.

UFP SUSPENDE aulas em homenagem ao ex-reitor. Diário de Pernambuco. Recife, 08 ago. 1971, p. 28.

UNIVERSITÁRIOS estranham permanência do Reitor. Diário de Pernambuco. Recife 25 abr. 1964, p. 3.

VIAJA ao Rio o novo reitor da Universidade. Diário de Pernambuco. Recife, 28 jun. 1959, capa.

Mordança e vigilância nos tempos de chumbo

*Evson Malaquias de Moraes Santos*¹

*Neide Carolina A. Piornedo*²

*Priscylla Karollyne Gomes Dias*³

*Vinicius Borges de Medeiros*⁴

Este texto tem por objetivo problematizar os documentos do período da ditadura civil-militar de 1964, oriundos do DOPS/PE, e seu respectivo tratamento, decorrente da construção de arquivo e de análises feitas sobre os docentes da Universidade Federal de Pernambuco; além de socializar a pesquisa de um período histórico ainda mal resolvido político-ideologicamente na sociedade brasileira. Estamos ainda engatinhando na pesquisa sobre ditadura e ensino superior, em especial sobre esses tipos de documentos e a relação com os docentes. Temos muitas pesquisas sobre a ditadura e as reformas nos mais variados graus, porém, a maioria trata das ações policiais, espionagem, órgãos de Assessoria e intervenções contra docentes e administradores das universidades. Nesse âmbito, ainda há muito o que caminhar.

¹ Professor do DAEPE/Centro de Educação da UFPE. Coordenador desta pesquisa. O autor tem pesquisado sobre a ditadura civil-militar de 64 nos últimos anos. Lançou em 2018, pela EDUFPE, o e-book "Sentidos, investimentos e afetos de O Globo acerca do assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975", de acesso gratuito, e, no prelo, "Cajá está sendo torturado e você vai à aula?" (EDUFPE). E-mail: evson@uol.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1383902112654010>

² Estudante de Pedagogia da UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0020882132126759>

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/CE/UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4569293571803835>

⁴ Estudante de História da UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5194561470385613>

A nossa pesquisa denomina-se “Imaginário social dos órgãos de repressão de 64/85 e da UR/UFPE. Mitos fundadores da ‘subversão’ docente”, e envolve uma equipe composta por alunos da graduação e docentes da UFPE e de outras instituições⁵. Nossa pesquisa articula conhecimento histórico e estudo da burocracia e da administração pública, considerando a perspectiva da sociologia das organizações e do imaginário social. O aporte teórico deste artigo está centrado em Cornelius Castoriadis (2000) e Eugène Enriquez (1997).

O historiador Carlos Fico (2012) registra que levou quatro longos anos, de 1993 a 1997, para ter acesso aos documentos da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, solicitação baseada na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Lucas Figueiredo (2015), por exemplo, produziu a pesquisa sobre a “ocultação dos documentos da ditadura por civis e militares em parceria – da redemocratização até o governo Dilma Rousseff”. O acesso a certos documentos ainda é um tabu.

No caso deste projeto, só foram liberadas as consultas ao respectivo Arquivo em março de 2019, com a informação de que estavam sendo microfilmados – estávamos desde janeiro disponíveis para a pesquisa. Então, nesse vácuo, impossibilitados de termos acesso aos documentos, ampliamos a fonte para o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, já que seus documentos estavam acessíveis pela internet e estes eram oriundos de vários Estados.

Quanto à normatização de acesso a esses documentos, denominados de “documentos sensíveis”, encontram-se:

- **Lei de Arquivos** (Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991), que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados de interesse social;
- **Portaria nº 204**, de 13 de maio de 2009, que cria o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas;

⁵ Dr. Evson Malaquias de Moraes Santos (coordenador, DAEPE/CE/UFPE); Dr. André Ferreira (coordenador, DSFE/CE/UFPE); Dr. Edelson Albuquerque Jr.; Doutoranda Talita Maria S. Silva (Educação, Coimbra, Portugal); Neide Carolina A. Piornedo (Graduação em Pedagogia); Maria Isabel Landim Oliveira (Graduada em Letras); Vinicius Borges de Medeiros (Graduação em História).

- **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação;
- **Lei nº 12.528, que cria a Comissão Nacional da Verdade**, responsável por “apurar graves violações de Direitos Humanos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (Sodré, Roncaglio).

Após contato com os documentos pesquisados, em sua fase final, decidimos ampliar as fontes para a Faculdade de Direito, que foi a origem da administração da reitoria da Universidade do Recife (1964-1970), como o Memorial Denis Bernardes e os Centros Acadêmicos da UFPE. Na reitoria não encontramos documentos referentes aos reitorados.

De forma genérica e ilustrativa, ficou claro como os órgãos de repressão se concentraram sobre os docentes e gestores dessa universidade e não apenas sobre os estudantes.

Em nosso levantamento, com apenas alguns documentos, 83 docentes foram citados, monitorados e classificados (estereótipo, rótulos) nos respectivos documentos, numa hierarquia de perigo e/ou de ameaça “subversiva”. Em nossas mãos estão milhares de documentos, como telex, manuscritos, jornais, prontuários, relatórios, dossiês e informes diversos.

Mas não é somente isso. Vários docentes, ainda oriundos da Universidade do Recife, foram monitorados antes do golpe civil-militar e alguns tiveram que prestar informações à polícia do período Vargas, nas décadas de 40 e 50. Os docentes foram: Manoel Correia de Andrade (CFCH), Luiz Pinto Ferreira (Faculdade de Direito), Paulo Freire, Antonio Bezerra Baltar (Engenharia), Salomão Kelner (Faculdade de Medicina), Amaro Soares Quintas (História), Rui da Costa Antunes (Faculdade de Direito), Anaíde Teodósio (Departamento de Nutrição) e Arnaldo Marques (Faculdade de Medicina). Eventos científicos e de formação também eram monitorados, perfazendo um total de onze registros pelos órgãos de repressão. As entidades e instituições educacionais e de pesquisas foram: SBPC, UFPE, FAFIRE, Universidade Católica e FESP.

A ADUFEPE, desde a sua criação, teve as suas ações e as suas diretorias monitoradas. Lutas, eleições de entidade e debates eram foco dos

órgãos de repressão. As aulas ministradas também eram monitoradas, perfazendo um total de seis docentes que tiveram que prestar contas ou foram classificados nos documentos da repressão por ações antipatrióticas, subversivas e comunistas. Foram eles: José Claudio Veiga (Faculdade de Direito), Amaro Soares Quintas (ICSH), Antonio Bezerra Baltar, Silke Weber (Departamento de Ciências Sociais), Salomão e Miriam Kelner (Departamento de Medicina).

Além dos docentes e da sua entidade, a ADUFEPE, os administradores da UFPE, reitores, pró-reitores, diretores de centros, departamentos e institutos eram monitorados, tanto antes da indicação quanto depois na própria gestão.

Fontes e amostras

Os órgãos emissores dos documentos que tivemos contato foram o Ministério do Exército, Ministério da Guerra, Ministério da Aeronáutica, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Educação, Serviço Nacional de Informação (Agência Central/ Agência de Recife, Agência Rio de Janeiro) e Secretaria de Segurança Pública/PE. Desses órgãos, há subdivisões organizacionais diversas que controlavam os passos e a vida dos docentes e administradores.

Os documentos que tivemos contato e que se referem aos docentes e à instituição do ensino superior são dos mais variados tipos e natureza. Quanto à natureza dos documentos, estes podem ser “segredos” e “confidenciais”. Baffa (1989) indica os seguintes documentos: os sigilosos (de conhecimento restrito, requeriam medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação), os reservados (sigilo vedado ao público em geral) e os ultrassegredos (somente assim classificados pelo presidente e vice-presidente da República, pelos ministros de Estado, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, chefe do EMFA, SNI, do Estado Maior das Forças Armadas e de cada uma das Armas). Os tipos de documentos são informes, informação, relatórios, dossiês, prontuários, encaminhamentos, pedidos de buscas.

Há, de certa forma, uma mística sobre tais documentos, já que, no senso comum, espera-se que o contato com eles e com a verdade venha à tona. Como já alertou James Green (2011, p. 206), “a palavra escrita tanto pode ocultar quanto revelar”. Padrós (2009), por sua vez, pede cautela quanto a esse aspecto.

Ainda em relação ao uso das fontes, cautela semelhante é solicitada para o uso dos testemunhos e dos jornais, além dos denominados documentos oficiais, cuja lógica interna (informação, contrainformação, pontos de vista etc.) pode capturar o leitor desatento e prejudicar o seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica, levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade (PADRÓS, 2009, p. 39).

Discutindo a importância desses documentos, Carlos Fico (2012, p. 58) ressalta que:

os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos “verdade” em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a “verdade” que os documentos da ditadura registram é mobilizadora.

Camargo (2002, p. 5) alerta sobre como perceber esses documentos, já que o “poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo” e que, por isso mesmo, produz “informações nominativas, isto é, apreciações ou julgamentos de valor sobre pessoas explicitamente designadas. E as informações de caráter pessoal encontradas nos serviços de segurança são muitas vezes improcedentes, inexatas e enganadoras” (CAMARGO, 2002, p. 6).

Contestando a compreensão de que documentos dos arquivos são idôneos e verdadeiros, e, em consequência, são neutros e imparciais, Camargo (2002, p. 7) ressalta:

A idéia de que os documentos falam por si – síntese caricatural da postura assumida pelos que se empenharam em equiparar a história, no século XIX,

às ciências naturais – tem seu lastro na idoneidade atribuída aos arquivos, convalidando o ponto de vista retórico de que a verdade é a medida do que se apresenta como incontroverso. Em torno desse eixo gravitam também os pressupostos de imparcialidade e naturalidade dos documentos de arquivo, conceitos cuja aceitação pelos profissionais de outras áreas encontra uma férrea resistência.

Para a autora, “os documentos carregam consigo, obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu” (CAMARGO, 2002, p. 9), pois:

os documentos constituem prova do efetivo exercício de atividades repressivas e por isso mesmo são capazes de fundamentar, a posteriori, o exercício de direitos que se lhes contrapõem (anistia, indenização de vítimas, apuração de responsabilidades, restituição de bens confiscados etc.) (CAMARGO, 2002, p. 7).

James Green (2011) é bem incisivo quanto a essas fontes produzidas por estados autoritários: “encontramos uma série de mentiras e enganos registrados nos documentos de aparência oficial (...) são cheios de mentiras” (GREEN, 2011, p. 206, 211). O autor alerta que, apesar de vários silêncios contidos neles, os documentos como “vestígios”, “teoricamente cabe ao historiador o papel de usar este material incompleto para recuperar e criar narrativas sobre o passado” (GREEN, 2011, p. 210).

Kushnir (2006) defende a ideia de que esses documentos podem ser tematizados tanto na perspectiva da história política quanto uma abordagem cultural. Para a autora, os investimentos nesses estudos nos ajudarão a entender o autoritarismo estatal constante desde a fundação da República.

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura censora e repressiva no esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano, essa foi uma tarefa, um ato de fundação, que pode ser constatada nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, explicitando-se como forma de impor um determinado modelo de cidadão ideal (KUSHNIR, 2006, p. 44).

Em complemento, Kushnir (2006, p. 51) alerta:

Os documentos do Dops [incluímos todos documentos da repressão] não devem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais.

A burocracia estatal e os órgãos de repressão

Como já alertamos através dos documentos pesquisados, a polícia política ou o estado policial já vinha “fiscalizando” docentes antes do golpe. A historiadora Kushnir (2006, p. 44) destaca essa historicidade:

A prática específica de vigiar e reprimir politicamente, implementada em certos períodos pelo Estado brasileiro, teve início há, pelo menos, 80 anos, com os primeiros decretos de estruturação de uma polícia política, que abrigava departamentos de investigação e repressão à vadiagem e aos “estrangeiros perigosos” – muitas vezes anarquistas ou organizadores do embrionário movimento sindical.

Há alguns aspectos que inquietam nossa pesquisa, para além dos aspectos formais das organizações repressoras e dos seus documentos: a repressão estatal é uma organização burocrática (a militar é essencialmente burocrática e hierárquica). A organização burocrática visa à impessoalidade, à imparcialidade, à eficiência, aos resultados e está assentada, em certo contexto, no discurso científico. O auge da tecnoburocracia (dos altos especialistas) foi na ditadura civil-militar.

Ora, Castoriadis (1987) nos alerta que a separação da técnica da criação está presente na questão da neutralidade e da sua pura instrumentalidade. A técnica não é a transformação de um objeto empírico, mas uma constituição de um tipo “universal”, um “eidos que doravante ‘é’ independentemente de seus exemplares empírico” e que é “utilização arbitrária ao mesmo tempo da fatura racional do mundo e dos seus interstícios indeterminados” (CASTORIADIS, 1987, p. 245-246). A separação da técnica só pode ser compreendida pelas instituições sociais que

dão sentido de existência – o distanciamento absoluto da natureza. A burocracia militar e civil estatal capitalista é uma dessas instituições que dão suportes e sentidos. A denominação metafórica de “aparelho” e “máquina”, no caso, os órgãos de uma administração, já são manifestações de como a sociedade, através de suas instituições, são capazes de se representar e de serem criadas como tais. Ao mesmo tempo, as instituições são criadas por suas criaturas.

Algumas pesquisas vêm chamando a atenção pelo seu caráter permanente, o da burocracia, para além das formas de governo ou de regime. Gilberto Bercovici, em seu artigo intitulado “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”, já aponta essa questão ao citar Otto Mayer (1846-1924): “a Constituição democrática de 1988 recebeu o estado estruturado sob a ditadura militar (1964-1985), ou seja, o estado reformado pelo PAEG (Plano de ação Econômica do Governo), elaborado por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões” (BERCOVICI, 2010, p. 78).

Abrucio e Loureiro (2018, p. 32), em sintonia com Max Weber, ressaltam as questões do “poder burocrático”, que enfatiza a “lógica dos meios ou dos valores instrumentais diante dos fins últimos”. Para eles, a “racionalidade instrumental da burocracia” produz ‘especialistas sem espírito, sensualista sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado’. Ainda com Weber, afirmam: “a ditadura da burocracia está a caminho” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 32).

Esses autores advogam que o modelo varguista de organização e administração “criou uma burocracia voltada ao desenvolvimento, institucionalmente ligada ao mérito e ao universalismo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42), e implicou uma estrutura de organização capilar através do DASP, os “daspinhos”, nos estados, que representavam os interesses do Estado presidencial diante das federações. Logo, “o DASP teve papel de controle político sobre os governos estaduais, por meio dos ‘daspinhos’; peças fundamentais na engrenagem autoritária e centralizadora do Estado Novo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42).

A ditadura civil-militar de 64 utilizará, também, desse modelo de capilarização, sofisticando-o e ampliando-o nas mais diversas instituições federais, estaduais e municipais, sendo os olhos, os ouvidos e o martelo da repressão – uma das diferenças entre esse daspinho e as organizações de espionagem, por exemplo (conforme veremos mais adiante), é que esse último funcionava como “sombra”, não sendo uma função de “carreira” estritamente falando.

Conforme Bercovici (2010, p. 81), a reforma administrativa da ditadura civil-militar “foi elaborada a partir de uma comissão denominada Comestra (Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa), criada pelo Decreto nº 54.501, de 9 de outubro de 1964”, presidida por Roberto Campos. Pela reforma, prevalecia nos discursos oficiais, inclusive no de Castelo Branco, uma compreensão de que o Estado seria uma “subsidiária da iniciativa privada”, fornecida pelo ideário fascista de Benito Mussolini (BERCOVICI, 2010, p. 82).

Esse discurso não impediu a expansão do Estado, cuja criação de estatais no interior da ditadura, entre 1966 e 1976, foi de 60%. As empresas estatais foram forjadas no discurso de “racionalidade empresarial” e vigoradas na reforma do Decreto-Lei nº 200/1967 – o controle das estatais previsto nesse decreto funcionou apenas na formalidade e na burocracia, conforme o autor anterior. Para alguns pesquisadores, “propiciou uma espécie de feudalização” e “[aceleração] com a introdução da lógica empresarial” (BERCOVICI, 2010, p. 87).

“Essa racionalidade empresarial” apostava na “autonomia” dos órgãos públicos frente ao Estado. Apesar do arreo ter sido comandado por esse último, “advinha de ideologia antipolítica e tecnoburocrática, a partir da qual o regime se definia como instrumento modernizador” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 44). Os autores continuam contradizendo o discurso ideológico da tecnoburocracia:

A própria ideologia da superioridade da técnica sobre a política, central no discurso dos militares, foi refutada pelas mazelas autoritárias e pelo necessário apoio que teve de buscar crescentemente nas oligarquias regionais, com o

objetivo de tentar controlar as pressões sociais, especialmente a partir da abertura e da transição democrática (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 44).

Com a reforma da década de 90, de uma administração de procedimentos para uma administração de resultados, Bercovici (2010, p. 89) ressalta que não houve de fato reforma de Estado, mas que as chamadas “agências independentes” “foram simplesmente acrescidas à estrutura administrativa brasileira, não modificaram a administração pública, ainda configurada pelo decreto-Lei nº 200/1967, apenas deram aura de modernidade ao tradicional patrimonialismo que caracteriza o estado brasileiro”.

Se no campo administrativo houve “mudanças para permanência”, o mesmo ocorreu no campo das relações civil-militares, conforme os estudos de Jorge Zaverucha na Constituição de 88. Para o autor, “a Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas” (ZAVERUCHA, 2010, p. 40). Os militares tiveram controle sobre o processo de redemocratização, assim como transformaram em leis suas prerrogativas. Assim, “uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969” (ZAVERUCHA, 2010, p. 45).

Um dos aspectos, entre tantos outros apontados, legais e históricos, indica que o artigo 142 fundamenta o poder decisório das Forças Armadas:

As Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Mas, logicamente, como é possível se submeter e garantir algo simultaneamente? Lógica à parte, são os militares quem têm o poder constitucional de garantir o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem quando deveria ser o reverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluartes da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do presidente da República ou do Congresso Nacional. Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei. (ZAVERUCHA, 2010, p. 48).

Esse mesmo artigo da constituição não define uma referência à ordem, tendo na Carta Magna vários sentidos: econômica, pública, social, institucional, etc. O autor argumenta que:

as Forças Armadas garantem a ordem constitucional, pública, política, social e econômica. Haja poder! A Constituição não define quem, nem quando a lei e a ordem foram violadas. Na prática, termina cabendo às Forças Armadas decidir quando houve violação da lei e da ordem. E quem as violou (ZAVERUCHA, 2010, p. 49).

Uma peça importante nos governos militares foi a criação da “comunidade de informações”. O SNI teve papel importante na centralização enquanto agente político de espionagem e produção de informações para os governos militares.

Gaspari (2002) afirma a participação efetiva de Goubery do Couto e Silva na criação do SNI e nas definições de política de governo da ditadura civil-militar. A função do SNI, Serviço Nacional de Informações, seria uma “CIA voltada para dentro”, ou seja, para a construção de uma rede de informações destinada ao interior do Brasil, que não assumiria operações de intervenção. O SNI nasceu onipotente, prestaria conta apenas ao presidente da República – em 1982, estima-se um quadro de seis mil funcionários. Conforme Goubery (*apud* GASPARI, 2002, p. 157),

O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda do sigilo. (...) Daí porque um Serviço como esse nunca deve, por outro lado, assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente “engajado” no êxito da operação que tomou a si.

Se o SNI atuava internamente, suas parcerias eram internacionais: EUA, Grã-Bretanha, Portugal (GASPARI, 2002). Apesar de nas normas da

lei o SNI ter sido definido como assessoria de especialistas, ele foi um “ativo operador político”, pondera Elio Gaspari (2002, p. 167):

o SNI nunca foi um organismo politicamente neutro destinado a informar o presidente. Desde o início funcionou como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia.

Conforme o Correio da Manhã, em 13 de junho de 1964, o SNI definia o novo órgão como “um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático” (GASPARI, 2002, p. 157). A sua importância no governo militar pode ser medida pela presença de dois presidentes que saíram de sua gestão: Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Goubery sonhava com um órgão de elite e de alta especialização, conforme expôs Gaspari (2002, p. 157): “O chefe do SNI sonhava recrutar os quadros para a subseção do exterior entre os melhores alunos das universidades, capturando-os no penúltimo ano dos cursos”.

Se se encontra permanências na configuração do ordenamento da administração e das forças militares, também se pode dizer o mesmo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). De 1931 a 1990, surgiram onze siglas – com reformas e criações de órgãos que tratam do tema de segurança social e política (SILVA, 2007).

Silva (2007) e Motta (2012) destacam que a polícia política, que denominamos de Estado Policial, surgiu bem antes da ditadura civil-militar. A Delegacia de Ordem e Política social (DOPS) foi criada pela Lei nº 71, de 23 de dezembro de 1935, e tinha como finalidade “proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social” (SILVA, 2007, p. 106). Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao Comunismo em Pernambuco (SILVA, 2007). O medo do comunismo foi sua justificativa político-ideológica.

Especialização, aprimoramento, modernização eram argumentos para melhorar a segurança pública. Exigência de uma polícia que tivesse conhecimento técnico-científico foi tema da Assembleia Legislativa em 1961. Cursos no estrangeiro foram feitos com os EUA (1959), Inglaterra, Uruguai etc. Modificações nos organogramas foram realizadas na medida em que se “aperfeiçoavam” a sua finalidade.

Na década de 30, os crimes foram especificados como “crimes ideológicos”, entendendo-se como “crimes baseados na perversão das idéias, ou em idéias consideradas permissivas, ‘perigosas’, ‘malditas” (SILVA, 2007, p. 48). Logo, “em todos os Relatórios da Delegacia Auxiliar contidos nos prontuários funcionais da Delegacia que vi de 1932 até 1968, a maioria, fazem referência ao partido comunista, o que reforça a tese do comunismo como alvo principal da repressão” (SILVA, 2007, p. 50).

No governo Vargas, as designações de crimes políticos remetiam à “agitação” e ao “perigo vermelho”; nos anos 50/60 faziam referência à segurança nacional; nos 60/70 correspondiam ao movimento estudantil, pichação, panfletagem e terroristas. A “subversão” era o conceito-chave em todos eles (SILVA, 2007).

Ademais, na era Vargas, o aparato informacional posto em prática foi

ampliado no regime civil-militar, com a integração de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOPS estaduais). O que era antigo se fez novo, foi atualizado (...) o corpus policial não se teria estabelecido com tanta competência, sem essa ferramenta fundamental (SILVA, 2007, p. 104).

Em 1990, o DOPS foi extinto em Pernambuco e criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Após apresentar e comentar as novas normas, a autora destaca que os “argumentos e estrutura quase não sofrem modificações (...) não negam a articulação com outros órgãos de informações federais e estaduais” e que a modificação da nomenclatura “demonstra que as práticas de controle social apresentam-se como estratégia do Estado” (SILVA, 2007, p. 11).

Como é possível notar, tanto os órgãos de repressão de fase local para nacional, quanto a administração descentralizada para centralizada, e retornando para a descentralização em busca de resultados, mantinham um núcleo permanente autoritário, patrimonial e vertical. Então, há uma certa confluência do discurso burocrático com o discurso dos documentos da repressão? Esses discursos se alimentam do mesmo imaginário vertical, apesar de diferenças pontuais?

Os docentes da UFPE foram monitorados por essa tradição de Estado Policial, que se alimentava e produzia classificações e rótulos próprios, construindo e reforçando sua identidade e seus inimigos.

A “lógica estrutural” dos documentos

Há uma variedade de documentos da “comunidade de informação” da ditadura civil-militar: informação, relatórios, dossiês, prontuários, encaminhamentos e pedidos de buscas. Para este artigo, analisaremos apenas os tipificados como “informação”.

Primeiramente, identificamos o que é comum nos documentos da repressão das secretarias estaduais civis para os militares: todos aqueles que são “subversivos” devem ser registrados com nome, endereço, filiação familiar e uma certa narrativa descritiva do que o “suspeito” ou o “convicto” subversivo disse ou fez.

Contudo, há uma mudança significativa na estrutura compositiva dos documentos da repressão se compararmos com os da ditadura civil-militar, sobretudo quando a comparação é feita a partir dos órgãos estaduais de segurança. A lógica burocrática está presente, mas os documentos não são tão padronizados quanto os da ditadura. Os órgãos estaduais registram órgão emissor, data, número da informação, nome da pessoa e familiares. Em alguns textos, os textos são narrativos e alguns explicitamente ideológicos, como ocorreu com o do professor Amaro Soares Quintas, que sofreu qualificações morais (e explicativas sobre as motivações pela sua transgressão à lei) feitas pelo secretário de Segurança Pública de Pernambuco,

de sua Delegacia Auxiliar, em 1/10/64. As qualificações estão presentes no ofício dirigido a um juiz de Direito, que diz:

nunca a nossa **mocidade estudantil tornou-se tão intoxicada** de ensinamentos contrários ao regime democrático. Muitos dos nossos professores de nível universitários, ou por **esnobismo** ou por pretenderem ficar **nas graças do oficialismo, receosos** de serem taxados de reacionários ou adeptos do chamado “gorilismo” (...) os professores passaram a incensar os regimes totalitários e socialistas (SSP/DA, 1964, não paginado).

Após essa retórica, o documento informa do que se trata: matéria de um jornal que identifica que o professor prestou solidariedade ao ditador Fidel Castro, não restando outra ação senão incluí-lo na Lei de Segurança Nacional.

Já os documentos da ditadura civil-militar são “objetivos” e buscam um alto controle, por isso, na sua composição consta a classificação “confidencial”: nome do órgão que expediu o documento em letra maiúscula e em destaque, assunto, data, origem do documento, difusão, anexo, protocolo carimbado, data e assinatura (se cópia, é autenticado fé). Esses documentos podem ter pequenas modificações, dependendo do órgão produtor, mas a sua natureza racional, burocrática e pretensamente técnico-científica não é alterada.

Os “suspeitos” ou os “convictos” subversivos são *desumanizados* pela linguagem dos órgãos de repressão, a mesma que os naturaliza como “coisas” ao nomeá-los burocraticamente como “epigrafado/a” (intitulado, denominado), “nominado/a” (referente a ele/a), “elementos” (sujeito referido). Esses termos padronizam o tratamento e produzem uma eficiência (economia) e um imaginário de imparcialidade e neutralidade.

Como recurso de enquadramento linear e dedutivo, os documentos também se utilizam do termo “antecedentes”, que institui uma “essência” identificadora a qual, certamente, confirma e comprova no presente sua ameaça e seu perigo à sociedade. Nos “antecedentes”, focamos na descrição “objetiva” (amizade, lugar, grupo de pertencimento,

profissão/estudante etc.), que possui sutilezas ideológicas no lugar de “suspeito” ou de “convicto”.

Nesses documentos, podemos encontrar, e encontramos com frequência, cópias de matérias de jornais, panfletos, notas de entidades como constatação do que se registrou sobre determinada pessoa (nominado(a) ou relativo a um grupo). Essas imagens (jornais/documentos diversos, inclusive pessoais de funcionários e/ou de alunos de instituição educacional) funcionam como “provas” da realidade descrita pelo órgão.

O que os documentos nos dizem – primeiros passos de sistematização

Algumas pistas para o aprofundamento de análise foram encontradas, em particular aquelas que se referem ao imaginário social. Os documentos nos informam um certo caráter “paranoico” da instituição militar através de seus órgãos. O “paranoico”, o Estado ditatorial, é negacionista por essência e se coloca como o purificador e o porta-voz dos puros.

Enriquez (1999), ao caracterizar o Estado Autoritário, ressalta que este é “hierárquico, elitista, é um Estado onde a pulsão de morte é cultivada, a agressividade sustentada. Estado de sangue. Estado voltado para a guerra. Guerra contra os inimigos internos, contra as outras nações (...) O Estado ditatorial é voluntariamente paranóico”, colocando a “negação” como mecanismo central (ENRIQUEZ, 1999, p. 279).

“O paranoico é um messias”, afirma Enriquez (2007, p. 77), “enviado para colocar ordem e garantir o reinado da verdadeira lei, da qual ele é o único possível porta-voz”. Esse discurso tem ressonância, destaca o autor, porque “ele promete grandeza, pureza, exigência, culto ao herói, rigor na obediência” (ENRIQUEZ, 2007, p. 80).

Ora, o paranoico constrói seu imaginário pelas categorias binárias pureza/impureza, pelo Outro, desconhecido, não identificado, pelo estranho/inimigo. No entanto, nas organizações burocráticas, encontramos outro imaginário instituído: o apático. O apático, que pode ser um

burocrata, indiferente ao outro, é incapaz de se permitir afetar-se (identificar-se com um semelhante). Essas duas dimensões estão fortemente presentes, certamente nas organizações de repressão (coisificação das normas e hierarquia).

Essa “paranoia” se materializa na “comunidade de informação”, onde todos devem ser monitorados, incluindo os próprios administradores indicados pela Presidência da República.

Levando em conta os documentos que temos em nossas mãos, identificamos que isso ocorreu com os gestores da administração central, como Marcionilo Lins (1971-1975) (SNI/ARE, Folha Registro 17/2/68; SNI/ARE, FC 23/2/73-17/2/68), Paulo Frederico do Rego Maciel (1975-1979) (SNI/AC, 15/4/74 - Prontuário; SNI/AC, 22/5/77 - Prontuário), Geraldo Lafayette Bezerra e Geraldo Calábria Lapenda (1979-1983) (SNI/Rec, 26/04/79); SNI/Rec, FC, 05/07/79; MEx/CIE, 22/12/80); George Browne do Rego (1983-1987). Até o momento, não encontramos documentos referentes ao primeiro reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães (1964-1971). Mesmo assim, não podemos esquecer que os órgãos de informação no ensino superior tiveram início em 1967.

Quem são esses reitores? Estamos ainda no início, mas é possível indicar algumas informações sobre alguns deles a partir dos documentos da repressão.

Marcionilo de Barros Lins (1971-1975) era um homem de confiança dos órgãos de repressão. Em um dos documentos está expresso o seguinte: “Sempre manteve firme sua decisão de votar pela cassação de estudantes subversivos” (SNI/ARE, FC 23/2/73-17/2/68). Lins era médico e foi defensor do golpe desde a sua origem. Foi identificado como um dos informantes da ditadura e um legítimo representante do regime (VERAS, 2018). Catedrático em Bioquímica do Instituto de Bioquímica, tinha bastante prestígio no meio acadêmico. Entretanto, apesar da confiança em torno da sua figura, críticas eram feitas em relação à sua personalidade (“não tem pulso forte e nem decisões firmes”) (SNI/AC, 23/2/73) e ao seu

caráter (“ambicioso, desprovido de moral e altamente vulnerável às esquerdas, quando objetiva interesses pessoais”).

Diante desses registros, a AC/SNI solicitou um balanço da gestão (...) na Reitoria da UFPE, principalmente sobre as medidas administrativas tomadas e suas repercussões no corpo docente e discente. No balanço da gestão deveriam ser informadas as principais ligações particulares e políticas de Lins, se havia sido instaurado algum inquérito administrativo na UFPE para apurar fatos ligados à sua gestão e, em caso positivo, o resultado e consequências. No documento também deveria constar emissão do conceito do nominado (SNI/AC, 24/11/76).

Paulo Frederico do Rego Maciel (1975-1979) também era bem visto pelos órgãos de informação. Conforme um dos documentos, era considerado um dos melhores técnicos de PE; a sua escolha seria uma garantia ao desenvolvimento econômico do Estado – ligado a Cid Sampaio e Geraldo Magalhães (SNI/AC, 22/5/77). Paulo Maciel, como era mais conhecido, foi um representante direto da oligarquia da cana. Foi assessor da FIEPE e era irmão de Marco Antônio de Oliveira Maciel, que foi deputado federal (1971-1979), governador de Pernambuco (1979-1982), senador (1983-1995; 2003-2011) e vice-presidente da República (1995 a 2003), ministro da Educação (1985-1986). Exerceu o cargo de senador de 2003 até 2011. Paulo Maciel foi o primeiro presidente do IAA após o golpe de 64, demonstrando confiança pelos líderes da ditadura, deputado federal pela ARENA (1967-1971).

Contudo, críticas e desconfianças persistem em vários documentos:

(...) consciente das linhas ideológicas propugnadas pelo DCE, tem deixado de chamar a atenção dos dirigentes daquele Diretório para o cumprimento das normas regulamentares emanadas do MEC, referentes às reuniões, simpósio, congresso, etc. (ASI/NE/MEC, 25/1/77).

O atual Reitor da UFPE (...) tem se mostrado omissos no tocante a questões semelhantes, revelando-se muito “liberal”. Recentemente PAULO FREIRE, ao retornar do exterior, fez conferência para estudantes, inclusive com paralisação de aulas (MEx CIE, 11/10/79).

3. A presença de ANTONIO CARLOS PAVÃO na Universidade é altamente inconveniente, pois é ativista dos mais radicais. 4. Caso semelhante é o de GERALDO GOMES DA SALVA. (MEX CIE, 11/10/79).

Mas não somente críticas. O reitor Paulo Maciel foi classificado como “esquerdista” num documento que tinha o título “comportamento esquerdizante”. Conforme o documento,

consta que nunca adotou um comportamento em favor da Revolução de 31/Mar/64, guiando-se por atitudes cômodas e oportunistas. Em 1974, durante palestra do Dep Fed Marcos Freire, na Escola Superior de Administração, fez a saudação daquele parlamentar, tecendo-lhe inúmeros elogios. Parece não possuir tino administrativo (BIC, 18/7/75, p. 6).

Por último, para ilustrar essa perspectiva “paranoica” de estabelecer um perigo iminente, mesmo entre os seus pares, a vice-reitora e pró-reitora, Maria Antonia Mac Dowell, neta do fundador da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, hoje, UFPE, foi uma das mais atacadas por esses órgãos de informação, apesar de ser apoiadora do golpe de 64.

Joaquim Amazonas foi deputado estadual entre os anos de 1927 a 1930, senador estadual em 1930, membro da Comissão de Economia e Finanças do Estado e presidente do Conselho Administrativo do Estado. Foi presidente da OAB por 17 anos (1932-1949 e em 1951) e presidente do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, além de diretor efetivo da Faculdade de Direito em 1945 (LIMA, 1959). Notamos que a família Mac Dowell estava completamente integrada à ordem do Estado. Contudo, isso não será suficiente para impedir que sua neta fosse monitorada.

Em um dos tantos documentos pesquisados, foi registrado que “(...) é tida como contrária à revolução ao atual governo revolucionário, não constando, no entanto, quaisquer pronunciamentos políticos durante a sua gestão, como Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos desta Universidade” (AESI/UFPE A-1, Informação nº 78/73, 22/03/73). Em outro documento de origem estadual, Maria Antonia Mac Dowell foi colocada

sob suspeita, pois havia sido do “Conselho Estadual de Educação e Cultura no governo do comunista Miguel Arraes”.

No documento também é feita a seguinte ressalva:

a professora acima mencionada é atualmente, Pró-Reitora de Assuntos Acadêmicos da UFP, e não vem trabalhando em sintonia com o setor de Segurança da Universidade Federal neste Estado, porque vem promovendo e acobertando professores esquerdistas, sem ouvir antes o setor de segurança daquela Universidade... os que foram promovidos são quase todos esquerdistas e antirrevolucionários; os direitistas e revolucionários são vetados, sob alegação de motivos banais. (SSP/CI, 22/03/73).

Um documento do IV Exército reproduziu essa classificação à professora Maria Antonia Mac Dowell:

Foi do Conselho de Educação do Governo de Miguel Arraes, é quem mais protege os esquerdistas. Promove os professores que lhe são simpáticos ideologicamente e faz a contratação de outros, os documentos são assinados pelo Reitor em confiança, em virtude dela despachar diretamente com ele, sem consultar os órgãos de informação da Universidade (MIN EXÉRC/IV, Informe nº 257 B-2, 02/10/72).

Em outro documento do IV Exérc, foram extraídas informações de outros órgãos que consolidavam imagens “esquerdizantes” da professora Maria Antonia, vista como protetora dos esquerdistas.

Ela só concede regime especial de trabalho a quem ela quer, e por mera coincidência, aqueles a quem ela concedeu tal regime de trabalho são, na maioria, agente de esquerda. [P. ex.] chegou, há pouco, da França o [prof.] Gadiel Peruci, que não deixa de ser um elemento esquerdistista, porque pertenceu ao [MCP] de Miguel Arraes, porque é amigo íntimo de Luiz Costa Lima, comunista cassado pela Revolução, e finalmente, porque tem ideias esquerdistas (SSP/CI, 22/3/73; IV Ex, 12/10/72). (MIN EXÉRC, IV Exérc, Informe, 282 B-2, 12/10/72).

Se tomarmos o ano de 1985 como referência e o início da “Nova República”, alguns eventos após o “fim” da ditadura continuaram a ser

monitorados. Assim, mesmo os eventos apoiados pelo Ministério da Educação, governos de Estado e órgãos internacionais da Educação, como a OEA e a UNICEF, já no processo de redemocratização (1988), eram monitorados da mesma forma, produzindo mais discursos sobre os seus participantes. Um desses eventos foi o VIII Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar, realizado no período de 10 a 15 de julho de 1988 (ACE/B2R, 27/07/88).

Em 1979, o seminário sobre “Política e Sociedade no Brasil”, patrocinado pela Associação dos Sociólogos de Pernambuco (ASPE), realizado no período de 12 a 17 março de 1979, no Centro de Comunicação Social do Nordeste (CECOSNE), RECIFE/PE, foi monitorado pelo SNI/Agência Recife. Essa informação foi extraída de um documento datado de 1982 (SNI/AREC, Informe nº 168/19/ARE/82, 3/11/82). O docente da UFPE identificado foi o professor Antonio Baltar.

Em 1980, a 32ª Reunião da SBPC, realizada de 06 a 12 de julho de 1980, na UERJ, no Rio de Janeiro, foi monitorada também pelos órgãos de informação. Foram identificados 19 professores da UFPE na lista de participantes (Min Aeronáutica, CISA, RJ).

Os docentes não fugiam também da espionagem desses órgãos. Alguns ficaram bem conhecidos em seu meio, nos órgãos de repressão. Alguns foram monitorados devido às suas aulas, consideradas subversivas, como a do professor Amaro Quintas, historiador, que foi classificado como

um adesista das teorias esquerdistas, usando de sua cátedra para propagar suas ideias favoráveis ao regime totalitário. Sugerimos que as atividades didáticas sejam observadas com a finalidade de ser verificada a possibilidade do mesmo estar utilizando a cátedra para pregações Anti-Revolucionárias (SSP, 22/03/65).

José Glaucio Veiga, professor da Faculdade de Direito, em documento do SNI/Recife afirmou que “em 1965, no exercício do magistério propagava a ideologia marxista já tendo sido preso várias vezes para averiguações de atividades subversivas”. Nessa mesma época, ele declarava em uma de suas aulas: “Fui preso nele sétima vez e não será a última.

Continuo marxista” (informante Mario J. de Carvalho - Prontuário de 3917/82) (SNI/Rec - Informe nº 274/19/ARE/82, 13 dez. 1982). O professor Salomão Kelner, da Faculdade de Medicina, também era considerado um homem perigosíssimo, conforme vários documentos. Ele era argentino, mas escolheu o estado de Pernambuco para viver. Segundo o documento (telex), ele

Facilitava problemas de faltas de aula até exercícios escolares de elementos do grupo, além de estímulo às ações de manifestações dentro da Faculdade, principalmente pela omissão completa ante as atividades subversivas desses estudantes, e, ainda sendo um dos principais batalhadores contra a cassação de estudantes pelo Dec 477, tendo destacado participação neste sentido. (era muito ligado ao grupo estudantil de esquerda... inclusive Marcos Burle de Aguiar, posteriormente cassado pelo 477) (SNI/AC/Informação nº 9016/ARE/SNI, Telex).

Logo após o golpe, entre abril e maio de 64, nove docentes foram conduzidos aos órgãos de repressão, presos ou detidos, para se justificarem diante do que eles chamavam de “revolução”. Os docentes foram José Claudio Veiga (Faculdade de Direito), Amaro Soares Quintas, Antonio Bezerra Baltar, Salomão Kelner (Faculdade de Medicina), Mirian Kelner (Faculdade de Medicina), Anaíde Teodósio (Departamento de Nutrição) e Arnaldo Marques (Faculdade de Medicina).

José Glaucio Veiga (Faculdade de Direito) foi um dos detidos para “averiguação”. Em 18 de abril de 1964, Veiga foi preso e, mais tarde, indiciado pela PM por exercer atividades subversivas (D.A./SSP/PE); ainda em 1964, foi processado pela Comissão de Investigação Sumária, acusado de atividades contrárias ao regime democrático (SNI/AC - Inf. nº 825 740/ARE 7 22/set, 9 set. 1977). Em 27 de maio de 1965, Veiga foi novamente preso para averiguação (SSP/DA, 7/06/1968).

Amaro Soares Quintas foi chamado à Delegacia para explicar suas palestras quanto à sua posição político-ideológica, pois existia testemunha se sentindo indignada. Quintas foi preso em 18 de abril de 1964 e

processado pela Comissão de Investigação Sumária (SSP/ Delegacia Auxiliar, 24/04/1964; SNI 22/09/81).

O professor Antonio Bezerra Baltar (Escola de Engenharia) também foi atingido pela ditadura ao ser incluído no “AI 1, sendo aposentado dos cargos de professor da [UFP] conf. Decreto de 08/10/64” (Ministério da Aeronáutica. CISA, Informações 44/CISA ESC RCD 08/07/74).

Salomão Kelner (Faculdade de Medicina) foi sempre apresentado como comunista e perigoso. Conforme documento secreto, ele foi definido como “comunista convicto e defensor da teoria marxista. Médico cirurgião afamado no Recife. Casado com Miriam Kelner, médica, que também professa a doutrina comunista. Em 14.04.64, foi preso para averiguações de atividades subversivas” (SNI/ARE. Secreto. Extrato do Prontuário nº 708-SNI/ARE).

Considerações finais

O trajeto traçado por nossa pesquisa aponta como os órgãos ditatoriais de informação tinham uma participação ativa no interior da UFPE e se utilizavam de diversos dispositivos de classificação sobre os docentes e administradores. Por isso, indicamos neste artigo algumas pistas de análise acerca da burocracia, da ditadura e do imaginário técnico-científico que precisam ser aprofundadas.

Vimos, também, que houve modificações acerca dos documentos antes e depois do golpe de 1964, que deixaram mais sofisticadas e impessoais as “informações” colhidas sobre pessoas. Essas modificações demonstram a “coisificação” dos investigados, dos monitorados.

Os administradores centrais, apesar de forte vínculo com a ditadura e seu projeto, foram monitorados, criticados e vários sofreram intervenções diretas, de modo que não fossem mais contratados – uns realizavam pedido, outros resistiam, não tanto por convicções ideológicas, mas, certamente, pela imposição da instituição, que necessitava dos quadros solicitados por concurso.

A pesquisa ainda está em seu início, mas com as amostras apresentadas aqui, considerando muitas outras que ainda não foram mencionadas, selecionadas e sistematizadas para análise, esperamos ter demonstrado a riqueza dos dados colhidos. Ao saber do passado, repensamos as narrativas do presente, as quais disputam um lugar na instituição. Essas narrativas são importantes para refletir sobre práticas e tradições que ainda estão ilesas e que continuam deitadas em seu esplendor.

Referências

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Ipea, Enap, 2018. 413 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8487/1/Burocracia%20e%20políticas%20públicas%20no%20Brasil_interseções%20analíticas.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.
- BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba**, Indaiatuba, SP, v. 1, n. 1, p. 5-11, jul. 2002. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao estado**. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/o3.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FIGUEIREDO, Lucas. **Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 205-216, jan./jun. 2011. Disponível em: revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/379/379 Acesso em: 23 jul. 2019.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLII, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2006. Disponível em: http://memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/583db925102a40_36300138/APM.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. Contemporânea. **Historia y problemas del siglo XX**, año 3, v. 3, p. 133-148, 2012. ISSN: 1688-7638. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporaneo3_2012-11-23-webO-07.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985). 2007. 266f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História PPH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <https://clnicasdotes-temunhosc.weebly.com/uploads/6/o/o/8/60o89183/o-que-resta-da-ditadura1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

UFPE: repressão, expansão e modernização (1959-1974)

*Thiago Nunes Soares*¹

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da ditadura civil-militar na Universidade do Recife (UR)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)², entre 1959 e 1974. O período tem como marcos o reitorado de João Alfredo (1959-1964) e o fim do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando ocorreu o auge da repressão política no Brasil.

Nos anos 1950 e 1960, no contexto da Guerra Fria, em Pernambuco, o medo do comunismo foi construído e difundido de várias formas: ações policiais repressivas nos espaços urbanos e rurais e difusão de cartazes repletos de símbolos e representações anticomunistas em locais públicos. Isso ocorreu devido às disputas políticas entre setores e atores sociais diversos: Igreja Católica, Ligas Camponesas, sindicatos urbanos e rurais, estudantes e docentes nas instituições de ensino superior e uma elite

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador pedagógico do curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), instituição onde se graduou. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi professor substituto do Centro de Educação (2012-2014; 2016-2018). Atualmente, também é avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC; professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenador da Licenciatura em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA) e docente do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Apris, 2018), entre outros livros e artigos nos campos da História e Educação. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>.

² A UR foi fundada em 1946, constituída por de diversas faculdades pernambucanas já existentes. Em 1965, foi federalizada, tornando-se a UFPE.

conservadora, configurando um cenário que justificou a ocorrência do golpe de 1964 (ABREU E LIMA, 2005, pp. 27-34; MONTENEGRO, 2007, p. 94).

Nesse contexto ressaltamos a atuação de segmentos de direita na UR. Nos anos 1950, destacaram-se a Aliança Brasileira Anticomunista e a Frente Anticomunista. Na década de 1960, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (Mac) combateram as ações estudantis de esquerda, por meio de pichações, chantagens, extorsões, destruições, sequestros e ameaças anônimas por ligações telefônicas e cartas. Os grupos eram compostos por discentes, policiais, empresários e militares. Os alunos em sua maioria eram ligados a cursos tidos como mais elitizados (Direito, Engenharias e Medicina) e às principais universidades locais: UR, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Universidade Rural de Pernambuco (VERAS, 2018, p. 35).

Como fatos da repressão política na UR antes do golpe, ressaltamos que, em 1961, agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) e do IV Exército prenderam, torturaram, deixaram incomunicável e deportaram o argentino Túlio Carella, docente de Teatro da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Ele foi contratado pelo reitor João Alfredo em 1960, a partir de uma recomendação dos professores da UR Hermilo Borba Filho (integrante do Movimento de Cultura Popular - MCP³) e Ariano Suassuna.

Essa violência perpetrada por agentes de segurança e informação foi fruto de denúncias anticomunistas partidas de professores da UR enciumados com o seu trabalho e intolerantes com a sua homoafetividade. Diante das chantagens dos militares que ameaçaram divulgar publicamente o seu diário íntimo, Túlio Carella foi obrigado a sair do Brasil (VERAS, 2018, p. 42). Dessa maneira, verificamos como o autoritarismo

³ Movimento de educação de base e alfabetização de jovens e adultos surgido em 1960, com a participação de alunos e professores universitários, intelectuais e artistas, em uma ação conjunta com Miguel Arraes, prefeito de Recife. Entre os participantes do movimento extinto com o golpe de 1964, destacamos o educador Paulo Freire (UR). <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-cultura-popular-mcp>>, acessado em 18 mar. 2020.

se estabeleceu por meio da violência física e de discursos morais, aspectos que, posteriormente, também serviram de base para a manutenção da ditadura.

Outro fato simbólico também ocorreu em 1961, quando agentes da SSP/PE e do IV Exército invadiram a Faculdade de Direito do Recife (FDR)⁴ com tanques de guerra e armamento militar, devido à ocupação do prédio por alunos grevistas. A paralisação foi baseada no movimento de reforma universitária e em reivindicações locais, expressando os tensionamentos sociopolíticos da época em âmbito local (VERAS, 2018, p. 42).

Entre os militantes estudantis de direita da UR, destacamos Marco Antônio de Oliveira Maciel. Nascido em 1940, de família tradicional católica, filho do influente político de direita José do Rego Maciel e primo de Paulo Frederico Maciel, futuro reitor da UFPE (1975-1979). Iniciou jovem a militância no movimento estudantil, influenciado pelo pai. Enquanto secundarista do Colégio Nóbrega (tradicional instituição educacional católica), foi eleito presidente do Diretório Acadêmico aos 17 anos. Em 1959, ingressou na FDR, participando da produção da revista *Estudante* e sendo eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UR e membro do Conselho Universitário em 1960⁵.

Em 1961, foi reeleito presidente do DCE e em 1962, foi eleito presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), assumindo o cargo em 1963. Mesmo ano em que se bacharelou em Direito e se desligou da União Nacional dos Estudantes (UNE), pois no congresso da entidade, ele apoiou a chapa financiada por segmentos de direita que foi derrotada pela chapa *Unidade*, presidida por José Serra e fruto de uma coligação da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diante disso, Marco Maciel lançou um manifesto publicado na imprensa. Seu histórico de militância na ocupação de cargos estudantis simbolizou a sua liderança

⁴ Vinculada a UR/UFPE.

⁵ <<https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>>, <<https://une.org.br/2011/08/marco-maciel/>>, <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessados em 18 mar. 2020.

política, cuja atuação foi de forte oposição ao governador de esquerda Miguel Arraes de Alencar (1962-1964)⁶.

Outro aspecto marcante durante o reitorado de João Alfredo foi a atuação de Miguel Arraes. Bacharel em Direito pela FDR, ele foi um político que durante esse período contou com a significativa participação de estudantes e professores da UR durante o seu governo. Situação negativa para esses sujeitos durante a ditadura, para o desenvolvimento de suas atividades na universidade, como a ocupação de cargos estratégicos na instituição. Eleito prefeito da capital pernambucana em 1959, pela aliança interpartidária Frente do Recife⁷, Miguel Arraes exerceu um papel importante para consolidar a imagem da hegemonia das esquerdas no estado no contexto pré-golpe de 1964. Segundo Tereza Rozowylwiat, nesta cidade ele buscou:

[...] imprimir uma marca popular à sua administração. Ampliou o sistema de abastecimento de água e de fornecimento de energia, construiu chafarizes, aumentou a rede de esgotos, desenvolveu projetos de urbanização nos bairros mais pobres e criou o Movimento de Cultura Popular (MCP), talvez a principal marca da sua passagem pelo Executivo municipal. Paralelamente, tratava de ganhar o apoio da classe média, concluindo as obras de abertura da avenida Norte e Conde da Boa Vista, alargando a rua da Aurora, pavimentando as avenidas Sul, Boa Viagem e Imbiribeira, e construindo a ponte de Limoeiro. [...] Mas foi o MCP a face mais visível e emblemática da passagem de Arraes pela Prefeitura. Agregando intelectuais, artistas, educadores, o movimento encerrava uma proposta de contraposição ao modelo tradicional de educação, privilegiando as necessidades reais da população, valorizando o universo cotidiano e a criação de uma consciência política (ROZOWYKWIAT, 2006, p. 33).

Dessa forma, para manter-se no poder, Miguel Arraes buscou apresentar-se como um político preocupado tanto com as camadas mais pobres

⁶ BRANCO, 2017, pp. 30-31. VERAS, 2018, p. 65. <<https://une.org.br/2011/08/marco-maciel/>>, <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>>, <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessados em 18 mar. 2020.

⁷ “[...] Formada em 1955, por ocasião da realização de eleições municipais no Recife, e que, ao longo das campanhas eleitorais que seguiram, alcançou sucessivas vitórias na disputa por cargos da administração pública estadual e municipal. Considerada uma frente esquerdista, apresenta o PCB e o PSB como os únicos partidos que integraram em cada uma das campanhas ocorridas entre 1955 e 1963” (SANTOS, 2008, p. 4).

da população, quanto com as mais abastadas da cidade, buscando imprimir a sua popularidade e obter apoio social por meio da execução de várias obras públicas, sendo marcante nesse processo a sua ligação com artistas, intelectuais, professores e estudantes, entre os quais destacamos os da UR. Diante disso, durante as ações de vigilância dos agentes de segurança e informação na UFPE, o passado de militância desses universitários pesou negativamente na avaliação deles durante a contratação e ocupação de cargos estratégicos, ao serem vistos de maneira pejorativa e incriminadora, conforme constatamos na documentação investigada.

Perante as especificidades dessa gestão, o governo de Miguel Arraes foi bem aprovado por grande parcela da população, resultando em sua candidatura ao cargo de governador, em 1962. A eleição foi árdua, pois ele obteve apenas apoio de pequenos partidos associados à Frente do Recife e de parte expressiva do PSD, orientado pelo seu companheiro de chapa Paulo Guerra. Isso porque a campanha contra Arraes foi influenciada por segmentos conservadores, como: o empresariado, a Igreja Católica e instituições estadunidenses, como a Aliança para o Progresso.

Vitorioso, Miguel Arraes iniciou um governo apoiado por estudantes e professores universitários de esquerda e constituído por seus partidários, representantes do PSD de Paulo Guerra e pessoas ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (SILVA, 2002, pp. 69-70). Segundo Manoel Correia de Andrade, montando um governo heterogêneo, ele visou desenvolver um programa que, na época, foi considerado moderno e avançado:

[...] Arraes deu prioridade [...] a questão social, questão que o preocupou durante toda a vida e ação política. Assim ele resolveu apoiar as reivindicações dos trabalhadores do campo que exigiam a Aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963 [...] Para livrar os agricultores, pequenos proprietários ou sem propriedade dos intermediários, no interior, Arraes conseguiu mobilizar os bancos oficiais e desenvolver um programa de empréstimos aos mesmos a juros baixos. [...] Sabia que estava atirando em terreno minado [...] não podendo atuar sem manter atenção aos seus inimigos declarados com[o] Carlos Lacerda e até certo ponto de seus aliados, como João Goulart [...] que mesmo fazendo um governo oficialmente reformista,

defendendo uma série de reformas indispensáveis ao Brasil, como a agrária, a urbana, a educação, etc ... por ser eminentemente conciliador poderia sacrificar qualquer aliado em função de uma vitória maior a curto prazo (ANDRADE, 2004, pp. 41-42).

Diante do significativo enfoque social, o novo governo de Miguel Arraes foi considerado um problema por setores conservadores: anticomunistas e grandes empresários, pois potencializou práticas de resistências dos trabalhadores rurais, que ganharam direitos sociais. Anteriormente, geralmente os conflitos entre esses trabalhadores e os proprietários de terras eram resolvidos com a repressão policial como forma de apoiar as classes abastadas.

Concomitantemente, o reitor João Alfredo criou o Serviço de Extensão Cultural (SEC) na UR em 1962, perante um cenário de busca de revitalização escolar e de grande crise político-pedagógica. Esse órgão foi dirigido por um de seus idealizadores, o professor Paulo Freire. O SEC tinha como objetivo desenvolver atividades nos âmbitos da realidade brasileira e da esfera cultural, buscando incrementar a cultura popular com a educação e impulsionar políticas de “extensão cultural”, que podem ser entendidas, atualmente, como políticas de extensão universitária (VERAS, 2012, p. 98). Entre as atividades desse órgão, ganharam destaque a campanha de alfabetização de jovens e adultos, a Rádio Universitária e a criação da revista *Estudos Universitários*.

A recepção positiva desse trabalho pelas camadas populares suscitou projeção internacional à UR e legitimidade política junto ao governo federal. Mas, por outro lado, o SEC foi um elemento chave na polêmica das disputas ideológicas na cidade lideradas pelo anticomunista Gilberto Freyre. O sociólogo apoiou o golpe contra o presidente João Goulart e esteve à frente da campanha de intelectuais contra o reitor João Alfredo, alegando que ele estava permitindo a infiltração comunista na universidade. Seu posicionamento de direita foi registrado em sua coluna dominical do jornal *Diário de Pernambuco*, um poderoso instrumento de apoio ao golpe em âmbito local (MOTTA, 2014a, p. 34).

Quanto à atuação de Paulo Freire, liderança atuante no cenário político-educacional, em 1963, ele integrou o recém instalado Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, devido à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. A repercussão dos excelentes resultados de sua experiência de alfabetização, com destaque para a sua atuação como diretor da Divisão de Pesquisas do MCP, possibilitou uma projeção nacional. Esse professor também foi designado presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular em 8 de julho 1963 e, posteriormente, esteve à frente da coordenação nacional do Plano Nacional de Alfabetização, estruturado em julho de 1963 e instituído oficialmente em janeiro de 1964 (SAVIANI, 2001, pp. 321-322).

Todavia, com o golpe, esse projeto político-pedagógico voltado para a educação e a cultura popular foi ceifado, o trabalho de alfabetização de adultos baseado no Sistema Paulo Freire foi extinto e os seus organizadores foram acusados de subversão, exilados e/ou presos. O termo subversão era genérico, polissêmico e muito utilizado pela polícia política, com o objetivo incriminar os que eram concebidos como inimigos do governo e deveriam ser aniquilados (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 159). Paulo Freire foi preso e aposentado compulsoriamente do cargo de professor da UR em 1964. Após setenta dias de sua prisão, exilou-se no Chile, onde atuou como docente da Universidade de Santiago entre 1964 e 1969 (PILETTI; PILETTI, 2012, pp. 200-201).

Entre os apoiadores do golpe em Pernambuco, destacamos a participação de Eraldo Gueiros Leite (procurador geral da justiça militar e governador de 1971-1975), Augusto da Silva Lucena (vice-prefeito de 1963-1964; prefeito de 1964-1971 e de 1971-1975), Cid Sampaio (ex-governador de 1959-1962), Paulo Guerra (vice-governador de 1963-1964; e governador de 1964-1967), Artur Schwambach (empresário de ônibus da cidade), Antônio Galvão (vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco), Wilson Queiroz Campos (presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco), dos usineiros José Lopes Siqueira, José Lopes de Siqueira e Luís Maranhão e dos militares coronel Ivan Rui, general Antônio Carlos

Muricy e coronel Castilho (VERAS, 2018, p. 35). Houve, portanto, a participação de empresários, políticos profissionais de direita e militares nesse movimento, os mesmos foram beneficiados pela ditadura de diferentes maneiras, como na ascensão a cargos políticos estratégicos.

Em Recife, o dia 1 de abril constituiu-se em uma arena de disputas e resistências políticas, perante o golpe de 1964. Diante de sua atuação política, com destaque para o seu apoio às Ligas Camponesas e à reforma agrária, o então governador Miguel Arraes foi um dos principais alvos dos militares. Nessa data, às 11:00h, a praça do Palácio Campo das Princesas (sede do governo estadual) estava tomada por soldados do exército, armados e sob a chefia do coronel João Dutra de Castilho e do tenente-coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira (CAVALCANTI, 2008, p. 379).

Nesse dia também houve uma passeata estudantil em defesa do governo de Arraes, que saiu da Escola de Engenharia da UR, no centro do Recife, área onde também funcionava a FDR e outras faculdades dessa instituição e ocorreram tradicionalmente grandes manifestações de lutas políticas. De acordo com Fabiola Lucena, nesse período, essa Escola era considerada pelo DOPS/PE como a instituição que comandava todos os movimentos estudantis de esquerda no estado (LUCENA, 2016, p. 63).

Durante a passeata ecoaram os gritos: “Viva Miguel Arraes” e “Abaixo o golpe”. Minutos depois do seu início, dois estudantes foram baleados pelo exército na Praça da Independência, onde situava-se a sede do jornal *Diário de Pernambuco*. Perderam a vida as duas das primeiras vítimas da ditadura: o secundarista de dezessete anos Jonas Albuquerque e Ivan Rocha de Aguiar, universitário de vinte e três anos da Escola de Engenharia. Este foi um fato de significativa repercussão social noticiado pela mídia local e ao tomar conhecimento desses assassinatos, a UEP, por meio do seu presidente José Tinoco de Albuquerque, decretou uma greve geral como estratégia de resistência (CAVALCANTI, 2008, pp. 379-380; BARROS, 2009).

A concretização do golpe levou Miguel Arraes à prisão e a realização de uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa de Pernambuco,

que determinou a vacância do cargo de governador, assumindo o seu vice: Paulo Guerra⁸. Com isso, Paulo Guerra governou o estado até 1967, filiando-se à Arena⁹. Ao assumir o poder, convidou o ex-militante estudantil de direita Marco Maciel para assumir o cargo de secretário-assistente do estado. Entretanto, devido à pouca idade, Marco Maciel não pôde exercer o cargo, exercendo dessa forma a função de assessor governamental entre 1964 e 1966¹⁰.

Nesse cenário de perseguições políticas com o advento do golpe, durante a sessão da Câmara dos Vereadores, decidiu-se pela cassação do mandato do prefeito do Recife Pelópidas Silveira, político de esquerda filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Assim, assumiu o cargo o seu vice: Augusto Lucena, político de direita que em 1965, filiou-se à Arena e exerceu a função de vice-diretor do partido em Pernambuco.

Em abril de 1964, alunos de direita da FDR redigiram um manifesto às Forças Armadas para apoiar o “movimento de 31 de março”. Em 25 de abril foi publicada uma matéria na imprensa local que registrou a

⁸ Diante disso, Miguel Arraes, após ficar preso em quartéis de Recife e da Ilha de Fernando de Noronha, seguiu em 1965 para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, onde solicitou asilo na Embaixada da Argélia. O aceite do asilo político permitiu seu exílio no país por quatorze anos com a família, retornando ao Brasil em 1979, devido à Lei da Anistia. Enquanto, Pelópidas Silveira, professor da Escola de Engenharia da UR, teve os direitos políticos suspensos, o mandato cassado e foi aposentado compulsoriamente, juntamente com outros docentes da instituição, retornando à docência na UFPE somente em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. ROZOWYKWIAT, 2006, pp. 79-80. <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=604>, <[http://instituto miguelarraes.com.br/home/?page_id=62](http://institutomiguelarraes.com.br/home/?page_id=62)>, acessados em 27 jul. 2018.

⁹ “Em outubro de 1962, elegeu-se vice-governador de Pernambuco, concorrendo pelo Partido Republicano (PR), apoiado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pela ala majoritária do PSD pernambucano. Miguel Arraes foi eleito governador, lançado pelo Partido Social Trabalhista (PST) e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos comunistas. [...] Em virtude de suas divergências políticas com o governador, [...] Paulo Guerra resolveu instituir o que chamou de ‘governo paralelo’, por não confiar na orientação de Arraes nem em seus auxiliares. No início de 1964, impaciente com o que considerava o radicalismo do governador de Pernambuco, entrou em contato com o general Humberto de Alencar Castelo Branco [e] [...] manifestou suas divergências em relação a Arraes. No dia 31 de março, um movimento político-militar depôs o presidente João Goulart, e no dia 9 de abril a junta militar que assumiu o governo editou o Ato Institucional nº 1, cassando os direitos políticos de vários elementos ligados ao governo anterior, entre os quais Miguel Arraes. O fato de Paulo Guerra ter procurado anteriormente Castelo Branco, que ocupou a chefia da nação em 15 de abril, poupou-o da cassação política e permitiu que assumisse, sem problemas, o governo de Pernambuco, para completar o mandato de Arraes, que havia sido preso”. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-pessoa-guerra>>, acessado em 27 jul. 2018.

¹⁰ Ao longo e após a ditadura, Marco Maciel exerceu cargos relevantes, entre os quais destacamos: professor de Direito da Unicap (1966), deputado estadual (1967-1971), secretário geral da Arena/PE (1969-1970), deputado federal (1971-1975; 1975-1979), presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979), governador de Pernambuco (1979-1982), senador da República (1983-1990; 1991-1994; 2003-2011), ministro da Educação e Cultura (1985-1986) e vice-presidente da República (1995-1998; 1999-2002). <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessado em 18 mar. 2020.

indignação de alunos da UR, em face da continuidade do reitor João Alfredo no cargo. Nela, os estudantes alegaram que ele estaria colaborando para “perturbar a democracia” e pediram uma intervenção na reitoria (SILVA, 2002, p. 71).

Logo após o golpe, a UEP foi invadida por tropas do IV Exército, que impediram a realização de novas eleições para a entidade. Diante disso, Djair de Barros Lima, estudante de direito de Economia da UR que se apresentou como discípulo político de Marco Maciel, foi empossado como interventor do órgão, tornando-se em 1964, presidente do DCE com o apoio do Conselho Universitário, e, posteriormente, professor e diretor da UFPE e chefe da ASI/UFPE (VERAS, 2019, p. 4; SILVA, 2002, p. 72).

Entretanto, destacamos que, mesmo posta na ilegalidade, a UEP continuou atuando politicamente, sendo marcante a presença do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da AP. Também ressaltamos que as intervenções repressivas ocorreram em outras entidades estaduais discentes, como foi o caso da União Paranaense de Estudantes, que teve a sua sede atacada por policiais pouco tempo depois do golpe de 1964. O ataque realizado por meio de um mandado de busca e apreensão de amplos poderes autorizou inclusive o arrombamento do local (SCHMITT, 2018, p. 130).

Nesse contexto, o clima político-educacional na UR se mostrou mais efervescente, devido à ação de agentes de segurança que invadiram a reitoria e sede da SEC, roubando e confiscando equipamentos, documentos e doze quadros do artista plástico Francisco Brennand usados nos trabalhos do sistema educacional de Paulo Freire (VERAS, 2018, p. 43).

O reitor Joaquim Amazonas, tido como a favor do governo então destituído, exerceu o seu cargo sob pressão desde 1963, pelo apoio aos projetos dirigidos por Paulo Freire. Com o golpe, a pressão aumentou, sobretudo para aceitar que os professores visados pelos agentes de segurança fossem expulsos. Diante disso, Joaquim Amazonas renunciou ao cargo e vários docentes e estudantes considerados perigosos pelo Estado foram presos ou saíram de cena, devido à perseguição política. A situação

foi comemorada por segmentos de direita, que viam um caminho aberto para os expurgos e para a escolha de um novo reitor em sintonia com os ideais da ditadura (MOTTA, 2014a, p. 38; p. 45). Em Pernambuco, pelo menos 17 docentes e técnicos administrativos de diferentes instituições universitárias foram detidos, entre os meses de abril e dezembro de 1964 (VERAS, 2018, p. 44).

Foi o caso do professor Amaro Soares Quintas. Historiador, escritor, cronista colaborador do *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, bacharel em Direito pela FDR e professor da UR, Fafire e Unicap, o docente foi um militante político de esquerda perseguido pelos militares desde o Estado Novo. Três semanas após o golpe, proferiu a conferência *A Livre Determinação dos Povos*, no Teatro Santa Isabel, em Recife, onde defendeu a livre escolha do regime político e referenciou positivamente o povo cubano. Amaro Quintas também enalteceu Fidel Castro e elogiou o socialismo em suas aulas na UR, sendo denunciado aos militares por Adilson Cardoso, aluno de direita¹¹.

Em face desse cenário anticomunista e de adesão discente da UFPE à ditadura, esse intelectual foi afastado da UR em 1964, e, ao perder os seus direitos políticos, ficou impedido de lecionar em instituições federais, sendo um dos primeiros docentes universitários a serem perseguidos pela ditadura em Pernambuco. Sem salário da universidade, teve dificuldades financeiras para sustentar a família e a situação só melhorou graças ao seu amigo Gilberto Freyre, apoiador da ditadura e amigo pessoal do presidente Castelo Branco, com “trânsito livre” junto ao IV Exército de Recife.

Freyre conseguiu que Amaro Quintas não fosse preso e o empregou como o primeiro diretor do Departamento de História Social do Instituto Joaquim Nabuco, atual Fundaj, função exercida apenas até 1964, em face da perseguição do Estado autoritário¹². Esse caso é representativo para

¹¹<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=335&Itemid=180>, <<http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=15191>>, <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessados em 21 dez. 2019.

¹²<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=335&Itemid=180>, <<http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=15191>>, <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessados em 21 dez. 2019.

pensarmos como era complexo o mosaico das relações sociais na universidade, por serem marcadas por situações de adesão ao regime, paradoxos, cooperação e adequação, em face dos impactos interventivos da ditadura.

Nessa conjuntura, Newton Maia assumiu *pro tempore* a reitoria entre os meses de julho e agosto de 1964, para organizar e realizar a eleição do novo reitor, a partir da sua nomeação pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Em seguida, de forma estratégica para o Estado, após o encaminhamento do Conselho Universitário, essa função ficou a cargo de Murilo Humberto de Barros Guimarães, de agosto de 1964 a agosto de 1971¹³.

Além disso, destacamos a complexidade de como ocorreu o apoio ao golpe nos meios universitários, pois não podemos pensar os sujeitos envolvidos como um bloco homogêneo, na medida em que:

Entre os apoiadores do golpe [...] havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais. Também eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo governo prometiam fazer, desde que respeitados os valores ‘democráticos e cristãos’. Parte desse segmento ‘moderado’ logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, entre professores e estudantes, havia também partidários do golpe que pertenciam à extrema direita, como (ex)integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais (MOTTA, 2014a, pp. 35-36).

Com o início da ditadura, ocorreram uma série de violações aos direitos humanos de alunos, professores e funcionários das universidades, escolas e centros de pesquisa. Na madrugada de 13 de abril de 1964, Bianor da Silva Teodósio e Naíde Regueira Teodósio, médicos e professores pesquisadores do curso de Medicina da UR foram presos pelo DOPS/PE, pesando negativamente a participação deles na gestão do governo de Miguel Arraes. Além de presos por oito meses e afastados dos seus filhos, os

¹³ <https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=190>, acessado em 28 jul. 2018.

cientistas tiveram a sua família presa pela ditadura posteriormente (COELHO; *et al*, 2017, p. 225).

De acordo com o relatório final da Comissão da Verdade de Pernambuco, logo em 1964, a UR foi atingida com a renúncia do reitor, duas exonerações, três demissões, quatro dispensas e onze aposentadorias, prática repressiva mais recorrente e associada a três prisões:

Diário Oficial do dia 18 de junho de 1964.

Exonerado: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, após ter renunciado ao cargo de reitor.

Diário Oficial do dia 09 de outubro de 1964.

Aposentados: Amaro Soares Quintas (preso), Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra Baltar, Arnaldo Cavalcanti Marques (preso), Arthur Eduardo de Oliveira, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito (preso), José Laurênio de Mello, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus [sic] Neves Freire, Pelópidas da Silveira.

Demitidos: Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus [sic] Neves Freire.

Dispensados: Amaro Carneiro da Silva, Miriam Campelo, Paulo Pacheco da Silva, Roberto de Moraes Coutinho.

Exonerado: Newton da Silva Maia (COELHO; *et al*, 2017, p. 227).

No que concerne aos alunos da UFPE assassinados desde o início da ditadura até o auge da repressão, a tabela a seguir expressa um perfil de oito atingidos:

TABELA 1 – ESTUDANTES E EGRESSOS DA UFPE ASSASSINADOS PELA REPRESSÃO ENTRE 1964 E 1975

Nome	Trajectoria	Data	Circunstância
Ivan da Rocha Aguiar	Aprovado no vestibular da EEP.	01 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Casetano Coelho de Almeida
Jonas José de Albuquerque Barros	Militante do MCP e do PCB.	01 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Casetano Coelho de Almeida
Miriam Lopes Verbena	Egressa de Ciências Sociais formada em 1968, militante do PCBR, bancária e pesquisadora	08 de março de 1972	Assassinada com o marido e dirigente do PCBR, Luís Alberto Andrade de Sá, em Caruaru, durante suposto acidente de carro
Ezequias Bezerra da Rocha	Egresso de Geologia, ex-militante do PCB e simpatizante do PCBR	11 de março de 1972	Sequestrado, torturado e assassinado na sede do Destacamento de Operações

			de Informações- Centro de operações e Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército na Rua do Hospício, centro do Recife.
Ranussia Alves	Dirigente do movimento estudantil de Enfermagem em 1968 e militante do PCBR, casada pelo 477/69	27 de outubro de 1973	Preso, torturado e morto no Rio de Janeiro
Umberto Câmara Neto	Estudante da FMR e militante da APML e do PCBR	8 de outubro de 1973	Preso e desaparecido
Rui Frazão	Estudante de Engenharia e militante da AP e do PCdoB	27 de maio de 1974	Desaparecido em Petrolina.
Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira	Estudante da FDR e militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML)	23 de fevereiro de 1974	Desaparecido e morto no Rio de Janeiro

Fonte: VERAS, 2018, pp. 35-36.

Pesou na perseguição política do Estado a atuação dos jovens militantes em organizações e partidos de esquerda, com destaque para os de ideias e práticas comunistas e marxistas. Outro aspecto combatido foi a participação universitária no MCP, cujo surgimento e desenvolvimento estiveram ligados diretamente a acadêmicos da UR. Verificamos que os assassinatos cometidos pelo Estado foram realizados desde o dia do golpe de 1964 e as formas de repressão foram variadas: sequestro, fuzilamento, prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos políticos.

Entre os agentes de segurança que violaram direitos humanos, apenas o major Hugo Caetano Coelho de Almeida foi identificado, há silêncios e falta de informações sobre os arbítrios cometidos pelos militares, mas as lutas sociais ainda continuam para descortinar esse cenário. Compreendemos assim, que o hiato de mortos da UR/UFPE entre esse 1964 e 1972 não significou a ausência de repressão aos acadêmicos, pois diversos estudantes foram presos, torturados e desaparecidos políticos nesse período.

No início da ditadura, ocorreu um impacto no ensino superior com a Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), que permitiu o fechamento de entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos. Além disso, professores associados ao comunismo foram cassados, discentes foram expulsos, nomearam-se “interventores” para atuar

como diretores de unidade ou chefes de departamento, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta pelo Congresso Nacional e foram proibidas atividades políticas e greves das entidades estudantis (ARAÚJO, 2007, p. 155).

Essa lei também extinguiu as entidades estaduais discentes, criando em seu lugar o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), impondo o voto obrigatório para os discentes regularmente matriculados durante as eleições dessas entidades. Os órgãos estiveram submetidos ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a lei objetivou acabar com a representação estudantil em nível nacional e local e despolitizar a atuação juvenil (LACERDA, 2011, p. 63).

Apesar de atender aos ideais do governo, essa medida legal sofreu críticas não apenas dos opositores aos militares, mas também de alguns de seus aliados. Em 11 de novembro de 1964, Djair Barros Lima, interventor da UEP, publicou uma nota oficial no *Diário de Pernambuco*, declarando que combateu a corrupção e a subversão no âmbito universitário, condenando a atitude de Suplicy de Lacerda extinguir a UNE. Para ele, o que deveria ser feito era combater os “abusos” existentes nessas entidades estudantis e não as fechar. Sob essa alegação, Djair saiu do cargo (SILVA, 2002, pp. 72-73). Assim, o caso registrou que não havia um consenso sobre as práticas ditatoriais entre os que apoiaram o regime.

Por outro lado, em março de 1965, enquanto presidente do DCE, Djair Barros Lima rebateu nos jornais locais a publicação de um panfleto que reivindicou eleições estudantis na universidade, pois o discurso do documento era contra o sufrágio para o DEE. Nesse sentido, essa liderança de direita denunciou o DA da EEP e outros DAs, ao acusá-los de “foco de subversão e de agitação” (VERAS, 2018, p. 90).

Destacamos a continuidade da resistência discente de esquerda contra a ditadura, sendo o panfleto um instrumento de luta e comunicação por produzir e divulgar informações sobre os ideais e práticas dos militantes. Problematicamos também o espaço que Djair Barros Lima tinha para

combater a oposição universitária no *Diário de Pernambuco*, entendido como uma situação de cooperação do periódico ao regime.

Nesse ano também foi publicada uma carta assinada pelos DCEs da UR e da Unicap e pelo Diretório Estudantil de Engenharia, para comemorar o primeiro ano do governo militar, simbolizando a adesão à ditadura por estudantes de direita. Ressaltamos que os discursos dos universitários contra o golpe não possuíam espaço nos jornais de grande circulação local (LUCENA, 2016, pp. 63-64). Dessa maneira, o campo universitário se configurou como um espaço de batalhas simbólicas e discursivas, sendo os silêncios da imprensa lugares de anúncio de seus posicionamentos políticos.

Em 1965, Ruy Frazão Soares, aluno de Engenharia da EEP e militante da AP e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) protestou contra a transferência dessa instituição localizada na Rua do Hospício, centro do Recife, para o bairro do Engenho do Meio. O entendimento de vários estudantes na época era que essa foi uma estratégia para isolá-los politicamente, ao mantê-los afastados da população e dos principais espaços de protestos.

Como Ruy Frazão Soares era representante discente na Congregação da universidade e liderou a manifestação juvenil, foi preso, mantido incommunicável e torturado com choques elétricos, ao ponto de ter os seus dentes quebrados. Após ser solto, nesse mesmo ano, ganhou uma bolsa de estudos na Universidade de Harvard. Lá nos Estados Unidos, em uma assembleia promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), denunciou as torturas cometidas pela ditadura no Brasil¹⁴. Esses fatos são simbólicos para pensarmos o impacto da repressão na UFPE e como no início regime, houve inclusive denúncias sobre a violações de direitos humanos.

¹⁴ Ao retornar para o Brasil, desistiu do curso de Engenharia, com receio da violência dos militares. Devido ao auge da repressão no país, viveu na clandestinidade, usando pseudônimo e trabalhando como feirante em Petrolina/PE. Em 1974, durante a abertura política, novamente foi alvo da repressão, ao ser preso e espancado por policiais militares e, mesmo sendo assassinado, consta na lista dos desaparecidos políticos, por não terem encontrado o seu corpo. MACHADO, 2007, pp. 216-217. COELHO; *et al*, 2017, pp. 355-356.

Apesar disso, como lembrou Airton Queiroz, ex-militante do PCB e estudante de Engenharia de Minas, as lutas discentes contra a transferência da EEP continuaram nos anos seguintes, pois além de distante, o *campus* da Cidade Universitária tinha prédios inacabados, não existindo sequer instalação de água. Como estratégias de resistência, realizou-se uma greve e alunos recusaram-se a assistir as aulas. Entretanto, a mudança de prédio foi realizada de forma impositiva pela reitoria (QUEIROZ, 2007, pp. 228-229).

No meio estudantil ocorreram também conflitos internos e a infiltração de agentes da ditadura. Em 1966, houve uma assembleia discente na UFPE para julgar dois alunos que denunciaram seus companheiros aos militares, resultando na expulsão desses cooperadores do regime da festa de formatura da EEP, quando 400 acadêmicos votaram a favor da decisão e somente 11 contra. Assim, a assembleia simbolizou que condutas apoiadoras à ditadura eram inaceitáveis para a maioria dos universitários dessa escola universitária com um histórico de lutas em defesa da democracia no Brasil (BRAYNER; BRAYNER, 2007, p. 212).

Outro fato destacado foi a prisão dos universitários Airton Queiroz (EEP e PCB) e Rosa (Medicina, não mencionado o seu sobrenome) em 1967, por picharem contra a atuação das tropas estadunidenses no Vietnã. Essas escritas urbanas foram um instrumento de comunicação contra a ditadura, pelo simbolismo político transgressor e mobilizador da população com os conteúdos de seus discursos, em um cenário de vigilância, censura e repressão social. Daí a sua proibição e combate pelos policiais (SOARES, 2018).

Quando Airton Queiroz chegou na delegacia, o delegado do DOPS/PE ficou surpreso ao vê-lo, tendo em vista o militante ser filho do guarda policial Augusto de Albuquerque Queiroz. Diante disso, foi solto pelo delegado, que pediu que o visitasse com mais calma no dia seguinte. Por que isso aconteceu? Muito provavelmente para que o estudante se tornasse um futuro espião da polícia na universidade. Logo após a sua libertação, ele procurou outros integrantes do PCB, que o aconselharam a

deixar Recife, pelo histórico de prisões de militantes do partido. Perante um clima de medo e de forma sigilosa e rápida, Airton Queiroz mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em Economia e continuou vivendo após a ditadura (QUEIROZ, 2007, pp. 228-229). O caso mostra as ameaças e brechas existentes nas práticas repressivas do Estado.

Em 1968, ocorreram eleições para a UEP, concorrendo para a presidência três lideranças estudantis que participaram do XXX Congresso da UNE¹⁵: Cândido Pinto de Melo (EEP, membro do DA e do PCBR), Humberto Câmara Neto (Escola de Medicina da UFPE, militante da Ação Popular Marxista Leninista [APML] e desaparecido político em 1973) e Valmir Costa (presidente do DA de Medicina Veterinária da UFRPE e um dos fundadores do Partido Comunista Revolucionário [PCR])¹⁶. Entre esses militantes de esquerda, Cândido Pinto foi o vencedor com uma margem de 300 votos, de um total de 7 mil eleitores, quantitativo significativo. O entusiasmo estudantil atraiu o cerco do governo, sendo marcante a presença de infiltrados nas atividades estudantis, como foi o caso dos alunos-espiões dos agentes de segurança e informação (LUCENA, 2016, p. 72).

Em 28 de abril de 1969, Candido Pinto, aos 22 anos, foi alvejado com tiros por policiais mascarados em uma caminhoneta não identificada, nas imediações da ponte da Torre, em Recife. Devido à essa tentativa de assassinato, cujo principal acusado foi o tenente José Ferreira dos Anjos, o jovem ficou paralítico e a UEP foi desestruturada¹⁷.

¹⁵ Realizado em 1968, no Sítio Murundu, Ibiúna/SP, quando em 12 de outubro, policiais invadiram o espaço e prenderam funcionários do sítio e 720 alunos, entre eles, 39 pernambucanos e cerca de 10 jornalistas. Esse fato foi impactante no movimento estudantil, pois centenas de lideranças foram afastadas de suas entidades, como foi o caso da direção da UNE. Nos meses seguintes, no Brasil, vários DCEs e entidades estaduais discentes foram fechados, ceifando relevantes instrumentos de representação. O fato potencializou a repressão nas universidades. FAGUNDES, 2018, p. 105; p. 113. VALLE, 2008, p. 237.

¹⁶ <https://www.comissaoaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/8/1/d/81d431fa3c753570f7e2474e1b0e531bb810a12bbac4f2a66b91a1e5c5ec108/8d7a323d-fd46-4b48-afd9-b777c80boefc-Valmir_Costa.pdf>, <<https://une.org.br/2012/01/candido-pinto-um-militante-da-democracia/>>, acessados em 20 mar. 2020. COELHO; *et al*, 2017, p. 369.

¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/08/1965, Primeiro Caderno, p. 8, 29/04/1967, Capa, 30/04/1967, Primeiro Caderno, p. 6, 29/04/1969, Capa, 25/06/1969, Capa, 25/09/1969, Primeiro Caderno, p. 8

Em 26 de fevereiro de 1969, foi aprovado o Decreto nº 477, que previa uma série de infrações disciplinares de cunho político para alunos, docentes e funcionários administrativos de estabelecimentos de ensino. De acordo com o levantamento realizado pela Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, foram atingidos muitos estudantes das instituições de ensino superior e secundaristas do estado. Na UFPE:

Faculdade de Medicina: Alírio Guerra; Luciano Siqueira; Marcos Burle de Aguiar.

Faculdade de Direito: Eneida Melo Correa de Araújo; José Áureo Bradley; José Tomaz da Silva Nono Neto; Marcelo Santa Cruz de Oliveira; Marlene Diniz Villanova; Valdomiro Pereira Barros¹⁸.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Arnou de Holanda Cavalcanti.

Faculdade de Odontologia: Aída Maria Custódio de Lima; Geny Abramof; Lúcia Carneiro de Souza; Maria de Fátima Bernardes de Lacerda; Luiz Carlos Pimentel Cintra; Martha Maria Henrique da Silva; Vera Lúcia Sobral Delgado.

Faculdade de Enfermagem: Ranússia Alves Rodrigues;

Faculdade de Ciências Econômicas: Aécio Flávio Vieira de Andrade; Eleonora Garcia Cardoso; Cristina Maria Buarque; Margarida Maria Costa Carvalho; Nagicina Cardoso Cunha; Mário Roberto Pereira; Cláudio de Paiva Maia Gomes; Carlos José França e Silva¹⁹; Carlos Henrique de Albuquerque; Oswaldo Moraes Sarmento (COELHO; *et al.*, 2017, p. 239).

Dos discentes das instituições citadas no referido relatório (UFRPE, Unicap e Fundação de Ensino Superior de Pernambuco [FESP]²⁰)

¹⁸ Segundo informações difundidas em 1973, por agentes do IV Exército, mesmo atingidos pelo Decreto nº 477/1969, Eneida Melo Correa de Araújo, Marlene Diniz Villanova e Valdomiro Pereira Barros participaram de atividades políticas, ao manterem relações com o deputado federal Marcos Freire (MDB). Por isso, esse órgão militar recomendou aos agentes de informações “cuidado no acompanhamento das atividades dos elementos em tela”. Informação confidencial nº 765, de 09 de julho de 1973. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Inquéritos de estudantes (FESP, UFRPE/UPE/UNICAP) – Fundo nº 430.

¹⁹ Conforme decisão judicial, Aécio Flávio Vieira de Andrade, Margarida Maria Costa Carvalho, Nagicina Cardoso Cunha, Mário Roberto Pereira, Cláudio de Paiva Maia Gomes, Carlos José França e Silva e Oswaldo Moraes Sarmento foram reintegrados a FCE, onde concluíram o curso e colaram grau em 04 de janeiro de 1971. Ofícios nº 03, 04 e 07, de 20 de janeiro de 1971, emitidos pelo vice-diretor da FCE em exercício Giuseppe Américo Reale para a SSP/PE. Mandado de segurança nº 65528-PE, de 31 de junho de 1970, 3ª turma do Tribunal Federal de Recursos. Ofício nº 131, de 25 de janeiro de 1971, assinado por Orlando Cavalcanti Neves, juiz federal da 2ª Vara de Pernambuco, e enviado para o delegado de Segurança Social de Pernambuco. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Inquéritos de estudantes (FESP, UFRPE/UPE/UNICAP) – Fundo nº 430.

²⁰ A FESP foi uma instituição estadual pública de ensino superior de Pernambuco, com *campis* em todas as suas regiões. Ela foi fundada em 1965, a partir de um grupo de unidades de ensino superior já pré-existentes, sendo extinta

atingidos pelo Decreto nº 477/1969, a UFPE foi a que teve maior quantitativo de alunos punidos, principalmente os da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Verificamos também que a lista apresentada no relatório da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco está incompleta, pois encontramos documentos do Arquivo Nacional que registraram outros alunos da UFPE atingidos pelo Decreto nº 477/1969. Da Faculdade de Ciências Econômicas: Ademir Alves de Melo²¹, Antônio Batista da Silva²², Flávia Martins de Albuquerque²³, Lácio Túlio de Oliveira Feliciano; Sérgio José Cavalcanti Buarque²⁴ e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Ari Celestino Leite²⁵. Acreditamos que ainda existem lacunas de informações sobre os impactos dessa medida legal nas universidades pernambucanas.

em 1990. Quando, em seu lugar, passou a funcionar a Universidade de Pernambuco (UPE). <<http://www.upe.br/institucional.html>>, acessado em 14 jan. 2020.

²¹ Enquanto presidente do DA de Economia da UFPE, foi desligado por 3 anos da universidade, acusado de “haver tomado parte de atividades subversivas”. Termo genérico e utilizado pelos agentes de informações para incriminar todos aqueles que se contrapusessem às ideias e práticas do Estado ditatorial. Diante disso, exilou-se no Chile, em 1969, onde concluiu a sua formação e atuou em prol do governo de Salvador Allende. Perante o golpe militar de 1973 nesse país, solicitou asilo político na Alemanha, onde cursou o doutorado e trabalhou como professor contratado na Universidade de Bremen. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I00409505-1983. Informe confidencial nº 654, de 30 de junho de 1983.

²² Desligado do IFCH/UFPE em setembro de 1969, acusado de realizar “atividades subversivas”. Todavia, o desligamento foi anulado por decisão de um juiz federal (não foi informado o nome dele), por concessão de um mandado de segurança. Anteriormente, em 1967, o Lácio Feliciano foi detido juntamente com outros estudantes em decorrência de uma panfletagem considerada “subversiva”. Além disso, segundo os agentes de segurança, em 1970, o nome dele constou em uma lista de alunos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrade), na Guanabara, atual Estado do Rio de Janeiro. Este instituto foi “[...] dirigido por padres jesuítas e tinha como finalidade o treinamento de agentes comunitários de lugares carentes e a prestação de assessoria para a CNBB” (KOPANYSHYN, 2015, p. 43). Daí o fato do vínculo com o Ibrade ter chamado a atenção dos agentes de informações.

²³ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0184371-1969. Portaria confidencial nº 24, de 19 de março de 1969, assinada pelo diretor da FCE/UFPE Nelson da Costa Carvalho. Nesse documento consta a relação de treze estudantes da FCE desligados por três anos, pelo Decreto nº 477/69, artigo 1º, parágrafo 1º e inciso II. Ver anexos II e III, para conhecimento dessa lista detalhada com nomes, endereço, filiação, data de nascimento, naturalidade e série dos alunos que cursavam a graduação.

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR_DFANBSB_AT4_0005_0050_d. Ofício circular confidencial, de 05 de dezembro de 1969. Documento do DSI/MEC encaminhado para o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como anexo uma lista de alunos da UFMG e da UFPE que foram atingidos pelo Decreto nº 477/69.

²⁵ Desligado do IFCH/UFPE em setembro de 1969, em decorrência do Decreto nº 477/1969. Além disso, teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos, devido à aplicação do AI-5, conforme publicação do Diário Oficial de 01 de julho de 1969. Resposta do pedido de busca confidencial nº 0029, de 13 de janeiro de 1978. Documento do CISA-RJ difundido para a DSI/MRE-AC/SNI. Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR_AN_BSB_VAZ_076_0138.

Federalização, expansão e modernização da universidade.

Em 1965, a universidade foi federalizada, tornando-se uma autarquia vinculada ao MEC, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, didática e financeira. Essa federalização ocorreu em outras faculdades e universidades do país durante o início da ditadura, perante o movimento de modernização conservadora autoritária. Ao longo desse período, ocorreu uma série de transformações na estrutura e funcionamento da educação superior brasileira, com destaque para a reforma universitária. Essa conjuntura ressoou em diversos impactos, conforme problematizou o filósofo da educação Dermeval Saviani:

Configurou-se, a partir daí, a orientação que estou chamando de concepção produtivista da educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’. O marco iniciador dessa nova fase é o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária [...], mesma data em que foi aprovado o Parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. [...] A Constituição de 24 de janeiro de 1967 [...] eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. [...] O governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação [...]. [Além disso], a Constituição de 1967 sinalizou claramente na direção do apoio à iniciativa privada [...] [e] relativizou o princípio da gratuidade do ensino, presente em todas as nossas cartas constitucionais. [...] Entre 1964 e 1973, [o ensino superior cresceu] 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada. [...] Em suma, a estrutura universitária que nos foi legada pelo regime militar acarreta consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que

inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação (SAVIANI, 2008, pp. 297-300; pp. 307-308).

É diante desse contexto complexo que ganharam força bandeiras marcantes entre os movimentos estudantis e o corpo docente da UFPE, como foi o caso das lutas contra a legislação educacional, a privatização de ensino, o sucateamento das universidades públicas e a sua baixa qualidade educacional, além da defesa de mais verbas para a educação pública. Por outro lado, apesar dos imensuráveis retrocessos da ditadura, paradoxalmente, houve algumas medidas positivas, como: o fim do sistema de cátedras nas universidades, construção de novas universidades públicas, mudanças nos exames vestibulares, a implantação da carreira de magistério federal com dedicação exclusiva e melhores salários, além da aprovação do Parecer do CFE nº 77/1969, que regulamentou a implantação da pós-graduação no Brasil.

Ao longo da ditadura, houve uma significativa ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país. Em 1964, existiam somente 23 cursos, dez anos depois, já havia mais de 400. Quanto às bolsas de pós-graduação custeadas pelas agências federais Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e CNPq, em 1964 eram cerca de 1.000 e em 1976 aproximadamente 10.000. Valendo salientar que o quantitativo de cursos de graduação cresceu significativamente: de 140.000 em 1964 para 1.300.000 em 1979 (MOTTA, 2014b, p. 57).

Na UFPE foram criados diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* durante a ditadura²⁶, abrangendo estrategicamente diversas áreas

²⁶ Muitos ainda continuam em funcionamento: Economia (1967)/Sociologia (1967), Bioquímica (1967), Matemática (1968), Direito (criado nos anos 1950, com doutorado suspenso em 1970 e autorizado pela CAPES em 1972), Cirurgia (1973), Medicina Tropical (1973), Pediatria (1973, inicialmente funcionando no Instituto Materno Infantil de Pernambuco - IMIP), Física (mestrado em 1973 e doutorado em 1975), Geociências (1973), Ciências da Computação (1974), História (1974, um dos mais antigos do Brasil), Nutrição (1975), Ciências Farmacêuticas (1975), Desenvolvimento Urbano (1975), Geografia (1976, terceiro mais antigo do país), Linguística e Teoria da Literatura (1976), Psicologia (1976), Ciência e Tecnologia Nuclear (1977), Antropologia (1977), Educação (1978), Serviço Social (1979), Filosofia (atividades regulares iniciadas em 1979, mas credenciado pela CAPES em 1996), Criptógamos (1980) e Oceanografia Biológica (1981). Quanto ao curso de Economia/Sociologia, o seu surgimento remonta à criação do Programa Integrado em Economia e Sociologia (PIMES), no ano de 1967. Com atuação reconhecida no Brasil, os cursos de mestrado em Economia e Sociologia atuaram em conjunto até 1981. Depois, tornaram-se cursos

do conhecimento. Esse cenário esteve em consonância com o I Plano Nacional da Pós-Graduação no Brasil (1975-1980), cujo objetivo foi a expansão da pós-graduação baseada em um planejamento do Estado, ao concebê-la como integrante do sistema educacional e enquanto instrumento relevante para a formação de recursos humanos. Dessa forma, ganharam força a preparação de profissionais de alto nível para o mercado de trabalho em empresas privadas e públicas, a formação de pesquisadores para desenvolverem trabalhos científicos e o incremento de docentes mais qualificados para atuarem em cursos de ensino superior (SILVA; SILVA; SILVA, 2012, p. 230).

Ainda sobre a estrutura educacional da instituição, segundo Rosali Costa, em 1975, foi publicado um novo Estatuto da UFPE, sendo definida uma nova estrutura institucional pedagógica para a universidade. Ela passou a se organizar por Centros e não mais por Faculdades/Escolas (organizadas por departamentos e responsáveis pelos cursos de graduação, aperfeiçoamento, extensão, especialização, mestrado e doutorado) e pelos Institutos Especiais, conforme definiu o seu primeiro estatuto, datado de 1946 (COSTA, 2016, p. 155).

Em 1975, foram extintos os antigos Institutos Especializados e a UFPE dispôs de Órgãos Suplementares. Nesse processo de implantação, inicialmente, foram constituídos os seguintes Centros: Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Exatas e da Natureza. Os demais, de um total de cinco, pelo planejamento da reitoria, seriam implementados gradativamente, na medida em que os seus regimentos fossem aprovados.

Os Centros foram formados a partir da fusão dos Institutos existentes e entre os diretores designados em 1975, cargos estratégicos para a gestão universitária, destacamos Geraldo Lafayette Bezerra, futuro reitor da UFPE (1979-1983). Essa reestruturação da UFPE foi aprovada pelo Decreto

autônomos. <<https://www.ufpe.br/ppgs/o-programa>>, acessado em 30 ago. 2018. Segundo o site do programa de pós-graduação em Matemática da UFPE, o curso surgiu em 1968. Mas de acordo com o artigo a seguir, foi criado em 1967. <<https://www.ufpe.br/pgdmat/o-programa>>, acessado em 30 ago. 2018. (SILVA; SILVA; SILVA 2012, p. 229). Todas as informações sobre a criação dos referidos cursos de pós-graduação *stricto sensu* foram obtidas no site da UFPE: <<https://www.ufpe.br/>>, acessado em 30 ago. 2018.

nº 73.081, de 3 de novembro de 1973, tendo como foco a racionalização, sistematização e a centralização de recursos humanos e materiais, para potencializar o tripé ensino, pesquisa e extensão na universidade. Os Centros foram organizados em departamentos, que se tornaram a menor fração universitária, um órgão que congregava uma área específica do conhecimento²⁷. Por isso, os cursos antes vinculados às Faculdades e Escolas passaram a ser associados aos departamentos, seguindo uma lógica que atendia a objetivos científicos, didáticos e administrativos.

Ainda em relação à nova estrutura da UFPE, segundo Rosali Costa, com o Estatuto Pedagógico de 1975, os Centros foram categorizados em dois novos sistemas: Sistema Profissional e Pesquisa Aplicada e Sistema Comum de Ensino e Pesquisa Básico, conforme expressa o quadro abaixo:

QUADRO 1. Estrutura institucional pedagógica da UFPE (Estatuto de 1975)	
SISTEMAS	CENTROS/ÓRGÃOS
Comum de Ensino e Pesquisa Básico	Centro de Artes e Comunicação (CAC) Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) Centro de Ciências Biológicas (CCB) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Profissional e Pesquisa Aplicada	Centro de Educação (CE) Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) Centro de Ciências da Saúde (CCS) Centro de Tecnologia Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)
Órgãos Suplementares	Biblioteca Central (BC) Editora Universitária Hospital das Clínicas (HC) Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD) Núcleo de Processamento de Dados Núcleo de Televisão e Rádio

Fonte: COSTA, 2016, pp. 155-156. (Adaptado com o uso de siglas).

Essa nova estrutura possibilitou uma maior organização dos órgãos suplementares, que na época representaram a grande dimensão da universidade, ao estarem ligados a uma diversidade de cursos e atividades: editorial, educacional, desportiva, tecnológica, comunicação e saúde. A

²⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/01/1975, Local e Estadual, p.7.

existência de nove Centros também é um indicativo do crescimento institucional em todas as grandes áreas do conhecimento.

Chamou-nos a atenção o fato de o Centro de Educação está ligado ao Sistema Profissional e Pesquisa Aplicada. Por que ele não integrou o Sistema Comum de Ensino e Pesquisa Básico? Durante a pesquisa, inclusive a partir do contato com pesquisadores da história da UFPE, não obtivemos uma resposta concreta. Contudo, acreditamos que, possivelmente, essa inserção esteja relacionada ao fato de o campo educacional ser marcado pelo Tecnicismo, focado na aplicação da educação voltada para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento científico e econômico do Brasil.

Ao analisarmos as mudanças estruturais ocorridas na UFPE no início dos anos 1970, são notórias as ressonâncias desse processo na contemporaneidade. Passados mais de trinta anos, ela permanece praticamente com a mesma na lógica de funcionamento institucional.

TABELA 2 – QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NA UFPE DURANTE A DITADURA

ANO	QUANTIDADE
1969	8.060
1970	9.549
1971	11.122
1972	12.771
1973	13.571
1974	13.091
1975	Sem dados obtidos.
1976	19.787
1977	21.629
1978	21.735
1979	23.029
1980	17.057
1981	18.020
1982	18.434
1983	17.873

Elaborada pelo autor. Fontes: VERAS, 2018, p. 181; COSTA, 2016, p. 157.

No que concerne ao quantitativo de alunos da UFPE matriculados durante a ditadura (Tabela 2), ele quase triplicou, se acompanharmos a evolução numérica de 1969 a 1979, havendo uma queda significativa no

início dos anos 1980; situação comum a outras universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil. Verificamos um significativo crescimento discente, expressando a grande dimensão da instituição e um incremento do quadro de militantes dos movimentos estudantis, que lutaram por melhorias educacionais e em defesa do retorno das liberdades democráticas.

TABELA 3 - NÚMERO DE PROFESSORES DA UFPE DURANTE A DITADURA	
ANO	QUANTIDADE
1965	1.008
1966	1.039
1967	1.100
1968	1.161
1969	1.331
1970	1.338
1971	1.495
1972	1.527
1973	1.613
1974	1.640
1975	1.692
1976	1.779
1977	1.860
1978	2.004
1979	2.117
1980	2.285
1981	2.396
1982	2.291
1983	2.276

Elaborada pelo autor. Fontes: COSTA, 2016, p. 159; VERAS, 2018, p. 181.

O número de docentes acompanhou o crescimento discente e da universidade, pois houve um contínuo e ininterrupto aumento de profissionais ao longo dos anos. De 1965, quando a UFPE foi federalizada, até 1983, o corpo de docentes mais do que dobrou, enquanto ocorria a expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, formadores de novos quadros profissionais.

Nesse contexto, a UFPE acompanhou os índices de crescimento da comunidade universitária brasileira de docentes, alunos e funcionários administrativos no decorrer da ditadura. Quanto ao corpo técnico-administrativo, a evolução foi a seguinte: 2.734 (1969), 2.825 (1970), 3.018 (1971), 3.129 (1972), 3.094 (1973) e 3.170 (1974), acompanhando o

crescimento da universidade como um todo durante o cenário de expansão física e modernização (VERAS, 2018, p. 172). Dessa forma, segundo os dados institucionais apresentados na pesquisa, a UFPE tornou-se uma das maiores e mais importantes universidades do Brasil, situação que a colocou em um cenário de desenvolvimento e modernização marcados por um autoritarismo conservador. Todavia, esse cenário foi paradoxal, conforme registrado na matéria a seguir sobre os aspectos de infraestrutura física da UFPE:

A Universidade Federal de Pernambuco recebeu ontem Cr\$ 27 milhões, do Ministério da Educação e Cultura, para a construção de várias obras no ‘campus’ de Engenho do Meio, inicialmente os Centros de Arte e de Educação, Núcleo de Processamento de Dados, Laboratório de Microscopia Eletrônica e os Departamentos de Odontologia e de Medicina Social. [...] O reitor Marcionílio Lins declarou que os empreendimentos estarão concluídos até 1975, possibilitando a transferência para a Cidade Universitária das unidades da UFP[E] que continuam funcionando fora do ‘campus’ – Direito, Administração, Odontologia e Artes. Esse remanejamento ensejará maior integração entre os corpos docente e discente, na opinião do reitor. Além das obras citadas, haverá melhorias na rede de saneamento básico, drenagem e do sistema de iluminação viária do ‘campus’²⁸.

Apesar de ter se tornado uma universidade em 1946, ainda no ano de 1974, a sua estrutura não estava totalmente integrada e centralizada na Cidade Universitária, carecendo de melhorias em questões como iluminação viária, drenagem e saneamento básico. As obras de construção do *campus* e a transferência dos cursos do centro do Recife para a Cidade Universitária foi um processo longo, impactando na população em dimensões sociais, culturais e econômicas.

Com a concretização do projeto político-arquitetônico da UFPE na segunda metade dos anos 1970, os acadêmicos ficaram afastados do centro da capital, área concentradora de espaços de sociabilidade cultural dos intelectuais e onde ocorria a maioria dos protestos políticos em Recife. O

²⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/01/1974, Local, p.3.

território da Cidade Universitária foi se transformando nesse período: mais ocupado e habitado, sobretudo, por estudantes e professores de classes abastadas. Ocorreu o aumento do valor de imóveis e aluguéis e o deslocamento para a periferia de moradores da área onde funcionavam antigos engenhos, residiam artistas populares e existiam grupos culturais (VERAS, 2018, p. 157).

Nessa conjuntura, a tradicional FDR continuou no mesmo lugar e, ainda hoje, está localizada em um espaço à parte da universidade: um prédio histórico no centro do Recife. Além disso, destacamos que o *campus* da Cidade Universitária ainda sofre com problemas relatados nas reportagens publicadas jornais nos anos 1970/1980: drenagem, iluminação, falta de segurança e precário sistema de transporte público para acessar a UFPE, reivindicações recorrentes dos universitários.

Ainda nesse cenário de paradoxal modernização, destacamos a inauguração da Biblioteca Central da universidade, conforme notícia publicada no *Diário de Pernambuco*:

Nova biblioteca da UFP²⁹ é das mais modernas do País.

[...] a nova biblioteca da UFPe oferece, além de Livros e periódicos nacionais e internacionais, um serviço de telex para troca instantânea de informações técnico-científicas com qualquer parte do mundo ou reprodução de documentos do acervo, através de cópias xerográficas. Dispõe de uma seção de fonografia, à base de uma discoteca com cabinas individuais e salas de audições coletivas e, ainda, sala de projeções e laboratórios para micro-filmagem [sic] e confecção de slides. Lá, o público terá serviço de referência legislativa e um catálogo coletivo regional de livros e periódicos, que abrange as publicações das bibliotecas do Nordeste, ao lado de um arquivo histórico, com obras raras, além de sumários e arquivos de periódicos de sua especialidade, bibliografias e serviços de tradução de assuntos técnicos e científicos. Existe ar-condicionado central e cabinas para estudo individual ou em grupo. A Biblioteca está aberta ao público das 7h às 22h, e poderá haver reserva de livros por telefone. Além disso, disporá de salas especiais para lanchar, descansar ou fumar³⁰.

²⁹ Durante diversos tipos de documentos consultados na pesquisa, constatamos a utilização de diferentes grafias para a nomeação da universidade: UFP, UFPE e UFPE. Em nossa escrita, optamos pela utilização de UFPE, a mais recorrente e atual.

³⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/04/1974, Local, p. 3.

Inaugurada em um dia simbólico, 1 de abril de 1974, em alusão à comemoração dos 10 anos da “Revolução de 1964”, quando a ditadura buscou potencializar na população o sentimento de patriotismo, logrando adesão social ao regime. O órgão esteve sob a direção de Zuleide Medeiros de Souza e possuía uma estrutura avançada para a época, sendo ofertada uma série de serviços e materiais para a comunidade acadêmica em três turnos. Nesse dia, depois de uma benção nas instalações, o evento foi aberto com uma exposição de literatura de cordel e xilogravura, denotando um aspecto cultural e regional. Houve o lançamento de obras da editora universitária, em que a existência dessa estrutura gráfica e editorial expressa uma modernização da UFPE.

Estiveram presentes várias autoridades civis e militares: reitor Marcionílio Lins, Edson Néri Fonseca (diretor de Planejamento e Implantação do Banco Central e diretor da Universidade de Brasília - UnB), professor Gilson Salomão (representante da CAPES), major Mauro Pelosi (representante do Comando do IV Exército), tenente José Carlos Blive (representante do Comando da 7ª Região Militar) e Noaldo Alves da Silva (comandante da Polícia Militar de Pernambuco)³¹.

A participação de representantes da UnB e da CAPES expressou o apoio do governo federal, além de imprimir uma dimensão científica ao evento. Apesar de ser realizada em um espaço acadêmico, a cerimônia foi marcada por uma conotação religiosa, registrando as relações políticas entre a Igreja Católica, a reitoria e os militares, que tiveram a maior quantidade de membros externos da UFPE durante o evento. A presença de três militares entre as autoridades em um espaço civil é muito simbólica sobre como a universidade se constituiu como campo científico marcado por vigilância e práticas políticas, em uma conjuntura marcada por símbolos religiosos, políticos, educacionais e culturais na atuação e articulação de diferentes sujeitos e instituições.

³¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/04/1974, Local, p. 3.

Considerações.

A universidade enquanto campo científico vivenciou, desde o governo do presidente João Goulart, um clima de anticomunismo e perseguição aos estudantes e professores de esquerda. Entre 1964 e 1974, as violências simbólicas e físicas aumentaram na instituição, durante as ações de vigilância e repressão dos agentes de segurança e informação. Houve diversos casos de violação de direitos humanos contra os considerados inimigos do governo, com prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos de universitários, além de expurgos, deposições e renúncia de cargos, demissões e aposentadorias forçadas de docentes. Cenário que contribuiu para se consolidasse nesse momento a ascensão de lideranças de direita nos órgãos representativos discentes e cargos estratégicos na UFPE.

Nesses anos também ocorreu uma expansão e modernização universitária, com a ampliação do quadro de funcionários, alunos e cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Essas transformações não tiveram apenas objetivos científicos, pois estiveram inseridas nas estratégias políticas governamentais para o desenvolvimento econômico do país. A conjuntura foi marcada por paradoxos e impactou no cotidiano da comunidade acadêmica.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: EDUFPE, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 1964 e a trajetória política de Arraes. **Clio**: Série Histórica do Nordeste, Recife, v.1, n. 22, pp. 41-42, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BARROS, Marisa. **Jonas! Presente ... agora e sempre!** Recife: CEPE, 2009.

BRANCO, Ângelo Castelo. **Marco Maciel**: um artífice do entendimento. Recife: CEPE, 2017.

BRAYNER, Maria; BRAYNER, Nadja. Três militantes da Escola de Engenharia de Pernambuco do período da ditadura militar brasileira. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: EDUFPE, 2007.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008, (Vol. 1).

COELHO, Fernando de Vasconcelos; *et al.* *Relatório final da comissão estadual da memória e verdade Dom Helder Câmara*: volume II. Recife: CEPE, 2017.

COSTA, Rosali Ferraz da. **Campus Joaquim Amazonas**: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano. 2016, 215f. Dissertação (Desenvolvimento Urbano) – UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (Coord.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar**: os casos de São Carlos e Assis, 2015, 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2015.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **Memórias de esquerdas**: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985. Juiz de Fora/MG: Funalfa Edições, 2011.

LUCENA, Fabíola Alves de. **A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar**, 2016, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2016.

MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e os conflitos no campo. In: ARAÚJO, Rita de Cássia de; BARRETO, Túlio Velho (Orgs.). **1964**: o golpe passado a limpo. Recife: Ed. Massangana, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS; Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.
- QUEIROZ, Airton. O movimento estudantil e o PCB: um depoimento. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: EDUFPE, 2007.
- ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**, 2008, 118f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, set./dez., 2008.
- SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **A UPE une o Paraná: (re)organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)**. 2018, 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, 2018.
- SILVA, Simone Tenório Rocha e. **Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)**, 2002, 202f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.
- SILVA, Maria Betânia e; SILVA, Fabiana Cristina da Silva; SILVA, Margarete Maria da. 30 anos de uma história: a pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n.1, jan./jun., 2012.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975), 2018, 389f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Universidade e ditadura militar**: relações entre o Conselho Universitário e o movimento estudantil conservador – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife. Anais, 2019.

**Vestes talares, gandolas e *blue jeans*:
o Conselho Universitário e o movimento estudantil
conservador nos anos de ditadura militar no Brasil – o caso
da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)**

*Dimas Brasileiro Veras*¹

“Então era isso, a forma do Estudante ambulante? Um rele cachorrinho!”
(DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 26).

Este texto investiga a ditadura militar no Brasil através das disputas travadas pelo movimento estudantil, especialmente de lideranças e de grupos conservadores, aderidos ao regime, que atuaram nos Conselhos Universitários, principal órgão colegiado deliberativo das universidades brasileiras. Este estudo é um desdobramento da tese “Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)”, que consiste, de maneira mais ampla, numa pesquisa de doutorado dedicada a investigar a teia de produção e de relação estabelecida entre os dirigentes universitários e o regime ditatorial no Brasil (VERAS, 2018).

Apesar da historiografia volumosa sobre o período, ainda são poucos as publicações que versam sobre as redes corpóreas e semióticas urdidas pela sociedade e o governo implantado pelo golpe de 1964. Nesta lógica

¹ Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB - 2011 – 2019). Diretor de Gestão das Atividades de Extensão do IFPB (2014-2016). Membro da Cátedra Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em História pela UFPE. Autor de *Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários* (UFPE, 2012) e *Sociedade e cultura sustentável: práticas de ensino, pesquisa e extensão* (IFPB, 2016). E-mail: dimasveras@recife.ifpe.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5094940139711801>

empregaram-se métodos da história sociocultural e política para construir uma cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1992, 1995, 1996) nos moldes de uma biografia geral (CHARLE, 1994; 2018; BOURDIEU, 2013) do campo universitário com foco nas diferentes organizações, sujeitos e práticas de adesão, de acomodação e de resistência ao regime (MOTTA, 2014). As três categorias de análise permitem escapar à lógica binária que opõe as disputas históricas entre opositores e apoiadores da ditadura, através de uma classificação tríplica que incorpora em suas análises sujeitos históricos com posições políticas inclassificáveis, cinzentas e acomodadas, tal qual categorias propostas, respectivamente, por Charle (1994), Quadrat e Rollemberg (2010) e Motta (2014).

Integram o *corpus* documental deste trabalho fontes hemerográficas, institucionais, biográficas, estatísticas, os relatórios da comissão nacional e regionais de verdade e, especialmente, as Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O recorte em questão ajuda a compreender as histórias e as memórias do Brasil república e do campo educacional em contextos autoritários, a partir dos confrontos travados pelo movimento estudantil entre 1964 e 1975.

Uma série de estudos históricos tem apontado como a produção da ditadura militar no Brasil contou, para além do arcabouço repressivo e vigilante, com ações de mobilização e de acomodação de grupos conservadores da sociedade (DREIFUSS, 1981; QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010; MOTTA, 2014). O caso do movimento estudantil conservador, auto-denominado “democrata” ou “reformista”, permite analisar as modalidades e os efeitos das práticas que permearam esta relação entre a sociedade e à ditadura militar. O ressurgimento no tempo presente de iniciativas estudantis conservadoras como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola Sem Partido torna ainda mais relevante o estudo sobre os diferentes mecanismos sociais de produção dos regimes autoritários.

No meio acadêmico não faltaram casos de violência, como as invasões, prisões, sequestros, tortura, assassinato, desaparecimento, dentre outras graves violações dos direitos humanos (BRASIL, 2014a; 2014b;

2014c; PERNAMBUCO, 2017a; 2017b; PARAÍBA, 2017). Nesse sentido, a literatura tem ressaltado que a repressão à universidade apenas foi menor do que aquela destinada aos partidos e organizações de esquerda, sindicatos, ligas camponesas e movimentos sociais (MOTTA, 2014). Certamente, o movimento estudantil foi um dos principais focos de oposição e resistência ao governo ditatorial, tendo sido, em vista disso, alvo permanente de ações de repressão, espionagem, censura e de cooptação.

Ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil, o governo lançou mão, portanto, de um misto de ações de repressão, vigilância e de cooptação conservadora. Esta última seria composta ao longo dos anos pela mobilização e pelo recrutamento de estudantes ao *hall do status quo* acadêmico. Dentre inúmeras formas de controle do capital e do corpo acadêmico (seleções, bolsas, funções, cargos, comissões, órgãos, programas, projetos, etc.) serão considerados aquelas mediadas pelos órgãos oficiais de representação estudantil e pelo Conselho Universitário. Examinou-se, assim, o jogo de poder acadêmico com ênfase nas suas relações com o Estado ditatorial, considerando, em vista disso, as manifestações públicas de dirigentes e de lideranças universitárias e outras instâncias de poder escolar.

Conforme reforma proposta durante o reitorado de João Alfredo (1959-1964) (VERAS, 2012)², o corpo discente da UFPE desfrutava em 1964 de três cadeiras no Conselho Universitário, sendo estes assentos reservados ao presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), a um representante do DCE eleito pelos estudantes (mandato de um ano e uma recondução) e a um estudante selecionado pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs - mandato de um ano e uma recondução). Este número é reduzido para dois representantes em 1969, sendo até hoje proporcionalmente inferior àquele estabelecido no Estatuto de 1962 (UR, 1965; UFPE, 2019).

² O reitor João Alfredo foi compelido a renunciar em 1964 devido o apoio concedido ao professor Paulo Freire para criação do Serviço de Extensão Cultural e seus programas da Rádio Universidade, Revista Estudos Universitários e educação e cultura popular com o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Entre 1964 e 1975 o Conselho Universitário da UFPE utilizou variadas modalidades de ação política, disciplinar e judicial para manter lideranças governistas à frente dos órgãos oficiais do movimento estudantil e reprimir estudantes opositores. Essa tomada de posição coletiva evitou temporariamente que grupos de oposição se fortalecessem e reconquistassem a maioria dos órgãos de representação discente, apesar da permanência das forças de oposição em algumas entidades e da hegemonia reconquistada entre os anos de 1965 e 1969 e, depois, de 1975. Dentre as principais organizações de esquerda atuantes em Pernambuco estavam a Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, a partir de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)³, assim como outros grupos ligados à luta armada (SILVA 2002; MACHADO, 2008; RIDENTI, 2010; FERREIRA, 2014).

Para além da posição política do Conselho, que quase sempre quando provocado se posicionou favorável ao regime, tratava-se de, estrategicamente, promover quadros estudantis de direita ou de centro e controlar o movimento estudantil de oposição, de tal modo, assegurando uma relação amistosa e integrada ao regime. Entretanto, as forças estudantis sintonizadas com *status quo* tiveram dificuldades de permanecer à frente dos órgãos de representação para além dos ciclos repressivos e do apoio civil e militar dos anos críticos. De toda forma, ocuparam na época uma posição relevante no jogo de legitimação do projeto ditatorial e da elite universitária, como se tenta demonstrar adiante.

Em 1964, os assentos estudantis do Conselho Universitário eram ocupados por José Carlos Vasconcelos (presidentes do DCE e aluno da Faculdade de Ciência Econômicas) e Aguinaldo Agra (presidente do DCE gestão 1958-59, presidente do DA da Faculdade de Direito do Recife e representante dos DAs no Conselho). Inicialmente vistos como “direitistas”,

³ Segundo o historiador Maicon Ferreira, no final dos anos 1960, o PCBR conquistara a hegemonia do movimento estudantil nas principais capitais e metrópoles do Nordeste do Brasil. Em Pernambuco os principais núcleos estavam entre os estudantes secundaristas, a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), os DAs e DCEs da Universidade Católica de Pernambuco (UCP) e da UFPE (Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Arquitetura, Escola de Geologia e Escola de Engenharia de Pernambuco) (FERREIRA, 2014).

os dois representantes discentes assumiram, desde 1963, uma posição de colaboração com os grupos ditos de esquerda, como o Serviço de Extensão Cultural (SEC), coordenado pelo educador Paulo Freire, e o Movimento de Cultura Popular (MCP), dirigido pelo professor Germano Coelho (VERAS, 2012).

Essa disposição se manteve após o golpe de Estado, como revela um discurso proferido pelo conselheiro estudante Aguinaldo Agra, durante a posse do reitor Murilo Guimarães (1964 – 1972). Na ocasião o presidente do DCE criticava a extinção da UNE e solidarizava-se com o reitor João Alfredo e com o vice-reitor Newton Maia, ambos compelidos a renunciar após o golpe de 1964 (REITOR, 23 ago. 1964, p. 15; UFPE, 22 ago. 1964, n.p.).

Em outra sessão, após anunciar a eleição do DCE, o reitor e presidente do Conselho Universitário, o professor Murilo Guimarães, citou a “extinção da UNE e a Lei 4.464/64 que modificava os órgãos representativos estudantis”. Conhecida como Lei Suplicy, em referência ao ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, o dispositivo recriava as organizações estudantis sob o controle direto ou indireto do governo e da gestão acadêmica (UFPE, 30, ago. 1964, n.p.). Em vista disso o instrumento jurídico dispunha: a criação de diretórios acadêmicos (DAs), centrais (DCEs), estaduais (DEEs) e nacional (DNE); o voto obrigatório e a elegibilidade apenas de estudantes “não repetentes, ou dependente, em regime parcelado”; a aproximação com o Ministério da educação e cultura (MEC); a vedação de manifestação política; e a implicação em falta grave de diretores e reitores pelo descumprimento da lei (VERAS, 2018).

Diante dos efeitos coercitivos da Lei Suplicy, o conselheiro discente Aguinaldo Agra fez uma breve defesa da UNE e propôs eleições conforme o Estatuto em vigor. O plenário não apenas rejeitou a proposta, como antecipou o escrutínio para o dia seguinte, da mesma maneira que reformulou de imediato o código. Pela celeridade é de se admitir que o órgão deliberativo já possuía o nome de um novo presidente para o DCE,

sintonizado com a gestão acadêmica e com o novo estabelecimento político do país (UFPE, 30 nov. 1964, n.p.).

Ainda em dezembro de 1964, são apresentados os novos representantes discentes no Conselho: Djair de Barros Lima (presidente do DCE e aluno de Economia), Dílson Siqueira Magalhães (representante do DCE e aluno de Odontologia) e Guilherme Pereira de Albuquerque (representante dos DAs e aluno da Arquitetura)⁴.

O novo presidente do DCE, que ocupava até então a função de interventor da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), declarou no dia da posse:

Sobre política no meio universitário, faço questão de frisar que sempre fui um discípulo da escola independente, que se impôs entre os universitários pernambucanos pelo nosso ex-presidente Marco Antônio Maciel (TRAÇA, 13 dez. 1964, p. 13).

Tal mestre dera lições de independência conquistando sucessivos espaços nos órgãos de representação estudantil com recursos do complexo político e empresarial golpista formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (DREIFUSS, 1981), assim como mandatos no poder legislativo e executivo pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo ditatorial, doravante senador e vice-presidente da república.

Reunidos na chapa “Vanguarda Independente Reformista” (VIR), os ditos “estudantes democratas” cresceram nutridos no ciclo repressivo de 1964 e na aliança com militares, políticos, empresários e dirigentes universitários golpistas. Apesar da crítica pública à Lei Suplicy, não faltaram ocasiões nas quais os estudantes conservadores reivindicassem a aplicação da mesma contra seus adversários políticos, como demonstram panfletos publicados por Djair de Barros Lima (UEP), Carlos Arthur Andrade (União

⁴ Chapa Vanguarda Independente Reformista (VIR): Presidente, Djair de Barros Lima (Faculdade de Ciências Econômicas); Vice-presidente, Jarbas Souza (Escola de Belas Artes); 1º Secretário, Marcelo José Lavra (Faculdade Farmácia); 2º Secretário, Eni Maria Ribeiro (Escola de Enfermagem); Tesoureiro, Francisco Castelo Branco Rebouças (Escola Superior de Química) (TRAÇA, 13 dez. 1964, p. 13).

Pernambucana dos Estudantes Primários e Particulares) e Carlos Frederico Canavarro (Departamento Estudantil da Arena) (SILVA, 2002; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

De volta ao plenário da Universidade do Recife (UR), que em agosto de 1965 passou a se chamar Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Lei nº 4.4759 de 20 de agosto de 1965), não houve resistência em reformar os estatutos do DAs, em conformidade com o calendário nacional das organizações estudantis disposto pelo Decreto 56241, de 1965 (“Regulamenta a Lei 4.464”): “para aprovação pelo Conselho Universitário e remessa ao Conselho Federal de Educação, sob pena de destituição do diretor e intervenção no órgão” (UFPE, 11 mai. 1965, n.p.).

Dias depois anunciava-se a nova carta dos seguintes Diretórios Acadêmicos: Faculdade de Direito do Recife (FDR), Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), Faculdade de Medicina do Recife (FMR), Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP), Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIP), Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), Faculdade de Odontologia, Faculdade de Arquitetura, Escola de Enfermagem, Escola de Geologia, Curso de Nutrição, Curso Superior de Administração Pública, Curso de Biblioteconomia e Documentação (UFPE, 28 mai. 1965, n.p.).

Meses mais tarde, a reforma do estatuto do DCE tornava inelegíveis alunos concluintes, reprovados, incorridos em pena disciplinar de suspensão e calouros de qualquer curso em conformidade com Lei 4.464 (UFPE, 09 jul. 1965, n.p.). Estes critérios contribuíram para exclusão de importantes militantes estudantis de esquerda que, amiúde, eram alvos de diferentes formas de perseguição escolar e policial.

Ao mesmo tempo em que se debruçava na montagem dos órgãos oficiais de representação estudantil, o Conselho intervinha nas entidades resistentes. Tal qual o caso do DA da Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), velha trincheira estudantil da UFPE que permaneceu na oposição nos momentos mais duros da ditadura. Diante de uma posição marcada por protestos, assembleias e greves, o órgão estudantil passou por sua primeira suspensão ainda em 1964.

Passado um ano o Conselho debateu o “Relatório da Comissão de Intervenção no DA da EEP” (UR - Processo 6254/65), chegando, finalmente, ao impasse se o mesmo deveria ser encaminhado para o Conselho Federal de Educação (CFE), conforme sugerira o parecer da Procuradoria da UR em obediência ao artigo 21 da Lei Suplicy (UR - Resolução N° 6/1965), ou se poderia ser julgado pelos próprios dirigentes universitários. Apoiados numa interpretação própria da legislação, o Conselho optou por não enviar o caso para o CFE. Não se tratava apenas de evitar punições mais duras para os estudantes, mas de manter a discricão para evitar intervenção do governo e problemas para elite acadêmica.

Durante o segundo semestre de 1965, o DA da EBAP também sofreu intervenção e, mais uma vez, o DA da EEP. O Comandante da 7ª Região Militar, o General Antonio Carlos Muricy enviou um ofício para o Conselho Universitário no qual solicitava abertura de inquérito e fechamento do órgão de representação estudantil (Ofício n° 862-E2; MACHADO, 2008).

Em resposta à medida disciplinar, os estudantes boicotaram a eleição para o DCE, realizada em dezembro de 1965. Na ocasião, o professor responsável pelo escrutínio, o diretor de Expediente Escolar da UFPE e militante da ARENA, Invancir Castro, recordava que a eleição estava perdida, pois o Regimento exigia maioria absoluta dos votos. Após consultar a Lei 4.464/64, os conselheiros Gilberto Osório (FAFIP), Palhares Moreira Reis (ICH) e Francisco Gondim (ESQ) encaminharam uma proposta de emenda do Regimento do DCE. A reforma do texto que já havia sido reformado pelo próprio Conselho legitimava a eleição do novo presidente do DCE, o estudante de química Gilson Maia Fonseca, candidato do presidente do DCE, Djair de Barros Lima. Todas as solicitações de impugnação das eleições foram rejeitadas (UFPE – 19047/65).

No mesmo ano de 1965 é aprovada por unanimidade uma resolução que proibia aquele em falta com as obrigações eleitorais estudantis de prestar exames escolares. Um informe lembrava, outrossim, que os DAs da EEP e EBAP permaneciam interditados e sob Inquérito Policial Militar (IPMs) para averiguação. Alunos da Escola de Geologia da UFPE,

importante reduto estudantil do PCBR, logo tiveram suas matrículas negadas. Apesar do protesto da Escola, o conselho manteve sua posição até meados de 1966 (UFPE, 07 dez. 1965, n.p.; 14 dez. 1965, n.p.; 11 fev. 1966, n.p.; 25 fev. 1966, n.p.; 04 mar. 1966, n.p.; Processo UFPE - 72/66).

Ademais, na passagem de 1965 para 1966 a decisão quanto à suspensão de lideranças e entidades estudantis é delegada à Congregação das Escolas, Faculdades e Institutos. A suspensão implicava em dois efeitos: desmobilização da resistência estudantil organizada e legitimação do Estado autoritário.

Com este propósito as autoridades acadêmicas mantiveram canais permanentes de comunicação sigilosa e pública com os órgãos e os agentes de vigilância e de repressão. Essas diferentes modalidades de adesão e de acomodação marcadas por gestos ambíguos de participação, de indiferença, de negociação e de oposição interna por frações da elite universitária podem ser encontradas em todo Brasil, como revelam os trabalhos sobre universidade e ditadura de José Cruz (2012) e de Rodrigo Motta (2014).

Nessa perspectiva, dirigentes da UFPE e o Comandante da 7ª Região Militar trocaram uma série de comunicado sobre supostos “atos irregulares”, “Assembleias”, praticados pelo DA da Escola de Engenharia que resultaram na suspensão e na investigação dos coordenadores da entidade (Processo 6.150/66; Processo UFPE - 8.126/66; ofício EEP/UFPE - Ofício 234/ 1966; UFPE, 29 abr. 1966, n.p.; 29 jul. 1966, n.p.).

No entanto, enquanto os gestores intervinham na ação organizada de entidades resistentes, estimulavam, por outro lado, a mobilização de estudantes aliados ou “neutros” à ditadura. Assim, em setembro de 1966 o Reitor informou ao Conselho de uma Assembleia de estudantes autorizada pelo MEC da qual participara a reitoria e onde “tudo realizou-se na mais perfeita ordem” (UFPE, 30 set. 1966, n.p.).

Além do mais, concederam auxílio político nos processos eleitorais e orçamentário às entidades e lideranças governistas. Por exemplo, durante o ano de 1965 o Conselho Universitário da UR debateu e aprovou o Plano

de aplicação do DCE – Recursos 1965 – proposto pelo presidente do DCE, Djair de Barros Lima, no valor de Cr\$ 2.400.000. A autorização desses planos dependia do poder discricionário da administração universitária que em determinadas situações não hesitou em rejeitar os mesmos e tomá-los como justificativa para intervenção no DCE e nos diretórios acadêmicos de oposição em 1969 (UFPE, 04 fev. 1965, n.p.; 19 fev. 1965, n.p.; 20 jan. 1969, n.p.).

De volta às ruas, a resistência estudantil se mobilizou em torno das eleições de DAs e DCE de 1966, para as quais exigiam voto direto e sinalizavam para realização de assembleias. Frente ao recrudescimento discente, o reitor Murilo Guimarães advertia o corpo gestor:

Vale salientar, que nesta hipótese, cabe aos Diretores manter a disciplina nas suas respectivas unidades, pois assim estatui a lei Suplicy, proibindo taxativamente a realização de ditas assembleias (UFPE, 14 out. 1966, n.p.).

Naquele momento os estudantes perderam uma cadeira no órgão superior deliberativo, conforme proposta que estabelecia como membros do Conselho o presidente do DCE e um segundo estudante eleito pelo DCE. Não há registros de protesto dos conselheiros estudantis “democratas” Gilson Maia Fonseca, presidente do DCE e estudante da ESQ, e José Laureano, estudante e dirigente do DA da Faculdade de Odontologia (UFPE, 14 out. 1966, n.p.).

Posturas como essa colaboraram com o enfraquecimento das lideranças estudantis anticomunistas que sofreram grande derrota nas eleições de 1966. Parte deste malogro se explica pela reorganização da resistência e pelo arrefecimento do ciclo repressivo iniciado em 1964. Além do mais, a Lei Suplicy dificultou a renovação dos quadros conservadores, tanto pela condição de elegibilidade, quanto pelo contexto político de retomada da luta de rua pelo movimento estudantil independente.

Antevendo a derrota, o conselheiro estudantil José Laureano tentou adiar as eleições. Todavia não alcançou o resultado esperado, tão somente conquistando o apoio dos seus mestres da Escola de Odontologia, Antonio

Varela e Henrique Freire de Barros (UFPE – Processo – 24.005/66). Assim, o Conselho manteve o cronograma eleitoral e sinalizou para posse da nova direção do DCE, dirigida pelo estudante de engenharia e membro do PCB, José Oto de Oliveira (1966-1967).

Insatisfeitos, os estudantes ditos “democratas” não titubearam em utilizar a Lei Suplicy, à qual se diziam publicamente contrários, para impugnar as candidaturas dos concorrentes. Dentre os processos registrados nas atas do Conselho Universitário se encontram o de Edgar Alves de Aragão contra Carlos Alberto Cavalcanti, ambos estudantes de geologia; de Reinaldo Gueiros de Oliveira contra José Oto de Oliveira, ambos de engenharia; e de Manoel de Britto contra colegas da FDR. Todos os processos foram indeferidos pelo Conselho (UFPE, 27 out. 1966, n.p.).

As reformulações dos órgãos de representação estudantil, seguiu entre 1967 e 1968 o figurino do Decreto-lei 228, de 28 de fevereiro e 1967, que reformulava a Lei 4.464/64. Aquele que ficou conhecido como Decreto Aragão, em referência ao ministro da educação e da cultura Raymundo Muniz Aragão (1966-1967), reorganizava os órgãos de representação estudantil, tornando mais duras suas regras. Ao passo que previa penas disciplinares de maior duração (30 dias); eleição indireta para o DCE (por representantes dos DAs); controle da gestão financeira do movimento estudantil pela direção e administração universitária; responsabilização dos professores dirigentes, assim como suspensão e dissolução de entidades que descumprissem as normas estabelecidas; criação da Conferência Nacional dos Estudantes Universitários no lugar do antigo Diretório Nacional do Estudante, ambos para substituir a UNE (VERAS, 2018).

Em janeiro de 1968 o professor e conselheiro Palhares Moreira Reis, responsável na época por acompanhar os órgãos de representação estudantil da UFPE, e o conselheiro estudantil e presidente do DA da FDR, Virgílio Campos, apresentaram o novo Regimento do DCE conforme o Decreto Aragão. Dentre os pontos apresentados ao plenário estavam as eleições controladas pela reitoria e o repasse de 10% dos recursos dos DAs para o DCE (UFPE, 02 jan. 1968, n.p.).

Resistentes ao Decreto Aragão e ao Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, os DAs e o DCE da UFPE foram dissolvidos e indiciados criminalmente naquele ano (OLIVEIRA, 2017). Apenas em 1970 as eleições dos órgãos de representação estudantil são retomadas pela reitoria e lideranças estudantis simpáticas e integradas ao governo ditatorial. Como a responsabilidade de intervir nos DAs pertencia desde 1966 às Congregações das Escolas, Faculdades e Institutos, ao Conselho coube reprimir o DCE e ratificar as ações disciplinares das unidades de ensino e de pesquisa.

Vivia-se então o período mais autoritário e repressivo da ditadura com a publicação do Ato Institucional nº 5 que fechou o Congresso e deu poderes arbitrários ao governo de intervir nos demais poderes e esferas administrativas, assim como cassar os direitos políticos, confiscar bens e suspender o direito a *habeas-corpus*. Outrossim o Decreto-Lei nº 477 dispunha sobre infração disciplinar de estudantes, técnicos-administrativos e alunos envolvidos com diferentes modalidades de ação política. Dentro das penas estavam previstas a demissão, a expulsão e o impedimento de contratação e matrícula por 3 e 5 anos respectivamente. Entre 1969 e 1974 milhares de universitários foram processados, sendo 245 efetivamente punidos com base nesse que ficou conhecido como “AI-5 das Universidades”, dentre as quais 91 eram estudantes do estado de Pernambuco (84 do ensino superior e 7 do secundário, atual ensino médio), isto é, cerca de 34,6% de todos os atingidos (MACHADO, 2008, p. 103-104; BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 239-240).

No dia primeiro de janeiro de 1969 os estudantes da UFPE protestaram contra a dissolução do DA da Faculdade de Farmácia ante um plenário empedernido (UFPE, 01 jan. 1969, n.p.). Durante a segunda sessão do ano de 1969, após oposição estudantil e de alguns conselheiros docentes quanto à instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da Pernambuco (CRUTAC-PE), o reitor Murilo Guimarães contra-atacou indagando os representantes estudantis, Carmem Chaves e Marcos Aguiar Burle (ambos alunos da FMR e companheiros de Chapa do Estudante Candido Pinto que seria metralhado, à luz do dia, pelo grupo

paramilitar Comando de Caça aos Comunistas, ainda naquele ano), sobre o uso pretensamente indevido dos recursos dos “Trotes de Vestibular” (UFPE, 20 jan. 1969, n.p.).

Naquele contexto crítico, o clima entre a gestão da UFPE e o movimento estudantil independente se deteriorara, sobretudo, após a ocupação da Reitoria e o confinamento do reitor em 3 de outubro de 1968. O presidente do Conselho invocou os dispositivos repressivos para finalizar a discussão devido à suposta “exposição doutrinária”, uma vez que “a lei proíbe manifestações político-partidárias no ambiente da universidade”. Conforme decisão do Conselho, depois reafirmada por investigação do Ministério da Justiça e autoridades policiais, o DCE é interditado e, logo em seguida, demais DAs independentes da instituição (UFPE, 20 jan. 1969, n.p.; 11 fev. 1969, n.p.; 16 jun. 1969, n.p.; 18 ago. 1969, n.p.).

Naquele contexto de forte repressão o diretor da EEP convidou os colegas a visitar a exposição que marcava novo momento político da escola: “vem modificar a ideia que se tinha da Escola de Engenharia, antigamente conhecida como palco de agitações da Universidade”. Havia pouco o mesmo gestor indiciara pelo Decreto-Lei 477/69 todo os estudantes da unidade por um dia de paralisação estudantil (UFPE, 17 out. 1969, n.p.).

No geral, os DAs da UFPE permaneceram fechados até 1970 através de um arranjo jurídico do Decreto Aragão, do AI-5 e do Decreto-lei 477/69, como revela um documento expedido pelo professor Arnóbio Marques da Gama. Neste sentido o referido dirigente defende o uso de “todos os meios legais para impedir que se implante a indisciplina e a baderna no recinto da Escola e manter o princípio da autoridade” (UFPE, 17 mai. 1971, n.p.).

A onda de repressão impulsionou para que nos anos de 1970 e 1971 as eleições do DCE ocorressem com chapa única, para espanto dos jornalistas (CHAPA, 07 mai. 1970, p. 3). Com o novo formato as eleições estudantis passaram a ser indiretas e realizadas na sala do Conselho Universitário. As chapas inscreviam-se em editais da Divisão de Expediente Escolar e depois no Departamento de Assuntos Estudantis, órgão

subordinado à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. É importante observar que, entre 1969 e 1971, a Divisão de Expediente Escolar da UFPE era dirigida pelo antigo presidente do DCE (1964-1965) e professor da FCE, Djair de Barros Lima. O professor já desempenhava na época atividade sigilosa relacionada à Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFPE (AESI/UFPE), para qual seria capacitado em curso na EsNI em 1972 (Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.o.LGS.5.). Pouco depois se tornou também chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins (1971-1975).

Em 1971, a supervisão das eleições estudantis estava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que era dirigida entre 1972 e 1975 pelo professor da UFPE e policial Armando Samico, reconhecido agente de segurança envolvido em casos de tortura e morte que ocupou em diversos momentos a Secretaria de Defesa Social do estado de Pernambuco. Durante os anos de chumbo os processos disciplinares e de intervenção nos órgãos de representação do movimento estudantil praticamente desapareceram das Atas dos Conselhos. A maioria das forças de oposição estavam impedidas de participar dos novos órgãos oficiais. É nesse vácuo que os estudantes defensores do *status quo* retomam o DCE e os DAs da UFPE e de todo Brasil.

Sem condições de confrontos diretos, os estudantes que permaneceram no movimento estudantil optaram por táticas de resistência lateral por meio de ações culturais e artísticas (MÜLLER, 2010). Outra parcela da estudantada ingressou nas vanguardas revolucionárias contra a ditadura (RIDENTI, 2010). Dentre as principais organizações atuantes no Nordeste do Brasil e em Pernambuco estavam em ordem de importância: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP) e grupos trotskistas (RIDENTI, 2010; MÜLLER, 2010; FERREIRA, 2012).

Enquanto isso, a gestão DCE/UFPE se encontrava sob a presidência de estudantes partidários do governo: José Romero de Souto Souza⁵ (1970-

⁵ Chapa igualmente formada pelos estudantes, Samuel Barbosa de Queiroz Filho (FCE - vice), Guido Galvão Vasconcelos (Biociências) e Abelardo Augusto Rodrigues (FDR).

1971) – Farmácia; José Paulo Novaes⁶ (1971-1972) – Odontologia; Sebastião Silva Casé – Farmácia⁷ (1972-1973); Paulo Fernando de Barros Lima⁸ (1973-1974) – Farmácia; Elson de Albuquerque Maranhão⁹ (1974-1975) – Administração (DIRETÓRIO, 25 mai. 1975, p. 8). A presença, outrora tênue, de dirigentes estudantes das unidades de saúde, especialmente, Farmácia, Odontologia e Bioquímica, são indícios da influência do reitor Marcionilo Lins e de outros conselheiros adesistas do campo médico, especialmente, o Pró-reitor de Assunto Comunitário, Armando Samico.

Enquanto os presidentes do DCE assumem a posição de militantes do governo ditatorial, os demais membros da chapa ocuparam uma posição mais silenciosa que denota uma outra dinâmica de recrutamento, de mobilização e de acomodação. Talvez os quadros de menor visibilidade fossem igualmente ocupados por estudantes de disposições moderadas que se acomodaram àquelas chapas lideradas por estudantes conservadores pelos mais diversos motivos inclusive para fins de resistência interna. Por outro lado, é importante considerar que a escolha e a composição dos representantes de turma, dos DAs e dos DCEs, em tempos de forte intervenção no movimento estudantil e de boicote das esquerdas, não se explica exclusivamente pela militância conservadora.

De todo modo, é importante reafirmar que as lideranças com assento no órgão colegiado de gestão universitária tomavam normalmente posições de adesão pública à reitoria e ao governo militar. A própria rede de corpos e discursos universitários oficiais tende a se impor à teia de agenciamento mais ampla do regime, pois é aquela que de forma mais imediata mobiliza os órgãos de representação estudantil e seus militantes. Deste modo, o discurso de posse do presidente Sebastião Casé (DCE 1972-1973), sob os votos de confiança do reitor Marcionilo Lins, é bastante exemplar:

⁶ Chapa – Vice-presidente - Osmar Urias Novais (presidente do DA da Faculdade de Farmácia); 1º secretário - Frederico C. de Andrade (presidente do DA do Instituto de Biociências); 2º secretário - Mauro Fonseca Filho (FDR).

⁷ Chapa – Vice-presidente: Lupérico Xavier Verçosa; 1º secretário - Odil de Azevedo Dantas; 2º Secretário - João Geraldo de Araújo; Tesoureiro - Eugenilda Maria de Macedo Lima.

⁸ Chapa: 1º Secretário - José Delcídio Pereira Junior.

⁹ Não foram encontradas informações sobre a referida Chapa.

“ontem, greves, anarquias e tumultos. Hoje, entendimentos, compreensão e amizade. É renovação preconizada pelo governo” (PRESIDENTE, 28 jun. 1972, p. 6).

Essa mobilização fez agência das bandeiras do regime, sobretudo no que concerne à política universitária e seus agentes. Daí por exemplo, a proposta no Conselho Universitário de conceder o título de *doutor honoris causa* ao Ministro da Educação e Cultura Coronel Jarbas Passarinho (UFPE, 17 mai. 1971, n.p.). Em agosto do mesmo ano outro membro do DCE, o estudante da FCE, Samuel Barbosa de Queiroz Filho prestou homenagem ao CRUTAC e à sua coordenadora, a professora Haidée Teixeira, enaltecendo o programa de interiorização da universidade com a Zona da Mata Sul do estado (UFPE, 20 ago. 1971, n.p.). Homenagens que seguem na pauta da gestão de 1972-1973 ao programa e à equipe do programa de estágios, mobilidade discente e interiorização da universidade.

Recompensava-se este tipo de militância de todas as formas, por exemplo, o presidente do DCE na gestão de 1970 e 1971, aparece como monitor dos vestibulares do ano 1972, mesmo ano no qual é aprovado para o curso de mestrado em Bioquímica – criado pelo professor e, então, reitor Marcionilo Barros Lins quando passa a representar os estudantes de pós-graduação (ESTES, 07 jan. 72, p. 3; REPRESENTANTES, 01 nov. 72, p. 7). Talvez a maior inspiração para os jovens adeptos do governo ditatorial fosse o professor Djair de Barros Lima, que de presidente do DCE passou a ocupar a posição de professor da FCE, diretor da Divisão de Expediente Escolar e, finalmente, chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins, ao mesmo tempo em que, espionava a comunidade universitária à frente da ASI/UFPE.

Entretanto alguns destes dirigentes hastearam outras bandeiras ditatoriais, extrapolando a pauta da universidade. Dessa maneira, o presidente do DCE, José Romero Souza (1970-1971), subscreve em 1971 um abaixo-assinado em defesa do psiquiatra Lamartine Holanda Junior,

acusado de envolvimento com torturas¹⁰ (AO DR., 10/01/1971, p. 7). Subcrevem igualmente o documento autoridades civis e militares ligadas a ADESG, tais quais os professores universitários: Luiz Amorim (Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRPE), Mário Neves Batista (Diretor da FDR) e Gustavo Cintra Passhaus (FDR).

Tais posições colaboraram para que o movimento estudantil conservador perdesse espaço para reorganização das forças de esquerda em meados dos anos 1970. Esse movimento de recrudescimento da oposição discente faz parte de uma ampla conjuntura de reorganização do movimento estudantil de oposição em todo Brasil. Aos poucos são retomadas as greves, as assembleias, os impressos, as denúncias públicas de prisões e torturas.

Na UFPE os estudantes de oposição vencem as eleições para gestão do DCE no ano de 1976, mesmo contexto de reorganização do DCE livre da USP (MÜLLER, 2010). Dentre as principais lideranças da UFPE, os estudantes de medicina, Humberto Costa e Jarbas Barbosa, de filosofia e ciências humanas, Cajá (Edival Nunes da Silva) e Alzira, além das lideranças de artes, arquitetura e comunicação, Orlando Mindelo (UFPE, 04 fev. 1965, n.p.; 19 fev. 1965, n.p.; 20 jan. 1969, n.p.; 11 fev. 1969, n.p.; 17 out. 1969, n.p.; 01 dez. 1969, n.p.; MACHADO, 2008).

As posições clássicas *repressão/resistência* e *esquerda/direita* pareceram melhor definidas no âmbito do movimento estudantil, no qual diversas tendências se confrontavam oficialmente e clandestinamente pelo pivô das entidades representativas do alunado (oficiais, independentes e clandestinas). Nesse sentido, essas organizações foram alvejadas por diferentes atos de repressão (administrativo, jurídico e criminal) e de cooptação governista. Esta última modalidade era mediada inicialmente por lideranças conservadoras do corpo discente e por dirigentes universitários aderidos e integrados ao governo, sendo, depois, institucionalizada

¹⁰Sobre o médico e membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) afirmaria o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco: “Segundo relatos históricos, o psiquiatra era responsável por avaliar se o preso ainda tinha condições de ser submetido à tortura”. Disponível em: <http://cremepe.org.br/2008/11/13/alepe-nega-homenagem-a-lamartine/>; Acesso em: 04 nov. 2017.

por meio dos órgãos de assuntos estudantis (divisões, direções, departamentos, Pró-reitorias e outros órgãos). Embora estas disposições sejam mais claras no âmbito do movimento estudantil, o exame dessas disputas e das relações travadas entre estudantes e o Estado autoritário ao longo da série documental extrapolam a chave explicativa dual. É nessa terceira zona opaca que se situam as práticas sociais da indiferença, da adesão constrangida e envergonhada, da oposição tácita e do corporativismo acadêmico.

Referências

Fontes primárias

AO DR. Lamartine Hollanda Júnior, **Diário de Pernambuco**, 10 jan. 1971, p. 7.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 2. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 3. Brasília: CNV, 2014c. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

CHAPA única nas eleições do DCE, **Diário de Pernambuco**, 07 mai. 1970, p.3.

DIRETÓRIO dos estudantes instala galeria de honra, **Diário de Pernambuco**, 25 mai. 1975, p. 8.

ESTES professores irão fiscalizar o vestibular, **Diário de Pernambuco**, 07 jan. 1972, p. 3.

PARAÍBA. **Relatório Final**: Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2017.

PERNAMBUCO. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. v. 1. Recife: CEPE, 2017a;

PERNAMBUCO. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. v. 2. Recife: CEPE, 2017b.

PRESIDENTE de diretório ampliará política cultural, **Diário de Pernambuco**, 28 jun. 1972, p. 6.

REITOR assume e disse que Univ. deve alcançar sentido orgânico, **Diário de Pernambuco**, 23 ago. 1964, p.15.

REPRESENTANTES do curso de pós-graduação são empossados, **Diário de Pernambuco**, 01 nov. 1972, p. 7.

TRAÇA norma de ação à frente do DCE: posse, **Diário de Pernambuco**, 13 dez. 1964, p. 13.

UFPE. **Atas do Conselho Universitário**. Recife: UR, 1964-1977.

UR. **Estatuto da Universidade do Recife**. Recife: UR, 1965.

UFPE. **Estatuto e regimento geral da Universidade Federal de Pernambuco**. V. 53. Nº 067 Especial. B.O. UFPE, Recife, 2019.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

BRAYNER, Nadja Maria Miranda; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais culturais. In PERNAMBUCO. **Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. V. 2. Recife: CEPE, 2017b.

CHARLE, Christophe. **La republique des universitaires, 1870 – 1940**. Paris: Le Seuil, 1994.

CHARLE, Christophe. **Homo historicus**: reflexões sobre história, os historiadores e as ciências sociais. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CRUZ, José Vieira. **Da autonomia à resistência democrática**: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFBA, Salvador, 2012.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso; MÜLLER, Angélica. Violações de direitos humanos nas universidades. In: BRASIL. **CNV: Relatórios/Textos temáticos**. v. 2. Brasília: CNV, 2014b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 3. Rio de Janeiro: 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 4. Rio de Janeiro: 34, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: 1981.

FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos. **Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964-1972)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MACHADO, Otávio Luiz. **Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958 - 1975)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) - PPGHS/USP, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Giweida Barbosa de. **Decreto 477/1969**: estudantes e universidade, trajetórias marcadas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SILVA, Simone Tenório Rocha. **As manifestações estudantis em Pernambuco (1964 – 1968)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

A utilização da comunicação clandestina como resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

*Fabiola Alves de Lucena*¹

1. Introdução

Este artigo é parte da dissertação de mestrado “A Comunicação Clandestina no Movimento Estudantil em Recife durante a Ditadura Militar”, defendida no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco, em 2016, tendo como foco a investigação da comunicação clandestina utilizada por estudantes do Movimento Estudantil e pela militância que fazia parte dos partidos e organizações políticas durante o regime ditatorial. Para a referida dissertação foram realizadas entrevistas com alguns militantes que vivenciaram o período, além da análise documental feita no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), em Pernambuco, que mantém o arquivo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e cujo acervo possui tanto documentos pessoais, como das organizações e partidos e, ainda os relatórios policiais sobre essa militância. Dessa forma, a pesquisa em questão configura-se como um resgate, uma compilação de informações sobre essa rede de comunicação informal e clandestina, escrita, oral e codificada.

¹ Fabiola Alves de Lucena é graduada em Comunicação Social pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco – e mestre com a dissertação intitulada: “A Comunicação Clandestina no Movimento Estudantil em Recife durante a Ditadura Militar”, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco. A autora também havia feito um vídeo-documentário referente ao tema em 1999, com depoimentos que fizeram parte da dissertação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6556623798228621>

O principal objetivo foi analisar, principalmente, o M.E. (Movimento Estudantil) em Recife, que tem relevância histórica de resistência à ditadura militar no Estado de Pernambuco. Os encontros estudantis concentravam-se geralmente nas Faculdades de Engenharia e Direito, ambas localizadas ao lado do Quartel General do IV Exército, centro da cidade do Recife. Essas faculdades viraram uma espécie de polo para esses encontros com caráter político, posto que vários estudantes de outros cursos tinham o costume de frequentar o lugar, que se tornou referência para reuniões tanto entre os universitários, como também dos estudantes secundaristas das escolas próximas, como é o caso do Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), atual Ginásio Pernambucano (GP), ícone também de resistência ao regime ditatorial.

Como complementação do *corpus* da dissertação, foram selecionados também os partidos e as organizações políticas clandestinas que existiam no Estado, uma vez que havia uma relação bastante forte entre seus membros, visto que muitos estudantes participavam de alguma organização e/ou partido clandestino. Desse modo, foram escolhidas tais vertentes (estudantil e organizações/ partidos políticos) devido ao fato de que, ao se isolar um dos grupos, a análise tornar-se-ia incompleta.

A História Oral é uma das metodologias utilizadas por ser a entrevista um método essencial na recolha de dados relativos ao assunto explorado. Uma obra de referência sobre o tema é a de Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 16), que afirma ser “terreno multidisciplinar que se utiliza de música, literatura, lembranças, documentação escrita e fontes iconográficas para estimular a memória”. Na dissertação citada há uma multiplicidade de fontes que ajudaram a compor uma parte da história da comunicação clandestina e, no caso das entrevistas, estas foram consideradas temáticas por remeterem diretamente a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados, como debate Delgado (2006, p. 24): “História Oral e pesquisa documental normalmente caminham juntas e se auxiliam de forma mútua”.

Neste artigo, o leitor vai encontrar uma contextualização da militância estudantil em Pernambuco no pós-golpe e, a seguir, uma compilação de dados relacionada às práticas e técnicas da comunicação clandestina, que vão sendo relatadas de acordo com as diversas fases da ditadura militar, fases essas associadas em consonância com as limitações de liberdades democráticas. Muitas práticas clandestinas só conseguiram ser aplicadas entre 1964 e 1968, pois precisaram sofrer adaptações devido ao endurecimento da polícia política após o AI-5² (Ato Institucional nº 5), promulgado em dezembro de 1968.

O objetivo da pesquisa foi buscar entender a importância de tal levantamento científico como contributo para a história não só brasileira, mas também referente a outros governos ditatoriais.

2. A contextualização da militância estudantil em Pernambuco

O Movimento Estudantil na América Latina na década de 1960 tem suas orientações de acordo com os problemas de desenvolvimento da sociedade e é realizado a favor da classe operária, dos trabalhadores do campo e das camadas sociais. Os aspectos econômico, social e o político combinam-se no M.E. latino-americano e são determinados pelo tipo de desenvolvimento dessas sociedades. Esse mesmo Movimento Estudantil define um projeto coletivo de tipo societal, e, segundo José Albuquerque em *Movimento estudantil e consciência social na América Latina* (1977, p. 77), enquanto ator coletivo, “ele organiza suas orientações em função da problemática societal própria das sociedades dependentes, o desenvolvimento econômico e seu controle”. O autor cita como exemplo a reforma universitária como indicador de projeto societal por ter universalidade no M.E. da América Latina e por aparecer em vários países.

² O Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi emitido em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente militar Costa e Silva e deu início a fase mais dura da ditadura onde suspendeu direitos políticos com a cassação de mandatos parlamentares, suspensão de garantias constitucionais, inclusive efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Foi o uso descontrolado do aparato repressivo do estado de Segurança Nacional (ALVES, 2005).

Os movimentos estudantis tiveram uma grande diversidade ao longo da história. Primeiro, as mobilizações eram em torno de reivindicações específicas concernentes ao universo estudantil. Depois, se estendem às lutas sindicais ou em torno do caráter político, buscando interferir em questões gerais da sociedade. Marta Harnecker, em *Estratégia e tática* (2012, p. 16), declara que “o que define as coisas em política, não é a superioridade numérica de uma determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe”, o que justificaria as pautas do M.E. já que significa dizer que a força social-proletária não seria formada apenas pelos operários com consciência de classe, mas também por todos os outros setores que assumem posições proletárias, sendo burgueses ou pequeno-burgueses. É fato comprovado que o M.E. assumiu, além da luta estudantil, outras bandeiras de luta da sociedade, e, tendo colaborado com a causa operária, por exemplo, fornecendo apoio à luta dos trabalhadores urbanos.

Recife foi um grande polo estudantil do Estado e da região Nordeste, e havia tido Miguel Arraes e Pelópidas Silveira como prefeitos da cidade antes do Golpe Militar de 1964, ambos de esquerda. Portanto, havia um ambiente favorável para uma crescente militância esquerdista no Estado, com concentração em Recife onde se localizava, como já referido, a Escola de Engenharia, considerada pelo DOPS como o lugar de comando de todos os movimentos estudantis de esquerda em Pernambuco. No mesmo ano, nas eleições dos diretórios acadêmicos, a esquerda venceu nas Escolas de Direito, Engenharia e Agronomia causando um desconforto entre os estudantes de direita, que acusavam as eleições de fraudulentas (SILVA, 2002).

Desde o início do Golpe de 1964, o Movimento Estudantil continuava dividido relativamente no que tange ao apoio ao Governo Militar, como é claro numa carta publicada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE's) das Universidades do Recife e Católica e pelos Presidentes dos Diretórios Estudantis de Engenharia (DEE), Djair Barros, Luís Rodrigues e José Albuquerque Cavalcante, respectivamente, em comemoração ao primeiro ano do governo militar. Na referida carta, os estudantes exaltavam o ato do

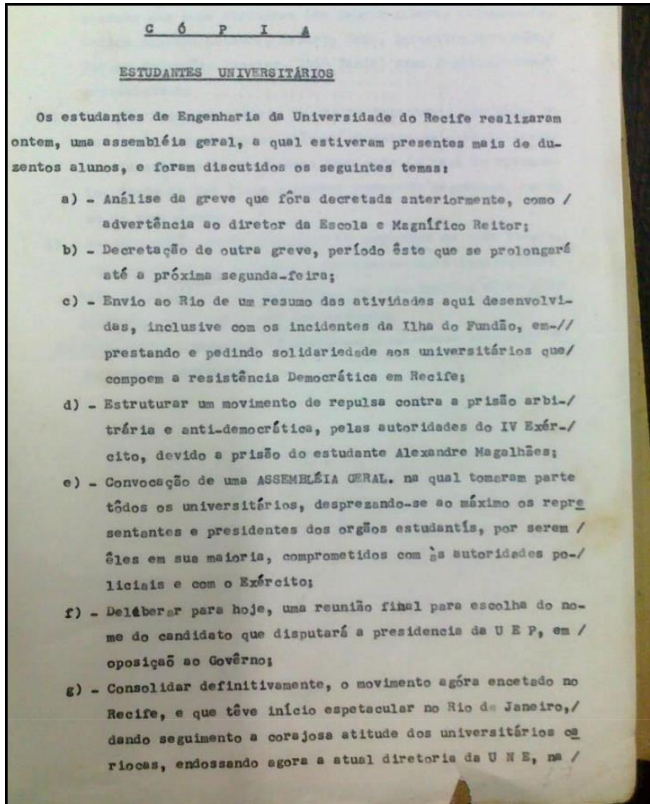
Golpe como uma atitude honrosa e acusavam o governo anterior de corrupto, comunista e subversivo, ressaltando positivamente o Governo em vigor e ainda mencionando que não houve derramamento de sangue, nem lágrimas na batalha para a tomada do poder. Tal fato confirma que a imprensa cedia espaço aos militares com esse tipo de publicação, pois discursos contrários ao Governo não apareciam nos periódicos de grande circulação. O embate durou até 1966, já que em 1967 não se constatam publicações dos “estudantes democratas”, que era como a direita se autointitulava (SILVA, 2002).

Ainda dentro do cenário de 1964 e com todos os problemas sociais que a cidade do Recife vivia na época, eram fortes os fatores que terminavam por sensibilizar e politizar ainda mais o Movimento Estudantil, que se tornou bastante atuante e organizado, além de ser uma das referências em nível nacional, muito citado em bibliografias referentes ao tema. De acordo com Elimar Nascimento (apud GROPPPO; ZAIDAN FILHO; MACHADO, 2008) militante estudantil na década de 60 em Recife, em 1965 o DCE da Universidade do Recife era controlado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas a AP (Ação Popular) estava presente em alguns diretórios acadêmicos, como o de Belas Artes, onde estava na direção, e participava também nos cursos de Engenharia, Medicina, Arquitetura, Serviço Social e Ciências Sociais.

De acordo com Reis Filho (2002), havia bastante influência dos partidos políticos no M.E. Ele considera que entre estudantes e revolucionários, ou nos movimentos e partidos, existia uma ligação, porém uma independência e liberdade em seus atos. Ainda consoante o historiador, nas manifestações de oposição ao sistema ditatorial o ator principal eram os universitários; já os partidos e intelectuais eram os “coadjuvantes” e, mesmo os líderes tendo filiações partidárias, nem sempre os estudantes apoiavam as propostas vindas dos partidos. Ao final, tudo era discutido e decidido em assembleias de onde surgiam as novas propostas.

Na figura a seguir, é possível entender o nível de envolvimento dos estudantes universitários de Recife em questões que ultrapassam a esfera estudantil. Além do envolvimento em questões de outros estados.

Figura 1: Pauta discutida em uma reunião estudantil



Fonte: Prontuário Funcional n° 28.739 APEJE-PE, 196-.

Como é possível observar, Pernambuco tornou-se alvo da polícia política pela atuação da resistência tanto estudantil quanto dos trabalhadores. Essa perseguição teve início bem antes de 1964, pois um relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente à Segurança Pública (SSP), ainda datado de 1961, confirma um acordo entre alguns estados brasileiros e os Estados Unidos, estando Pernambuco entre eles. O objetivo desse acordo era treinar os órgãos policiais para funções que viriam a ser exigidas futuramente. O relatório mostra claramente o

investimento dos Estados Unidos da América (EUA) em conferências e palestras sobre assuntos de polícia técnica, além de viagens de intercâmbio cultural e estágios. O convênio foi firmado entre o Governo do Estado da época, Cid Sampaio, junto ao Governo Americano. Os militares que recebiam a qualificação eram do alto escalão da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que posteriormente repassavam as informações para o restante da corporação. Marcília Gama Silva em *Informação, repressão e memória* (2014, p. 75), relata que: “aparelhar os órgãos de controle significa dar mais munições para o gerenciamento ideológico da sociedade, fortalecendo os jogos de poder ligados aos conspiradores do golpe militar de 1964”.

Tal convênio entre a SSP e os EUA funcionou nos anos anteriores à gestão do Governador Miguel Arraes de Alencar em Pernambuco. Ao assumir, em 1963, Arraes em seu discurso de posse faz várias críticas à atuação da polícia no Governo anterior de Cid Sampaio e menciona que a SSP perderá seu caráter político que, segundo ele, deforma a principal finalidade da polícia que é a solução de problemas específicos. O novo governador deixa claro que irá romper com o projeto anterior firmado com os EUA, principalmente no que se refere às estratégias de ordem política, contrariando os interesses de uma parcela da corporação que argumenta estar ocorrendo um retrocesso na modernização da polícia. Tal rompimento vem proporcionar uma grave crise entre o governador e a polícia do Estado, que passa a ignorar suas exigências, como, por exemplo, a omissão com os crimes relacionados aos trabalhadores rurais em apurar os casos e até em prender os criminosos. Após Miguel Arraes ter sido deposto do cargo com o golpe de 1964, a SSP também volta a ser beneficiada com mais recursos: “equipamentos de escuta e telefonia, melhores instalações, um gabinete do secretário mais bem aparelhado e confortável com mesa grande de reunião, aprimoramento da Escola de Polícia”, etc (SILVA, 2014, p. 80), o que vem contribuir e facilitar a fragmentação da militância oposicionista.

No dia a seguir ao golpe, 1º de abril de 1964, houve uma passeata de universitários em Recife organizada pelo Diretório da Escola de Engenharia e pelo DCE que saiu em direção à Avenida Dantas Barreto, no centro da cidade, em protesto contra os militares. Ao chegar à frente da Pracinha do Diário, um grupo de manifestantes chegou a provocar a tropa militar. Armas são disparadas ao alto pelos soldados para assustar os estudantes, estes chegaram a atirar pedras e laranjas. Depois de toda confusão o que restou foram as mortes de dois estudantes, Jonas Albuquerque e Ivan Aguiar, ambos estudantes secundaristas (SILVA, 2014).

3. Militância e a comunicação clandestina

O estudo da memória associada à história é essencial ao objeto deste texto, posto que a análise abrange informações obtidas a partir de muitos relatos orais e biográficos. Como observa Le Goff (1994, p. 476):

A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

A memória serve para resgatar um passado e nutrir o presente e o futuro, e quem a detém pode utilizá-la como instrumento de dominação. Os silêncios da história são usados para manipulação de uma memória coletiva, e foi assim que o período ditatorial militar fez durante anos no Brasil.

Ainda se cruzam as dimensões do tempo individual, vida privada e roteiro biográfico, e do tempo coletivo que englobariam o social, nacional e internacional. A memória social constrói imagens do passado e traz determinadas representações sobre um período estipulado da história e, por isso, um dos desafios da história oral, consoante Delgado (2006, p. 18), é a “relação entre as múltiplas temporalidades”, pois os depoimentos obtidos reproduzem uma ótica particular de um processo coletivo vivenciado.

Isto é: um indivíduo, quando fornece um relato oral, está dando sua visão sobre aquele momento histórico coletivo pelo qual passou, munindo o relato de impressões e sentimentos vividos enquanto ocorreu aquele fato.

O governo militar brasileiro passou a controlar a imprensa através de seus censores que eram presentes 24 horas nas redações dos principais jornais no país. O pesquisador Jorge Pedro de Sousa discute como Louis Althusser, baseado na proposta de Gramsci, diferenciou o aparelho repressivo do aparelho ideológico do Estado, em que o primeiro engloba a polícia, as forças armadas etc, e o segundo abarca a comunicação social, as escolas, a família, as igrejas, os partidos políticos, a indústria cultural: “a classe dominante exerce sua hegemonia sobre a sociedade através do controle hegemônico desses aparelhos” (SOUSA, 2006, p. 420). A interpretação althusseriana inovava ao enfatizar o papel da cultura enquanto veículo de ideologia dominante e hegemônica.

A proximidade entre as faculdades de Direito e de Engenharia da Universidade do Recife (atual UFPE) fez com que a área se tornasse um polo de efervescência por concentrar diversos núcleos estudantis. Os estudantes secundaristas, como já mencionado, também estavam próximos e isso facilitava a atuação em conjunto com os universitários. A frase “não somos loucos, mas queremos o Hospício”, em referência à rua do Hospício no centro da cidade, local onde estava a Faculdade de Engenharia, foi bastante proferida na época em que foi cogitada a transferência da faculdade para o campus na Cidade Universitária (bairro mais afastado do centro da cidade), contada por Teresa Wanderley, que com os demais entrevistados, Paulo Pontes e Marcelo Mário Melo, todos estudantes secundaristas naquele período, confirmam as ações que aconteceram nas imediações do referido local (LUCENA, 1999).

Com o endurecimento do regime militar, normalmente feito através das publicações dos Atos Institucionais (legitimação e legalização das ações políticas dos militares), era necessária uma adaptação por parte da militância para conseguir colocar em prática suas ações de resistência.

A seguir, estão relatados os métodos de comunicação clandestina mais comuns que antecederam o AI-5 referentes aos anos de 1964 a 1968. Porém, também estão descritos métodos e táticas de anos posteriores ao referido Ato. Muitas informações foram recolhidas nos documentos dos arquivos policiais do APEJE, alguns com datas e observações escritas por agentes policiais, os chamados prontuários funcionais (LUCENA, 2016).

Marcelo Mário Melo integrava a Seção Juvenil do comitê Estadual do PCB antes do Golpe de 1964. Quando terminou o curso secundário passou a viver o período do golpe e se comprometeu com a reorganização do partido no meio estudantil, o recrutamento de militantes, os cursinhos, a propaganda, as reuniões, a redação de documentos, já atuando de forma clandestina. Marcelo Mário Melo atuava no departamento de Agitação e Propaganda e utilizou a comunicação clandestina em vários momentos. Sobre a distribuição de panfletos, ele relatou:

Utilizávamos também uma larga distribuição de panfletos, que eram distribuídos nos esquemas já citados e jogados do alto dos edifícios. Tínhamos o mapeamento dos edifícios-chave da cidade. Podíamos, simplesmente, jogar os panfletos e procurar escapar, ou colocar um pacote deles, molhado, na marquise. Com a incidência do sol ia havendo a secagem e os panfletos começavam a voar. Isto apresentava a vantagem de dar tempo de o panfleteiro escapular com menos risco. Outras vezes colocávamos o panfleto num peitoril de janela ou em marquise, tendo por baixo uma bomba de São João, das grandes, fincada num cigarro aceso. Num determinado momento a bomba explodia e soltava os panfletos. (LUCENA, 2016, p. 95)

Teresa Cristina Wanderley Neves foi militante estudantil pelo PCBR (Partido Comunista Brasileiro revolucionário) e estudava no CEP, atual Ginásio Pernambucano (GP), escola secundarista estadual de grande destaque na atuação estudantil em resistência à ditadura. Teresa admite que sua atuação na militância foi mais forte no final de 1967, na opinião da entrevistada um ano de grande politização estudantil, quando secundaristas liam muito as teses de diversos partidos e organizações e a questão principal das discussões era a respeito da adesão ou não à luta armada.

Também debatiam sobre a situação nacional, os efeitos do Golpe Civil-Militar de 1964 e o acesso ao conhecimento político estudantil e educacional. A entrevistada participou ativamente das eleições para o grêmio da escola em 1967, quando as chapas concorrentes eram Opinião (PCBR) e Vanguarda (AP). O colégio possuía dois jornais, um deles era o Opinião, do grupo homônimo que pertencia ao PCBR, e havia outro que se chamava Correio do CEP, que se autodenominava independente (LUCENA, 2016).

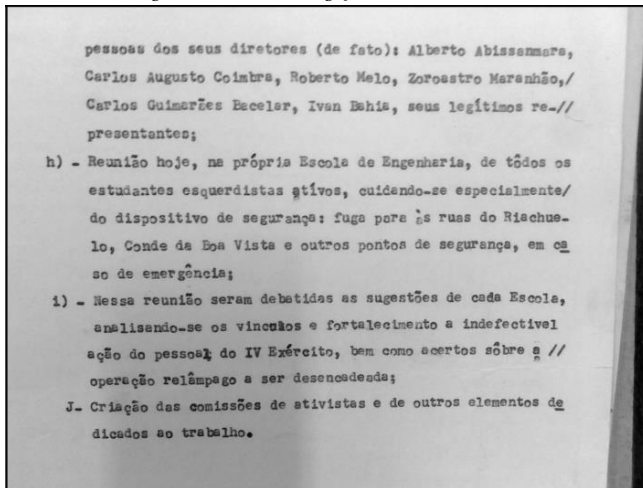
Teresa Wanderley relatou alguns exemplos de como era a comunicação durante esse período de efervescência estudantil. Ela mencionou que nas universidades os estudantes aproveitavam os vários canais para discutir a política e um deles foi o “trote estudantil”, altamente politizado, mas também vigiado. Devido ao fato de muitas famílias irem assistir aos trotes, tratava-se de um momento ideal para expor a opinião sobre o governo. Teresa também admite que, muitas vezes, criavam-se alternativas rápidas e seguras, mesmo atuando legalmente, com os “mosquitinhos”, por exemplo, que eram várias frases curtas, cerca de dez colocadas em cada folha de papel, impressas em um mimeógrafo, depois recortadas e distribuídas. Usualmente, os mosquitinhos serviam para uma convocação, uma denúncia ou algo que necessitasse de uma divulgação rápida e de fácil distribuição, esses eram entregues até pelas janelas dos ônibus (LUCENA, 2016).

Na categoria de documentos informais, os mais comuns escritos por ativistas de esquerda foram os jornais clandestinos e os panfletos que serviam para marcar reuniões clandestinas, divulgar passeatas, protestos, fazer denúncias, informar à sociedade os motivos que levaram à oposição ao regime militar, visto que a maioria dos meios de comunicação tradicionais já tinha sido censurada e só divulgava o que era de interesse do governo.

Num dos documentos do APEJE (Prontuário Funcional nº 28.739) havia um panfleto que, pelo conteúdo do texto, pertenceu aos estudantes do M.E. em Recife, uma vez que citava a União Estadual de Pernambuco (UEP) e o fato da invasão sofrida pelo IV Exército, logo após o Golpe de

1964, ter impedido as eleições para a escolha da nova diretoria da UEP. Este documento pode ser considerado uma convocatória aos estudantes para agirem de forma clandestina, já que é sugerida a formação de grupos de cinco pessoas que deveriam traçar posição tática e elaborar o “programa de luta”. Ao mesmo tempo, entretanto, informa que “a organização das massas é fator decisivo na luta contra a ditadura fascista”, o que significa que a forma de atuação do grupo que assina como Aliança Renovadora Estudantil (ARE) é clandestina, porém o conteúdo da ação seria direcionado para as massas.

Figura 2: Panfleto de divulgação de reunião estudantil



Fonte: Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE.

O panfleto era bastante usual nos primeiros anos após o Golpe Militar de 1964, desde uma simples convocatória para uma reunião política estudantil ou ainda para discutir e expor teses partidárias, como foi o caso do texto a seguir, também do Prontuário Funcional nº 28.739 (APEJE-PE, 196-) com o título “Mundo Universitário”, que inicia com a frase: “os estudantes brasileiros continuam se constituindo alvo nº 1 do comunismo internacional”. O texto menciona a relação dos estudantes brasileiros com veias comunistas internacionais e afirma que é um movimento forte: “a resistência estudantil do Brasil é movimento já sobejamente conhecido e

que congrega os mais exaltados e capazes líderes estudantis em seu seio” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 2).

Algumas observações merecem destaque e só comprovam porque os militares eram temerosos no tocante ao eixo estudantil: “o estudante tem uma história de lutas e de plena simpatia por parte do povo, no Brasil, sempre contando, nas mais difíceis circunstâncias, com o apoio da opinião pública” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 2). E ainda: “o estudante, na atual conjuntura, se situa como o mais autorizado porta-voz das massas oprimidas por setores significativos da pequena e média burguesia e de outros grupos em luta ativa no cenário sociopolítico brasileiro” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 3). Em seguida, a todas as afirmativas que exaltam a importância dos estudantes como um núcleo opositor ao regime, enumeram-se diversas atividades que eles devem continuar a realizar, sendo algumas delas: luta incessante, fomentar alianças e a integração com outros grupos e classes, bem como a coordenação com o movimento estudantil a nível nacional. O documento não tem referência de data nem local, mas era bastante comum a troca desse nível de informação e de circulação entre as militâncias de vários estados. Com esse tipo de informação coletada a polícia política conseguia traçar um cenário das estratégias e intenções dos grupos opositores.

Os códigos orais (vocabulário e senhas), outra forma de comunicação clandestina, foram usados em praticamente todas as fases do regime militar e são relatados em diversas fontes orais, livros biográficos e citados nos textos dos arquivos policiais. Eram comuns entre a militância, independentemente do local de atuação. Também serviam de principal meio para uma reunião improvisada como relata Marcelo Melo, confirmando que era comum o imprevisto através da oralidade, seja nos comícios relâmpagos ou nas minipasseatas:

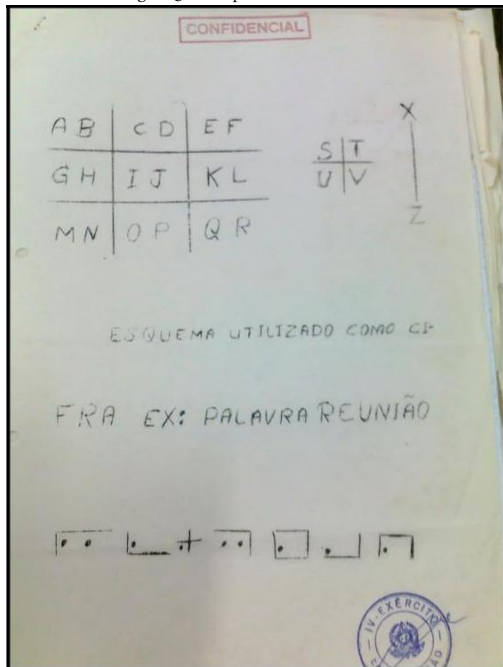
A propaganda oral era feita por meio dos comícios relâmpago. Um grupo de militantes chegava em um ponto da rua, começava a bater palmas e um deles começava uma falação que no máximo chegava a cinco minutos. Às vezes, dava

tempo somente de gritar umas palavras de ordem, porque a polícia já estava sendo avistada nas imediações. As minipasseatas também funcionavam como forma de agitação política. Militantes marcavam encontro num ponto central, se juntavam e na hora abriam faixas e cartazes que traziam escondidos, gritando palavras de ordem e denúncias. (LUCENA, 2016, p. 99)

Em relação ao vocabulário, algumas palavras tornaram-se comuns para as pessoas que atuavam em organizações clandestinas, como por exemplo: *ponto*, que era o lugar marcado para acontecer um encontro clandestino; *aparelho*: casa clandestina; *caiu*: significava que alguém da militância havia sido preso; *médico* era como se chamava o advogado do militante; *ponto frio* era quando uma casa clandestina havia sido descoberta pelos militares.

Paulo Pontes, militante estudantil do PCBR, fez uso de código quando estava militando clandestinamente em Salvador e tinha fugido do Recife. Uma vez recebeu uma chave com um código 1848 (ano do manifesto comunista) que demandava fazer algumas contas e achar as letras do alfabeto correspondentes. No final, ele encontrou a palavra ‘Cnova’, nome de um bairro em Salvador onde ele iria morar que, de fato, se chamava Casa Nova (LUCENA, 2016). Abaixo, na figura 3, um documento similar apreendido com um esquema gráfico que ensina a efetuar esse tipo de tática:

Figura 3: Exemplo de Palavra Cifrada



Fonte: Prontuário nº 28.801 APEJE-PE, 1968, área São Paulo.

O rádio era um meio de comunicação bastante utilizado, até mais do que a televisão que na década de 1960 ainda era um produto caro, e em alguns programas radiofônicos existiam horários em que eram lidos alguns recados de ouvintes, uma espécie de correio radiofônico onde uma pessoa enviava mensagem à outra. A militância chegou a utilizar esse espaço para trocar mensagens, que não possuíam aparentemente conteúdo relevante possível de levantar suspeita pela polícia política, mas empregava um vocabulário pré-combinado entre os membros da militância para o entendimento da mensagem, como afirma Luís Momesso, que foi operário e pertenceu a AP quando atuava no ABC paulista na segunda metade da década de 1960:

A gente usava os meios de comunicação de massa, mas usava codificado... Rádio principalmente, pois no interior é muito ouvido. A gente dava notícias assim: “Foi internado” era para dizer que “foi preso”. “Recebeu alta”, quer

dizer que tinha saído, ou, “saíu do hospital em São Paulo, vai chegar tal dia, a família esperar em tal lugar [...]”. A gente utilizava uma linguagem que o povo usava... Ninguém ia desconfiar. (LUCENA, 2016, p. 100)

Havia ainda os diálogos com perguntas e respostas que funcionavam como uma espécie de senha e contrassenha, um tipo de comunicação muito utilizada entre os anos de 1964 e 1968. Fernandes Júnior (2004, p. 99) em seu livro autobiográfico, revela algumas expressões e palavras que foram metaforizadas em diálogos. Caso a pessoa que ele iria encontrar não respondesse o combinado, era o indício de que havia algo errado: “Eu tinha que chegar primeiro com a revista *O Cruzeiro* na mão, e esperar pela deixa: uma pessoa que perguntaria onde ficava o Maracanã, pois queria assistir o jogo do América”.

Delgado (2006) faz referência a esse tipo de fonte, no qual a memória é essencial para refletirmos sobre o uso dessa estratégia, pois há um registro de depoimentos a respeito da história vivida. É um terreno multidisciplinar que se utiliza de música, literatura, lembranças, documentação escrita e fontes iconográficas que serviam para estimular a memória.

Ainda no campo da documentação informal, outra forma de comunicação clandestina eram as pichações, usuais em vários períodos do regime ditatorial. Como afirma o pesquisador Thiago Soares (2018), as pichações tiveram enorme importância política na militância ao longo do período ditatorial e perduraram durante a abertura política, a partir de 1980. O autor esclarece o conteúdo dessa comunicação no excerto a seguir:

Os discursos das pichações durante a ditadura geralmente possuíam um cunho crítico e denunciante dos problemas político-sociais e das arbitrariedades cometidas pelos militares, buscando mobilizar a sociedade a lutar pelo retorno da democracia, o que contribuiu para o enquadramento dessas produções gráficas na aplicação da Lei de Segurança Nacional. (SOARES, 2018, p.158)

No final do período ditatorial, mais precisamente em 1983, militares fizeram um esquema de segurança preventiva nos dias que antecederam

a comemoração do feriado de 7 de setembro em Recife, para que não houvesse muros pichados durante as festividades militares. Rondas policiais foram feitas dias antes do feriado e materiais considerados subversivos foram apreendidos. Marcelo Mário Melo descreve duas histórias inusitadas sobre esse tipo de ação:

Em torno das pichações há situações cômicas. Antes de 1964, o governo de Cid Sampaio em Pernambuco, numa das tentativas norte-americanas de desembarque de tropas mercenárias em Cuba, a estudantada do PCB foi convocada para uma grande pichação. O pichador já tinha escrito “Solidariedade a Cu”, mas teve de sair na carreira sem terminar a palavra, para escapar da polícia. Em Campina Grande um companheiro vinha preparando o que pretendia ser o maior pichamento do PCBR. Juntou o material, mobilizou militantes e simpatizantes, mas quando foi pra rua, os muros estavam todos pichados com a propaganda de um conjunto de Rock: “Aí vem os dragões!” Ele não teve dúvida e emendou: “Da luta armada: PCBR”. (LUCENA, 2016, p. 102)

Duque (2011) apud Soares (2018, p. 163) cita um episódio interessante sobre a maneira de protestar com pichação:

Em Recife, no dia 19 de junho de 1969, um grupo de estudantes secundaristas e universitários pichou alguns ônibus nas proximidades da Avenida Sul e da Rua Imperial (uma área central da cidade), para protestar contra a ditadura civil-militar e o capitalismo dos EUA, simbolizado para eles, pela chegada do governador de Nova York, Nelson Rockefeller, em Pernambuco.

Uma outra forma de comunicação clandestina foi a área de classificados nos jornais impressos usados como canais para transmitir uma mensagem com senhas, porém, era essencial uma prévia combinação. Amparo Araújo, uma das entrevistadas, foi militante da ALN, atuou no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife e viveu semiclandestina por vários anos, exemplifica:

Tinham algumas coisas combinadas, por exemplo, eu já sabia quando ia voltar para uma cidade queria encontrar com uma pessoa. Geralmente quando se viajava e se estava para voltar e perdia o contato colocava o anúncio, tinha uma coisa pré-combinada [...] Se aparecesse o anúncio, por exemplo: vende-

se um gato angorá de nome Cátia. Aí a pessoa com quem eu já tinha combinado sabia que deveria me encontrar num determinado local e tal hora [...]. (LUCENA, 2016, p. 102)

No tocante à documentação analisada no APEJE, selecionamos alguns prontuários que destacam a investigação realizada pela polícia em relação à comunicação clandestina. Esses prontuários contêm documentos que foram apreendidos não apenas de estudantes, mas também dos partidos e organizações clandestinas políticas. Boa parte desse arquivo foi retirado dos diretórios ou centros acadêmicos das universidades, grêmios das escolas, dos partidos de esquerda que mantinham relações com trabalhadores, de casas clandestinas, ou seja, é um vasto acervo com informações onde a polícia política conseguia entender com mais clareza o funcionamento e estratégia da militância e fazer uso dessa informação para desmobilizar os grupos opositoristas ao governo militar.

No Prontuário nº 29.747, que detalhava o tema “Trabalho de Agitação (propaganda)”, constava um suplemento do jornal *Voz Operária*, do PCB, e também um suplemento do nº 48 de um jornal intitulado *Jornal GB* (sigla não mencionada no documento). Havia também um documento original, datilografado, e uma cópia impressa que era um artigo em folha de jornal. Esse documento possuía dicas de várias técnicas que deveriam ser usadas pelos militantes, com data de fevereiro de 1969 e com o título: “Alguns elementos do trabalho prático de Agitação e Propaganda”. O texto ensina algumas táticas e fornece instruções sobre a distribuição e cuidados relacionados ao trabalho de agitação e propaganda. São mencionados os seguintes temas: Como fazer uma impressora de gelatina (é fornecida a receita de como imprimir fazendo uso de gelatina); como escrever boletins e volantes; como realizar coordenação de trabalhos de propaganda; como fazer etiquetas e carimbos; como agir em caso de prisão, no local de trabalho; como utilizar gelo (colocavam-se pedras de gelo sobre o pacote de panfletos, na medida em que iam derretendo, o vento levava as mensagens); como construir charuto para queimar barbante num pacote de boletins; como distribuir boletins molhados no cinema (referindo-se a

como panfletar numa sessão de um filme), nas caixas de correios, em automóveis, transportes públicos e trens. Ainda são citadas normas de segurança, como por exemplo: “não usar de volta o mesmo caminho, não realizar tarefas com muita gente, acabada a tarefa, não entre de férias deixando todos preocupados” (APEJE-PE, 1969).

O uso de cordéis servia para fins de propaganda e como meio de informar aos operários, por exemplo, sobre a situação política do Brasil e o andamento das atividades do M.E. Geralmente eram distribuídos em ruas de movimento e frequentadas pelos trabalhadores, ou também podiam estar pendurados em um cordão numa rua próxima a uma fábrica e, na medida em que os operários fossem passando, iam apanhando.

Luís Momesso descreve outra forma de propaganda, o boletim de fábrica, e como fazia a distribuição do “jornalzinho” para os operários:

Aí comecei a fazer a comunicação da Ação Popular, o jornalzinho da região, da fábrica, aqueles boletins de fábrica [...] Mas não podia distribuir fácil. Era tudo clandestino. A gente entrava na fábrica com os jornais dentro do capacete, escondido na roupa, se fosse pego entregavam para a polícia. (LUCENA, 1999)

Já o Prontuário do APEJE nº 1.593 intitulado “Propaganda Subversiva”, com data ainda do ano de 1968, refere-se ao documento intitulado “Nós e a repressão”, apreendido nas ruas da cidade de Natal-RN (alguns documentos possuíam relatórios onde descreviam o local de apreensão), onde estava sendo vendido a NC\$ 0,30 (cruzeiros novos). A finalidade da venda era “fortalecer a consciência revolucionária de todos aqueles que hoje lutam contra a ditadura” (APEJE-PE, 1968, p. 2). O prontuário detalha que os dois textos que compõem o dossiê, “Frente a frente com a polícia” e os “Inquéritos Policiais Militares” (IPMs), pertenceram a Carlos Mari-guella³ e alertam quanto às medidas de segurança diária de todo

³ Carlos Marighella foi escritor, político e quando rompeu com o partido o qual fazia parte, o PCB (partido comunista brasileiro), fundou a Aliança Libertadora Nacional (ALN) em 1967 que tinha como principal bandeira a guerrilha urbana para combater a ditadura militar, motivo do rompimento com o PCB que era contra o uso da luta armada.

“combatente”. No breve fragmento a seguir, destaque para a atuação do militante:

Frente a Frente:

“Ponto de partida: jamais informar à polícia suas atividades e as de seus companheiros, jamais denunciar nomes ou fornecer endereços”. (APEJE-PE, 1968, p. 1)

Apesar da promulgação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, ainda no início do ano de 1969 existem relatos de que muitos militantes tentavam se expressar e colocar em prática as ações dos grêmios estudantis, partidos ou organizações. No relato de Marcelo Mário Melo fornecido em entrevista, ele conta a respeito de sua mudança de partido – ele saiu do PCB em 1968 e ajudou a fundar o PCBR – e como a repressão se acirrou nesse período:

Inicialmente se combinavam as atividades legais com as clandestinas. A clandestinidade total é quando já estamos sendo procurados pela polícia. Em meados de 1968 estava semiclandestino, porque já tinha cuidados preventivos de segurança e tinha abandonado o emprego, atuando como revolucionário profissional 24 horas por dia, no Comitê Regional do PCBR, com viagens por todo o Nordeste. Em 1968 rachamos com o PCB e fundamos o PCBR, que fazia ações armadas. Em 1969 saiu minha prisão preventiva. Aí foi aquele negócio da cara em cartazes com o rótulo de Terroristas Assassinos etc. (LUCENA, 2016, p. 105)

Mesmo após o AI-5 e a cassação absoluta de direitos civis, o PCBR ainda conseguia fazer publicações de jornais do partido, inclusive o M.E., conforme descreve o entrevistado já citado Marcelo Melo:

A Secretaria de Imprensa do Comitê Regional, que publicava o jornal “Luta de Classe”, de teor doutrinário, tendo saído três ou quatro edições, uma delas fazendo uma análise circunstanciada do AI-5. Era distribuído entre militantes e círculos de simpatizantes, com tiragem em torno de 500 exemplares. Começamos também a publicar “O Trabalhador”, distribuído no Recife em portas de fábrica, ou colocados nas portas das vilas operárias, altas horas da noite, ou distribuído por ocasião de ocupações de fábricas com apoio armado. Estes dois

eram editados por mim, com a participação de outros companheiros. As tiragens variaram entre 15 mil, 10 mil e 5 mil exemplares. Depois se passou a fazer um jornal semelhante ao “O Trabalhador”, para o público camponês, com tiragem menor, cujo título não me recordo, e que não foi editado por mim. Mas seguia o tipo de linguagem mais coloquial, inaugurado pelo “O Trabalhador”. O movimento estudantil publicava o “Resistência Secundarista”, com tiragem em torno de 500 exemplares e muito procurado. Os universitários publicavam o “Resistência Universitária”. Estes dois jornais eram partidários, mas não eram assinados pelos partidos e apareciam como jornais de uma tendência política. (LUCENA, 2016, p. 105)

O relatório do PCBR encontrado no Prontuário Funcional nº 29.772 – “Propaganda comunista PCBR (1945-1970)”, arquivado no APEJE, detalha as atividades relativas à imprensa do partido que vivia na clandestinidade, com data de outubro de 1970. No documento constam as explicações “Sobre os tipos e a natureza das modalidades de ação do guerrilheiro urbano” e “A Propaganda Armada”, com as seguintes orientações:

[...] o guerrilheiro urbano não pode renunciar a montar a imprensa clandestina e ainda deve dispor de mimeógrafos a álcool ou elétricos ou outros aparelhos de impressões [...] a fim de produzir pequenos jornais clandestinos, panfletos, folhas soltas e selos de propaganda e agitação contra a ditadura (s/data). (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772)

Ainda no mesmo documento são fornecidas várias dicas em relação à comunicação do partido: “A propaganda em fitas gravadas, a ocupação de emissoras e serviços de alto-falantes, as pinturas nos muros e em pontos inacessíveis são outras formas de propagandas” (Prontuário Funcional, APEJE-PE nº 29.772).

O documento finaliza com o PCBR chamando a atenção para os três principais objetivos da propaganda política: “ampliar a aceitação da revolução popular e do socialismo, formar militantes e aprofundar a luta ideológica, interna e externamente” (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772). Como se pode averiguar pela análise dos prontuários pertencentes ao APEJE, informar a população e angariar novos militantes para a causa socialista eram as principais metas dos partidos contrários ao

regime ditatorial brasileiro. A comunicação foi utilizada como estratégia de resistência, porém servia como fonte para informar à sociedade o motivo das ações das organizações, além de trazer debates e reflexões sobre as teses defendidas por eles, servia também como forma de expor as intenções da luta contra o sistema repressor em vigor.

Outro tema recorrente presente em diversos documentos era aquele relacionado às normas de segurança. Muitos desses textos explicitavam táticas diversas de comunicação clandestina. O Prontuário Funcional nº 29.582 (APEJE-PE, 1972, intitulado “Documento subversivo apreendido”) era formado pelo texto “Normas de segurança”, que continha 12 páginas e definia os vários significados sobre “O que é Segurança”. A questão do cuidado em relação à segurança era primordial para uma comunicação eficiente. Não era possível executar uma estratégia sem uma boa segurança por parte da militância como assegura a seguinte afirmação escrita no referido documento: “A segurança é a centralização de informação e comunicação”. Isso quer dizer que segurança e comunicação estavam entrelaçadas e que fazia parte de qualquer ação por menor que fosse, como um encontro clandestino entre dois militantes para discutir algo relacionado à prisão de um amigo ou a uma passeata ou manifestação.

Havia outro tópico no referido documento sobre “aparelhagem e circulação” que englobava dicas de comportamento na rua por parte de um militante, na marcação de reunião, no possível enfrentamento com militares, entre outras. Na citação a seguir vimos a orientação de como a militância marcava encontros fazendo o uso de senha ou disfarce, seja verbal ou visual, e com cuidados relacionados à segurança como a questão do horário mais seguro, por exemplo:

A comunicação entre militantes de quaisquer níveis se dá através de pontos. A reunião deve ter um esquema de disfarce, a atitude deve ser de naturalidade e coerente com o ambiente. As atividades que envolvem estar na rua devem estar encerradas no máximo às 21 horas, excetuando-se os casos de levantamentos e ações de qualquer natureza (expropriação, agit-prop, propaganda de massa etc.). (APEJE-PE, 1972)

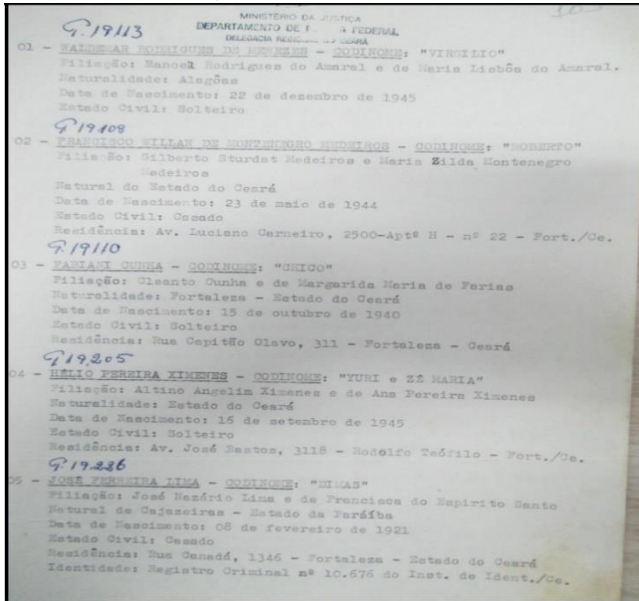
Muitas das regras de segurança relatadas estavam associadas à comunicação clandestina, como o uso do termo “aparelho” utilizado para descrever uma casa onde viviam militantes clandestinos, como os moradores do “aparelho” deveriam agir no comportamento com a vizinhança e ainda alerta ao descuido de não deixar documentos que comprometessem a militância caso fosse preciso fugir ou abandonar o local de forma repentina:

Os aparelhos devem ter uma “fachada” onde os moradores devem ter hábitos e crenças; os documentos que envolvem alta segurança devem estar camuflados e separados dos demais; não é permitido deixar no aparelho retratos e documentos identificadores. (APEJE-PE, 1972)

Esse “modo de vida” inventado para viver em um “aparelho”, vinha associada também ao uso de “nomes frios”. A imagem a seguir recolhida do APEJE mostra uma lista de nomes verdadeiros associados aos nomes falsos, confirmado também por Scarpelli (2010, p. 13):

Em princípio, o próprio militante escolhia o nome a ser utilizado, tomando cuidado para que o “nome frio” não fizesse referência a sua origem familiar, e também evitando de participar com pessoas conhecidas, que sabiam a sua identidade verdadeira. Havia casos também em que o partido ou os companheiros escolhiam os “nomes frios”.

Figura 4: Codinomes dos Militantes



Fonte: Prontuário Funcional nº 0430: Inquéritos FESP/UFRPE/UNICAP.

Teresa Wanderley confirma que havia muita preocupação tanto com a segurança coletiva, como com a individual. Ela pertencia ao PCBR e contou que o partido tinha um “aparelho” no bairro de Candeias (cidade Jaboatão dos Guararapes, vizinha de Recife), mas poucos ficavam sabendo da existência da referida casa por questões de segurança, pois caso um fosse preso não denunciaria, então era importante segurar a informação a um grupo reduzido de pessoas. Havia um dos assistentes da tal casa que trazia informações para o comitê. Teresa também contou que fez uma viagem até o Ceará sem saber onde estava porque foi de olhos vendados. Ela menciona que as táticas de comunicação clandestina eram sempre discutidas entre os militantes para que não ocorressem falhas. Ela confirma o uso de senhas pré-combinadas, por exemplo: “luz acesa no aparelho” de manhã também era sinal de perigo (LUCENA, 2016).

Ainda foi possível identificar nos prontuários do APEJE muitos documentos com descrições ao setor de “Agitação e Propaganda” das muitas organizações e partidos, e que de certa forma termina por se cruzar à

comunicação clandestina. A citação a seguir do Prontuário nº 29.772, demonstra a diferença entre Agitação e Propaganda comunista do PCBR (1945-1970):

Segundo a concepção Leninista, a agitação consiste em poucas ideias dirigidas a muitas pessoas e a propaganda em muitas ideias dirigidas a muitas pessoas. Desse modo, a agitação se vincula às denúncias, às palavras de ordem. A propaganda à doutrinação e ao aprofundamento. No nosso trabalho prático é preciso saber distinguir agitação (oral e escrita) e propaganda (oral e escrita) segundo esta caracterização. (APEJE-PE, 1945-1970)

De acordo com Domenach (2002, p. 8), a propaganda política foi um dos grandes instrumentos de dominação e importância tanto para a revolução comunista como para o fascismo. Tanto Lenin como Hitler se apropriaram desse instrumento político como uma arma que complementava suas estratégias de dominação e guerra. Lênin afirmou que “o principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo”, e Hitler proferiu: “a propaganda permitiu-nos conservar o poder, a propaganda nos possibilitará a conquista do mundo”.

Como é possível constatar, a comunicação clandestina aparece em forma de táticas e estratégias através de vários instrumentos comunicacionais sendo oral, visual, textual, porém com particularidades diferentes da propaganda política mas não menos relevante. Foram muitas as funções que esse tipo de comunicação trouxe como forma de resistência, luta e informação. A comunicação clandestina passa pelo simples diálogo codificado e pode alcançar estratégias adaptadas à luta armada ou mesmo ajudar a executar uma propaganda política através de um trote estudantil a um grupo da sociedade. Podemos afirmar, a partir das análises apresentadas neste artigo, que a comunicação clandestina é um tipo de discurso que mescla segurança, reflexão, ação e a criatividade.

Conclusões

Este artigo procurou debater a importância da comunicação clandestina para os grupos oposicionistas do Recife, sendo estudantil ou político, durante os anos do golpe civil-militar no Brasil. Foram apresentados alguns elementos essenciais de documentos, além de trechos de entrevistas realizadas com os militantes da época que nos ajudam a compreender a atuação durante o período e a importância desse discurso, provando que tais práticas, ainda que algumas vezes improvisadas, tinham funções de extremo valor e tornaram parte essencial na atuação da militância no Brasil.

A anistia promulgada em 1979 contribuiu para desmemorar a violência vivida no regime militar brasileiro e perpetuar as corporações repressivas, sem oferecer contributo algum relativamente às investigações do passado. Mesmo assim, é relevante o tratamento desses arquivos pois abrange além do Estado, os agentes da repressão, vítimas, familiares, organização de Direitos Humanos e as Forças Armadas, e através dessas informações é possível usá-las para favorecer as vítimas.

Em 1994, a UNESCO e o Conselho Internacional de Arquivos criaram uma comissão de especialistas composta por arquivistas e membros de organizações de Direitos Humanos que visava fornecer orientações para conservação e tratamento desses documentos e construir um código ético e moral para utilização e manuseio das informações abrigadas nesses arquivos.

Constatamos a enorme dificuldade do levantamento de dados referentes à comunicação clandestina devido a sutileza do tema, por isso a recolha precisou ser feita através das narrativas biográficas, das entrevistas orais e dos relatos documentais encontrados nos arquivos, o que mostra a riqueza de fontes e a necessidade do trabalho que existe para continuar pela busca desse tipo de informação. É fato o valor da comunicação clandestina como parte essencial da nossa história e compreensão de um determinado contexto, inclusive de extrema relevância para o

debate atual que demonstra a falta de entendimento histórico por boa parte da população brasileira sobre um passado tão recente, além de servir como referência para estudos de outros períodos ditatoriais vividos em diversos países.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2005.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**: Teoria e método sociológico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMENACH, Jean Marie. **La propagande politique. A propaganda política**. Versão para e-book. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Moares, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/proppol.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O baú do guerrilheiro**: memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROPPO, Luis Antonio; Z Aidan Filho, Michel; Machado, Otávio Luiz. **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Universitária da UFPE, 2008.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. **A memória evanescente**: Documento e História, 2011. Disponível em: <http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/273378_3CF/Assets/Historia/pdf/his_mo1t10a.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 1994.

LUCENA, Fabiola Alves de. A Comunicação clandestina no Movimento Estudantil em Recife durante a ditadura militar. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. **Militância e comunicação.** Documentário de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Partidos e organizações. In: _____; RIDENTI, Marcelo (Org.). **História do Marxismo no Brasil:** partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. X Encontro Nacional de História Oral, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: UFPE, 2014.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. **Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968).** 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros, pichações e ditadura civil-militar no Brasil.** 217 f. Curitiba: Appris, 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos da teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2. ed. rev. amp. Porto. 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Fontes primárias

Prontuário funcional nº 0430 – Inquéritos FESP/ UFRPE/ UNICAP (s/data)

Prontuário funcional nº1.593 - Ministério do Exército/ Propaganda Subversiva (1968)

Prontuário funcional nº 29.582 - Quadro de subversão no Brasil ou Subversão no Brasil
(1972)

Prontuário funcional nº 29.747 - Trabalho de Agitação e Propaganda (1969)

Prontuário funcional nº 29.772 - Propaganda comunista PCBR (1945-1970)

Prontuário funcional nº 28.739 - Mundo Universitário (196-)

Prontuário nº 28.801 - São Paulo (1968)

**Entre brechas e vagas noturnas:
memórias de educadoras em Recife
nos anos ditatoriais de 1964 a 1977**

*André Gustavo Ferreira da Silva*¹

*Cassiana Maria de Farias*²

*Thalita Grazielly da Silva*³

Apresenta-se a memória de três educadoras em seus respectivos lugares sociais na cidade de Recife (PE). Metodologicamente, a inserção na história oral se justifica pela possibilidade de se atingir percepções do cotidiano, aproximando-se da formação subjetiva do consenso e dos modos subjetivos em reação ao ambiente de coerção impetrado pela Ditadura Civil-Militar. Trata-se os conceitos força, coerção e consenso no campo gramsciano. Conclui-se que em meio às vagas da dominação exercida pela Ditadura, as educadoras desenvolveram estratégias de desvio e resistência

¹ Mestrado em Filosofia e Doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPE). Desenvolve projetos de pesquisa financiados (CNPq, FACEPE) em Filosofia em Educação e História da Educação. Presidente do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. Membro Fundador da Sociedade Hegel Brasileira. Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação - SOFIE (2014-2016). Editor da Revista FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO (DFSFE/UFPE). Membro do Conselho Editorial da Revista Latinoamericana de metodologia de la investigación social (Argentina). Parecerista do GT-17 (Filosofia) da ANPEd (2013-2015) e da Revista Filosofia Unisinos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>

² Mestre em Educação pela UFPE e Graduada em Pedagogia pelo CE/UFPE. Possui experiência profissional no âmbito educacional em instituições privadas e públicas. Atualmente faz parte do corpo de docentes da Prefeitura do Recife (PCR), atuando em creche. Desenvolve pesquisas na Área de Sociologia da Educação, focalizando as teorias do currículo e o pensamento de Ernesto Laclau e Jacques Rancière. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6722735689958997>

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8274109097245444>

em relação à coerção. Pelas precariedades do exercício cotidiano da dominação - as brechas do Regime - as educadoras preservaram em seu dia-a-dia o olhar crítico sobre a ditadura e realizaram ações na contramão dos interesses supostamente hegemônicos

Olhando sob uma perspectiva de inspiração gramsciana, a construção do consenso num regime ditatorial pode ser inferida como relativamente frágil: a suspeita é que, na perspectiva do sujeito singular, as aquiescências ao projeto em tela se dão antes por uma estratégia de sobrevivência diante do poder de coerção do que por um engajamento ideológico ou de sentimentos calcados no apreço ao referido regime.

A fragilidade da construção do consenso numa ditadura militar supostamente se dá pelo fato de que, inversamente à direção ideológica, o que se instaura é a dominação. Isto é, ao invés de se conseguir direcionar o projeto no qual a sociedade ideologicamente se contemple, seja por apressamento ou interesse, se aciona mecanismos de coerção e controle. É neste sentido que se apresenta aqui neste texto a memória de três educadoras em seus respectivos lugares sociais.

Metodologicamente, nos inseriremos no campo da história oral (MATOS; SENNA, 2011; MONTENEGRO, 2010a, 2010b; THOMPSON, 1992). Sem deixar de estar alerta quanto aos limites do uso da memória e as fronteiras metodológicas da história oral. A aproximação aos procedimentos que visam constituir testemunho oral enquanto fonte para a produção historiográfica se justifica pelo fato de termos a possibilidade de, para além da fonte documental, atingirmos sensações e sentimentos do cotidiano, tentando se aproximar o máximo possível, por um lado, da formação subjetiva do consenso, e, por outro lado, dos modos subjetivos em relação ao ambiente de coerção. Neste sentido, se configuram como objetivos: analisar o impacto da ditadura civil-militar no âmbito das práticas relacionadas à educação na cidade de Recife (PE); salientar a pertinência do testemunho oral na composição historiográfica sobre as referidas práticas; visibilizar a atuação feminina na conjuntura de reação e resistência à dominação impetrada pelo Regime Militar.

Este é o contexto metodológico no qual trabalharemos a memória das três educadoras: M.N.S.L. era uma educadora com de curso de pós-graduação nos EUA e trabalhava no Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas do Recife (que funcionavam nas cercanias da atual Fundação Joaquim Nabuco [Recife-PE]); M.S.L.C. formada no magistério, graduada em sociologia e pedagogia, sua segunda graduação; L.H., afrodescendente residente em bairro popular e nos primeiros anos da década de 1960 já havia concluído o curso secundarista de magistério. A delimitação temporal se dá, por um lado, pela demarcação mesma do início da Ditadura Civil-Militar (1964), e por outro, demarcado pela referência temporal registrada no testemunho de nossa terceira educadora - o ano de 1977 - também marcado pelo emblemático “Pacote de Abril”.

Força e consenso

O debate acerca do consenso pode remeter à discussão sobre legitimidade. Desenvolvendo a investigação pela ótica da pretensão de legitimidade, inspirada na contribuição weberiana sobre o tema, Maria Rezende (2013) procura analisar as ações do regime no sentido de consubstanciar um determinado sistema de ideias e valores pretensamente legitimadores de uma suposta democracia: a ditadura no Brasil inventava um suposto ideal de democracia que não correspondia à sua realidade ditatorial. Segundo a autora, o regime, diante da necessidade de abonar suas ações, elabora um sistema simbólico no qual a democracia “era mostrada como o fundamento de todo processo alavancado pelas novas condições que se estabeleciam” (REZENDE, 2013, 35).

Não obstante, sem deixar de reconhecer a contribuição do olhar weberiano no campo do vasto universo problemático referente às investigações sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, acionamos um quadro teórico gramsciano por acreditar que nos possibilita o ambiente conceitual mais apropriado para analisar a tensão entre as formas de efetivação da aquiescência ao mando de um determinado ator político versus

a força coercitiva praticada pelo referido ator. Assim, mais do que as representações simbólicas que constituam uma pretensa legitimidade, nos interessa olhar os reflexos - no plano cotidiano de três educadoras - dos mecanismos de amoldamento ou de sujeição que o Regime Militar adotou em vista da hegemonia.

O debate de inspiração gramsciana acerca da instauração e manutenção da hegemonia necessita que se faça referência a dois outros conceitos: força (coerção) e consenso. Segundo Bianchi e Aliaga (2011), “a combinação e o equilíbrio entre a força e o consenso definem o conceito de hegemonia”. Referindo-se diretamente ao Gramsci dos “Cadernos do Cárcere”, os autores destacam ainda que, numa situação de hegemonia, a força coercitiva é exercida baseada no consenso. Em suma, “o consenso permite à classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante” (BIANCHI & ALIAGA, 2011). Entendendo o Estado enquanto a organicidade entre sociedade política e sociedade civil, o pensamento gramsciano sugere que ao aparelho administrativo-coercitivo se somam os “aparelhos” da sociedade civil: a hegemonia é a situação de consenso conferida pela sociedade civil ao uso da força advinda do aparelho administrativo-coercitivo. Todavia, ainda segundo Bianchi e Aliaga (2011), devemos alertar que o consenso não está relacionado exclusivamente “ao momento da hegemonia civil” e, nem tão pouco, a força está relacionada estritamente “ao momento da autoridade estatal”. Neste sentido, Jacob Gorender (1988) já comentava que, mesmo que a dinâmica consenso/coerção nunca se esgote a favor de um ou de outro, ambos se relacionam em proporção inversa: “consenso e coerção fazem um jogo, em que um elemento aumenta à custa do outro”. Onde a situação mínima de coerção corresponde ao máximo de consenso, e, em contrapartida, o mínimo de consenso corresponde ao máximo de coerção.

Ainda do pensador italiano, Bianchi e Aliaga (2011) salientam o conceito de corrupção-fraude, definida como a situação entre o consenso e a força, caracterizada pela dificuldade no exercício da função hegemônica no qual, pela absorção ou eliminação dos dirigentes, se enfraquece e se

aniquila os antagonismos. Diante disto, a situação de corrupção-fraude, se esgotada em sua energia tática e estratégica, redundando na primazia da coerção sobre o consenso, seja tanto no plano da sociedade civil quanto no interior da dinâmica burocrática do aparelho administrativo.

A supremacia da dimensão coercitiva na natureza da situação de hegemonia faz o Estado perder, paulatinamente, seu caráter de "educador". Para Gramsci (1981, p. 37), "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica", se, no entanto, a dimensão coercitiva for reconhecida enquanto legítima. Porém, sua exacerbação esgarça sua legitimidade, fazendo com que a situação de hegemonia perca, pouco a pouco, sua natureza "pedagógica". Que corresponde à perda de sua capacidade de formação do consenso. A recorrência do exercício de força coercitiva é sinal de que a dominação exercida saturou sua capacidade de consenso, que, não se reproduzindo, desagrega o próprio exercício da dominação. Os efeitos do descompasso entre coerção e consenso é, evidentemente, a crise de hegemonia. Tensão que instaura um círculo pernicioso para a hegemonia consensual do segmento dominante. Pois, a perda do consenso leva ao uso da força e, por sua vez, a recorrência da coerção desgasta ainda mais a legitimidade de seu uso. Neste processo, a sólida estrutura da dominação se fende em brechas.

O consenso: casos de ajustamento cotidiano ao regime militar

Após o momento inicial correspondente à derrubada do governo Goulart e a prisão de sua base política mais próxima, a ação coercitiva do Regime Militar buscou apoiar-se numa representação de legalidade e, para tanto, necessitou-se de certo consenso junto à população. A realização dessa tarefa é, em especial, obra dos setores da sociedade civil que apoiaram o golpe.

Tendo sido deflagrado pelos militares, cujos primeiros a puxarem o "gatilho" foram os generais de Minas Gerais (GASPARI, 2002a, SKIDMORE, 2000), e urdido, além desses, por governadores em exercício,

como por exemplo, Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais), o golpe foi apoiado não apenas pela política externa norte-americana, mas também por importantes atores políticos nacionais, aspecto que deve ser especialmente destacado. Pois, nos últimos anos, a historiografia brasileira sobre o período ditatorial (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013; REIS, 2012; REZENDE, 2013) amplia o olhar sobre o período salientando o caráter ambíguo de nossa elite política e a face conservadora de nossa sociedade⁴.

Contudo, se deve reconhecer também a contribuição do jornalista Elio Gaspari (2002a, 2002b). Pois, numa perspectiva gramsciana (SEMERARO, 2006), os intelectuais devem ser visto em função das relações sociais e, conseqüentemente, dos grupos que efetivam tais relações, e aos quais se inserem⁵. Assim, apesar de amainar o ardiloso protagonismo das forças golpistas em associação com a ingerência Norte-Americana, ao sugerir João Goulart como “um pacato vacilante” (GASPARI, 2002a, 84) frente ao desenrolar dos fatos no dia 31 de março, o jornalista nos serve, pelo fato mesmo de ocupar um lugar de intelectual em relação à determinada força política da nossa sociedade, como testemunho legítimo para o que aqui se pretende salientar: a ambigüidade e conservadorismo de determinados setores políticos. É nesta perspectiva que se registra a informação de Gaspari:

No 1º de Abril de 1964 o ex-presidente Juscelino Kubitschek apoiara a deposição de Goulart. Semanas mais tarde, aceitara que parte da bancada de seu partido fosse cassada. O sacrifício era grande, mas a recompensa parecia atraente: JK acreditava que a eleição presidencial de outubro de 1965 haveria de leva-lo ao palácio do Planalto. (GASPARI, 2002b, 226).

⁴ Acerca da temática sociedade e período ditatorial no âmbito cultural, ver: Jailson Pereira da Silva, Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano nas publicidades das décadas de 1960-80. http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/7438/arquivo76_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Tese Doutorado UFPE-2009.

E, Marcos Napolitano, Seguindo A Canção: Engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). http://minhateca.com.br/marioconte/Documentos/LIVROS/Marcos+Napolitano++Seguindo+a+Can+c3*a7*c3*a3o+Engajamento+Pol*c3*adtico+e+Ind*c3*bastria+Cultural+MPB,38156211.pdf

⁵ Inserção que possibilitou ao jornalista, em especial no que se refere à atuação do Gal. Ernesto Geisel, o acesso a arquivos de significativa importância.

Afora os atores políticos, diversos segmentos da sociedade civil brasileira também colaboraram diretamente para a derrocada do governo Goulart, tais como setores do empresariado, da imprensa, dos latifundiários, da Igreja Católica e “amplos setores de classe média” (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013. 16). Para estes setores, o governo Goulart era representado como o chamado perigo vermelho. A chegada dos militares para combater a dita cubanização do Brasil se apresentava coincidente com a representação de guardiões da moralidade e da ordem nacional: mito popularizado no senso político comum desde o Tenentismo e reforçado pela participação na II Guerra Mundial (SKIDMORE, 2000). Lembrando que, no âmbito desta representação, participaram da Força Expedicionária Nacional nomes como Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e Cordeiro de Farias, militares chaves na orquestração do regime (GASPARI, 2002a; SKIDMORE, 2000).

Em suma, da situação de hegemonia conquistada pelos militares, a dimensão “força” era expressa pela ação de perseguição e cassação e a dimensão “consenso” era manifesta pelo engajamento de amplos setores da sociedade civil.

A construção do consenso que legitimasse uma ação de força contra o governo Goulart se desenrolou antes do Golpe propriamente dito, e, para tal, acionou diversos instrumentos de mobilização, dentre os quais a Igreja.

Sendo uma das principais instituições da sociedade civil, a Igreja desempenha seu papel na desestabilização do governo Goulart exercendo uma função “pedagógica” em relação ao conjunto da sociedade. Neste sentido, a memória da educadora L.H., registra episódios de adesão de populares às mobilizações que sinalizaram a viabilidade do Golpe:

Minha mãe levou a gente para a marcha da família. Era um padre americano que vinha justamente pelo Brasil. No Parque 13 de Maio [no centro de Recife], minha mãe levou a gente. E como tinha o aspecto religioso, eu fui. Mas, provavelmente, ele estava ali defendendo a ditadura, mas eu não peguei esse aspecto, peguei mais o “terço”. Eram muitas horas de terço, justamente ele

vinha para dizer às famílias que tinham que rezar o terço todos os dias, para família ficar unida...

A educadora está se referindo à “Marcha do Rosário pelas famílias em favor da paz” criada pelo religioso norte-americano **conhecido como Padre Patrick Peyton**, que viajava o mundo pregando contra o “comunismo”. Segundo **Antônio Cechin**⁶ (2014): “Essas marchas, feitas em todas as principais cidades do Brasil, foram o ato de massa que deu legitimidade e respaldo civil-religioso ao golpe que se estava gestando”.

Ainda segundo Cechin:

A Assembleia Geral da CNBB daquele ano de 1964, contra o voto de uma minoria conscientizada, agradeceu publicamente aos militares pelo fato de terem, através do Golpe, “salvado o país do comunismo” e pelo mesmo acontecimento realizaram uma cerimônia de ação de graças a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. (CECHIN, 2014).

Em suma, o golpe Militar na sua impetração contou com a efetiva participação de lideranças políticas civis, que arregimentaram, num primeiro momento, importante base de ratificação para o regime político que se instalava (REIS, 2012).

Assim, numa primeira fase, a coerção do regime atinge aqueles ligados diretamente à base de sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista identificado ao governo João Goulart, mas permitindo uma relativa continuidade do ritmo de vida no seio do aparelho administrativo, fato necessário para que se conferisse a almejada sensação de normalidade e ordem. Deste modo, muitos projetos e ações desenvolvidas pelo aparelho administrativo, iniciadas antes do 1º de Abril de 1964, seguem sua rotina, sem maiores atropelos. Pois, a aparente normalidade da dinâmica integral do Estado, sob a égide do novo regime, contribuía para o consensual reconhecimento do novo governo e, conseqüentemente, para a legitimação do Regime Militar junto à sociedade brasileira.

⁶ Irmão marista, assessor de **Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul**, e coordenador de **Comitê da Regional Sul da CNBB**, preso e torturado duas vezes.

Desta forma, vale destacar que a assistência de técnicos norte-americanos no país se estabeleceu de forma estratégica, para ambos os governos, desde a Segunda Guerra Mundial. E no início dos anos 1960, com o incremento da *Alliance for Progress*, a quantidade de técnicos superava até mesmo os números propostos por oficiais do governo dos USA. Segundo Merwin L. Bohan (1974), funcionário no serviço de relações exteriores, especializado em relações econômicas entre os Estados Unidos e América Latina, acerca da encorpada presença de técnicos norte-americanos no Nordeste, entre 1962-1994, comenta:

Havia uma demasiada presença norte-americana. Veja a missão para o nordeste do Brasil... Nós recomendamos não mais que sete ou oito técnicos norte-americanos a serem enviados para o nordeste... Sete ou oito. Dentro de um ano, havia mais de uma centena e meia de pessoas numa pequena cidade do nordeste do Brasil.

No campo da educação, a ingerência norte-americana em nossa realidade educacional também segue o ritmo de continuidade, haja vista que diversos acordos e ações do plano pedagógico já vinham sendo firmadas junto aos órgãos do governo estadunidense antes mesmo do Golpe, em particular via os acordos junto à *Alliance for Progress*. Por exemplo, a emblemática campanha de alfabetização em Angicos (RN), proposta por Aluizio Alves e coordenada por Paulo Freire, em 1963, (FREIRE & GUIMARÃES, 2010; SCOCUGLIA, 1999), contou com este tipo de apoio.

Neste sentido, mesmo no campo - politicamente sensível - da educação popular e alfabetização de adultos no Nordeste - cujas atividades mais exitosas (MCP, Dé Pé no Chão de Aprende a Ler, CEPLAR) foram aquelas perseguidas já nos primeiros dias do golpe - continuou existindo, nos primeiros anos do regime, uma campanha de educação de jovens e adultos que mobilizou importantes segmentos da sociedade civil, especificamente, igrejas e escolas protestantes, como é o caso peculiar da Cruzada de Ação Básica Cristã, a chamada “Cruzada ABC” (SCOCUGLIA, 2002).

Destarte, após o Golpe, a regulamentação e ampliação dos acordos junto à USAID foi uma sequência das ações anteriormente encaminhadas.

De tal modo, em junho de 1964 temos os acordos relativos ao ensino primário; em março de 1965 firmam-se convênios para o ensino médio; em 1966, tivemos em junho o acordo para ampliação e reformulação da formação de professores e o contrato de assessoria para a modernização administrativa das universidades; e ainda em 1966, destacamos o acordo MEC-SUDENE-CONTAP-USAID que criava o Centro de Treinamento Educacional de Pernambuco. (CUNHA; GOÉS, 2002).

Igualmente, a formação de quadros para educação nacional nos Estados Unidos dava seguimento a uma ação de cooperação instalada anteriormente ao Golpe. A educadora M.N.S.L. era pesquisadora do INEP e trabalhou no governo de Pernambuco logo após a deposição de Arraes. No início de 1968, recém-chegada de curso de pós-graduação nos USA, inicia suas atividades no Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas do Recife dirigido por Gilberto Freyre, que foi um dos principais intelectuais a apoiar a derrubada do governo Goulart e a cassação do próprio Arraes em Pernambuco. As pesquisas desenvolvidas no Centro circulavam pelo nordeste e balizavam práticas pedagógicas na região. M.N.S.L., narra:

Na década de 60, eu já havia voltado dos Estados Unidos e foi quando passei a trabalhar na equipe técnica da Secretaria de Educação do Estado daqui de Pernambuco e lá ocupei a função do cargo de coordenadora da parte de educação das Escolas Normais. Eu tive assim uma sorte muito grande pelo fato de, paralelamente ao período que fui para Secretaria de Educação, ter ido para o INEP, para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP. As pessoas, não digo toda a equipe, mas uma boa parte da equipe do INEP, a equipe de pesquisadores de educadores que eram formados pelo curso de aperfeiçoamento de especialização desse pessoal, era um pessoal que tinha convivido com Paulo Freire, era um pessoal que tinha uma base de conhecimento bem mais sólida... A gente desenvolveu várias pesquisas junto da Escola Experimental do INEP que depois podiam ser adotadas por outras escolas. [A escola] ficava onde hoje é o instituto de pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco. Era uma escola muito visitada, era ponto de referência inclusive para os visitantes estrangeiros que vinham ao Recife. O Centro Regional era dirigido por Gilberto Freyre que tinha a escola experimental como se fosse a menina dos olhos dele, o cartão de visitas. Então chegou a receber chefes de Estado para ver de perto o que estava se passando naquela escola, com as influências das ideias

de Anísio Teixeira. Porque o INEP como um todo, tanto os Centros lá do Rio de Janeiro, como os Centros da Bahia, como os Centros de Minas Gerais, São Paulo, receberam muito as influências de Anísio Teixeira. Eu já entrei como pesquisadora do Centro Regional, então lá eu atuava como pesquisadora, como supervisora de ações. Isso quando voltei dos Estados Unidos e inclusive eu tinha desenvolvido lá uma experiência de um método de uma pesquisa científica da parte pedagógica. A gente fez uma experiência de juntar os dois: clínico e científico. Os trabalhos eram publicados na revista do INEP. Então foi algo que teve uma certa influência na educação de outros Centros das Secretarias de Educação. Pois, muitas vezes a clientela que vinha para os cursos regionais era o pessoal que vinha da Secretaria de Educação do Estado e aqui a gente pegava todo o Nordeste. A gente tinha certa influência sobre o fazer da educação nesse âmbito.

A percepção de inicial continuidade também é narrada pela então professora primária M.S.L.C., da escola Ageu Magalhães⁷, que comenta o momento do Golpe, cuja eclosão se deu quando se encontrava realizando curso de capacitação em Educação Popular promovido pelo governo Arraes:

Nós ficamos trabalhando fazendo esse curso, só que no dia 30 a gente trabalhou e no dia 31 a gente soube da “revolução”. Os professores, cada um se destinou para suas escolas. A gente não pôde ter contato mais com nenhum professor e o setor no departamento de ensino da Secretaria de Educação ficou parado. A gente continuava. Como eu não queria deixar, continuei ensinando a educação de adultos.

Neste momento de construção do consenso em torno da nova ordem política - que ainda buscava o acordo com a sociedade civil - a sensação da referida educadora era de relativa ininterrupção das ações da administração do Estado e da vida cotidiana. M.S.L.C. ainda narra:

Eu me lembro que a Secretaria de Educação produziu uma cartilha chamada Leia & Pense... Essa cartilha era interessante. Ela começava discutindo também todo o contexto social, político... Aí me lembro que a primeira parte dizia

⁷ Atual Colégio Dom Bosco no bairro de Casa Amarela (Recife-PE).

assim, “O Homem Trabalha, a mulher trabalha e os filhos trabalham”, não... “Todos trabalham”. A partir daí a gente fazia a discussão, porque nem todos tinham emprego, nem tinham trabalho, também tinha a família, a família, o pai, a mãe e os filhos. Também tinha o tema família, e assim tinha outros temas que se discutia. Não era dentro de uma linha, assim, de Paulo Freire⁸, que não se podia, mas a gente usava um trabalho que era dentro dessa linha, tinham algumas palavras que conduziam o professor a trabalhar, não de uma forma ingênua, mas em uma forma crítica. Você passaria a trabalhar de uma forma ingênua para uma forma mais crítica, que é uma forma mais contextualizada. E nós trabalhamos um bocado de tempo, assim logo após a revolução...

Até este momento, a vida ainda seguia em aparente continuidade. Distintas ações projetadas anos atrás ainda seguiam ordeiramente uma relativa continuação, em especial no campo das atividades educacionais. Pois, o Regime Militar ainda buscava, via a satisfação dos interesses dos arquitetos civis do golpe, o apoio da sociedade civil e o reconhecimento da comunidade internacional.

A força: a instauração do medo

A virada do ano de 1968 marca o início do período mais pesado do Regime Militar, o emblemático AI-5 (decretado em 13 de dezembro de 1968) debela as expectativas até dos setores civis que contribuíram com a orquestração do Golpe. Em contrapartida, eram estes setores que tinham uma maior capacidade de mobilização da sociedade junto ao projeto de poder cujo comando era militar. As cassações de dois dos mais efetivos sustentáculos civis do Golpe, Ademar de Barros, em 05 de junho de 1966, e Carlos Lacerda, em 30 de dezembro de 1968, duas semanas após a decretação do AI-5, emblemam o distanciamento dos setores “paisanos”.

Segundo Elio Gaspari:

⁸ A memória da educadora desloca para o passado informações mais contemporâneas quando se refere à pedagogia freireana que, apesar do educador já ter aplicado em Angicos o chamado “Método Paulo Freire”, só produzirá no exílio seus dois clássicos (Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia do Oprimido). Neste momento, o ideário freireano ainda não circulava na cultura pedagógica popular como o fará nos anos 1970-1980. A possível natureza crítica à qual se refere provavelmente ainda é eco do ambiente pedagógico populista engendrado pelo MCP e pelo próprio Centro Regional.

O processo coercitivo de desmobilização política desencadeado em 1964 contra a esquerda transborda primeiro contra uma parte da militância liberal, depois, contra as próprias lideranças conservadoras que pretendiam sustentar projetos pessoais e políticos independentes. (GASPARI, 2002b, 226)

A falência na construção do consenso se manifesta na incapacidade de se deparar com a existência do diferente. Nesse segundo momento, à luz de Gramsci, podemos inferir que a radicalização da ditadura impetrada pelo segmento militar dispensa os serviços da base civil que, poucos anos atrás, dividiu a liderança na tomada do governo. Assim, temos não mais a hegemonia pelo consenso e, sim, a dominação pela força. A situação de força aponta que a fragilidade do projeto apresentado se manifesta, em especial, quando sua defesa tem por tática a eliminação das concepções ou ideários divergentes: a hegemonia em relação aos demais projetos é dominação.

A tentativa de legitimação pelo terror – a eliminação dos divergentes – aciona como estratégia – dentre outras – estigmatizar qualquer desacordo como a mais herética imoralidade: qualquer divergência era “comunismo”.

O recurso à fonte oral possibilita a composição de um quadro compreensivo sobre a dimensão cotidiana do acionamento da força pelo regime. Pois, segundo Chartier, “é no testemunho da memória, na recordação da testemunha, que a história encontra a certeza na existência de um passado que foi, que já não é mais e que a operação historiográfica pretende representar adequadamente no presente” (CHARTIER, 2013, 02). Através do testemunho oral se pode lançar luz às impressões e ajustes dos sujeitos singulares face à realidade objetiva produzida no período mais escuro da ditadura.

Vale lembrar que, quanto maior estiver sendo o nível coercitivo da repressão, menos consenso se está construindo. Assim, podemos inferir também que, quanto menos consenso, mais dispersão se constitui em torno do ideário oficial impetrado pelo regime, mais estratégias desviantes

se manifestarão à sua pesada sombra, mais atos vazarão pelas brechas de sua repressão.

Este é o sentido que nos revela a memória de educadoras que exerceram seu ofício nos anos escuros de nossa história recente e é também a linha que conduz a escritura deste texto: as aquiescências e dispersões de alguns sujeitos singulares em meio à objetividade da ditadura militar.

Deste modo, M.N.S.L., então exercendo a função de coordenadora na Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco, comenta:

Nós tivemos muitas situações quando começaram as eleições para escolher os representantes dos estudantes. É... Todo mundo era tachado de comunista, era muito fácil tachar o povo de comunista. Então, não se podia conviver com o diferente. Era como se o diferente fosse uma realidade antagônica. Mas não era bem antagônico, ele apenas era diferente, isso aí era uma coisa que ficava para mim... Foi forte... Naquela época tudo que não batesse com as ideias daqueles que faziam a Ditadura, eram chamados de Comunista. Então era muito fácil, quando você queria se descartar de alguém, você dava a ele o nome de Comunista...

A narrativa de M.N.S.L. registra que, apesar de pós-graduada nos Estados Unidos e quadro dirigente na administração do Estado, sentia mesmo assim a névoa escura da coerção em seu habitual.

Em outra dimensão social - mais frágil em relação à pesada mão coativa do Regime - a professora M.S.L.C. afirma:

Eu estava concluindo Ciências Sociais, logo depois teve a “revolução”. Nesse período foi caótico... Como eu tinha feito Ciências Sociais, a gente não podia dizer que era socióloga porque todo sociólogo era comunista...

A supremacia do exercício da força sobre a construção do consenso instaura uma situação peculiar na relação hegemônica, que Gramsci (1989) sugere como dominação: o uso recorrente do aparelho coercitivo que sinaliza a fragilidade na capacidade de direção intelectual e moral em dirigir a sociedade. Isto é, a perda da legitimidade da direção em face da

perda do consenso em torno do projeto e/ou da capacidade de realização do próprio projeto.

Sendo a dominação a fragilidade do consenso, a instauração da força no plano da vida cotidiana esparze coerção e dissemina medo também na vida da educação universitária. Em fevereiro de 1969, o Regime Militar institui o decreto-lei 477⁹, que segundo Luiz Antônio Cunha “representou a expressão mais acabada das ameaças de repressão política e ideológica à universidade brasileira” (CUNHA & GOÉS, 2002, 38). Acerca do clima de tensão na universidade, M.S.L.C., então graduanda, comenta:

A minha turma era a de Ciências Sociais [Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP], então era uma turma meio visada. Nós estudávamos todos os sábados, a gente tinha aula de estatísticas. Nós fomos suspensos... Pediram para gente não estudar mais estatística lá porque era um “grupo”, tinha outro sentido... Se discutia outros assuntos sociais que não era próprio de uma Ditadura, então logo todo sociólogo era Comunista... Era um problema... E dentro de nossas turmas podia ter alguém que era militar, que poderia ser militar. Nós não sabemos disso, eu não posso comprovar, eu só estou dizendo que podia acontecer, não é? A gente tinha desconfiança do outro...

A sensação de se estar sob constante vigilância consubstanciava-se como uma bruma espessa que envolvia a todos. Os relatos descrevem uma experiência de desconforto, onde havia não mais o processo “pedagógico” que constituísse o apreço ao projeto ditatorial, mas, pelo contrário, vigorava a instauração de um ambiente de tamanha coerção que já não especificava o que seria efetivamente a “divergência” ou “do quê” especificamente não se podia divergir. Neste sentido, M.N.S.L. registra, do lugar social de professora universitária, que:

⁹ Dentre outros, temos os seguintes Artigos: Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar (...) III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos (...) IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza (...) VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão (...).

Na faculdade mesmo, a gente tinha que ter cuidado se o colega que estava com você era realmente seu colega, que pensava igual a você, ou se era o colega que estava ali observando para denunciar.

A densidade do clima repressivo era tanto maior quanto menos protegido se encontrava o cidadão na teia social. Por conseguinte, os estudantes das classes populares seriam os alvos mais susceptíveis à força coercitiva do Regime Militar. Esta situação afligia docentes que lidavam diretamente com este alunado. Neste sentido, L.H. resgata a aflição em relação à segurança daqueles alunos mais engajados nas atividades do Grêmio de sua escola e da Pastoral Operária.

Eu às vezes ficava com medo que sobrasse alguma coisa para os meninos. Medo de ir presa e tal eu nunca tive não, porque eu tinha consciência de que também não chegava a tanto você querer mudança na escola... Tinha feito concurso, ninguém ia me botar para fora assim de graça. Eu tinha medo às vezes que sobrasse para os meninos.

A perda da capacidade de construção “pedagógica” do consenso se manifesta no nível do sujeito singular quando este se depara diante do conflito causado pela discrepância entre a necessidade de se submeter à coerção impetrada no cotidiano versus a consciência de sua insatisfação para com a impetração cotidiana da coerção. Neste sentido, em outra dimensão da teia social cuja realidade cotidiana é distinta daquela vivida na sala de aula das escolas primárias ou da educação para o jovem trabalhador, M.N.S.L. narra o clima de tensão no Centro Regional, mesmo sendo a instituição apadrinhada por Gilberto Freyre.

Você tinha que fazer o trabalho... Saber que você podia ajudar àquela criança, mas que você poderia deixar de fazer tudo aquilo se você citasse simplesmente um nome. Então, você fazia o trabalho, a gente sabia que estava fazendo dentro daquela linha e o importante era que o menino aprendesse e a gente soubesse o que estava fazendo. Mas, é... Tinha uma questão aí: acho que era uma falta de coragem de dizer abertamente, mas também era uma forma de proteção, algumas vezes a gente se perguntou: isso é uma questão ética ou é uma questão de bom senso?... Tinha que ter muito cuidado...

A névoa densa impetrada pela ditadura se disseminava até mesmo na dinâmica da montagem de um projeto de pesquisa de práticas pedagógicas para a Secretaria de Educação. Destarte, M.N.S.L., que, como já dito, também exercia a função de pesquisadora no Centro Regional comenta:

Eu comecei um projeto de pesquisa. Olhe, um projeto de pesquisa que não estava citado Paulo Freire. Esse projeto tinha o apoio num método concebido por um médico que veio aqui trabalhando com crianças e adolescentes que apresentavam dificuldades de aprendizagem e era através de jogos. Eu pensei em colocar isso em sala de aula e propus a eles, e a gente então montou todo um projeto para colocar em sala de aula. Mas, por conta de um nome na bibliografia, quase que o projeto não sai, não tem financiamento para fazer. E esse precisava de financiamento porque tinha um equipamento, um material... Não era equipamento, era um material que era específico e que tinha custo e a gente não ia poder desenvolver. Inclusive pessoas que tinham analisado e aprovado os projetos quase que perdem o cargo, porque tinham feito a análise positiva do projeto...

Entre brechas e vagas noturnas

Segundo a ideia que a dominação não cria consenso e necessariamente não é a melhor forma de constituir subjetividades legitimadoras de um determinado projeto político, pode-se defender que, diante da discrepância entre as aquiescências subjetivas e a realidade cotidiana da coerção haverá práticas e estratégias acionadas pelos sujeitos singulares que são desviantes e/ou resistentes e/ou contestatórias em relação às determinações e ao projeto assentado pelo regime. Assim, diante da instauração do medo, estratégias são desenvolvidas como forma de equacionar sobrevivência, insatisfação e até contestação.

Em sua narrativa, M.N.S.L. revela a avaliação que fazia da situação de coerção à época e a estratégia que acionava, no plano do cotidiano, no intuito de sua sobrevivência:

Ele [o Golpe Civil-Militar] impediu realmente que houvesse uma evolução mais rápida das coisas, mas não consegue fazer ele tudo não, porque realmente o ser humano nasceu pra ser livre e ele busca essa liberdade de qualquer forma. Então se finge de morto muitas vezes, eu acho que foi na década que muita gente se fingiu de morto...

O ambiente de repressão demanda táticas ativadas pelos sujeitos singulares a fim de se manterem inseridos na ordem cotidiana da vida, buscando alternativas no mundo do trabalho que satisfaçam suas necessidades vitais. Neste sentido, a mudança para uma área de trabalho menos visada se constitui como opção que torna possível a manutenção da consumação das necessidades materiais cotidianas: alimentar-se, habitar, vestir-se, e outros, mesmo que o preço seja abandonar uma primeira vocação profissional. Sob esta perspectiva, M.S.L.C. comenta:

Aí, logo eu fui fazer Pedagogia porque não podia mais nem dizer que era socióloga.

A perda da capacidade “pedagógica” do regime se revela na insatisfação cotidiana dos sujeitos para com o ambiente instituído. Assim, M.N.S.L. resgata:

Naquela época eu ficava atordoada sem entender porque é que eles [os perseguidos] eram tratados daquele jeito, quando todo empenho deles era para um Brasil com uma dimensão bem mais ampla, bem melhor... Aí teria que ser mais esperto e então se fingir de morto mesmo para ganhar tempo. E o importante também nessa época era se preparar para que no momento preciso, tivesse preparado para poder atinar e servir melhor. Acho que foi um momento - apesar da Ditadura - que trouxe um tiro pela culatra, eu acho. É que em vez de esmagar a ideia de pátria, então, em muitos ela ficou exacerbada, entende? Essa pátria eu vou defender a qualquer custo, então eu vou agir nas entrelinhas...

A força coercitiva manifesta pelo medo, não era capaz de “educar as mentes” para a aquiescência ao regime. Destarte, o sujeito singular, desprovido de uma teia que o proteja, aciona como estratégia de resistência o

resguardar-se. Se, por um lado, a violência da repressão intimida a ação contestatória mais veemente, por outro, inviabiliza os mecanismos de subjetivação que instaurariam o consenso. Sob esta ótica, L.H. comenta:

E aí medo, medo, medo, medo mesmo assim, eu não passei tanto medo não, porque depois eu vim perceber que tinha vários níveis de comprometimento. E as pessoas só chegavam até um certo ponto comigo... Tinha outras reuniões da qual eu não participava e eu sentia que as pessoas me sondavam e percebiam que meu nível de consciência não era revolucionário no sentido de me arriscar por uma revolução. Eles sentiam isso... Aí eu sentia que não era convidada e não... Talvez... Não avançasse o sinal. Ficava na minha...

Deve-se salientar, mais uma vez, que Gramsci sugere que a construção do consenso passa pelo acionamento de importantes instituições às quais, além da escola, se inclui a Igreja. Por conseguinte, a fragilidade na construção do consenso e a consequente instauração da situação histórico-política, que o pensador italiano chama de dominação, corresponde ao não engajamento – pelo menos de setores – das instituições civis ao projeto imposto.

O papel da Igreja muda de configuração ao longo do Regime Militar e seus setores progressistas chegam a desempenhar significativo papel de resistência ao regime. Por conseguinte, se em março de 1964 amplos setores clericais – inclusive os ligados às ações sociais – apoiaram ou apreciaram o golpe contra o governo Goulart, esta mesma aquiescência já não se manifestava ao final dos anos 1960. A cisão do alinhamento por parte dos setores mais próximos às ações sociais da Igreja ao Regime Militar teve no desaparecimento, em 1969, do Pe. Henrique – auxiliar de Dom Hélder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife – um de seus emblemas mais trágicos. Neste sentido, será circulando nas pastorais de uma Igreja que não se soma à tarefa da construção do consenso sobre o regime que as educadoras aqui registradas encontram espaço para se formarem e socializarem saberes em práticas pedagógicas destoantes do ideário dominante vigente.

Atenta a esta possibilidade M.N.S.L. comenta:

Na época de 60 de 70, tinha com a Igreja Católica esses programas de rádio. Era de coisas de alfabetização e cultura. Trazia então para a reflexão o conteúdo de muitas músicas e sabia que por trás o espírito estava vivo e atento, era outra coisa, era só criar brecha e se expressar.

Resguardada pela malha protetora da Igreja, ações de contestação se desenvolviam em plena ditadura. Especificamente em Pernambuco, o arcebispado de Dom Hélder Câmara é um dos mais desalinhados em relação à política oficial, possibilitando o acionamento de setores da Igreja enquanto espaços contra hegemônicos. L.H. narra:

A coordenação da Pastoral da Juventude era lá [Jeriquiti]. Funcionava lá, ali onde hoje é o Shopping Boa Vista [Av. Conde da Boa Vista em Recife-PE]. A Pastoral tinha uma sala lá e a gente se reunia e tal. Aí o padre estava dizendo, sábado na missa, que domingo era o dia da juventude e ia acontecer uma grande caminhada na área de Aldeia, ia ter uma grande caminhada naquela área de Camaragibe [PE]. Eu me lembro de que nós fizemos - acho que - a maior passeata, na época, do dia da juventude. Porque essa passeata saiu de Cajueiro, ali perto de Beberibe [PE] e foi até o morro da Conceição caminhando, fomos pela avenida Beberibe, subimos o Alto José do Pinho e descemos não sei por onde mais. Mas gente, gente, gente! A Polícia Federal toda mobilizada por que não podia ver gente junta que dizia: ali tem subversivo. E tinha! A gente nem sabia que era, mas era né. Porque a gente não estava de acordo com o que estava acontecendo, então, a gente era subversivo, queria subverter mesmo a ordem. Não queria nem luta armada, nem não sei o que, mas queria subverter a ordem. Estava tentando subverter a ordem, eles tinham razão nesse sentido. E aí muita imprensa, muita coisa e a gente só com o sentimento de juntar as pessoas e era até ligada a Arquidiocese. Era o evangelho vivo na rua... Não tinha outras intenções, mas isso foi tema durante um tempo. Essa mobilização foi imensa, foi uma coisa assim impressionante e caminhamos até chegar ao morro. Dom Helder à frente. Era uma pessoa que por si já se mobilizava né, pelo carisma, pelo sentimento. Muito sensível ao que o povo sentia. Então ele mobilizava muito as pessoas.

Sob o arcebispado de Dom Hélder, o edifício católico da Rua Jeriquiti (Recife-PE) se constitui como importante centro de formação da Igreja

progressista. Se instituindo como espaço de resistência ao regime. Sobre este ambiente, M.S.L.C. comenta:

Eu também ensinei numa escola particular que se chamava Escola Castro Alves. Essa escola era uma escola que também as diretoras eram católicas. Então, nós íamos assistir as reuniões na rua do Jeriquiti onde hoje fica o Shopping Boa Vista. E na rua do Jeriquiti a gente tinha palestra sobre democracia, sobre justiça, solidariedade essas coisas...

Todavia, vale salientar que a proteção propiciada pela malha social tecida em torno da Igreja e da figura de dom Hélder era, segundo os relatos, bastante relativa. Não dissipando o ambiente de medo instaurado. Neste contexto, M.S.L.C. continua comentando que:

Num dia que chovia torrencialmente, eu passava com o carro nos Manguinhos [sede da Arquidiocese] e tinha uma pessoa com o guarda-chuva todo molhado: era Dom Helder. Aí a menina olhou assim e disse: “O Senhor quer uma carona?”. Ele entrou no carro e a gente levou até a rua do Jeriquiti. Depois a gente ficou um pouquinho preocupada, não vou dizer que eu não fiquei (risos), porque não fazia muito tempo que tinham levado Padre Henrique de Parnamirim e a coisa tinha dado outro destino... A gente deixou ele na rua do Jeriquiti, disse eu não tenho dúvida...

Todavia, a densidade substancial da coerção impetrada pelo regime não é capaz de fechar todas as possibilidades de desalinhamento e de possível reação dos sujeitos singulares na ordem do mais usual cotidiano. Assim, sob a noturna proteção das paredes da Igreja, num bairro nobre de Recife, M.S.L.C. revela seu engajamento numa perspectiva de atuação profissional divergente do ideário hegemônico concernente ao status de professor.

Eu fui transferida para a escola do Espinheiro. Era uma escola paroquial do Espinheiro. Eu não quis ensinar de 1ª à 4ª série, tinha acabado de fazer o curso de educação de jovens e adultos. Fui na Secretaria de Educação, falei com Lúcia do Jordão [secretária] e ela não queria que eu sasse de educação infantil, porque uma professora nova sair do ensino fundamental de 1ª à 4ª série para ir ensinar educação de jovens e adultos perde um pouco de status ... Mas eu tinha

feito cursos, expliquei a ela, e ela me entendeu muito bem e fui ensinar. E ensinava de 5 horas às 9 horas [da noite], mais ou menos. Atrás da igreja do Espinheiro, era no ultimo salão e a sala era repleta de alunos. Nós fizemos primeiro uma divulgação. Eram umas seis professoras. Nós fizemos a divulgação e apareciam alunos, fácil, facilmente aparecia. Porque ao divulgar com os meninos de 1ª à 4ª série de manhã, os pais iam divulgando. Sei que minha turma tinha 36 alunos, frequências de 12 a 16.

A prática didático-pedagógica exercida pela educadora levava ao cotidiano da sala de aula uma reflexão, se não contundente em sua crítica ao regime, mas desalinhada em relação à perspectiva do consenso e legitimação da situação política corrente. M.S.L.C. narra que exercia sua ação desviante no ensino de jovens e adultos trabalhadores:

Na época, a gente pedia que cada um contasse sua história, cada menino contava sua história e a gente ia destacando a palavra. E não tinha nenhuma orientação específica, a gente fazia com a orientação nossa mesmo. Aí, nós levantamos uma série de palavras (...) a gente levantou: trabalho, família, coisas ligadas à saúde, à educação, à recreação... Então a gente lançava uma palavra dessas, por exemplo, trabalho. Então eles começavam: “qual o seu trabalho?”. Cada um dizia - o que tinha trabalho... - o que cada um fazia, como fazia, o que faziam, onde trabalhavam. E cada um narrava isso e a gente ia registrando no quadro. Eu registrava também no meu caderninho, no meu planejamento e aí a gente produzia, transformava esse texto do trabalho em texto “como trabalha”, “não trabalha”, “por que trabalha?” e depois iam discutir: um tem trabalho, outro não tem, por quê? Começavam a contextualizar a situação, muitos eram também empregados domésticos, porque naquela localidade do Espinheiro, muita gente não tinha uma formação completa: era empregada doméstica. Elas vinham e a gente dava orientação a elas... Toda sexta-feira nós tínhamos umas mesinhas redondas, umas mesinhas que a gente estudava e recortava. Por exemplo, se a gente estudou trabalho, procurava na revista a palavrinha trabalho... Eu me lembro de que na oportunidade, nós pegamos papel ofício, grampeava um caderninho do tamanho de um livrinho [para] que cada menino tivesse uma cartilhazinha, um material e nesse material ele encontrou a palavra trabalho, mas de repente ele achou, formou outra palavra nova. Então a “cartilha” - que eu posso chamar assim - o livrinho era todo formado com palavras novas, só com palavras novas. Se ele achou uma palavra que tinha figurinha eles colocavam uma figurinha. A gente usava

a cartilha, usava revista, reportagens. Tinha uma revista que eu considerava maravilhosa na minha época, chamava Realidade Brasileira. Tinha toda a situação social, política, mesmo no período.

Somando-se ao quadro geral de dificuldades, a precariedade da administração do Estado, a educadora encontrava brechas para atuações de relativa natureza contra hegemônica.

Na época da Ditadura, era certa liberdade em sala de aula. Não era uma liberdade... (gesticulando) Era... Repare, porque quando houve a Ditadura, que nós estávamos ensinando ainda educação de adultos, o professor é autônomo em sala de aula e a gente não tinha uma fiscalização assim muito rígida, por ser educação de adultos, por ser a noite que a gente trabalhava, não tinha um sistema assim de fiscalização: a gente tinha assim certa liberdade. Já aqui na universidade era diferente, na faculdade era diferente, porque tinha pessoas passando nos corredores das salas...

(...) A gente trabalhava não tinha supervisão que fizesse fiscalização específica, não (risos). Olhe, no meu período havia uma supervisão que ia lá. Eu acho que eram poucos supervisores, eles não acompanhavam de perto o que o professor fazia... A gente tinha uma coisa que se chamava liberdade, eu era autônoma na minha sala de aula, na elaboração, na prova. Tinha mimeógrafo à mão, a aula a gente rodava e elaborava. Na educação de adultos, a gente era autônoma na prova, era uma provinha, um teste sobre o que a gente fazia.

A silenciosa leitura do mundo: práticas cotidianas escolares de resistência e desalinhamento.

Um processo muito interessante se chamava “Leitura Silenciosa” que a gente fazia. A gente procurava um texto sobre, por exemplo, democracia: era o governo do povo, para o povo, pelo povo. Aí dizia assim: “talvez precisasse melhor conscientizar...” O menino pegava aquele texto, fazia sozinho e tentava responder. Depois a gente fazia um círculo - não sabia nem se era círculo de cultura [referência ao Método Paulo Freire] naquela época - mas a gente fazia um círculo e estudava. (...) Havia livros de história na escola, tinha uma biblioteca boazinha que o próprio ministério mandava (...) que dava para ler, por exemplo, um texto de independência. A gente dava a revista para o menino ler que fosse contrário à independência do Brasil, focando o trabalho para o povo. A gente fazia um recortezinho ali, discutia e cada menino lia um livro de autor

diferente sobre descobrimento do Brasil, sobre independência. Era a forma de fazer o aluno aprender. Não sei se a gente tinha uma questão política, não era tão forte assim sabe... Uma consciência crítica uma consciência... Primeiro era o processo de conscientização na importância do trabalho e isso a gente fazia né: a importância que você tem no seu trabalho. Não havia grandes movimentos sociais, não havia os movimentos sociais, foi tudo abafado né... Só usava os instrumentos que a gente tinha: as aulas que a gente recebeu...

A ação de M.S.L.C. certamente não se constituía como uma contraforça a por em risco direto a dominação exercida pelo regime e muito menos atingia os agentes dominantes: M.S.L.C. não era uma guerrilheira ou uma liderança política na clandestinidade. Todavia, o desalinhamento cotidiano de educadoras seja no âmbito da escola primária, da educação de jovens e adultos, do ensino universitário e até mesmo da pesquisa acadêmica, fustiga o regime no seu ponto mais sensível: a construção do consenso. Sem este, nenhuma hegemonia se prolonga.

Considerações finais

A manifestação cotidiana de insatisfação, resistência e contestação é a realidade da fragilidade da construção da subjetividade pela dominação. Indicando que a coerção não subjetiva o consenso. Podemos inferir que num ambiente coercitivo, a acomodação do sujeito singular ao comando dominante se dá por uma estratégia de autopreservação perante a força de coerção, inexistindo um autêntico engajamento ideológico ou um sentimento de estima ao dominador.

Vimos que a hegemonia é definida pela combinação e equilíbrio entre força e consenso, que interagem em razão inversa: a menor coerção corresponde à melhor efetividade do consenso, e, em compensação, a minimização do consenso equivale à maximização do uso da força. E que, depois do acionamento inicial da força para a derrubada do governo Goulart, o Regime Militar procurou satisfazer aqueles atores civis que urdiram o golpe e representar-se como juridicamente legítimo perante a comunidade internacional. Contando para esta tarefa com amplo apoio de setores

da sociedade civil. Neste momento, o testemunho das educadoras aqui apresentadas narra a continuidade ordeira da vida com o relativo prosseguimento das atividades pedagógicas e educacionais montadas antes mesmo do Golpe.

Contudo, vimos também que após os primeiros anos, o regime radicaliza sua natureza repressiva, disseminando medo e tensão. O testemunho da memória das educadoras afixa a existência de um passado de coerção e repressão que se instaurava no ambiente cotidiano da educação no país. No entanto, o exercício constante da força sinaliza a saturação da capacidade da reprodução do consenso, esgarçando a própria dominação e instaurando a crise de hegemonia, onde o sólido arcabouço dominante paulatinamente se trinca em brechas.

Em meio às vagas da dominação exercida pelo Regime Militar, isto é, pela precariedade do exercício da dominação no plano cotidiano, as educadoras desenvolveram estratégias de desvio e resistência em relação à coerção. Pelas brechas e vagas do regime dominante, as educadoras preservaram em seu cotidiano o olhar crítico sobre a Ditadura e realizaram ações que seguiram na contramão dos interesses supostamente hegemônicos.

Referências:

ARAUJO, Maria Paula, SILVA, Izabel Pimentel, SANTOS, Desirree dos Reis (Orgs). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BIANCHI, Alvaro & ALIAGA, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, no. 5 Jan./July 2011 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100002>. Acesso: 18/10/2014.

BOHAN, Merwin L. Oral History Interview with Merwin L. Bohan; Harry S. Truman: Library and Museum; by Richard D. McKinzie; Dallas, Texas; June 15, 1974. <http://www.trumanlibrary.org/oralhist/bohanm.htm#> 11/12/2014

CECHIN, Antônio. **Igreja, entre o apoio e a resistência ao golpe civil-militar de 1964.**

Entrevista especial com Antônio Cechin. Instituto Humanitas UNISINOS, São Leopoldo, março/2014 <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529710-igreja-entre-o-apoio-e-a-resistencia-ao-golpe-de-1964-entrevista-especial-com-antonio-cechin>.

Acesso: 10/04/2014

CHARTIER, Roger. Para Ler Bourdieu - **VII Curso de Extensão do Instituto Ricardo Brennand**. Mimeografado, 2013.

CUNHA, Antônio; GOÉS, Moacir de. **O golpe na Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2010.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A Ditadura Escancarada**. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. Estudos Avançados, São Paulo, vol.2, no.3, Sept./Dec. 1988. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300004> 18/10/2014, Acesso: 17/10/2014.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. C. N. Coutinho. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Maquiavel, o Príncipe e o Estado Moderno**, Trad. Luiz M. Gazzaneo, 7ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA; Adriana Kivanski. História Oral Como Fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010b.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional** - RHBN, Ano 7, Nº 83, Agosto 2012

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina : Eduel, 2013.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “Orgânicos” Em Tempos De Pós-Modernidade. **CADERNOS Cedex**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/ao6v2670.pdf> 03/11/2014

SCOCUGLIA Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2ª ed. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.

_____. ALFABETIZAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO: O CASO DA CRUZADA DE AÇÃO BÁSICA CRISTÃ (1965-70) In: 25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 25º, 2002, Caxambu. **Anais 25ª Reunião da ANPEd**. 25reuniao.anped.org.br/afonsocelsoscocugliato2.rtf Acessado: 10/12/2014

SKIDMORE. Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes Orais:

MNSL (Maria Nayde dos Santos Lima)

Nome do entrevistador: Thalita Grazielly da Silva

Nome da Compiladora: Thalita Grazielly da Silva

Data compilação: 08 de maio de 2010.

Mimeografado.

LH (Leocádia da Hora)

Nomes das entrevistadoras: Cassiana Farias e Thalita Grazielly

Nome da Compiladora: Thalita Grazielly da Silva

Data compilação: 31 de setembro e 01 de outubro de 2010.

Mimeografado.

MSLC (Maria Solange Lira Correia)

Nome das entrevistadoras: Cassiana Farias e Thalita Grazielly da Silva

Nome da Compiladora: Thalita Grazielly da Silva

Data compilação: I Parte: 16 e 17 de setembro 2010. II Parte: de 20 a 22 de outubro de 2010.

Mimeografado.

Verdades opacas ou memória protetora? O Mobral e sua (auto)biografia

*Bianca Nogueira da Silva Souza*¹

Geneide, esposa de Fernando, mãe de quatro filhos não conseguiu “completar os estudos” no tempo devido. Casou-se aos 17 anos, e depois disso, Fernando “começou a empatar” sua ida à escola. A ordem foi bastante clara: “mulher minha não precisa dessas coisas, você não vai mais à escola”. As atividades de Geneide por anos se limitariam, a partir de então, à rotina doméstica: cuidar do marido, dos filhos e da casa. Fernando era dono de um ônibus e trabalhava fazendo transporte de pessoas em eventos diversos. Negro, alto, forte, não bebia, não fumava, parecia ser um homem muito saudável até que “passou mal e foi pro pronto-socorro”. Um súbito e grave problema renal o levaria a óbito em apenas oito meses.

A vida de Geneide, a partir daí, teria outro rumo. Não casou de novo. Foi trabalhar como ajudante de cozinha na casa de sua mãe “Dona Zuleide”, famosa pelos bolos e doces que confeitava e vendia. Aos poucos, com a vida ganhando ares de normalidade, Geneide decide alimentar um antigo sonho... Voltar a estudar; e foi aí que Ceça, cliente fiel dos bolos de Zuleide, indicou um posto do Mobral que tinha sido aberto há pouco tempo ali mesmo no bairro do Jordão, periferia do Recife, Pernambuco. Geneide já tinha ouvido falar do Mobral pelo rádio e até visto um jornal do movimento na “mão de um desconhecido”. Decidiu então procurar o tal posto

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora da rede pública de Jaboatão dos Guararapes, PE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6582499758768491>

do Mobral e voltar a estudar. Iria agora dividir seu tempo entre o trabalho, a escola e os filhos, todos ainda pequenos. Sempre sonhou em ser professora, talvez o Mobral fosse o primeiro passo para essa realização.

Dezenove horas. Assim como na vida de Geneide, começa a rotina de milhares de alunos que se dirigem a uma sala de alfabetização do Mobral “em busca de um sonho: aprender a ler e escrever”. O lugar é iluminado com dois candeeiros, à base de querosene, que soltam uma pequena nuvem de fumaça preta manchando a parede descascada. A sala de aula é na verdade o depósito de João, o marceneiro. Os bancos foram tomados emprestados, mas não são suficientes para 18 alunos. É necessário chegar cedo para garantir um lugar, caso contrário, sobra a esteira empoeirada para apoiar o corpo cansado do dia de trabalho e os livros de leitura e exercício que são utilizados pela alfabetizadora. No colo, ainda é preciso arrumar espaço para apoiar a cabeça das crianças que sempre dormem quando a aula começa.²

Geneide foi uma das milhares inscritas no Movimento brasileiro de Alfabetização – Mobral em Pernambuco – criado pelo governo militar, implantado em 1970. Era um programa de alfabetização em massa para jovens e adultos e tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil em 10 anos, mas também (sob o ponto de vista das suas práticas pedagógicas, midiáticas e políticas) conferir graus crescentes de legitimidade ao regime de exceção, implantando em abril de 1964.

A fabricação do Mobral e seu discurso de legitimidade compõe o complexo momento político que o Brasil viveu a partir da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. O cenário político era delicado. Diante de uma crise econômica que se alargava desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e um crescente desgaste com o Legislativo, Jânio se dizia “impedido de governar”. Havia indícios de que a renúncia não era

² As descrições feitas aqui foram tomadas das cartas que os estudantes do Mobral escreviam à central do movimento, requisito para a aquisição do diploma de alfabetizado. Trabalhei na minha tese de doutorado com cerca de 400 delas, algumas, com o recorte de Pernambuco, foram elencadas para a escrita deste artigo. De maneira geral essas missivas traziam pedidos, notas de agradecimento, desenhos e poesias com temas relacionados à educação, o governo militar e a pobreza. Fonte: Arquivo histórico do INEP, Brasília - DF- Cx. n.º 124, 1971.

para valer, mas se a manobra do autogolpe era concreta, mais concreta ainda foi seu fracasso. Contrariando a expectativa presidencial em torno dos seus altos índices de aprovação popular, do fato de o vice-presidente encontrar-se na China e contando com sua base de apoio parlamentar, nenhuma reação esboçou-se a não ser a aceitação do pedido de renúncia sem pestanejar pelo Congresso Nacional (FERREIRA, 2014, p. 29).

Seguia-se a partir daí uma novela de treze dias até a conturbada posse do vice-presidente João Goulart, sob o estranho regime parlamentarista brasileiro. A posse de Goulart, embora constitucional, não acalmou os ânimos dos setores mais reacionários da sociedade, principalmente das forças armadas que tentaram a todo custo impedi-lo naquele momento de seguir com seu governo.

Os militares precisaram esperar até março de 1964 para dar o golpe, e não o fizeram sozinhos. Havia um amplo apoio de diversos setores da sociedade (Igreja, a classe média, OAB, grupos empresariais, setores anti-comunistas, etc.) que marcharam em festa com a “vitória da democracia”.³

Apesar desse notório apoio, alguns historiadores do tema, a exemplo de Fico (2009) e Reis Filho (2006; 2009), afirmam que o fato de os militares terem chegado ao planalto por meio de um golpe de estado, violentando os princípios democráticos, mesmo sob o argumento de estarem “salvando a democracia” e também o país “da desordem que se instalava com a posse de Goulart e seu governo comunista”, deixou uma marca profunda de ilegalidade sobre seus ombros. A ausência de legitimidade levou o governo golpista a buscar convencer a sociedade brasileira (mesmo aqueles setores notoriamente anticomunistas) e também a opinião pública internacional de que suas práticas e governo eram legítimos, pois representariam um “desejo da nação”, mesmo que para isso tenha sido tirado do poder um presidente constitucionalmente empossado.

³ Os dez primeiros dias após o golpe marcaram-se por inúmeras passeatas e atos públicos em apoio aos militares. No Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais marcharam em apoio ao movimento vitorioso. Os jornais Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo e o Jornal do Brasil registram os eventos em suas edições dos dias 31 de março, 1.º, 2 e 10 de abril de 1964.

No Ato Institucional inaugural (AI-I) os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica já traziam em seus termos essas prerrogativas ao justificar:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.⁴

Seguiram-se anos de investimentos dos militares em práticas legais (e ilegais), midiáticas e educacionais na busca pela “aceitação” de suas regras e tentativa de construção de uma legitimidade. A ditadura estava maquiada de democracia ao se “legitimar por si mesma”. Esse esforço no “convencimento nacional e internacional” crescia à medida que as regras do jogo eram endurecidas, principalmente depois de 1968 com o AI-5.

Considerando o projeto de nação naquele momento em curso, o Mobral surge como resposta à extinção dos programas de alfabetização popular que carregavam em grande medida as digitais de Paulo Freire nos anos pré-golpe⁵. Como a implantação da ditadura e o dismantelamento de tais programas, milhares de brasileiros ficaram à margem do direito constitucional da educação. O Mobral surge então como resposta a essas demandas, claro que com uma metodologia “higienizada”.

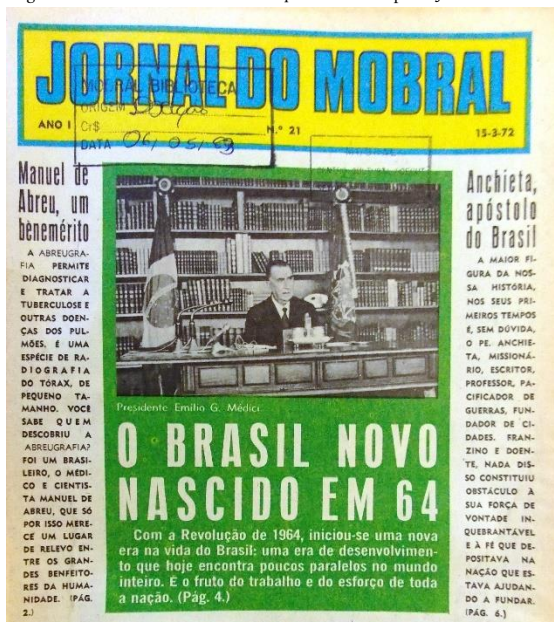
Não é de estranhar que o Mobral, programa do governo e braço estratégico entre as ações educacionais, fosse usado estrategicamente na implantação de uma imagem humanista e socialmente simpática do

⁴ BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 17 maio 2014.

⁵ A obra de Paiva (2003) oferece um interessante inventário dos projetos de educação popular que se avolumam no Brasil a partir dos anos 1950. Como Pernambuco apresentava alguns dos mais expressivos índices de analfabetismo, muitos desses textos destacam as ações pré-alfabetização no estado. Ver referências bibliográficas.

regime. Com intensa regularidade, os veículos de comunicação criados pelo Mobral para fins “pedagógicos” (jornais, boletins, notas na imprensa...) exemplificam esse uso, como a edição n.º 21 do Jornal do Mobral de março de 1972 que traz como matéria de capa:

Figura 1 – O Brasil novo nascido em 64: matéria de capa do Jornal do Mobral



Fonte: Jornal do Mobral, ano 1, n. 21, mar. 1972. Arquivo Histórico do Inep, Brasília DF.

A reportagem em destaque traz um retrospecto do governo militar a respeito do golpe até então, enfatizando a importância “da revolução” e do “árido trabalho que estava em curso para se reconstruir o Brasil em “bases sólidas e seguras”.⁶

A imagem do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), atrás de sua provável mesa de trabalho, entre a Bandeira Nacional e o Brasão de Armas Nacionais, tendo ao fundo centenas de livros sugere ao observador

⁶ Jornal do Mobral, ano 1, n.º 21, mar. p. 3, 1972. Arquivo Histórico Inep. Esse impresso assumia um estratégico papel como material pedagógico e informativo à população. O jornal era destinado aos alunos do Mobral em processo de alfabetização, professores, voluntários e também ao público em geral. Tem uma linguagem popular próxima a oralidade e era editado quinzenalmente. Tinha um cunho informativo a respeito das ações do Mobral e das questões atuais a nível nacional e também internacional.

uma associação imediata do presidente como alguém comprometido com a educação, vista aqui como braço estratégico para a construção do Brasil “grande potência”. É preciso analisar o Mobral dentro desse espectro político e de um programa de governo que mescla impressos, mídia, alfabetização e Atos Institucionais. Como haveria de ser, todos os seus princípios ideológicos e pedagógicos se mostravam em plena sintonia com o tal discurso de legitimidade/legalidade instaurado em 1964 e crescente nos anos seguintes.

Assumindo esse papel o Mobral constitui-se também como uma plataforma para o convencimento da sociedade de que o golpe foi algo necessário e os militares eram a melhor (e única) opção para o restabelecimento da ordem do país naquele momento; e mais, o Mobral era a resposta às demandas sociais que agora eram atendidas pelo governo colocando o Brasil em condições de impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Os tensos, violentos e por vezes trágicos movimentos de resistência ao regime foram pontuais e exemplarmente coibidos. A história da ditadura civil-militar no Brasil se caracteriza muito mais:

pela sua legalidade aparente ou, para ser mais preciso, sua capacidade de reduzir a legalidade à dimensão da aparência. Tínhamos eleições com direito a partido político de oposição, editoras que publicavam livros de Marx, Lenin, Celso Furtado, músicas de protesto, governo que assinava tratados internacionais contra a tortura, mas no fundo, sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico. Quando era conveniente, as regras eleitorais eram modificadas, os livros apreendidos, as músicas censuradas, alguém desaparecia. Em suma, a lei era suspensa. (TELES; SAFATLE, 2010. p. 11).

Esse conjunto de fatores levou o Brasil a uma experiência ímpar na América Latina. Estudos recentes apontam para as diferentes expressões da ditadura do Brasil em relação a outros países e da ausência de julgamentos e condenações que põem o país em descompasso com movimentos que vêm ocorrendo como na Argentina e no Chile. O discurso da “legitimidade, legalidade e democracia” construído pelos militares teve (e tem)

competência suficiente para que muitos, até hoje, rememorem saudosamente aqueles tempos em que havia “ordem e progresso”.

Todo o investimento na tentativa de convencimento legou aos militares uma memória que se materializa em nosso engessado corpo jurídico, impedindo o avanço de julgamentos e condenações. Nesse processo a educação foi um poderoso instrumento psicossocial para aceitação e construção da memória e o Mobral um projeto de colonização que pretendia ocupar o Brasil “palmo a palmo” com suas práticas pedagógicas e princípios ideológicos, tornando-se a maior expressão da ditadura militar na educação para jovens e adultos (FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1975a, p. 5).

Do ponto de vista institucional, um capítulo importante da institucionalização do programa se deu em 8 de setembro de 1967 quando o então presidente da República, o marechal Costa e Silva, assinou o decreto-lei que instituiu a Fundação Mobral. Ligado ao Departamento Nacional de Educação do MEC, o Mobral tinha como objetivo “atuar na [orientação] financeira e técnica para promover a educação funcional de jovens e adultos no país”.⁷

Como o plano não previa recursos financeiros para sustentar sua ação criou-se um grupo de trabalho interministerial formado por dezesseis pessoas, das quais quatro eram militares, para aprofundar alguns pontos e situar a contribuição federal para o movimento de alfabetização. Como fonte dos recursos, esse grupo indica a receita da loteria esportiva, já em tramitação no Congresso e grande financiadora do Mobral, além de uma porcentagem do recolhimento do Imposto de Renda. Esse grupo encerrou suas atividades em dezembro de 1967, com a promulgação da Lei n.º 5.379 (BRASIL, 1967), pela qual se instituía o Movimento Brasileiro de Alfabetização. Mário Henrique Simonsen foi nomeado presidente da Fundação

⁷ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1975a, p. 10. O documento ainda atribui ao Mobral “a integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação”. Essas dimensões orientariam as atividades desenvolvidas ao longo dos anos 1970.

diretamente pelo presidente da República, mediante proposta do ministro da Educação, e tendo como secretário executivo Arlindo Lopes Correa.

O Mobral foi apresentado à sociedade como algo heroico que impactaria o país vitimado pelas tentativas fracassadas de projetos anteriores que acabariam com o analfabetismo no Brasil. O tom ufanista era alto e frequente.⁸ Era preciso convencer a sociedade quanto ao novo “produto” que estava na vitrine. Nesse jogo os responsáveis pelo Mobral buscaram com a ajuda de seus pares, legitimar o programa⁹. Tratava-se de implantá-lo e torná-lo aceito pela opinião pública; para isso, realizou-se intensa propaganda pelos diferentes meios de comunicação de massa.

O discurso de grandeza do Mobral vem sempre acompanhado de uma desqualificação do que fora feito antes: “algumas das heranças do estado caótico da administração educacional encontrado em 1964 – foi possível identificar desperdícios e decisões irracionais” (Ibid., p. 18). Em alguns momentos, as críticas ao passado recente faziam menção direta a Paulo Freire e aos movimentos populares de educação:

Quando ouvimos falar de chavões do comunismo internacional, da sua chamada ‘educação libertadora’, da sua ‘pedagogia do oprimido’, ocorre-nos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente determinado, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum. Ou será que os dogmas marxistas são passíveis de críticas nos ‘Centros de Cultura’ em que se faz a ‘pedagogia do oprimido’? Não poderia haver nada mais opressor... Ao contrário, no Mobral as pessoas discutem com toda liberdade, e sem qualquer dirigismo, as coisas do seu mundo, que é também o mundo do alfabetizador [...] Nossos livros, nossas cartilhas [...] não contém uma carga de ódio nem são desnecessariamente mórbidas. [...] E aí começa a responder à pergunta

⁸ Para exemplificar o caráter ufanista, destacamos a publicação feita em um livro de memória escrito pelos dirigentes do movimento de 1979; a criação do Mobral é associada metaforicamente à criação do universo (CORREA, 1979. p. 17).

⁹ Por trás do Mobral um grande corpo burocrático lhe dava sustentação. Trata-se de profissionais de formação variada que participam da validação das cartilhas, da construção de recursos pedagógicos e da própria estrutura do movimento na montagem de treinamentos, formações e mobilizações. Para citar alguns destaque: Odaléa Cleide Alves Ramos e Maria Stella Vieira da Fonseca (Gerencia Pedagógica); Lamartine Pereira da Costa e Marcelo de Lima Castello Branco (Estrutura e planejamento); Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti, Angela Maria Almeida de Lucena e Lygia Maria P. de Moraes (Setor Cultural).

sobre os antagonismos entre ‘educação libertadora’ e o Mobral. Na verdade, não existe inovação em qualquer dos métodos porque a sua pedagogia é igual ao que se faz desde a década dos trinta [...]. no curso da ‘pedagogia do oprimido’ trata-se de palavras de cunho revolucionário que incitam à luta armada, ao ódio entre classes. [...] Não era uma campanha de politização radical, de subversão, que se aproveitava da alfabetização como seu caldo de cultura (CORREA, 1979, p. 50-51).

E ainda:

O governo assumiu corajosamente o pesado compromisso, empenhado em pagar as dívidas passadas de um sistema educacional deficiente e insuficiente para o atendimento universal aos mais carentes. Foi também um ato de ousadia deflagrar um programa que nenhum país conseguiria levar adiante, tendo que formar seu próprio conhecimento, preparar técnicos e pesquisadores, fazer tudo a partir do zero (Ibid., p. 28).

Ao tecer pesadas críticas sobre os modelos pedagógicos e usar tons pejorativos para aquilo que herdou, à medida que se apropria de uma série de práticas pedagógicas do derrotado (como o uso de termos, conceitos e metodologia), o Mobral põe em prática um refinado processo de apagamento desse passado ousando colocar-se como algo inédito, superior e legítimo para a história.

Essa euforia institucional somada a uma robusta aderência social trouxe ao Mobral certo prestígio pelos números prodigiosos que apresentava nos primeiros anos de funcionamento. No entanto, o jogo vira a partir de 1978, quando os dados divulgados pelo IBGE mostravam um número crescente de analfabetos e não o contrário, além de denúncias de corrupção, desvio de recursos e dolo nas matrículas questionavam a eficácia e idoneidade do programa, que via crescer a pressão por resultados as portas dos anos de 1980.

Os últimos anos do Mobral não foram fáceis. Com sua eficiência contestada (muitas vezes por técnicos do próprio governo), seus orçamentos e gastos considerados exagerados e irregulares e enfrentando ainda acusações de cometer fraudes nas estatísticas a respeito do trabalho que

realiza em todo o país, o movimento brasileiro de alfabetização comemora 10 anos de criação em dezembro de 1980.

Da proposta original de combater o analfabetismo de 15 milhões de adultos que se calculou existir em 1970 (correspondendo a 33,6% da população nacional) – maciçamente divulgada por meio da campanha “Você também é responsável” – o Mobral ampliou suas atividades básicas de caráter educacional e desenvolveu planos concretos para intensificar ainda mais sua atuação nas áreas de saúde, Assistência social e Ação Comunitária, com o que discordam autoridades do Ministério da Educação e Cultura.

Aliás, foi do MEC, onde o Mobral era tido como incógnita e tinha uma estranha independência, que emergiram as maiores desconfianças tanto quanto a eficácia, quanto as contas apresentadas pelo movimento. Ente essas “dúvidas” muitas vezes em tom de denuncia estava, por exemplo, os índices de regressão ao analfabetismo, da aplicação financeira anual (extra oficialmente) calculado em Cr\$ 6 bilhões e do não esclarecimento sobre possíveis fraudes na diplomação de pessoas que não tinham aprendido a ler e escrever.

Pesava ainda sobre o Mobral o queixume das prefeituras que se diziam “sobrecarregadas”, pois arcavam com as reais despesas do programa que destinava seus recursos à implantação de sofisticados equipamentos burocráticos e às campanhas de publicitárias.

O Mobral protegia-se impedindo o acesso a seus dados, e nas oportunidades em que resolveu abrir-se foi contestado de imediato sem ter havido necessidade de análises mais aprofundadas. Um exemplo disso foi a polêmica Mobral-IBGE surgida a partir de contradição em dados divulgados no fim dos anos 1970, nunca satisfatoriamente esclarecida. Ao mesmo tempo em que a instituição divulgava uma taxa de analfabetismo de 13% (reduzida para 11% em 1980, como informa) o IBGE a situava em mais de 26%. E ainda: revelava que havia uma tendência crescente com relação a esse índice, ao contrário do que procuravam demonstrar os dirigentes do Mobral. A existência de uma diferença de 100% entre os dois

valores não mereceu uma explicação por parte do governo ou dos dirigentes do movimento.

Em 1977, o Mobral acabou admitindo o fato de haver mais matrículas realizadas do que alunos frequentando na região Nordeste. O levantamento mostrou também que a maioria dos “alfabetizados” não consegue copiar corretamente um endereço em um envelope, redigir um pequeno bilhete, escrever palavras simples ou mesmo resolver problemas, também simples, envolvendo as quatro operações básicas. Outra pesquisa, realizada no mesmo ano, tentou mostrar que os índices de regressão eram “aceitáveis”, mas ela abrangeu apenas 150 ex-alunos entre milhões de “alfabetizados” pelo movimento, com os seguintes resultados: 66 acertaram todas as 15 questões de leitura, 40 acertaram todas as 18 questões de escrita e 46 acertaram todas as questões de cálculo.

Um esclarecimento, porém: de acordo com uma reportagem do jornal o Estado de São Paulo, as questões de leitura eram de múltipla escolha (em que o aluno olhava uma figura e marcava um x na resposta certa) e as de escrita consistiam em escrever ao lado das figuras os respectivos nomes. E ainda mais: havia recomendado que, na correção, não se levasse em conta “erros de grafia ou acentuação errada das palavras”. Esse levantamento revelou igualmente que 19,1% dos alunos pesquisados haviam frequentado duas vezes o curso do Mobral e 3,9% haviam frequentado três ou mais vezes o mesmo curso isso porque não conseguiam se alfabetizar nos seis meses de curso.

O Mobral passou ainda pelo desgaste de uma CPI instaurada para apurar uma possível manipulação de dados pelo comando central. O relatório final da Comissão apresentou ao final das diligências um relatório considerado pela crítica “brando”, mas suficiente para conseguir mostrar distorções do conteúdo dos programas e ouvir relatos que apontavam problemas na área administrativa, gastos excessivos com publicidade, erros no sistema de remuneração de pessoal, e principalmente altos índices de regressão, isto é, alunos alfabetizados que esqueciam o aprendizado e voltavam à condição de analfabetos, muitas vezes se rematriculando no curso.

Desgastado, o Mobral se lança em grandes tentativas para recuperar seu prestígio, credibilidade e quem sabe alguns anos a mais de vida. Tudo isso, para fazer aquilo que ainda não tinha dado tempo: acabar com o analfabetismo do Brasil ou ao menos reduzi-lo a níveis mínimos. Para que essa continuidade fosse possível era necessário recobrar o fôlego, garantir recursos e manter o apoio da sociedade. Tarefas cada vez mais difíceis a partir do ano de 1977.

Usando a data festiva ao seu favor, o Mobral tenta celebrar os seus 10 anos de vida de algumas formas: concursos de reportagens, criação de novas vinhetas para o rádio, gravações de filmes de 16 mm, missas, eventos e mais atos públicos. Essa mobilização começa antes mesmo de 1980. Em 1979 o Mobral lança o livro “Educação de massa e ação comunitária”. Essa é uma obra de quase 480 páginas que se dedica a narrar os feitos do Mobral com o objetivo de explicar sua criação, justificar suas ações, estrutura e funcionalidade e principalmente defender-se das acusações. A obra serve como um inventário do movimento ao longo de uma década e surpreendentemente lança seu próprio prognóstico para o futuro. Verdades opacas? Ou poderíamos à luz da psicanálise classificar esses discursos como memória protetora?

O livro é composto de dezenove capítulos escrito por autores diversos, todos eles ligados de alguma maneira ao Mobral e sua história. São funcionários, ex-funcionários ou ainda técnicos na área da educação que acompanharam a trajetória do movimento. O texto de abertura e o de fechamento é assinado por Arlindo Lopes Correa, um personagem marcante na história do movimento que trabalhou oito dos dez anos do Mobral, ocupando cargos estratégicos como o de secretário Executivo e depois Presidente.

Encontro entre os capítulos desse livro, mas, sobretudo, na escrita de Correa um claro e audacioso desejo com aquela obra:

Deixar consignada a experiência do Mobral para os pósteros. Não procuramos os aplausos do presente, mas estamos seguros de que o futuro reconhecerá o imenso valor de nossa obra, tão revolucionária que não poderia deixar de

suscitar a dúvida, é certo, pois assim tem sido em toda a história da humanidade, com as realizações congêneres (p.12). Grifos meus.

As palavras de Correa estão carregadas de grandes interesses. E entre os principais está o esforço para uma redenção (mesmo que futura) do movimento. Como uma carta ao futuro ele conta a quem não teria visto e vivido essa “experiência fascinante”, dando às próximas gerações a oportunidade de “se encantar” e colocar o Mobral no mais alto lugar do pódio entre as ações mais expressivas para o combate do analfabetismo na história do Brasil. Outro lugar seria no mínimo injusto frente “ao grande esforço e mobilização” de quem já nasceu com “vocação de vitória”.

No momento em que escreve essa espécie de manifesto ao futuro Correa precisa se defender das constantes críticas que vão se avolumar no final da década, vindas de diversas institui es de peso como a SBPC¹⁰, a CAPES¹¹ e o próprio MEC¹², que em eventos públicos, como suas reuniões científicas, não poupavam críticas ao que chamavam de “estrutura cara, pomposa e pouco eficiente”.

Arlindo Correa foi presidente do Mobral até março de 1980, quando o Mobral deveria ter encerrado suas atividades. Como o governo Figueiredo não batia o martelo ele continuou coordenando despesas e a es, embora sob acusa es de que seus atos seriam nulos. Ele usa todas as vias de que dispõe para e defender o Mobral, o que até certo ponto significaria uma autodefesa. Durante meses Correa usou os jornais de todo o país como plataforma para responder as críticas e quando isso não parecia suficiente, ele convocava a imprensa para uma entrevista coletiva onde desafiava os críticos do Mobral para um debate público (O popular – Goiânia GO, 11 de Setembro de 1976).

¹⁰ “SBPC reúne 2500 pessoas no debate sobre participa o do estado na economia”. Jornal do Brasil, 9 de Setembro de 1977.

¹¹ “Mobral 10 anos: d vidas e incertezas”. Jornal o Estado de São Paulo, 7 de Setembro de 1980.

¹² “MEC reconhece fracasso do Mobral”. Essa mesma manchete   possível ler nos seguintes jornais: Zero Hora – Brasília, A notícia – Manaus e O Estado de Minas – Minas Gerais entre os meses de fevereiro e março de 1980.

Era preciso tentar salvar a imagem do Mobral, mesmo que para isso as “verdades” apresentadas fossem turvas. E se a redenção não fosse possível em um curto prazo, fica hipotecado um pedido ao futuro. O discurso para a posteridade faz uma aposta na história com redentora do Mobral e seus feitos. Teria o Mobral conseguido tal feito? Acredito que não. Os jornais, as memórias e os trabalhos acadêmicos, não parecem ter seguido essas instruções de “reconhecer o imenso valor” do Mobral. Correa sabia que dados os últimos acontecimentos o Mobral chagava aos anos 1980 em baixa, mas cuidadosamente prepara uma possível interpretação ou reinterpretção de tais fatos de tal forma que o futuro, quem sabe, pudesse redimi-los e mais do que isso, ovacioná-los pelas ações empreendidas.

O “manifesto ao futuro” chega em 1980 arrancando mais vaias do que aplausos, dando a entender que o engajamento social tinha se fragmentado e que possivelmente aquele seria o último aniversário a ser comemorado. Quem comemoraria? Nas manchetes dos jornais de todo o país, o Mobral está associado às incomodas tarjar: “Mobral é nulo”, “Malogro Mobral”, “Mobral não resolve o analfabetismo”, “Mobral: fábrica de votos do governo fracassou”, “Os números do Mobral são imorais”¹³. Tudo isso parecia esvaziar a festa, de poucos convidados.

Tais matérias disputavam espaço nas páginas dos jornais com o selo comemorativo de 10 anos do Movimento, encomendado especialmente para o evento. A marca estampou cartazes, adesivos e camisetas como quem insiste em ser celebrado pelos seus feitos, mas não empolga como antes os empresários, patrocinadores diversos e até mesmo alunos e ex-alunos que passam a duvidar da qualidade do serviço que lhe ofereceram como se fosse algo com um curto e estranho prazo de validade.

¹³ Diário de Pernambuco e Jornal do Brasil entre os meses de fevereiro a maio de 1980.

Figura 2: Selo comemorativo 10 anos do Mobral



Fonte: Jornal do Brasil, 1º caderno, mai. 1980. Arquivo Histórico do Inep, Brasília DF.

As autoridades do Mobral negociavam com o governo Figueiredo a possibilidade de o movimento continuar suas atividades, não com a alfabetização de adultos, mas sim como uma agência de mobilização comunitária para ações de saúde e cidadania. Essa era uma proposta vista com bons olhos pelo novo governo que sabia da grande popularidade do Mobral e desejava contar com sua legenda, ao menos até a transição fosse completada¹⁴.

O novo ministro da educação, Eduardo Portella, já tinha se mostrado completamente favorável a desativação do Mobral (ao menos da alfabetização de adultos) para dar lugar a uma nova política de ação e educação comunitária, mas estava aberto ao pedido do presidente em manter momentaneamente o programa e fazer uma diluição paulatina das atividades.

Sob a mesma legenda mais com um adereço: o Mobral tornou-se o **“Novo Mobral”** em seu décimo aniversário. Novo? A sociedade não perdoaria a tentativa de “maquiar aquilo que não deu certo e que por caprichos políticos insistia em continuar a viver”. Sob as críticas de que seu único feito foi transformar “analfabetos” em “analfabetos funcionais” o Mobral tornou Novo Mobral.

¹⁴ Jornal de Brasília. 15 de fevereiro de 1980.

De acordo com o extinto jornal “O Estado do Paraná”, em sua edição no dia 22 de fevereiro de 1980, um dos grandes males morais da política brasileira são as tais “verdades opacas”, pois:

Quando não se consegue resolver um problema, muda-se o nome do problema. Assim, pelo menos ganha-se mais tempo com o fornecimento de novas expectativas à população e cria-se ao mesmo instante, um artificial otimismo que durará enquanto a imagem do novo nome não estiver também desgastada (p. 13).

Numa ideia contrária a transparência, entendida aqui como um dos atributos da verdade, o rumo dos fatos pós anos 1980, não apenas em relação ao Mobral, mas no governo militar com um todo, parecem reforçar essa ideia. É um momento de “meias verdades” ou “meias mentiras”, fica a gosto do cliente. É um tempo de decisões embaçadas e cautelosas, de falas nebulosas que velavam não se sabia exatamente o quê.

A dura crítica que circulou naquela sexta-feira, põe na balança o Mobral em seu “novo” momento institucional. Mais do que uma discussão sobre ética na política, transparência na gestão pública e valores humanistas e sociais, a matéria “**Sete milhões de analfabetos**” condenava o Mobral e sua “incapacidade”.

O governo de João Baptista Figueiredo, diante das dúvidas e das certezas a respeito da e(ine)ficiência do Mobral, se vê impelido a promover duas ações no jogo político, movendo apenas essa peça do seu tabuleiro. A primeira jogada contemplaria a massa brasileira simpática ao Mobral que, através de seus programas sociais, conferiu graus crescentes de legitimidade aos militares. Essa parcela da sociedade via no Mobral, ainda que confirmadas seus altos índices de regressão, uma ação em nome dos mais pobres que buscava fortalecer a cidadania brasileira ao garantir o direito ao voto aos diplomados pelo programa. Para esses o Mobral tinha valia, mais por questões afetivas e solidárias, do que pela sua competência, e por isso precisava continuar “enquanto houvesse um perdido sem luz”.

Na segunda jogada o governo ainda instável¹⁵, tentaria acalmar os ânimos dos críticos do Mobral que não viam mais razão de ser nas suas atividades falaciosas e pediam seu fim a todo custo. Esse grupo engrossava as fileiras de oposição e encontrava em alas do próprio governo alguns representantes, como o recém empossado ministro da educação Eduardo Portella. Colecionando crises morais e de desempenho, o Mobral tinha nessa ala bons argumentos para o seu encerramento.

A saída política encontrada não agradou nem a gregos nem a troianos. O Mobral fez mudanças em sua essência, não encampando mais a alfabetização de jovens e adultos, mas a sua legenda foi mantida, para garantir o reconhecimento social de um governo que ainda carecia de popularidade.

Na prática o “Novo Mobral” trazia perdas em relação ao “antigo Mobral”, uma vez que suas atividades e receitas estavam em franco encolhimento. O Programa de Alfabetização Funcional (PAF), assim como o Programa de Educação Integrada (PEI), duas importantes áreas do movimento, foram extintos e a “superestrutura montada, incompatível com o país¹⁶” construída ao longo de dez anos, gerenciaria atividades de: educação social e mobilização comunitária¹⁷. As mudanças vieram a público pelo ministro da educação, que não dava grandes explicações e detalhes de como as coisas funcionariam a partir de então.

A partir de maio de 1980 jornais de todo o Brasil vão noticiando paulatinamente o aparente contraditório: atividades do “Novo Mobral” e o encerramento de atividades do antigo Mobral nas cidades e municípios. As verbas foram sendo cortadas e redirecionadas para as novas áreas de interesse.

Abertura política que se vivia no início dos anos 1980 precisa ser levada em conta para entendermos os acordos que vão ressignificando o

¹⁵ Figueiredo tomou posse em março de 1979, ou seja, não teria completado nem um ano de governo quando precisou decidir sobre o presente e o futuro do Mobral.

¹⁶ Zero Hora – Brasília em 18 de fevereiro de 1980.

¹⁷ O Estado de Minas em 17 de fevereiro de 1980. Caderno 1º.

Mobral e seu fim. A assinatura da Lei da Anistia em agosto de 1979 e suas implicações diretas e indiretas, aprofundaram aquilo que Elio Gaspari chamou de “Ditadura derrotada” levando a inviabilidade alguns projetos e derretendo parte do prestígio político dos militares conseguido com base no medo, da coesão e favorecimentos mediante a conveniência.

Tratando desses desfechos dos anos 1980, lembro o professor Daniel Aarão (2001) que afirma que muitos dos que viveram esse tempo (assim como ele) não tinham dúvidas de que aquele era o fim da ditadura. Não se trata de ser um “profeta do passado” e sim de entender o esforço do próprio governo - e também do Mobral - em se projetar para o futuro que “raíava sem lhe pedir licença”¹⁸ e nessa projeção, quem dera, se ressignificar.

Ao longo dos últimos quarenta anos que sentidos e significados o Mobral atou a sua história? Atrevo-me, afinal a sugerir algumas dessas rotas. O primeiro sentido atribuo à geração tecnocrata do Mario Henrique Simonsen que, ao criar o Mobral, objetivava a alfabetização funcional de jovens adultos para um claro direcionamento ascendente da economia nacional. Aqui o Mobral apresentado e significado como um investimento no capital social brasileiro cujo retorno se daria em termos econômicos.

Um deslocamento foi dado pela geração de Arlindo Lopes Correa, que através de uma intensa propaganda publicitária e de grande mobilização social, expandiu as atividades do Mobral tornando-o um complexo movimento de educação formal e cultural atuante em áreas diversas como a saúde e a profissionalização de mão de obra. Nesse momento o Mobral atinge o ápice do seu prestígio e aprovação social que sob o forte apelo midiático correspondia positivamente aos seus estímulos. Aqui o sentido do termo Mobral é elástico e compreende educação (no seu sentido mais amplo) combinado com assistência(lismo) social. Essa visão sobre o programa corresponde a tônica do Plano de Integração Nacional e aos discursos nacionalistas e ufanistas dos anos 1970-1974.

¹⁸ Trecho da música “Apesar de Você” de Chico Buarque de Holanda, que se tornou uma das canções símbolo da abertura política no final dos anos 1970.

Outro deslocamento começa a ser feito entre os anos de 1975 e 1976 quando o Mobral tem suas ações questionadas pela crítica, pelos intelectuais, pelos dados do IBGE e pela CPI que sofreu. Como apontei, o Mobral sofreu nessa fase a primeira grande fissura em sua imagem comprometendo a opinião pública sobre o movimento. O último deslocamento, acredito, está sedimentado, na memória construída sobre o Mobral a partir do fim da ditadura militar (1980/1990). As escoras em torno do Novo Mobral não suportariam muito tempo a grande estrutura em decadência. A literatura acadêmica e também a ordinária, os relatos de memória, a memória social e as crônicas construídas dos anos 1990 até as primeiras décadas do ano 2000 reproduziram, consolidaram e propagaram o sentido mais forte atribuído ao Mobral até hoje: fracasso. Digno de ser esquecido. Apesar dos próprios esforços em proteger sua memória (auto)biográfica.

Referências

- CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagres: comemoração, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORREA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979.
- FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/ao4v2876.pdf>>.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.
- FICO, Carlo. **1968: o ano que terminou mal**. In: _____; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 223-238. REIS
- FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia: questões e controvérsias**. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. REIS FILHO, 2009

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. **Documento básico Mobral**. Rio de Janeiro: Mobral, 1973a.

_____. **Programa de atividades culturais**. Rio de Janeiro: Mobral, 1973b.

_____. **Soletre Mobral e leia Brasil**. Rio de Janeiro: Mobral, 1975b.

GASPARI, Élio. **A ditadura encurralada**, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História**. In: Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?/organizado por Janaína Teles. – 2. ed. -- São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. **Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois, 1964-2004*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura e democracia: questões e controvérsias**. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

_____. **Ditadura, anistia e reconciliação**. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 23, n° 45. jan.-jul. de 2010.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2003.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina, PR: UEL, 2001.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2001**. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. **Alfabetização e legitimidade**: A trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980. 204f. Tese (Doutorado em história), Programa de Pós-Graduação de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Eixo Arte-Cultura

Memórias de Artistas Plásticos, suas obras e o Golpe Civil Militar em Pernambuco: uma arte bem orientada

*Joana D'Arc de Sousa Lima*¹

Estamos diante da imagem da obra *Educação para Adultos* de autoria do artista Jonathas de Andrade, alagoano radicado em Recife. Esse trabalho foi exibido ao público na 29^a Bienal de Arte de São Paulo². Segundo o artista, o trabalho, em síntese, foi idealizado com base em uma série de vinte cartazes educacionais impressos na década de 1970 e utilizados por sua mãe na rede pública de ensino nos anos 1980 e 1990. O conjunto de cartazes que Andrade herdou de sua mãe articulava uma imagem com uma palavra. A pedido do governo brasileiro, Paulo Freire preparou uma campanha de alfabetização nacional que foi interrompida pelo golpe civil-militar de 1964, repressor da mobilização. Freire foi perseguido, preso e

¹ Pós-Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UFPE (2014-15) e pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2014-2019) – pesquisa na História das Artes no Brasil com ênfase na relação arte e política na década de 1980 (UFPE) e escrita crítica da arte na *Arte em Revista* e na *Arte São Paulo* (USP). Atuou como Professora substituta no Departamento de História da UFPE (2016-17) e docente colaboradora do Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais UFPE/UFPB. Atualmente é professora adjunta no Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasil. Áreas de interesse: Pesquisa em História da Artes no Brasil, Artes africanas e na Diáspora (afro-brasileira); História Cultural: Artistas, Museus e Intelectuais; Arte/educação e Mediação Cultural. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2744813911541361>

² 29^o. Bienal de São Paulo, composta por 150 artistas, 850 obras e 40 países. A curadoria de Agnaldo Farias e Moacir dos Anjos privilegiou obras de cunho político, destinou cerca de 400 atividades a seis espaços conceituais intitulados Terreiros, e estabeleceu como tema um verso de um poema de Jorge de Lima "Há sempre um copo de mar para um homem navegar". Causou polêmica a instalação *Bandeira branca* (2010), de Nuno Ramos, com urubus vivos voando pelo vão central do pavilhão, acompanhados por uma montagem de sons do canção nacional. Para ver mais informações consultar <http://www.bienal.org.br/exposicoes/z9bienal>. Acessado em 20/06/2020.

exilado, assim como centenas de outras/os operários, intelectuais, artistas, trabalhadoras/es, estudantes e quem mais ousasse andar na contramão do projeto moderno-conservador e autoritário forjado por setores da sociedade civil e das forças armadas. Imediatamente, a relação com o método de educação de adultos de Paulo Freire tornava-se presente e recorrente em sua memória. O trabalho que desenvolveu por meio da pesquisa e, de certa forma, da adoção do método de alfabetização de Freire possibilitou a produção de novos cartazes para formar uma nova coleção. Utilizando conceitos e procedimentos do método Paulo Freire de alfabetização, os cartazes foram base para uma série de encontros diários com um grupo de analfabetas, durante aproximadamente trinta dias. Segundo o artista (ANDRADE, 2010, s/p), esse “[...] percurso das conversas de cada dia se tornava pauta fotográfica para novos cartazes criados por mim que voltavam para as conversas, criando uma espécie de engrenagem artístico-educacional”.

No horizonte maior de abrangência, esse trabalho desloca do passado uma experiência histórica que marcou os períodos chamados de pré e pós-golpe civil-militar no Brasil e mistura-se com as questões socioculturais e políticas do nosso presente. Ademais, o projeto conecta documentos produzidos em diversas temporalidades, referências, imagens, expectativas e visões de mundo, sem tecer uma linha cronológica contínua, embaralhando os tempos. Nesse sentido, eu trouxe estas imagens para que, diante delas, possamos nos aproximar dos tempos históricos nos quais artistas, intelectuais, trabalhadoras/es e estudantes moveram espaços, ações e projetos em contextos de disputas de narrativas simbólicas no golpe civil-militar em Pernambuco e sobre esses acontecimentos históricos. Por essas razões, decidi começar com o projeto de alfabetização de adultos de Freire – o qual estava encharcado de referências do projeto de cultura e educação que orientava, por exemplo, o Centro Popular de Cultura da UNE – CPC – e, principalmente, o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco – MCP – para, então, narrar as trajetórias de artistas de Pernambuco marcadas por posturas diferenciadas frente ao golpe de 1964. Em especial, o

engajamento político e artístico de Abelardo da Hora no MCP (1959-1964), Ypiranga Filho e a fundação do Movimento de Artes da Ribeira em Olinda/PE (1964-1965) e as posições políticas reacionárias de Vicente do Rego Monteiro.

Pretendo, neste artigo, revisitar as trajetórias dos artistas mencionados, que naquele momento da história política do Brasil assumem posições e práticas artísticas antagônicas sem, contudo, se colocarem em oposição entre si. Assim, faz-se imperativo situar um dos movimentos importantes criados ainda em 1964 na cidade de Olinda, que reuniu um coletivo de artistas em oposição ao golpe civil-militar. Certamente, ao falar dessas trajetórias, suas produções e posicionamentos políticos também serão problematizados. Entre as documentações tratadas, dei ênfase às fontes orais de memória, fontes visuais, fontes escritas – jornais, folders, catálogos dos eventos ocorridos – e trabalhos acadêmicos, principalmente os de autoria dos pesquisadores que citarei a seguir.

Eduardo Dimitrov (2013), cuja tese de doutorado *Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano* nos provoca interesse, pois o pesquisador busca reconstruir um cenário das artes plásticas de Pernambuco e identificar as principais condicionantes sociais da produção artística, percebendo como cada um desses atores se movimentou para viabilizar sua carreira na produção de suas obras. O uso de sua pesquisa nesse artigo me interessa em especial por percorrer a trajetória de Vicente do Rego Monteiro. Dimitrov o faz reconstruindo trajetórias individuais que, vistas em conjunto, permitem vislumbrar as condições e possibilidades criativas desses artistas instalados na periferia do sistema cultural brasileiro.

José Brito (2017), com uma importante e inédita pesquisa sobre a profissionalização de artistas plásticos em Pernambuco, sendo essa praticamente a única pesquisa no campo da História a investigar essa questão. Sua tese investiga a profissionalização desses artistas, que, segundo ele, partilhou seus múltiplos caminhos com os campos políticos e suas linguagens, com base em “um modus operandi que garantia o exercício

profissional de uma atividade, que sempre foi marcada pelo diletantismo e uma espécie de autonomia cristalizada em representações culturais” (BRITO, 2017, p. s/p). Com efeito, Brito reúne uma farta documentação, constrói trajetórias de vida de artistas e analisa os debates produzidos em diversas instituições - a Associação Internacional de Artes Plásticas (AIAP), fundada em 1948, com sede na França e com sócios no Brasil e em Pernambuco; além da Associação de Artistas Plásticos Profissionais de Pernambuco (AAPPE), criada em 1968, com sede em Recife - que passam a legitimar as práticas artísticas enquanto status de profissão. O recorte temporal privilegia as décadas de 1950 a 1970, recuando e avançando em alguns momentos, em busca de uma análise das práticas profissionais e apropriações do universo trabalhista feita pelos artistas plásticos recifenses.

Sobre o Ateliê Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife, uso como referência, além dos depoimentos de memória dos artistas entrevistados, o trabalho de alguns pesquisadores, a exemplo de Laura Souza. Seu trabalho *O Ateliê Coletivo em espaços e Trajetórias* que, nas palavras da autora, tornou-se objeto de estudo na medida em que foram elaboradas questões sobre as práticas artísticas e suas visibilidades dentro de organizações coletivas. Assim, a autora traz como referências teóricas a teoria estética de Jacques Rancière, com base no conceito de “partilha do sensível”, a abordagem sociológica dos “mundos da arte” de Howard S. Becker e a noção de *habitus* trabalhado por Pierre Bourdieu. Além da problematização que faz em relação ao espaço de coletividade e seus entrelaçamentos entre formação, exibição, sociabilidade e mercado, a pesquisadora constrói algumas trajetórias, especialmente as de José Cláudio, Wellington Virgolino e Wilton de Souza.

Ainda sobre o Ateliê Coletivo, o trabalho de Raíza Mattos Colasso Paz (2015), *Preocupações artísticas: o caso do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife* reafirma um dito na historiografia sobre as efervescências cultural e artística ocorridas na cidade do Recife nos anos últimos anos da década de 1940 e 1950, e acompanha discussões

empreendidas naquele momento sobre as artes plásticas com base na trajetória do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife.

Nesse intento, alguns temas se mostraram fundamentais para o entendimento daquele cenário: arte moderna, regionalismo nordestino, folclore, educação artística, educação popular, práticas arquivísticas e memória. (Paz, 2015, p. vii)

Já a dissertação de mestrado de Fábio Silva de Souza (2014) nos ajuda a entender o Movimento de Cultura Popular no Recife – MCP –, ao analisar as dinâmicas internas do movimento e as condições em que se deram as aproximações entre uma determinada elite letrada e parcelas das camadas populares.

Por fim, finalizo essa apresentação com um pequeno e potente fragmento do historiador Eric Hobsbawm, que sinaliza para a ventura da história e do exercício de mobilidade temporal que, como historiadora, busco fazer.

A história exige mobilidade e capacidade de avaliar e explorar um vasto território, isto é, a capacidade de ir além das próprias raízes. Por isso é que não podemos ser plantas, incapazes de deixar seu solo e habitat nativo, porque nosso tema não pode esgotar-se em um único habitat ou nicho ambiental. Nosso ideal não pode ser o carvalho ou o cedro, por mais majestosos que sejam, e sim o pássaro migratório, igualmente à vontade no ártico e no trópico, que sobrevoa meio mundo. (HOBSBAWM, 2002, p. 451-452).

I. Uma Arte Bem Orientada: Ressonâncias do Movimento de Cultura Popular/MCP; Sociedade de Arte Moderna do Recife/SAMR, Ateliê Coletivo da SAMR

Em Pernambuco, na primeira metade dos anos 1960, ocorre um entrelaçamento profícuo entre os campos da arte, cultura, política e educação, cuja representação verbal, por assim dizer, recaía em torno da palavra *participação*. O fio condutor que se denomina pela emergência da noção de *participação* é comum a todos estes campos citados, sobretudo

nos últimos anos da década de 1950 e durante toda a década de 1960. No campo da educação e da cultura, como possibilidade de formação do sujeito social, configura-se uma tendência que se prolifera em redes solidárias valorizando os processos de alfabetização do povo brasileiro e sua ampliação cultural por meio dos Centros Populares de Cultura (CPCs) e do Movimento de Cultura Popular (MCP). Todos os projetos e iniciativas propunham uma emancipação do sujeito por meio do acesso à cultura e educação. Propostas que, grosso modo, eram de um romantismo revolucionário, todavia traziam em suas entrelinhas a ideia da participação do sujeito nos processos de construção de uma sociedade mais justa. Uma figura emblemática neste contexto foi a do educador Paulo Freire, que inseriu neste debate temas como a valorização do contexto do sujeito, das histórias de vida e da formação de uma consciência social e crítica.

Durante a gestão de Miguel Arraes (PSD)³ na prefeitura da cidade do Recife (1959-1962) e depois como governador do estado de Pernambuco (1962-1964), a Secretaria de Cultura ofereceu ações, atividades e cursos, através do conhecido Movimento de Cultura Popular (MCP), organizados por um grupo de intelectuais⁴ - com participação de personalidades de linhas ideológicas diversas - que criaram um programa de democratização da educação e cultura. O MCP foi fundado em 1960 como um departamento autônomo buscando realizar o projeto de educação para a erradicação do analfabetismo no Estado e democratização da cultura. Ou seja, unir o projeto educacional de larga escala à programas culturais que possibilitassem a ampliação dos saberes, formação e valorização identitária do povo Pernambuco.

³ Com a deposição em 1964, Arraes foi substituído pelo vice Paulo Pessoa Guerra, que permaneceu no poder até 1967, e Pelópidas da Silveira, por Augusto Lucena, que era seu vice e adversário político.

⁴ Aqui estamos considerando artistas, investigadores de diversas formações, produtores e formuladores de ideias e de visões de mundos, e representantes de correntes heterogêneas do ponto de vista ideológico - católicos, social-democratas e comunistas - como intelectuais. Sobre as dinâmicas internas do MCP e suas disputas e aproximação desses intelectuais com as camadas populares ver a dissertação de mestrado de Souza (2014).

Desse grupo formador destacavam-se os artistas oriundos da Sociedade de Arte Moderna do Recife/SAMR (1948)⁵ – esse agenciamento foi proposto por Abelardo Germano da Hora, pelo arquiteto e artista Hélio Feijó, entre outros - e do Ateliê Coletivo (1952). Contudo, Abelardo da Hora assume maior protagonismo no movimento, cujo projeto garantiu a ele legitimação, liderança e representatividade no meio, assim estabelecendo relações com as políticas públicas. Em entrevista, o pintor Wilton de Souza, integrante do Ateliê Coletivo, comenta o impacto que teve, ainda muito jovem em 1948, ao ver os impulsos políticos da SAMR,

[...] E como eu estava dizendo, quando eu conheci Abelardo em 1948, vi toda aquela força de expressão nos trabalhos dele, ali estava sendo criado naquele momento uma identidade de classe. Era a sociedade de arte moderna do Recife que estava surgindo entre o pensamento dele, de Ladjane Bandeira – que foi uma grande pintora pernambucana – de Hélio Feijó, foram os três principais elementos que criaram a sociedade de arte moderna. Então, a sociedade de arte moderna tomou um impulso muito grande, juntou não somente artistas plásticos, como os intelectuais diversos, desde um arquiteto, a um escritor, um poeta, a um jornalista. E isso foi muito bom, porque houve um grande desenvolvimento da coisa. E toda briga existente entre os acadêmicos e os modernistas se misturavam muito. (SOUZA, entrevista concedida à autora, 2015).

A SAMR tinha o intuito de formar novos artistas em cursos noturnos sem o projeto pedagógico hermético das academias de arte, daí a dissidência e as intrigas que provocou, criando situações de oposições entre

⁵ Sociedade de Arte Moderna do Recife foi fundada por um grupo de artistas, entre os quais, Hélio Feijó, Abelardo da Hora, Ladjane Bandeira, Augusto Reinaldo, Darel Valença, Delson Lima, Corbiniano Lins, Reynaldo Fonseca, Gilvan Samico, Celina Lima Verde. Trata-se de um dos primeiros movimentos de artistas organizados na capital pernambucana, responsável, entre outros, pelos 3º e 4º Salões de Arte Moderna, como continuação do primeiro e do segundo *Salões dos Independentes* da década anterior. De um encontro entre um jovem Abelardo da Hora e um já renomado Hélio Feijó, ambos artistas plásticos (o último também arquiteto), nasceu a Sociedade de Arte Moderna do Recife, fundada em 1948. As ações realizadas por ambos foram registradas pela polícia e constam no prontuário funcional 954-D produzido pela DOPS/PE. Nos documentos, estão um recorte de jornal com notícia publicada no dia 16 de agosto de 1950 pelo jornal “Folha do Povo” sobre a eleição da nova diretoria da entidade, que passou então a ser presidida por Abelardo, e um relatório manuscrito pelo próprio artista sobre os cinco primeiros anos de atividades da associação. Nesse manuscrito, Abelardo afirma sentir-se orgulhoso das realizações da entidade e, também, por estar acompanhado dos melhores elementos que se dedicam as artes plásticas em Pernambuco, sabendo-se que os outros estão indiferentes ou levados por uma nefasta tendência cosmopolita, que ameaça a nossa cultura e a nossa tradição. Ver mais em: <http://obscurofichario.com.br/lugar/sociedade-de-arte-moderna-do-recife/>.

acadêmicos e não-acadêmicos, e impondo, já naqueles anos, algo que tomou densidade visual nos anos 1950: uma arte, por meio de uma figuração, com traços sociais e compromissos políticos. Segundo comenta José Brito (2018), com base na análise da autobiografia de Abelardo - texto esse escrito para o Partido Comunista e parte do prontuário individual do artista⁶ guardado nos fundos documentais de artistas pernambucanos no arquivo do DOPS/PE -, o artista justifica a criação da SAMR como parte de suas atividades partidárias. A SAMR, com um caráter associativo e classista visava, além da formação artística, contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico da cidade e “Zelar pelos interesses dos artistas e intelectuais associados”, como consta textualmente nos Estatutos da Sociedade de Arte Moderna do Recife (BRITO, 2018, p. 70). Corroborava com essa ideia o que narrou em depoimento Wilton de Souza,

[...] Eu tenho o estatuto da sociedade de arte moderna que veio, exatamente, querendo ser, de início, feito um sindicato, que protegesse o artista plástico e toda a sua formação. E inclusive, a maneira como poderia desenvolver cursos – não como a Escola de Belas Artes – e residências para os artistas. E a Sociedade de Arte Moderna pensou em cursos de desenho e pintura, mas não tinha o local. [...] Abelardo da Hora, como presidente da Sociedade de Arte Moderna, conseguiu com a direção do Liceu de Artes e Ofício uma sala emprestada para a gente se reunir, fazer reunião da Sociedade, e iniciar os cursos de desenho, e possivelmente, mais adiante, pintura, escultura. (SOUZA, entrevista concedida à autora).

Com base nessas memórias do artista Wilton de Souza, o Ateliê Coletivo⁷ da Sociedade de Arte Moderna do Recife (1952-54) é uma derivação da SAMR fundado em 1952 por Abelardo da Hora e um grupo maior de

⁶ Fundo SSP/DOPS/APEJE - Prontuário Individual, n. 0224 “A” e “B”. Abelardo Germano da Hora. 1957. Ver: Brito (2017, p. 70).

⁷ Um agenciamento que reuniu artistas da SAMR. Nesse período, 1952, a SAMR já andava com dificuldades financeiras, falta de espaço para sua sede, brigas entre seus associados, motivos que levaram parte do grupo de artistas a criarem o Ateliê Coletivo, com sede na rua da Soledade, centro da cidade do Recife. Enfim, são dois movimentos (agenciamentos) e duas datas que ganharam lugar de destaque na história e na memória do campo artístico do Recife, segundo as observações do historiador Flávio Weinstein Teixeira, “em especial no que concerne à afirmação de uma prática artística que se auto referia por moderna, em contraposição a uma arte acadêmica, então dominante, e que, nessa exta medida, e apenas nela, pode ser tomada por renovadora” (TEIXEIRA, 2015, s/p).

artistas⁸ com o desejo de criar um espaço de produção e formação nas artes separado fisicamente da SAMR. Ensino de artes fora das regras da cátedra da EBA, escolhas temáticas e repertórios que aludiam à presença do povo pobre que circulavam pela cidade do Recife, festas e rituais populares, mulheres e crianças trabalhadoras flagradas pelos artistas em plena luz do dia, tudo isso marcou o modos de produzir do Ateliê Coletivo. Os artistas elaboraram por meio de uma poética - conjunto de questões que intencionalmente ele quer trabalhar - de natureza social, política, cultural e antropológica, trabalhos que traziam as temáticas sociais com rigor formal. Em depoimento, o artista José Cláudio, integrante do Ateliê Coletivo, de Abelardo da Hora, comenta

[...] Abelardo da Hora era como um 'mister', e ele pregava uma arte para o povo, dirigida ao povo, em que o povo fosse protagonista. Daí, a gente pintava trabalhador, visita às feiras, Xangô, e sonhava coisas populares, e as sonhava como aprendidas pela massa, pela população. (José Cláudio, entrevista concedida à autora, 2009)

Me parece importante situar a figura do artista Abelardo da Hora como um intelectual mediador que estabeleceu uma ponte entre o campo político e o campo artístico. Segundo o antropólogo Hermano Vianna⁹, é possível olhar para a prática de alguns artistas e entrever algumas das características de sua atuação como mediador cultural, entendendo por tal o exercício do papel desempenhado por indivíduos que são intérpretes e transitam entre diferentes segmentos e domínios sociais (VELHO, 2011; GOMES, 2016).

Abro aqui uma breve narrativa sobre sua trajetória com base em uma entrevista que eu realizei com o artista em 2005, depoimentos de outros

⁸ Entre esses, cito: Gilvan Samico, Wilton de Souza, Wellington Virgolino, Ionaldo, Ivan Carneiro e Marius Lauritzen, José Cláudio se junta ao grupo posteriormente, Reynaldo Fonseca, Antônio Heráclito Carneiro Campello Neto. Pela necessidade de organizarem cursos de formação em desenho, escultura, pintura o grupo aluga uma sede numa casa situada na rua da Soledade e passa a funcionar lá o Ateliê Coletivo.

⁹ O Antropólogo discute essa noção objetivamente analisando a atuação do artista Hélio Oiticica. Ver em VIANNA, Hermano. **'Não quero que a vida me faça de Otário!': Hélio Oiticica como mediador cultural entre o asfalto e o morro.** In: *Mediação Cultural e Política*. VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina (Org). Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2001.

artistas que conviveram com Abelardo e a tese de doutoramento do pesquisador José Brito, que construirá a trajetória do artista fazendo uso de diversos documentos, mas, principalmente do prontuário individual do artista no Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco¹⁰.

Abelardo da Hora foi um dos militantes do Partido Comunista, detentor de um dos maiores prontuários, em termos de páginas e anexos, de Pernambuco. Sua trajetória enquanto militante político do PC confunde-se com sua trajetória profissional (BRITO, 2018). Abelardo nasceu em 1924, na usina Tiúma, município de São Lourenço da Mata/PE. Seu pai era chefe de tráfico nessa usina. Por volta dos seus três anos, a família se transfere para as terras do

[...] chamado coronel Ricardo Brennand, era quem tomava conta de tudo lá, por que Dona Conceição que era tia e madrinha dele, chamou-o pra tomar conta das coisas dela e ele praticamente tomou conta de tudo ali. Ela passou tudo pra ele. Maria da Conceição do Rego Barros de Lacerda. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005).

De uma família com sete irmãos, praticamente todos se formaram no curso superior, menos as mulheres. Abelardo frequentou a escola técnica profissional masculina, que depois transformou-se em Colégio Técnico Professor Agamenon Magalhães,

[...] Fomos eu e meu irmão Luciano na escola com o interesse em cursar mecânica, mas era muito procurado esse curso, daí nos inscrevemos com artes decorativas por que tinha vaga e para surpresa minha e da família toda eu me destaquei no primeiro ano do colégio em artes decorativas. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005)

Dessa experiência exitosa na escola técnica Abelardo continuou seus estudos em artes na Escola de Belas Artes. Iniciou em escultura, com o professor Cassimiro Correia, mas foi revelado por sua agilidade na criação

¹⁰ Segundo José Brito, essa é uma “riquíssima fonte [que] é composta por uma série de peças documentais que revelam a estrutura de funcionamento e as práticas de controle, vigilância e repressão desses órgãos.” (GAMA, 2007).

de desenho pela professora, Fédora Rego Monteiro Fernandes, irmã de Vicente do Rego Monteiro e esposa do diretor do Diário de Pernambuco, Aníbal Fernandes, e se transferiu para o curso de desenho vivo com o professor Murilo La Greca. Muito popular, figura franzina, ágil, envolvente, Abelardo ganhou espaço na EBA e sua militância foi iniciada quando eleito presidente do Diretório Acadêmico da escola. Rememorando essa passagem de sua vida. Abelardo nos conta:

[...] Eu como presidente do diretório, como em todo lugar que eu me meto, eu quero modificar as coisas como estão pra melhor, então eu disse 'Bem, vamos fazer o seguinte: vamos acabar com esse negócio de só ficar desenhando e pintando aqui dentro da escola, vamos desenhar e pintar a vida lá fora. Vamos fazer excursões pelos locais pra gente ver uma porção de coisas e desenhar e pintar'. Numa dessas excursões, já no final, mais ou menos mês de outubro de 1941, nós fomos pra São João da Várzea. Lá me encontrei com o sr. Ricardo Brennand e dali nasceu o convite para eu trabalhar com cerâmica e ele montou uma oficina de cerâmica para mim. Eu fui. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005)

Esse convite rendeu a permanência de Abelardo da Hora nas dependências da residência de Ricardo Brennand por cinco anos, sua saída se deu por um envolvimento afetivo entre Abelardo e uma das filhas do então coronel. O artista se transfere, então, para a cidade do Rio de Janeiro, encontra-se com o desenhista Abelardo Rodrigues, que o acolhe e cede um espaço em sua casa para que o jovem artista possa fazer de lá seu atelier de trabalho.

[...] Então eu fiz uma escultura pra concorrer ao Salão Nacional de Belas Artes, que era um salão que vinha se realizando desde o Império. Mas nesse ano de 1946 corria o debate do Salão não acontecer. Eu saí de São João da Várzea em dezembro de 1945, quando foi um mês depois eu já viajei pro Rio. Mas começou um boato que não ia haver salão, que não havia verba. Aí começaram [diversos artistas e intelectuais] a se reunir junto do Museu Nacional de Belas Artes, onde ia se realizar o Salão. Tinha dois restaurantes, o Amarelinho e o Vermelhinho. No Vermelhinho a gente se encontrava. Foi lá que eu encontrei Abelardo Rodrigues. O irmão dele, era do Partido Comunista, não o

Augustinho, o outro [Carlos Alberto]. Então a gente ficava ali batendo papo, tinha um jornalista que começou a fazer uma campanha contra a não realização do salão, os críticos também souberam que eu já tinha terminado o trabalho, intitulado *A Família*. Recebi a proposta de alguns jornalistas para que eu mostrasse a obra que iria concorrer ao salão, que de fato não ia se realizar. Eles foram e saiu no jornal do Brasil em meia página falando: “Escultor vem do nordeste para concorrer ao Salão Nacional de Belas Artes. Mas, a verdade é que não se realizou, eu fiquei desgostoso e vim embora mais ou menos em outubro para novembro... eu voltei para Recife. Quando cheguei comecei a preparar uma exposição individual. Passei o resto do ano de 1946 e o ano de 1947 todinho trabalhando, preparando uma exposição para fazer aqui em Recife. Fui no DDC, Diretoria de Documentação e Cultura pra falar com Césio Ribeiro Costa, que era o diretor, pra fazer a exposição. Aí ele me apresentou a Hélio Feijó, que era curador das exposições do DDC, que além de arquiteto era desenhista e pintor. Aí Césio pediu para ver as esculturas. Aí ele foi lá comigo, logo depois uma cerveja, vi que era meio boêmio, era do meu time. Aí preparamos tudo, foi na Rua da Imperatriz, na Associação dos Empregados do Comércio. Foi uma coisa que concentrou a intelectualidade do Recife toda, na minha exposição **em 1948**. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, grifo nosso, 2005).

Segundo considera o artista, o espaço da sua exposição, por ser muito visitada por parte dessa intelectualidade recifense e estudantes de direito, tornou-se um lugar de sociabilidade intelectual que derivou na organização da SAMR,

[...] Cesário de Melo, Aderbal Jurema, Mauro Mota, Saramago Marroquim e os artistas Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Eliezer Xavier, [...] tinham outros intelectuais, escritores e jornalistas... estudantes da Faculdade de Direito visitavam semanalmente... se tornou um espaço de encontro. Lá fundamos a SAMR. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005)

Também é nesse contexto que Abelardo filia-se ao Partido Comunista no Recife. Abelardo terá, a partir de 1948, uma rápida ascensão no campo artístico e político da cidade. Seus objetivos estavam ancorados na perspectiva de formação de novos artistas, contudo não era apenas a formação que interessava, pois isso a EBA de certa maneira já fazia, mas dotá-los de

uma boa orientação. Em relação a essa questão, penso que seja o encontro entre as orientações que o partido lhe dava e que era preciso, segundo sua visão, repassar para os mais novos, pois os artistas *mais bem orientados* estavam desaparecendo. Pergunto em entrevista, após ele dissertar dessa maneira: Mas Abelardo, desaparecendo como?

[...] Agora quando eu fui eleito presidente [da SAMR] , depois de Hélio Feijó, eu notei que em Recife já estavam os artistas *mais bem orientados*, estavam desaparecendo.

Joana: Por quê?

Abelardo: Morrendo, criatura! E tinha que fazer uma geração de artistas novos e bem orientados. Então tive a ideia de criar cursos de orientação artística. Falei com o diretor do Liceu de Artes e Ofícios, ele me cedeu uma sala que quando você fica de frente pro Liceu, do lado esquerdo, a última sala embaixo. A gente ficou dando aula ali. Compareciam uns 8 a 10 rapazes que começaram a estudar nessa época, e foram meus alunos lá. Gilvan Samico, não sabia desenhar e não sabia nada. (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005)

De fato, a experiência dos cursos que a SAMR organizou potencializou a formação de um grupo de jovens que são orientados por Abelardo e essa orientação se alinhava a uma produção artística que representava fragmentos de cenas sociais urbanas, por meio do desenho rápido capturado de cenas de rua, a pintura figurativa e depois a gravura. Já no início da década de 1950, organizam o Ateliê Coletivo da SAMR, mobilizando diversos artistas, inclusive com a presença de mulheres, sendo esse um espaço de sociabilidade e de formação de jovens artistas. Entretanto, me parece que é por meio da SAMR, entidade classista, que Abelardo vai tornando-se *mediador entre esses dois mundos: arte e poder público*. Por exemplo, na gestão municipal de Pelópidas da Silveira¹¹ do Partido Socialista, Abelardo

¹¹ Em resumo, em 1955, Pelópidas da Silveira participa na primeira eleição popular para a prefeitura da capital, foi lançado candidato a prefeito pela Frente do Recife, coligação que reunia seu partido (PSB), o PTB e o PTN, com apoio dos comunistas (então na clandestinidade). Foi eleito com 81 mil votos (dois terços do eleitorado) contra Antônio Alves Pereira, candidato conservador do PRT, que recebeu 23 mil votos. Em 1958, antes da conclusão do seu mandato, foi candidato a vice-governador na chapa de Cid Sampaio, lançado pela coalizão UDN/PSB/PTB/PSP/PTN. Mas a vitória de Cid Sampaio criou um problema na prefeitura do Recife, porque Pelópidas recusou-se a deixar o cargo de prefeito para assumir o de vice-governador, o que daria posse ao seu substituto e adversário, Vieira de Menezes. Após

afirma a existência de uma aliança entre a SAMR, a gestão, “Pelópidas era do Partido Socialista, ele era nosso aliado. [...] Houve uma reunião, no gabinete de que Pelópidas, para discutir a desapropriação do Sítio da Trindade. Eu fui convidado como presidente da SAMR para oferecer sugestões” (Abelardo da Hora, entrevista concedida à autora, 2005).

Em sua tese, José Brito investiga o tema da profissionalização do artista plástico em Pernambuco, percorrendo a trajetória de Abelardo da Hora, contextualizando todo esse investimento e esforço pessoal, as astúcias, as estratégias de construção de si e as movimentações do artista para empreender um debate ideológico e construir estratégias políticas sobre a profissionalização do artista plástico. Daí deriva sua participação em eventos nacionais e internacionais organizados por associações como a ABAP – Associação Brasileira de Artes Plásticas AIAP – Associação Internacional de Artes Plásticas. Ainda na década de 1950, mais precisamente em 1952, mesmo ano de fundação do Ateliê Coletivo da SAMR, Abelardo participa como “delegado da Associação Internacional de Artistas Plásticos, foi um dos organizadores das atividades do Conselho Mundial da Paz, proferindo o discurso de abertura em 1953” (BRITO, 2018, p. 40). Tais experiências e debates, empreendidos por Abelardo da Hora, sobre a noção do artista plástico como um trabalhador - que deve, portanto, seguir as normas da classe trabalhadora, se organizando em suas associações e sindicatos -, além da indicação da necessidade de um artista *bem orientado*, serviram de referências para que, em 1968, se concretizasse, no Recife, a organização da Associação de Artistas Plásticos Profissionais de Pernambuco¹²,

um longo processo judicial, Pelópidas deixou a prefeitura somente em dezembro de 1959, mas somente após assegurar a eleição de seu sucessor, Miguel Arraes. Em 1962, candidatou-se a deputado federal pelo PSB, mas conquistou apenas a suplência. No ano seguinte, foi chamado pelo governador Miguel Arraes para ocupar a secretaria de Viação. Ainda em 1963, foi lançado novamente como candidato à prefeitura de Recife, pela aliança PSB/PTB, obtendo uma nova vitória eleitoral. No entanto, não permaneceu até o fim do mandato porque, como aliado do governador Arraes, foi preso em 2 de abril de 1964 (em função do golpe militar) e seu mandato foi cassado pela câmara de vereadores de Recife. Seria libertado somente em dezembro do mesmo ano, mas, no ano seguinte, foi aposentado compulsoriamente da UFPE. Sobre a Frente do Recife e modos de se fabricar uma eleição ver: SOARES, 1982; SANTOS, 2008; PORFÍRIO, 2009; MATTA, 2011.

¹² Associação de Artistas Plásticos Profissionais de Pernambuco, foi criada nos fins dos anos sessenta, a diretoria foi composta pelo Presidente: Josael de Oliveira e Silva; Vice Presidente: Wellington Virgolino; 1º Secretário: Aluísio Braga; 2º Secretário: Teresa Carmem; Tesoureiro: Franklin Delano; Diretor Artístico: Heleno; Diretor de Publicidade: Valdir Coutinho; Assessor de Imprensa: Wilton de Souza; Assessor de Relações Públicas e Jurídico: Olímpio. Do

sendo o seu presidente o artista Josael Oliveira (BRITO, 2018). Em correspondência¹³ encaminhada para o crítico de arte Walter Zanini, o presidente da AAPPE, apresenta a Associação, seus membros e seus objetivos. Logo no início do Ofício, lê-se novamente como notamos nas palavras de Abelardo os termos *Arte bem orientada*

Temos a honra de informar a V. Sa., que foi fundada recentemente a ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS PLÁSTICOS DE PERNAMBUCO –AAPP, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento artístico e cultural de Pernambuco e pugnar pela expansão de uma **arte bem orientada**” (Apud, BRITO, 2016, p.12).

Do ponto de vista visual, essa noção de orientação pode ser verificada nas produções artísticas realizadas por Abelardo da Hora e seus seguidores, ou como é dito até hoje nas falas de alguns dos artistas: o grupo de Abelardo. Por exemplo, em 1962, publicou o álbum de gravuras *Meninos do Recife* que representa – e aqui dialogo com a noção de representação de Roger Chartier – seu trânsito como mediador entre o político no campo político e o político no campo artístico. Com efeito, são essas experiências, práticas e visões de mundo que se deslocaram da SAMR, do Ateliê Coletivo, das repartições públicas e das reuniões do partido comunista, para as atividades do MCP. A presença de Abelardo da Hora em todos esses momentos da história das artes plásticas no Recife revela como esses dois mundos estavam conectados pelas mãos desse artista. Não apenas isso, mas as atividades coordenadas por Abelardo no MCP formaram uma outra geração de artistas que tiveram que enfrentar o ano de 1964 e as ressonâncias do que vieram depois. Vejamos.

conselho consultivo: Francisco Brennand, João Câmara, Gilvan Samico, Maria Carmem e Anchises Azevedo, e do Conselho Fiscal, Luíza Maciel, Professor Baldini e Abelardo Rodrigues. Ver Brito, 2017, p. 245).

¹³ Para ver o documento citado na íntegra cuja referência é OLIVEIRA, Josael. Correspondência Walter Zanini. 30 maio 1969. FMACUSP 0021_009. Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo -, e os usos que faz dele José Brito, ver também, Carteira de Artista: Memórias da Associação de Artistas Plásticos de Pernambuco (1968 -1970). XIII Encontro Nacional de História Oral – História Oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade. Associação Brasileira de História Oral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, p. 12. https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462020460_ARQUIVO_josebritoABHO2016.pdf.

II. Espaços de Formação, Sociabilidades Compartilhadas e Resistência ao Golpe Civil-Militar: O caso do Movimento de Artes da Ribeira (1964-1965)

O MCP e seu lema de educar por meio do rádio, da televisão, do cinema, do teatro, das artes plásticas, da música, em praças públicas e espaços informais, se tornou uma espécie de escola de artes plásticas para muitos jovens desejosos, naquela primeira metade dos anos 1960, em aprender e desenvolver suas potencialidades artísticas. Em muitas das entrevistas que fiz para a minha pesquisa de doutorado¹⁴, nas narrativas de memória, quando se referem à formação em artes plásticas, são recorrentes as lembranças dos cursos promovidos pelo MCP. Por um lado, os artistas da geração do Ateliê Coletivo - os artistas em consagração ou já estabelecidos - rememoram o MCP como uma oportunidade de trabalho, um espaço onde se podia ganhar algum dinheiro, para além da venda de suas obras, e, simultaneamente um engajamento social em um projeto político democrático.

O artista Franklin Delano se enquadra no primeiro caso. Foi aluno nos cursos do MCP, na primeira metade dos anos 1960, e integrou grupos de artistas que enfrentaram as primeiras medidas após o golpe civil-militar, propondo organizações para a resistência coletiva. Segundo Delano, na época dos seus catorze ou quinze anos frequentou o MCP em um curso longo entre 1961 e 1963. “Tinha uma prática que não era acadêmica, com modelo de gesso etc. Ia-se a campo e se desenvolvia o desenho com traço rápido; depois, se aprendia a técnica da pintura à óleo, têmpera. Eu me lancei com Wellington Virgolino e José Claudio.” (Delano, entrevista concedida à autora, 2009).

Nesse breve relato de memória Delano menciona, simultaneamente, ambas experiências vividas por artistas, como já mencionamos, isto é, um

¹⁴ Resultado da tese publicado no livro *Cartografias das Artes Plásticas no Recife dos anos 1980: Deslocamentos Poéticos e Experimentais*. Recife: Ed. Universitária, 2014.

jovem artista que se formou no MCP e, portanto, experimentou uma pedagogia social das artes, reconhecível nas práticas formativas gestadas no Ateliê Coletivo da SAMR que foram praticadas também no MCP; e a presença do professores citados por Delano, Virgolino e José Cláudio, oriundos também do Ateliê Coletivo, atuantes no MCP por necessidade financeira e crença no projeto político do movimento, que fora também idealizado por Abelardo da Hora. Outro artista muito jovem que se integrou às atividades do MCP, José Barbosa, em depoimento, contou que exibia filmes em Casa Amarela, bairro da zona norte da cidade do Recife pelo MCP entre outros artistas.

Ambos artistas fizeram parte de movimentos artísticos culturais na cidade de Olinda durante a gestão do prefeito Eufrásio Barbosa em 1964. Parte dessa história será narrada, e percorremos algumas trajetórias individuais para contá-la. Nos interessa chamar atenção para a organização do Movimento de Artes da Ribeira¹⁵, organizado em 1964 na cidade de Olinda.

Dessas relações de sociabilidade intelectual, o industrial Eufrásio Barbosa, então prefeito de Olinda, convidou para assumir uma das secretarias do município, em 1964, o artista plástico extremamente atuante no meio, Adão Pinheiro¹⁶. Antes de ser nomeado por Eufrásio Barbosa, Adão Pinheiro trabalhou no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, levado pelas mãos de Gilberto Freyre. Depois foi trabalhar no Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional – ISPHAN - a convite do então diretor, Airton da Costa Carvalho, e também atuou junto a

¹⁵ Sobre o Movimento da Ribeira, ver mais em: CÓRDULA, Raul. *Utopia do Olhar*. Recife: Instituto Raul Córdula, 2013; BASTOS, Rachel Rangel de Farias. *O Mercado da Ribeira: Perfil de um Núcleo de Comercialização Artesanal*. Recife: Dissertação Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1992.

¹⁶ Adão Odacir Pinheiro nasceu em Santa Maria do Boca do Monte/RS em 1938. Foi pintor, desenhista, artista gráfico, gravador, entalhador e cenógrafo. Em Pernambuco, integra o Ateliê Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife em 1956, ao lado de Abelardo da Hora e Wellington Virgolino. Participa do MCP e em 1964, exerce a direção de Turismo em Olinda, PE, na gestão pública municipal do prefeito Eufrásio Barbosa, bem como organiza, com outros artistas, o Movimento de Artes da Ribeira, em 1964 na mesma cidade. Após o golpe civil-militar, completamente engajado e atuante na construção de uma política pública em Olinda que valorizava a preservação do patrimônio cultural, na aproximação entre artistas e artesãos, no incentivo à criação de um mercado para arte e artesanato, entre outros projetos, Adão Pinheiro é afastado do seu cargo pelo próprio Eufrásio Barbosa, pressionado pelos setores mais reacionários e golpistas. Em seguida Adão Pinheiro é preso em 1965. Depois continua sua militância integrante fundando o grupo 154, que atuou em Olinda.

Aloisio Magalhaes, no Gráfico Amador, ilustrando livros como os do poeta Gesta e Jorge Wanderley. Nesse ponto da história, Adão já assumira sua residência olindense, montando o ateliê com o artista baiano Anchises Azevedo e o pernambucano Montez Magno. (CÓRDULA, 2013, p. 40).

Seu afastamento da secretaria se deu em decorrência da pressão de setores da sociedade civil que consideravam indecentes e imorais a ocupação do Mercado da Ribeira pelos artistas. José Barbosa, na época com quinze anos, conta essa passagem da seguinte forma:

[...] Nós fundamos a Ribeira, naquela época já havia aqui em Olinda alguns artistas que tinham ateliê, eram Anchises de Azevedo, Montez Magno e Adão Pinheiro, essas figuras já estavam aqui [Olinda]. Meu pai, tinha uma oficina, seu Ernani. Era um prédio bem alto, na rua Treze de Maio, Anchises, Montez tinham o ateliê lá em cima e o do meu pai era embaixo. Bem isso é um história... depois que a gente fundou a Ribeira começou a perseguição... perseguição da própria vizinhança... era um pessoal muito católico, parecido os evangélicos de hoje... Então a Ribeira era um lugar que recebia muita gente, cada exposição que a gente abria tinha uma festa, o Cônsul francês *Marcel Morin* que era muito amigo da gente, vivia lá. Marcelo Peixoto abriu um bar lá... Naquela época vinham aquelas mulheres, americanas, vinham para o Brasil, diziam que era para ajudar nas favelas, mas eram espãs da CIA para ver como andava o comunismo aqui em Pernambuco. Então aquelas moças viviam naquele bar chamado *PISICOR* – corpo voluntariado da paz... Um dia recebemos o *Lincoln Gordon* que foi embaixador americano no Brasil [**Entre 1961-1966**]... Adão, que era Secretário de Turismo recebeu-o... Depois veio a rebordosa top, mas esse pessoal já se preparava, já estavam de olho, porque foi uma reação a Arraes, Julião... tinha coisa perigosa para eles. Depois veio o comandante do 4º. Exército, comandante Lira Tavares, que também recebemos ele na Ribeira, a tensão era grande... Ele me comprou uma talha (risos), deu uma confusão danada, pois dona Madalena Arraes já tinha reservado a talha... (risos) mas ele pagou na hora e levou... com 15 anos de idade a gente queria dinheiro para ir ao cinema (risos). Dos militares ele era o mais intelectual, tanto é que botaram ele na embaixada do Brasil na França (José Barbosa, relato à autora, grifo nosso, 2020).

Esse depoimento é extremamente em pistas que nos possibilitam imaginar parte da dinâmica que o movimento da Ribeira criou na cidade,

também as diversas relações com personalidades da época – família Arraes, o militar Lira Tavares, embaixadores, entre outros citados. Segundo Córdula (2018, p. 45), foi a expressão do preconceito racial, social, religioso, cultural que provocou a saída de Adão da Secretaria de Turismo, e posteriormente a extinção do Movimento da Ribeira. A imprensa local noticiou que Adão Pinheiro havia renunciado ao cargo. Em matéria do Diário de Pernambuco, em 1965, a nota intitulada *Renúncia de Adão não influi na suspensão temporária da Ribeira*, comentava a suspensão das atividades da Ribeira e justificava que não “[havia sido] em consequência da renúncia de Adão Pinheiro, mas, principalmente, porque a exposição dos artistas paraibanos que lá se encontrava, desde muito tempo, retirou-se, terminada, por assim dizer, a atração máxima que lá existia.” (Diário de Pernambuco, 1965, p.5).

José Barbosa, na sequência de nossa entrevista, indagado sobre suas lembranças do golpe militar, começa uma narrativa nos contando de como lembrou que estava no centro da cidade, precisamente na rua da Aurora, 457 - havia ido trabalhar com Adão Pinheiro nesse endereço -, lá funcionava um ateliê coletivo que era composto por um grupo grande de arquitetos, entre eles cita Jorge Martins, integrante do MCP. O que envolvia a marcenaria no ateliê, José Barbosa assumia, muito hábil, pois havia aprendido o ofício com o pai, Sr. Ernani, desde os dez anos de idade. Nos conta que lá também funcionava o setor de cinema do MCP,

Um dia eu acordei e abri aqueles janelões que davam para o Teatro Santa Isabel, eu vi uns soldados deitados no chão com metralhadora. Eu não sabia o que era. Liguei para uma amiga nossa, irmã do Mário Nóbrega, músico, e, ela me disse, saia daí já, vai embora que o negócio aconteceu... Eu fiquei desesperado e voltei pra casa, havia anos que eu não voltava pra casa. Minha mãe dizia, fique aqui, não sai, estão prendendo uns comunistas. Voltei lá dias depois de dois dias. Estava tudo quebrado. As divisórias que separavam as salas com ateliê de Adão, com aquela poesia de João Cabral de Melo Neto: Seduz pelo que é dentro, ou será, quando se abra; pelo que pode ser dentro de suas paredes fechadas... tudo estava quebrado [...] Fui ver a sala do MCP, cada um tinha uma sala ali, Rucker Vieira tinha uma sala ali. Chagas que era do MCP, eu saía com ele passando filmes comunistas nas escolas públicas. Francisco Chagas

era arquiteto. A noite vinha a Rural do MCP, Gilvan era o motorista, a agente botava os equipamentos, o projetor inglês, as telas, as latas de filmes comunistas, daí íamos de noite para as escolas para projetar para as crianças (risos) [...] filmes como a Balada do Soldado... nós recebíamos muitos filmes de Cuba, russos, da Alemanha Oriental... A bandeira da Alemanha Oriental, imensa, aquilo tudo era guardado no Sobrado. Quando eu cheguei lá estava tudo quebrado, roubaram as aparelhagens todas. Lá para mais tarde aparecem uns três arquitetos, César, Claudio Pontual e Niltinho para esconder as coisas. Ficou muita lata de filme que tinha que dar fim, dar fim aos livros. Eles não sabiam para onde levar tudo aquilo... eu disse vamos levar lá para casa (risos). Aquela quantidade de lata de filmes enterrei lá no fundo do quintal... tá lá até hoje. A bandeira da *tchéquia* minha mãe costurou calças para meus irmãos (risos), um tecido quente... pense num calor, ninguém queria usara (risos). (José Barbosa, entrevista concedida à autora, 2020).

O depoimento de José Barbosa nos ajuda a compor um quadro de como se deu a repressão aos artistas, aos espaços de trabalho e espaços de sociabilidade imediatamente após a deflagração do Golpe. Também ficamos sabendo que nesses espaços havia uma solidariedade em comum e a presença de uma militância artística cultural, que passava pelo MCP, pelo Partido Comunista e pelas organizações artísticas. A Presença de Adão Pinheiros por esses espaços todos: gestão pública, Movimento de Arte da Ribeira, ateliê da Rua da Aurora, com os grupos de arquitetos, cineastas ligados ao MCP, entre outros, indica sua militância no meio artístico e cultural, ideologicamente aliado a um projeto político de esquerda.

A conversa segue, e pergunto a José Barbosa se estava vinculado organicamente ao Partido Comunista, ou a outra organização do campo da política. Em relação a isso, responde que “eu nunca fui ligado a nada, ligado a partido nenhum, eu seguia mais ou menos as coisas do Dr. Arraes que era meu amigo. Por exemplo, se ele torcia pelo Ibis, eu torcia pelo Ibis também (risos). Dr. Arraes nunca foi comunista... (risos).” (José Barbosa, entrevista concedida à autora, 2020). Insisto nessa questão das esquerdas e do relacionamento dele com esses setores, e pergunto como ele, o jovem negro morador do Bom Sucesso, sítio histórico de Olinda, conheceu Arraes, em que circunstância. Ao que me responde rapidamente que a culpa

é de Adão Pinheiro, ele é que lhe apresentava as pessoas e completa “Adão era muito amigo da Violeta Arraes” (José Barbosa, entrevista concedida à autora, 2020).

Adão Pinheiro era um mediador entre mundos, assim como Abelardo da Hora, entrava e saía das estruturas do sistema público, mantinha amizades com parte da intelectualidade de esquerda em Recife e Olinda. Cativante, como o descrevem os artistas em suas memórias, astuto e ligeiro, construía pontes entre o poder público e os artistas. Quando da sua demissão por Eufrásio Barbosa, o afastamento dos intelectuais de esquerda já era pauta corrente. O motivo de sua saída foi de controle político e censura às suas ações. E a “indicação”, por Eufrásio Barbosa, de Vicente do Rego Monteiro¹⁷, que foi a peça do tabuleiro possível, artista reconhecido no campo artístico e com posições políticas reacionárias. Adequado e oportuno para o contexto golpista.

III. Movimento de Arte da Ribeira: espaço de transgressão, resistência e hibridização entre a cultura popular e o nacional popular (1964-1965)

Com efeito, tanto a experiência oriunda do MCP e trazida pelas mãos do artista Adão Pinheiro quanto a vivência em Salvador com Ypiranga Filho e Lina Bo Bardi, na construção de um projeto ousado em diálogo com a vertente do nacional, do nacional popular e das correntes vanguardistas dos anos 1960, foram, a meu ver, pilares para a estruturação do projeto de transformar o Mercado Público da Ribeira, no sítio histórico de Olinda, em espaço de produção, formação e difusão da arte e da cultura em 1964¹⁸.

Ypiranga Filho compartilha de ideias e ideais, do gosto e das expectativas dessa geração das décadas de 1960 e 1970, que propôs a organização

¹⁷ Segundo depoimento de Tânia Carneiro Leão, filha de Eufrásio Barbosa, Vicente do Rego Monteiro ligou para ela dizendo querer ir para a Secretaria de Turismo e Cultura de Olinda, e Eufrásio comentou que “[...] Vicente poderia tomar posse quando quisesse. Meu pai tinha muitos rompantes. E dizia que era a primeira vez que um Prefeito tinha um secretário mais importante do que ele.” (CARNEIRO LEÃO apud Córdula, 2013, p. 34).

¹⁸ Sobre a efervescência cultural e artística em Salvador nos anos 1960 ver RISÉRIO, Antonio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi e P.M. Bardi, 1995.

de ações coletivas em diálogo intrínseco com a cultura popular, com ênfase para o artesanato e seus agentes. Diferentemente daqueles artistas que enveredaram pela experimentação do corpo, das drogas, do desejo, da sexualidade, do cotidiano - como existência e estética da vida -, o grupo de amigos e artistas que ele fez parte optou por uma militância política no campo das artes e criaram, entre outras ações e acontecimentos, por exemplo, o Movimento de Arte da Ribeira, entre 1964 e 1965. Esse movimento via na organização coletiva uma maneira de permanecer em luta no Brasil, marcado pelos primeiros atos institucionais e pelas perseguições aos estudantes, trabalhadores rurais, militantes dos movimentos sociais, artistas e intelectuais pós golpe civil-militar de 1964.

Juntamente com Adão Pinheiro e outros, Ypiranga Filho investiu na ideia de organizar um “espaço” artístico em Olinda. Por meio dessa experiência coletiva que envolvia artistas, intelectuais e o povo, muitos descobriram que a arte tem um lugar central nessa história. A arte é o lugar, por excelência, em que se exerce a força de criação e de transformação. Essas histórias foram a mim confiadas em muitos dos encontros com o artista Ypiranga Filho.

É possível que a sua passagem pela cidade de Salvador, juntamente com Adão Pinheiro e José Tavares, quando da participação do grupo na montagem da exposição *Civilização do Nordeste* realizada pela arquiteta Lina Bo Bardi, em 1963, tenha servido de modelo. A primeira observação a fazer é ressaltar a presença na cidade de Salvador de um polo político-cultural de esquerda e de vanguarda, “uma província planetária”, como a denomina Antonio Risério (1995). O reitor-fundador da Universidade da Bahia, Edgar Santos, de posições políticas ligadas à oligarquia local, foi o responsável pela presença de artistas vanguardistas em diversos campos artísticos no fim dos anos de 1950 e início dos 1960. Suponho que fizesse parte do projeto de “modernização” do estado da Bahia que, naquele momento, também implantava a Petrobrás na região. Aliava-se um projeto econômico nacional a um projeto cultural de vanguarda, onde se misturavam linguagens artísticas representadas, por um lado, por uma vanguarda

internacional e por outro, pelos representantes da nossa cultural "nacional". Entre os representantes dessa vanguarda internacional estiveram em Salvador a arquiteta Lina Bo Bardi, os músicos Koellreutter, Smetak e Widmer, a dançarina Yanka Rudzka, entre outros. Havia as Escolas de Música, de Dança e de Teatro, esta dirigida pelo brechtiano Eros Martins Gonçalves, todas ligadas à Universidade. Existia o clube de cinema do comunista Walter da Silveira, o Teatro dos Novos, algumas revistas de estudantes de esquerda, como a Ângulos, e de grupos independentes (VELOSO, 1997).

Tudo leva a crer que a indicação dos artistas de Pernambuco para participar do projeto em curso, coordenado pela arquiteta, tenha sido feita por mediação do pintor e ceramista Francisco Brennand que, nesse período, mais precisamente em 1963, assumiu a Secretaria da Casa Civil no primeiro mandato do governador Miguel Arraes. Brennand alcançou, nesse sentido, prestígio político para indicar artistas para participar de forma oficial de projetos dessa envergadura. Segundo o pesquisador Juliano Aparecido Pereira (2016),

Ao mesmo tempo em que Lina se ocupava do projeto de recuperação do edifício do Unhão, a arquiteta começava a articular Salvador com outros Estados, por meio de pessoas também ligadas à questão da produção popular, afim de realizar um inventário dessa produção em todo o Nordeste. Um triângulo anotado em seu diário da época apresenta em cada um de seus vértices: Fortaleza (Xavier), Pernambuco (Brennand), Bahia (io)¹⁹. (PEREIRA, 2016, p.9)

Francisco Brennand, um artista já consagrado nesse momento, rico, com uma rede de sociabilidade que o legitimava, embora tenha, na

¹⁹ Lívio Xavier, fundador e diretor do Museu de Arte da Universidade do Ceará, MAUC, Francisco Brennand, no Recife e Bahia. No folder catálogo da mostra lê-se ... de 57 pintores dos Estados de Ceará, Pernambuco e Bahia. Entre eles estão, da Bahia, Sante Scaldaferrí, Emanuel Araújo, Calazans Neto, Riolan, Juarez Paraíso, Jacyra Miraheau, Jenner Augusto e mais 16 artistas. Do Ceará estão entre outros, Bandeira, Francisco Silva, Floriano e Sérvulo Esmeraldo, num total de 10 artistas. De Pernambuco participam 24 e entre eles sobressaem-se Vicente do Rêgo Monteiro, Brennand, Reynaldo Fonseca, Aloísio Magalhães e mais pintores do Movimento Cultural Popular, João Camara, Aron Simis, Roberto Amorim e Guita Charifker. Participa, também, da mostra de lançamento o pintor primitivo Aurelino Pedroso e o desenhista Naif Ganem. Folder da exposição. BARDI, L. B. Nordeste. Salvador: Museu de Arte Popular do Solar do Unhão, 1963. Folder da Exposição no Museu de Arte Popular do Solar do Unhão, Bahia, Brasil. Ver mais em <https://aloisioagalhaesbr.wordpress.com/historia-da-arte/coletivas/coletivas-nacionais/lina-bo-bardi-bahia-1958-1964/>. Acessado em 07/07/2020.

dinâmica de reposicionamentos no campo artístico local, enfrentado certas disputas e tensões, sem evidentemente perder o seu lugar de destaque, era considerado pela arquiteta Lina Bo Bardi o representante de Pernambuco dentro do projeto político-cultural que se desenhava na Bahia com expansão para o nordeste,

Há nas anotações pessoais da arquiteta no período um croqui de um triângulo onde um dos vértices era seu nome para a Bahia e nas outras os nomes de Francisco Brennand para Pernambuco e Lívio Xavier para o Ceará. Il triangulo del Nordeste, escreveu, completando com outra anotação que dizia: antibienal. (RUBINI, 2013, p. 15).

Segundo recorda Ypiranga, foi muito significativa a experiência vivenciada nessa ocasião da inauguração do Museu de Arte Popular do Unhão, associado ao Museu de Arte Moderna da Bahia. O Museu de Arte Popular, projeto constituído dentro do marco conceitual dos debates da época sobre o popular, o nacional e o popular-nacional, expressa-se na plataforma teórica do Museu de Arte Moderna da Bahia. Foi inaugurado em 1963, e de vida efêmera, durou apenas dois anos, trouxe duas exposições intituladas *Artistas do Nordeste* e *Civilização do Nordeste*.

Nesse momento, Ypiranga e os demais artistas que foram para Salvador estabelecem contatos viscerais com essa atmosfera de vanguarda, com o projeto cultural proposto por Lina Bo Bardi, cujo liame era a valorização do nacional popular, a centralidade do artesanato, visto e retraduzido para o ambiente da arte erudita (museu), e a proposição de investimentos reais em uma política de preservação e valorização dos fazeres populares, por meio da formação, difusão e circulação de seus trabalhos. Toda essa experiência marcou os artistas, e no retorno puderam, dentro do quadro político propício, em Olinda, com a gestão de Eufrásio Barbosa, criar uma ação semelhante na ocupação do Mercado de Carnes da Ribeira, que se tornaria o Movimento de Arte da Ribeira.

O grupo de Pernambuco ficou hospedado na Galeria Bazarte de propriedade de José Castro, “muito mais um estimulador dos jovens artistas do que mesmo um marchand”, considerou o artista e arquiteto

Almandrade²⁰ (s/d). Assim, Ypiranga estabeleceu relações com os artistas baianos Hansen Bahia, Carybé, Mário Cravo Jr, Juarez Paraíso, Sante Scaldaferrri, Chico Liberato, para citar apenas esses. É possível que nessa ocasião, o jovem artista tenha iniciado seus aprendizados no candomblé da Bahia – conhecido aqui em Pernambuco pela designação de Xangô (LIMA, 2009).

Na Ribeira, Ypiranga se recorda que havia uma prensa de litogravura, uma prensa manual e outra elétrica de xilogravura, e uma prensa rotativa de litografia, “é a única da América Latina”, pertencia a Francisco Brenand²¹ que a emprestou para o empreendimento. Quando sugiro a ele que conte o que lembra sobre como surgiu a ideia de ocupação do espaço do Mercado da Ribeira para fins artísticos, Ypiranga envereda pelos tempos de outrora. Embora já tenha contado essa história inúmeras vezes para outros pesquisadores e outros fins, a memória sempre vem “aos pedaços” com muita intensidade a depender do momento e de como se encontra o depoente e o pesquisador inquiridor. Segue, abaixo um fragmento de seu último relato,

A Ribeira era um mercado de carnes verdes, com oito box de um lado e oito de outro e no centro o matadouro, estava abandonado. Adão, quando assumiu o cargo na gestão do Prefeito Eufrásio Barbosa, que era socialista. Adão nos chamou, eu, Tavares... chamou o grupo... João Câmara, todo esse pessoal para ver o que faríamos na Ribeira. Daí nós começamos. Como não tínhamos dinheiro, Adão inventou que o Mercado da Ribeira foi um Mercado de Escravos (risos), sendo um mercado de escravos, conseguimos um empréstimo no SPHAN, que mandou um técnico para restaurar o mercado. Tem fotografia nossa consertando o telhado com ajuda do técnico do SPHAN. A partir daí ficou

²⁰ ALMANDRADE. *A vanguarda e o Contemporâneo: O circuito de arte na Bahia*. <http://www.expoart.com.br/colunista/3/almandrade.html>. Acesso em 18/02/2018.

²¹ Continua dizendo que essas prensas estão guardadas em um depósito que fica por trás do Mercado da Ribeira. Em seu depoimento comenta sobre a presença marcante do marceneiro Ernani Barbosa, pai do artista José Barbosa, que já trabalha como entalhador e juntamente com Adão Pinheiro, na Ribeira. Produzem juntos uma série de baús entalhado, desenho de Adão e trabalho de entalhe de Ernani Barbosa. Segundo a dissertação de mestrado de Juliana Barreto (2008), Ernani Barbosa já tinha uma marcenaria em um dos *boxes* do Mercado da Ribeira. Ainda diz que o mercado foi descoberto por Guita Charifker e José Tavares em um de seus passeios pelo sítio histórico. Ver: BARRETO, Juliana. De *Montmatre* Nordeste a Mercado Persa de Luxo: O sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do Patrimônio Cultural. Recife. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 71.

chamado Mercado de Escravos. Adão foi convidando os artesãos. [...] Nós convidamos um amigo, Marcelo Peixoto, para montar um restaurante. Ele fez o bar que era frequentadíssimo. Naquela época, as meninas começavam a usar mini saia... (risos). Era noticiado nos jornais que na Ribeira as meninas iam com as pernas de fora (risos), toda aquela confusão. Adão contratou Lia de Itamaracá para cantar lá... Lia vinha toda sexta feira de noite... o carro da Prefeitura ia buscá-la em Itamaracá. Era uma grande ciranda no pátio da Ribeira. [...] Os artistas começaram a se organizar e ir para Olinda. Por exemplo, a rua do Amparo é quase toda [ocupada] por artistas. A Isa do Amparo, Humberto (Magno) foi chegando, e, outros artistas também. [...] Decorrente de tudo isso, achamos que deveríamos registrar isso em termos comerciais. Então fui fazer um curso de cooperativa no Departamento de Assistência às Cooperativas. Quando terminei o curso, elaboramos, em conjunto com os alunos, um estatuto de uma cooperativa de artes e ofício. Quando eu saí de lá, então, foi fundada na Ribeira a **Cooperativa de Artes e Ofício da Ribeira**. [...] Como nós éramos todos de esquerda, o Prefeito era de esquerda... O pessoal da direita achou que o trabalho com as comunidades era subversivo na Ribeira, daí veio a polícia, Adão foi o primeiro a ser preso. Foi gozado... (risos) que a mãe de Adão sentou-se na delegacia e disse ‘Só saio daqui com meu filho...’. A mãe dele era gaúcha... ‘Só saio daqui com meu filho. Meu filho é inocente’. Vieram vários amigos advogados defendendo Adão. Quando fecharam a Ribeira nós abrimos a **Galeria 154**. (Ypiranga Filho, entrevista concedida à autora, 2017).

Vale informar ao leitor que o grupo inicial que restaura o Mercado de Carnes da Ribeira com o objetivo de transformá-lo em espaço das artes era formado por Adão Pinheiro, José Tavares, Guita Charifker, José Barbosa, Vicente do Rego Monteiro, Roberto Amorim e João Câmara, com apoio do prefeito de Olinda, Eufrásio Barbosa. Mas, nem todos continuaram dentro do projeto, que via no coletivo, na horizontalidade das relações de decisão, seu *modus operandi*. Segundo Ypiranga, por exemplo, João Câmara, não conseguiu conviver bem com as práticas “socialistas” do grupo, optando por sair e mais tarde fundar a Oficina Guaianases de Gravura.

Vicente do Rego Monteiro, embora considerado bastante aberto às “novidades” e próximo de Ypiranga Filho também não se engajou no projeto. A Cooperativa de Artes e Ofício da Ribeira foi criada pelos artistas que eram os protagonistas do Movimento da Ribeira, com a colaboração do

Departamento de Assistências às Cooperativas – DAC, por meio de seu diretor Walter Costa Porto. Havia o propósito de constituir-se em um núcleo de fomento à formação técnica dos artesãos, com orientação especializada em relação à comercialização dos produtos e artigos produzidos. Uma instituição legal de formação e proteção dessas categorias de produtores, além do desejo de profissionalização dos mesmos. Simultaneamente à formação legal da cooperativa, foi aberta uma loja para comercialização dos artefatos produzidos, além da venda de outros artigos artesanais oriundos de outras cooperativas do interior do estado. “Assim a cooperativa e a lojinha da Ribeira atuavam em duas frentes: na legalização da produção dos trabalhos dos artistas e no impulso às atividades culturais de Olinda, também com suporte à dinamização do turismo do município.” (BARRETO, 2008, p. 89).

A Ribeira realizou várias exposições coletivas, sobre elas há diversos catálogos no arquivo pessoal do artista Ypiranga Filho. Diversos cursos, apresentações culturais e artísticas, do popular ao erudito, construindo redes de trocas de saberes entre artesãos e artistas e possibilitando visibilidade dos grupos de manifestações culturais populares em espetáculos públicos para os mais diversos públicos, sobremaneira parcelas significativas das classes médias residente em Recife e Olinda, que passaram a frequentar o Mercado da Ribeira.

Em síntese, o Movimento de Arte da Ribeira, seus desdobramentos em cooperativa, e depois na Oficina 154, em toda a movimentação e dilatação que produziu na cidade de Olinda e nas práticas de artistas e artesãos, a meu ver, pode ser lido como uma plataforma de uma política artística e cultural que envolveu entre tantas potências o estabelecimento de relações de parcerias e coautorias entre as práticas de ofícios do artista e do artesão. Uma espécie de trocas de saberes e apropriações dessas práticas entre eles. Não obstante, os papéis de cada um desses agentes permaneciam bem definidos. Tudo isso me parece estar presente na maneira com a qual o artista Ypiranga pensa e pratica seu lugar no campo artístico. Nada dileitante. Um trabalhador das artes consciente de seu papel

social²². A herança ideológica herdada dos agrupamentos liderados por Abelardo da Hora, entre outros protagonistas, mas sobretudo uma estratégia política de enfrentamento ao golpe militar e um forte alinhamento com as ideologias do Partido Comunista.

Também faz observações críticas em relação a posição política de Vicente do Rego Monteiro, sem contudo deixar de admirá-lo como professor, artista e como um dos mestres que estavam sempre ao lado dos artistas jovens²³. Ypiranga o considera um integralista, inclusive, cita que o mesmo usava gravata verde para dar aulas, simbolizando a sua posição política. Prova dessa relação afetiva e de respeito entre os dois artistas se deu quando Rego Monteiro convidou Ypiranga Filho para realizar um estágio na gráfica piloto da UNB. Nessa ocasião, Vicente é convidado para ser professor-colaborador do Centro de Arte da UnB, assumindo a direção da Gráfica Piloto. O artista integrou o grupo de docentes contratados pela Universidade de Brasília para substituir os professores caçados e os mais de 200 que pediram demissão em solidariedade. Ypiranga chega a aceitar o convite e viaja para o Planalto Central em 1966, contudo, os desdobramentos da passagem de Vicente do Rego Monteiro são desastrosos e Ypiranga Filho permanece pouco tempo, retornando para Pernambuco. Ypiranga comenta “Vicente saiu da Universidade de Brasília, inclusive eu trabalhava com ele lá na Universidade de Brasília, com os alunos tocando fogo no ateliê dele, porque inclusive ele andava com gravata verde, era integralista de Anauê (risos)” (Ypiranga Filho, entrevista concedida à autora).

Na análise realizada pelo sociólogo Eduardo Dimitrov (2013; 2015; 2020) sobre a trajetória do artista Vicente do Rego Monteiro, o pesquisador investiga as posições políticas reacionárias dele ao longo de sua trajetória: nos anos 1930, sua atração pelas ideias integralistas que lhe

²² Importante chamar a atenção que na maioria dos grupos e instituições formados por Ypiranga a palavra “ofício” aparece para compor o nome do agrupamento.

²³ Também pode-se citar a participação e presença de Vicente do Rego Monteiro na Ribeira, depois no grupo +10 em Olinda e em outras exposições coletivas de jovens que o artista, já consagrado, participava. Isso sinaliza para pensarmos que mesmo tendo posições ideológicas reacionárias, o artista convivia bem com o grupo de Ypiranga que se dizia socialista. Ypiranga repetia em seus depoimentos “Vicente era uma figura”.

valeu ser reconhecido como um artista *não degenerado*, sua proximidade com interventores políticos assumindo cargos na imprensa Oficial sob a indicação do interventor do Estado Agamenon Magalhães, e mantém distanciamentos com os artistas locais consagrados e, em decorrência, com os espaços de socialidade frequentados por uma intelectualidade crítica ao regime autoritário,

Vicente do Rego Monteiro regressa ao Recife como um “não degenerado”, o que lhe permite, em 1938, ser nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco e professor de desenho do Ginásio Pernambucano, ambos cargos oficiais submetidos à interventoria do Estado Novo. Deixando a revista *Fronteiras*, passou a dirigir a revista *Renovação* a partir de 1939. Assinava, ao lado de Edgar Fernandes, os editoriais dessa publicação também de vertente monárquica e integralista, apoiadora da ditadura de Vargas, apesar de manter um discurso menos exaltado do que *Fronteiras*. (DIMITROV, 20015, p. 197)

Já na década de 1960, mesmo se aproximando dos artistas mais jovens – a exemplo dos agrupamentos e eventos citados aqui – Vicente do Rego Monteiro envereda por escolhas políticas reacionárias já como um artista idoso, doente e empobrecido.

[...] em 1963, tenta, sem sucesso, eleger-se vereador pelo conservador Partido Social Democrático (PSD). Em 1965, depois da queda do antigo prefeito Eufrásio Barbosa e do artista plástico Adão Pinheiro, da Diretoria de Turismo da Prefeitura de Olinda, Vicente foi indicado para o cargo de diretor dessa mesma diretoria que, segundo Ayala, foi uma ‘providência sem dúvida de socorro, determinada por amigos, e que nada tinha a ver com a atividade e natureza pessoal de Vicente’ (AYALA, 1980, p. 53). Segundo Edson Nery da Fonseca (2002, p. 46–47), em 1966, Vicente integrou o grupo de docentes contratados pela Universidade de Brasília para substituir os professores caçados e os mais de 200 que pediram demissão em solidariedade. Como professor-colaborador do Centro de Arte da UnB, assumiu a direção da *Gráfica Piloto*. Apesar de seu desligamento ter se dado em 1968, juntamente com outros 67 professores, Vicente já contava 69 anos, aproximando-se assim da sua aposentadoria compulsória. Na obra de Zanini e no texto de Fonseca, não fica claro se Vicente teria sido demitido pelos militares, ou se simplesmente se aposentado. De toda

maneira, para os estudantes da UNB, ele era identificado com o regime, e teve seu atelier ocupado por manifestantes de esquerda. (DIMITROV, 2013 p. 143).

Tudo isso, ajuda a entender por que Vicente do Rego Monteiro foi um nome apropriado para assumir o lugar de Adão Pinheiro As trajetórias desses artistas apresentados aqui seguiram sob a truculência do regime civil-militar. Vicente Morreu praticamente sozinho em seu apartamento no edifício Chantecler. Após sua morte transformou-se hegemonicamente, por meio da fortuna crítica, no artista renovador, modernista da Semana de Arte Moderna de 1922, experimental e conceitual – apenas recentemente essa narrativa hegemônica tem se alterado por meio das pesquisas de Dimitrov. Adão Pinheiro, Ypiranga Filho e José Barbosa exilaram-se na Europa por alguns anos. Adão mora fora até a atualidade. Seus modos de agir e suas obras ecoam com ressonância no presente. E por fim, trago novamente a experiência artística de Jonathan de Andrade e me indago, se fossemos realizar uma oficina experimental de construção de cartazes com mulheres analfabetas, no atual contexto golpista que vivemos na contemporaneidade, pergunto: Que palavra e qual imagem escolher para compor um cartaz e inseri-lo na obra aberta do artista?

O tema, arte e política, tem sido enfatizado no campo das artes nos últimos anos, tendo a discutir essa questão observando as relações entre trajetórias dos artistas, suas obras e as dinâmicas do campo político, econômico e social que impactam essas produções.

(...) O passado é um outro país, mas deixou sua marca nos que o habitaram. Marcou também os que eram demasiadamente jovens para havê-los conhecido a não ser por ouvir dizer, ou mesmo numa civilização estruturada de maneira a-histórica, para trata-lo como coisa banal, como no jogo *trivial pursuit*, que teve passageira fana no final do século XX. Mas a preocupação do historiador *autobiográfico* não é apenas revisitá-lo e sim traçar seu mapa. Sem esse mapa como poderíamos seguir os caminhos de toda uma vida através de suas paisagens cambiantes ou compreender o motivo e o momento em que hesitamos e tropeçamos, ou de que maneira vivemos entre as pessoas com cujas vidas as nossas se entrelaçaram e das quais dependiam? Essas coisas não

esclarecem apenas as vidas individuais, mas o mundo inteiro. (HOBSBAWM, 2002, p. 21).

Referências

- AYER, Maurício; DIMITROV, Eduardo. A pitu do pintor Monteiro: cachaça e afetividade em João Cabral de Melo Neto. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 29, n. 2, p. 94-115, jun. 2020. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/15876. Acesso em: 15 Junho 2020.
- BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo**: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BRITO, José. **“Quem se associa se afia”**: história(s) sobre a profissionalização dos artistas plásticos em Pernambuco. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017.
- DIMITROV, Eduardo. Vicente do rego monteiro: De expoente modernista a integralista esquecido. **Novos estudos**, São Paulo , n. 103, p. 193-208, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n103/1980-5403-nec-103-193.pdf>. Acesso em: 06 Junho 2020.
- _____. **Regional como opção, regional como prisão**: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano. (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MATTA, Giuliana de Cássia Pinto da Matta. Os modos de fabricação de uma campanha eleitoral (Pernambuco, 1955-1964). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 05/06/2020.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Humanitas, 2013.

_____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998.

_____. **A arte engajada e seus públicos: estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PEREIRA, Juliano Aparecido. A Didática dos Museus de Lina Bo Bardi na Bahia e os Conteúdos da Modernidade e da Identidade Local (1960-1964). **Docomomo**, v. 4, n. 5, 2019. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/080R.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Org). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

_____. Biografia, Trajetória e Mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Org). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIANNA, Hermano. “Não quero que a vida me faça de Otário!”: Hélio Oiticica como mediador cultural entre o asfalto e o morro. In: VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Org). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

Literatura como arma política: crônica jornalística como estratégia de combate à “ameaça comunista”

*Erinaldo Cavalcanti*¹

Considerações iniciais: situando o debate

A ditadura militar continua a desafiar a sociedade brasileira. Continua sendo objeto de disputas políticas na academia e fora dela. As narrativas sobre aquela experiência ditatorial se ampliam em diferentes suportes e por distintos sujeitos. Há cada vez mais relatos em defesa da ditadura, exigindo que os discursos produzidos na academia precisem

¹ (Eri Cavalcanti) - Diretor da Associação Brasileira de História Oral - Regional Norte (Biênio 2018/2020). Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco, Mestre e Doutor pela Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com Estágio Doutoral (PDSE/Capes) pela Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina. É autor dos Livros Didáticos: “Pernambuco de Muitas Histórias: História do Estado de Pernambuco” (2012), e “História e Geografia de Pernambuco” (2015) publicados pela Editora Moderna. Também é autor de “Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco - Garanhuns 1958-1964, (EdUFPE, 2012), e autor e organizador de “A história e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa”, (EdUFPE, 2013), “A história e suas práticas de escritas: narrativas e documentos” (EdUFPE, 2014); “A história e suas práticas de escritas: leituras do tempo, (EdUFPE, 2016), “História: demandas e desafios do tempo presente - produção acadêmica, ensino de história e formação docente” pela EdUFMA (2018) e “Ditadura militar no Brasil: entre práticas e representações” pelas editoras FGV e EdUFPE (2017). Coordena o laboratório e grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempno - CNPq/Unifesspa), atua principalmente nos seguintes temas: Teoria; Ditadura Militar; Ensino de História, Livro Didático e Formação Docente. É Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e também é membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica - COMFOR, é parecerista de revistas especializadas como a Revista História Hoje (ANPUH-Brasil). É professor do Mestrado Interdisciplinar (PD TSA), professor e coordenador do PPGHIST/Unifesspa (Mestrado Acadêmico) e coordenador do laboratório e grupo de pesquisa iTempno. E-mail: ericontadordehistorias@gmail.com <http://orcid.org/0000-0002-9912-5713>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1521193440788494>

transpor os muros dos castelos em que permaneceram (permanecem?) por muito tempo.

Inúmeros autores, com diferentes abordagens, têm contribuído de maneira significativa para os debates acerca da ditadura militar instaurada em 1964. A própria periodização da ditadura é objeto de análise na literatura especializada. Gláucio Ary Dillon Soares, em trabalho publicado em 1994, já apontava nessa direção, porque para ele “o golpe de 64 não começou em março daquele ano, sendo impossível entendê-lo se começarmos o estudo naquela data”. (SOARES, 1994, p. 33).

Estudos recentes também apontam a necessidade de problematizar os marcos temporais atribuídos ao regime militar. Para o historiador Daniel Aarão Reis, o estado de exceção teria terminado em 1979 com a revogação dos Atos Institucionais. Para ele,

O marco inicial, 1964, não suscita dúvidas. A ditadura instaurou-se, como se disse, contra um determinado programa – nacionalista e popular. A ruptura aí é clara, embora as continuidades sejam evidentes. Em relação ao fim do período, os marcos são mais fluidos. Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou ainda 1988 com a aprovação de uma nova Constituição? (REIS, 2014, p. 12).

Ainda argumenta Daniel Aarão que os marcos temporais de 1964 a 1985 corroboraram para uma explicação segundo a qual os militares teriam sido os únicos responsáveis pela ditadura, tese já contestada por ele em trabalhos anteriores (REIS, 2005; 2004). Nesse sentido, defende que o importante é questionar as singularidades de cada momento da experiência ditatorial e analisar os aspectos comuns entre os governos prè-ditadura, ditatoriais e pós-ditatoriais. Pablo Porfírio (2010), em seu livro *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco 1959-1964*, também defende a importância de se analisarem as disputas políticas no período que antecedeu ao golpe de abril de 1964 para discutir e problematizar a instauração da ditadura militar.

Essas análises questionam certas interpretações que não contemplam as continuidades das experiências temporais do regime ditatorial, como se em 1964 tivessem ocorrido apenas rupturas ou representasse o início das práticas de repressão, característica da política ditatorial. A documentação do DOPS-PE (Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco) demonstra, por exemplo, as práticas de perseguição e torturas executadas antes do golpe militar de 1964 em que inúmeras pessoas foram vigiadas, perseguidas, presas e torturadas no Estado acusadas de atividades subversivas entre 1956 e 1962. Desse mesmo período também encontramos inúmeras reportagens alertando a sociedade para o perigo que os jornais acreditavam representar o comunismo.

Não estou defendendo que os discursos da ameaça comunista e as práticas de vigilância, perseguição, repressão e torturas entre os anos de 1960 e 1968 não sofreram mudanças. Ou que o ano de 1964 foi de pouca importância para os discursos e práticas anticomunistas. Em 1964, a Constituição foi violada, o presidente legalmente eleito foi deposto, os militares deram um golpe, assumiram o poder e instauraram uma ditadura, cujo discurso principal usado para justificar essas ações foi a necessidade de combater a ameaça comunista. No entanto, deve-se destacar que as ações anticomunistas já vinham sendo praticadas bem antes do golpe militar de 1964.

Nos jornais pesquisados e nos órgãos de segurança, o discurso anticomunista antes da decretação do golpe de 1964 foi arquitetado por meio de dois fundamentos basilares. Como mostrou Erinaldo Cavalcanti (2017) *alerta e prevenção* foram os princípios mobilizados que representaram os discursos de combate ao comunismo até março de 1964. Essa estratégia político-discursiva foi frequentemente usada também nos períodos de campanha eleitoral como tática para evitar que os candidatos alinhados ao comunismo vencessem as disputas políticas.

Além dos fundamentos de *alerta e prevenção* – que requeriam uma política de vigilância e controle – os relatórios do DOPS, por sua vez, justificavam suas ações também em virtude da necessidade de combater as

ações ilegais daqueles considerados comunistas, pois o Partido Comunista (PC) teve seu registro cassado pela Justiça Eleitoral em 1947.

Após o golpe militar e a instauração da ditadura o discurso anticomunista ganhou outra configuração. O principal elemento condutor das narrativas era o discurso de *justificação* da intervenção militar diante do perigo comunista. De diferentes maneiras e atendendo às relações de forças do lugar de produção, os órgãos de informação e segurança e parte da imprensa narravam constantemente o perigo comunista como estratégia política para justificar o golpe dado pelos militares. As prisões efetuadas foram apresentadas como necessárias para combater “os elementos comunistas” que estavam tramando contra a segurança do país. Estavam, portanto, justificadas. O golpe perpetrado pelos militares também justificava a perseguição e a repressão, porque foi executado para evitar a subversão da ordem estabelecida. Em outras palavras, houve vigilância, perseguição, repressão e tortura nos anos que antecederam a ditadura militar, mas foram praticadas de maneiras distintas e atendiam a interesses diferentes.

No que tange à ameaça comunista, o historiador Rodrigo Patto tem contribuído de maneira significativa para as discussões historiográficas. Para ele, “o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo fora o anticomunismo. [...] O anticomunismo foi o eixo central dos discursos e das representações dos grupos favoráveis ao golpe” (MOTTA, 2006, p. 13). As pesquisas da historiadora Carla Rodeghero (2003), por sua vez, também têm contribuído com as discussões acerca do anticomunismo no Brasil.

A historiadora Marcília Gama da Silva (2014), ao analisar a montagem e o funcionamento da polícia política em Pernambuco durante o regime militar, destaca o papel da produção, apreensão e disseminação da informação como instrumento que concorreu para as práticas de vigilância, perseguição e tortura daqueles considerados subversivos.

Através das pesquisas e da literatura especializada, podemos afirmar que no final da década de 1950 no Brasil, o discurso da ameaça comunista

produziu diferentes significados nas relações políticas e sociais nos diversos espaços onde foi praticado. Não foi representado apenas nas reportagens e notas policiais dos jornais de oposição. Não se fez presente apenas nas homilias clericais, nos comícios políticos ou no plenário da Câmara de Vereadores. O discurso do perigo comunista foi produzido também no campo da crônica jornalística.

Neste capítulo analiso um conjunto de crônicas que foi publicado em 1958 em um jornal de ampla circulação no agreste de Pernambuco. O final da década de 1950 e início dos anos 1960 foram marcados por diferentes, entre essas, as disputas narrativas acerca do discurso sobre a suposta ameaça comunista.

As experiências sociais, em curso naquele momento em Pernambuco, ajudam entender como a narrativa da ameaça comunista mobilizou diferentes grupos, pessoas e lideranças política e religiosas. A rede de alianças composta pela Frente do Recife adotara, entre outras estratégias, o incentivo à participação dos segmentos populares nos pleitos eleitorais. A ida de Carlos Prestes, à capital pernambucana esteve dentro das ações de mobilização e arregimentação dos grupos políticos de esquerdas, como estratégia para ampliar seu poder de conquista de votos.

Para Roberto Aguiar Oliveira (2003), a Frente do Recife se constituiu num dos movimentos que mais se empenharam por mudanças sociais em Pernambuco, juntamente com o movimento de sindicalização rural. Segundo ele, “a ênfase dada na participação políticas das massas, sobretudo das massas urbanas, no processo decisório, continuou sendo a principal estratégia da Frente, durante todo o período, na tentativa de alcançar seus objetivos” (OLIVEIRA, 1993, p. 186).

Pernambuco era apresentado em diversos jornais como um espaço que se encontrava em ebulição social. O crescimento da organização dos trabalhadores – tanto na esfera urbana quanto rural –, através da criação das Ligas Camponesas e do processo de sindicalização, era um dos argumentos que competiam para “comprovar” o suposto clima de instabilidade social que estava em marcha no estado. Para Arlindo Soares (1980), a

Frente do Recife encontra-se dentro do processo de ascensão das classes populares em Pernambuco, se incluindo, além da Frente, “a organização do movimento camponês” (SOARES, 1980, 29).

O Nordeste, e em específico, Pernambuco, eram apresentados nesse momento como verdadeiro palco de lutas sociais, ganhando destaque na imprensa escrita nacional e também na internacional. Antonio Montenegro, em um de seus artigos, coloca em relevo que “o período que compreende desde a criação das Ligas Camponesas até o golpe militar de 1964 transforma o Nordeste e as lutas sociais no meio rural em objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional” (MONTENEGRO, 2003, p. 255).

Em outubro de 1960, o *The New York Times* publicou, em primeira página, que a “Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta”. O jornalista Ted Szulc, autor da mencionada reportagem, enfatizou que no Nordeste do Brasil, uma revolução comunista estava prestes a ocorrer. Para legitimar seus argumentos, Ted recorreu ao discurso de um membro das Ligas, que em reunião teria enfatizado:

Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue. (*The New York Times*, New York, 31/10/1960, *Apud*, MONTENEGRO, 2003, p. 262).

Ted argumenta que a situação de miséria em que se encontrava o Nordeste do Brasil estava produzindo o clima de insurreição. Porta-voz de uma cultura que se pretende dominante e superior, o posicionamento do jornalista norte-americano demonstrara uma concepção compartilhada por muitos intelectuais dos EUA, acerca das nações por eles consideradas menores. Nesta dimensão, Barbara Weinstein (2007), enfatiza que, não raro, “tanto antes como depois da Guerra Fria os representantes dos

Estados Unidos posicionaram-se como defensores da democracia, ansiosos por ensinarem às nações ‘menores’ as lições da ordem democrática”².

Nesse espaço de combates, as Ligas Camponesas apareciam como uma estratégia alternativa, na luta por melhores condições de vida, para diversos trabalhadores rurais, face à tímida atuação dos sindicatos rurais, que só depois de 1962, começaram a crescer, em número e atuação, em Pernambuco. Nesta dimensão as Ligas representavam aquilo que estava “fora do controle do Estado” (MONTENEGRO, 2003, p. 263), emergindo também como movimento de protesto contra os proprietários rurais e as múltiplas práticas de exploração que sofria uma larga parcela dos trabalhadores rurais do Nordeste.

A desapropriação do Engenho de Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão, representou a consagração desse movimento de reivindicação dos trabalhadores rurais do estado, passando a ser descrita em diversos jornais como uma demonstração do poder do comunismo em Pernambuco. Não apenas na imprensa escrita, as discussões sobre a desapropriação daquele engenho foram percebidas. Como Pablo Porfírio (2010), demonstrou as disputas sobre a desapropriação do Galiléia foram também vivenciadas nos embates ocorridos na Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco.

Nesta perspectiva, as reportagens veiculadas nos jornais concorriam para construir um Pernambuco insurgente que ia criando, por conseguinte, um espaço de lutas, produzindo opiniões, princípios, conceitos e ideias que estavam indissociáveis das análises que esses órgãos da imprensa tinham acerca do passado, do presente e do futuro.

² Ao prefaciá-lo o livro de Carla Rodighero – que analisa o comportamento de diplomatas norte-americanos sobre o comunismo e o anticomunismo no Brasil – Barbara Weinstein, (Department of History University Maryland) ressalta, que a postura de muitos diplomatas dos EUA era fruto, em larga medida, da concepção de superioridade da cultura norte-americana como representante legítima da democracia. Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 - 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 10.

As crônicas como armas de luta política

Nesse sentido selecionei algumas crônicas que possibilitam estudar como o discurso da ameaça comunista foi produzido nesse campo literário e publicado no jornal *O Monitor*, da cidade de Garanhuns-PE.

As crônicas analisadas trataram de diversas temáticas envolvendo o que consideravam o maior perigo da sociedade à época: o comunismo. Em cada crônica publicada uma representação de ameaça e perigo era atualizada sobre o comunismo. Essas temáticas possibilitaram analisar como o discurso do perigo comunista esteve presente em distintos momentos e em diferentes disputas vividas naquele período.

O campo da escrita é marcado por uma constante tensão. O autor pensa no leitor desde as primeiras palavras, como enfatiza Roger Chartier (2007). Nesse sentido, as palavras encenam em um palco onde precisam criar laços de confiança com o leitor. A representação da escrita precisa, portanto, produzir efeitos de verdade para imprimir legitimidade à sua apresentação. Assim, escrita e leitura bailam juntas nas melodias que criam o mundo, mesmo desempenhando papéis distintos. Não se confundem, mas no palco da representação precisam unir-se, pois a escrita deseja imprimir à leitura o passo da confiabilidade.

As relações entre escrita e leitura, portanto autor e leitor, aparecem muito próximas e de maneira singular no gênero da crônica jornalística. Sendo as crônicas a base documental do presente artigo, algumas discussões são oportunas e necessárias. Machado de Assis escreveu que a principal característica da crônica era tratar de “cousas ínfimas” (CHALHOUB, 2005, p. 9). A crônica abordaria, assim, as coisas pequenas, os assuntos miúdos que faziam – e fazem – parte do dia a dia das pessoas. Constitui um registro dos temas corriqueiros, até banais, que se encontram na cotidianidade dos atores sociais mais diversos. É marcada pela rapidez e simplicidade narrativa, de acordo com Antonio Candido (1992). Simplicidade narrativa, entretanto, não significa gênero simples, desprovido de elaboração e cuidado com a narrativa.

Outra característica da crônica, para Machado de Assis, é a cumplicidade entre o autor e o público leitor. O cronista, com a seleção das questões discutidas e a forma de narrá-las, cria uma espécie de confiabilidade com seus leitores. Estabelece laços de reconhecimento entre aquele que narra e os sujeitos a quem se destina a narração. A crônica cria, assim, a possibilidade da construção de códigos compartilhados entre o autor e o leitor.

Nessa perspectiva, o autor da crônica se coloca dentro da dinâmica social da qual ele retira as questões que compõem suas narrativas. Faz parte do cenário, nele se encontra inserido. Trata-se, portanto, de uma leitura do tempo presente, viabilizada pelas lentes do sujeito narrador, que se encontra no fluxo das discussões, dentro dos embates e interesses políticos. Por assim dizer, é um sujeito/autor *de dentro*. Não que seja possível a algum autor se encontrar *de fora*.

A crônica imprime essa condição ao seu autor. Ela é sua assinatura do tempo e do lugar de onde ele narra. Nesse sentido, a crônica não reflete nem espelha alguma realidade. Ela é parte constitutiva do que se considera realidade, na medida em que nomeia, aponta, discute, analisa e transforma. Para tanto, os cronistas recorrem da leveza, da síntese narrativa para conquistar os leitores. Importante destacar também que a crônica não é um gênero estático. Encontra-se em movimento de transformação e se adequa às mais diversas situações, cenários, temáticas abordadas e às especificidades que os próprios autores imprimem às suas crônicas. Portanto, não há como pensar em características permanentes, imutáveis para o gênero, mas distinções e singularidades cambaleantes que ajudam a compor sua tessitura, como ressaltam Sidney Chalhoub, Margarida Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira.

As narrativas de cronistas como arma de combate ao comunismo em Pernambuco

As crônicas analisadas foram publicadas no jornal *O Monitor*. Esse periódico começou a ser publicado em Garanhuns em 1933. Ele tinha

circulação regular, sendo “composto e impresso em oficina própria, mecânica e moderna, sendo o único jornal existente nesta cidade. É seu diretor o esforçado Cônego Tarcísio Falcão” (CAVALCANTI, 1997, p. 345). Inicialmente, o jornal pertenceu à diocese de Garanhuns, sendo por extensão um poderoso veículo de divulgação dos princípios defendidos por aquele órgão religioso. Foi durante algum tempo o principal periódico da cidade, chegando a ser o único jornal em circulação de Garanhuns. Era vendido avulso e por assinaturas, custando, em 1962, Cr\$ 10,00 o exemplar do dia, Cr\$ 15,00 exemplar de dias anteriores; Cr\$ 300,00 era o valor da assinatura anual e Cr\$ 200,00 da semestral (*O MONITOR*, 28/10/1958, p. 2). Deixou de pertencer à diocese em 1963, quando foi comprado por Amilcar da Mota Valença, ao se eleger prefeito da cidade no dia 18 de agosto daquele ano.

Aquele noticiário foi um destacado palco de lutas. Outros atores, com outras armas e estratégias, lutaram neste cenário, contra o mesmo inimigo enfrentado pela delegacia local: o comunismo como ressalta Erinaldo Cavalcanti (2017). A narrativa do perigo e ameaça foi, inúmeras vezes, utilizada como estratégia de convencimento para (in)formar a população de Garanhuns sobre os perigos que emanavam de uma vitória dos comunistas nas eleições de 1958. No período analisado, os mais diversos assuntos foram publicados naquele jornal³. Percorrendo as edições de *O Monitor*, encontramos inúmeras reportagens, ou pequenos artigos que versaram o perigo que representava o comunismo, pelos menos para aquele jornal.

Durante as pesquisas, ao conversar com alguns professores e amigos residentes na cidade de Garanhuns, fui informado de que as crônicas publicadas no jornal *O Monitor* eram escritas por uma professora, e se destinavam, prioritariamente, ao público feminino.

Garanhuns no dia 22 de março de 1958. O jornal *O Monitor* começou a publicar, nesta data, a coluna de crônicas intitulada *Um Brasil Melhor*

³ Nas edições semanais, os leitores eram informados, de notícias internacionais às promessas religiosas que eram realizadas com publicações no jornal mediante graça alcançada. Conforme consta na edição de 19 de abril de 1958 a publicação da graça alcançada por Lindalva Oliveira Lins, “por intermédio da Novena Perpétua, com a promessa de publicar em *O Monitor*”. E esta não foi a única graça alcançada e publicada no jornal.

por Teu Voto! Cada uma das crônicas recebia um título específico. Mas todas versavam sobre o perigo comunista e como o voto poderia ser a arma mobilizada para enfrentar aquela ameaça.

A linguagem mobilizada nas crônicas chamava a atenção. Com um vocabular simples, suas narrativas foram escritas com expressões cotidianas, deixando de lado o uso de palavras que exigiam, para sua compreensão, um melhor nível intelectual. Oito, das dez crônicas começavam na forma de um diálogo, representando, provavelmente, cenas cotidianas da vida da cidade. Não é desprovida de intenções a forma como as narrativas eram produzidas, pois as formas são produtoras de sentidos, constroem significados; são reveladoras de concepções e posicionamentos. Como escrevera Roger Chartier (1991), as formas produzem efeitos. A linguagem simples das crônicas, provavelmente, facilitava a leitura e aproximava os leitores, ou mais especificamente as leitoras, das ideias que se desejava transmitir.

A coluna *Um Brasil melhor pelo teu voto!* teve dez crônicas publicadas entre os dias 22 de março a 31 de maio de 1958. Cada crônica tinha um título diferente, que versava sobre a temática específica que era abordada naquela publicação. No entanto, o fio condutor da narrativa de todas as crônicas, era mostrar a importância da participação feminina nas eleições municipais daquele ano como estratégia para combater os candidatos comunistas.

Não seria inverossímil afirmar que as crônicas se constituíram em espaço de significativos debates sobre os assuntos que estiveram na pauta de discussão e interesse dos de uma parcela da sociedade à época. Nelas, o discurso de combate ao comunismo definiu o tom da escrita e imprimiu a melodia do combate. Todavia, não sabemos como o público leitor recebia e interpretava aquelas crônicas. Entretanto, elas circularam, foram lidas, discutidas, comentadas e certamente contestadas.

Nas crônicas, a ameaça comunista não residia apenas no uso de foices, facões e enxadas. O perigo se fazia presente também pelas lutas dos trabalhadores assalariados, que eram narradas por parte da imprensa do

Estado como demonstração das invasões a fazendas ou aos engenhos de cana de açúcar. A ameaça também estava presente no campo da política, à medida que cada vez mais os comunistas estavam disputando cargos administrativos tanto na esfera federal, como na estadual e municipal.

Nesse sentido, o jornal *O Monitor* chamava a atenção para a importância do voto na construção de uma sociedade melhor, justa, digna e cristã, segundo um conjunto de valores preconizados pela Igreja Católica e verbalizados nas páginas daquele semanário. Conforme encontramos em uma das crônicas, “cada voto mal dado é mais uma bomba que você atira para a destruição da civilização cristã! E cada voto bem escolhido é mais uma pedra que você coloca para a construção de um mundo melhor” (*O MONITOR*, 26/04/1958, p. 3).

A primeira crônica foi intitulada *Votar nos parentes* e começava com o seguinte diálogo:

- Ah! mas o candidato Y é meu parente e, embora ele não seja católico não irei deixar de votar nele, para votar nos outros que não conheço.
- Quer dizer então que encara as eleições como meio de favorecer parentes?!... e não eleger homens capazes para propugnarem pelos altos destinos da Nação, para o bem comum e grandeza de nossa terra?!...(O *MONITOR*, 22/03/1958, p. 6).

A informação é precisa. A mensagem é direta. Os interesses parentais não deveriam se sobrepor aos interesses da nação. Não se deveria votar nos parentes, quando estes representassem um perigo à pátria. A pátria seria prejudicada quando se votava nas “sementes venenosas” como aparece em outra passagem da crônica. Mas havia opções. Existiam maneiras de não se cultivar ervas “daninhas no Brasil”. A própria autora apontou as sugestões. Dever-se-ia, antes, votar nos desconhecidos que fossem capazes de proporcionar a todos, dias felizes com leis cristãs e medidas justas e equilibradas, pois os católicos saberiam “perfeitamente que só com leis cristãs o Brasil e o mundo se tornará melhor” (*O MONITOR*, 22/03/1958, p. 6).

O Brasil, como sugere o título da crônica, poderia tornar-se melhor pelo voto. E assim tornar-se-ia com leis cristãs e não com as leis e propostas dos comunistas. A prática de votar, enquanto uma ação representativa de um ato democrático, é evocada como uma estratégia viável para construir um país melhor, justo e com menos desigualdades. Mas também poderia tornar-se pior; dependeria de como e em quem se votava. Qualquer descuido no ato da escolha dos candidatos poderia comprometer seriamente o destino da nação. A única maneira para se construir um país justo e feliz era votando nos candidatos que garantissem leis mais cristãs; que defendessem os mesmos princípios preconizados pela Igreja Católica.

Mas, como identificar esses candidatos? Como proceder no ato da escolha? Afinal, em quem deveria votar o eleitorado de Garanhuns? Esses questionamentos foram discutidos na segunda crônica publicada no dia 05 de abril de 1958, cujo título era “Nós e a LEC [Liga Eleitoral Católica]”.

Há poucos dias ouvimos este diálogo:

- Quais são os candidatos bons?
- Não estou a par da política, mas desejo votar bem!...
- Vote nos candidatos indicados pela LEC. Há outra coisa importante também: quando a Liga Eleitoral Católica condena algum candidato é porque teve razões sérias para isso. A LEC é uma comissão composta de leigos, homens de comprovada capacidade e indubitável idoneidade moral e espiritual oficializada pela Igreja. (*O MONITOR*, 05/04/1958, p. 6).

A crônica objetivava, como é possível perceber, ajudar o eleitor escolher, na perspectiva católica, os melhores candidatos para o pleito eleitoral que se aproximava. Aliás, mais do que ajudar, a crônica indicava os candidatos em que se deveria votar. Inquestionavelmente, os eleitores deveriam votar nos candidatos indicados pela Liga Eleitoral Católica. Esta era a primeira seleção que os eleitores deveriam fazer. Mas ainda não era suficiente. Havia a possibilidade da LEC apoiar mais de um candidato que disputasse o mesmo cargo. O que fazer diante de uma situação como esta? Bastava analisar os candidatos que eram católicos teóricos – para usar a própria expressão da autora – diferenciando-os dos verdadeiros católicos;

ou seja, os práticos. Assim, os eleitores não poderiam votar naqueles candidatos que apenas se diziam católicos; deveriam eleger aqueles que eram católicos praticantes, pois aqueles seriam “os melhores” (*O MONITOR*, 05/04/1958, p. 6).

O conteúdo da crônica sugere uma prática de controle social que selecionava as ideias, distribuindo-as de forma hierarquizadas. Elaborava-se o que podia ou não ser aceito; o que era lícito ou ilícito. Distinguia o que se considerava subversivo daquilo que era tido como digno e benéfico para a sociedade. Os representantes das ideias comunistas tornaram-se os alvos centrais das críticas e da atenção do jornal *O Monitor*. Através de suas edições multiplicava-se a repressão simbólica na medida em que colocavam os comunistas, mediante sua vitória, como os responsáveis pela destruição dos princípios éticos e morais.

A defesa dos princípios católicos se respaldava na argumentação de que os comunistas, se eleitos, instaurariam no Brasil uma ditadura ateia. Desta maneira, ia-se constituindo o comunismo como o “outro”. O indesejável; aquele que se apresentava como contrário às normas sociais instituídas e reconhecidas como legítimas. Indicava-se nas crônicas a necessidade em eleger “os candidatos bons”; os “homens de comprovada capacidade”. Enfim, o eleitorado deveria eleger os homens capazes de garantir leis justas e cristãs; dever-se-ia sufragar aqueles candidatos que não permitiriam o perecimento da liberdade, da família, da pátria e da religião. Princípios estes, que estariam ameaçados, caso os comunistas triunfassem nas eleições. Na medida em que ia se construindo uma positividade sobre as qualidades que os políticos deveriam ter, indicavam-se aquelas que os comunistas representavam. Era na positivização dos princípios dos “bons” candidatos que se instituiu o comunismo como o mal; como o “outro”. Estas foram práticas que concorreram para construir o discurso de perigo e ameaça acerca do comunismo.

Entretanto, por que a ideia dos comunistas enquanto inimigos vingou? Por que e como foi produzida, apropriada, disseminada e aceita como verdade por grande parte da sociedade do Brasil durante as décadas de

1950 e 1960, a representação dos comunistas como sinônimo de mal? A noção de “discurso fundador” desenvolvida por Bethânia Mariani (1998) nos ajuda a compreender como certos sentidos são produzidos e aceitos socialmente.

O discurso fundador funciona como um centro de referência legitimador, reconhecido institucionalmente, enquanto produtor de ideias, que são repetidas e reconhecidas em livros escolares, em falas oficiais, em jornais e/ou revistas, sendo a ele associados sentidos e enunciados que se pretendem cristalizados e imobilizados. Encontramos indícios, do que poderíamos denominar, de discursos fundadores atravessando o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Commercio* e *O Monitor*. Discursos que perpassavam, não apenas por órgãos da imprensa escrita, mas também transitavam por escolas e igrejas, em Recife e em cidades como Garanhuns, concorriam na fabricação do medo associado ao comunismo.

Se o comunista era o inimigo, deveria ser estigmatizado, vigiado e isolado. E, acima de tudo, deveria permanecer sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação comunista significava, portanto, sujeitos singularizados, na medida em que os discursos os selecionavam enquanto um corpo específico, diferenciando-os dos padrões sociais ditos normais. Na mesma intensidade os descreviam a partir de um conjunto de significados aceitos como verdades e os classificavam dentro de um determinado universo de valores reconhecidos socialmente. Ser comunista, nesta perspectiva, era “ocupar o lugar de inimigo social” (MARIANI, 1998, p. 121).

A LEC estaria, dessa maneira, lutando contra esse “inimigo social” para garantir a sobrevivência de uma sociedade justa e democrática, segundo os princípios cristãos. Ela funcionaria com um filtro que deveria selecionar os conteúdos que os diversos meios de comunicação deveriam publicar. A crônica publicada em 05 de abril de 1958 destacava que um dos princípios defendidos pela LEC era a “instauração de processos legais que tornem eficientes e rápidas as medidas repressivas à divulgação da imoralidade”. (*O MONITOR*, 05/04/1958, p. 06).

Nessa perspectiva, aquela liga desempenhava uma espécie de censura aos jornais, revistas, livros, cinemas, espetáculos, rádios ou quaisquer outros meios de publicação. O principal objetivo era impedir a circulação das ideias consideradas perigosas. Em outras palavras: qualquer expressão contrária aos segmentos defendidos pela Liga Eleitoral Católica deveria ser censurada, banida da sociedade. Liberdade, para a LEC, seria quando seus princípios sugeriam – porque ditavam é um verbo que pode denotar um ato de imposição; pode expressar uma ação antidemocrática – o comportamento a que o povo deveria obedecer; e ditadura quando aqueles que lhes faziam oposição indicavam – defendiam ou mandavam – seguir caminhos contrários.

Para que não houvesse margem de dúvida quanto à capacidade da LEC nas indicações dos candidatos em que se deveria votar, a autora conclui a crônica com uma nota explicativa, justificando por que em alguns casos a Liga podia indicar mais de uma pessoa para o mesmo cargo. Isso podia acontecer em virtude de que alguns candidatos firmavam compromisso com a Liga com o único objetivo de conseguir dela sua indicação, mas, após serem eleitos, imediatamente traíam seu compromisso de honra. Por isso alertava o povo católico que dentre aqueles candidatos indicados pela LEC, escolhessem os que por seu passado, sua história e tradição, se recomendaria, pois estes inspiravam e eram dignos de confiança. O passado, nesta perspectiva, atuava como um agente legitimador, ou não, da personalidade dos concorrentes. É o passado atuando no presente, legitimando, ou não, o presente, pois os candidatos que, por seu passado inspirassem confiança, seriam dignos de votos.

Esta prática instituída pela Liga, e disseminada pelos seus seguidores, permitia estabelecer um exercício de controle social em seu raio de atuação. A indicação da LEC era mais que uma sugestão em quem se poderia ou não votar na medida em que ela escolhia os candidatos que deveriam receber os votos dos católicos. A Liga exercia, dessa maneira, um poder

simbólico⁴ sob diversos eleitores católicos, na medida em que especificava, direcionava, podendo influenciar na escolha dos eleitores quando determinava quais os candidatos eram dignos de merecer os votos daqueles eleitores. Certamente esse controle não se exercia de forma absoluta, logo, as indicações da Liga não eram absorvidas de maneira automática pelos eleitores.

Em uma das crônicas a autora traça detalhadamente como deveriam agir as eleitoras na hora de votar. “Como votar”. Esse foi o título da crônica publicada no dia 19 de abril de 1958, na página 06 de *O Monitor*. Diferente das demais, esta não se iniciava em forma de um diálogo. A narrativa foi direcionada, de forma mais específica, ao eleitorado feminino exclusivamente, a quem iria votar pela primeira vez, enfatizando que muitas eleitoras temiam que seus votos fossem anulados por cometerem falhas. Todos os passos que as eleitoras deveriam dar foram descritos minuciosamente, como o número de cédulas, os cargos disputados, a sequência em que deveriam votar em cada candidato. Até sobre o cuidado para não confundir os nomes, elas eram informadas. Segundo aquela crônica, os comunistas, não raro, escolhiam candidatos com nomes semelhantes aos de seus opositores, como uma estratégia para confundir o eleitorado. Por isso “era preciso ter muita cautela com as cédulas falsificadas, com a criminosa alteração dos nomes dos candidatos, obra dos subversivos, feita de maneira quase imperceptível. Por exemplo: Armando por Armino”. (*O MONITOR*, 19/04/1958, p. 6). Para lidar com essas situações, a autora informava que, os eleitores deveriam levar de casa, os nomes dos respectivos candidatos indicados pela LEC.

Além de tratar o público leitor – e a mulher de maneira específica – como despreparado para votar, o artigo revela a preocupação em evitar, de todas as maneiras possíveis, que os candidatos comunistas fossem eleitos. Era a narrativa do medo impresso em palavras alertando as possíveis

⁴ O poder simbólico, para Pierre Bourdieu, é “um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” In Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006, pág. 14.

maneiras pelas quais os comunistas poderiam adotar para conseguir votos, ao mesmo tempo informando as maneiras que se poderia lutar para vencê-los nas urnas. Era a palavra escrita como arma política e estratégia para eleger ou derrotar candidatos.

Nada poderia dar errado; os melhores candidatos indicados pela LEC tinham que ser vitoriosos nas eleições que se aproximavam. Tal preocupação ficou expressa naquela crônica e se justificava, pois

O maior perigo, porém, está em votar **mal**, não em sentido prático, mas **moral** ou **ideológico**. Esta é que deve ser nossa maior preocupação: escolher os candidatos entre os bons. Mas nestes ainda fazer uma rigorosa seleção, só votando nos que, por suas qualidades e crenças religiosas, venham a **honrar a Deus** e a **dignificar a Pátria**. (*O MONITOR*, 19/04/1958, p. 6. Destaques do original).

Muito mais do que incitar o eleitorado feminino a participar da vida política, contribuindo com seu voto, o principal objetivo era evitar que se “votasse mal”. Ao mencionar os “bons”, indicava-se, por conseguinte, quem eram os “ruins”; os “maus”. Votar mal era, de acordo com a crônica, votar naqueles candidatos contrários a Deus, à pátria, à família, à religião. Era votar nos considerados subversivos falsificadores de cédulas. Era votar no “outro”. O voto, nesta dimensão, constituía-se numa poderosa arma de luta contra aquilo que era apresentado como subversão comunista.

Nessa perspectiva, mesmo que as eleitoras estivessem com idade avançada, doente ou fosse portadora de alguma deficiência física, não deveriam se abster de votar. Essa foi a temática aborda em outra crônica ao alertar que a abstenção do voto poderia favorecer os comunistas.

- Não votarei, porque não posso ficar parada na fila, por minha idade avançada.
- Minha nora também não, pois o médico prescreveu-lhe repouso.
- Mas a senhora não sabe que por lei, as pessoas idosas, as que estão [doentes] e os que têm defeitos físicos têm, prioridade para votar? (*O MONITOR*, 10/05/1958, p. 6).

Parte das autoridades católicas de Garanhuns investiu pesado no jogo eleitoral tentando impedir a vitória dos candidatos comunistas na cidade. A cada edição de *O Monitor*, seus eleitores eram (in)formados acerca do perigo que representava o comunismo. O discurso de perigo também emergia em outras páginas daquele jornal, além das crônicas aqui analisadas, na luta para fazer ver que uma ameaça poderosa gravitava em torno da sociedade. Era uma ameaça constante que a qualquer momento podia destruir a sociedade.

Essa estratégia não foi uma prática restrita à cidade de Garanhuns. No final da década de 1950 e início de 1960, em diversos espaços do Brasil, era comum encontrar inúmeras autoridades católicas bradarem seu repúdio aos candidatos comunistas. Ao mesmo tempo recomendavam aos eleitores aqueles candidatos que se identificavam com as doutrinas católicas, recomendando-os ao eleitorado, pois estes sim eram merecedores e dignos dos votos dos católicos. Nesta dimensão, foi criada, além da LEC, “a Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), que foi muito atuante nas eleições de 1962. O programa da ALEF, tornado público em março de 1962, conferia destaque à luta contra o comunismo e contra o divórcio” (MOTTA, 2002, p. 29).

Para Motta (2002), os candidatos simpáticos à bandeira de luta da ALEF eram analisados por um comitê e quando aprovados tinham grande apoio e divulgação. Semelhantes estratégias encontramos nos artigos de *O Monitor*, quando versaram acerca da contribuição da LEC. Enfatizava a importância que a Liga tinha quando indicava os candidatos por ela aprovados, sendo aqueles, por extensão, merecedores dos votos do eleitorado católico.

Dias antes da vinda de Luis Carlos Prestes ao Recife, o *Diário de Pernambuco* publicou as declarações do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antonio de Almeida Moraes Junior demonstrando total repúdio ao comunismo.

Dizem que o chefe comunista virar brevemente fazer comícios no Recife. Que tristeza para o povo tão altivo de Guararapes e Tabocas! Para o povo que, um

dia, soube morrer, derramando o seu sangue para sagrar a imortalidade da sua fé. E que fará o povo de tão nobres tradições patrióticas e cristãs quando vem a nossa capital um chefe comunista, cujas mãos impiedosas lhe fazem recordar os últimos gemidos dos que tombaram assassinados na revolta que liderou em 1935? (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 23/09/1958, p. 3).

Para aquele prelado os candidatos que defendessem os princípios comunistas, por serem inteiramente contrários à doutrina da Igreja Católica, em hipótese alguma poderiam ser sufragados nas urnas. Em sua concepção seria impossível conciliar igreja e comunismo. Neste embate, os eleitores não deveriam titubear; ou estavam com Deus ou contra Deus. A vinda de Prestes ao Recife é motivo de preocupação para autoridades religiosas e políticas. O arcebispo recorre ao passado, especificamente a luta para expulsar os holandeses da capitania de Pernambuco, como um momento de demonstração de força, grandeza, e patriotismo, no qual os pernambucanos lutaram bravamente pela defesa da pátria e da fé, para servir de inspiração para enfrentar o inimigo que no momento ameaçava a pátria e a doutrina católica: o comunismo.

A memória foi acionada pelo arcebispo para se reportar a alguns episódios que ajudaram a configurar os acontecimentos de 1935. A chamada Intentona Comunista ocupa um lugar de destaque no arsenal de representações anticomunistas no Brasil. Os significados simbólicos que esta nomeação comporta merece alguns comentários, mesmo que breves. A expressão “Intentona” representa a tentativa de unir aqueles acontecimentos à ideia de uma ação insensata, um intento louco e irresponsável, pelo qual diversos soldados morreram. Novembro de 1935 é um marco na representação do comunismo como grande perigo ao povo do Brasil. Os acontecimentos de novembro de 1935 forneceram argumentos para solidificar a construção do comunismo como uma ameaça, na medida em que o comunismo deixava de ser uma suposta abstração de ideias e passara a adquirir aspectos definidos – e concretos, na concepção de Rodrigo Patto (2002) – atingindo diretamente o povo brasileiro, ou parte deste, quando alguns soldados foram mortos naquele momento.

O arcebispo enfatizou ainda que o “povo recifense” era dotado de nobre sentimento patriótico e que agora chegara o momento de mais uma vez pôr em prática tal patriotismo, recusando as propostas do líder comunista que viria ao Recife. O sentimento de pertencimento a uma nacionalidade, a uma pátria se tornou instrumento de luta no combate às ideias comunistas. O jornal *O Monitor* recorre a este artifício exaltando um sentimento de patriotismo e chamando o povo à luta. Este deveria votar bem – para usar as palavras do próprio jornal –, pois cada voto que se dava aos comunistas era mais uma bomba que os eleitores atirariam para destruir a civilização cristã. Bem como, cada voto correto representaria mais um tijolo para a construção de um mundo melhor. Como a autora deste artigo já havia ressaltado anteriormente, votar correto era, antes de tudo, eleger os melhores candidatos indicados pela LEC.

O voto da mulher: estratégia de combate ao comunismo

A participação da mulher nas representações do anticomunismo é um construto importante que colabora para entendermos a construção do medo acerca das ideias comunistas. Percebemos em inúmeros artigos a construção da imagem da mulher com o recinto familiar; a mulher como figura materna e protetora do lar. Mas, além dessas características, elas deveriam fazer parte da vida política. “Geralmente nós mulheres somos muito ocupadas em coisas relativas ao lar, completamente alheias ao movimento político” (*O MONITOR*, 03/05/1958, p. 6). Mas se os compromissos familiares poderiam deixar as mulheres indiferentes à política, havia uma maneira delas participarem das eleições sem correrem o risco de serem enganadas por alguma atividade subversiva: escolher os candidatos que de fato fossem católicos, do partido da preferência e simpatia de cada eleitora.

A insistência nas discussões acerca da participação feminina nas eleições que se aproximavam, merece alguns comentários. A mulher aparece em algumas das crônicas aqui analisadas como a legítima guardiã do lar,

defensora do recinto familiar. A ela cabia cuidar, organizar e proteger a família. O comunismo iria destruir o núcleo familiar, à medida em que investia contra a hierarquia – tida como natural – da família, haja vista que questionava o poder e o papel do homem dentro do espaço familiar e na própria sociedade. Por esta narrativa, os comunistas pretendiam modificar a secular posição da mulher, alterando sua tradicional função doméstica, incentivando-a a igualar-se ao homem. Com as propostas do comunismo em ampliar escolas e creches, as mulheres teriam mais tempo para dedicar-se à política, atividade desenvolvida, predominantemente, à época, pela figura masculina.

Todavia, algumas das crônicas publicadas em *O monitor* não seguem este posicionamento e apontam as discussões para outra direção: as crônicas chamavam as mulheres à vida política. Convocam-nas a irem às urnas para evitar que os candidatos comunistas fossem eleitos. Sem abdicar os afazeres do lar, as mulheres deveriam sufragar, nas eleições que se aproximavam, os candidatos que defendessem os princípios cristãos; que defendessem a democracia, a família e a religião, impedindo, assim, a vitória daqueles que queriam instaurar a ditadura atéia no Brasil.

A participação das mulheres na cena política, nas narrativas aqui analisadas não era vista como uma afronta à hierarquia do núcleo familiar. Ao contrário. Sua participação consciente poderia eleger os candidatos indicados pela LEC e, por extensão, levar à derrota aos candidatos comunistas. Portanto, se em alguns espaços a participação feminina na política, era vista como uma obra dos comunistas, nas crônicas em análise, serviu como uma estratégia de combate ao comunismo.

Mesmo que a figura masculina continuasse sendo uma personagem predominante naquele cenário, a mulher desempenharia um papel crucial nas eleições vindouras, mesmo havendo resistências quanto a sua participação na arena política. Para além de todas as funções – relativas à família e ao lar – que eram atribuídas às mulheres, estas teriam “nos dias tumultuosos da campanha eleitoral, uma ampla missão: a de sufragar o nome de homens dignos e capazes; e a de acalmar os ânimos daqueles que lhes

estão ligados por laços de parentesco ou amizade” (*O MONITOR*, 17/05/1958, p. 3).

Nesse sentido, se houvesse a participação coesa das mulheres na política, de acordo com a crônica, se elas se engajassem votando nos bons, “a política deixaria de ser, em grande parte, a astúcia dos ambiciosos, para ser a ciência e a arte dos capazes” (*O MONITOR*, 17/05/1958, p. 3). Com esta crítica que a autora fez à maneira como estava sendo feita a política naquele tempo/espço, ela encerrou a crônica deixando a mensagem que a mulher poderia – e deveria – contribuir para mudar aquele cenário político.

Garanhuns, 31 de maio de 1958. Naquele dia terminava junto com o mês a coluna de crônicas “Um Brasil Melhor por Teu Voto”. Desde seu título, esta última narrativa fez um forte apelo à mulher brasileira. A crônica foi tonalizada por um discurso apelativo – e desesperado, até – que convocava as mulheres a se unirem para ajudar a traçar os destinos do Brasil.

Minhas irmãs na fé minhas concidadãs! Agora no momento solene em que serão decididos os destinos do Brasil, por meio das eleições, vos fazemos este apelo, em nome de Deus e do Brasil. Mulheres brasileiras! Solteiras, casadas ou viúvas, sadias ou enfermas, moças ou anciãs, estão em nossas mãos, em grande parte, os destinos de nossa pátria! (*O MONITOR*, 31/05/1958, p. 6).

Podemos imaginar a reação de muitos leitores. Era uma convocação de emergência como se o país estivesse à beira de uma guerra mundial, ou algo parecido, que compromettesse a vida de toda sociedade. Por isso fazia-se necessária a presença de todas as mulheres nas eleições que se aproximavam. Isso independia de seu estado civil ou de saúde, bem como, da idade. Era o destino do Brasil que estava em jogo, era a amada pátria e idolatrada religião que corria perigo, que estava ameaçada.

Estes discursos corriam pelas veias sociais da cidade através da circulação daquele jornal, ajudando a construir uma espécie de arquitetura da narrativa sobre o suposto perigo que representava o comunismo. A autora justificava-se pelo alerta que fazia dizendo que não estava duvidando

do patriotismo nem da crença das amigas correligionárias, mas diante da situação que estavam vivenciando, se faziam necessários alguns esclarecimentos.

Contra o “inimigo vermelho” dever-se-ia resistir até cair o último soldado. Mas precisava-se está em permanente alerta, pois as infiltrações subversivas não se davam apenas nos campos de batalhas, ocorriam também, ou principalmente, por meio da ideologia – para usar as palavras da própria autora. Ela ocorria pela disseminação das ideias comunistas, espalhando sementes que se transformariam em plantas produzindo ervas daninhas.

Para que nenhuma mulher, ao ler aquela crônica, pensasse que a autora estava duvidando da sua sinceridade, subestimando suas crenças, ela informava que a preocupação tinha procedência, pois temia apenas que, pelo comprometimento das eleitoras com as questões familiares, fossem enganadas pelas lábias dos traidores. Receava que “absorvidas em vossas nobilíssimas tarefas de filhas, donas de casa, ou mães, não deis a devida importância à escolha dos que irão legislar e governar a Nação Brasileira”. (*O MONITOR*, 31/05/1958, p. 6).

Para enfatizar a importância do papel da mulher na história, a autora se reporta ao passado, especificamente, aos acontecimentos que ficaram conhecidos como a Revolução Pernambucana de 1817. Ela se apropriou daquele episódio que, segundo afirma, representou verdadeiro patriotismo da mulher brasileira. De acordo com a crônica,

No momento decisivo as pernambucanas, colocando-se como reféns, diante das balas portuguesas, com desprezo da própria vida, vibrantes de patriotismo, conclamaram a seus filhos, seus maridos, seus pais, seus irmãos para na mais renhida peleja, defenderem o solo brasileiro”. (*O MONITOR*, 31/051958, p. 6).

A participação feminina no movimento de 1817 servia de orgulho, segundo o artigo, para as mulheres brasileiras. Aquele passado continuava no presente, servindo de exemplo e inspiração para o eleitorado feminino, diante do perigo que representava o comunismo.

A memória mais uma vez fora acionada para servir de inspiração e incentivo no combate ao comunismo. Era uma história-memória – para lembrar as discussões de Pierre Nora (1993) – que cristalizara significados, que foi transportada do passado para legitimar as aspirações do presente, pois ela acreditava que a construção do futuro do Brasil, daquele presente dependia. Bradara que a posteridade não tivesse um indesejável ressentimento contra elas, por terem legado como futuro, um Brasil desfigurado. Um Brasil destruído, de bandeiras rasgadas e igrejas fechadas, e com as mulheres levadas “a ‘cabresto’ como animais de produção do anticristo do século XXI!” (*O MONITOR*, 31/05/1958, p. 6).

Dependendo do lugar social dos leitores daquele jornal, ele emitiria signos transmitindo a sensação – e acreditamos que este fosse uma possibilidade iminente – de que o Brasil caminhava para um abismo. A autora fazia projeções catastróficas para o país, anunciando seu fim. Se as mulheres não se unissem para ajudar salvar o Brasil, uma tragédia estava na iminência de acontecer, e como a autora projetava, as igrejas iriam ser destruídas, as pessoas tornar-se-iam escravas, como animais a serviço do anticristo. Em outras palavras, o comunismo era uma espécie de doença incurável, e o povo que por ele fosse infectado pereceria até o fim. Por isso, conclui: “Mulher brasileira! SALVE O BRASIL por teu voto! E o salvarás votando nos candidatos apoiados pela LEC, e destes selecionando os melhores”. (*O MONITOR*, 31/05/1958, p. 6. Destaque do original). Mas nem tudo estava perdido. Ainda havia esperança, pois o antídoto que salvaria o Brasil encontrava-se nos votos das mulheres, desde que fossem direcionados pela Liga Eleitoral Católica.

Se a presença feminina na política, como arma de combate ao comunismo, representava novidade, o mesmo não podemos dizer quanto ao conteúdo das ideias e propostas defendidas. Mobilizadas, as mulheres se constituíram em poderoso instrumento de luta contra o comunismo. Motivadas na defesa da família, religião, pátria e propriedade, elas se mobilizaram em defesa dos princípios tradicionais que acreditavam estar correndo riscos, sendo ameaçados pelo crescimento do comunismo.

Em Recife, as mulheres também se mobilizaram no combate ao comunismo. Conforme demonstrou Pablo Porfírio (2010), diversas mulheres se organizaram na capital do estado fazendo marchas, levantando bandeiras e confeccionando cartazes de caráter anticomunistas. Eram mulheres, em sua grande maioria, da classe média, cujas demonstrações indicavam que aquele segmento social, reconhecia e representava a ideia de ameaça e perigo que era associada ao comunismo, naquele momento. No nível nacional, várias entidades femininas foram criadas no início da década de 1960 para lutar contra o comunismo, sendo esta, a motivação maior de existência e atuação. Entre outras, como mostrou Rodrigo Patto Sá Motta (2002) estava a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara), União Cívica Feminina (UCF – São Paulo), Liga da Mulher Democrática (LIMDE – Minas Gerais), Cruzada Democrática Feminina (CDF – Pernambuco).

Considerações finais

Como podemos observar as pesquisas são diversas. Os discursos são abundantes. As formas de ver, perceber e representar a ditadura também. Igualmente diversas são disputas de narrativas para representar a ditadura militar. No presente no nosso tempo o passado ditatorial passou a ocupar o centro das disputas políticas. Diferentes candidatos de distintas legendas partidárias saíram do armário e passaram a defender abertamente o regime antidemocrático que vigiou, perseguiu, prendeu, torturou e matou centenas de cidadãos brasileiros pelo fato de pensarem e diferente. Pelo fato de defenderem ideias e projetos distintos.

Como mostram as pesquisas acadêmicas, produzidas pelo rigor da ciência e da ética comprometida com a honestidade intelectual, distintos grupos políticos se mobilizaram em diferentes tempos e espaços para produzir um conjunto de ações visando ao combate às esquerdas, convencionalmente denominadas de comunistas, ou subversivas. O combate para eliminar o inimigo ocorreu igualmente por meio de diferentes

ações, como projetos de lei, moção de repúdio, cassações, perseguições, prisões, produção jornalística em forma de matérias, artigos e crônicas.

Parcela da classe intelectual do Brasil entrou em campo com disposição e apoio nas redações dos jornais para produzir uma narrativa pela qual o comunismo era representado como mais perigoso e temível mal a ser combatido. De tal modo, as pessoas que eram identificadas com aquelas ideias, também deveriam ser eliminadas. E como mostram a literatura especializada, o discurso de perigo e ameaça atribuído ao comunismo foi a principal força mobilizadoras das ações que produziram o golpe e decretaram a ditadura militar. Nesse sentido, uma parcela da classe intelectual do Brasil tem e teve sua larga fatia de responsabilidade pelos crimes cometidos durante a ditadura militar.

A parcela dos pesquisadores da academia, por sua, necessita encontrar outras formas de dialogar com os seguimentos sociais que não vivem nos castelos em que se tornou parte das ciências especializadas. Precisamos, todos, entrar na luta pelas disputas de narrativas e que nossas narrativas possam concorrer como uma força capaz de oferecer um referente orientador temporal para segmentos sociais que não os especialistas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **História de Garanhuns**. CEHM, Recife, 1997.

CAVALCANTI, Erinaldo. **Relatos do medo**: a ameaça comunista em Pernambuco – Garanhuns 1958-1964. Recife: Editora da UFPE, 2012.

_____. **Ditadura militar no Brasil**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro e Recife: Editora da FGV e da UFPE, 2017.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2007.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 5(11), jan./abr., 1991.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 3 - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e as influências da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Aguiar de. **Recife**: da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

PORFÍRIO, Pablo Francisco. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco 1959-1964**. Recife: Editora da UFPE, 2010.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-es-tatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra da Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2003.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, José Arlindo. **Nacionalismo e crise social: O caso da Frente de Recife (1955/1964)**. Dissertação de mestrado em sociologia pela UFPE. Recife, 1980.

Chegam os fiscais, silêncio no pátio: perseguição e estratégias de escritas nos folhetos de cordel 1964-1985

*Geovanni Gomes Cabral*¹

Se você gosta de ler
Assunto de sacanagem
De erotismo e bobagem
Pra sentir maior prazer
Numa hora de lazer
Na sombra dos cafezais
Com os amigos, aliás,
Num ambiente gostoso
O livrinho é saboroso
Tem gosto de quero mais.
(Jose Costa Leite)

Introdução

Este artigo tem como objetivo problematizar a circulação de folhetos durante o período da ditadura militar no Brasil e as estratégias adotadas por poetas em suas escritas. Muitos desses folhetos foram perseguidos por fiscais por atentarem contra “os bons costumes e a moral” da época,

¹ Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGHIST) e da Faculdade de História (Fahist). Mestre e Doutor em História pela UFPE e Licenciado em História e Especialista no Ensino de História pela UFRPE. Integrante e vice-líder do Laboratório e Grupo de Pesquisa Itempno. Autor de *Getúlio Vargas nos folhetos de cordel: história e poesia 1945-1954*, (2018, Ed.UFPE) e *Histórias e práticas culturais do poeta José Costa Leite* (2019, Ed. Appris). E-mail: geocabral@unifesspa.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2293872023432319>

levando poetas a estabelecerem outras formas de circulação e leitura. Nesse sentido, alguns poetas, por medo ou por concordarem com a ditadura, silenciaram-se e exaltaram muitas das ações de controle e ordem no País. Por meio de folhetos, diários, recortes de jornais e entrevistas, podemos mapear algumas leituras que nos possibilitam problematizar a dinâmica dessa produção literária nos anos de ditadura no País.

Há alguns anos, venho realizando pesquisas com folhetos de cordel, seus autores, sua produção e circulação. Desde que iniciei, pude compreender o quanto esses livros coloridos, com suas múltiplas histórias, têm muito a nos contar sobre acontecimentos históricos e práticas culturais que estão atrelados à dinâmica de homens e mulheres em sociedade. Sua diversidade temática permite dialogar com diferentes abordagens no campo da arte, da história e da literatura. Pendurados no barbante e nas bancas de jornais; espalhados no chão, em bancos de feiras ou nas mãos dos poetas que declamam seus versos, esse gênero literário encanta. Assim, pude, ao logo dos anos, cercar-me de um aparato documental composto de livros, revistas, almanaques, recortes de jornais, folhetos de diversos poetas, cartas, diários e xilogravuras, os quais me possibilitaram e conduziram dois trabalhos acadêmicos, já publicados: uma dissertação de mestrado que analisa os folhetos de Getúlio Vargas (1945-1954) e uma tese que analisa a trajetória artística do poeta, almanaqueiro e xilógrafo José Costa Leite (1927-) (CABRAL, 2018; 2019).

Porém, nesse percurso de pesquisa e escrita, não consegui dar conta de tudo; era praticamente impossível, pois a história — enquanto campo investigativo — direciona a vários questionamentos e permite diversas leituras e interpretações. Há momentos em que o historiador, nos trabalhos acadêmicos, precisa “frear” a pesquisa, delimitar, estabelecer marcos temporais e seguir com a escrita. Algumas inquietações sempre ficam para depois e, muitas vezes, vem o pensamento de que esse ou aquele material deveria ter sido trabalhado. Mapear o passado no tempo presente e percorrer suas curvas é um desafio constante na trama da escrita. Nada está pronto, o que se apresenta aos olhos, com seu brilho e fascínio, precisa ser

investigado. Foi nesse sentido que alguns temas caros ao campo da circulação dos folhetos de cordel e sua produção ficaram de lado. Mesmo atento aos sinais, alguns relatos de memória foram deixados para um segundo momento. Histórias de perseguição durante a ditadura militar, atuação de fiscais contra leituras de folhetos nas praças públicas, bem como certas estratégias de escrita, silenciamentos ou medo dos poetas diante do cerceamento impetrado pelo regime ditatorial.

Não pretendo, aqui, discorrer acerca da ditadura militar, tema que, aliás, apresenta uma vasta e bastante consolidada produção historiográfica no País. (CAVALCANTI, 2017; MONTENEGRO, 2003; FICO, 2012; REIS, 2014, 2004; MOTA, 2014; REZENDE, 2001; SILVA, 2014). Tampouco examinar a história dos folhetos de cordel, que também conta com várias pesquisas no campo historiográfico em diversas áreas do conhecimento (CABRAL, 2019, GRILLO, 2015, SILVA, 2015; ABREU, 1999, SLATER, 1984). Mas, proponho-me a contribuir com histórias que transitam entre poetas, leitores e ouvintes de folhetos de cordel, para compor a série de estudos sobre *Pernambuco na Mira do Golpe: novos objetos e novas abordagens*.

Este texto pretende analisar, em *Chegam os fiscais, silêncio no pátio: perseguição e estratégias de escritas nos folhetos de cordel 1964–1985*, de que forma os cordelistas criaram suas estratégias de escritas e defesas frente ao controle ditatorial. Por sua vez, visa a problematizar como alguns poetas publicaram folhetos em apologia à ditadura. Para tal ação, foram mobilizados alguns relatos de memórias do poeta José Costa Leite, matérias de jornais, fragmentos do diário de Liêdo Maranhão e folhetos de cordel que circularam no período elencado. Cabe ressaltar que, durante o texto, irei utilizar a expressão *folhetos de cordel* no lugar de *literatura de cordel*, tendo em vista que a expressão *literatura de cordel* passou a ser utilizada por pesquisadores acadêmicos a partir da década de 1970. Anteriormente, os conceitos de folheto, livreto e jornal do matuto se faziam presentes na relação entre leitores e ouvintes dessas histórias versificadas (ABREU, 1999; GALVÃO, 2001).

Nesse sentido, pesquisar e escrever sobre folhetos de cordel é estar sensível às múltiplas trajetórias associadas a sua produção e circulação. Em plena ditadura militar, mesmo diante das perseguições que ocorriam nos espaços públicos, os folhetos permaneceram ocupando lugar de produção; as casas de impressões, conhecidas como tipografias, não deixaram de receber os originais manuscritos, geralmente escritos em folhas de caderno com caneta esferográfica. Sua leitura se fazia presente em feiras livres, praças e mercados. Não mais com aquela intensidade existente entre as décadas de 1940 e 1960, em que os poetas se aglomeravam em diversas feiras do Nordeste para “cantar” os versos para um público que gostava de ouvir poesias. Contudo, não perdeu a maestria de ser declamado, atraindo leitores, ouvintes e compradores. Esse livro — com um número de páginas que varia entre 8, 16, 24, 32 ou 64 e com uma capa, geralmente, atrelada a história versificada — fez-se presente entre o “silêncio do poeta” (durante a ditadura) e as estratégias de escritas por ele desenvolvidas. Em um primeiro momento, analiso os relatos de memória do poeta Jose Costa Leite, mediante perseguição e estratégias de escrita de seus folhetos. Em um segundo, busco problematizar a atuação dos fiscais diante da permanência nas praças e, por último, faço algumas considerações sobre dois folhetos que circularam durante o período ditatorial e que corroboravam a exaltação do regime.

Caçar a Poesia

Em março de 2013, estava em pleno vapor diante das pesquisas com a produção artística do poeta José Costa Leite. A cada investida nos arquivos, os indícios aumentavam, as novas informações surgiam e o trabalho seguia. A documentação, aos poucos, era sistematizada para entender a trajetória desse poeta. Paralelamente a esse mapeamento, foram realizadas várias entrevistas, que nortearam e ajudaram a entender a sua dinâmica entre escrever, publicar e comercializar. Poeta da feira, andarilho da poesia e das tradições, José Costa Leite teve, praticamente, toda uma

vida pautada na escrita de folhetos e almanaques e no manejo do corte da madeira para produzir a matriz xilográfica. Uma vida que foi versificada pelo poeta em sua autobiografia denominada *A vida da minha vida: uma autobiografia de José Costa Leite* (2012), publicado pela Editora Coqueiro.

José Costa Leite nasceu em 1927, na cidade de Sapé, na Paraíba. Ainda muito pequeno, mudou-se para Pernambuco com a família em busca de melhores condições de vida. Morou com seus pais e irmãos em vários municípios, mas, desde a década de 1950, reside em Condado, PE, local onde construiu um pequeno espaço ao lado de sua casa para talhar a madeira e escrever seus folhetos (LETE, 2012; CABRAL, 2019). Seus relatos de memória, mesmo entre o lembrar e o esquecer, conseguiam situar suas andanças nas feiras; era como se estivesse descrevendo um filme da produção do folheto na década de 1960. Nunca frequentou a escola; aprendeu a ler ouvindo poetas declamando versos, quando ia com seu pai à feira da Zona da Mata Norte de Pernambuco vender produtos que a família plantava no roçado. Segundo o poeta,

Corria para junto daquelas pessoas que se aglomeravam em torno do poeta, gostava de ouvir aquelas histórias de cangaceiros e padre Cícero, gostava de ver aquele homem segurando o folheto, muitas vezes com alto-falante no pescoço, outras vezes apenas com a garganta mesmo. E ficava com aquilo na cabeça, e no roçado ficava juntando os versos e as palavras. A vida não era fácil entre o roçado e o trabalho nos engenhos. Pensei, eu posso fazer isso também, meu primeiro folheto foi em 1947 (LEITE, 2011).

Por que estou trazendo esse relato e focando na feira? Porque o espaço das feiras, das praças e dos mercados foi onde a poesia tomou a dimensão que conhecemos hoje, a partir da leitura em voz alta, do movimento do corpo e dos gestos e das mãos. Uma performance narrativa (ZUMTHOR, 2007) que acompanhava muitos desses poetas que “cantavam seus versos”. Uma combinação que despertava olhares curiosos, leitores e ouvintes. Sem falar nas estratégias de negociação que existiam para vender o folheto, como, por exemplo, ler a metade da história e deixar o público curioso, com o gostinho de quero mais. O que, aliás, impunha

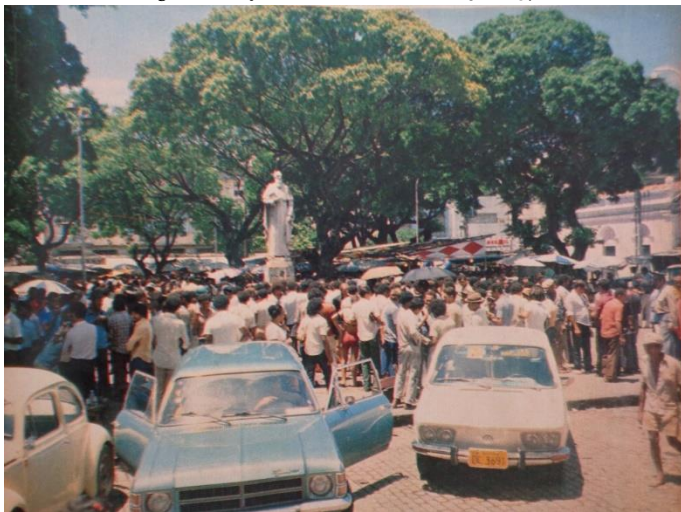
desafios ao ato da leitura, no que se refere ao ajuste do tom da voz, à entonação, ao momento certo de iniciar a narrativa e de saber conduzir o olhar para o público, envolvendo-o na história, e ao momento da “retranca”, ou seja, de suspender a leitura (SLATER, 1984).

As notícias, muitas vezes, chegavam primeiro no folheto. Os poetas ouviam no rádio ou liam em algum jornal que compravam, versificavam e levavam para a praça (LUYTEN, 1992). O poeta Rodolfo Coelho Cavalcante, da Bahia, em entrevista para Orígenes Lessa, relatou que “O sertanejo sabe pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos. Mas só acredita quando sai no folheto... Se o folheto confirma, aconteceu” (LESSA, 1973, p. 56). Liêdo Maranhão de Souza, em suas pesquisas, dizia que o folheto era o “jornal do matuto”, por essa relação de comunicação e fascínio que esse livro exercia em seus leitores e ouvintes (SOUZA, 1977; 1981).

Na Praça Dom Vital, no Recife, podia-se ver rodas de cantadores, poetas com seus microfones cantando a poesia, repentistas, homens e mulheres que conviviam com cores, cheiros e sabores. Em seu livro *O Mercado, sua praça e a cultura popular no Nordeste* (1977), Liêdo Maranhão menciona que o Mercado de São José e a Praça do Mercado, como era conhecido esse espaço da poesia, tornou-se o centro de maior distribuição de folhetos do Brasil (Figura 1). Os poetas gostavam de chegar cedo para montar sua “banca”, espalhar os folhetos e começarem o trabalho. Alguns tinham guarda-sol e tripé com autofalante (ARANTES, 1982, p. 32). Era comum encontrar José Costa Leite, logo cedo da manhã. Além de vender folhetos no grito (voz alta), ele conversava com o pesquisador Liêdo Maranhão e, ainda, trazia vários outros títulos para a barraca de Edson Pinto, um dos maiores comerciantes do gênero no mercado. Também podia-se ver Olegário Fernandes, J. Borges, Zé Soares, Isidoro, João da Jia, Zé Olho de Gato (GUILLEN; GRILLO; FARIAS, 2010, p. 96), todos convergiam para o mercado, pois, além de negociarem seus títulos, estabeleciam trocas de folhetos entre si ou encomendavam matriz xilográfica para compor a capa do próximo folheto (Figura 2). José Costa Leite, por exemplo, recebia de

vários poetas encomendas de pequenas matrizes xilográficas, também conhecidas como tacos de madeira (CABRAL, 2019).

Figura 1 – Praça Dom Vita, Mercado de São José, 1970



Fonte: Revista Família Cristã, ano 46, n. 533, 1980. Acervo Liêdo Maranhão.

Figura 2. Encontro de Poetas. Da direita para a esquerda, José Costa Leite, Olegário Fernandes e J. Borges



Fonte: Acervo Liêdo Maranhão. Mercado São José, 1970.

Por essa razão, mencionei, anteriormente, que as aglomerações nas feiras despertavam olhares de curiosos. Tanto de pessoas que gostavam de

ouvir essas histórias e comprar como de fiscais da prefeitura, que seguiam ordens para dispersar essas aglomerações e recolher folhetos que atentassem “contra a ordem e os bons costumes” sociais vigentes na época. Alguns pesquisadores já vinham registrando perseguições aos poetas por meio de ações impostas pela censura governamental ou por imposições de prefeitos que atendiam às solicitações de lojistas (SOUZA, 1981). Orígenes Lessa (1973, p. 64), em *Getúlio Vargas na literatura de cordel*, menciona que o poeta Joel Silveira teve cinco originais retidos na mesa do censor policial, em 8 de outubro de 1944, por trazer algo que, possivelmente, ia de encontro ao discurso de legitimação do Estado Novo de Vargas.

Costa Leite (2013) menciona que “[...] muitos donos de lojas não gostavam das aglomerações, dizia que os clientes deixavam de comprar nas lojas para escutar os poetas. Tinha momento de xingamento, humilhação, dizia que a gente era um bando de vagabundos.” Quando ele mencionou isso, questionei por que, diante de tantos folhetos escritos, com histórias lindas e capas interessantes não encontro nada de política. Inclusive, ele vivenciou todo o período da produção cordeliana sobre Getúlio Vargas ou sobre algo relacionado a histórias que marcaram politicamente o Brasil. Em um dos momentos, respondeu “[...] não escrevi sobre Getúlio, tinha gente já escrevendo, gosto de histórias engraçadas, vende mais. Não gosto de falar de política no folheto” (LEITE, 2013). Percebi, em seus gestos, uma certa resistência em falar sobre política. Mudou de assunto e voltou a falar sobre a importância do folheto. Nesse período, ainda estava frequentando a feira de Itambé/PE, onde saía arrastando um carrinho e carregando um tripé de madeira articulado, que servia como banco, e duas bolsas contendo folhetos e almanaques. Gostava de chegar cedo para garantir o lugar onde gostava de ficar e conversar com os clientes (Figura 3).

Figura 3 - José Costa Leite na feira de Itambé/PE



Fonte: Acervo e fotografia do autor.

A entrevista seguia, entre histórias e risos. Em dado momento, perguntei se ele teve folhetos proibidos durante o período da ditadura militar, pois sabemos que a censura chegou a proibir livros e manifestações artísticas. Ao que o poeta respondeu:

Eu fiz e quase dava cadeia. Os folhetos proibidos eu coloquei todinho no ABC da Sacanagem, ali tem uns cinco folhetos que eu fiz. Teve tempo de caçar na feira, caçar, mexer na banca, revirar para ver se encontrava algo. Eles achavam que tinha folheto imoral, em todo canto caçava. Eu fiz um folheto, a Vitória de Miguel Arraes, botei na feira para vender. Tinha um prefeito, Honorato Cabral que ganhou três vezes, tomando dos outros, chegou a dar umas pisas aí no povo nos engenhos e dizia na hora do voto, basta não vim quem for comunista. Teve um dia estava na feira e teve um cara olhando uma revista de música, e ele era da delegacia que fazia identidade. E na conversa, eu disse, engraçado esse prefeito, bate no povo e ainda diz, basta não vim quem for comunista. E o cara lá olhando os folhetos e viu o de Miguel Arraes. E foi dizer a Honorato Cabral, era amigo eles dois. Estava em casa parou um carro com cinco pessoas, o vizinho me chamou. Eles perguntaram: você tem canção de vaquejada? Tenho, comecei a mostrar. Você tem alguma coisa de Miguel Arraes? Disse tenho não. Mas você fez um. Eu fiz. Quando eu fiz o homem era governador de Pernambuco, se João Cleofas tivesse ganho eu tinha feito A vitória de João Cleofas, mas eu fiz a Vitória de Miguel Arraes, porque foi Arraes eleito. Mas, não faço

mais não viu. Eu tinha uns quinhentos toquei fogo, quis nem saber mais. Ele estava exilado, não sei que diabo foi que houve que ele estava exilado. Depois o homem voltou a ser governador de Pernambuco. Aí um desses que tinha ido lá me amedrontar, um tempo desse estava na barbearia, onde faço o cabelo. Aí eu disse você é o cabra que foi na minha casa me amedrontar por causa de Miguel Arraes. Arraes agora é governador e vou dizer o quê? Que ele é bom? Ele ficou calado olhando pra mim. Eu disse, eu não sou político, eu sou poeta popular. Eu faço a vitória de quem ganha, não é que eu tenha predileção de ser amigo daquele candidato. Eu fiz a vitória de quem ganhou no folheto. O cara perguntou, você tem esse folheto? Não, joguei fora tudo (LEITE, 2013).

Esse mosaico de fragmentos de sua memória permite pensar em uma série de questões que podem sinalizar indícios de perseguição a um título específico de um folheto encontrado em sua banca, *A vitória de Miguel Arraes*. Esse político de Pernambuco ganhou as eleições para governador pelo Partido Social Trabalhista, com a ajuda do Partido Comunista Brasileiro, em 1963, ficando até 1964, ano do golpe. Foi quando os militares solicitaram sua renúncia; ele não aceitou e foi preso na tarde de 1º de abril. Meses depois, seguiu para o exílio na Argélia. Os militares, frente às perseguições políticas, e com o avanço do golpe, aos poucos iam ocupando os governos estaduais (ANDRADE, 2004; FREIRE, 2004). Seguindo com a análise do relato, Honorato Cabral foi o primeiro prefeito do município de Condado/PE ficando de 11 de novembro de 1962 a 3 de junho 1966, e retornando em 1973 e 1983. Ou seja, com a tomada do poder pelos militares, o País tinha um inimigo claro que, inclusive, foi usado para justificar e legitimar o golpe: a ameaça comunista (CAVALCANTI, 2017, p. 23; MONTENEGRO, 2010). Qualquer associação com algo que estivesse relacionado ao comunismo era tido como perigoso e subversivo para o momento. É interessante perceber, em suas memórias (pelo menos é um indicativo), que o prefeito Honorato mantinha resistência aos comunistas e, possivelmente, atendia aos interesses de grupos militares e suas estratégias políticas de dominação. Entende-se que Costa Leite, diante dessas ações, escolhe versificar histórias de seu cotidiano e suas práticas culturais. Talvez, uma forma encontrada para não se envolver com questões de

ordem política. Sua produção artística deixa isso bem visível, principalmente por sua vasta diversidade temática.

Nessa descrição do poeta, podemos perceber, logo no início, que ele chegou a ser abordado na feira pelos fiscais em busca de folhetos que atentassem contra a ordem e a moral, quando menciona que os fiscais chegavam “caçando a poesia”. Mas, que folhetos são esses? De que ordem estamos falando? Era comum, entre os poetas, escreverem histórias de sacanagem ou pornográficas e pôr na capa dos folhetos algum pseudônimo, criado justamente para disfarçar essas perseguições. Uma estratégia encontrada para circularem títulos que dialogavam com temáticas picantes, recheadas de erotismo. Esse tipo de literatura erótica, segundo Alessandra El Far (2004, p. 184–185), em sua pesquisa *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro 1870–1924*, era chamado de “leituras para homens”, “livros para homens”, “leitura para velhos” ou “romances só para homens”. Por serem títulos e textos direcionados para o público masculino, no recorte temporal de sua pesquisa, a proibição estava relacionada aos aspectos morais da época e não propriamente a uma decisão governamental, como veremos com a ditadura.

No tocante ao uso de pseudônimo, percebe-se que funciona como uma espécie de código ou sinal diante da ação dos fiscais. Ao ser indagado sobre a autoria, diante de uma batida, ninguém sabia responder. Costa Leite, inclusive, utilizou alguns destes nomes: *Nabo Seco*, *H. Renato*, *João Parafuso*, *Seu Mané do Talo Dentro*. O primeiro nome, *Nabo Seco*, para mim foi uma surpresa, porque primeiro localizei o folheto no Museu do Folclore e, depois, em entrevista, descobri que ele era o autor e que havia publicado no livro *ABC da Sacanagem* (2007). De acordo com os relatos de Costa Leite (2013), “[...] quando escrevi essas sacanagens, usamos outros nomes para fugir dos fiscais, eles não queriam que falasse essas coisas na praça, dizia que era imoral e contra os costumes da família, aí mudava o nome na capa” (Figura, 4). Na capa do folheto *A confissão de um paquerador*, além de ser sinalizado o pseudônimo, há uma foto de um homem que

não pude saber de quem se trata. Em toda a pesquisa, foi o único folheto que encontrei digitalizado na base do Museu do Folclore do Rio de Janeiro.

O livro *ABC da Sacanagem* (2007) é uma coletânea de versos eróticos, organizado por Costa Leite, que reúne 17 folhetos que seguem essa ideia de “imoral” e duas outras pequenas estrofes que, possivelmente, foram escritas nas horas em que estavam comercializando ou escrevendo outros folhetos. Era uma prática comum vir algum verso na cabeça e ser escrito em qualquer papel que se encontrasse pela frente. O livro foi editado pela Editora Coqueiro, em 2007, com 113 páginas, prefácio de Marcus Accioly e uma xilogravura de Costa Leite, que estampava um homem olhando ou paquerando uma mulher. O livro, conforme mostra o título, traz versos que envolvem erotismo, sacanagem, descrições de relatos sexuais e histórias picantes. Apresenta a mulher como objeto sexual “naturalizado” pelos padrões machistas da época. Sua publicação está relacionada às comemorações dos 80 anos de Costa Leite.

O *ABC da Sacanagem* é composto pelos seguintes folhetos eróticos: *Se peito fosse buzina, de noite ninguém dormia; Uma noite de lua de mel; O bicho preto da “forquilha”; O velho Mané Sinhô; Rafael e Margarida; O Horóscopo dos rapazes; Quem for procurar donzela, morre donzelo também; O Horóscopo das mulheres, A buceta é uma coisa tão gostosa, que eu desejo comer uma toda dia; A família Pinto; O homem gosta demais de um tabaco bem papudo; Quando vê um gostosão, fica com o cu coçando; A confissão de um paquerador; Eu sou doído por buceta, gosto de trepar mandando; Toda mulher corre atrás de uma piroca bem dura; O sonho de uma donzela; Misturada do pobre com o rico; Adivinhação e O chamego da orgia.*

Figura 3 - Capa do folheto “proibido” de Costa Leite, com o pseudônimo Nabo Seco



Fonte: Acervo do Museu do Folclore.

Diante do exposto, no tocante aos folhetos proibidos que atentassem contra os bons costumes, é importante lembrar do Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo presidente militar Emílio G. Médici, com o total aval do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que dispõe sobre a execução do parágrafo 8 do artigo 153 da Constituição Federativa do Brasil. Nas suas considerações, o decreto deixa claro que quer aplicação da censura a livros, revistas, meios de comunicação e peças teatrais, proteção à instituição da família e preservação dos valores éticos e morais; ou seja, o governo passava a ter um controle rígido sobre as práticas culturais em torno das publicações (OTERO, 2003). Estabeleciam os seus artigos:

“**Art. 1º** Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; **Art. 2º** Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infrigente da proibição enunciada no artigo anterior;

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares; **Art. 4º** As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei; **Art. 5º** A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não haja sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal” (DECRETO Nº 1077).

Não era diferente em relação à circulação de folhetos ou qualquer outro livro, revista ou periódico que divergissem desse decreto, estando sujeitos a multas e prisões. Todo material recolhido era incinerado pelos fiscais. Cabe destacar, aqui, uma nota do livro *ABC da Sacanagem* (2007), em que o poeta José Costa Leite justifica a escrita desses folhetos, afirmando que não teve a intenção de “difamar ou desmoralizar ninguém”, e que faz questão de deixar registrado principalmente “aos homens do poder e da justiça”. Claro que estamos falando de uma nota redigida no ano de 2007, mas o autor sinaliza preocupação com a “justiça”, e apresenta seus argumentos e estratégias de defesa nos quais ressalta que está publicando versos eróticos para adultos. O texto pode sinalizar, além dessa defesa, uma preocupação diante das perseguições por que passou quando estava comercializando seus livros nas feiras.

“Este livro não foi escrito no intuito de difamar ou desmoralizar a ninguém. E mui especialmente aos homens do poder e da justiça. Ele foi escrito para ser destinado aos homens, que na realidade, sabem talvez, muito mais do que está escrito em suas páginas. Nesse livro ficou apenas mais engraçado pelo sabor das rimas. Estamos vivendo num tempo tão perigoso que não se pode mais rir, com tanto roubo, crime, sequestro, impunidade, violência, desumanidade, falta de respeito e de amor ao próximo, injustiça, insegurança e prostituição. Soldado virando bandido, bandido virando soldado, filho matando a mãe, a mãe matando seu filho, o pai desvirginando a filha. Uma verdadeira Gomorra, que Deus tenha piedade de nós. Para tirar do pensamento do povo, tanta coisa ruim que tem acontecido, resolvi publicar essa coletânea de versos eróticos, só para adultos, com uma dose de humor e sexualidade para esquentar o clima da humanidade carente, sofrida e sacrificada que já não tem mais lágrimas nos

olhos para chorar e que nunca mais sentiu o prazer de rir. Dar-me-ei por bem pago se com os meus versos eu tenha alcançado o meu objetivo.”

Ao que sinaliza a documentação, essa perseguição aos poetas, cantadores e violeiros foi algo bastante tenso e seguiu-se por muitos anos. No diário de Liêdo Maranhão, logo no início do segundo caderno manuscrito da década de 1970, há dois recortes do jornal *Diário de Pernambuco*, com a seguinte manchete: “Chegam os fiscais. Silêncio no pátio”. A matéria descreve a perseguição dos fiscais aos poetas populares, violeiros e folheteiros (vendedores de folhetos), que exerciam seus trabalhos de leituras e animações, na Praça Dom Vital, em frente ao Mercado de São José. Ressalta, ainda, que estava deixando de lado “inimigos” tradicionais, como os “camelôs”, para perseguir os poetas, que foram afastados do mercado acusados de vadiagem e malandragem. Era esse o tratamento, já mencionado anteriormente, que muitos fiscais atribuíam ao trabalho dos poetas e aos demais ocupantes dos espaços públicos para venda de mercadorias. Ao que tudo indica, a coisa foi tão séria que o professor Roberto Émerson Benjamim, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco – na defesa dos poetas da literatura de cordel do Nordeste – encaminhou uma carta ao prefeito da cidade do Recife Augusto Lucena, que foi prefeito entre os anos de 1971 e 1975.

Nessa carta, Roberto Benjamim ressalta a importância da praça e do mercado como um local de trabalho dos poetas populares de cordel, que a anos vêm atendendo frequentadores, turistas e estudiosos da cultura. O professor destaca o valor documental dessa literatura que registra fatos da história do Brasil (e auxilia a comunicação diante de um País onde o desenvolvimento caminha a passos lentos) e que é um dos meios pelos quais os pobres têm acesso à leitura e aos livros. Como estratégia, mencionou que esses poetas e folhetos vêm sendo estudados pelo pesquisador da Sorbonne Université de Paris, Raymond Cantel, e pela Fundação Casa Rui Barbosa, pela Universidade Católica de Pernambuco e pela Fundação Joaquim Nabuco. Faz o apelo para que o prefeito Augusto Lucena incline seus olhos para o que está acontecendo nesse espaço e que reveja essas ações

que impendem homens poetas, que estão desempregados, de exercerem seu trabalho. Porém, a disputa do espaço não foi vencida, e os poetas, na ausência dos fiscais, voltavam a ocupar a praça e a “cantar” a poesia.

Uma outra nota do *Diário de Pernambuco*, de 17 de março de 1978, noticiava um apelo do vereador Luís Vidal (Movimento Democrático Brasileiro) dirigido ao prefeito da cidade, Antônio Arruda de Farias (Aliança Renovadora Nacional), ao Secretário de Educação e Cultura e ao arcebispo Dom Hélder Câmara, convidando-os para uma reunião para debater sobre as ações e investidas policiais no pátio do Mercado de São José, que vêm “[...] amedrontando os que ali realizavam um trabalho da cultura popular nordestina”. Segundo a matéria, o vereador ficou estarelecido ao constatar os excessos cometidos pela polícia e declarou que as autoridades não deveriam agir dessa forma diante de um espaço cultural da cidade, mas deveriam ter uma maior compreensão. Destaca a importância dos poetas, da literatura e do espaço que, para ele, é um “[...] museu vivo do folclore nordestino”. Fez questão de lembrar que a Igreja da Penha colaborou para o desenvolvimento dessa cultura, chegando, inclusive, a publicar folhetos em suas dependências. No convento, funcionava a Escola Prática Editora que imprimiu, por exemplo, o folheto *A morte e os funerais do Presidente Getúlio Vargas*, de Delarme Monteiro.

Mas, por que ele fez esse adendo ao mencionar a igreja? Porque o Frei Vilares da matriz da Penha havia desencadeado um movimento para afastar as prostitutas que circulavam na praça e o “marginais”, termo utilizado por Vilares para se reportar aos poetas. Pode-se perceber, nessas duas reportagens, que o cerceamento a esses espaços públicos parte de uma ação institucionalizada pelo estado, tendo como eixo norteador o Decreto nº 1.077/1970, que exercia uma ampla ação disciplinadora. Em estudo sobre a censura de livros durante a ditadura militar, a pesquisadora Maria Otero (2003) ressalta que essas investidas policiais foram mais atuantes quando a publicação convergia para o campo do erotismo e da sexualidade. Era uma preocupação constatar em manter a ordem dos bons costumes, da família e da moral. Por isso, vamos encontrar uma reação do Frei Vilares a

esses poetas nas praças. Não podemos esquecer que o Secretário de Cultura era o arcebispo Dom Hélder Câmara, ou seja, a igreja teve uma participação nesse processo na manutenção da ordem familiar.

Não se pode esquecer que, mesmo sendo uma poesia escrita para homens, essas narrativas pornográficas eram algo que “atentava contra os bons costumes” vigentes na época; por isso o uso dos pseudônimos, uma brecha encontrada frente às ações do cerceamento do “erotismo e de seus versos picantes”. O decreto-lei vigorou por todo o regime ditatorial. Na justificativa dos militares, pairava a ideia de que era preciso combater qualquer forma de leitura, literatura e livros de teor erótico que pudessem desvirtuar a família, tida como uma instituição sagrada, e que esse desvio era fruto do comunismo, que tinha como objetivo provocar essas rupturas e destruir a nação. O Decreto-lei nº 1.077/1970, além de aprovação em todo o aparato do regime militar, contou com o apoio dos estados e governadores, elementos que estavam relacionados à Segurança Nacional.

Por meio da documentação, pode-se pensar que o posicionamento do professor e do vereador veio a contribuir para o debate da época, tendo em vista a posição estratégica que eles ocupavam nesse cenário em defender os poetas, os violeiros e os cantadores, ou seja, a praça com seu convívio social. Logicamente, cada um com seus múltiplos interesses – um nos estudos do cordel e outro, talvez, em busca de apoio popular. O importante é perceber que esses personagens não abandonaram o pátio da feira. A lei tentou impor um silêncio, “caçar a poesia”, limpar a praça. Porém, alguns poetas não se calaram, buscaram outras feiras, outros espaços, e muitos permaneceram no pátio do mercado. Os versos eróticos foram escondidos e circularam na clandestinidade. O livro *ABC da Sacanagem* (2007) é a compilação do que restou; representa versos e estrofes de um passado que se faz presente nas reminiscências do poeta Costa Leite.

O valor da revolução

Até então, a documentação aqui analisada convergiu para o entendimento de alguns aspectos em torno da perseguição aos poetas nas feiras e praças, e da censura aos folhetos de conteúdo erótico e pornográfico. Livros escritos para “olhares” masculinos, tecidos com narrações “quentes e picantes”. Todavia, não se deve esquecer que todo esse imaginário em torno do erotismo está relacionado às diversas práticas sociais e memórias vivenciadas nesses espaços. O convívio e a experiência da feira nortearam a escrita dessa literatura.

Mas, nesse cenário de socialização, promovido pelo ambiente das feiras e perseguições policiais, também vamos encontrar vários folhetos escritos por poetas que defendiam a ditadura militar e as ações governamentais. São livros que exaltam a tomada do poder pelos militares, descrevem o pavor do comunismo e ressaltam o valor da revolução, ou seja, o regime é descrito em suas páginas como algo necessário e preciso para o País. A publicação do folheto durante os anos ditatoriais não parou no País; as tipografias continuaram editando histórias as mais diversas possíveis, principalmente aquelas permitidas pela censura, como, por exemplo, histórias de cangaceiros, reinos encantados, cavaleiros apaixonados e histórias do cotidiano. Nesse cenário de apologia, destacam-se poetas que declaravam tranquilamente seu apoio à direita e ao combate ao comunismo, como, por exemplo, o poeta Rodolfo Coelho Cavalcante (1919–1987), que versificou *A Vitória da Democracia no Brasil e o Fim do Comunismo*. Segundo o pesquisador americano Mark Curran, no livro *A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel* (1987, p. 281), além de declarar apoio ao controle ditatorial, não gostava de cordelista que tecesse algum comentário ou folheto sobre o comunismo. Nesse folheto, escrito no dia 1º de abril de 1964, exalta os militares e profere guerra total ao comunismo, tido como inimigo da nação. Assume toda a postura veiculada e justificada nos jornais e no rádio pelos militares contra a ameaça “comunista”, como versificado nestas estrofes:

“As primeiras providências
Foram por certo tomadas
Com a cassação dos mandatos
E as liberdades privadas
Dos políticos extremistas
Realmente comunistas
Graças às Forças Armadas

Os Generais Brasileiros
Venceram a revolução
E hão de limpar o país
Da fatídica corrupção
Pela força do civismo
Extinguindo o comunismo
Pra nossa libertação” (CURRAN, 1987).

Mark Curran (2001, p. 198), em seu livro *História do Brasil em cordel*, menciona que Rodolfo reúne em sua escrita uma postura defensiva da ditadura, conservadora, religiosa e revolucionária. A ditadura encontrou, nessa literatura de folhetos, poetas que, por estratégias ou medo da censura, resolveram elogiar seus presidentes e suas ações. Por outro lado, não se pode esquecer que esses poetas eram estratégicos em suas escritas, principalmente quando o assunto era vender folhetos. Ou seja, sabendo que determinadas temáticas poderiam ser censuradas e apreendidas pelos fiscais, tudo indica que muitos optaram em exaltar os feitos da suposta “revolução”. Outros continuaram a falar do Nordeste e de suas histórias imagéticas ou pautadas na dinâmica do cotidiano. Além de Rodolfo, que versificou folhetos apologéticos à ditadura, encontra-se, também, essa exaltação nos livros de Antônio Lucena, Zacarias Jerônimo da Costa, João Batista de Sena, José Soares, Homero do Rego Barros e Minelvino Francisco Silva. Dos poetas mencionados, farei apresentação da capa de dois folhetos que muito representam esse contexto que estou narrando. Trata-se das capas dos folhetos de Zacarias da Costa e de Minelvino Silva (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Capa do Folheto O valor da Revolução



Fonte: Acervo Liêdo Maranhão.

A capa do folheto de Zacarias da Costa (1910–2002), *O Valor da Revolução*, exibe uma xilogravura de um militar em pé, segurando uma arma na sombra de uma árvore. O poeta aproveitou a diagramação da capa para inserir o valor do folheto, local em que foi produzido, ano de produção 1976, nome do autor-proprietário e do artista autor da xilogravura Lucena. A figura do militar associa-se ao título da história. Para o poeta, graças aos militares tivemos uma “revolução”, ou seja, o discurso militarista está presente em todos esses signos que a capa consegue mostrar. Versificado com 32 estrofes e oito páginas, o folheto narra o papel dos militares que conseguiram pôr “ordem na desordem”. Para o poeta, o País estava mergulhado em um caos, sem garantias para os trabalhadores do campo, mulheres e crianças, esperando ‘o milagre’ para sobreviver. Para ele, a ação dos militares conseguiu trazer a paz e a esperança. Nas primeiras estrofes, menciona:

Oh, Deus Pai Onipotente
E Maria Imaculada
Abençoai nossa Pátria
Com nossas Forças Armadas
E toda terra Brasileira
Para que nossa Bandeira
Sempre seja respeitada

Cada brasileiro deve,
Alma, vida e coração
Primeiro a Pai supremo
Que nos dar proteção
E a Maria Imaculada
Com nossa Forças Armadas
Que fez a revolução (estrofes 1 e 2, p. 1)

Partiu das Forças Armadas
Em menos de um segundo
Marechal Castelo Branco
Disse eu não sou vagabundo
Nessa Pátria brasileira
Ou se respeita a bandeira
Ou se acaba todo mundo

Então partiu o Exército
Aeronáutica e fuzileiros
Com proteção de Deus
Nossos soldados guerreiros
Marcharam pra brigar
E venceram sem derramar
O sangue dos brasileiros (estrofes 2 e 3, p. 2)

É com essa narrativa poética que Zacarias discorre sobre a ditadura, mostrando as ações dos militares com a aprovação de “Deus”. Interessante como o fator religioso está presente no texto. O poeta apresenta o que ele chama de ‘revolução’, justificada pela aprovação divina. Talvez, esse apelo divino, bastante presente nas estrofes, esteja relacionado ao fato de ter sido

evangélico ou católico. Algo comum na vida dos poetas. Em 2019, na cidade onde nasceu, Lagoa Seca, na Paraíba, por meio de um projeto de lei, uma das praças da cidade recebeu seu nome como homenagem dos 56 anos de emancipação de Lagoa Seca: “Praça da Bíblia Zacarias Jerônimo da Costa” (LAGOA SECA, 2020).

Figura 4 – Capa do folheto Mensagem de Nossa Senhora de Fátima e os Horrores do comunismo



Fonte: Acervo Liêdo Maranhão.

Na capa do folheto *Mensagem de Nossa Senhora de Fátima e os Horrores do Comunismo* de Minelvino Francisco Silva (1926–1998), não encontrei informações, como no folheto anterior. É um folheto de 8 páginas, com 32 estrofes, sem data; em sua capa, pode ser visualizada uma xilogravura de um militar chicoteando um trabalhador na enxada. No texto, o poeta descreve os “horrores do comunismo”, tendo como norte para a versificação a mensagem de Nossa Senhora de Fátima. A recorrência ao cristianismo, aos santos do catolicismo são recursos presentes na

escrita desses poetas, como já mencionado. Principalmente no caso de Minelvino, muito religioso e místico.

Nesse folheto, roga à Virgem de Fátima que atende às suas mensagens, buscando mostrar como o “comunismo” é ruim e nefasto para a sociedade. Em todo o texto poético, descreve o comunismo como algo que escraviza, que destrói a família e a democracia e que nega o cristianismo. Percebe-se que o poeta reproduz todo o imaginário criado em torno do comunismo, tido como a maior ameaça à “ordem nacional”. Nos versos, é possível perceber o medo, as informações distorcidas sobre o comunismo, o castigo desse regime sobre homens e mulheres e a forma nefasta de sua propagação. A todo instante, reporta-se à escravidão, às chibatadas e ao trabalho forçado. A capa já sinaliza esses signos. Por isso, em toda a trama, o apelo e o clamor divino aos céus:

Atenção meus conterrâneos
Que segue o cristianismo
Porque aí vem as ondas
Do negro mar do abismo
Trazendo grandes clamores
Vou falar sobre os horrores
Que nos traz o comunismo (estrofe 1, p. 1)

Por isso meus amigos
Vamos fugir do abismo
Arrepende dos pecados
Seguindo o cristianismo
De nosso Pai verdadeiro
Pra não ir pro cativeiro
Do infeliz comunismo (estrofe 4, p.3)

Porém presados amigos
Vocês estão todos enganados
O comunismo é um regime
Que nos faz escravizados
Do operário ao doutor
Trabalho todos forçado (estrofe 2, p.4)

O pobre está la na roça
 Com uma enxada na mão
 Trabalhando a toda pressa
 Caindo suor no chão
 Naquela capina chata
 O guarda atrás com uma chibata
 Que faz até compaixão (estrofe 3, p. 6)

Senhores meu folheto
 Aqui vou terminar
 Aconselho a todos
 Que não queiram se ingressar
 Neste triste fanatismo
 Porque o tal comunismo
 Quer nos escravizar (estrofe 4, p. 8)

A capa desse folheto não pode ser visualizada como uma imagem qualquer. Seus traços estão impregnados de signos que contornam, além das ideias propagadas no texto, toda uma cultura visual disseminada para causar o efeito de medo e insegurança. em torno da ameaça comunista descrita no folheto. Pode-se ver a figura de um militar, que está representando o “comunismo”, chicoteando um trabalhador rural com uma enxada. A historiadora Márcia Gama da Silva (2014), em sua pesquisa *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-Pe (1964-1985)*, relata que, no período ditatorial, foram divulgados vários cartazes com propagandas anticomunistas, todas com forte teor ideológico. Esses cartazes foram espalhados, principalmente, em áreas de grande concentração de trabalhadores, sobretudo do campo. Destaca a historiadora:

Observando as imagens, vê-se o forte apelo ao medo; os conteúdos vinculados procuram explorar rotinas de longa e ininterrupta exposição ao trabalho forçado e situações onde o abuso praticado contra os camponeses pelos comunistas apresentam-se infinitamente pior do que a própria realidade de exploração e violência no campo a que estavam submetidos. Esses argumentos eram utilizados como recurso para afastar a população, sobretudo iletrada, das ideias comunistas. Constituem-se como recursos usados com constância em

épocas distintas no intuito de atingir segmentos específicos; são ora destinados aos trabalhadores do campo, ora operários (SILVA, 2014, p. 184).

Nesse eixo investigativo, os historiadores Pablo Porfírio, em *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)* e Antônio Montenegro, em *Labirintos do Medo: o comunismo (1950-1964)* estabelecem conexões hermenêuticas no que se refere à divulgação desses cartazes. Segundo os historiadores, essas imagens eram fixadas em paradas de ônibus, na frente das igrejas, em prédios públicos e locais por onde a circulação de trabalhadores e trabalhadoras era maior. O objetivo era causar “medo”, “pavor” nas representações do comunismo, associado a um regime político que escraviza, maltrata e nega a família e a religião cristã. Um desses cartazes (Figura 5) expressa bem essas palavras. Pode-se ver um homem forte, armado, com uma boina caído de lado, segurando um chicote. Ao fundo, pode-se ver trabalhadores no campo, segurando uma enxada, emitindo sinais de cansaço. Do lado direito, a frase: “Regime de Trabalho no Comunismo”.

Figura 5. Cartaz distribuídos na década 1960 contra o “perigo comunista.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Acervo Dops-PE, 1962.

Estabelecendo um paralelo entre a capa do folheto e o cartaz que integrava a campanha de propaganda batizada como *Bandeira Nacional de Combate ao Comunismo*, podemos perceber traços comuns. Não posso

indicar quem fez o desenho da capa do folheto, muito menos se Minelvino teve acesso a esses cartazes, tendo em vista as diversas formas de apropriação desses poetas. Mas, a capa do folheto é uma representação que se aproxima do cartaz do governo em que um policial militar chicoteia um trabalhador rural, com uma enxada na mão, em posição de obediência. Possivelmente, encontra-se além de uma ressignificação do contexto visual do cartaz, um *corpus* textual que dialoga com o medo, com o terror propagado em torno do comunismo. Inclusive, o forte apelo à Nossa Senhora de Fátima pode estar associado a um outro cartaz que expressava “O comunismo é assim. O comunismo despreza tua religião”, representado por duas mãos quebrando um crucifixo. Diante do exposto, é perceptível o efeito que esses cartazes provocaram no imaginário de muitas pessoas, promovendo um medo diante da “ameaça comunista” que vinha se propagando desde a década de 1920 e que, aos poucos, foi sendo legitimado pelo governo como uma ameaça. Nesse folheto, de forma poética, Minelvino representa em estrofes, versos e signos os “efeitos” talvez desejados da campanha em torno do “perigo e ameaça comunista”.

Considerações finais

Muitas são as pesquisas que analisam a ditadura militar no Brasil. Logo no início, mencionei vários pesquisadores e pesquisadoras que, mergulhados em seus arquivos, procuraram analisar recortes temporais desse momento sombrio da história de nosso País. Cada um a seu modo descreveu, por meio de uma vasta documentação, complexas relações discursivas e historiográficas no tocante a esse regime ditatorial que vigorou em nosso País. Um tempo passado que se faz presente, principalmente quando suas ideias autoritárias batem à porta, como vem ocorrendo nas manifestações de ruas em vários lugares do País. Faixas e cartazes pedindo a volta dos militares, pessoas gritando palavras de ordem, como “intervenção militar já”. Alguma coisa estava “caminhando contra o vento”, outra vez, ou algo “estava fora da ordem”. O que se sabe é que a temática está viva e que

novos estudos e olhares se fazem necessários. Arquivos estão sendo abertos e outras escritas iluminam as estradas da historiografia brasileira.

Minha intenção não foi mostrar um capítulo novo sobre perseguição e controle ideológico, mas contribuir com uma temática no campo dos estudos dos folhetos de cordel ainda pouco explorado por nossa historiografia. Refletir e problematizar em torno de textos poéticos que passaram por ações policiais, mediante seus conteúdos morais que atentavam contra a ordem estabelecida e pautada nos “bons costumes” da família e da religião cristã. A pesquisa mostrou que existiam várias articulações legitimadoras para conter a propagação de poetas em feiras e espaços públicos. Não se tratava apenas de um decreto de proibição de revistas, livros e folhetos, mas também de ações de lojistas e membros eclesiásticos que enxergavam, nesses poetas, a imagem da desordem e da marginalidade. A documentação mostra que vozes se levantaram em meio à ideia de “silenciamento dos poetas e da poesia”.

É importante destacar, nesse fragmento da história, que, durante o período ditatorial, pôde-se ver o controle da escrita e da comercialização dos folhetos de cordel, como o de qualquer outro livro. Não podiam circular livros, textos ou imagens que fossem contrárias às ideias do regime ditatorial. O controle era preciso para legitimar as ações de dominação. Nesse sentido, encontram-se espalhados o medo e o conformismo, mas também as resistências, as brechas e as saídas. Não fosse por isso, não seria possível estar aqui falando dos folhetos que compõem o *ABC da Sacanagem*. Alguém o guardou, talvez, à espera do próximo instante ou embalado na letra de Chico Buarque que afirma que “amanhã vai ser outro dia”. Como menciona Pierre Nora (1993), “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Cabe a nós, historiadores, tecer essas problematizações que chegam em nossas janelas, atentos aos sinais, sem perder de vista a esperança e o horizonte de expectativas.

Referências

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 1077, de 26 de janeiro de 1970.** Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/1/1970, Página 577 .Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA, Zacarias Jeronimo da. **O Valor da Revolução.** [s.n], Lagoa Seca, 1976.

Diário de Pernambuco, 17/03/1978.

NABO, Seco. **A confissão de um paquerador.** [S. l.: s. n.], [197-?].

LEITE, José Costa. Entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, mar. 2013.

LEITE, José Costa. Entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, jun. 2011..

Revista Família Cristã, n. 533, 1980.

SILVA, Minelvino Francisco. **Mensagem de Nossa Senhora de Fátima e os Horrores do Comunismo.** [S. l.: s. n.], [197-?].

SOUZA, Liêdo Maranhão de. **Caderno Manuscrito n.º 1.** Olinda; Recife: CMPLM/LIBERUFPE, 31 maio 1971.

_____. **Caderno manuscrito n.º 2.** Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 1973.

Bibliografia

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

ALMEIDA, Átila; ALVES SOBRINHO, José. **Dicionário Bibliográfico de poetas populares.** 2. ed. ampl. João Pessoa: UFPB- Campus II, 1990. v. 2.

ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 64 e a trajetória política de Miguel Arraes. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica.** V. 22, n. 1, p. 37-34, 2004.

ARANTES, Antonio Augusto. **O trabalho e a fala**: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel. Campinas, SP: Kairós/Funcamp, 1982.

CABRAL, Geovanni Gomes. Trajetórias biográficas e literatura: histórias do poeta José Costa Leite. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni (org.). **A história e suas práticas de escrita**: relatos de pesquisa. Recife: EDUFPE, 2013.

_____. **Getúlio Vargas nos folhetos de cordel**: história e poesia 1945 a 1954. Recife, Ed. UFPE, 2018.

_____. **Histórias e práticas culturais do poeta José Costa Leite**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

CURRAN, Mark J. **A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

_____. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 1998.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro 1870-1924. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FREIRE, Roberto. O golpe de 64 e a retomada da democracia. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. V. 22, n. 1, p. 45-52, 2004.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Vol. 4 – **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel**: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A arte do povo**: histórias na literatura de cordel (1900-1940). Jundiaí. Paco Editoria; 2015.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Ângela de Faria; FARIAS, Rosilene. **Mercado de São José**: memória e história. Recife: Iphan/Fadurpe, 2010.

LEITE, José Costa. **ABC da sacanagem**. Recife, Ed. Coqueiro, 2007.

_____. **A vida da minha vida:** uma autobiografia de José Costa Leite. Prefácio de Ariano Suassuna. Recife: Ed. Coqueiro, 2012.

LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1973.

LUYTEN, Joseph M. A notícia na literatura de cordel. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MEYER, Marlyse. **Autores de cordel.** São Paulo: Abril Educação, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Labirintos do Medo: o comunismo (1950-1964). In: **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Vol. 3 - **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura nos livros durante a ditadura militar (1964-1978).** 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Praça da Cagepa recebe nome de poeta cordelista que marcou cultura de Lagoa Santa. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/2020/01/03/praca-da-cagepa-recebe-nome-de-poeta-cordelista-que-marcou-cultura-de-lagoa-seca/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PORFÍRIO, Pablo F. A. **Medo, comunismo e revolução:** Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora da UFPE, 2009.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacionalista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A**

ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SILVA, Maria do Rosário da. **Histórias escritas na madeira:** J. Borges entre folhetos e xilogravuras na década de 1970. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SLATER, Candace. **A vida no barbante:** a literatura de cordel no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SOUZA, Liêdo Maranhão de. **O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste:** homenagem ao centenário do Mercado de São José 1875-1975. Recife: Prefeitura Municipal, 1977.

_____. **O folheto popular: sua capa e seus ilustradores.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981. (Série Monografias, v. 20).

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Uma “feira de mangaios”: o Recife fotografado no tempo dos generais, 1960-1980

Rita de Cássia Barbosa de Araújo ¹



1

Wilson Carneiro da Cunha
Mendigo na ponte Maurício de Nassau
Recife, ca. 1970
Acervo Fundação Joaquim Nabuco²

¹ Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - Ministério da Educação. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Autora de: *Festas: máscaras do tempo: Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife* (Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996); *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda* (Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007); e organizadora, junto com Túlio Velho Barreto, de *1964: o golpe passado a limpo* (Ed. Massangana, 2007). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7505310065076353>

² Todas as fotografias aqui reproduzidas são de autoria de Wilson Carneiro da Cunha e pertencem ao acervo do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade - Cehibra, da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj. Quando catalogadas, respeitamos a nomenclatura da Fundaj.

Uma cidade indesejada e um fotógrafo indiscreto

A história que iremos contar é a da relação de um fotógrafo, Wilson Carneiro da Cunha, com a sua cidade, o Recife, vivida entre 1960 e 1980, anos que correspondem aproximadamente ao período da ditadura civil-militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985.

Muito pouco se sabe a respeito dele, o fotógrafo, cujas imagens sobre o Recife nos incitaram a refletir sobre o viver cotidiano em uma metrópole situada no subdesenvolvido Nordeste brasileiro, naqueles anos em que o estado de direito estivera suspenso. Assim também, quase nada se conhece sobre os indivíduos pelos quais tinha predileção em retratar, seres que ambulavam por uma cidade que, inchada e cruel, era a última nesga de esperança de suas “vidas severinas”. Seres sem nome, sem voz e sem vez, mas cujos corpos não lhes negavam a existência, usualmente traduzida em números e estatísticas governamentais ou em notícias nas seções policiais. Eles estavam nas ruas, praças, escadarias das igrejas e entradas dos edifícios, com suas chagas escancaradas, seus trapos e seus aleijões à mostra, exalando odores estranhos aos acostumados em banhar-se diariamente em casas confortáveis. Alguns eram pele e osso. Havia mesmo os que traziam nos corpos marcas do trabalho duro e pesado no trato da terra. Mãos estendidas, olhares sofridos. O que aqueles olhos viam nos *outros*, nos passantes das ruas centrais da cidade que não os enxergavam ou que fingiam não os ver? Esses transeuntes, cidadãos com uma posição mais ou menos estável na sociedade e que levavam a vida com relativo conforto material, esses talvez pensassem que aqueles seres encardidos, curtidos do sol, fétidos e maltrapilhos, como diziam, haviam sido trazidos pelo rio, maldito “cão sem pluma”. Maldito também, talvez especulassem, quem os enxergava, quem os tirava do silêncio, da poeira, da lama e da escuridão a que estavam condenados. Quem perenizou em imagens fotográficas aqueles corpos sem nome que teimavam em sobreviver e, não bastasse, eram capazes de sorrir, de brincar e de ter fé? Quem revelou aos seus e legou ao futuro aquele Recife indesejado, aquele Recife que feria os olhos e nauseava os estômagos dos que não os queriam ver nem os saber vivos?

O que iremos escrever é apenas um fragmento ou o comecinho de uma história que parece não ter fim. A história de uma cidade, o Recife, entre 1960 e 1980 aproximadamente, golpeada pela pobreza, pela fome, pela miséria e pelas faltas, muitas faltas; golpeada também pelas picaretas dos que a queriam modernizar ainda que à força e à custa de muita destruição; golpeada, por fim, pelos que silenciaram as muitas vozes que se insurgiram, sobretudo a partir de meados da década de 1940, contra as mais diversas e seculares formas de violência, de exploração e de injustiças sociais que se produziram e se enraizaram pelos quatro cantos do país. Mas, longe a pretensão de discorrer sobre esses vários, interligados e complexos assuntos. A intenção é a de compartilhar algumas reflexões sobre a cidade do Recife no período em questão, a partir do olhar muito singular sobre ela lançado por Wilson Carneiro da Cunha, fotógrafo e repórter fotográfico — olhar sempre subjetivo, que interpreta, seleciona e registra determinados aspectos da realidade em detrimento de tantos outros possíveis, revelando referências culturais, valores, ideologias, predileções e interesses pessoais do fotógrafo, de um tomador de serviço ou do público consumidor das fotografias (KOSSOY, 2012). A cidade vista da perspectiva de alguém que era ao mesmo tempo usuário e observador, que a vivenciava “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), “com sua inevitável mistura, com suas combinações complexas, variáveis e cambiantes” (VOGEL, 2017, p. 100).

Ao manusear as centenas de fotografias, tínhamos o olhar detido, mesmo sem o querer, nas imagens que registravam cenas banais do cotidiano, pessoas no vai e vem das ruas do centro comercial do Recife, cujo ponto de referência era a Rua Nova, no bairro de Santo Antônio. O fotógrafo, porém, não costumava registrar pessoas de todos os perfis socioculturais. Possuía especial interesse por aqueles que viviam a mendigar pelas ruas, a pedir a piedade divina e a apelar para a caridade dos homens; e por aqueles outros, que faziam pontos nas esquinas e calçadas, oferecendo qualquer coisa, qualquer buginganga que lhes pudesse render algum trocado no final da jornada: rifa de galo de briga, bilhete de loteria,

caneta estereográfica, cigarro, filhote de cachorro, tapioca, acarajé. Crianças mijando e defecando nas ruas à vista de todos, e até mesmo homem adulto se espremendo no canto das árvores para se aliviar, conforme fotografia publicada no *Diário da Noite*.³ Famílias se banhando bem em frente à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, quase à sua porta, de onde se tinha a impressão de que, milagrosamente, saía uma mangueira com água límpida e corrente — água que faltava aos pobres dos sertões, água que não chegava aos casebres nos morros que circundavam a planície do Recife e menos ainda aos mocambos e às palafitas fincadas nos manguezais e às margens dos rios Capibaribe, Beberibe, Pina, Tejipió, Jequiá e Jordão.

Eram imagens desconcertantes, que provocavam vivo estranhamento e despertavam o desejo de melhor conhecer a cidade de Wilson, como era chamado pelos amigos, conhecidos e fregueses. Distanciados no tempo, ao lançarmos um olhar crítico e retrospectivo sobre aquelas fotografias produzidas e em circulação entre a década de 1960 e início dos anos 1980, indagávamos como era possível, em pleno regime de exceção, tempos de repressão e de censura às mais diversas formas de expressão intelectual, artística, política e cultural, como era possível a um profissional fotógrafo, flagrar e expor à vista do público aquelas cenas que, a nosso ver, eram testemunhas documentais das alarmantes desigualdades sociais e econômicas da realidade brasileira e da nordestina em particular? Imagens que escancaravam a pobreza e a miséria a que estava reduzida grande parte da população residente ou que transitava no espaço urbano do Recife, metrópole regional do subdesenvolvido Nordeste. Eram, em última instância, um desmentido claro ao discurso oficial do “Brasil Grande”, do “Brasil que vai pra frente” apregoado pelos governos militares; a prova cabal do fracasso dos planos econômicos e das políticas urbanas, habitacionais, de saúde, de educação, de emprego, renda e trabalho, formuladas e

³ Recorte do *Diário da Noite* que nos foi generosamente cedido, junto a outros materiais, por Beatriz Carneiro da Cunha Lima, neta de Wilson Carneiro da Cunha, a quem agradecemos. O recorte, ilustrado por fotografia de Wilson Carneiro da Cunha, não traz a data da publicação.

postas a cabo durante o governo militar, entre de 1964 e 1985, em suas distintas fases, inclusive no âmbito das gestões municipais. Como, então, era permitido a Wilson Carneiro da Cunha produzir e expor as fotografias no seu estabelecimento comercial, um quiosque localizado em plena calçada da Rua Nova?

Informações sobre outro momento histórico em que o Brasil também esteve subjugado a uma ditadura, a do Estado Novo, vigente de 1937 a 1945, aguçavam nossa curiosidade e davam força ao questionamento. A Interventoria em Pernambuco, sob o comando de Agamenon Magalhães, notabilizou-se por ser uma das mais alinhadas ao governo central e por imprimir uma perseguição e repressão ostensivas às diversas formas de organização autônomas dos trabalhadores e às ideologias políticas que se lhe opunham. Nesse contexto de privação da liberdade de opinião e de expressão, o simples ato de fotografar poderia converter-se em grave delito. “Tornou-se comum a prisão de turistas que ousavam fotografar locais proibidos, tidos como ambientes ‘feios e sem higiene’, registrando o lado da cidade [Recife] que ainda não fora ‘regenerado’.” (ALMEIDA, 2001, p. 134). Não apenas os turistas estavam sujeitos a fazer indesejáveis passeios pelas delegacias, mas também os que prestavam serviço de fotógrafo. O historiador Dirceu Marroquim (2015, p. 104-107) chama atenção para o fato de que os registros fotográficos, mesmo feitos por conhecidos profissionais, estavam sujeitos ao controle dos órgãos de segurança pública, inclusive por motivo de segurança nacional. A fotografia assumiu um papel estratégico durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, sobretudo com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, em 1939, órgão que substituiu o Departamento Nacional de Propaganda e que ampliou a capacidade de centralização política e ideológica do aparelho de Estado. A fotografia passou a ser vista “como uma questão relacionada à própria defesa, ligada à ideia da manutenção da ordem e unidade da nação, ao mesmo tempo em que capaz de desempenhar uma função educativa e coercitiva junto às massas.” (LACERDA, 1994, p. 243).

Revíamos uma, duas vezes as fotografias de Wilson Carneiro da Cunha, e aquelas questões voltavam a nos inquietar. Para buscarmos respostas, ainda que iniciais, foi preciso retornarmos ao centro do Recife, aos bairros de Santo Antônio e de São José, “dar um pulo” na Rua Nova e “uma passadinha” no Kiosque do Wilson, para rever aquelas imagens antigas dos bondes, do Zeppelin, dos edifícios e ruas que foram postos a baixo no bairro portuário do Recife e no de Santo Antônio; mas também para ver as fotografias recém-tiradas por Wilson, cenas de rua que só ele conseguia capturar. Mas, ir ao centro da cidade naqueles “anos de chumbo” requeria atenção e cuidado redobrados pois, a qualquer instante, era possível topar com os agentes da polícia vasculhando as ruas, perseguindo os vendedores ambulantes e recolhendo os mendigos de rua para levá-los ao Asilo de Mendicância, no bairro de Tejipió.

Antes disso, importa darmos alguns esclarecimentos sobre a coleção fotográfica sobre a qual nos debruçamos para a feitura deste artigo.



2 Wilson Carneiro da Cunha

Mendiga em frente à igreja de N. S. da
Conceição dos Militares, na Rua Nova, e família de classe média.
Recife, ca. 1970

Entre quatro paredes: a institucionalização de um legado

A Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, dispõe de aproximadamente uma terça parte do acervo total de Wilson Carneiro da Cunha que, em 1983, compunha-se de cerca de seis mil negativos fotográficos sobre “a cidade e sua gente”, segundo depoimento por ele prestado ao *Diário de Pernambuco* (CUNHA apud CASTILHO, 1983). Sua fala não deixava claro, porém, se esse quantitativo se referia apenas à sua produção autoral ou se incluía fotografias de terceiros ou outros tipos de material iconográfico sobre o Recife, que sabemos também interessar-se por colecionar – o dever de memória, aliás, era um dos traços de personalidade que fazia questão de cultivar e exteriorizar publicamente. Naquele mesmo ano, a Fundaj adquiriu, por compra, do próprio Wilson Carneiro da Cunha, um conjunto composto de 2.841 documentos fotográficos (MEDEIROS, 1995, p. 116).

No conjunto de imagens digitalizadas da coleção sobre o qual nos detivemos⁴, aspectos da paisagem urbana do Recife do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, com seus rios, jardins e pontes, seus casarios e monumentos, acontecimentos e cenas ordinárias e marcantes no cotidiano da cidade, como as fotografias do Zeppelin flutuando sobre os edifícios quase a tocá-los, misturavam-se às imagens da capital pernambucana da segunda metade do século XX, compondo um mosaico imagético sobre a cidade por decifrar. Um Recife com aparência física, ritmo e fluxo de uma cidade moderna, resultante da reforma urbana ocorrida durante o Estado Novo no bairro de Santo Antônio, dividia o foco de interesse do fotógrafo com outro Recife que se interligava àquele, reforçando, relativizando ou desdizendo a imagem do anterior: uma cidade de feição mais antiga, em intenso, inconstante e diuturno movimento, em trechos em que os pedestres aparentemente eram os protagonistas. Gente

⁴ Este artigo foi escrito durante os dias em que a cidade do Recife, Pernambuco, esteve oficialmente sob regime de isolamento social em função da pandemia do Covid-19. Durante esse período, o acervo memorial da Fundação Joaquim Nabuco ficou indisponível à consulta pública, salvo uma mínima parte disponível online. Na condição de pesquisadora dessa Instituição, tivemos acesso a uma fração da Coleção Wilson Carneiro da Cunha que se encontra digitalizada, disponível, porém, no momento, apenas à consulta *off line*.

que se dirigia aos bairros contíguos de Santo Antônio e de São José – um dos espaços de mais antiga ocupação colonial e integrante do núcleo urbano central da cidade – a trabalho ou em busca do comércio a grosso e a retalho, dos prestadores de serviços privados e das repartições públicas; ou que para lá se deslocava com o intuito de divertir-se ou de cumprir algum compromisso político, religioso, festivo ou de outra sorte. Havia ainda os que simplesmente gostavam de flunar por esses bairros e a eles acorriam para encontrar conhecidos, trocar informações ou mesmo na expectativa de se deparar com o inusitado, o fortuito e o estranho que todo o “mundo da rua” encerra. Esses “Recifes” intercruzavam-se com mais outro, além dos tantos mais possíveis de viver, experimentar, sonhar e de ser percebidos e apreendidos pelos sentidos e pelo intelecto: o das demolições de quadras e corredores inteiros de edifícios, do desfazimento de memórias e do desmantelamento de modos de vida há muito enraizados. Um Recife em que os gestores se orgulhavam em retirar a última pedra e ver ruir o todo, como quem enterrasse o passado, como quem abrisse a avenida do porvir.⁵

A fim de melhor atender ao propósito deste trabalho, a organização arquivística da coleção feita pela Fundação Joaquim Nabuco sofreu pequeno rearranjo, embora mantida a base temática como critério de classificação. Assim, identificamos os seguintes conjuntos temáticos: 1 Paisagens do Recife; 2 Flagrantes de rua – “Flagrantes de assalto, briga de mulheres traídas pelos maridos, árvore servindo de mictório público” (CASTILHO, 1983); 3 Tipos populares – “Mais de duzentas fotografias de tipos populares, coisa que poucos julgavam ser hoje de extraordinária importância. Atualmente, esses tipos desapareceram”, informava o *Diário de*

⁵ No Brasil, o princípio norteador de modernizar as cidades por meio da realização de grandes obras físicas – efetuadas pelo poder público, ainda que à custa de violento processo de intervenção no espaço urbano –, vindo do início do século XX, ganhou força com os militares no poder. No caso do Recife, dentre as obras consideradas monumentais, destacou-se a da abertura da avenida Dantas Barreto, à altura do bairro de São José, realizada na gestão do prefeito Augusto Lucena (1971-1975). Obra polêmica e de grande significado político, considerada, pelo prefeito, verdadeiro símbolo “do caráter modernizador, progressista da própria ‘Revolução de Março de 64’”, constituiu o que Bernardes (1996, p. 87) chamou de “a batalha dos Martírios”. Wilson Carneiro da Cunha – ele próprio antigo morador da rua Dias Cardoso, uma das cinco que foram destruídas para a passagem da avenida – documentou momentos decisivos dessa “batalha”. Não constando como tema de análise neste momento, aos interessados, além do trabalho de Bernardes, indicamos Nascimento (2004) e Loreto (2008).

Pernambuco (1984). Essas categorias não são estanques. Estão conectadas entre si, posto que reflexos da relação do fotógrafo com a vida e o espaço urbanos e produtos de sua prática e seu estilo pessoal de fazer fotografia, que era como a de um militante da rua, em que a dinâmica e a diversidade do centro da cidade, em diálogo consigo próprio, davam materialidade, motivo, ritmo e arte às fotografias. Categorias que dialogam entre si, como expressão visual que são da estranha trama tecida na vida diária de um centro metropolitano situado nas franjas do capitalismo. Dessa fabulosa coleção, detivemo-nos nas imagens dos “flagrantes de rua” e dos “tipos populares”, sobretudo esses últimos, que podem ser reagrupadas em um só, novo e mais amplo conjunto: o dos “instantâneos de rua”, como os chamavam Wilson.

O Kiosque do Wilson – Fotografias

Se Wilson Carneiro da Cunha se comprazia em vivenciar a dinâmica e a diversidade das ruas solares do Recife a ponto de estabelecer seu ponto comercial, o Kiosque do Wilson - Fotografias, na calçada de uma das vias de mais antigo e intenso comércio a varejo do Recife, a Rua Nova, as informações e os estudos sobre sua trajetória de vida e sua obra e produção fotográficas se têm mostrado de difícil localização.⁶ Ausência que pode ser indicativa, por um lado, do lugar por ele ocupado no campo da fotografia em Pernambuco, dos circuitos sociais e culturais percorridos, das redes de sociabilidade estabelecidas e mesmo de seu posicionamento político e ideológico; e, de outro, da percepção e da compreensão do seu modo de fazer e praticar a fotografia, bem como dos processos de apropriação e de significações que sua obra e seu legado tiveram entre os contemporâneos e entre as gerações seguintes (MAUAD, 1997).

Wilson Carneiro da Cunha nasceu no Recife em 2 de março de 1919. Pequena nota publicada no *Diário de Pernambuco* em 1974 dizia que ele despertara o gosto pela fotografia e pela memória da capital

⁶ No campo acadêmico, localizamos apenas o artigo de Fabiana Bruce da Silva (2003).

pernambucana após receber um conjunto de 600 negativos fotográficos sobre o Recife, os quais haviam pertencido ao seu tio, o poeta, político e diplomata Olegário Mariano Carneiro da Cunha.⁷ Entre os finais da década de 1930 e princípios dos anos 1940, tempos em que o mundo envolveu-se em cruenta guerra, seus rastros se turvam: há informação de que teria acompanhado o fotógrafo austríaco J. Kaltenek em viagens pelo Nordeste, “documentando, sobretudo, tipos humanos” (MEDEIROS, 1995, p. 116); e há quem diga que ele se associara ao polonês de origem russa Ludomin Bekendoff, com quem haveria aprendido uma série de conhecimentos sobre a fotografia, os quais lhe teriam possibilitado introduzir algumas práticas inovadoras nesse campo profissional (CASTILHO, 1983). Austríaco ou polonês, o fato é que Wilson Carneiro da Cunha seguiu o caminho da fotografia, arte e ofício a que dedicou mais de 40 anos de sua vida.

Iniciando-se como fotógrafo lambe-lambe⁸ em 1952, montou o Kiosque do Wilson na Rua Nova, bem no oitão da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Nesse ponto comercial, exibia imagens sobre o Recife de tempos passados, recebia filmes dos fregueses para revelação, anunciava serviço de fotografia de eventos sociais e vendia cartões-postais e fotografias de sua autoria: aspectos da paisagem recifense e flagrantes de incautos transeuntes percorrendo as vias públicas. Esta prática fotográfica, que se tornou uma das marcas identitárias do seu trabalho como profissional autônomo, foi inicialmente concebida como uma estratégia de venda: “Fotografava as pessoas no meio da rua, às vezes lhes fazendo surpresa e lhes entregava o meu cartão, com o endereço do Kiosque, para que no outro dia viessem apanhar. O esquema era arriscado mas

⁷ Sobre o assunto, o *Arquivo & coleções fotográficas da Fundação Joaquim Nabuco* (MEDEIROS, 1995, p. 116), publicação oficial da mencionada instituição, registra, sem citar a fonte: “Parte da coleção é formada por fotografias que documentam aspectos do Recife e de Olinda, sobretudo no início do século, adquiridas em 1938, por Wilson, em estúdio fotográfico situado na Rua Nova, de autoria desconhecida.” Somos inclinadas a pensar que essa informação procede de algum depoimento oral, sujeito, portanto, a eventual inconsistência. Informação a ser revisada uma vez que contradiz dado mencionado na reportagem do *Diário de Pernambuco*.

⁸ Surgido no início do século XX e hoje praticamente desaparecido, o fotógrafo lambe-lambe é o profissional que trabalha nos espaços públicos das cidades, geralmente nas ruas, praças, nos parques e jardins, podendo “ser considerado um importante agente responsável pela democratização e pela popularização do retrato fotográfico entre as classes menos privilegiadas de nossa sociedade” (ÁGUEDA p. 10).

difícilmente as pessoas deixavam de procurar a foto.” Desse tino especial para perceber o inusitado em uma cena corriqueira de rua e dessa agilidade em manusear a câmera e capturar um flagrante valeu-se ao longo de toda a vida profissional, quer como autônomo quer como repórter prestando serviços a órgãos da imprensa local.

Às quatro paredes de um ateliê, que para a maioria dos contemporâneos, inclusive os colegas de profissão, deveria representar solidez, prestígio social e boa ventura nos negócios, Wilson preferia as ruas, com tudo o que proporcionavam de estranho e de familiar: “Nunca tive ateliê. Isso na verdade implica numa espécie de prisão, e eu sempre gostei de estar aqui: na rua, de máquina na mão, fotografando gente” (CUNHA apud CASTILHO, 1983). A rua, tal como a concebia Wilson, era o lugar da vivência e símbolo de liberdade; o que o aproxima da noção da rua não enquanto espaço rigidamente destinado ao fluxo, à função técnica, tradicional e predominante de circulação, mas enquanto esfera de significação social que contém visões de mundo e éticas particulares, de que fala o antropólogo Roberto Da Matta (1985). A rua não em sua materialidade, mas vista pelo olhar antropológico como a “experiência da rua”, lugar e suporte de sociabilidade (MAGNANI, 1998). A rua topograficamente localizada no centro comercial da cidade, território heterogêneo em que se desenvolviam múltiplas atividades e para onde afluíam indivíduos das mais diversas procedências, predominando a impessoalidade nas relações entre os indivíduos; a rua como espaço de reconhecimento e de estranhamento, de identidade e alteridade, de trocas, encontros e desencontros e de conflitos e tensões. Ou ainda, conforme resulta das investigações de Vogel (2017, p. 105) sobre formas de apropriação dos espaços na cidade do Rio de Janeiro:

A rua se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. Para isso, contribui o fato de ser ela o lugar, por excelência, do outro. Esta categoria se refere ao estranho, o outro na sua forma mais radical, mas se aplica também ao outro concebido e simplesmente com quem mantemos relações sociais. Esta última característica ressalta-lhe a função de estranhamento. A rua é o lugar em que se dá o social também como espetáculo. Daí o seu fascínio. Como forma dramática, é um espetáculo que permite assumir certas identidades,

desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais vai participar. É o palco por excelência do social. (VOGEL, 2017, p. 105).

Era essa diversidade, essa possibilidade de se deparar com o diferente, o insólito e o inesperado, de flagrar experiências lúdicas e situações cômicas e risíveis, imprevisíveis e temporárias, nas ruas e praças públicas, de presenciar situações capazes de quebrar expectativas e qualquer e pretensiosamente rígido e estreito ordenamento do mundo social, que fascinava Wilson Carneiro da Cunha. Era precisamente isso que fazia do seu Kiosque, mais que um observatório do cotidiano das ruas, um laboratório ativo e dinâmico, aberto à “experiência da rua”.

Ancorado em seu ponto comercial, ele partia para viver densa e intensamente a “experiência da rua”, amplificada por se passar em pleno coração do Recife, em um dos principais corredores do centro comercial onde a cidade pulsava mais forte e em ritmo quase sempre acelerado. Em meio ao emaranhado de gente, ônibus e automóveis particulares e ao violento tráfegar no centro do Recife — fenômeno a que se designou “a batalha do Recife” na década de 1950 (FREIRE, 2019), o Kiosque do Wilson funcionava como espaço de sociabilidade, ponto de pouso, de encontros e de reconhecimento entre indivíduos nem tão familiares entre si, mas que partilhavam algumas coisas em comuns. Era um espaço de trocas de informações e impressões sobre os mais variados assuntos, um lugar onde se dividiam experiências e se atualizavam memórias pessoais e coletivas sobre o Recife: “Wilson [...] do Kiosque, é certamente uma das pessoas mais cumprimentadas desta Recife”, testemunhava Fernando Castilho (1983). “Quem se dispor a conversar com ele em frente ao seu pequeno negócio de fotografias e cartões postais, vai ver que, frequentemente, ele é solicitado a responder a acenos dos mais variados tipos.”

A noção do Kiosque como espaço de sociabilidade — tal como defendida aqui — perpassou toda a existência do fotógrafo. Quando, em 1983, desiludido e entristecido com o estado de degradação a que chegara o centro do Recife, decidiu-se por vender o seu estabelecimento, depôs ao repórter Fernando Castilho (1983):

A ideia do Kiosque sempre deu certo. E deu origem ao projeto que afinal não vai poder ser concretizado devido à invasão dos ambulantes. Eu queria fazer do Kiosque uma espécie de ponto de encontro da gente da cidade. Não apenas para vender fotografias. Servir de ponto de referência para turistas interessados na memória da cidade. Mas com os ambulantes ninguém vem mais ao centro passear. E as pessoas pela violência do comércio hoje implantado, nem têm mais tempo de ver um pouco de história.

Espaço constitutivo da paisagem urbana, o Kiosque, em sua dimensão cultural e simbólica, prestava seu contributo à memória e à identidade da cidade com as quais Wilson tanto se preocupava em preservar e valorizar. Ao anunciar a venda do estabelecimento comercial, proclamava: “Bem, o preço ainda não está definido. Mas, quem quiser comprá-lo terá que assinar também um recibo em defesa da identidade da cidade.” E confessava: “Na verdade, eu ainda tenho esperanças que um dia o Recife volte a ser uma cidade agradável, onde as pessoas possam sentar e conversar um pouco sob as copas das árvores da Rua Nova. Livres dessa “feira” em que foi transformada nos últimos anos” (CUNHA apud CASTILHO, 1983).

E foi assim, de “máquina na mão, fotografando gente”, experimentando o dia a dia das ruas, que Wilson Carneiro da Cunha foi formando o seu acervo particular, criando uma maneira muito própria de viver, de capturar com as suas lentes e de expressar visualmente o Recife. Tempos depois, quando o Kiosque do Wilson existia apenas na lembrança de alguns, o escritor e jornalista Urariano Mota (2018) recordava-o em seu *Dicionário amoroso do Recife*, originalmente publicado em 2014:

De 1960 até a década de 80, toda a gente do Recife gostava de ver a foto do Zeppelin sobre a cidade, e uma famosa de Lampião com os cangaceiros. Muito tempo depois é que notamos Wilson além do exótico, fora do capítulo do insólito e das fotos de batizados e casamentos. Então reconhecemos que Wilson Carneiro da Cunha foi, era o repórter fotográfico da cidade.

O que não cabia na imprensa era a sua especialidade. Alagados, casebres, mocambos, queima de judas, maracatu, meninos tomando banho em cano estourado, na favela um músico a tocar bandolim, sentado numa caixa de

madeira, porcos na rua. Wilson possuía senso e faro próprio. Ele se estendia dos populares, dos flagrantes da gente do Recife, aos acontecimentos mais luxuosos, da “elite”. Era o fotógrafo escolhido para o Balé Bolshoi, e ao mesmo tempo ele se escolhia para o registro de um homem puxando um cachorro, tão pobre e rasgado quanto o dono. Dele são imagens dos prédios e coisas da cidade em sua mais cruel mudança.

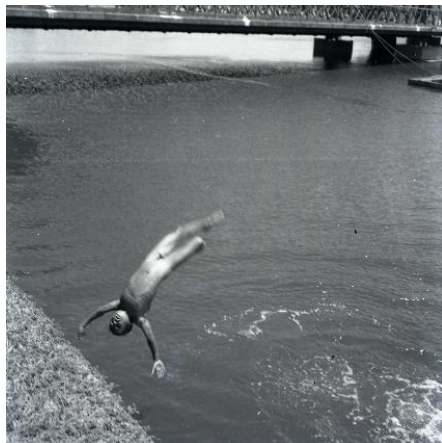


3 Wilson Carneiro da Cunha
Kiosque do Wilson
Recife, ca. 1970

Kiosque do Wilson – Galeria de Fotografias



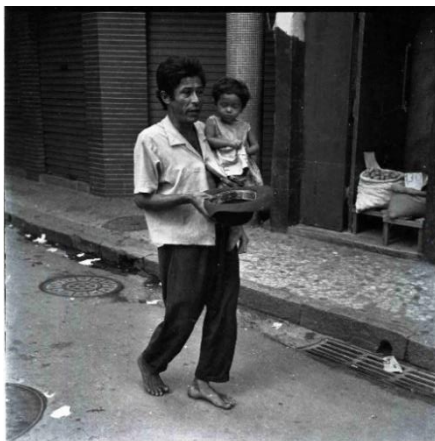
4 Wilson Carneiro da Cunha
Banho de bacia
Recife, ca. 1970



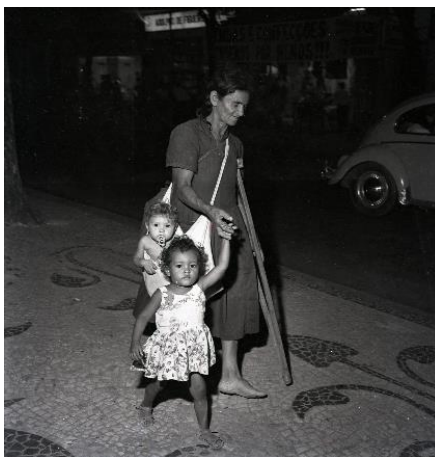
5 *Wilson Carneiro da Cunha*
Mergulho no rio Capibaribe
Recife, ca. 1970



6 *Wilson Carneiro da Cunha*
Mendiga com criança
Recife, ca. 1970



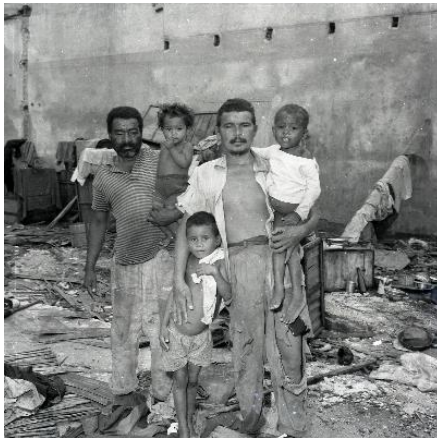
7 *Wilson Carneiro da Cunha*
Mendigo com criança no colo
Recife, ca. 1970



8 *Wilson Carneiro da Cunha*
Mulher com duas crianças
Recife ca. 1970



9 *Wilson Carneiro da Cunha*
Banho de mangueira em família, em frente à igreja de Santo Antônio
Recife, ca. 1970



10 *Wilson Carneiro da Cunha*
Família. Moradores de rua.
Recife, ca. 1970



11 *Wilson Carneiro da Cunha*
Família. Moradores de rua.
Recife, ca. 1970



12 *Wilson Carneiro da Cunha*
Mendigo e transeuntes na Ponte da Boa Vista
Recife, ca. 1970



13 *Wilson Carneiro da Cunha*
Cena de rua
Recife, ca. 1970



14 *Wilson Carneiro da Cunha*
Tipo popular⁹
Recife, ca. 1970

⁹ Termo conforme a catalogação da Coleção WCC na Fundaj. A catalogação desta coleção ainda não foi concluída, razão pela qual as legendas das imagens seleccionadas não obedecem rigorosamente à classificação daquela Instituição detentora do acervo.



15 *Wilson Carneiro da Cunha*

Tipo popular

Recife, ca. 1970



16 *Wilson Carneiro da Cunha*

Tipo popular

Recife, ca. 1970



17 *Wilson Carneiro da Cunha*

Tipo popular

Recife, ca. 1970



18 *Wilson Carneiro da Cunha*

Tipo popular

Recife, ca. 1970



19 *Wilson Carneiro da Cunha*
Vendedora ambulante - acarajé
Recife, ca. 1970

Recife ao rés-do-chão

Mais um dia e Wilson estava de máquina em punho para fotografar o Recife da sua convivência e intimidade, a cidade que experimentava de perto e por dentro e a que via inchar ano a ano, ser invadida por levas de imigrantes que chegavam do Sertão ou da Mata, aumentando-lhe a sensação de estranhamento e de que algo, que lhe era muito caro, estava definitivamente por se romper. Uma vez na rua, o fotógrafo apontava sua câmera para baixo, no sentido topográfico do termo. Suas fotografias da gente pobre e miserável, que afluía em número cada vez maior ao Recife e ao seu centro urbano, era como uma metáfora do mundo: àquela gente só restava o chão, o mundo visto, vivido e habitado em um plano inferior, tal qual a posição por eles ocupadas na pirâmide social; além, só os sete palmos de terra e o caixão, evocando Josué de Castro. Gostava de fotografá-los, por que e com que intenção ainda não sabemos ao certo, apenas intuitivos. Eram indivíduos a que os benefícios da acelerada industrialização pela qual passava o país, inclusive a economicamente atrasada Região Nordeste, não alcançavam senão em seus restos, em suportes e embalagens

vazias de que se serviam para mendigar: latas de leite em pó, de queijo do reino, de goiabada.

O Recife nas décadas de 1960 a de 1980, cuja área central era motivo de inspiração do fotógrafo, representava a última conta do rosário para os retirantes das secas, os expropriados dos canaviais e os desabrigados das enchentes do rio Capibaribe. Historicamente, o Recife desempenhou o papel de centro de atração regional dos fluxos migratórios procedentes dos espaços interioranos, sendo este um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento populacional que cidade apresentou durante parte do século XIX e ao longo do século XX. Atração exercida pela cidade portuária menos por esta apresentar capacidade de oferecer empregos aos novos contingentes populacionais, que por um processo de repulsão da população pobre provocado pela desorganização da economia ocorrida no Agreste e, sobretudo, na Zona da Mata canavieira. Em decorrência disso, a população da capital passou de “um crescimento moderado” no século XIX, a um “crescimento explosivo” no século XX, de acordo com a classificação de Melo (1978). Traduzindo em números, a população do Recife passou de 348 mil em 1940, para 797 mil habitantes em 1960, ou seja, um crescimento de 129%. A maioria dessas pessoas vivia em condições de subemprego, exercendo atividades no chamado “pequeno terciário”, com nível de renda abaixo do convencionalmente considerado mínimo admissível. Eram empregados domésticos, ambulantes, também chamados camelôs, guardadores de automóveis, biscateiros; moradores dos mocambos, das palafitas e calçadas do Recife. Em análise sobre o processo de metropolização da área recifense iniciado na década de 1960, sobre a expressão espacial, discorreu Melo (1978, p. 29):

[...] existem na paisagem citadina expressivos reflexos da circunstância de vir esse crescimento assumindo caráter de inchação ou de crescimento sociopático. Em outras palavras: de se vir realizando em grande parte por força da agregação de parcela derivada de fluxos centrípetos formados por gente pobre vinda da hinterlândia. Do aumento em grande escala, por esse meio e pelo crescimento vegetativo, dos segmentos de baixa renda da população resultam panoramas de pobreza, senão miséria, devido às amplas áreas ocupadas por

mocambos ou casebres nos espaços menos disputados, ou não disputados, pelas moradias de melhor nível. Espaços que se situam ora à beira dos manguezais ora sobre as encostas e topos (ou “altos”) dos morros da periferia urbana. De aspectos opulentos de certos bairros, a cidade exhibe, em contraste violento, sua chaga social mais visível e dolorosa nas áreas de mocambo (MELO, p. 29).

O Recife era, então, visivelmente, uma "cidade doente, inchada, pobre e cheia de problemas"; padecendo os males de uma urbanização “desordenada e mórbida” (FREYRE, 1953). Se as áreas de mocambo constituíam uma chaga social nesta cidade anfíbia, como a denominou Josué de Castro, os camelôs, que ocupavam pontes, ruas e avenidas nas áreas centrais, era outra ferida aberta e exposta ao sol na contrastante Recife. Não por outra razão, entre 1964 e 1985, a presença dos vendedores ambulantes no centro da cidade foi o assunto a que mais espaço dedicou o *Diário Oficial do Município*, segundo pesquisa de Denis Bernardes (1996, p. 80). A forte presença dos ambulantes dos mais variados tipos no centro comercial do Recife constituía um dos mais graves e persistentes problemas em questão:

Esta é uma questão que adquire mesmo uma dimensão como que simbólica, expressão no espaço urbano da estrutura social vigente no campo e ao mesmo tempo reveladora dos limites sociais do crescimento econômico preconizado e alardeado. Tal problema era uma crítica viva, visível, incontornável — e, talvez por isto, objeto de tanta repressão — daquilo que as declarações oficiais busca negar.

Era dessa materialidade urbana, desse conturbado viver diário nas ruas de uma cidade pobre e inchada, que Wilson Carneiro da Cunha extraía elementos para sua arte e documentação fotográficas. Isto até dar-se por vencido em 1983, vencido pelo que acusava ser a invasão da cidade pelos ambulantes, que a teria transformado em verdadeira “feira de mangaios”.

Wilson “feito numa nota só”

As fotografias, como tantos outros bens culturais intangíveis, carregam em si um acúmulo de experiências históricas e sociais, de saberes e práticas culturais e de significações e sentidos que, podendo haver sido criadas ou não com uma única, clara e objetiva intenção, ainda assim, podem suscitar sensações diversas, evocar memórias e possibilitar múltiplas e mesmo contraditórias leituras e interpretações, motivo mesmo pelo qual algumas acabam por se converter em símbolos para grupos específicos ou sociedades inteiras. Sobre o assunto, vale recuperar as palavras de Kossoy (2012, p. 127):

[...] acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função de seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural. [...] No esforço de interpretação das imagens únicas haverá sempre um dado intrigante: sua ambiguidade.

Por um engenhoso processo de apropriação cultural e de construção de sentidos, a obra de Wilson Carneiro da Cunha foi, de certa forma, apenada; teve reduzida a capacidade de provocar sensações, sentimentos e reflexões as mais diversas. Como dito, não exploraremos os vários filões que as suas fotografias oferecem e que conseguimos enxergar no presente. Por ora, seguimos buscando algumas respostas às indagações formuladas no início deste trabalho. Vejamos então.

Wilson, do Kiosque, era conhecido por produzir e divulgar fotografias do Recife com a declarada intenção de preservar uma determinada memória e identidade da cidade, aquela que sentia fazer sentido e na qual se via representado – nesse ponto, seu legado pode ser claramente entendido como documento-monumento (LE GOFF, 2000, 103-115); mas ele era essencialmente reconhecido por ser o fotógrafo dos “tipos populares” e dos “instantâneos de rua” – esta, a particularidade do seu trabalho, a marca identitária do seu legado. Foi a partir dessa singularidade que a sua obra,

e a sua prática fotográfica, foi apropriada pelos contemporâneos, notadamente por parte de uma *intelligentsia* pernambucana que a traduziu, assimilou-a e a dotou de sentidos e significados específicos, filiando-a a uma forte tradição cultural local, fundada e lapidada pelos regionalistas na década de 1920 (FREYRE, 1996; AZEVEDO, 1984; REZENDE, 1997; ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999). Cultura que tinha por base o passado agrário do Nordeste canavieiro, recuperado de forma idealizada e em tom nostálgico, e que se expressava sobretudo por meio do tradicional e do popular. Alongada no tempo, suas ideias e propostas foram abraçadas por parcelas da elite econômica, da intelectualidade e da chamada classe artística pernambucanas, como também incorporada pelas instâncias governamentais em determinados períodos da história, que as resignificaram e as adaptaram conforme interesses culturais e políticos mais ou menos imediatos e explícitos.

Nessa cultura nascida sob a égide do regionalismo, deitavam raízes os "tipos populares". Categoria difusa e de difícil conceituação, não eram definidos por classe social ou raça — embora, na perspectiva teórica do marxismo, dissessem respeito ao lumpemproletariado urbano — nem por serem portadores de cultura ou perfil ideológico específicos. Não tinham voz, não se organizavam e não formulavam demandas próprias. Não eram, enfim, sujeitos da História. Enquanto “tipos populares”, realizavam-se apenas na dimensão da cultura do *outro*, sujeito antropológico. Passaram efetivamente a fazer parte de uma identidade e de uma memória socialmente construídas sobre o Recife a partir dos anos 1920, período marcado pelos impactos da modernização sobre uma sociedade de base agrária e tradicional cujos sinais de dissolução começavam a se tornar visíveis. Capturados pelas lentes de vários fotógrafos em sua real condição social de pobreza e indigência, esses indivíduos que circulavam pelo centro da cidade, em sua materialidade física e corpórea, tinham suas imagens convertidas em “tipos populares”. Revestidos dessa figura, passaram a ser divulgados em livros e periódicos pernambucanos, acompanhados de pequenos textos ou apenas das legendas, de que são exemplos o *Guia prático*,

histórico e sentimental da cidade do Recife (FREYRE, 1934) e a *Revista da Cidade*, publicada entre 1926 e 1929.

Durante o Estado Novo, no que pesem as divergências e rupturas com os tempos da República liberal, os “tipos populares” foram institucionalizados e incorporados à ideologia e à política cultural do Estado. Fotógrafos vinculados ou a serviço da gestão municipal do Recife produziram magníficas fotografias desses personagens, registros que eram arquivados como documentação de interesse público e catalogados na categoria “tipos populares”. Voltavam a transitar amplamente por meio das publicações oficiais, a exemplo do *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, periódico vinculado ao Departamento de Estatística, Propaganda e Turismo – DEPT, da Prefeitura do Recife, que reservava uma seção especialmente para eles: o Homem das Ostras, Iaiá, a mãe dos gatos, Bochecha, Cariri. (MARROQUIM, 2015, p. 111-112). Na segunda metade do século XX, os “tipos populares” ainda viviam a povoar um ideário sobre a cidade a que se convencionou chamar de Recife Antigo (ARRAIS, 2006).

Interpretado recorrentemente enquanto acervo de “tipos populares” e “instantâneos de rua”, inclusive pelo Estado, o legado de Wilson Carneiro da Cunha era reduzido a uma leitura monolítica e homogênea, que retirava das imagens e do conjunto da obra o seu caráter polissêmico. Em análise sobre a identificação da cidade do Recife, que tem a cultura como elemento central, Bernardes (1996, p. 130. Grifos do autor) afirma que, nos anos 1950 até 1964,

[...] o nacional-desenvolvimentismo, juntamente com o movimento das reformas de base, tinha em seu programa a ampliação da cidadania para as camadas até então delas excluídas, via um trabalho cultural que implicava em alfabetização — condição do voto —, mas também em uma valorização explícita da cultura popular. Reconhecia-se, assim, para além da necessidade política da alfabetização em si, a existência de um **saber popular** não só a ser respeitado mas a que se colocava no centro mesmo da criação de uma nova cultura nacional, parte integrante de um projeto de nação. [...]. A cultura popular não constituía, então, somente um repositório de tradições do passado a

ser paternalisticamente protegido e preservado por folcloristas saudosos do mundo agrário em dissolução.

A linha de raciocínio traçada pelo historiador abre novas perspectivas de interpretação para o processo de apropriação cultural da obra de Wilson Carneiro da Cunha, ocorrido em plena vigência do regime autoritário. Segundo esse autor, durante esse período, as gestões públicas municipais do Recife incorporaram a cultura popular ao calendário oficial como folclore e fator de atração para o turismo. Nesse viés, é apropriado pensar que, assimiladas monoliticamente como pitorescas, exóticas, risíveis ou bizarras¹⁰, em uma palavra, folclorizadas, a fotografia de Wilson tinha tolhida a capacidade de provocar estranhamentos e reflexões, como também a de fornecer conteúdos para a elaboração de outras narrativas, demandas e interpelações sobre o indivíduo, o social e o urbano. Presas a um sentido único e homogeneizador, sem chances ao contraditório, as imagens fotográficas perdiam o potencial crítico e criador que lhes era latente. Antes de contestatórias, legitimadoras da ordem.

Desse modo, é plausível pensarmos então que, para os governos militares que se sucederam no poder entre 1964 e 1985, as fotografias de Wilson Carneiro da Cunha, os “instantâneos de rua” e os “tipos populares”, destituídas de sentido crítico e de força criativa e libertadora, não se transformavam em mensagens políticas e não representavam ameaça à ordem política e social e à segurança nacional. A esse propósito, convém informar que não foram localizados prontuário individual em nome de Wilson Carneiro da Cunha ou dito funcional em nome do seu Kiosque, no Fundo da Secretaria de Segurança Pública – Delegacia/Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco - Dops, preservados acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.¹¹

¹⁰ Em 1989, a Fundação Joaquim Nabuco, detentora de parte do acervo de Wilson Carneiro da Cunha, realizou a mostra “Ocupações Bizarras”, em que foram expostos “os tipos populares ou “instantâneos de rua”, como Wilson costumava chamá-los, [que] caracterizavam sua obra.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1989).

¹¹ Somos gratas a Dirceu Marroquim por haver cedido cópia das listas dos prontuários no Dops – PE.

Ao investigar a estrutura e o funcionamento do aparelho repressor do Estado em Pernambuco, na vigência do governo civil-militar de 1964 a 1985, Marcília Gama da Silva (2014, p. 23) afirma que, embora a princípio a repressão e o controle recaíssem sobre tudo e sobre todos, os segmentos considerados “extremamente perigosos e perniciosos para a sociedade, devendo ser rigorosamente reprimidos em função de seu alto grau de periculosidade” eram as Ligas Camponesas, o Movimento Estudantil e as dissidências do Partido Comunista que defendiam a luta armada. Acrescentamos à lista, pela proximidade com o assunto aqui abordado, os membros da Igreja Católica – à frente Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife –, que, a par das atividades pastorais, desenvolviam importante trabalho político e social junto às comunidades do Nordeste que viviam em situação de pobreza e miséria (MONTENEGRO, 2019).

Mendigos e vendedores ambulantes, principalmente os que circulavam no centro comercial do Recife, não estiveram, porém, fora do alcance de vista dos órgãos responsáveis pela segurança pública. A repressão à mendicância era de responsabilidade da Delegacia de Costumes, que, com vista à sua erradicação e sob o ideário de promover a higienização social da cidade, principalmente das áreas centrais, desenvolvia um trabalho de recolhimento dos pedintes para o asilo público localizado no bairro de Tejupió. Poder público e população em geral distinguiam os “verdadeiros mendigos”, considerados dignos de comiseração e objetos da assistência social do Estado, dos “falsos mendigos” que, aos montes, viviam a “explorar a caridade alheia”. Para a opinião pública, esses últimos deveriam ser tratados como questão de polícia e processados por vadiagem. Matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, em 18 de março de 1970, exemplifica o trato dado ao chamado “mal da mendicância nas ruas”:

Por determinação do delegado de Costumes, os agentes de Repressão à Mendicância recolheram 59 pedintes da frente do Convento de São Francisco. Além dos mendigos, os policiais apreenderam 16 crianças com idade entre um ano e seis meses, usadas para despertar a piedade dos transeuntes. [...] Hoje, todo o Recife será vasculhado e os mendigos que forem encontrados serão

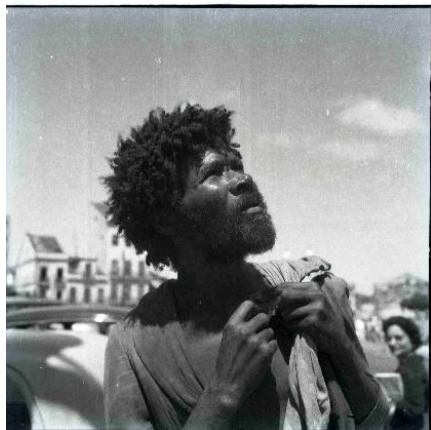
encaminhados para o asilo de Tejipió. [...] Defronte ao Convento de São Francisco, na rua do Imperador [...] filas intermináveis são formadas a partir das 8 horas da manhã. [...] Durante todo o dia eles ficam exibindo as suas chagas ou mostrando crianças desnutridas, algumas das quais são alugadas, conforme ficou constatado.

Quanto aos camelôs ou vendedores ambulantes, ao menos os mais estabelecidos, situavam-se em outro patamar histórico e social quando postos em relação aos pedintes de rua e àqueles que exerciam de modo ainda mais precário o comércio informal nas ruas, justamente, estes últimos, os que apareciam nas fotografias de Wilson: os que tinham para vender apenas meia dúzia de canetas, dez maços de cigarro ou uma rifa de galo de briga. Organizada politicamente, a categoria obteve o reconhecimento oficial do Sindicato dos Ambulantes durante a gestão do prefeito Antônio Farias, de 1975 a 1979. Mas, dada a centralidade que a questão do comércio informal assumiu ao longo da história da cidade do Recife, aguçando-se no período de 1964 a 1985, os ambulantes estiveram sujeitos à perseguição e à repressão ostensivas e violentas por parte do aparato policial. De acordo com Bernardes (1996, p. 120):

[...] A história recente da cidade é em grande parte a história da luta tenaz empreendida pelos ambulantes contra a repressão de que são objeto, bem como a história do fracasso de todos os planos, projetos, operações e promessas, seja para “limpar” as ruas da Cidade de sua presença, seja para encontrar uma solução capaz de integrá-los, sem maiores conflitos, ao espaço urbano. Em depoimentos sobre a cidade, os ambulantes aparecem como a face mais visível de seus problemas sociais, como vítimas, mas também como agentes da degradação do espaço urbano. São acusados de fazer concorrência ao comércio estabelecido, de usarem inadequadamente a cidade, de sujá-la, de afugentarem os turistas. Parece haver um consenso – em depoimentos socialmente diversos – que uma solução adequada para a questão aparece como um sinal exemplar da criação de uma nova cidade, de sua humanização.

É fácil encontrar a opinião de Wilson entre a desses tantos cidadãos. E não foi outro o motivo por ele alegado para vender o Kiosque em 1983, motivo que lhe pareceu suficientemente forte para o fazer renunciar a algo

por que tanto prezava: estar “na rua, de máquina na mão, fotografando gente”. Em tom de desalento, desabafava: “Não dá mais para fotografar o Recife”!



20 Wilson Carneiro da Cunha

Mendigo

Recife, ca. 1970

Último negativo fotográfico

Wilson Carneiro da Cunha não se deixa apreender com facilidade. Está sempre a escapar, a abrir caminhos por vias não cogitadas, a apontar a surpresa, o inesperado e o fortuito que habitam a vida social e dormitam em suas fotografias. Herdeiro de uma tradição cultural estabelecida no Recife a partir dos anos 1920, ele integra uma linhagem de fotógrafos¹² em que figuravam nomes como os de Rebello, Juvenal Gomes (Juju), Alexandre Berzin, Benício Dias, Ivan Granville, Lula Cardoso Ayres, Alcir Lacerda e ele próprio, Wilson, do Kiosque da Rua Nova — todos presentes no acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Mas deles se diferencia tanto por sua prática fotográfica e por sua disposição para viver integralmente a “experiência da rua”, quanto pela estética norteadora da sua obra artística

¹² Este artigo não comporta o desenvolvimento do tema, para isto indicamos o trabalho de Silva (2013). Mas importa esclarecer que os eleamos aqui, neste momento, pelo que guardam em comum no trato dos chamados “tipos populares” ou por terem assimilados e institucionalizados como havendo abordado-os em suas produções.

e documental. Wilson Carneiro da Cunha cultivava a estética grotesca e o veio fecundo do riso, do cômico e do humor populares presentes no ordinário dos dias nas ruas e praças públicas — esta, talvez, a sua marca maior.

Ele era também o fotógrafo do tempo presente, no sentido de documentar a dura e crua realidade socioeconômica de uma metrópole de região subdesenvolvida, o Recife dos anos 1960 a 1980. Problemática que passou a integrar a historiografia produzida no e sobre o Nordeste a partir da década de 1960, com a obra seminal de Manuel Correia de Andrade (1986), *A terra e o homem no Nordeste*, a que se seguiram outros estudos fundamentais para a compreensão do tema (OLIVEIRA, 1981; MELO, 1978; ANDRADE, 1979; BERNARDES, 1996). Wilson Carneiro da Cunha é, aqui, mesmo que não intencionalmente, o fotógrafo da denúncia e da crítica social contundente. Próximas ao fotojornalismo sem com ele confundir-se, suas fotografias são testemunhos da dor, da fome e da miséria produzidas por uma sociedade estruturalmente desigual cujas consequências nefastas acometiam, e acometem, principalmente aqueles homens, aquelas mulheres e crianças a que tudo ou quase tudo lhes foi negado.

Interpretadas a partir de uma perspectiva crítica em relação à realidade nordestina, as fotografias evidenciavam conflitos e tensões políticas e sociais do seu tempo, apreendidos no cotidiano do centro comercial do Recife. Punham em foco problemas estruturais da sociedade brasileira, da questão agrária à urbana, com suas gritantes desigualdades regionais, sociais e raciais. Mas, ao que tudo indica, autor e obra não foram alvo do aparelho repressor do Estado. Talvez porque os “tipos populares” transitassem apenas na dimensão da cultura e do simbólico e reportassem a uma tradição enraizada entre as classes dominantes e as camadas médias urbanas, entre os artistas e intelectuais sobretudo. A mão pesada do aparelho policial repressor alcançou, sim, aqueles que, na realidade concreta e no dia a dia da vida, ocupavam o limbo social: os pequenos ambulantes e os mendigos de rua. Por astucioso processo de apropriação

cultural e de construção de sentidos, a leitura dominante das imagens retirava dos ambulantes e mendigos a sua condição social de indivíduos marginalizados, de párias da sociedade, e os convertia em “tipos populares”. Folclorizados na vigência do regime militar, os “tipos populares” eram facilmente assimilados pelo *outro*. As fotografias de Wilson eram, também, denúncias incisivas da miserabilidade existente no Recife e região metropolitana, mas não foram assim interpretadas pelos contemporâneos nem pelos que se julgavam incorporar a ordem e a lei. Ao serem apropriadas e convertidas em simpáticos “tipos populares” e insólitos “instantâneos de rua”, tais como os significaram à época, as fotografias findaram por prestar pequeno contributo à banalização da pobreza, da fome e da miséria entre nós.

Fontes consultadas

- ÁGUEDA, Abílio Afonso da. **O fotógrafo Lambe-Lambe**: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Edições Bagaços, 2006.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo (os anos 20 em Pernambuco)**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

CASTILHO, Fernando. Desiludido com a deterioração da cidade, Wilson põe a venda o seu Kiosque. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 jul. 1983. Caderno Viver, Seção B, p. 1.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Delegacia recolhe 59 mendigos que viviam na rua do Imperador Pedro II. Recife, 18 mar. 1970. p. 12. Segundo Caderno.

_____. Recife Antigo. Recife, 24 nov. 1974, p. 7.

_____. 40 anos do Velho Recife. Recife, 29 jan. 1984. p. B -2.

_____. Instantâneos de rua, flagrados por Wilson, do Kiosque: uma exposição. Recife, 14 jan. 1989. Seção B, p. 1.

FREIRE, Wanderson da Silva. **A batalha diária do Recife**: o trânsito e o transporte coletivo da cidade 1953-1960. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Recife: Ed. Do Autor, 1934.

FREYRE, Gilberto. A propósito de monumentos e estátuas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 set. 1953, p. 6.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 4. ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LACERDA, Aline Lopes de. A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 103-115. (IIº volume. Memória)

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso e Martírios**: história de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, 1984.

_____. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. (Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em **Cadernos de História de São Paulo** 2, jan. / dez. 1993, Museu Paulista - USP). Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani_o.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MARROQUIM, Dirceu S. M. **Entre sujeitos e instituições**: turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Pp. 263-300.

MEDEIROS, Ruth de Miranda (org.). **Arquivos & coleções fotográficas da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1995.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização & subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife, UFPE, 1978).

MOTA, Urariano. Wilson Carneiro da Cunha, o fotógrafo da cidade. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/03/wilson-carneiro-da-cunha-o-fotografo-da-cidade.html>>. Acesso em: 30 maio 2020. (Trecho do *Dicionário amoroso do Recife*).

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias**: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: Cepe, 2019.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**: sobre mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife, o romance: A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. 448 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1981.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: Fundarpe, 1997.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando em uma cidade de luz e sombra**: a fotografia moderna no Recife na década de 1950. Recife: Editora Massangana, 2013.

_____. Reflexões sobre uma cidade fotografada. Um diálogo entre imagens do Recife de 1950 e 1960. **Anpuh – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003. p. 1-7.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops – PE (1964-1985). Recife: Ed. UFPE, 2014.

VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaço de uso coletivo em um centro de bairro. 4. ed. rev. e aum. Niterói: Eduff, 2017.

Entre conciliação e acomodação: ditadura militar e a política cultural em Pernambuco entre 1975-1979

*Rosely Tavares*¹

A década 1970 no Brasil pode ser compreendida como um momento privilegiado no campo da ação do Estado sobre a cultura com a construção de políticas públicas culturais. O período apresenta a formulação de ideias para gerir os bens simbólicos e nesse momento intelectuais e políticos ocupam instituições que entram no processo que se expandia em todo o Brasil. Porém metodologicamente privilegiamos nesse artigo, apresentar a atuação do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco – CEC e seus conselheiros com o objetivo compreender qual lugar a cultura ocupou no período da ditadura militar no Brasil entre os anos 1975 e 1979.

As boas razões para esse recorte se deram porque no período da ditadura militar no Brasil, instituições culturais foram criadas ou reformuladas com o objetivo de elaborar políticas públicas e efetivar ações para o setor cultural. Observamos que a criação desse projeto consistiu em diálogos, tensões, acomodações e conciliações travadas por sujeitos que

¹ Doutoranda em História da Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em História pela mesma Universidade, Especialista em Cultura e História dos Povos Indígenas e Licenciada em História Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foi professora nos cursos de Licenciatura e Pedagogia no Centro de Educação CE/UFPE, professora colaboradora em EaD da UFRPE no curso de Licenciatura em História e na rede privada de ensino com Educação Básica. Atualmente desenvolve pesquisa com a temática Políticas Públicas Culturais entre os anos de 1975- 1979. Desenvolveu pesquisa sobre manifestações culturais em Pernambuco, livro didático, formação de professores e Ensino da temática indígena. Bem como, atuou como historiadora-pesquisadora nos inventários: Cavalos Marinho e Reaisado no Estado de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0564331936441135>

naquele momento foram indicados para representarem o setor. Consideramos que nesse processo esteve em jogo interesses individuais e coletivos, visões de mundo e ideais de curto ou longo prazo para cultura em âmbito nacional de maneira geral e, em Pernambuco de modo particular. Esse conjunto de situações no universo da cultura são os ingredientes que deixaram o cenário da referida década não só imprevisível, mas imerso numa teia complexa que, na maioria das vezes, escapou ao olhar do pesquisador.

Singularizamos nessa pesquisa as modalidades de atuação do conselho estadual, pois, este se apresentou como um lugar importante para perceber as características da vida política vivenciadas pelos conselheiros que representaram o CEC. Além de compreender, como e em que medida o Estado interviu nas mudanças e permanências que vieram a colorir o conjunto da ação pública no setor cultural. Desse modo, foi primordial estudar as atas produzidas durante as reuniões, as nossas principais fontes, somadas ao cotejo com algumas matérias dos principais jornais que circulou em Pernambuco no igual período.

Observamos nesses documentos que as sessões plenárias eram gravadas e posteriormente transcritas nos livros-ata. As reuniões aconteciam na sede do conselho, por extensão, ponto de encontro dos conselheiros. Com a leitura dessas transcrições, foi possível problematizar o processo de elaboração de leis, de projetos, entre outros encaminhamentos que passaram pelo crivo do CEC, órgão que tinha como principal atividade transformar a cultura em finalidade e a política em meio para chegar a esse fim. A projeção da atuação dos conselheiros não se resumiu apenas a Pernambuco, mas esses agentes a frente dessa instituição puderam efetivar diálogos que tiveram alcance nacional.

A segunda metade dos anos 1970 foi compreendido durante a pesquisa como um período em que acordos se efetivaram entre momentos de conciliação e acomodação no que se refere a construção da política cultural. O estudo das redes institucionais e de sociabilidades entre os agentes culturais que emergiram durante esses anos, apontaram ações paradoxais dos governantes quando nos referimos ao setor cultural. Sim,

governantes, pois, quando falamos em instituições não podemos considerar apenas a presidência, que nesse período foi ocupada por militares, mas outros espaços que compuseram o Estado e os agentes que foram deslocados para assumir as diversas instituições durante esses anos e para nós foram esses agentes que efetivaram ações a partir de visões de mundo de forma particular, mas afinadas entre seus pares. Desse modo, consideramos aqui os conselheiros do CEC como sujeitos que governaram, visto que utilizamos o significado literal da palavra governo que se traduz em ter mando, direção; dirigir, administrar².

Para finalizar essas informações iniciais salientamos que o período compreendido entre os anos 1970 e 1980 foi considerado por Antonio Albino Canelas *Rubim* (2007) como um terceiro momento da política cultural no país. Tal período, se caracterizou, na análise do autor, pela “distensão lenta e gradual” do governo do general Geisel e pela “abertura” durante a gestão do general Figueiredo, momento que também é o recorte temporal do trabalho em tela. Porque para Lia Calabre (2005) a política pública cultural no Brasil teve início nos anos 1930 com a problemática da salvaguarda do patrimônio histórico, urbanístico e arquitetônico, a qual o poder público ficou responsável, ou seja, como uma política de Estado, buscando em certa medida discutir a variabilidade, diversidade e criatividade culturais. A historiadora destaca que no governo Getúlio Vargas existiu um desejo e iniciativa de criar o Brasil “moderno”. Desse modo, vamos tratar sobre esse terceiro momento, a segunda metade dos anos 1970.

O conselho

O CEC é fruto da política cultural desenvolvida parcialmente pelo Conselho Federal de Cultura -CFC. Criado em 1966 a partir do Decreto – Lei n.º 74 de 21 de novembro, passou a funcionar desde esse dia no Palácio da Cultura do Rio de Janeiro até sua extinção em 1990 no governo de

² <<https://www.dicio.com.br/governar/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

Fernando Collor de Mello (CALABRE, 2008). O conselho federal uma das instituições que inaugura um novo debate sobre e para a cultura no Brasil, se deu com a participação fundamental de Josué Montello que foi convidado pelo ministro da Educação e Cultura Raymundo Moniz de Aragão (1965-1966) e teve como missão reformular o setor cultural. Para isso recomendou como solução, a criação de um Plano Nacional de Cultura – PNC, também, sugeriu a efetivação de um órgão que seria responsável pela coordenação das atividades culturais do Ministério e que na época propôs ao então presidente Castelo Branco a criação de um conselho dedicado à cultura com o objetivo de realçar a importância da institucionalização do setor e do fomento estatal para a cultura (MAIA, 2012; CALABRE, 2006).

Em Pernambuco conselho estadual de cultura passa a existir oficialmente um ano após a criação do CFC em 1967 com o Decreto Lei nº 6003 de 27 de setembro. Seu funcionamento se deu através de um Regimento Interno documento que estruturou a organização e ações da instituição. A partir da composição inicial da instituição as decisões propostas pelos primeiros conselheiros eram discutidas em grupo e durante as reuniões que ocorriam uma vez por semana, foram compostas as comissões e plenárias, grupos de atividades para otimizar e realizar os encaminhamentos das decisões e proposições sobre a cultura do Estado. Entre as atividades a serem desenvolvidas pelo CEC, a elaboração de uma política cultural parecia central.

O RI que deu legitimidade ao funcionamento da instituição, elaborado nos anos 1960 foi modificado ao menos sete vezes através de decretos, chegando ao documento final em 31/10/1979. Após uma leitura inicial desse documento foi possível levantar uma hipótese que acabou sendo respondida durante o andamento do trabalho. Questionamos que entre 1967 ano de fundação do CEC e 1975 recorte inicial dessa pesquisa, a instituição esteve em processo de organização e buscava entender como deveria funcionar, afinal de contas, seria a primeira vez que um conselho estadual de cultura tinha sido criado em Pernambuco. Questão que posteriormente foi melhor compreendida com a leitura das atas, pois os conselheiros

levantaram muitas dúvidas durante as reuniões o que de fato seriam as ações da instituição, bem como se determinados assuntos que não estavam definidos como “culturais” deveriam ou não ser analisados pelo CEC.

O texto do RI é composto por onze artigos e, alguns deles, foram com o passar dos anos, reorganizados de acordo com as demandas internas e externas que envolveram as atividades da instituição. O documento faz referência à atuação do CEC, indicando como aconteciam as nomeações dos conselheiros e secretários e sobre as mais diversas atribuições do conselho. Por exemplo, em 1979 a pasta da cultura no Estado de Pernambuco migra para a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, nos anos anteriores, a cultura estava vinculada à secretaria de Educação e com essa mudança em âmbito estadual, o RI foi mais uma vez reformulado alterando os encaminhamentos de alguns projetos e solicitações de recursos para essa nova secretaria, assim a cultura para a ser relacionado ao turismo.

As cadeiras do CEC foram ocupadas de maneira hierárquica com os cargos de presidente e vice presidente e por mais oito conselheiros que posteriormente também foram compondo as câmaras. Com a leitura do Art. 1º do RI conseguimos avaliar como a composição da instituição foi formada no ano de sua fundação, diz o trecho: “o Conselho Estadual será constituído por nove membros nomeados pelo governador do Estado, dentre as personalidades eminentes da cultura pernambucana”. Importante ressaltar, o parágrafo único do artigo 1º - “na escolha dos membros do conselho o governador levará em consideração a necessidade entre os membros ter a representação das seguintes áreas: artes, letras e ciências humanas”³.

Sendo assim, a partir dos anos 1960 o CEC passou a atuar com a presidência de Gilberto Freyre acompanhado de vice presidente que foi eleito internamente entre os conselheiros. Esse grupo que ajudou o sociólogo nessa missão foi composto entre a fundação e o ano 1979 por nomes como: Orlando Parahyn, Gilberto Osório de Andrade, Luiz Gonzaga Cardoso Ayres, Mauro Mota, Marcus Accioly, Monselhor Severino Nogueira,

³ Lei de funcionamento do Conselho Estadual de Cultura nº 8022, de 31/10/1979, p. 8.

Fernando Pio dos Santos, Ariano Suassuna, Nilo Pereira, Flavio Guerra, Valdemar de Oliveira, Paulo Fernando Craveiro, José Antônio Gonçalves de Melo, Cussy de Almeida Neto, Francisco Austerliano Bandeira de Mello, secretária Maria Helena Gayoso Mendes, esses agentes atuavam de alguma maneira na vida cultural do Estado.

Com o RI foi possível compreender além da composição dos conselheiros do CEC o papel fundamental que a instituição passa a desempenhar no desenvolvimento das ações para a política cultural no Estado. O CEC passa a representar uma das primeiras instituições que tinha como objetivo tratar exclusivamente dos assuntos culturais em Pernambuco. Para exemplificar, evidenciamos no Art. 8º do regimento que entre os quatorze incisos estavam descritas quais seriam as principais atividades do conselho:

formular a política cultural no âmbito estadual; Articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e execução de programas culturais; Promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico estadual; Promover campanhas estaduais que visem o desenvolvimento cultural e artístico; Emitir parecer sobre as solicitações feitas pelas instituições culturais, de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, e das subvenções a serem concedidas pelo governo do estado; Estimular a criação de Departamentos Municipais de Cultura; Elaborar o Plano Nacional de Cultura com os recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação e de outras fontes orçamentárias ou não, posto à sua disposição; Manter intercâmbios com os conselhos Federal e estaduais de cultura⁴.

A política cultural deveria ser estruturada pelo conselho em âmbito estadual. O que se tornou um grande desafio para os conselheiros compreender inclusive o que era política cultural naquele momento tanto de forma local como nacional, além disso seria fundamental estabelecer inúmeras articulações institucionais em busca de apoio e recursos para encaminhar e promover ações. Desse modo, efetivar uma política cultural

⁴ Idem. p. 8.

no Estado não parecia ser algo simples e harmônico, pois criar relações requer muitas negociações e estas por vezes permeadas por muitos conflitos de interesses pessoais, coletivos e institucionais.

O conselho estadual, embora com algumas mudanças estruturais funciona até os dias de hoje em um sobrado situado na avenida Oliveira Lima, antiga rua Corredor do Bispo, nº 813 no município de Recife, casa onde morou Manuel Oliveira Lima, o Oliveira Lima. As atuais reuniões do conselho acontecem na mesma sede onde ocorreram as reuniões com a antiga composição efetivada desde o período de sua fundação em 1967. Esse espaço que serve de sede do conselho até hoje foi testemunho, dos debates da instituição entre 1975 e 1979, momento ímpar para o desenvolvimento de ações das políticas para cultura em Pernambuco.

A partir do decreto nº 43.655, de 20 de outubro de 2016 o órgão foi estruturado com administração direta tem como atribuição deliberar coletivamente e está vinculado à Secretaria de Estadual de Cultura. O conselho estadual de cultura atualmente tem como finalidades a formulação das diretrizes de ações culturais do Governo do Estado de Pernambuco e a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural tangível e intangível do Estado.

A partir do referido decreto o conselho estadual vivenciou um processo de ruptura em relação ao momento de sua fundação em 1967. Podemos verificar essa mudança no regulamento do conselho aprovado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2003 que:

Art. 1º O Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco - CEC, criado pela Lei 6.003, de 27 de setembro de 1967, com as alterações produzidas pelas Leis 6.614, de 09 de novembro de 1973; 7.970, de 18 de setembro de 1979; 8.022, de 31 de outubro de 1979 e 12.196, de 2 de maio de 2002, é órgão de deliberação coletiva, da administração direta, vinculado à Secretaria de Estado encarregada da cultura, integrante do Núcleo Estratégico, nos termos da Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003 (Decreto nº 25.677, de 24 de julho de 2003).

Com todas essas mudanças desde da fundação da instituição a formação atual do conselho passou a atuar de forma paritária, por 40 (quarenta) membros titulares e igual número de suplentes, designados por Ato do Governador, distribuídos 20 vinte conselheiros representantes da sociedade civil, na forma de titulares e respectivos suplentes, eleitos pelos seguintes segmentos, em fóruns específicos que são eles: Arquitetura e Urbanismo; Artes visuais e Fotografia; Artesanato; Audiovisual; Circo; Cultura popular de matriz ibérica; Cultura popular de matriz africana; Cultura popular de matriz indígena; Dança; Design e Moda; Gastronomia; Literatura; Movimentos sociais, comunitários e de direitos urbanos, de mídias livres, da juventude e estudantil; Música; Produtores culturais; Pontos de cultura; Teatro e Ópera; Agreste; Sertão; Zona da mata.

Além desses citados, mais vinte representantes do Poder Público, na forma de titulares e respectivos suplentes no seguinte formato: um representante de prefeitura de município da macrorregião do sertão, indicado pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE; um representante de prefeitura de município da macrorregião do agreste, indicado pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE; um representante de prefeitura de município da macrorregião da zona da mata, indicado pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE; um) representante da Prefeitura do Recife; um representante da Prefeitura de Olinda; um representante da Secretaria de Cultura de Pernambuco; um representante da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE;

Por fim, um representante da Secretaria da Casa Civil; um representante da Secretaria de Educação; um representante da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer; um representante da Secretaria da Mulher; um representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; um representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; um representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; um representante da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade; um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; um

representante da Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC; um representante da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE; um representante da Universidade de Pernambuco – UPE; um representante do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

A nova configuração do conselho passou a funcionar através da aprovação de um Regimento Interno - RI que foi reconhecido e assinado pelo governador do estado em XXXX. Recentemente o atual governador de Pernambuco Paulo Henrique Saraiva Câmara, eleito no primeiro mandato em 2015 e reeleito em 2018, assinou o documento que legitima o andamento das atividades da referida instituição cultural. Desse modo, o Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC, antigo Conselho Estadual de Cultura - na atual estrutura assume as seguintes responsabilidades que observamos na organização do próprio regimento nos artigos que segue (RI, 2015, p.2):

Art. 1º O Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC-PE, órgão colegiado, propositivo, consultivo e deliberativo, instituído pela Lei nº 15.429, de 22 de dezembro 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 41.777, de 27 de maio de 2015, com jurisdição em todo o território pernambucano, vinculado à Secretaria de Cultura-SECULT, tem por finalidade proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações conjuntas no campo da cultura, por meio da gestão compartilhada entre o Governo e a sociedade civil, em conformidade com os princípios e as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura-SNC.

Art. 2º Ao Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC-PE compete: I - propor princípios, normas, diretrizes e linhas de ação da Política Pública de Cultura do Estado de Pernambuco; II - aprovar os planos de cultura estadual, regionais e setoriais a partir das orientações emanadas das conferências e fóruns, no âmbito das respectivas esferas de atuação; III - acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Estadual de Cultura; IV - propor ao Poder Executivo alterações nas diretrizes do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - FUNCULTURA, criado pela Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002; V - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre entes da Federação; e VI - fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Política Cultural.

A conquista com essa configuração atual se deu com a abertura de participação de mais integrantes da sociedade como professores universitários, brincadores, produtores culturais, estudantes de História, integrantes da Fundarpe. Além disso, possibilitou uma interiorização dos debates sobre a cultura com a participação de representantes de outras regiões do Estado (Zona da Mata, Agreste e Sertão).

Mas afinal o que foi a política cultural para o CEC?

Para Renato Ortiz (1985), os agentes culturais que assumem a composição das instituições não foram escolhidos aleatoriamente. As nomeações foram constituídas em duas frentes: uma por ser homens que eram notoriamente reconhecidos nos espaços culturais, os “homens ilustres da cultura”. O segundo critério se apresenta assim: que o Estado precisava desenvolver um projeto cultural, desse modo foi necessário que ele se voltasse para os únicos intelectuais disponíveis, esses que se colocaram desde o início a favor do regime.

O desafio desses agentes foi de atuar frente a discussão da elaboração de uma política cultural para o Brasil. Política cultural implica, dentre outros requisitos, intervenções conjuntas e sistemática; atores coletivos e metas (RUBIM, 2007). Para o autor, política pública cultural pressupõem a existência de uma ação estatal organizada, contínua, com recursos (financeiros, jurídicos, materiais e humanos) destinados exclusivamente ao setor e aos múltiplos espaços que compõem à área. As políticas para a cultura tiveram como premissa atuar em diversos níveis, entre eles: do simbólico, da identidade nacional, do econômico e na legitimidade do poder à frente do governo. (CALABRE, 2005).

No conjunto de desenvolvimento dessa política foi muito relevante as relações firmadas com outros órgãos que se estabeleceram em torno da “autêntica cultura” foram fundamentais para o debate e a contínua política cultural durante na década de 1970. Ao realizar uma prosopografia em torno dos conselheiros, evidenciamos que em Pernambuco as

sociabilidades entre instituições culturais foram constantes e com a presença de vários desses agentes nas mais diferentes instituições culturais do Estado. Visto que, esse modo de tratar o setor não estava dado e não ocorreu de forma linear, apesar dos agentes culturais indicados para ocuparem lugares em instituições, serem sujeitos reconhecidos como “homens ilustres”, os mesmos foram construindo, ao longo dos anos um modo de fazer uma política para a cultura.

As relações de sociabilidades imprescindíveis para a efetivação de diálogos em torno da cultura estreitaram-se no caminho. As trocas frequentes entre instituições e seus agentes se legitimaram em forma de cartões de boas festas, convites, trocas de livros, conferências, visitas particulares e institucionais. Academia Pernambucana de Letras, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Museu do Homem do Nordeste, Empresa de Turismo de Pernambuco, entre outras que apareceram na documentação como lugares de trânsito dos agentes culturais que fizeram parte do CEC.

Os referidos espaços de circulação dos conselheiros é notícia em um dos cadernos do Jornal Diário da Manhã. No sábado 26 de janeiro de 1976 o DM publicou a intenção de criar uma cadeira de Frevologia na Universidade Federal de Pernambuco e o presidente do conselho Gilberto Freyre menciona que naturalmente o catedrático seria Valdemar de Oliveira, visto que o mesmo tinha ministrado essa aula no CEC e que é fundamental um estudo como esse para ficar comprovado que o Frevo nasceu em Pernambuco e não na Bahia (DM_19760124, p. 6). Diante do exposto se apresenta um questionamento quais as narrativas construídas por esses agentes culturais, seus usos, parcialidades, momentos e relações de força?

1975: o ano da cultura

No verso da página 160 do livro ata do Conselho de Cultura de Pernambuco 1976, em uma das reuniões semanais Nilo Pereira menciona:

“considero que este ano se inicia para a cultura”. Reitera que naquele ano o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, acabara de lançar o Plano Nacional de Cultura (PCN) e que essa ação foi muito evidenciada nos jornais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Completa o conselheiro: “sabe-se que esse plano foi analisado e reformulado até pelo Conselho Federal de Cultura, que não poderia deixar de estar presente e de trazer a sua notável e indispensável contribuição”. Salienta ainda que os referidos periódicos sentenciaram a grande contribuição de Pernambuco à cultura brasileira (Livro ata nº 07).

Durante a mesma reunião que consta a transcrição no verso da página 161 do livro ata, o conselheiro Flávio Guerra se pronuncia: “ultimamente os jornais tem tratado com mais frequência de assuntos culturais”. Nessa linha de considerações, sinalizou o conselheiro que vinha lendo nos periódicos que o momento era positivo para a cultura, como enfatizou durante esse encontro na sede do CEC; “as coisas estão melhorando na imprensa do Recife quanto ao setor cultural”. Diante da sua sentença sobre os periódicos e a visibilidade da cultura no país, Guerra propôs à época, que as solicitações realizadas pelo CEC deveriam ser enviadas rigorosamente à direção dos jornais para que os assuntos tratados no conselho também circulassem nos outros setores da sociedade pernambucana. No final da mesma reunião, o presidente da instituição Gilberto Freyre, relata: “só tenho encontrado receptividade em assuntos do conselho” Freyre, também era conselheiro do CFC e atuou na câmara de ciência humanas.

Flavio Guerra ressalta na reunião do dia treze de janeiro, que Freyre estava presente na elaboração do PCN e que indicou sugestões e, estas por sua vez, foram aceitas para compor a redação final do documento. Esse plano teve por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional⁵.

⁵ Disponível em <<http://pnc.cultura.gov.br>>, acessado em: 22 mai. 2019.

O pós 1964 foi um momento de organização e produção da cultura, principalmente a partir de 1975. Quando observamos tanto na bibliografia sobre o tema quanto na fontes, encontramos uma sistematização de planos, projetos e instituições como a Política Nacional de Cultura (PNC), Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979), são alguns dos exemplos dessa organização da cultura.

Com a presidência de Médici o período do “milagre” abriu novas possibilidades para as realizações e os empreendimentos culturais. Evidencia-se um momento de transformações mais amplas que foram vivenciadas por boa parte da sociedade brasileira, tiveram impactos imediatos no domínio cultural. Pode-se afirmar que, durante esses anos a economia brasileira cria um mercado de bens materiais. De forma correlata, se desenvolve um mercado de bens simbólicos que diz respeito à área da cultura (ORTIZ, 2006, p. 81-87).

Ao estudar sobre o período analisando mais de perto o setor cultural, localizamos aquilo que vamos considerar como paradoxal principalmente no processo de governabilidade da cultura. Nas atas do CEC por exemplo, não encontramos em nenhum momento expressões direcionadas ao regime de governo vigente como autoritarismo, violência, ausência de democracia, até mesmo censura, o que nos faz crer que esses termos não faziam sentido para os conselheiros nem mesmo para a instituição. Isso é curioso, pois em âmbito nacional, por volta de 1975 o desenho do Centro de Referências Culturais (CNRC) começava a ser executado e teve a direção de Aloísio Magalhães fazendo uma certa alusão que o Brasil vivia um momento mais democrático com o estudo e registro da diversidade de manifestações culturais do país e tudo isso com investimento e atenção do Estado, mesmo durante regime militar e desse modo, percebemos que nesse momento a cultura foi indispensável para a construção de um discurso unificador de nação.

Mas diante dessa ação política para a cultura durante o governo dos militares na presidência enxergamos que as decisões não foram

construídas e muito menos se efetivaram de maneira homogênea. A saber, na época, a figura do Coronel Octávio Costa se destaca por sua atuação na Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) durante o governo Médici e também por demonstrar ser um admirador de Gilberto Freyre deve sinalizar alguns caminhos que a pasta da cultura buscou estruturar nos anos 1970. “O coronel era um militar intelectualizado conhecedor da literatura e da sociologia”, vejamos, sua concepção de Brasil era inspirada nas ideias de Casa Grande e Senzala, este que ficou famoso por sustentar que nosso país era uma “democracia racial” (FICO, 2019, p. 77).

Essa visão benevolente sobre o passado associava-se a propaganda política da Aerp, a uma perspectiva otimista sobre o futuro segundo a qual o Brasil estaria fadado a ser uma grande potência graças à riqueza de seus recursos naturais e à peculiaridade de seu povo – otimista, hospitaleiro e feliz.

Se considerarmos que as interpretações dos trabalhos de Freyre que caíram na simpatia e entusiasmo do coronel, posição que sustenta uma certa harmonia nas relações dos sujeitos que construíram o país (europeus, índios e negros), então, levantamos como hipótese que nesse período começa a se estruturar uma certa visão benevolente do passado e da peculiaridade da cultura brasileira como genuína construída das particularidades de cada região do país que deve servir de modelos e parâmetro para a construção de uma política pública a fim de promover uma ideia de cultura para o Brasil.

Podemos dizer que a partir dessa visão do coronel, uma concepção de tradição e civilização definiria a ideia de cultura e que se institucionalizou no CEC. Freyre, junto aos seus pares, alinhou-se a concepção de cultura defendida por alguns militares. Percebemos essa aproximação do presidente do conselho estadual e integrantes das forças armadas que governaram o país naquele momento através de vários episódios, mas aqui vamos mencionar dois: a defesa do patrimônio como elemento definidor da memória e a cultura popular, calcada na ideia de folclore, elemento estruturante da “verdadeira cultura do povo brasileiro”.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior defende que Freyre foi uma grande liderança intelectual e a ideia de cultura harmônica esteve atrelada a pontos de vista da igreja católica. É importante pontuar que Gilberto Freyre em 1924 criou o Centro Regionalista do Nordeste que articulou intelectuais, artistas e políticos que se reuniam semanalmente na casa de um intelectual chamado Odilon Nestor. Esse momento, para o historiador foi lançada a ideia de Nordeste, ou seja, um lugar que tem uma identidade própria (MUNIZ, 2009).

Na diversidade de temas discutidos pelo conselho, um importante elemento nos chama a atenção, o patrimônio. Processos de mudanças contraditórios, em que novo negocia com o velho, que mantêm em vigor e atualizam certos traços do passado enquanto outros são transformados (MOTTA, 2014, p 12). Nesse sentido, nos desperta uma análise curiosa, pois um dos sentidos do patrimônio estava fincado na ideia de diversidade da cultura brasileira que harmonicamente eram símbolos das tradições que definem um caráter de identidade nacional e plural.

A noção tradicional de cultura defendida pelos conselheiros do CEC confronta com a ideia de desenvolvimento econômico que diversas cidades passaram nos anos 1970, inclusive Recife. Em uma das reuniões do CEC, tradicional versus progresso, foi o tema de um debate intenso que ocorreu em torno da reforma do Porto do Recife.

Durante o encontro que ocorreu em 10 de fevereiro de 1976 na sede da instituição os conselheiros da cultura em Pernambuco se posicionam sobre a reforma de ampliação do Porto. Alegavam que a reforma trazia um grande perigo para a Igreja Nossa Senhora do Pilar. Sobre isso discorrem na página 180 do livro ata:

consta no Plano Nacional de Cultura, já aprovado pelo MEC e CFC, a preservação de prédios históricos ou tradicionais, sendo esse, pois um problema da cultura, lembrando que essa necessidade de preservação é lembrada no parecer do relator do Plano naquele conselho. O superintendente do Porto iria demolir os prédios históricos, apenas os armazéns.

Notem que os armazéns que existiam no entorno do Porto remontam ao importante momento da história de Pernambuco, mas o que deu a entender, essas construções não era uma preocupação para os conselheiros, apenas a igreja. Após um dos conselheiros visitar o local pessoalmente constatou a destruição apenas desses prédios e, que o Dr. Ayrton de Almeida Carvalho garantiu que os conselheiros poderiam ficar sossegados que nada mais seria tocado. Continuam a reunião e relatam que dez dias depois do acordo de lealdade firmado entre Almeida de Carvalho e o CEC deram início da demolição de prédios que não seriam destruídos. O CEC a partir desse evento, redigiu encaminhamentos desse debate e ressaltaram sobre a preservação dos imóveis, tal comunicação teve o intuito de chegar até o conhecimento do Ministro da Educação e Cultura.

Continuam na página 181 a respeito das demolições no bairro do Recife e assuntam que “nem tudo que é antigo é precioso e histórico, parecendo-lhe que a demolições não atingem a parte nobre do bairro ou aquilo que estava em disputa do que deveria ser preservado, rememorado ou simplesmente demolido”. O conselheiro Flávio Guerra e outros agentes do CEC como Nilo Pereira defendem a preservação a igreja do Pilar e solicitam ações do conselho. Pedem esclarecimentos a superintendência do Porto sobre o que está acontecendo no local. Redigem um comunicado imediato ao Ministro da Educação e Cultura em nome do CEC e nesse interim Guerra, propõe convidar o superintendente do Porto do Recife para comparecer ao conselho.

O tema volta a ser discutido no dia 17 de fevereiro na ocasião esteve presente o engenheiro Marcos Cristiano de Arruda Falcão, diretor da divisão de engenharia da administração do Porto. esteve presente para presta informações e apresentar o projeto aos conselheiros. Ao final da reunião Arruda Falcão agradece enormemente o convite e o prestígio de estar ao lado dos “mais ilustres intelectuais pernambucanos” e garante que a expansão do Porto do Recife até o momento tinha demolido “apenas” dois barracões na Rua São Jorge e tranquiliza os conselheiros que os prédios citados por eles não seriam prejudicados. Diante dessa situação, Valdemar

de Oliveira pede de imediato o posicionamento da FUNDARPE para tomar os monumentos para não destruírem. Por fim o conselheiro Gonçalves de Mello pede para que o engenheiro que comunique qualquer vestígio arqueológico encontrado durante as reformas e encaminha ainda que todos os processos de tombamento de feito pela FUNDARPE devem sempre ter o parecer do CEC.

Como vimos modernização estava na ordem do dia em âmbito estadual e nacional o que confronta com as posturas dos agentes culturais que sinalizavam uma posição conservadora para a cultura. Moderno, modernização e modernidade tornam-se conceitos-chaves no período da ditadura militar (MOTTA, 2014). Para o historiador os grupos que deram alicerce o governo ditatorial compunham uma frente heterogênea, representando diferenças sociais e ideológicas e as reformas foram uma coalizção de diferentes agentes com diferentes ideais.

Quando os intelectuais são recrutados pelo Estado, eles se deparam com essa nova realidade de construir uma política de cultura e nesse sentido os conselhos foram instituições fundamentais nesse processo, e os conselheiros do CEC eram deveras atuantes, frente ao debate cultural e se empenham para desenvolver uma política para a cultura, apesar da instituição não ter força para deliberar ações. Ao reler o texto final do PCN, verificamos que a política dos conselhos estaduais se efetivava em colaborar para implantar um sistema nacional de cultura, ainda que alicerçado numa visão tradicional do que seria cultura, ou seja, manifestações de um passado que deveria ser preservado tal qual ele foi.

Ao olhar para o passado esses intelectuais que atuaram no CEC configuraram a cultura com uma espécie de nostalgia, um realismo essencialista, uma prática de pura forma, ou seja, isolada de sua historicidade que acabam sendo neutralizadas politicamente ou censuradas. Se consideramos esse sentido e atribuí-lo a uma produção da ideia de cultura idealizada a Freyre, percebemos uma visão, por exemplo da manifestação cultural Pastoril como conservadora. Em uma das atas do CEC o recurso da censura sugerida por Freyre sobre a peça “Viva ao cordão encarnado”

trazia uma crítica a ruptura da forma de fazer o Pastoril. O pedido que deveria ser entregue ao ministro Ney Braga em 1975, mas antes foi lida e debatida numa sessão do CFC argumentava que o diretor do referido espetáculo teatral estaria “descaracterizando uma manifestação tão importante para a cultura brasileira, o Pastoril”.

Nesse sentido é possível aferir que os conselheiros ao representarem o conselho apontam uma preocupação em preservar e defender a cultura como pura forma mesmo com a perda se sua eventualidade. A manifestações culturais do “povo” para os “guardiões da cultura” deveriam ser guardadas em museus, monumentalizadas como ocorreu com o patrimônio histórico, legitimada em arquivos com uma ideia clara do sentido atribuído ao folclore, expressão compreendida nesse trabalho como aquilo que comumente retiram práticas culturais do seus contextos, isolam seus fazedores, as tornam des-historicizadas.

Para fazer perceber melhor essa produção da ideia de cultura construída ao longo dos anos pelo CEC vamos singularizar rapidamente o museu. O Museu do Homem do Nordeste- Muhne pode ser analisado aqui como fruto também dessa política cultural fabricada nesse período em Pernambuco. Freyre, por exemplo esteve à frente do projeto do museu e do IJNPS.

O instituto se apresenta como um elemento definidor de sua identidade, institucionalizar as visões de mundo e formas de sentido da construção da região Nordeste, ou seja, um espaço que procurou desenvolver o próprio trabalho do seu idealizador (RAMOS, 2016. p 29). Para nós é interessante saber o que consistia na construção do Muhne nesse momento, seria mais um espaço de memória da saudosa história de Pernambuco? Contaria esse museu com uma representação simbólica da formação da cultura pernambucana? Não podemos perder de vista que o corpo de idealizadores das exposições do museu eram também pesquisadores da IJNPS. A proposta, segundo (RAMOS, 2016) era dar visibilidade as questões sociais e a ideia de Nordeste. Inaugurado em 1979, a execução de seu projeto foi permeada por muitas críticas, elogios e polêmicas

A inauguração desse novo espaço cultural em Recife se torna um grande acontecimento. Durante a reunião do CEC no dia 10 de julho de 1976, os conselheiros anunciam que o presidente da casa deveria comparecer no dia 20 do mesmo mês a cidade do Rio de Janeiro para receber uma homenagem, um prêmio simbólico chamado Euclides da Cunha, mas que no dia seguinte, dia 21 um sábado retornaria ao Recife para o grande acontecimento da vida cultural brasileira, a inauguração do Museu do Homem do Nordeste (Livro 11, p. 64). Os jornais também tratam esse momento como um marco para a cultura não só do Nordeste, mas do Brasil.

INJPS inaugura Museu do Homem do Nordeste

A inauguração do Museu do Homem do Nordeste – uma documentação viva da cultura do lavrador e do trabalhador rural da região: da sua habitação, dos seus tipos mais característicos de vestuário, de móvel, de louças, de cerâmicas, de cestas, de transporte e de calçados...

Importância

Segundo o sociólogo – antropólogo Gilberto Freyre – fundador do INJPS e presidente do seu conselho diretor – o Instituto Joaquim Nabuco – destinado ao estudo do Norte e do Nordeste agrários do país, da Bahia ao Amazonas – não estaria completo em sua organização básica, enquanto não abrisse aos estudiosos, em particular e ao público em geral, um museu como um Museu do Homem do Nordeste. “Mil e um aspectos da vida agrária dão originalidade à cultura da região que constitui o objeto principal de estudos da parte dos pesquisadores Sociais.

Gilberto Freyre afirma que ... pois diz, museu moderno, diz centro de estudos e de pesquisas que não podem confiar aos limites das províncias ou da região onde se acha situado o museu.

Apresentamos a transcrição dessa matéria, ainda que longa, por considerar importante analisar os discursos que perpassam nas inúmeras adjetivações ao noticiar a inauguração do Munhe. O espaço é considerado um centro de pesquisa social, antropológica e ecológica e que por isso deveria estabelecer fortes laços com outros importantes museus com essas

características, reitera Freyre a matéria do Diário de Pernambuco em 22 de julho de 1979⁶, acrescenta:

Intercâmbio

“no contato com museus estrangeiros, o Museu do Homem do Nordeste deve cuidar de estendê-lo aos próprios museus russosoviéticos sinocomunistas, onde se estão realizando hoje estudos, que à parte do ponto de vista da ideologia política que os inspira, são uma tentativa de revelação das condições de vida de populações rurais, sob alguns aspectos semelhantes as do Nordeste agrário do Brasil.

O museu concentra grande parte do ideal de cultura que se estabeleceu durante esses anos, além disso, torna-se, em certa medida, símbolo da memória e da história da cultura pernambucana e que tanto vai contribuir para a ideia de cultura brasileira que todos devem se orgulhar. Afinal de contas, tudo aquilo que estava dentro de um centro de pesquisa científica IJNPS, lugar que poucos poderiam ter acesso, agora ganha uma dimensão pública através do museu.

A formulação do Munhe também foi compreendida no trabalho de como um espaço de acomodação espacial e que reuniu os acervos dos museus do Açúcar funcionava vizinho ao Instituto, de Arte Popular que funcionava em Apipucos e de Antropologia do antigo IJNPS que vai configurar o que (RAMOS, 2016) define como mito fundador do Muhne. Sentencia a pesquisadora que a exposição que abre as inaugurações do museu se apresenta como uma síntese museológica do pensamento de Gilberto Freyre.

Considerações finais

Portanto, política pública cultural foi um tema que nos remeteu ao conjunto de ideias que “homens ilustres” do CEC pôde operacionalizar enquanto conselheiros da cultura em Pernambuco. Com a criação dos

⁶ Hemeroteca BN – ano 1979/edição 00196, p. 17.

conselhos de cultura federal e os estaduais, o Estado teve a possibilidade de selecionar os parceiros e os suportes de sua política durante o regime militar no Brasil. O discurso sobre a cultura teve a dimensão de um Estado apaziguador e positivo que chegou a nos seduzir com a visão de uma democratização da cultura, algo que ao longo da pesquisa, reconhecemos que essa ideia foi produzida por nosso olhar ingênuo ao nos debruçarmos sobre bibliografia que tiveram como debate a política cultural.

Por política cultural entendemos uma totalidade construída por ideias, por práticas políticas e administrativas situadas no cenário intelectual e político no Brasil durante o regime. Pois, os projetos e ações que chegavam semanalmente para serem analisados pelos conselheiros do CEC, um feito apenas possível devido as relações sociais que os agentes culturais a frente do conselho estadual tiveram antes de atuar nessa instituição, bem como, ao serem reconhecidos como “homens ilustres da cultura” ampliaram e solidificaram suas sociabilidades com o prestígio que tiveram quando eram cotidianamente consultados para assuntos culturais, não reduzindo suas ações apenas a Pernambuco.

Compreendemos que a política cultural em Pernambuco foi construída ao longo do tempo. A escolha do período dessa pesquisa 1975 e 1979 foi uma opção guiada pela preocupação de melhor esclarecer uma pequena, mas significativa parte do conjunto de uma política cultural que estava sendo implementada no Brasil. Diante disso, consideramos que os agentes do CEC elevaram o tom e o ritmo do debate sobre a cultura por diversos caminhos: do lançamento de livros aos espetáculos teatrais, dos nomes de ruas do Recife aos festivais de cinema e dança, do meio ambiente ao patrimônio. Os conselheiros defenderam aquilo que estava em disputa como cultura pernambucana com todo prestígio e empenho que foram possíveis naquele período. Mas também com muitas alianças firmadas e reconhecimentos, inclusive dos militares e que em meio a torturas, censuras, desaparecimentos atualizar o estudo sobre a ditadura militar no Brasil, nos fez conhecer o lugar que ocupou a cultura. Mesmo que uma ideia de cultura dita e firmada pelos “cardeais da cultura”.

Referências

- ALMEIDA, Carla Beatriz de. **prosopografia ou biografia coletiva**: limites, desafios e possibilidades. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-9.
- CALABRE, Lia. **Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil**: 1967-1970. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008.
- _____. **Política Cultural no Brasil**: Um histórico. In: I ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2005, Salvador. I ENECULT.
- _____. **O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974**. Estudos históricos (Rio de Janeiro), v. 37, p. 81-98, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LUCA, Tânia Regina de. História nos e por meio de periódicos. In: PISNKY, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil-militar (1967 - 1975). Tese (Doutorado em História) – Programa de pós graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- _____. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil militar (1964 - 1985) Revista Tempo e Argumento, vol. 5,

núm. 10, julho-diciembre, 2013, pp. 182-206 Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Roberto Marinho, 1997.

MICELI, Sergio. **Estado e cultura no Brasil**. Difel, São Paulo.1984

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e a ditadura militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2010.

REIS, Carlos e Luís Augusto. **Luiz Mendonça:** teatro é festa para o povo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, jun. 2011.

URFALINO, Philipe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: edições Sesc São Paulo, 2015.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados:** a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

A infiltração como instrumento de controle: o combate às atividades artístico-culturais estudantis na UFPE (1974-1979)

*Thiago Nunes Soares*¹

A infiltração dos agentes de segurança e informação no *campus*.

Os agentes de segurança e informação estiveram infiltrados na universidade durante ações em defesa da ordem política e social, ao combaterem ideias e práticas associadas à subversão, ao terrorismo e ao comunismo. De acordo com a historiadora Mariana Joffily, isso ocorreu de diferentes formas, pois:

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam em tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais, mesmo os militares eram instruídos a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção da rede elétrica. Operavam

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador pedagógico do curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), instituição onde se graduou. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi professor substituto do Centro de Educação (2012-2014; 2016-2018). Atualmente, também é avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC; professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenador da Licenciatura em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA) e docente do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Apreis, 2018), entre outros livros e artigos nos campos da História e Educação. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>

frequentemente além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legalidade da legislação autoritária erigida pelo próprio regime. Importa dizer que os métodos violentos nunca foram abertos e publicamente defendidos pela hierarquia militar, mas empregados de forma ampla, com o aval e sob direção da alta cúpula (JOFFILY, 2014, p. 165)

Os agentes desenvolveram práticas violentas, complexas e variadas: vigilância social, coleta, análise e disseminação de informações, interrogatórios e prisões, burlando a legislação ditatorial e infiltrando-se nos espaços públicos e privados disfarçados de funcionários públicos, como foi o caso da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

ASSI/CELPE

P. 039-N
 Nome TEREZA MARIA DANTAS VILAR
 Codinome _____
 Endereço Anterior: Av. Afredo Maia, 72 - Afogados-Recife
 Filiação Manoel Dantas Vilar e Alice Dantas Vilar
 Data de Nascimento 18 Jul 47 Naturalidade Tejeruá-PB
 Profissão Engenheira Cadastrado em 04.03.76

IDEOLOGIA POLITICA: Em 1967/68 - Foi Secretário do Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Pernambuco.
 Em 1969 - Foi indiciada em inquérito, instaurado / pelo DOPS/SSP/PE que apurou atividades subversivas.
 Em 1970 - Foi presa pelo DOPS/SSP/PE acusada de desenvolver atividades subversivas (pixamentos, panfletagem, comícios, etc) (Ver INFE 001/76-ASSI/CELPE, de 27.02.76 em seu dossiê)
 Atualmente trabalha nas CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO-CESP. Tem muitos contatos com prego políticos recolhidos na Penitenciária Prof. SAN ETB CAMPÊLO-Itamaracá-PE. Durante os pixamentos realizados neste Capital e
 VIDE V-850

Imagem 1 Ficha de ex-estudante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) produzida pela ASSI/CELPE. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fichário da ASSI/CELPE.

A ficha registrada na imagem 1 é uma das 798 que compõe um fichário específico da ASSI/CELPE² sobre pessoas de segmentos sociais variados, inclusive, fora de Pernambuco. Ele foi organizado pelo DOPS/PE em ordem alfabética e serviu para monitoramento da sociedade. A estrutura física possibilitou um manuseio prático e rápidos pelos agentes e a identificação do indivíduo vigiado por meio de dados pessoais, como: endereço, filiação familiar, nome, codinome (era comum militantes

² Esta foi uma Assessoria de Informação da Celpe que tinha o serviço especializado de fornecer dados de investigação, segundo explicação fornecida em 17 de abril de 2020, pela professora da UFRPE Marcília Gama da Silva, que pesquisou no mestrado e no doutorado sobre o DOPS/PE.

perseguidos pela ditadura usarem pseudônimo enquanto estratégia de resistência), fotografia, profissão, número de prontuário desse departamento e data do cadastro.

Também foi importante na suspeição, vigilância, investigação, censura e repressão a construção de um histórico do indivíduo, sendo montado a partir dele, um perfil de sua “ideologia política”, um relevante item do documento para as ações dos militares. No caso de Teresa Maria Dantas Vilar, entre os anos de 1967 e 1970, a então estudante foi secretária do Diretório Acadêmico (DA) da UFPE (não foi especificado qual). Ela foi indiciada por cometer atividades nomeadas de subversivas e presa pela autoria de pichações, panfletagens, comícios, entre outras atividades que serviram como um mecanismo de mobilização social pelo retorno das liberdades democráticas.

A ficha dela foi elaborada em 4 de março de 1976, constando ainda que após ter sido demitida pela Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), em 11 de julho de 1977, a engenheira trabalhou nas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). Mesmo à distância, em São Paulo, teria mantido contato com presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, localizada na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Esse tipo de contato foi visto pelos agentes de segurança como algo pernicioso e deveria ser combatido.

Nessa complexidade, a infiltração de militares também poderia ocorrer a partir da cooperação civis, conforme é possível verificar na carta a seguir. Ela foi escrita pela mãe de uma discente do curso de Medicina da UFPE e enviada em 4 de abril de 1973 à SSP/PE, seção do IV Exército:

O motivo que me levou a escrever à V. Ex.^a foi o seguinte: Tenho uma filha estudando na U.F.P. na turma de Medicina. Ontem quando os alunos saíam da Universidade foram distribuídos entre eles, por pessoa da faculdade, boletins, como este que segue em anexo. Como não quero que futuramente minha filha seja influenciada pelas idéias [sic] aqui expostas, venho por meio desta, alertar as autoridades para o foco pernicioso que ali está se instalando. Além da parte moral que é péssima, há agora mais um antro de propagandista contra o regime. Caso continue assim, não sei o que será dessa juventude desavisada

[sic]. Em casa, nós os pais devemos defendê-los desse tipo de gente. Porém no ambiente da universidade é impossível. O cunhado de meu irmão conseguiu pegar um dos panfletos e mostrou a minha mãe. Era altamente subversivo. Chamava o presidente Médice [sic] de assassino, falava contra o ensino pago nas universidades, contra a transamazônica, contra o custo de vida, contra os militares e contra os americanos [...] o folheto era violentíssimo. Aconselhei a minha mãe a mostrá-lo a um capitão do exército vizinho dela e ele achou fortíssimo. Temendo coisas piores pela frente para o nosso Estado e nossa cidade, é que preocupada resolvi comunicar o fato às autoridades competentes. Como se trata de documento sigiloso e perigoso, não posso revelar a minha identidade, mesmo fazendo com respeito à minha filha, pois poderá sofrer consequências funestas, caso descobrissem que ela é minha filha e eu os denunciei. (Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fundo nº 29222. Carta anônima. *Apud* SILVA, 2014, p. 84)

O lugar e o formato de produção do documento indicam a descrição da ação como um mecanismo de proteção familiar: ele não foi assinado e, ao ser enviado à delegacia, a escritora diminuiu a sua exposição perante os militares, pois “temendo coisas piores pela frente”, ressaltou que “trata-se de um documento sigiloso e perigoso, não posso revelar a minha identidade”. A fonte foi elaborada em um momento de anticomunismo na universidade e medo do crescimento das atividades oposicionistas discen-tes, quando em 1973, após alguns anos, lançou-se uma chapa de esquerda durante as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE.

Também constatamos o alcance da mentalidade de informações no tecido social, nos discursos da autora foram utilizados diversos termos e expressões idênticos aos que encontramos em documentos produzidos pelos militares, como: “foco pernicioso”, “moral”, “antro de propagandista contra o governo”, “juventude desavisada”, “altamente subversivo” e “assassino”. Ao descrever o teor do folheto estudantil em cooperação com um capitão do exército, a mãe da estudante apontou o texto como “violentíssimo”.

À luz de Pierre Bourdieu, constatamos que essa senhora inseriu-se em um campo marcado por violência simbólica, entendida como um tipo

de violência invisível, um elemento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimentos, um viabilizador de práticas políticas de imposição e dominação social durante as sutis relações de força e de cumplicidade entre os sujeitos, contribuindo para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Nesse caso, a cooperação espontânea da civil com os militares ocorreu tanto por meio de informações sobre o cotidiano da atuação do movimento estudantil, quanto pelo fornecimento de um boletim produzido por ele. Salientamos que esse material de viés político poderia ser utilizado posteriormente pela polícia como um instrumento de prova para criminalizar os estudantes envolvidos.

Na carta também constam algumas das principais bandeiras desse segmento social, como: o combate à ditadura, ao ensino pago nas universidades, à construção da Rodovia Federal Transamazônica, à influência política estadunidense no Brasil e ao alto custo de vida para a população, em face da situação econômica do país. Esses discursos foram criticados pela autora da carta, perante a sua adesão ao regime e, ao levarmos em consideração esse cenário, discutiremos de forma específica a infiltração dos militares no meio estudantil durante a realização de atividades artístico-culturais.

As atividades artístico-culturais discentes.

As atividades artísticas e culturais realizadas por militantes estudantis foram vigiadas por agentes de segurança e informação, que se infiltraram na sociedade para controlá-las, em face do seu viés político. Em 1976, na sede do DCE/UFPE, um agente policial assistiu e analisou os discursos da peça teatral *Diário de um Louco*, de autoria de Nicholay Gogol e interpretada por Acyr Castro.

A vigilância ocorreu porque o espetáculo criticou o governador Francisco Moura Cavalcanti, ao denunciar que os funcionários públicos

estaduais recebiam baixos salários se comparados aos servidores federais³. A apresentação ocorreu em um momento de crescente oposição estudantil de esquerda e o agente de informação realizou outro procedimento comum durante o trabalho de investigação policial: a coleta documental. No caso, foi um pequeno jornal entregue na portaria do DCE, sendo este um dos instrumentos organização e mobilização política discente⁴.

Quanto à vigilância dentro e fora dos *campi* universitários, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) também teve uma função marcante na “Operação Limpeza” desde o início da ditadura, articulando-se com diversos órgãos que serviram de apoio aos governos militares. A fonte a seguir é um registro desse cenário e outro tipo de documento produzido pelos agentes policiais.

ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Departamento de Ordem Política e Social Divisão de Informações		DATA 11 / maio / 76	
INFORMAÇÃO	PEDIDO DE BUSCA		
INFORME	ENCAMINHAMENTO	Nº 39	Avaliação Confiança Veracidade
Assunto: SEM-4 DE RECIFE e DADOS SOBRE A ATUAL DIRETORIA EXECUTIVA DO DCE/UFPE/GEREÃO			
Origem: DINFO/DOPS			
Destino: CI/SSE/PE			
Destino anterior:			
Referência:			
Anexo: Cópia Xerox			
<p>Esta DINFO encaminha a esse Centro de Informações, cópia xerox de Informação nº106/76, do Ministério de Educação e Cultura, de 04.05.76, e Informe nº042/76, do Ministério de Enérito, de 28 de abril de 1976.</p>			
<p>CENTRO DE INFORMAÇÕES SIGILOSO PROTÓCOLO Nº: 311 de 13 de maio de 1976 RESPONSÁVEL</p>			

Imagem 2 Encaminhamento sobre as relações entre o grupo MPB-4 e o DCE/UFPE. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

³ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Parte de serviços s/n, de 10 de maio de 1976.

⁴ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Parte de serviços s/n, de 10 de maio de 1976.

O encaminhamento (imagem 2) geralmente foi uma resposta a outro documento, como o pedido de busca⁵. Ele foi produzido para direcionar e encaminhar um documento e/ou informação para outras instituições, diante da atuação dos agentes de segurança do Estado baseada na informação e na burocracia. O processamento poderia ocorrer nas esferas local, interestadual e até internacional. Nesse documento sigiloso foi anexada a informação confidencial nº106/1976 do MEC, que registrou o caso de cooperação política entre o movimento estudantil da UFPE e o MPB-4.

Esse grupo de samba surgiu em 1964, na UFF, composto por Ruy, Miltoninho, Aquiles e Magro, militantes no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE desde o ano anterior. Tendo em vista o histórico de censura sofrido pelos seus membros na ditadura, em 1973, o grupo gravou algumas músicas com o nome de Coral Som Livre, para tentar driblar a coerção do Estado⁶.

Desde o dia 29 de abril de 1976, o MBP-4 se apresentou no Nosso Teatro, com o espetáculo musical *MPB-4 no Safari*, um trabalho de autoria dos seus integrantes, do teatrólogo Antônio Pedro e do cantor e compositor Chico Buarque. Isso ocorreu porque a atividade já tinha sido censurada anteriormente com o título de *República de Ugunga*, sob a acusação de possuir uma “linha contestatória de cunho irônico”⁷. De acordo com os agentes de segurança e informação, apesar dos cortes sofridos, o show continuou com a seguinte abordagem:

[...] 3) Intercalando os números musicais, é apresentada uma pequena peça, onde os componentes do conjunto representam um grupo de pessoas em plena selva de ‘Pitunga’, onde tudo é proibido pelo MAT (Movimento de Auxílio aos Talentos).

⁵ “Encaminhamentos e Informes referiam-se ao mesmo tipo de intencionalidade – a coleta de informações sobre indivíduos, grupos ou instituições, com o intuito de formar culpa para viabilizar estratégia de controle ou excluir riscos. [...] [Os] Pedidos de Busca iniciavam uma nova pesquisa, cuja resposta estava no Encaminhamento e/ou Informe que, se comprovada, culminava no registro do Prontuário, bem como na possível confecção de Boletins e Relatórios” (LONGHI, 2014, p. 105).

⁶ <<http://memoriasdaditadura.org.br/artistas/mpb-4/>>, acessado em 19 abr. 2020.

⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº106/1976.

- 4) O texto do ‘show’ é rico em ‘palavrões’ e frases com duplo sentido, onde o desenrolar dos fatos não deixam pairar dúvidas quanto à intenção dos apresentadores, que é de contestação ao regime.
- 5) Parte dos ingressos vendidos nas bilheterias daquela casa de espetáculos, no dia 29/04/76, trazia o carimbo ‘CONVITE’, acrescentado por outro do Diretório Central dos Estudantes da UFPE, tudo fazendo crer que o dinheiro arrecado na venda daqueles bilhetes será, por certo àquele Órgão Estudantil.
- 6) Ademais, a claque presente ao espetáculo daquele dia, era composta, na sua grande maioria, por grupos de estudantes que, incansavelmente, aplaudiam o desenrolar dos fatos, sobretudo quando foram apresentadas músicas de protesto, entre outras: ‘RODA VIVA’, ‘GOTA-D’AGUA’, etc.⁸.

A partir disso, conhecemos uma das formas de organização do movimento estudantil da UFPE e como ele atuou de forma articulada com outros segmentos sociais para combater a ditadura. O uso de metáforas foi uma das estratégias de resistência perante a censura às expressões artísticas, como foi o caso da “[...] selva da ‘Pitunga’, onde tudo é proibido”, uma provável alusão à censura sofrida pelo conjunto musical e por outros artistas brasileiros.

Os discursos dos integrantes do espetáculo foram combatidos pelos agentes de segurança devido ao uso de simbologias políticas e morais, na medida que metáforas foram utilizadas como armas. O público em sua maioria foi constituído por estudantes, nomeados pejorativamente de claque, ao serem vistos pelos militares como aliciados.

No decorrer do espetáculo os universitários aplaudiram diversas passagens da apresentação, com destaque para as músicas de oposição à ditadura *Roda Viva* e *Gota D’Água* de Chico Buarque de Hollanda⁹. Daí o combate ao espetáculo, porque na visão dos militares, a educação dos

⁸ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

⁹ *Roda Viva* foi composta em 1967 e apresentada no III Festival da Música Popular Brasileira, organizado pela TV Record. Em 1968, o autor foi censurado, porque a peça que tinha o mesmo nome dessa canção foi invadida por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que depredaram as instalações e violentaram fisicamente os seus integrantes, em face dos discursos contra a ditadura. Enquanto *Gota D’Água* foi um teatro musical escrito por ele em coautoria com Paulo Pontes em 1975, influenciados pela tragédia grega *Medéia*, de Eurípedes (431 a. C.) e pela obra homônima de Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha). No trabalho destacaram criticamente temas sociais: direito à moradia, exploração das camadas pobres e manutenção do poder por meio do capitalismo. (SILVA; MAGALHÃES, 2013, p. 1). <<http://www.chicobuarque.com.br/vida/vida.htm>>, acessado em 18 abr. 2020.

jovens era tida como algo relevante, ao serem vistos como vulneráveis às “doutrinações” que estariam expostos (FICO, 2001, p. 187). Dessa forma, as práticas de censura inserem-se no:

[...] complexo aparelho montado por aqueles que detêm o poder, para controle da sociedade. Aparelho que, de posse do conhecimento muitas vezes profundo dos valores presentes na consciência coletiva, recria a verdade a seus moldes e segundo seus interesses e necessidades (BERG, 2002, pp. 53-54).

O espetáculo musical *MPB-4 no Safari* continuou sob a mira coercitiva do Estado, na medida em que permaneceu a vigilância, o monitoramento e a produção burocrática de documentos sobre ele para controlá-lo. O DCE/UFPE obteve significativa participação financeira nas arrecadações da atividade artístico-cultural, pois o primeiro show ocorreu em 29 de abril de 1976 e vários ingressos teriam sido distribuídos como convites, sendo o valor das entradas vendidas no Nosso Teatro repassado aos alunos.

Além disso, o show de encerramento foi destinado aos estudantes e realizado no dia 9 de maio, tendo os ingressos sido cedidos ao diretório por Cr\$15,00, que os revendeu por Cr\$20,00¹⁰. Provavelmente os valores arrecadados foram utilizados posteriormente para o desenvolvimento de atividades políticas e culturais discentes, como: panfletagem, cartazes, eventos, publicação de jornais e pichações¹¹, por serem comuns durante a militância universitária e possuírem baixo custo e grande eficácia nas artes de resistências.

As relações políticas entre os próprios estudantes nas universidades também foram combatidas pelos militares. Segundo os agentes do IV Exército, Orlando Mindelo (ex-presidente do DCE/UFPE em 1976) estaria se articulando com alunos da UFPE que não tinham sofrido punições

¹⁰ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 114, de 13 de maio de 1976. Produzida pela ARSI/DSI/MEC/NE e difundida para a DSI/MEC, ARE/SNI, SR/DPF/PE, IV EX, II COMAR e CI/SSP/PE.

¹¹ Para um aprofundamento sobre o uso de pichações pelo movimento estudantil durante a ditadura, ver: SOARES, 2018.

disciplinares da reitoria¹². Na perspectiva dos militares, o objetivo seria construir uma lista de candidatos às eleições dos órgãos colegiados da universidade e os alunos sem envolvimento nas atividades políticas eram vistos como passivos e vulneráveis à cooptação dos militantes opositores à reitoria e à ditadura; daí a vigilância social.

Acreditamos que a ação do Orlando Mindelo pode ser entendida como uma estratégia de resistência ao aparato coercitivo do Estado, que durante as atividades de espionagem conseguiu identificar essa lista de alunos oriundos de vários cursos. Além disso, as relações entre estudantes de Pernambuco e de outros estados estiveram sob investigação policial, chamando-nos a atenção o detalhamento de informações:

[...] 2) No dia 17/03/76, movidos pelo noticiário da grande imprensa do dia anterior ('Jornal da Bahia'), o Diretório Central dos Estudantes da UFPE expediu, destinado ao DCE/UFBA, na Agência Central da ECT/Recife, às 19:00 horas, o telegrama cuja cópia segue em anexo (ANEXO 01).

3) Em data de 26/03/76, encontra-se fixado no 'mural' do DCE/UFPE/UFPE, o panfleto 'Carta aos Estudantes Baianos' (ANEXO 02).

4) Referido panfleto, encabeçado pelo DCE, acompanhado por mais seis DDAA da UFPE, bem demonstra a evolução do ME que, numa escala incessante, lidera, tanto o DCE/UFPE, como os demais DDAA signatários da referida 'Carta'.

5) Segundo o Informe (F-6) a citada carta foi redigida para ser enviada a todos os jornais de Recife e correspondentes locais.

6) Presume-se que a falta de publicação, até a presente data, está relacionada com a liberdade dos estudantes baianos VALDÉSIO SANTOS SILVA e FREDERICO TORRES, posta em prática pelo DOPS mineiro, perdendo, com isso, a oportunidade da notícia. [...]

10) O panfleto 'MANIFESTO SOBRE O CRÉDITO EDUCATIVO' foi fartamente distribuído, em data de hoje (29/03/76), em diversas unidades da UFPE e UFRPE.

11) Há necessidade de uma campanha esclarecedora sobre o 'Crédito Educativo', no sentido de corrigir as distorções que estão sendo apresentadas aos

¹² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe Confidencial nº 045, de 14 de abril de 1977, avaliado em C-3, originário do IV Exército e difundido para a ARSI/DSI/MEC/NE, ASI/UFPE, SNI/ARE E SSP/PE.

menos avisados (que são maioria) [...], que originam o primeiro passo para a realização de um boicote¹³.

O olhar vigilante da polícia política registrou nesse documento aspectos marcantes do movimento estudantil de Pernambuco. Esse processo ocorreu por meio da espionagem no âmbito universitário recifense e da análise do conteúdo de um jornal baiano de grande circulação e repercussão. Na pesquisa, verificamos que o monitoramento de notícias veiculadas em outros estados sobre estudantes pernambucanos foi uma prática comum pelos agentes de informações, resultando em uma expressiva massa documental de recortes de jornais e outros tipos de fontes nos acervos consultados.

A “carta aos estudantes baianos” não foi publicada pela mídia local e por seus correspondentes, mas essa possibilidade já era tida como algo perigoso, sendo um registro da organização e cooperação de alunos de diferentes instituições e estados. Outra ação estudantil combatida pelos policiais foi a distribuição do “manifesto sobre o crédito educativo” na UFPE e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pois os seus discursos criticaram a privatização das universidades públicas, bandeira de resistência acadêmica levantada ao longo da ditadura.

O panfleto de 27 de março de 1976 resultou de uma reunião realizada no dia 20 desse mês, no auditório do DCE/UFPE, com a participação de estudantes da UFPE, UFRPE, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP)¹⁴. O discurso do documento é uma crítica ao cenário educacional nacional, diante da diminuição gradativa das verbas destinadas às universidades públicas desde o início da ditadura (conforme os dados citados na fonte) e do incentivo à criação e expansão de universidades privadas.

¹³ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial e urgente nº 72, de 29 de março de 1976.

¹⁴ A FESP foi fundada em 1965 e extinta em 1990, quando, em seu lugar, passou a funcionar a Universidade de Pernambuco (UPE). <<http://www.upe.br/institucional.html>>, acessado em 14 jan. 2020.

Criticou-se e apontou-se as consequências do ensino pago e, diante disso, os militares destacaram no item 11 da informação nº 72¹⁵ a “necessidade de uma campanha esclarecedora sobre o ‘Crédito Educativo’”, para evitar um boicote ao sistema de financiamento educacional. Nesse cenário, o discurso foi um campo de saber e práticas, expressando disputas políticas, porque estudantes e agentes de segurança e informações buscaram construir e difundir efeitos de verdade, a partir dos seus lugares de enunciação.

Em 1978, os agentes do IV Exército infiltraram-se na sede do DCE/UFPE, para acompanhar o evento *Calourada 78*, realizado entre os dias 24 e 27 de janeiro, sob a organização dessa entidade, do DCE/UFRPE, do DCE/Unicap e da Comissão de Alunos da FESP, denotando a articulação e cooperação estudantil pela sua formatação¹⁶. A partir de observações sobre a programação, os militares destacaram a existência de “- Show de Música Popular Nordestina (todas de protesto); - Grupos teatrais; - Debates sobre cultura popular, humor e universidade”¹⁷. Assim, verificamos mais um caso de vigilância das relações entre política e expressões artístico-culturais no meio discente.

Ao mapearmos as notícias do evento, repercutido significativamente no *Diário de Pernambuco* antes e durante a sua realização, verificamos que ele recebeu apoio financeiro do consagrado cantor, compositor e violinista pernambucano Geraldo Azevedo. O artista realizou o show *Veneza Americana*, no dia 20 de janeiro, às 21:00h, na sede do DCE, cujos fundos foram revertidos para a *Calourada*¹⁸.

Para uma maior compreensão das dimensões dessa prática, contextualizamos as relações entre Geraldo Azevedo e a ditadura. Ele integrou o

¹⁵ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial e urgente nº 72, de 29 de março de 1976.

¹⁶ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 8 de fevereiro de 1978, originária do IV Exército e difundida para DPF/PE, SSP/PE, SNI/ARE, 7ª RM/DE e PM/PE. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/01/1978, Local, p. 6.

¹⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978.

¹⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/01/1978, Viver, p. 2.

grupo *Quarteto Livre*, composto também por Naná Vasconcelos, Franklin da Flauta, Nelson Ângelo (do Clube da Esquina) e Geraldo Vandré (por um tempo). Com o recrudescimento do regime, logo depois do AI-5, o grupo entrou na clandestinidade e se desfez. Em 1969, provavelmente pelas relações que tinha com artistas perseguidos pelo regime, Geraldo Azevedo foi preso e torturado com a esposa Vitória, passando respectivamente 41 e 80 dias na prisão¹⁹.

Em 1975, ele foi preso e torturado novamente, após uma denúncia em que a sua identidade foi trocada pela de outra pessoa. Nesse ano, durante a exibição da novela *Gabriela, Cravo e Canela*, da Rede Globo, quando tocava a sua música *Caravanas*, os militares o colocavam para cantar durante uma simbólica ação de violência física e psicológica. Ao recordar sobre a tortura, o artista narrou: “[...] ficava encapuzado, nu e eles em volta: ‘canta, canta’. Aí começavam a bater e eu cantava, né? Chegava um mais atrevido e dizia ‘agora canta e dança’. Eu ficava lá rodando feito um otário”²⁰. Dessa forma, o corpo do artista constituiu-se como um corpo político e a sua voz tornou-se um instrumento de resistência e apoio ao movimento estudantil.

Ainda em relação à programação da *Calourada 78*, o primeiro dia do evento ocorreu na quadra coberta do Colégio Padre Abranches, expressando um diálogo entre universitários e secundaristas. Os demais dias foram realizados na sede do DCE/UFPE, cuja programação foi: 25 de janeiro – peças *Mocambolopes*, encenada por um grupo de estudantes recifenses; e *Liberdade, Liberdade*, uma adaptação do texto do escritor, dramaturgo, caricaturista, poeta e jornalista carioca Millôr Fernandes, que entre os periódicos em que atuou, destacamos: *O Cruzeiro*, *Pif-Paf* e *O Pasquim*²¹.

¹⁹ <<https://www.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/04/foi-na-cadeia-que-descobri-que-queria-viver-de-musica-diz-geraldo-azevedo.shtml>>, <<https://geraldoazevedo.com.br/biografia/anos60/>>, <<https://geraldoazevedo.com.br/biografia/anos70/>>, <<https://rd1.com.br/geraldo-azevedo-lembra-tortura-na-epoca-da-ditadura/>>, <<https://farofafa.com.br/2019/05/17/o-sobrevivente/>>, acessados em 14 jan. 2020.

²⁰ <<https://rd1.com.br/geraldo-azevedo-lembra-tortura-na-epoca-da-ditadura/>>, acessado em 14 jan. 2020.

²¹ <<https://www.escriitoriodearte.com/artista/millor-fernandes>>, acessado em 15 de jan. 2020.

No dia 26 foi a vez da exibição do filme *Os Condenados*, dirigido pelo cineasta cearense Zelito Viana, parceiro do cineasta Glauber Rocha, também atingido pela censura²². A obra foi uma adaptação do conto de Oswald de Andrade e tratou de traição e prostituição, temas espinhosos para o período, conseguindo ser aprovada e financiada pela Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme)²³.

Enquanto no dia 27, quando o evento foi encerrado, constaram na programação a participação de músicos universitários e “feras” (calouros), jogral e teatro-jornal, registrando uma variedade de atividades político-culturais. O discurso dos integrantes do DCE/UFPE, organizadores do evento, foi que a *Calourada 78* “[...] procura a integração dos veteranos e calouros, ao lado de uma discussão sobre a realidade brasileira, principalmente do ponto de vista educacional”²⁴. Expressaram como as atividades desenvolvidas possuíam uma dimensão socioeducacional, podendo ser um potencial passo inicial para a formação de novos militantes universitários. O discurso de despolitização proferido pelos organizadores pode ser interpretado como uma estratégia para fugir das malhas da vigilância e repressão do Estado.

Todavia, durante a atuação no evento, os agentes do IV Exército identificaram a distribuição do *Boletim da Pastoral Universitária* e do *Jornal do Fera*. Além disso, observaram “[...] ainda vários elementos conduzindo esqueletos de papelão afixados a pedaços de pau com a mão na pala (fazendo continência), diziam eles apontando para as fotografias do General Figueiredo que aquilo era uma réplica”²⁵. Dessa forma, o trabalho de espionagem, vigilância e infiltração permitiu descortinar como estratégias de resistência estudantis foram realizadas de forma criativa, satírica e organizada. Destacaram-se também esses dois documentos coletados pelos

²² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/01/1978, Educação e Cultura, p. 8.

²³ PAULA, 2010, pp. 167-168. <<https://www.filmesnecinema.com.br/filmes/os-condenados>>, acessado em 15 de jan. 2020.

²⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/01/1978, Educação e Cultura, p. 8.

²⁵ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978.

militares e disseminados para outros órgãos conhecerem os fatos, objetivando um controle social.

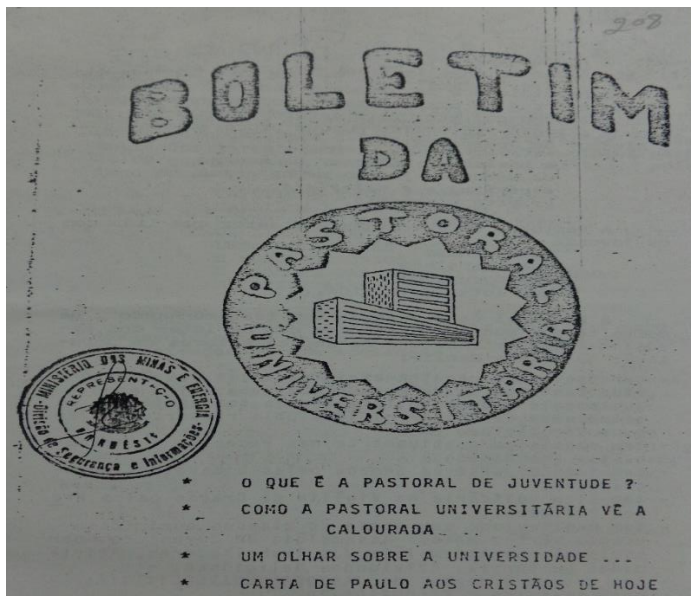


Imagem 3 Boletim da Pastoral Universitária, 1978.

Arquivo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B.

O periódico (imagem 3) produzido pela Pastoral da Juventude, órgão ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife, foi lançado durante a Calourada 78 e distribuído aos universitários, por meio de seus DAs²⁶. Ele foi outro instrumento de politização dos calouros, ao introduzir para os leitores o que é a Pastoral da Juventude, como a Pastoral Universitária concebe o evento, as relações entre Igreja Católica e a universidade e um texto baseado na bíblia, para refletir sobre luta por justiça, educação, prazeres mundanos e desigualdades sociais.

O material expressou a missão da pastoral, tida como a continuidade do trabalho de Jesus Cristo, ao destacar a importância da “[...] missão de libertar os homens de todas as formas de opressão, espirituais e materiais, grupais e sociais”, em uma defesa às liberdades democráticas e à luta

²⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 15/02/1978, Educação, p. 8.

contra o autoritarismo estatal. Além disso, informou que há bastante tempo a instituição tem sido solidária às lutas discentes e de outros segmentos sociais pernambucanos, na medida em que:

- [...] - tem protestado contra as intervenções nos Diretórios Centrais da UFPE e UFRPE;
- juntamente com Dom Hélder Câmara tem apoiado os estudantes da UNICAP na luta pela reabertura de seus Diretórios;
- tem tomado parte na Semana Pelas Liberdades Democráticas;
- tem sido solidária na Vigília de Oração pelos Presos Políticos;
- tem manifestado seu apoio às classes oprimidas, usando vários meios: Assembléia [sic] de Juventude, participação na Assembléia [sic] dos Trabalhadores, Atividades Culturais, Atividades Religiosas, etc.
- tem criado o depto. de PASTORAL UNIVERSITÁRIA;
- está apoiando a CALOURADA-78²⁷.

A partir desse documento com forte cunho político e educativo, ao ingressarem na universidade, estudantes conheceram as marcas da repressão nas principais instituições de ensino superior do estado, algumas das principais bandeiras políticas vigentes (liberdades democráticas, solidariedade aos presos políticos em face da campanha pela anistia e a luta pelo fortalecimento e reorganização das entidades estudantis), o posicionamento crítico da Igreja Católica contra à ditadura e a favor das classes sociais oprimidas e a realização da *Calourada 78*.

Esse apoio expressou uma credibilidade ao evento, visto pelos militantes católicos como relevantes para “despertar” a “[...] importância da luta pelos seus direitos”, proporcionando “encontro, troca de experiências, conhecimento, confraternização e unificação dos esforços em uma luta comum” e contribuindo para a mobilizar e potencializar a militância política juvenil.

Outro documento coletado pelos agentes do IV Exército foi o *Jornal do Fera*, edição de janeiro de 1978, publicação organizada pelo DCEs da

²⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978. Boletim anexo.

UFPE, UFRPE, Unicap e Comissão de Alunos da FESP (imagem 4). Segundo um recorte do jornal *Movimento*, de 23 de janeiro de 1978, também coletado pelos militares durante a vigilância social, o *Jornal do Fera* não recebeu verba governamental, foi totalmente autofinanciado pelos diretórios e publicou 20.000 exemplares, quantitativo significativo sobre a organização discente²⁸. Levando em consideração esses números, a diversidade de instituições envolvidas e que um jornal geralmente é lido por mais de uma pessoa durante a sua circulação, a publicação deve ter alcançado um público maior de leitores.



Imagem 4 Boletim da Pastoral Universitária, 1978.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B.

No que diz respeito ao *Jornal do Fera* (imagem 4), verificamos um diálogo entre arte, cultura, jornalismo e política, pela criatividade e simbologia dos discursos e da estética do material, em que a linguagem é

²⁸ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978

dialógica, juvenil, informativa quanto a questões do mundo acadêmico e, sobretudo, incentiva o leitor a participar do evento: “Você sabe porque tanta gente não vai conseguir entrar na universidade?”, “Onde você vai buscar o resultado do vestibular”, “Vestibulando: vais para o trono ou não vais?” e “Comece participando Calourada-78”.

Os discursos também foram marcados pelo humor satírico e pelo simbolismo de metáforas. No primeiro quadrinho da história “Vestibulando: vais para o trono ou não vais?” o canal de televisão do apresentador é de nº 477, uma menção ao decreto coercitivo, cuja referência poderia suscitar um debate político sobre esse aparato legal presente no campo universitário. Nos terceiro e quarto quadrinhos são tecidas críticas à pobreza, à desigualdade social do país e a negligência do Estado perante essa situação, com a pergunta ao vestibulando: “Sabendo-se que no Brasil morrem anualmente 180.000 crianças antes de completarem um ano ... como foi que você conseguiu passar no teste de mortalidade infantil e classificar-se entre os vivos?”.

O material foi apoiado por empresas privadas locais ligadas ao universo artístico-educacional: RELER, Livraria Livro 7, Livraria Síntese e a AKY Discos, de abrangência regional, com unidades em Recife, Maceió e João Pessoa e patrocinadora de outras publicações estudantis. Houve um espaço para elas divulgarem os seus produtos, endereços e contatos telefônicos, para potencializar possíveis vendas para um público estratégico, situação entendida como contrapartida para cooperar com a publicação.

Tal fato representou uma articulação estudantil, que teve outras publicações discentes da UFPE marcadas por parcerias: *Programa DCE* (06/1976), financiado pela Livraria Moderna²⁹; *Caminhada* (10/1976), do DCE, patrocinado pela AKY Discos³⁰; *Tempo Nublado* (1976), do DA de Ciências Humanas, apoiado pela Livraria Livro 7³¹; *Travessia* (1977), do DA

²⁹ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

³⁰ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

³¹ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Panfletos estudantis. Fundo nº 26617. Data: 1976 a 1979. 91 documentos.

do Centro de Ciências da Saúde, patrocinado pela D. Quixote Livros, Quilombo Livraria e Editora, Editora Guanabara Koogan S.A, Edições Artes Médicas³² e *Jornal do DCE* (1980), pela Livraria Livro 7 e AKY Discos³³.

Esse fato também contribuiu para pensarmos como e porque os agentes de segurança e informações estiveram infiltrados, ao longo da ditadura, em eventos acadêmicos e culturais promovidos pelo movimento estudantil da UFPE ou que contaram com a participação de universitários pernambucanos e de outros espaços. Esse foi um enfoque simbólico das ações que envolveram práticas de espionagem, vigilância e censura, como foram os seguintes casos na UFPE: II Mostra Universitária de Fotografia (1976)³⁴, Seminário de Arquitetura Contemporânea: coerência e contradições (1977)³⁵, VI Encontro Nacional de Estudantes de Administração (1979)³⁶ e II Encontro Nacional de Estudantes de Direito (1980)³⁷.

Considerações finais

Diante disso, verificamos como durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) os agentes de segurança e informação infiltraram-se na sociedade de diferentes formas, expressando alguns aspectos de como ocorreu a intervenção da ditadura no campo universitário. A atuação foi pautada em discursos e ações em defesa da ordem política e social, ao buscarem eliminar atividades e ideias relacionadas ao comunismo, à subversão e ao terrorismo.

³² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Anexo da informação confidencial nº 2427, de 07 de dezembro de 1977.

³³ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Anexo da informação confidencial nº 755/1980.

³⁴ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Fontes diversas.

³⁵ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 5369-B. Universidade Federal de Pernambuco. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 2364, de 30 de novembro de 1977.

³⁶ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 27420. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Data: 1970 a 1981. 97 documentos. Informe confidencial nº 59, de 21 de julho de 1980.

³⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Pasta da UFPE. Fundo nº 5369-A. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informe confidencial nº 199, de 19 de maio de 1980.

Como as atividades artístico-culturais dos estudantes da UFPE foram variadas, articuladas com outros segmentos sociais e geralmente tinham forte simbologia de resistência política, os militares se infiltraram no *campus* para identificá-las, controlá-las e eliminá-las. Nessa conjuntura, as práticas de infiltração, espionagem e vigilância e infiltração possibilitaram descortinar como estratégias de resistências discentes foram realizadas de forma criativa, satírica e organizada.

Referências

- BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos/SP: EDUFSCAR, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- LONGHI, Carla Reis. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n° 22, 1° sem. 2014, p. 92-113.
- PAULA, Betse de. **Zelito Viana**: histórias e causas do cinema brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: EDUFPE, 2014.
- SILVA, Suellen Rodrigues Ramos da; MAGALHÃES, Luiz Antonio Mousinho. Feições do povo brasileiro em Gota D'Água. **Revista Línguas e Letras**, Cascavel, v. 14, n. 27, 2013, pp. 1-16.
- SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

**“É tempo de construir!”:
o projeto do Estádio Presidente Médici e
a conclusão do Arruda**

*Rodrigo Carrapatoso de Lima*¹

Com o regime militar instaurado por um golpe em 1964, o Brasil passou por importante capítulo de sua História, entrando em um período marcado por intensa repressão. A inauguração de estádios de futebol em todas as regiões do Brasil foi intensa ao longo da década de 70 configurando-se como poderoso instrumento de propaganda da ditadura militar. Em todo país, foram construídos grande estádios (muitos com capacidade para mais de 40 mil torcedores) e Pernambuco tentou não ficar de fora dessa *“coincidência nada casual com o período crítico do regime de exceção no Brasil”*. Durante este período, sobretudo no Governo Médici, o Recife viu entrar “em campo” dois projetos de materialização, sob a forma de concreto, do programa político de governo. Esse trabalho pretende elaborar reflexões sobre este tema, mais especificamente a respeito do Estádio Presidente Médici, projeto de construção pertencente ao Sport Club do Recife, e a ampliação do Estádio Arruda, do Santa Cruz Futebol Clube.

¹ Técnico em Assuntos Educacionais e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro da Rede Nordestina de Estudos em Mídia e Esporte (ReNEme) e do Grupo de Pesquisa em Filologia, Historiografia e Tecnologias Derivadas. Atualmente é Doutorando em História na Universidade de Coimbra (UC) – e-mail: rodrigocarrapatoso@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1034930162817793>

Contextualização

A utilização do esporte tendo em vista conseguir apoio político foi um expediente comum a vários países durante o século XX.

No Brasil, desde o período do Governo Vargas, o futebol fora utilizado como instrumento de propaganda política. O Estado Novo varguista (1937-1945), em seu projeto político-ideológico, servia-se do futebol como meio de construção da identidade nacional brasileira. Como exemplo, temos a inauguração do estádio do Pacaembu, em São Paulo, onde se buscou demonstrar uma almejada integração nacional. Com diversos elementos simbólicos, como a bandeira nacional, tentou-se mostrar que aquele não era apenas um estádio municipal, mas era um símbolo esportivo para todo o país (DRUMOND, 2014, p. 114).

Já na década de 1960, o Brasil passou por importante capítulo de sua História. Em 1964, os militares tomam o poder através de um movimento golpista.

O golpe não foi um raio caído de céu azul: ele se inscreve numa impressionante sequência de quarteladas ocorridas na América Latina. Mesmo no que diz respeito à política brasileira, 64 foi o ponto final de uma série de tentativas golpistas urdidas pelo conluio entre militares e seus aliados civis, os políticos da UDN, que sempre se apresentaram à opinião pública como ferrenhos defensores da “liberdade”. (FREDERICO, 2004, p.103)

Como vimos, não é novidade que o futebol era visto pelos governantes e pelas elites como um espaço de projeção da *imagem* nacional. Ampliando os ensinamentos e perspectivas que o Estado Novo Vargas deixou, a ditadura militar brasileira também buscou se associar ao esporte mais popular no país tendo em vista se promover politicamente.

Vale lembrar que em 1964 a seleção brasileira de futebol era a atual bicampeã da Copa do Mundo, pois havia vencido em 1958, na Suécia, e em 1962, no Chile. Portanto, a Ditadura “herdou” uma modalidade esportiva vitoriosa que poderia claramente ser associada ao regime e passar a ser uma poderosa propaganda.

Mesmo após uma precoce e inesperada eliminação da seleção brasileira de futebol na Copa de 1966 (Inglaterra), o primeiro presidente militar que atribuiu importância ao desporto, e em especial ao futebol, foi Artur da Costa e Silva.

Assim, a partir de 1967, após a posse do segundo presidente da ditadura militar, houve a fomentação de um projeto nacional para os esportes no Brasil com a aproximação cada vez maior entre os poderes político e esportivo. Este apoio mútuo entre o presidente da república, Costa e Silva, e o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) intensificou-se dentro de um ano politicamente tenso para o país: 1968. (CHAIM, 2014)

Com a instituição do AI-5, em 1968, o Brasil entrou em um período marcado pela intensa repressão. Dentre outras medidas, este autorizava a cassação dos direitos civis de acordo com a suposta necessidade dos órgãos repressores.

Assim, a relação entre Estado e sociedade passa a ser sistematicamente feita por aparatos repressivos, com o primeiro se impondo com poderes quase ilimitados. Em nome da “segurança nacional” a violência é instituída, com perseguições, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos políticos.

A partir da decretação do AI-5, o Brasil passou a viver os “anos de chumbo” (1968-1974), período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos. Isso não significa, porém, que os responsáveis pela violência instituída anteriormente estejam sendo eximidos. (PADRÓS, 2009, p.41)

Como tinha um histórico de resistência, através de movimentos sociais e reivindicação popular, Pernambuco mereceu atenção especial desde os primeiros dias da ditadura. O uso extremo da violência e da repressão neste Estado tem no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto,

auxiliar direto do Arcebispo Dom Hélder Câmara ocorrido em maio de 1969 de Recife, um caso exemplar das arbitrariedades do Estado².

Ingressando na presidência da República em 30 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici foi beneficiado pelo fato de ter assumido o poder depois terem sido implementados dezessete atos institucionais. Embora com alguns deles já expirados, é plausível imaginar que a oposição se encontrava em situação bastante desfavorável e enfraquecida tendo em vista o que era capaz de fazer o poder executivo “*em nome da segurança nacional*”.

Nos anos 70, o país viveu o ápice do autoritarismo e da repressão. E foi justamente neste espaço de tempo que um momento de euforia se instalou, haja vista os excelentes índices de crescimento econômico apresentados pela propaganda do governo militar.

O chamado *milagre econômico brasileiro*, sob a direção do ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, *foi um efêmero e eufórico período de desenvolvimento econômico acelerado*.

Efêmero porque sua duração foi muito curta em relação a outros períodos de bonança econômica, bastando um choque político internacional para brechar seu avanço, com o súbito aumento dos preços do petróleo bruto, decretado em meados de 1973 pelo cartel petrolífero, a OPEP, Organização dos Países Produtores de Petróleo. [...] Eufórico porque enquanto durou, esse momento foi de plena expansão dos investimentos nos mais diversos setores, entre eles, o industrial e o agrícola, o de financiamento, captação da poupança e serviços. Igualmente, o da construção civil, relacionada com obras de infraestrutura, contratadas pelo governo federal, tais como hidrelétricas, usinas, estradas, pontes e estádios de futebol em várias capitais estaduais. (GIANNASI, 2011, p.7-8, Grifos nossos)

Para receber a seleção brasileira que jogaria na Copa do México (1970), o presidente promoveu um almoço no Palácio das Laranjeiras com

² Para saber mais: CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. *Estado de Exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7465/arquivo3388_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2017

“os membros da delegação brasileira de futebol, com os quais depois almoçou. Durante o encontro, o presidente voltou a mostrar seus conhecimentos de futebol.” (Folha de São Paulo, 29/4/1970, capa).

Já durante a Copa de 1970, enviou um telegrama para Guadalajara (México) tendo em vista parabenizar a vitória contra a Inglaterra, que era a atual campeão do mundo (1966): “*mando-lhes meu comovido abraço de torcedor, pela demonstração de técnica, serenidade, amadurecimento, inteligência e bravura*” (Folha de São Paulo, 09/6/1970, capa).

O interesse por popularidade foi explicitado por Médici ainda em outubro de 1969. Após receber a indicação do seu nome para a sucessão presidencial ele falou em cadeia de rádio e televisão. Neste seu primeiro discurso, Médici já deixava claro que aspirava a estima e o apoio popular.

O meu governo vai iniciar numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram e ou que dela decorrem (p.10-11) [...] Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. Mas não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever. (p.16) MÉDICI, 07 de outubro de 1969. O jogo da verdade - mensagem lida no rádio e na televisão, 1973, p. 65.

Assim, mesmo antes da conquista do tricampeonato deixou-se fotografar como um autêntico entusiasta do futebol, pois dar publicidade a esta característica relacionada à “brasilidade” era essencial. Assim, sua condição de “homem comum” aproximava-o da tão almejada popularidade.



Médici e João Havelange, presidente da CBD (Revista Manchete, edição 935, 21 de mar. 1970, p.14)

E foi durante os seus anos mais truculentos, os chamados “anos de chumbo”, que o governo Médici pretendia dar “cara nova” ao país. Dentre a execução de enormes construções, a de estádios de futebol merece destaque.

Integração Nacional: a construção de estádios de futebol

A inauguração de estádios de futebol em todas as regiões do Brasil foi intensa ao longo da década de 70 configurando-se como poderoso instrumento de propaganda da ditadura militar. Em todo país, foram construídos grande estádios (muitos com capacidade para mais de 40 mil torcedores).

No país do futebol, que é ao mesmo tempo esporte, espetáculo e paixão das multidões, a construção de estádios atingiu, em poucos anos, o mais elevado nível técnico. Ter um grande estádio é hoje a aspiração de qualquer cidade brasileira de mais de 500 mil habitantes – desejo que elas vão satisfazendo, uma a uma, graças a essa forma peculiar de entusiasmo que contamina povo e dirigentes. (Revista Manchete, Edição Especial B, 1969, p.166)

Dos vários estádios construídos e inaugurados ao longo da década de 1960 e 1970, destacamos os seguintes: José Pinheiro Borba (Beira-Rio, 1969, RS), Lourival Batista (Batistão, 1969, SE), Vivaldo Lima (Vivaldão, 1970, AM), Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi, SP, 1970), Serra Dourada (1975, GO) e José do Rego Maciel (Arruda, 1972, PE).

Importante observar que todas as cinco regiões do país foram contempladas pela construção de “gigantes de concreto”. *“Constroem-se estádios em todo o Brasil, em ritmo acelerado. Até 1972 os dezessete maiores deles abrigarão, num só dia, um milhão, seiscentos e noventa mil espectadores”* (Revista Manchete, nº 979, 23 jan 1971, p.36).

Depois do bicampeonato no Chile, em 62, trabalhou-se febrilmente no Mineirão. Em seguida vieram o Beira-Rio (Porto Alegre) e o Morumbi (São Paulo), talvez os maiores estádios particulares do mundo. Depois veio o tri, no México, e hoje não é exagero dizer que cada capital do Brasil tem um grande estádio. Os governos estaduais de um lado e o esforço dos próprios clubes de outro estão dando ao Brasil uma cadeia de estádios de primeira qualidade”. (Revista Manchete, nº 1000, p. 360)

Desta forma, Pernambuco não desejava ficar de fora dessa *“coincidência nada casual com o período crítico do regime de exceção no Brasil”* (MASCARENHAS, 2014, p.169). Assim, sob a égide do Governo Médici, o Recife viu “entrar em campo” dois planos de materialização do programa político de governo: o projeto do Estádio Presidente Médici e a ampliação do Estádio José do Rego Maciel³.

Embora o primeiro não ter chegado a se concretizar, essa “disputa” entre Sport Club do Recife e Santa Cruz Futebol Clube nos traz elementos de grande relevância.

Já na ocasião de apresentação da maquete do Estádio Presidente Médici, fica claro que existe uma estreita ligação entre a diretoria do Sport e os comandos militares da região.

³ Também conhecido por Arruda, nome do bairro onde está localizado.

Rubro-negros de várias camadas compareceram ao lançamento da maquete do novo estádio do Esporte⁴ e admiraram os detalhes, embora em miniatura, da grande obra. [...] Na oportunidade, a bandeira rubro-negra que cobria a maquete foi descerrada pelo presidente eleito do Esporte Ivan Ruy e pelo coronel Luis Carlos Aleandro, da II Zona Aérea, que representou os comandos militares. (Diário de Pernambuco, 31 de dezembro de 1970, 2º caderno, p. 02)

Em seu discurso no ato, o presidente José Rozenblit fez alusão ao apoio dado pela alta cúpula militar, através do almirante Gualter Menezes (comandante do III Distrito Naval), do brigadeiro Márcio Coqueiro (comandante da II Zona Aérea) e do general Candal Fonseca (comandante do IV Exército). Coube a este último encaminhar ao presidente da República o ofício do Sport solicitando permissão para uso de seu nome como patrono da obra (Diário de Pernambuco, 31 de dezembro de 1970, 2º caderno, p. 02).

Embora não especifique que tipo de apoio foi dado, a presença de autoridades militares no lançamento da maquete do novo estádio demonstra que havia claro interesse em relacionar a construção deste com a prática político-econômica do governo executivo brasileiro. Para o clube, nada melhor que aproveitar a oportunidade de um momento festivo para aproximar-se ou até mesmo consolidar uma relação com o poder constituído.

O ano de 1971 inicia-se no Sport com a posse de sua nova diretoria. Foram eleitos e empossados os coronéis Ivan Ruy e Wálter Moreira Lima nos cargos de presidente e vice-presidente (Diário de Pernambuco, 06 de janeiro de 1971, capa).

Em meados do final da década de 1960 e início de 1970, o Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira já era um nome bem conhecido da sociedade pernambucana. Esteve à frente do comando do 7º Regimentos de Obuses na cidade de Olinda, fora Presidente do Círculo Militar do Recife, Secretário de Segurança Pública e Secretário-executivo do GERAN (Grupo

⁴ Referência ao Sport Club do Recife. Desde meados da década de 1940, o Diário de Pernambuco prefere grafar desta forma.

Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste⁵). Desta forma, sua rotina profissional e social envolveu, durante muitos anos, reuniões com governadores, diretorias de banco, comandos militares, entre outras autoridades.

No ano de 1964, à frente do 7º R.O, o Coronel Ivan Ruy participou diretamente de um importante momento da História de Pernambuco. Foi ele que, juntamente com outro coronel, depôs o governador Miguel Arraes, após o mesmo se recusar a assinar sua renúncia.

Sentindo ao primeiro contato, que o sr. Miguel Arraes recusava renunciar, os dois oficiais depuseram-no em poucas palavras, e o mantiveram preso, isolado, no 2º pavimento do palácio, até que se decidisse sobre o seu destino. [...] (Naquele mesmo dia) o coronel Ivan Ruy era empossado no cargo de Secretário de Segurança Pública. Imediatamente, fez a indicação de todos os delegados e baixou portaria, proibindo comícios, passeatas e reuniões públicas, tendo em vista o esforço das autoridades em restaurar mais o mais cedo possível o clima de paz por que aspirava todo o Estado (Diário de Pernambuco, 02 abr 1964, p.5).

Portanto, o Coronel do Exército Ivan Ruy, que tinha ações e condutas já conhecidas da sociedade em geral, notadamente como secretário de segurança pública foi escolhido pela Assembleia Geral dos associados para presidir a agremiação rubro-negra recifense no biênio 1971-1972.

⁵ Foi criado pelo então presidente Castelo Branco, através do decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966.



Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira

(Boletim Informativo Sport Club do Recife, Ano VI, NOV 1971, n 10, Capa.)

É preciso compreender também a escolha do nome do novo estádio com seu contexto, pois não existe discurso sem sujeito e tampouco existe sujeito sem ideologia. Ao atentarmos para esta opção, a associação com o autoritarismo político fica ainda mais clara. Em termos políticos, representou um alinhamento ideológico dos dirigentes da agremiação rubro-negra com o governo militar.

O presidente José Rozenblit destacou o apoio que o Esporte recebeu dos comandos militares, através do almirante Gualter Menezes, comandantes do III Distrito Naval, brigadeiro Márcio Coqueiro, Comandante da II Zona Aérea e general Candal Fonsêca, comandante do IV Exército, cabendo a este dar as informações e encaminhar ao Presidente da República o ofício do Esporte solicitando permissão para uso de seu nome como patrono da obra. (Diário de Pernambuco, 31 de dezembro de 1970, 2º caderno, p. 02).

Embora não estatizada, o desejo de erguer esta praça esportiva foi tratado estrategicamente para mostrar à coletividade, independente de classe social, que de fato aquela obra estava diretamente relacionada com o momento de desenvolvimento que o país vivia.

Ao pedir autorização para usar o nome do presidente, o clube além de mostrar subordinação, procurava arregimentar apoio do dirigente máximo do país. Apesar de não se poder quantificar a relação de reciprocidade, podemos identificar que com o reconhecimento advindo do nome de um estádio, o presidente “recebia” benefícios políticos, pois ele ficaria atrelado a um exemplo de progresso ao mesmo tempo que “doava” um pouco do seu prestígio enquanto chefe da nação.

Foram várias as ocasiões que Garrastazu Médici utilizou do poder do seu cargo para colocar-se como um entusiasta dos esportes, aproximando-se principalmente do futebol nacional e seus ídolos⁶.

Em um dos episódios, no recém inaugurado estádio Beira-Rio quando da ocasião do jogo do Internacional (RS) versus o Atlético (MG), o público de 70 mil pessoas aplaudira o General Médici após sua presença ter sido anunciada no alto-falante. *“Foi o primeiro homem de governo ali aclamado. Pois geralmente o que acontece em campo de futebol é vaia grande”* (Revista Manchete, edição 915, 01 de nov. 1969, p.140)

Voltando ao projeto de construção do “Presidente Médici”. A grandiosidade do empreendimento, com seus imponentes números, não passa despercebida. Com capacidade prevista para 100 mil pessoas *“confortavelmente instaladas, ou 130 naquela base do salve-se quem puder”*, o novo estádio rubro-negro previa um *“parque de estacionamento para 4 mil veículos, o equivalente a 10 por cento dos carros existentes no Recife”*. (Diário de Pernambuco, 12 de março de 1971, p. 02.)

As dimensões do futuro estádio seriam uma representação e afirmação do desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Com tom esperançoso e de certeza, se anunciava a obra monumental.

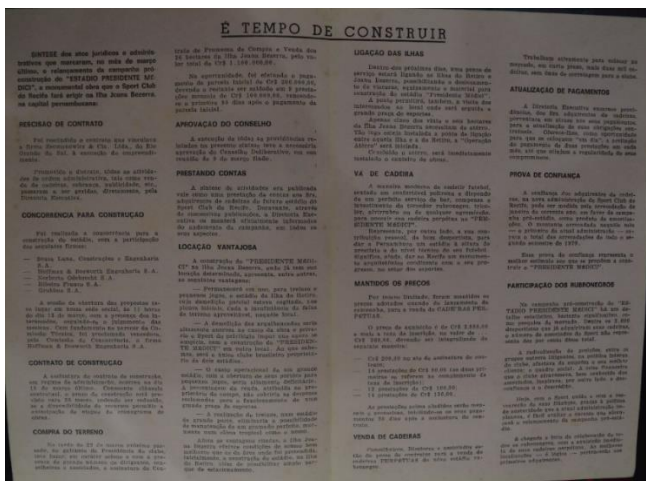
O SPORT CLUB DO RECIFE, vizinho irrequieto [sic] há 69 anos, descobriu a Ilha de Joana Bezerra para construir ali a segunda praça de desportos do país: o ESTÁDIO PRESIDENTE MÉDICI. Para um grande Presidente um exemplo de arrojo, de trabalho, de dinamismo. A denominação PRESIDENTE MÉDICI

⁶ Várias são os trabalhos que trazem tais fatos. Destaco aqui a dissertação de Ernesto Marczal (2011) e as teses de Bruno Rei (2019) e Livia Magalhães (2013) constantes na bibliografia deste artigo.

sugere o apoio de todos os pernambucanos em busca da concretização de uma obra gigantesca voltada para a consagração dos desportos nordestinos. [...] Mais alguns dias e centenas de operários estarão trabalhando 24 horas por dia objetivando, em 36 meses, a conclusão de um estádio moderno, amplo e confortável para acomodar 160 mil espectadores. [...] Afinal, **é tempo de construir** [grifo nosso]. E Pernambuco se integra no esforço do desenvolvimento brasileiro, confirmando a capacidade realizadora do nosso Povo, sempre calorosamente saudado como tricampeão de futebol, entre outras memoráveis conquistas em todos os setores da atividade humana. (Diário de Pernambuco, 31 de março de 1971, 2º caderno, capa).

Neste trecho é nítido o sentido político atribuído à obra, visando não somente ao interesse do Sport Club do Recife, mas também ao desporto nordestino.

Notemos ainda apropriação do discurso estatal como estratégia de propaganda não foi exclusividade do jornal Diário de Pernambuco. “É tempo de construir” foi um *slogan* criado pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP, criada em 1968). Esta reprodução discursiva fazia repercutir na sociedade os projetos e valores defendidos pelo governo militar. Assim, ao usar uma expressão do ideário “revolucionário” o anúncio do novo estádio legitimava a ditadura aliando-o ideologicamente ao “Brasil Grande”.



É tempo de construir. Boletim Informativo Sport Club do Recife, Ano VI, abr 1971, nº 1, p.2 e 3.

Importante apontar que o período de 1969 a 1973, conhecido como “milagre econômico”, foi insistentemente caracterizado como um tempo marcado por transformações positivas e avanços econômicos. O Governo Médici (1969-1974) procurava reforçar sentimentos de confiança, nacionalismo e ufanismo exaltando as suas realizações. Servia-se dessa eloquente retórica para dissimular a restrição das liberdades individuais (entre outras coisas) e reafirmar, em contrapartida positivamente seu modelo de desenvolvimento econômico.

O projeto de construção do “Presidente Médici” é também utilizado para dar alcance e importância ao futebol pernambucano a nível regional e até mesmo nacional.

Com o anúncio da participação do “*conhecido mestre da arquitetura brasileira*”, o discurso a seguir exalta esse progresso socioeconômico na intenção de criar uma ideia do historicamente estigmatizado “Nordeste”.

[...] retornou ao Recife o sr. Jarbas Guimarães, vice-presidente dos Interesses Profissionais do Esporte Clube do Recife. O mentor rubro-negro trouxe o projeto do futuro Estádio Presidente Médici [...] O vice-presidente dos Interesses Profissionais do clube da Ilha disse que conversou com o sr. Oscar Niemeyer Maia, arquiteto que fez a planta do futuro Estádio rubro-negro, tendo ele afirmado que estava satisfeito em saber que, no Nordeste, seria construído um Estádio de categoria. (Diário de Pernambuco, 02 de maio de 1971, 1º caderno, p.18).

ESTÁDIO PRESIDENTE MÉDICI

Projeto: OSCAR NIEMEYER
Desenvolvimento do Projeto: Renato Gonçalves Torres
Waldery Fernandes Pinto
Antonio Pina Dulier

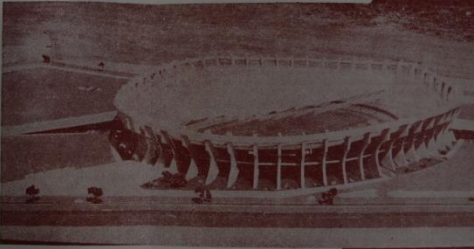
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Capacidade:	
Populares	25 000
Arquibancadas	90 000
Cadeiras	24 000
Tribuna de honra	320
48 camarotes	330
Tribuna de imprensa	
v: ar condicionado	450
TOTAL	140 000

430 metros lineares de área de serviços
Estacionamento para 5 000 veículos
Arquibancadas, cadeiras e populares
abrigadas de sol e chuva.
2 salas de honra com ar condicionado,
gabinetes sanitários privados e bar.
Campo em nível elevado e isolado
através de fossos, sem alagamentos.

66 balneários. Rampas com 130 metros
de largura, possibilitando o estacionamento
de todo o estádio em 12 minutos.
5 piscinas olímpicas.
Sistema de saneamento esterilidônico.
Diâmetro maior: 310 metros.
Diâmetro menor: 250 metros.
Iluminação axial do tipo anem.

CONSTRUTORA — A construção do Estádio
Presidente Médici ficou a cargo da HB —
HOFFMANN BOSWORTH ENGENHARIA S.A.,
empresa do maior concreto que já projetou
e construiu, no Brasil, mais de 1 milhão de
metros quadrados em obras de todo tipo,
como: indústrias, prédios, comerciais e resi-
denciais, hospitais, escolas, igrejas, clubes,
pavões, etc.



Boletim Informativo, Sport Club do Recife, Ano VI, SET 1971, n° 8, p. 4 e 5.

O autor do projeto do estádio era simplesmente o maior arquiteto brasileiro da atualidade. Gozando de fama internacional, no Brasil Oscar Niemeyer foi autor do projeto da Pampulha, em Belo Horizonte, a convite do então prefeito Juscelino Kubitschek. Projetou, em seguida, o Parque Ibirapuera em São Paulo. Ainda, idealizou Brasília, a nova capital federal. São expoentes maiores dessa obra os Palácios da Alvorada e do Planalto, a Catedral e o Itamaraty.

A seguir, a matéria do jornal delinea claramente sua linguagem com o projeto de país pensado pelo governo. Ao exaltar trecho do discurso de posse do presidente, ressalta a importância da coletividade, conclamando os pernambucanos à união em prol do desenvolvimento.

Conforme a filosofia do Presidente Médici – “homem do meu tempo, tenho pressa” – continuam ativamente as obras de construção do mais belo estádio do mundo. [...] O local tem sido visitado por pernambucanos de todos os clubes, que se mostram eufóricos com a grandiosidade do estádio. (Diário de Pernambuco, 26 de setembro de 1971, 1º caderno, p.18).

Ainda, no clima de euforia e entusiasmo característico do “milagre econômico”, o Diário de Pernambuco batiza o estádio com o “mais belo do mundo”.

Embora alardeado durante anos, o projeto do Estádio Presidente Médici ficou apenas no papel.

Em suma, a primeira metade da década de 1970 corresponde ao auge da febre de construção de grandes estádios no Brasil; na década seguinte, é notável a desaceleração abrupta desse processo, que se estanca ainda na primeira metade dos anos 1980. Podemos analisar esse ciclo por diversos ângulos, sendo o primeiro e mais expressivo a coincidência nada casual com o período crítico do regime de exceção no Brasil. Outro ângulo pertinente é o da consolidação do processo, que teria se esgotado ao concluir a construção de estádios em praticamente todas as capitais estaduais, conformando o parque de estádios suficiente para as aspirações de um espetáculo de massas (o Campeonato Brasileiro) que recobrisse todo o território. (MASCARENHAS, 2014, p.169)

Apoio estatal

Os estádios de futebol, gozando de centralidade física e simbólica no espaço urbano-metropolitano, pode ser símbolo de poder, de grandeza e, também, veículos de propaganda.

Ao erguer um enorme estádio, o clube mostra sua força esportiva, social e econômica. Pois, além de símbolo material de prosperidade, a construção de estádios de dimensões assinaláveis é a prova da capacidade das diretorias e dos torcedores no que tange às múltiplas iniciativas de recolha de fundos.

No caso dos estádios estatais, ao demonstra o seu interesse nos espetáculos esportivos de massas, os governantes buscam se aproveitar do carácter monumental das estruturas desportivas para assinalar de forma duradoura suas ações. Ainda, o apoio do Estado à construção de grandes estádios, mesmo que particulares, não é isento de interesses, inclusive propagandísticos.

Numa via de mão dupla, as autoridades públicas fornecem incentivos às iniciativas dos clubes, que por sua vez procurariam manter boas relações com o poder político.

Em outras palavras, os dirigentes dos clubes utilizam-se de contatos pessoais e de poder político para alcançar benefícios em favor de seus respectivos clubes, ao mesmo tempo que o Estado se beneficia do apoio dado às atividades futebolísticas.

Assim, os sócios do Sport Club do Recife, ao elegerem um militar de alta patente, que já havia ocupado cargos de destaque e, desta forma, possuía muitos contatos, buscavam obter benefícios para a agremiação. Por conseguinte, ao escolher os coronéis Ivan Ruy e Wálter Moreira Lima para os cargos de presidente e vice do clube, os sócios rubro-negros elegiam também as redes de sociabilidade e as relações políticas estabelecidas por estes.

Como vimos, o otimismo e o ufanismo são insistentemente visibilizados e amplificados nas narrativas acerca do projeto do estádio. Nesta maneira como o assunto é abordado, os veículos de imprensa aqui pesquisados nos revelam a intenção de construir uma imagem positiva do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, ficando claro o enaltecimento do “Brasil Grande”, o “país do futuro”.

Mesmo com todo o empenho por parte do clube, alguns fatores causaram o insucesso da empreitada.

Começando a obra no ano de 1971 a partir do zero, com a compra do terreno, o tempo de construção do Presidente Médici estava previsto para 36 meses. Assim, se não houvesse disponibilidade de recursos para ter esse prazo reduzido, o estádio rubro-negro não estaria em condições de receber a disputa da Taça da Independência em 1972⁷.

[...] mesmo sabendo que os estádios atuais não atendem aos requisitos para ser incluídos nos seus planos de 1972, a CBD colocou Recife como uma das

⁷ Conhecida também por Mínicopa, foi uma competição de futebol entre seleções nacionais patrocinada pelo Brasil (Conselho Nacional de Desportos e a Confederação Brasileira de Desportos). Fazendo parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, contou com 12 estádios, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras.

sedes do torneio. Havelange e seus assessores confiam naturalmente que até lá estejamos aparelhados para a maior promoção internacional da CBD nos últimos tempos. (Diário de Pernambuco, 15 nov 1970, p.17)

Deste modo, a construção de uma grande praça de esportes não era viável. Havia então a possibilidade da conclusão da ampliação do estádio José do Rego Maciel, pertencente ao Santa Cruz Futebol Clube.

Projetado para 90.000 pessoas, suas obras caminhavam lentamente desde a década de 1960 por que os recursos financeiros também entravam devagar no clube. A continuação dos trabalhos dependia de quantias arrecadadas paulatinamente, através de várias campanhas com seus torcedores. Isto posto, nas palavras do presidente da Comissão Patrimonial do Santa Cruz, o engenheiro André de Paula, restava *“tão somente esperar a ajuda dos governos Federal, Estadual e Municipal para que o ‘Colosso’ possa ser mesmo concluído em definitivo* (Diário de Pernambuco, 02/3/1971, p.03).

Esperamos agora – disse André de Paula - não somente a ajuda do governador Eraldo Gueiros, que já foi prometida, como também deste grande desportista brasileiro que é o nosso presidente Garrastazu Médici. Voltado para os problemas nordestinos no seu Governo, o chefe da Nação, como excelente desportista que é, não ficará alheio aos nossos anseios, disto tenho certeza (Diário de Pernambuco, 02/3/1971, p.03)

Pouco mais de um ano depois, os esforços para a conclusão do estádio tricolor acabaram. Superado no Brasil apenas pelo Morumbi, do São Paulo, e pelo Beira-Rio, do Internacional de Porto Alegre, o referido estádio José do Rego Maciel foi inaugurado com capacidade oficial para um público de 81.500 pessoas.

Com a solicitada ajuda do Estado, o «Colosso do Arruda» teve sua inauguração marcada para o dia 04 de junho de 1972. Por vários meios o poder público foi responsável direto por este desfecho.

Fornecendo motoniveladoras, caminhões e carregadeiras, o Departamento de Estradas de Rodagem- DER trabalhou fazendo serviço de

limpeza e compactação das áreas situadas nas imediações do estádio José do Rego Maciel, medida acertada pelo governador em exercício Barreto Guimarães (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1972, 2º caderno, p. 01).

Como demonstração da importância e do reconhecimento ao Governo do Estado de Pernambuco, a Comissão de Festividades entregou ao governador Eraldo Gueiros Leite, “*sem o apoio do qual o Colosso do Arruda não seria concluído a tempo do torcedor pernambucano assistir aos jogos da Minicopa*”, o título de sócio benemérito do Santa Cruz (Diário de Pernambuco, 21 mai. 1972, 1º caderno, p. 21).



Diário de Pernambuco, 30 mai. 1972, p. 4, Edição 123, Caderno Esportivo

Por parte do governo municipal, após a aprovação do prefeito Augusto Lucena, houve a conclusão da pavimentação das vias de acesso ao estádio (Diário de Pernambuco, 26 mai. 1972, p. 03).

A Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Recife empregou este mês recursos no valor de Cr\$ 330.667,32 em serviços de pavimentação de ruas, incluindo recapeamento com lama asfáltica, reposição em pré-misturado e reposição em parelho. Somente na pavimentação da Avenida Beira-Canal Vasco

da Gama, uma das principais vias de acesso ao Estádio do Arruda, foram empregados Cr\$ 92.721,85. As obras nas vias de acesso ao Estádio do Santa Cruz estão orçadas em Cr\$ 500.000,00 (Diário de Pernambuco, 27 mai 1972, p. 03).

Ainda sobre a decisiva ação do Estado frente à inauguração da praça esportiva tricolor, um esclarecimento de maior relevância foi dado pelo então deputado federal Marco Antônio Maciel (ARENA). Em Brasília, na Câmara Federal, ao proferir discurso enaltecendo à inauguração do estádio que leva o nome do seu pai, o jovem parlamentar expõe toda a ajuda que o poder público encaminhou àquela agremiação recifense.

O primeiro e decisivo passo foi a doação, pela prefeitura Municipal de Recife, na gestão de José do Rego Maciel, meu pai, de um terreno no bairro do Arruda, onde ergue-se a moderna praça de esportes. [...] Finalmente, o apoio do Governo Eraldo Gueiros que garantiu, por intermédio do Banco do Estado de Pernambuco, um empréstimo no valor de cinco milhões e setecentos mil cruzeiros, dos quais quatro mil e quinhentos contraído com agência privada – o Banco Industrial de Campina Grande S/A. cruzeiros (Diário de Pernambuco, 02 jun de 1972, 2º caderno, p. 01).

Assim sendo, além da falta de recursos por parte do Sport Club do Recife, o insucesso da construção do Estádio Presidente Médici foi determinada por uma escolha política. Ao invés de uma obra que estava ainda começando, optou-se por outra que já estava em andamento. Esta alternativa por parte daqueles que estavam a frente do Estado determinou onde se deveria empregar esforços e dinheiro público.

A Ditadura militar brasileira (1964-1985) além de operar com autoritarismo e violência, afrontava à democracia firmando uma cultura de privilégios outorgados pelo Estado, estabelecendo uma estrutura sociopolítica dividida entre os que possuem direitos e os que não possuem. Com a malversação dos recursos, em função de um modelo patrimonialista, o Estado tem seu caráter público limitado, contribuindo para naturalizar e aprofundar as desigualdades.

Por fim, como vimos, em uma Ditadura, pertencer a determinado partido político e/ou manter relações com pessoas que ocupam cargos públicos, pode auferir benefícios.

Bibliografia de referência

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005.

AGOSTINO, Gilberto, Aquela corrente pra frente *in*: **Nossa História**, ano 2, no.14, dez. 2004 p.14-20.

ALVES, Givanildo. **História do Futebol em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 1998.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura**. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In. **O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004, cap.6.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. Tese de Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo, Contexto, 2010.

HOLZMEISTER, Antonio. **A virada economia do futebol: observações a partir do Brasil, Argentina e uma Copa do Mundo**. Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2010.

- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina**. 2013. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2013.
- MARCZAL, Ernesto Sobocinski. **“O caneco é nosso”: futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2011.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A verdadeira paz**. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.
- MENDONÇA, Sônia Refina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006
- MENEZES, Gabriela Corrêa de. **A desconstrução do “Brasil grande” em Iracema, uma transa amazônica**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- MONTEIRO, Sinei Soares. **Futebol, Ditadura e Trabalho: uma análise das relações política e sociais no campo desportivo paraense (1964-1978)**. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 2009.
- PADRÓS, Enrique Serra e FERNANDES, Amanda S. **Faz escuro, mas eu canto: mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul**. In: Ditadura e Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1985): história e memória. Org. PADRÓS, Enrique Serra, BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Vanessa A. FERNANDES, Amanda S. Porto Alegre: Corag, 2009.
- REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2019.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru SP: Edusc, 2004.

**“A pátria nasceu aqui”:
imbricamentos entre a pernambucanidade e
a ditadura civil-militar em torno do Parque Histórico
Nacional dos Guararapes (1964-1987)**

*Leandro Patrício da Silva*¹

Que é Pernambucanidade? Pode-se entender por essa expressão um estado de espírito. Uma vivência histórica. Um modo de ser. O pernambucano, talvez mais do que qualquer outro brasileiro, tem a sua singularidade, um estilo próprio de vida. Um comportamento específico, **notadamente na política**².
(PEREIRA, 1983, v.1, p. 167)

Correntemente, a expressão “pernambucanidade” costuma acionar e/ou designar elementos históricos e culturais que remetem à cultura popular presentes no Estado de Pernambuco, especialmente aqueles que fazem o Carnaval de Recife e Olinda, como o frevo, o maracatu, entre outros. Mas nem sempre foi assim. Durante o período da ditadura civil-militar no Estado, a expressão evocava outros referenciais. Ela estava mais ligada aos espaços de política institucional do que aos espaços populares. Mantinha relação com algumas instituições conservadoras do Estado, especialmente a APL - Academia Pernambucana de Letras e o IAHGP -

¹ Doutor em História Social pela UFBA - Universidade Federal da Bahia, mestre em História Social da Cultura Regional pela UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco e licenciado em História, também pela UFRPE. É professor universitário de graduação na UVA - Universidade Vale do Acaraú e da pós-graduação da Faculdade Europeia, através do grupo ISEAD - Instituto Superior de Economia e Administração. É coordenador da Comissão de Educação de Educação do Movimento Emaús Internacional na América, onde representa e assessora o trabalho educacional de 16 organizações de oito países da América, e gestor da Escola de Educação Profissional Luís Tenderini, da Associação dos Trapeiros de Emaús Recife. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9970341360218173>

² Grifo meu.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. É a esta pernambucanidade, “notadamente na política”, como destaquei na epígrafe acima, a que me refiro aqui e que tentarei demonstrar como sendo imbricada com a ditadura civil-militar.

Vários são os elementos que tornam a pernambucanidade, entendida nestes termos, ou seja, em termos de política, indissociável da ditadura instaurada em 1964. Ocupei-me com o estudo de alguns deles em minha tese doutoral. Aqui, porém, destacarei apenas três elementos, mas que considero fundamentais nesse imbricamento: a) a memória das batalhas dos Guararapes como núcleo central na narrativa do Exército Brasileiro sobre a nacionalidade e sobre a sua própria história; b) a memória das batalhas dos Guararapes como núcleo central na narrativa da nação entre segmentos da elite política e intelectual conservadora ligada a esta pernambucanidade e; c) a criação do PHNG - Parque Histórico Nacional dos Guararapes como a celebração de uma aliança entre segmentos dessa elite conservadora local e setores do Exército, então à frente do governo federal.

Baseei-me em Leis, Decretos e Regulamentos federais e estaduais e publicações do Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Jornal do Brasil, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Revista Manchete, atas dos Anais do IAHGP, Revista do IAHGP e da APL, atas editoradas dos Anais da ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, entre outros, do período compreendido ente 1964 e 1987. O trabalho de compilação, cruzamento, confronto, análise e interpretação dessas fontes, a partir do diálogo com os trabalhos de Motta (2009), Bernstein e Rudelle (1998) sobre cultura política, me levaram a sustentar que a pernambucanidade foi uma cultura política conservadora, fabricada e mantida por intelectuais e políticos conservadores locais, ligados a APL e ao IAHGP, liderados por Gilberto Freyre.

Estes sujeitos civis estiveram à frente dos órgãos de cultura do governo do Estado - como CEC - Conselho Estadual de Cultura, a FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco e o CONTUR - Conselho Estadual de Turismo, e do governo federal,

como o CFC - Conselho Federal de Cultura, a Secretaria de Cultura do MEC - Ministério da Educação e Cultura e a FPHAN - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - durante quase todo o período da ditadura civil-militar em Pernambuco, operando negociações no campo da memória social do grupo ao qual pertenciam com a memória social do Exército, colaborando assim com o regime no campo cultural.

1. A memória das batalhas dos Guararapes no Exército Brasileiro por trás da criação do PHNG

Entre a ponta da cidade de Olinda ao norte, e da cidade do Cabo de Santo Agostinho, ao sul, sucedem-se os morros de argila e areia que contornam a planície fluviomarinha do Recife. Nessa sequência de elevações, os montes Guararapes são os que mais avançam em direção ao mar, estreitando a planície a seus pés, que mal se inclina em direção ao Atlântico. Erguendo-se sobre essa planície quase horizontal, os Guararapes possuem chãs na costa de 60 metros e o seu ponto culminante chega a 74 metros sobre o nível do mar³.

Datando do período Plioceno, os Guararapes constituem três montes bem distintos. De norte a sul, o primeiro deles é o morro do Telégrafo, onde se localizava uma torre de telégrafo instalada ao final do século XIX. O segundo é o do Oitizeiro, assim denominado devido ao fato de ali haverem existido muitos oitizeiros, sendo o ponto culminante das três elevações. É também o local onde há um mirante controlado pelo Exército e onde são realizadas palestras sobre as batalhas que ali foram travadas no século XVII. E o terceiro é o da Ferradura (também chamado de Outeiro ou Guararapes), onde se erguem, ao sul, a Praça dos Mastros, um bosque de Pau-Brasil e a famosa Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres⁴.

De acordo com Albuquerque Jr. (2008, p.81) os espaços já foram pensados pelos historiadores como meros cenários desligados das tramas,

³ Diário de Pernambuco, 10/01/1971, p2.

⁴ Idem.

eventos e cenas que neles ocorrem, mas os mesmos são ativos partícipes do acontecimento que neles são desenrolados. E de fato, mais do que argila e areia, esses montes, esses espaços, foram revestidos de uma aura simbólica, sendo vistos de maneira sentimental por dados segmentos da sociedade pernambucana e do Exército Brasileiro, por terem sediado as “gloriosas” batalhas dos Guararapes. Os montes podem ser compreendidos a partir do que Nora (1993) chamou de um “lugar de memória”. Esses lugares nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, operações que não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

As batalhas dos Guararapes foram os dois enfrentamentos decisivos travados pelos pernambucanos contra os holandeses no século XVII, nos montes dos Guararapes – localizado atualmente na cidade de Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife – e que asseguraram sua vitória. A primeira teve seu desfecho em 19 de abril de 1648 e a segunda, em 19 de fevereiro de 1649. As tropas luso-brasileiras foram formadas por brancos, liderados por Antônio Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, negros, liderados por Henrique Dias, e índios, liderados por Antônio Felipe Camarão. Elas estão incluídas, juntamente com outras, no episódio que ficou conhecido, sob muita controvérsia, de “Restauração Pernambucana”, que vai de 1645 a 1654 e que teria assegurado a Portugal “restaurar” sua possessão na América, em 27 de janeiro de 1654.

As unidades do Exército Brasileiro situadas em Pernambuco desempenharam, ao longo da história, papel relevante na preservação da memória da Restauração, mas com ênfase nas batalhas dos Guararapes, apropriadas como o momento de fundação da nacionalidade e do próprio Exército. O Dia do Exército, criado oficialmente em 1994 e comemorado em 19 de abril, reflete essa memória. Em *A invenção do Exército Brasileiro* o antropólogo Celso Castro (2002), escritor de relevo no estudo instituição e autor de várias obras sobre o tema, a pontou o Dia do Exército como uma das três tradições mais importantes da história cultural desta força

armada. O culto a Caxias como patrono e as comemorações da vitória sobre a chamada Intentona Comunista, de 1935, seriam as outras duas.

Castro (2002) argumentou que desde o fim do regime civil-militar os militares perderam significativamente a força política e as comemorações da vitória sobre a Intentona e a da “Revolução de 1964” entraram em declínio, fazendo emergir a do Dia do Exército. A versão oficialmente apresentada dessa recente tradição celebra cinco “patriarcas do Exército”: 1) o comandante-chefe do exército restaurador entre 1648 e 1654, Francisco Barreto de Menezes; 2) o reinol João Fernandes Vieira; 3) o mazombo (morador branco nascido no Brasil) André Vidal de Negreiros; 4) o negro Henrique Dias e; 5) o índio Antônio Felipe Camarão. A força simbólica do evento seria reforçada pela presença conjunta da união das três raças, vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio. A leitura do Exército sobre o episódio teria sido marcada pelas narrativas disponíveis sobre o evento, mas com ênfases e motivos específicos (CASTRO, 2002).

Castro (2002) explicitou ainda quatro ideias que se destacam nessa nova tradição: 1) um vínculo indissolúvel entre a nacionalidade e o Exército. Os combatentes teriam plantado a semente dessas duas instituições: a nacionalidade e o Exército brasileiro. Embora não tenha havido nenhuma unidade militar posterior às batalhas que tivesse dado continuidade ao Exército, o “espírito de Guararapes” teria continuado, ligando o evento à fundação oficial da instituição militar; 2) o Exército é composto pelas três raças que forma o povo brasileiro – o branco, o negro e o índio; 3) é uma luta contra estrangeiros (e não contra um inimigo interno como nas comemorações da vitória sobre a Intentona e a “Revolução de 64”; 4) a vitória foi contra um inimigo militarmente mais poderoso, cujo sucesso se deu graças ao uso de tática de guerrilha (CASTRO, 2002).

Não vou objetar outras questões levantadas por Castro - estou de acordo, inclusive, com a sua análise acerca dos cinco patriarcas e das quatro ideias constitutivas dessa tradição - mas com relação ao caráter recente das práticas que teriam dado origem ao Dia do Exército, faço uma

consideração: este Dia, embora criado oficialmente em 1994, está ancorado numa tradição mais antiga do próprio Exército, pelo menos em Pernambuco. Ao escrever que as comemorações da vitória sobre a chamada Intentona e a da “Revolução de 1964” entraram em declínio e que outra estava por nascer, referindo-se às comemorações das Batalhas dos Guararapes, celebrada no Dia do Exército, Castro leva o leitor a acreditar que essas comemorações teriam surgido com o processo de redemocratização. A criação do Dia do Exército não passou da oficialização de uma tradição já existente, expressa por séculos nos troféus militares, através dos quais a Restauração e, por extensão, as batalhas dos Guararapes, nunca foi esquecida como apontou Evaldo Cabral de Mello (2008, p.25).

Em 1938, em pleno Estado Novo, quando Pernambuco vivia sob a interventoria de Agamenon Magalhães, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – associada a memória das batalhas dos Guararapes e localizada nos montes – foi inscrita no Livro dos Tombos das Belas Artes, v.1, sob o nº 2, através do processo 05-T/38, do antigo SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1942, ela passou a acomodar os restos mortais dos restauradores Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros que para lá foram levados, em cerimônia cívica, pelo general Mascarenhas de Moraes⁵. Moraes – lembrado também por ter voltado vitorioso da Segunda Guerra, em 1945, e ter ido aos montes dos Guararapes depositar “os louros da vitória”, associando-a ao “espírito de Guararapes” – era comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife entre 1937 e 1945, e comandante FEB – Força Expedicionária do Brasil.

Em 1948, durante a presidência do militar Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a memória das batalhas dos Guararapes passou a ter visibilidade nacional. Isso se deu através da Lei nº 352 de 27 de agosto de 1948⁶. A lei determinou ainda o patrocínio de publicações de obras de história, conferências, exposições de peças de teatros e filmes alusivos às duas efemérides, inclusive exposições de documentos ligados à guerra holandesa.

⁵ Diário de Pernambuco, 04/08/1942, p.3

⁶ Lei federal nº 352 de 27 de agosto de 1948, Diário Oficial da União, 01/09/1948, Sec.1, p. 12653.

Autorizou a abertura de crédito, dos quais uma parte se destinaria a distribuição de prêmios. Determinou também a abertura de concorrência, entre os maestros brasileiros, para apresentar a partitura de uma ópera consagrada à exaltação “dos dois feitos memoráveis”, cujo julgamento seria confiado a uma Comissão nomeada pelo Ministro da Educação. Determinou também que o Poder Executivo, à época própria, fizesse emitir selos postais, para porte comum e para porte aéreo, em a reprodução do quadro “Batalha dos Guararapes” de Vítor Meireles.

No mesmo ano, através do Decreto nº 26.131 de 31 de dezembro⁷, o governo federal abriu o crédito especial de que tratava a lei para executar o dispositivo da mesma. Em 1950, através do Decreto nº 28.319 de 29 de julho de 1950⁸, Dutra deu a denominação de “Regimento Guararapes” ao 14º Regimento de Infantaria, o mesmo para onde o governador pernambucano Miguel Arraes seria levado preso em 1º de abril de 1964⁹. É possível encontrar no Diário Oficial da União ainda, durante seu governo, além da Lei e Decretos citados, pelo menos mais três decretos relacionados a memória das batalhas dos Guararapes. Através do Decreto nº 25.170-A de 2 de julho de 1948¹⁰, o presidente mudou o nome do Aeroporto do Recife para “Aeroporto Guararapes”, atualmente denominado Aeroporto Internacional dos Guararapes – Gilberto Freyre. No dia seguinte, através do Decreto nº 25.175 de 3 de julho de 1948¹¹ converteu a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, situada nos montes Guararapes, em Monumento Nacional.

Após o golpe de 64, a memória das batalhas dos Guararapes exaltada em momentos anteriores, como aqueles em que os militares mantiveram maior aproximação com o poder central, voltou a se impor. Já em 1965, o presidente Castello Branco, sob influência do IAHGP, que entregou fundamentado memorial sobre os montes, que sofriam descaracterização por

⁷ Decreto federal nº 26.131 de 31 de dezembro, Diário Oficial da União, 05/01/1949, Seç.1, p. 138.

⁸ Decreto federal nº 28.319 de 29 de julho de 1950, Diário Oficial da União, 29/06/1950, Seç.1, p.9792.

⁹ Diário de Pernambuco, 02/04/1964, capa.

¹⁰ Decreto federal nº 25.170-A de 2 de julho de 1948, Diário Oficial da União, 22/01/1949, Seç.1, p. 1073.

¹¹ Decreto federal nº 25.175 de 3 de julho de 1948, Diário Oficial da União, 08/07/1948, Seç.1, p. 9943.

ocupação irregular, baixou o Decreto nº 57.273 de 16 de dezembro¹², declarando de utilidade pública os terrenos onde foram travadas as batalhas. O Decreto também determinou a sua desapropriação para fins de construção de um parque histórico. Em 1971 seria criado o PHNG, através do Decreto nº 68.527 de 19 de abril¹³ - data de aniversário da primeira batalha dos Guararapes -, baixado pelo presidente Médici. Em 1978, mesmo ano da superprodução *Batalha dos Guararapes*¹⁴, o filme, produzido pela Sagitarius Filmes, e estreado salas de cinema de todo o país, o governador Moura Cavalcanti (1975-1979) criaria, através do Decreto nº 4.891 de 20 de janeiro de 1978¹⁵, a Ordem do Mérito dos Guararapes. A comenda, que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.982 de 24 de janeiro de 1978¹⁶, era definida como a “mais alta distinção concedida pelo Estado de Pernambuco”.

Em 1980, já na gestão do governador Marco Maciel (1979-1982), o Decreto nº 6.380 de 09 de abril de 1980¹⁷, definiria o dia 19 de abril – data de aniversário das batalhas dos Guararapes – para entrega das insígnias aos agraciados, em cerimônia pública a ser realizada, preferencialmente, nos montes Guararapes. A importância dada a memória desse episódio também marcou fortemente a educação nos 60 e 70, como demonstrou a dissertação de Amanda Marques de Carvalho Gondim (2001). Se seu recorte se contemplasse os anos 80, identificaria que influencia continuou. Mas é a partir de 1971 que temos um salto. Com a inauguração do PHNG, como veremos à frente, a importância dada nacionalmente a memória desse episódio pelos governantes, em nível local e federal, no bojo das comemorações cívicas – que põe em evidência não apenas o Exército, mas a história de Pernambuco - não encontra precedentes na história da

¹² Decreto federal nº 57.273 de 16 de novembro de 1965, Diário Oficial da União, 19/11/1965, Seç.1, p.11811.

¹³ Decreto federal nº 68.527 de 19 de abril, Diário Oficial da União, 19/04/1971, Seç.1, p. 2861.

¹⁴ Jornal do Brasil, 24/09/1978, Cad. B, p.2.

¹⁵ Decreto estadual nº 4.891 de 20 de janeiro de 1978, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 21/01/1978, p.2

¹⁶ Decreto estadual nº 4.982 de 24 de janeiro de 1978, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 25/01/1978, p. 2

¹⁷ Decreto nº 6.380 de 09 de abril de 1980, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 10/04/1980, p. 2

República, constituindo, sem dúvida, uma singularidade desse período civil-militar.

2. A memória das batalhas dos Guararapes como núcleo central na narrativa da nação na historiografia do IAHGP e da pernambucanidade

As batalhas dos Guararapes integram, como já destaquei, a chamada Restauração Pernambucana e a Restauração, invocada inicialmente para justificar a reserva dos cargos públicos para os colonos da capitania de Pernambuco ou para reivindicações de natureza fiscal, se transformou, já nos quinze anos consecutivos a 1654, no *topos* central do discurso nativista (MELLO, 2008). De acordo com Mello (2008), os ecos da Restauração teriam se estendido por diversos outros episódios chamados genericamente de “rebeliões nativistas” na história de Pernambuco, como a Guerra dos Mascates (cerca de 1715), a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, entre outras. Para estudar esses ecos, o autor analisou o nativismo como fenômeno político e ideológico, distinguindo três fases, correspondentes a dois períodos alternados de radicalização antilusitana.

A última fase do nativismo teria representado a definitiva integração da província pernambucana na ordem imperial e o esgotamento do nativismo como força política, reduzido a partir daí a seu significado histórico, como indicou, segundo Mello (2008), a fundação do IAHGP em 1862. A partir da criação do Instituto, para cuja fundação fora escolhida a data de 27 de janeiro – o dia da Restauração Pernambucana –, a comemoração do episódio passou a ser celebrada em sessão solene da entidade que, em vão, teria tentado obter do governo imperial que a data fosse considerada feriado provincial, reivindicação só atendida pela Constituição Estadual de 1988 (MELLO, 2008).

A historiografia do IAHGP foi marcada, desde a sua fundação, por um panegírico da Restauração, com destaque para as batalhas dos

Guararapes. Segundo Schwarcz (1993), no total das publicações da revista do Instituto no período de 1870 a 1930, 51% se voltavam para a invasão holandesa e a interpretação do episódio era sempre a mesma: de um lado “o ignominioso julgo estrangeiro”; de outro, a heroica resposta do povo pernambucano “valente e patriota”. O evento da expulsão dos holandeses foi transformado, segundo a autora, numa espécie de mito de formação de uma identidade pernambucana e seus personagens principais surgiram ungidos como heróis da terra. A agremiação para a qual a religião, a valentia, a abnegação e o patriotismo apareciam como elementos fundamentais na representação dos pernambucanos, e que foi responsável pela alcunha de Pernambuco “Leão do Norte”, era basicamente composta por grandes proprietários locais, acompanhados de elementos da Igreja e de poucos profissionais liberais, em grande parte egressos da Faculdade de Direito do Recife (SCHWARCZ, 1993).

No que tange especificamente ao período da ditadura civil-militar em Pernambuco, instaurada com o golpe de 64, o governo do Estado esteve sob grande influência do Instituto, através de diversos de seus sócios que passaram a ocupar cargos de destaque em sua estrutura, especialmente a partir de 1967. Nesse ano, por exemplo, seguindo a linha do governo federal, com a criação do CFC - Conselho Federal de Cultura e o preenchimento do seu quadro com sujeitos ligados ao ABL – Academia Brasileira de Letras e IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como destacou Tatyana de Amaral Maia (2012), o governo de Pernambuco criou o CEC - Conselho Estadual de Cultura, órgão que passou a ser responsável pela elaboração da política estadual de cultura, e dos nove conselheiros nomeados para órgão, cinco eram do IAHGP (os outros eram ligados a APL – Academia Pernambucana de Letras), incluindo o próprio presidente do Instituto, José Antônio Gonsalves de Melo Neto. A presidência e a vice-presidência do Conselho também estavam nas mãos de outros dois sócios de relevo do Instituto: Gilberto Freyre, como presidente, e Luiz Delgado, como vice¹⁸.

¹⁸ Diário Oficial do Estado, 27/10/1967, capa.

Além de sócio do IAHGP desde 1952, Gilberto Freyre era também membro fundador e conselheiro do CFC, que era responsável pela elaboração do política nacional de cultura, e sócio do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1954; Luiz Delgado, o vice-presidente do Conselho, era sócio do Instituto desde 1931 e era também presidente da APL desde 1964, cargo que exerceu até 1970, na da cadeira de nº 6 da Academia, que ocupava desde 1940; Nilo Pereira era sócio do IAHGP desde 1950 e também vice-presidente da APL, desde 1964, ocupando a cadeira de nº 16, desde 1951; Flavio da Mota Guerra também era sócio do Instituto e acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 19, desde 1961; José Antônio Gonsalves de Melo Neto era Presidente do IAHGP desde 1965, cargo que exerceria até o ano 2000, era sócio do Instituto desde 1943, sócio correspondente do IHGB e ocupante da cadeira de nº 37 da APL¹⁹.

Outro órgão que será criado em 1973 tornando-se central nas políticas culturais do governo do Estado - a FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco, - também terá entre o seu quadro de dirigentes e demais colaboradores, integrantes de relevo do IAHGP. De acordo Menezes (2008), a partir de 1979, por exemplo, a Diretoria de Patrimônio Histórico passará a ser exercida, por Ulysses Pernambucano de Mello Neto, que além de sócio do Instituto Histórico, era filho do presidente do IAHGP, José Antônio. O próprio José Antônio se tornaria assessor da Diretoria de Assuntos Culturais. Em 1981, Ulysses Pernambucano se tornará Diretor Presidente da FUNDARPE e entre 1983 e 1987, a Fundação será presidida por Roberto José Marques Pereira, também membro do Instituto, filho de Nilo Pereira e sobrinho de Luiz Delgado, ambos membros do IAHGP e conselheiros do CEC (MENEZES, 2008).

A importância que o IAHGP passou a ter para o governo estadual e federal nesse período da ditadura se pode observar de diversos outros modos, inclusive no texto da Constituição Estadual de 1967, que previa no seu artigo 181, título VIII, que não se podia dar nome de pessoas vivas a

¹⁹ Cf. Revista do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 2010; e Revista da Academia Pernambucana de Letras, nº 41, 2012.

quaisquer localidades ou logradouros do Estado, devendo ser ouvido o IAHGP a respeito de toda a denominação que se quisesse atribuir ou modificar²⁰. Em nível federal, como já foi apontado, se tem a influência sobre o Decreto nº 57.273 de 16 de dezembro de 1965, através do qual o presidente Castello Branco, baseando-se em um memorial elaborado pelo Instituto, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação e construção de um parque histórico, os terrenos onde foram travadas as batalhas dos Guararapes. A menção ao memorial pode ser encontrada na ata da sessão de 30 de maio de 1964 e de 20 de novembro de 1965.²¹

O prestígio do presidente do Instituto, José Antônio, talvez se deva também, entre outras coisas, incluindo sua trajetória profissional, ao fato de que ele era a maior autoridade do país na historiografia do período em que ocorreram as batalhas dos Guararapes. Além disso, ele era filho de Ulysses Pernambucano (nome que deu a um de seus filhos), primo de João Cabral de Melo Neto e de Gilberto Freyre (GASPAR e MELO, 2012). De acordo com um depoimento que ouvi do sr. Galvão (Tácito Cordeiro Galvão), sócio do Instituto, durante minha pesquisa doutoral, ele era amigo pessoal de Castello Branco, que quase diariamente o visitava no Instituto durante o período em que esteve à frente do IV Exército, pouco antes de assumir a presidência. A sua obra de maior relevo, *Tempos flamengos* foi publicada originalmente um ano antes das comemorações do tricentenário das batalhas dos Guararapes, em 1948, o que deve ter assegurado a ela grande visibilidade. Ele também foi responsável por publicar uma série biográfica dos mais importantes restauradores de Pernambuco para as comemorações do tricentenário da restauração pernambucana, em 1954 (GASPAR e MELO, 2012).

Tendo como núcleo a memória da Restauração e, por extensão, das batalhas dos Guararapes, o IAHGP possuía uma cultura histórica bem definida e acabou levando a mesma para o interior da política institucional através dos seus sócios, que estavam ligados aos órgãos de elaboração e

²⁰ Constituição Estadual de 1967, Diário Oficial do Estado, 18/04/1967, p. 154.

²¹ Livro de Ata do IAHGP, 30/05/1964, p.2 e 20/11/1965, p. 76.

execução das políticas culturais do governo do Estado e do governo federal. A cultura histórica, conceito tomado por Le Goff de Guenée, para caracterizar “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”, de acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2004), costuma marcar uma memória nacional, uma narrativa da nação. E as nações, como apontou, Benedict Anderson (2008) são “comunidades imaginadas” cujas diferenças umas das outras residem nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas, seja com relação a outras, seja com relação a si mesmas. No caso do Instituto Histórico, a sua cultura histórica e sua narrativa da nação, antes restritas apenas aos meios intelectuais, foram, aos poucos, sendo instrumentalizadas politicamente, dando origem a uma cultura política conservadora singular que ficou associada a uma expressão que virou moda no período, especialmente a partir de 1970: a expressão *pernambucanidade*.

A partir de 1970 essa expressão, forjada por Gilberto Freyre décadas antes, passou a agrupar em sua semântica um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, que expressavam uma identidade coletiva, fornecendo leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Essas características são muito parecidas com aquelas apresentadas na definição de cultura política proposta por Motta (2009). O seu núcleo era a memória idealizada das batalhas dos Guararapes, a partir da qual se justificava a existência de um comportamento do tipo cívico, marcado pelo culto a pátria e pela comemoração dos aniversários de nascimento e morte dos “grandes heróis” e das “glórias do passado” dos “pernambucanos”, que alcançavam o seu clímax na execução do hino de Pernambuco, colocando em evidência os políticos conservadores “herdeiros” da tradição que ligariam o passado ao futuro. Isso se deve, em boa parte, ao “movimento pernambucanidade” – surgido em 1970 e que reivindicava cargos de relevo para os pernambucanos na administração pública dos governos do Estado e federal - e a inauguração do PHNG.

O movimento pernambucanidade teve início com a ideia, por um grupo de empresários, da criação de uma sociedade civil que teria como

lema “Pernambuco para os pernambucanos”.²² A sociedade civil não foi criada, mas ao despertar a crítica de uns e apoio de outros, acabou dando origem a um intenso debate em torno do que seria a pernambucanidade que se estendeu nos jornais locais por vários anos, despertando até mesmo o interesse da imprensa nacional. Destaco duas edições da Revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, que tiveram como propósito entender qual era o sentido da pernambucanidade, uma em 1970 e outra em 1973²³. O próprio Freyre, autor do neologismo “pernambucanidade”, publicou em vários jornais, em colunas próprias ou colunas de outros para os quais deu entrevista, sobre o seu sentido. Na maioria delas, a pernambucanidade não aparece associada a cultura popular, mas a elementos constitutivos da cultura política, ou como referente a um comportamento específico do pernambucano, “notadamente na política”, como escreveu Nilo Pereira, em sua trilogia *Pernambucanidade*, a pedido do governador Marco Maciel (1979-1982), em 1981, e publicada em 1983, durante a gestão de Roberto Magalhães (1983-1986).

Depois de Marco Maciel, a expressão pernambucanidade passou a integrar o discurso de posse dos governadores²⁴, compondo também o repertório dos discursos solenes da outorga da comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes e das comemorações das batalhas dos Guararapes. A incorporação linguística também se expressou nos debates parlamentares dos deputados estaduais e influenciou diversos segmentos, até mesmo a imprensa televisiva, como destacou Rudson Pinheiro Gonçalves (2007), em sua dissertação. De acordo Gonçalves (2007), a rede Globo Nordeste se consolidou, a partir da segunda metade dos anos 70 em Pernambuco, em diálogo com o que ele chamou de “mito da pernambucanidade”. Em 1982 – ano em que a cidade de Olinda, “berço da pernambucanidade”, de acordo com o deputado Alcir Teixeira²⁵, recebeu o título de Patrimônio

²² Diário de Pernambuco, 08/01/1970, p. 5.

²³ Cf. Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, Edição 1103/1973, p.38-43 e Edição 937/1970, p.92-95

²⁴ Cf. Atas editoradas dos ANAIS da ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 15/03/1979, p. 357, 15/03/1983, p. 298 e 14/05/1986, p. 289 e Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 21/05/1982, p.3.

²⁵ Ata editorada dos ANAIS da ALEPE, 10/03/1980, p. 212.

Mundial pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - uma colunista do Jornal do Commercio, Isnar Moura, ao escrever sobre o centenário de nascimento de Ulysses Pernambucano (pai de José Antônio, do IAHP), se referiu aquele momento como sendo um em que a pernambucanidade, no sentido em que lhe atribuía Gilberto Freyre, estava “na moda”²⁶.

Em um jantar oferecido pelo Hotel São Domingos, em 15 de agosto de 1970, em homenagem ao ingresso de Mauro Mota na ABL, na cadeira de nº 26, Freyre proferiu um discurso, que foi publicado em alguns jornais, estabelecendo a relação entre as batalhas dos Guararapes e a pernambucanidade. Essa relação seria ainda mais explorada a partir da inauguração do PHNG em 1971. Convém destacar que Mauro Mota também fora nomeado conselheiro do CEC em 1967 e com a morte de Luiz Delgado, em 1974, chegou a assumir a vice-presidência do Conselho, ao lado de Freyre. Ele era acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 20, desde 1954, e foi presidente da Academia Pernambucana no período de 1972 a 1982. No jantar, que também contou com a presença dos mais ativos confrades do IAHP e acadêmicos da APL, Freyre proferiu, em um trecho de seu discurso:

Outrora um só Pernambuco, hoje uma constelação de Pernambucos jovens. Pernambucos jovens que se desenvolvem em torno do sempre nuclear e nunca esgotado de ânimo ou de energia, que é aquele em que madrugou o próprio Brasil nos seus começos mais decisivos de nação. De nação e de cultura. O Pernambuco da Prosopopeia. O Pernambuco do Bispado de Olinda. O Pernambuco dos primeiros grandes engenhos patriarcais. O Pernambuco do Curso Jurídico de Olinda e da Faculdade de Direito do Recife, **depois de ter sido o Pernambuco guerreiro dos Guararapes** e de 1817. O Pernambuco onde se escreveu a sangue o destino nacional do Brasil: um só Brasil e não dois ou três. **Esse espírito – o de generosa pernambucanidade** transbordante na melhor das nordestinidades e nas mais pura das brasileiridades – ninguém, nos nossos dias, o vem representando de modo mais expressivo do que Mauro Mota²⁷

²⁶ Jornal do Commercio, 07/02/1982, p.21.

²⁷ Diário de Pernambuco, 11/10/1970, p. 4, grifos meus.

Nesse trecho, Freyre traçou uma seleção de elementos pelos quais Pernambuco deveria ser exaltado que incluía um poema – a *Prosopopeia*, poema épico de Bento Teixeira que narra as aventuras de Jorge D’Albuquerque Coelho, governador da Capitania de Pernambuco –, instituições – o Bispado de Olinda, os primeiros engenhos patriarcais, o curso jurídico de Olinda e a Faculdade de Direito – e episódios históricos – as batalhas dos Guararapes e a Revolução Pernambucana de 1817 –, subordinando todos eles, em virtude dos quais o Estado seria detentor de um brio, em ordem de importância, às batalhas dos Guararapes. Ele reforça a tese, partilhada historicamente por segmentos da elite política e intelectual de Pernambuco, de que o destino nacional foi escrito em Guararapes, evitando a fragmentação do território brasileiro em vários países, possibilitando a unidade territorial nacional. Uma maneira de dizer que a nação possuía um débito com os pernambucanos. Classifica todas essas coisas como sendo o “espírito de generosa pernambucanidade” que transbordava “na melhor” das nordestinidades e na “mais pura” das brasileiridades. Ou seja, Pernambuco era o melhor Estado do Nordeste e o mais puro Estado do país, no que tange a expressar respectivamente as identidades regional e nacional.

3. Pernambucanidade e ditadura: a celebração da aliança entre segmentos da elite conservadora local e do Exército na criação do PHNG

Em 1970, o presidente Médici tomou a iniciativa de dar continuidade ao dispositivo previsto no decreto de Castello Branco que previa a construção do PHNG. Nesse ano, ele determinou que fossem erguidos monumentos alusivos aos heróis brasileiros e aos seus feitos em todo território nacional. O primeiro passo foi a conclusão do Parque Histórico Nacional Marechal Manoel Luiz Osório, inaugurado em 19 de maio de 1970, na cidade gaúcha de mesmo nome. Porém o PHNG só foi inaugurado

em 1971, através do Decreto nº 68.527 de 19 de abril (data de aniversário da primeira batalha dos Guararapes)²⁸. Os jornais locais deram ampla cobertura, antes, durante e após a inauguração do parque federal pernambucano.

A inauguração foi um grande espetáculo ao ar livre, bem planejado, apesar da pressa para a sua realização. Nas cerimônias, foi possível observar uma trama, orientada a destacar uma dada versão do passado que servia aos interesses de dados grupos, uma sucessão de cenas, um roteiro, personagens, uma ordem das falas, uma mobilização dos sentimentos, das crenças, dos valores. Ações teatrais como essa integraram a agenda da ditadura civil-militar. A teatralidade nas relações de poder, sobretudo do poder político institucional nos governos e, de um modo mais intenso, nos governos autoritários, é algo relativamente comum, como apontou George Balandier (1982). Como prática coexistente ao emprego da força bruta, os governos ditatoriais costumam buscar sua legitimação através da mobilização do campo simbólico, pois “o poder não se faz senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos, pela organização dos mesmos num quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p.21).

A inauguração do PHNG operou o que Michael Pollak (1989, p.8), a partir de Maurice Halbwachs (2004), chamou de “enquadramento da memória”, em que o material fornecido pela história local é interpretado e combinado a inúmeras referências associadas, guiadas pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, reinterpretando incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro. As comemorações das batalhas dos Guararapes e, de um modo particular, a inauguração do PHNG, ao mesmo tempo em que promovia o Exército, enquanto instituição à frente do governo, exaltando o nascimento da pátria e do próprio Exército, graças a ação deste, promovia o constrangimento do comunismo, considerado inimigo antipatriótico, sem o emprego da força bruta, apenas com a manipulação de símbolos.

²⁸ Diário Oficial da União, 19/04/1971, Sec.1, p. 2861.

Promovia também a história de Pernambuco e uma versão do passado local favorável à permanência, no poder, de uma elite intelectual e política conservadora que se colocava como herdeira da tradição. Havia assim uma convergência de interesses entre segmentos do poder local e do poder central em torno da memória das batalhas dos Guararapes, celebrada materialmente na inauguração do PHNG.

Na cerimônia principal de inauguração do PHNG, o chefe do Estado Maior do IV Exército, general João Souto Maior, dirigindo-se ao presidente Médici, proferiu em dado trecho do seu discurso: “V. Exa., ao inaugurar a fase irreversível do Parque e criá-lo oficialmente, faz justiça a Pernambuco como local onde despertou o sentimento de nacionalidade e o espírito das Forças Armadas do Brasil. ” Ou seja, Pernambuco e, particularmente, os montes dos Guararapes não seriam apenas o local onde teria surgido o sentimento patriótico, mas a própria personalidade psicossocial das Forças Armadas do Brasil. Em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, publicada em 18 abril de 1971 para uma matéria intitulada “Espírito do exército brasileiro emergiu das memoráveis batalhas dos Guararapes”, na véspera da inauguração do parque o então general Bina Machado, comandante do IV Exército, afirmou:

O espírito do Exército Brasileiro emergiu das memoráveis batalhas dos Guararapes, junto com o despertar do espírito de nacionalidade (...) Isto, por si só, justifica o enorme interesse do Exército na área histórica e com mais razão o IV Exército, que possui os Montes Guararapes em sua área de jurisdição militar²⁹

Ainda de acordo com Machado “foram pernambucanos que constituíram a grande maioria do que poderíamos chamar de Célula Mater do Exército brasileiro que surgiu durante a Insurreição Pernambucana”. Por esta razão, alegou: “o IV Exército, desde o seu general, comandante até o soldado, sente justificado orgulho de exercer sua jurisdição sob a área onde despertou o espírito atual do Exército”. Para ele, “se aceito que o Exército

²⁹ Diário de Pernambuco, 18/04/1971, p.3, grifos meus.

brasileiro teve o despertar de seu espírito em Pernambuco, seus primeiros componentes foram civis pernambucanos”, razão que, de acordo ele, deveria “encher de orgulho cívico todos aqueles que descendem daqueles bravos do Monte das Tabocas, Casa Forte e dos Guararapes”. Os pernambucanos, de acordo com Machado, “não somente integraram a Célula Mater de nosso Exército, como também foram os arquitetos do espírito de nacionalidade”, além de terem lançado “os fundamentos da nossa democracia étnica e tradição de amor a liberdade, e de soluções brasileiras para problemas brasileiros”³⁰.

Essa convergência de interesses, porém, entre segmentos do poder local e do poder central em torno dos Guararapes, celebrada na inauguração do PHNG, não se deu sem negociações. Enquanto para a elite intelectual e política conservadora, ligada direta ou indiretamente ao IAHPG e APL a data de 27 de janeiro era, historicamente, a mais importante de se comemorar, o Exército tinha interesse em 19 de abril. Comemorar a data da Restauração talvez parecesse soar como algo bairrista para ser uma comemoração nacional, o que não impediu que um hospital em Recife fosse inaugurado em 1971 com o nome de “Hospital da Restauração”, por sugestão de Aníbal Fernandes (um sócio do IAHPG), ainda em 1953, em homenagem a esse episódio. As batalhas dos Guararapes, por sua vez, além de acionar uma narrativa sobre a nação e a nacionalidade, põe em evidência um aspecto essencialmente militar e que remete imediatamente às forças armadas do país, notadamente o Exército: a expressão “batalha”. Além disso, o inimigo flamengo derrotado era, sem problematizações, tratado como um “estrangeiro invasor” do Brasil, remetendo também para a função das Forças Armadas, oficialmente responsáveis pela defesa das fronteiras nacionais. Gradualmente, uma negociação implícita no campo da memória, travada entre setores do Exército e segmentos da elite política e intelectual conservadora pernambucana, levaria a data de comemoração das batalhas dos Guararapes a se

³⁰ Idem.

tornar mais importante do que a de 27 de janeiro, até mesmo em Pernambuco.

Com a inauguração do PHNG em 1971, o uso das expressões “batalhas dos Guararapes” e “pernambucanidade” tiveram um salto nos editoriais dos periódicos locais, incluindo o Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Uma busca pelo uso da expressão exata “batalha dos Guararapes” nos acervos digitais do Diário Oficial do Estado, no site da CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, permite a identificação de que sua ocorrência teve um aumento de 900% na década 1970 em relação a década anterior e de 1.366% nos anos 1980 em relação aos anos 1960. No Diário de Pernambuco, uma consulta feita na hemeroteca digital, no site da Biblioteca Nacional, permite identificar um crescimento de 159% na década de 1970 em relação a década anterior e 128% nos quatro primeiros anos da década de 1980, em relação aos anos 1960. O fato de apenas os quatro primeiros anos do Diário de Pernambuco estarem digitalizados não permite identificar o crescimento total ao longo de toda a década, mas torna aceitável supor que seria bem maior em relação as décadas anteriores.

Em se tratando da expressão “pernambucanidade”, a busca no acervo digital do Diário Oficial do Estado permite identificar que a expressão foi incorporada definitivamente pelos editoriais deste periódico durante a década de 70. Ela foi usada 15 vezes mais do que na década anterior, um aumento de 1.533%. Na década de 1980, o aumento foi de 3.900% em relação aos anos 1960. No Diário de Pernambuco, na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, o uso da expressão aumentou 392% nos anos 1970 em relação a década anterior e 296% apenas nos quatro primeiros anos da década de 1980 em relação aos anos 1960. O fato de apenas os quatro primeiros anos do Diário de Pernambuco estarem digitalizados, como já destaquei, não permite identificar o crescimento total ao longo de toda a década, mas também torna aceitável supor que seria bem maior em relação aos anos anteriores.

Convém destacar que uma análise cuidadosa dessas ocorrências permite identificar ainda que pernambucanidade e batalha dos Guararapes

aparecem quase sempre associadas e que alguns sócios do IAHG e acadêmicos da APL, ligados a cultura política da pernambucanidade, eram colonistas de alguns jornais locais, como Nilo Pereira, Orlando Parahym, Gilberio Freyre, entre outros. Em 1979, o acadêmico da APL Costa Porto, assumiu a presidência da CEPE, responsável pelo Diário Oficial do Estado deixando a sua marca nesse periódico. A associação entre pernambucanidade e batalha dos Guararapes se tornou também recorrente entre muitos políticos conservadores, fossem vereadores, prefeitos de Recife e Olinda, deputados estaduais e governadores. Em um discurso proferido na ocasião de comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes, em 1981, o governador Marco Maciel proferiu em um dos trechos de sua fala:

Ao conceder-lhe, neste momento, as insígnias da Ordem dos Guararapes, a nossa mais alta condecoração, **faço-o participante, senhor presidente, a partir de agora, da nossa pernambucanidade**, das nossas tradições, da nossa história...

Aqui, neste pedaço de chão do Brasil, homens das três etnias que nos fizeram nação, com a intrepidez dos que amam e cultuam a liberdade, venceram, em **renhidas batalhas, no Alto dos Guararapes**, o estrangeiro invasor, consolidando, assim – embora fôssemos ainda uma simples colônia portuguesa –, o **sentimento da nacionalidade**³¹

Em outro discurso, também de concessão da comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes, desta vez do governador Roberto Magalhães, em 1986, que mais tarde publicaria, pela Editora Especial, os seus discursos em um livro intitulado *Afirmção de pernambucanidade* (1986), proferiu em um dos trechos de sua fala, no encerramento: “Guararapes é símbolo; Guararapes é mais do que símbolo; é apanágio da pernambucanidade. Todos nós temos o dever de o cultivar. Muito obrigado.³² Convém destacar que Roberto Magalhães e quase todos os governadores do período da ditadura civil-militar fazia parte da mesma rede de sociabilidade dos sócios do IAHG e acadêmicos da APL. Magalhães, o sobrinho do interventor do

³¹ Diário de Pernambuco, 14/08/1981, p. A3, grifos meus.

³² Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 26/04/1986, capa.

Estado Novo em Pernambuco, Agamenon Magalhães, era, inclusive, sócio do IAHP, desde 1973.

Relacionar as batalhas dos Guararapes e, por extensão, a cultura política da pernambucanidade com o golpe de 1964, chamado durante aquele período de “Revolução democrática”, não era incomum entre intelectuais e políticos conservadores da época, ligados a essas instituições, mas passou a ser recorrente iminentemente antes, durante e após a criação do parque, sendo, por isso, bastante enfatizada na comemoração do 7º aniversário da ditadura. No discurso que proferiu nos montes Guararapes na ocasião de comemoração da “Revolução Democrática”, em 31 de março de 1971, em que doou um monumento em homenagem ao Exército, o prefeito do Recife, Geraldo Magalhães (1969-1971) – irmão de Roberto Magalhães – proferiu um discurso no qual afirmava, em um dos seus trechos:

É que, aqui, ao épico passado brasileiro simbolizado na insurreição contra o invasor batavo, junta-se a luta pela democracia assinalada pela participação do soldado brasileiro na II Guerra Mundial e está presente a Revolução Democrática de 1964 para se inscreverem, neste local histórico e sagrado, não como simples feitos de um povo, mas como páginas vivas da nossa História.³³

Distorcendo o conceito de democracia, o prefeito do Recife colocou a vitória do Exército na Segunda Guerra Mundial e o golpe de 1964 como conectados simbolicamente as batalhas do Guararapes. Isso era algo relativamente comum nesse período, especialmente após a criação do PHNG, a memória das batalhas passou a ser usada para legitimar o golpe, a ditadura e também a pernambucanidade. Sobre esse ponto em particular, o major do IV Exército, Cláudio Moreira Bento, produziu e publicou vários textos no período. Entre 1970 e 1971 O Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio publicaram vários de seus artigos. Bento é, inclusive, autor de *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar* (1971)³⁴, obra

³³ Diário de Pernambuco, 29/12/1970, p.10, grifos meus.

³⁴ BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar**. Recife: UFPE-Universidade Federal de Pernambuco, 1971. A obra teve uma segunda edição, em 2004, pela Genesis Edições, de Porto Alegre.

publicada pela editora da UFPE com a tiragem de dois mil exemplares, lançada no dia da inauguração do PHNG. Destaco um fragmento de seu texto, publicado no Diário de Pernambuco, em março de 1971, na ocasião em que o golpe faria o 7º aniversário:

Nesta edição comemorativa, na qual são ressaltadas as **realizações da Revolução Democrática** nos campos econômico e social, não poderia ser omitida uma grande realização revolucionária em curso, qual seja, a **construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes** (...). Este conjunto de projeções constitui-se a base da gloriosa tradição deste Estado, chamada de **Pernambucanidade** e, um dos mais vigorosos alicerces do sentimento maior de brasilidade (...) ³⁵

Nota-se assim, que para Bento, bem como para muitos outros sujeitos dessa época, especialmente do Exército e aqueles que estavam ligados institucionalmente ao IAHG e APL, ou que faziam parte da sua rede de sociabilidade, que pernambucanidade e ditadura não apenas andavam lado a lado, mas estavam imbricadas, como destacou o historiador Denis Bernardes (1991). Embora sem aprofundar o debate, Bernardes destacou que a existência de uma “cultura pernambucana” que se reclama da pernambucanidade estava associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política (BERNARDES, 1991). E de fato, é farta documentação que aponta nessa direção, expondo os imbricamentos entre essa pernambucanidade e a ditadura em torno do PHNG, imbricamentos estes que gradualmente foram se desfazendo com o eclipse das lideranças conservadoras que estavam à frente do movimento identitário local e conforme o país se redemocratizava, tornando desnecessária e/ou irrelevante politicamente, em nível local e nacional, a narrativa segundo a qual “a pátria nasceu aqui”.

³⁵ Diário de Pernambuco, 31/03/1971, cad. esp., p.4, grifos meus.

Referências

1. Leis, Decretos e Regulamentos

Lei federal nº 352 de 27 de agosto de 1948, Diário Oficial da União, 01/09/1948, Seç.1, p. 12653.

Decreto federal nº 26.131 de 31 de dezembro, Diário Oficial da União, 05/01/1949, Seç.1, p. 138.

Decreto federal nº 28.319 de 29 de julho de 1950, Diário Oficial da União, 29/06/1950, Seç.1, p.9792.

Decreto federal nº 25.170-A de 2 de julho de 1948, Diário Oficial da União, 22/01/1949, Seç.1, p. 1073.

Decreto federal nº 25.175 de 3 de julho de 1948, Diário Oficial da União, 08/07/1948, Seç.1, p. 9943.

Decreto federal nº 57.273 de 16 de novembro de 1965, Diário Oficial da União, 19/11/1965, Seç.1, p.11811.

Decreto federal nº 68.527 de 19 de abril, Diário Oficial da União, 19/04/1971, Seç.1, p. 2861.

Decreto estadual nº 4.891 de 20 de janeiro de 1978, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 21/01/1978, p.2

Decreto estadual nº 4.982 de 24 de janeiro de 1978, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 25/01/1978, p. 2

Decreto estadual nº 6.380 de 09 de abril de 1980, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 10/04/1980, p. 2

Constituição Estadual de 1967, Diário Oficial do Estado, 18/04/1967, p. 154.

2. Periódicos

Diário Oficial da União

08/07/1948, Seç.1, p. 9943;

01/09/1948, Seç.1, p. 12653;

05/01/1949, Seç.1, p. 138;

22/01/1949, Seç.1, p. 1073;

29/06/1950, Seç.1, p. 9792;

19/11/1965, Seç.1, p.11811;

19/04/1971, Seç.1, p. 2861.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco

18/04/1967, p. 154;

27/10/1967, capa;

21/01/1978, p. 2;

10/04/1980, p. 2;

21/05/1982, p.3;

26/04/1986, capa.

Diário de Pernambuco

04/08/1942, p.3;

02/04/1964, capa;

08/01/1970, p. 5;

11/10/1970, p. 4;

29/12/1970, p.10;

31/03/1971, cad. esp., p.4;

18/04/1971, p.3;

14/08/1981, p. A3.

Jornal do Commercio

07/02/1982, p.21.

Jornal do Brasil

24/09/1978, Cad. B, p.2.

Revistas

Revista do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 2010;

Revista da Academia Pernambucana de Letras, nº 41, 2012;

Revista Manchete, Rio de Janeiro, Edição 1103/1973, p.38-43 e Edição 937/1970, p.92-95.

3. Atas de ANAIS e/ou Livro de Ata

Atas do Livro de Ata do IAHP

30/05/1964, p.2;

20/11/1965, p. 76.

Atas editoradas dos ANAIS da ALEPE

15/03/1979, p. 357;

15/03/1983, p. 298;

14/05/1986, p. 289;

10/03/1980, p. 212.

4. Obras

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nos Destinos de Fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife, Edições Bagaço, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BALANDIER, George. **O Poder em cena**. Brasília, Editora UNB, 1982.

BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes**: descrição e análise militar. Recife: UFPE-Universidade Federal de Pernambuco, 1971

BERNARDES, Denis. **Não existe cultura pernambucana**. Revista Pasárgada, FUNDARPE, ano 2, nº 2 e 3, set. 1993, p. 18-20.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército**. Jorge Zahar Editor, 2002.

GASPAR, Lúcia e Mello, Diva Gonsalves de. **José Antônio Gonçalves de Mello (1912-2002)**: cronologia e bibliografia. FUNDAJ, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel et GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. **A pátria nasceu aqui**: o discurso das batalhas dos Guararapes e a educação 1960-1970. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), UFPE, Recife, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **La memória coletiva**. Zaragoza. Universidad de Zaragoza, 2004.

MAGALHÃES, Roberto. **Afirmção de Pernambucanidade**. Recife, Editora Especial Ltda, 1986.

MAYA, Tatiana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e na ditadura civil-militar - 1967-1975**. Rumos Itaú, São Paulo, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. Alameda Casa Editorial, 3ª ed., São Paulo, 2008.

MENEZES, José Luiz Mota. **Ainda chegaremos lá: história da Fundarpe**, Recife, Fundarpe, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, Departamento de História da PUC São Paulo, São Paulo, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Leandro Patricio da. **“Pernambucanidade na sua expressão representativamente política”**: a fabricação da cultura política da pernambucanidade – 1964-1988. Tese de doutorado (Doutorado em História), UFBA, Salvador, 2019.

SOARES, Rudson Pinheiro. **Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucana**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Recife, CAC-UFPE, 2007.

Eixo Religião

**Repercussões de 1964 na formação de
sacerdotes e outras lideranças católicas:
os casos do Seminário Regional do Nordeste e
do Instituto de Teologia do Recife**

Newton Darwin de Andrade Cabral¹

É permanente a possibilidade de serem feitas interrogações acerca da relação que existe entre acontecimentos políticos e a formação ministrada em um seminário católico e em uma escola superior de Teologia. Obviamente ela é por demais evidente para historiadores, cientistas da religião, sociólogos e outros estudiosos, sobretudo os dos campos habitualmente chamados de Ciências Humanas e Sociais. Mesmo assim, a ressalva guarda sua razão de ser, haja vista o fato de a questão formulada e destacada como recorrente conter, em sua própria elaboração, uma trilha interpretativa, ainda que simplista e reducionista, acerca de realidades que são múltiplas e portadoras de complexidades.

Durante longas décadas foi propalada a ideia de que política e religião são esferas distintas, especialmente quando o aparente distanciamento implicava cumplicidades – pelo menos no nível do silêncio – para com situações estruturais de exploração entre grupos e classes sociais cujas

¹ É Professor Titular da Universidade Católica de Pernambuco, onde atua no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da PUC Minas. Autor de livros e artigos, é um dos organizadores de *“Andar às voltas com o belo é andar às voltas com Deus”: a relação de Dom Helder Camara com as artes* (Bagaço, 2018). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9338652376910655>. E-mail: newton.cabral@unicap.br

injustiças, delas resultantes, eram interpretadas como naturais e, portanto, “fruto de desejos divinos”. Em Pernambuco e alhures, os próprios agentes do sagrado inúmeras vezes disseminaram tal perspectiva; todavia, em distintos episódios e períodos históricos, há o registro de rompimentos nessa suposta forma de relacionamento².

O golpe civil-militar de 1964 e o período compreendido pelos 21 anos subsequentes é eloquente exemplo nas descontinuidades referidas. Ainda que em seus preparativos, eclosão e continuidade tenha contado com o apoio de parcelas do clero e dos fiéis católicos, em seu prosseguimento, aos que não o apoiaram desde o princípio paulatinamente juntaram-se partes dos componentes de grupos que inicialmente apadrinharam a instauração do novo regime³. Não é redundante lembrar que, mantendo uma unidade doutrinária estruturante, o catolicismo abriga em seu seio correntes as mais diversas, notadamente quando se trata de outros elementos da composição de seu ser.

Assim, partimos do pressuposto de que é equivocada a visão de que política e religião devem, necessariamente, caminhar em veredas especificamente distintas e infinitamente paralelas. Como já afirmamos, 1964 e seus desdobramentos são evidências de outros delineamentos interpretativos, pois novos contextos passaram a exigir reposicionamentos da instituição e dos que se identificavam como a ela pertencentes. Nesse dia-pasão, guardando coerência com o já discorrido, destacamos estarmos referindo-nos aos grupos que, no corpo eclesial, começaram a representar uma voz oposicionista com elevado poder de eco em instâncias intra e extra-institucionais: os que passaram a exercer hegemonia, ainda que tal condição nem sempre correspondesse à de maioria estatística.

No tocante aos dois centros católicos de formação que são alvo da análise aqui apresentada, julgamos procedente recordar que a instituição seminário foi oficializada na XXIII sessão do Concílio de Trento, realizado

² Arrolá-los (ainda que nos atendo aos mais destacados na historiografia), extrapolaria tanto os limites deste capítulo quanto os objetivos da coletânea na qual está inserido.

³ Aqui também nos sentimos, sobretudo em decorrência da questão dos limites, dispensados de, pelo menos, resumir os processos referidos.

entre 1545 e 1563; sua proposição tinha o objetivo de redirecionar a então censurável situação do clero nos campos intelectual, moral e espiritual. Os seminários passariam a ser implementados em conformidade com as condições existentes em cada país e, internamente, nas especificidades de suas regiões. Em Pernambuco, que era sede de Bispoado desde 1676, somente foram tomadas iniciativas para o cumprimento da exigência tridentina a partir de meados do século XVIII; antes a formação era suprida pelas escolas conventuais e pelos Colégios dos Jesuítas. Depois de estes serem expulsos do Brasil, em 1800 foi instaurado, pelo Bispo Azeredo Coutinho (1795-1802), o seminário diocesano no antigo prédio do Colégio de Olinda, a ele doado com tal escopo. (CABRAL, 2008, p. 77-79).

O contexto do primeiro lustro da década de 1960 encontra o vetusto seminário ainda em funcionamento. Em uma velha estrutura física, formadores e seminaristas eram testemunhas de intensos movimentos na igreja e na sociedade civil que buscavam renovar-se em meio aos desafios que se impunham por novas conjunturas políticas e eclesiais.

Desde maio de 1960, em um encontro de bispos realizado em Curitiba, tinha sido tomada, entre outras, a decisão de criar um grande seminário, interdiocesano, no Nordeste brasileiro. Na época era vigorosa a discussão acerca das prioridades a serem estabelecidas na Igreja da América Latina, oscilando a disputa pela primazia entre, de um lado, a necessidade de suprir a escassez de clero e, do outro, a urgência de renovações eclesial e pastoral. Vencendo a primeira opção, o episcopado estadunidense se responsabilizou pelos vultosos recursos financeiros necessários à construção do novo prédio, cuja localização foi consensuada na cidade de Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife (onde hoje funciona a Faculdade de Odontologia, da Universidade de Pernambuco).

Assumida pelo então arcebispo, Carlos Gouveia Coelho (1960-1964), a tarefa de supervisionar e dirigir todos os trâmites necessários à mudança teve continuidade na pessoa do arcebispo seguinte, Helder Pessoa Camara (1964-1985), depois que em março de 1964, repentinamente, Dom Carlos faleceu em decorrência de choque anafilático. Naqueles dias

imediatamente anteriores ao golpe, seria por demais delicada uma longa vacância no governo da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) que experimentava sopros de renovação, em uma Igreja cujas divisões⁴ já se acentuavam:

Alimentados pelo espírito de religiosidade do povo, o Rearmamento Moral, a Cruzada do Rosário em Família e a TFP renovavam sua pregação conservadora, em campanhas de propaganda implícita ou aberta contra as “reformas de base” e contra o governo. Sob protestos de leigos e padres da Igreja progressista. Que, agrupados sobretudo na JUC e na JOC⁵ da Ação Católica, vivendo a primavera do pontificado de João XXIII e a abertura trazida à Arquidiocese por Dom Carlos Coelho, acompanhavam o trabalho, entre outros, dos padres Almeri Bezerra, Paulo Menezes e José Nogueira Machado; liam o “Brasil Urgente”⁶ de São Paulo; marcavam presença em conferências como as dos dominicanos Frei Carlos Josaphat e Frei Bevenuto Santa Cruz e se solidarizavam com as denúncias corajosas do Padre Aloísio Guerra. (COELHO, 2004, p. 102).

Reforçava a delicadeza da vacância aludida, a percepção de que não se tratava de uma Arquidiocese qualquer. Bem ao contrário, a cidade do Recife e o estado de Pernambuco eram considerados epicentro do terremoto comunista, pois por aqui eram replicados os ecos das atuações de, entre outros e em uma relação não exaustiva, personagens como Josué de Castro, Paulo Freire, Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra, Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e Francisco Julião, cujas ações, mais voltadas para o social, eram frequentemente associadas ao perigo vermelho, em consonância com uma mesma linha que reforçava o imaginário dos apoiadores do movimento político de 1964 associando-o à defesa de valores tradicionais e religiosos como a família e a propriedade.

⁴ Frequentemente vista como dividida entre conservadores, moderados e progressistas, tais adjetivações consideram a visão partilhada pelos três grupos acerca de como concebem o poder internamente e nas relações da Igreja com as demais organizações da sociedade. Quando fazemos uso delas neste capítulo, ainda que com a consciência de que são insuficientes, consideramos os elementos aqui citados como seus definidores. Se os usarmos a partir de outras acepções, teremos o cuidado de assinalá-lo.

⁵ Setores especializados de um movimento maior chamado Ação Católica (AC): JUC (Juventude universitária católica) e JOC (Juventude operária católica). A AC investia em uma formação *na e pela* ação, sustentada pela trilogia “ver, julgar e agir”.

⁶ *Brasil urgente* era uma revista semanal, dirigida pelo dominicano Frei Carlos Josaphat, que teve sua circulação iniciada em 1963.

Três movimentos sociais dos fins da década de 1950 e início dos anos 1960 tinham, em seus bastidores ou de forma explícita, o apoio de religiosos. No campo, nas fábricas ou nas escolas, padres, protestantes e outros representantes alimentaram a alma ou as idéias de reformas sociais de diferentes grupos. A Igreja Católica já estava dividida nessa época. De um lado, os conservadores, que se dedicavam apenas a ensinar normas de amor a Deus e, em vários momentos, até se mostraram favoráveis ao poder econômico e à intervenção dos militares. Do outro, religiosos e leigos que sabiam que não era suficiente cumprir os mandamentos divinos, mas lutar por uma sociedade que respeitasse os direitos dos pobres e oprimidos. (ALMEIDA *In*: BARRETO; FERREIRA, 2004, p. 185).

Por isso, poucos dias antes da eclosão do golpe, foi sustada a transferência de Helder Camara para a Arquidiocese de São Luís do Maranhão, e ele foi nomeado para a de Olinda e Recife – “posto-chave do Nordeste brasileiro”⁷ – aos 14 de março de 1964:

Ao chegar, Dom Helder trazia consigo vasta experiência desde a direção da educação cearense, exercida em 1935, quando na militância integralista, a atuações como assessor nacional, exercendo, entre outros cargos e atividades, o de assistente nacional da Ação Católica, entre 1947 e 1964, idealizador e fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, organizador do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, Rio de Janeiro – 1955⁸, animador da criação do CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano, em 1955, protagonista da Cruzada São Sebastião entre 1955 e 1963⁹ e articulador de peso nas sessões realizadas do Concílio em 1962 e 1963.

Era um currículo que o credenciava a, naquele contexto marcado pelo Concílio Vaticano II e pelo Golpe Militar de 1964, (...) assumir a complexidade da AOR, diante da qual eram indispensáveis elementos como a abertura ao diálogo, o conhecimento já experienciado de como lidar, abertamente ou nos bastidores, com estruturas sedimentadas, o senso de colegialidade, o reconhecimento

⁷ Expressão usada por Dom Helder, em referência à cidade do Recife, no início do seu discurso de posse.

⁸ Maior evento religioso do mundo dos católicos realizado no Brasil até aquele momento.

⁹ Proposta de erradicação das favelas do Rio de Janeiro. Ao criá-la, Dom Helder falava em se comemorar o quarto aniversário da cidade sem a existência delas. O mérito maior do projeto foi ter colocado em pauta a questão daquelas comunidades. Na prática, foi pouco o realizado.

valorativo e estimulador da participação dos leigos na vida da Igreja etc. (CABRAL, 2008, p. 39).

Aos 11 de abril de 1964, leu seu discurso de posse, proferido em cerimônia pública na Praça da Independência, no qual apresentou-se como Arcebispo da Igreja local e Bispo da Igreja, o que indicava suas perspectivas: no âmbito externo, de liderança que realizaria viagens para estabelecer parcerias e atuar em redes; quanto ao plano local, foi categórico: “ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa ou de má fé”. (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 303). Não podia ser mais enfático ao demarcar que a ninguém excluiria da possibilidade de diálogo fraterno¹⁰.

No delicado contexto que então se estabelecia, o novo arcebispo finalizou sua saudação fazendo menção a tempos de Concílio, colegialidade e ecumenismo, expressões nas quais vemos apontados itinerários a serem trilhados na perspectiva de formação de grupos, exercícios de cidadania e participação de todos. “De uma esfera inicialmente eclesial, podia-se vislumbrar, nos conceitos empregados, uma gama de significações aplicáveis a toda a sociedade civil”. (CABRAL, 2008, p. 62).

O ex-arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires (1965-1995) atribuía a dois acontecimentos principais o que chamou de processo de dessolidarização da Igreja para com os ricos e poderosos e solidarização para com os pobres: no âmbito externo, o golpe civil-militar de 1964 e o regime ditatorial instaurado e, no nível interno, a realização, entre 1962 e 1965, do Concílio Ecumênico do Vaticano II. (PIRES *In*: IGREJA NOVA, v. 1, 2017, p. 39-47).

O Vaticano II representou a tentativa de estabelecer um diálogo atualizado entre a Igreja e a trama dos acontecimentos e fatos significativos, para que,

¹⁰ Minuciosa interpretação do discurso de posse de Helder Camara na AOR foi realizada por Wellington Teodoro da Silva em obra citada nas referências.

partindo desse diálogo, fossem estabelecidos quais os lugares de solidariedade que deveriam ser ocupados pelos diversos membros do *povo de Deus*, na especificidade de cada um. (CABRAL, 2008, p. 44).

A grande assembleia conciliar, palco de disputas e cenário de divergências, foi realizada em meio a limitações como, entre outras, uma predominância de europeus e a inexistência de estruturas juridicamente estáveis que assegurassem a efetivação da colegialidade e da corresponsabilidade dos bispos. Em contraposição, foi de extrema importância o apelo do Papa João XXIII no sentido de que se desse o *aggiornamento* da Igreja, entendido como atualização, adaptação e sintonia com os tempos em que se está vivendo; aliás, este vocábulo – *aggiornamento* – tornou-se a grande palavra do Concílio. Além disso, e não menos importante, destacamos as exitosas articulações – das quais Helder Camara foi um dos próceres – empreendidas objetivando obter autorização pontifícia para que, depois de encerrada a assembleia em Roma, os bispos latino-americanos pudessem reunir-se visando a adaptar às circunstâncias do continente as decisões tomadas no Vaticano II.

Este encontro dos bispos da América Latina aconteceu em 1968, em Medellín, na Colômbia. Nele esboçou-se a Teologia da Libertação, aprofundou-se a noção de justiça e paz ligadas ao problema da dependência econômica e colocou-se o pobre no centro de reflexão da Igreja na América Latina (BEOZZO, 1994, p. 117-118).

Paralela aos movimentos aludidos, era feita toda uma discussão acerca do pensamento teológico adequado para alicerçar as mudanças que estavam a ser implementadas, sobretudo na hierarquia eclesial latino-americana. Autores e tendências são apontados como marcos¹¹ de uma busca que circulava “em torno de um núcleo que podia ser sumariado pela pergunta sobre a relação entre a salvação e o processo de libertação/redenção dos oprimidos latino-americanos”. (CABRAL, 2008, p. 70). No nível das Ciências Humanas e Sociais foi concebida a Teoria da

¹¹ Outra vez as limitações do capítulo impedem a narração analítica dessa evolução.

Dependência, que percebe na relação sistemática de exploração dos países subdesenvolvidos pelos do centro grandes entraves ao desenvolvimento de todos. Partindo também das suposições das Ciências Humanas e Sociais surgiu a Teologia da Libertação, elaboração teológica que colocava o *pobre*¹² como o centro da reflexão e alvo primeiro da atuação pastoral.

Michel Löwy elenca outras características da Teologia da Libertação: a luta contra os ídolos (Mercado, Estado, Segurança Nacional...), a antecipação da categoria bíblico-teológica *Reino de Deus* como sendo algo a ser vivenciado aqui na terra, quando são implementadas relações sociais calcadas na justiça, em decorrência, a não separação da história humana e da história divina e, para isso, a necessidade de fazer leituras da Bíblia dando prioridade a passagens como a saída dos hebreus da situação de escravos no Egito, proposta como modelo para os povos que lutam pela sua libertação. Para o mesmo autor, também aparecem como pontos daquela Teologia: a consideração do capitalismo como uma forma de *pecado estrutural*, o uso de categorias marxistas para fazer análise social, a opção preferencial pelos pobres e a percepção das *Comunidades Eclesiais de Base* como alternativa de organização eclesial e social. (LÖWY, 2000. Grifos nossos).

Os cenários que eram montados conduziam a uma formação de sacerdotes diferente da simbologia evidenciada no prédio cuja construção era erguida em Camaragibe: grandes dimensões, localizado no alto de uma colina e em uma relação de descontinuidade com o traçado urbano, o que mantinha os seminaristas segregados visto que reunia em um mesmo ambiente os locais de residência e de formação espiritual e intelectual. O modelo da construção remetia à concepção tridentina de Igreja hierárquica, separada do mundo, casta superior a quem a busca da vivência da castidade concedia rótulo e invólucro de sacralidade. Ali não

¹² Polissêmica, a categoria *pobre* tem como fundamentais os aspectos sociais e econômicos, embora, segundo Gutiérrez (1998), também se refira a situações mais amplas, como as que limitam o peso de pessoas e grupos na sociedade e/ou violam seus direitos e impedem suas realizações humanas.

era possível perceber distintivos de uma nova eclesiologia que, a partir do Concílio, retomou a conceituação da Igreja como *povo de Deus* em marcha.

A obra física custava uma fortuna cujo montante alarmava o arcebispo; na 10^a Circular Conciliar (19/20.09.1965), ele registrou: “já preparei a petição para o Seminário Regional. Agora é colher assinaturas dos 31 Bispos que mantêm ali os 113 Seminaristas. *Vamos pleitear outro bilhão. Seminaristas-ouro!* E vamos querer, depois, que eles não se aburguesem”. (CAMARA, 2009, p. 30. Grifos nossos). Outros registros, igualmente sobressaltados quanto à questão, foram deixados por Helder Camara em seu vasto epistolário.

Ressaltamos que o pedido de aporte financeiro era para a conclusão do Seminário que já havia sido solenemente inaugurado aos 02 de maio de 1965, em evento que atingiu ampla repercussão devida ao discurso proferido pelo arcebispo, com o título “Padres para o Desenvolvimento”, publicado, em partes ou na íntegra, em alguns veículos da imprensa nacional e estrangeira. Apesar disso, a continuidade dos acontecimentos evidenciou que, naquele momento, foi inaugurado um natimorto, conforme veremos.

Pari passu, caminhos alternativos para a formação eram pensados: ancorados em determinações das sessões do Concílio do Vaticano II foram realizados encontros latino-americanos nos quais se discutia sobre o estilo de seminário que melhor formaria o sacerdote esperado no período pós-conciliar: São Paulo - SP (julho de 1966); Lima - Peru (setembro de 1966) e Aparecida - SP (maio de 1967). Uma determinação do Decreto *Optatam Totius* – sobre a formação sacerdotal – reforçava as discussões, pois aludia à possibilidade de a formação presbiteral ser efetuada em pequenas comunidades; contudo, o documento nada mencionava sobre sua operacionalização. (CABRAL, 2008).

Tais discussões, aliadas a uma nova perspectiva eclesiológica que era plasmada à medida que acontecia o processo de recepção das diretrizes da assembleia conciliar, conduziram a uma nova estruturação do Seminário Regional que, a partir de 1968, depois de experiências realizadas nos anos

de 1966 e 1967, fechou suas portas para que os estudantes pudessem vivenciar sua formação residindo em pequenas comunidades, em casas inseridas nos bairros populares das cidades do Recife e Olinda. A decisão pelo novo modelo somente foi tomada depois de numerosas discussões, de intensa troca de correspondência entre Helder Camara e a Cúria Romana, e do envio de representante pontifício para, *in loco*, discutir a questão com os bispos, exploradas à exaustão em nossa Tese de doutoramento. (CABRAL, 2001).

Houve prelados reticentes. Entretanto, a liderança exercida por Dom Helder, aliada às repercussões dos acontecimentos políticos de 1964 e a outros fatores que estamos aqui discutindo, foi determinante para que o novo modelo proposto fosse aceito, ainda que Roma o tenha aprovado como uma experiência.

A deliberação acompanhava tendências que, então, passaram a caracterizar a formação sacerdotal, das quais destacamos: 1. formandos morando junto ao povo, convivendo com suas necessidades, aliando compromissos acadêmicos e pastorais, às vezes acrescidos de dimensões sociais e políticas; 2. separação entre o local de estudos e as casas de formação; 3. surgimento de institutos centrais de estudos. (BEOZZO, 1994).

As características citadas requeriam a criação de um centro referencial de estudos; assim, em 1968 foi inaugurado o Instituto de Teologia do Recife (ITER), ao qual retornaremos adiante.

Ousada, a nova experiência das pequenas comunidades inseriu os seminaristas na dinâmica da vida nos bairros populares e, logo, ela ensejou a elaboração de críticas que remetiam às condições verificadas em significativas parcelas do clero quando o Concílio de Trento propôs a instituição seminário. Dizia-se, então, que naquele novo estilo de residência os formandos não tinham aprofundamento espiritual, nenhuma mística e não rezavam; não estudavam e levavam “uma vida afetivo-sexual pouco condizente com pessoas que se preparavam para o exercício do ministério sacerdotal como celibatários”. (CABRAL, 2008, p. 124). É instigante a

constatação de que as críticas representavam o que se pensava a partir de modelos eclesiais distintos.

Com relação à primeira crítica – negligências na formação espiritual –, para os que esperavam uma vivência religiosa apenas sacramental ou enfaticamente apoiada na récita do Breviário¹³, ela procedia. Em alguns daqueles seminaristas arraigava-se uma espiritualidade que conduzia ao engajamento no dia a dia das comunidades, inclusive em lutas pela libertação dos diversificados níveis de opressão, o que os levava a participar de organizações nas periferias urbanas, a exemplo das associações de moradores e conselhos de bairros, das Comunidades do Dom – como eram conhecidos os grupos de movimentos como o “Encontro de Irmãos”, de CEB’s e de outros da AOR – e em variadas pastorais existentes e atuantes na arquidiocese. Havia, ainda, os casos dos que participavam buscando apoiar organizações sindicais e núcleos de partidos políticos. Significativas redes, que ainda esperam estudos aprofundados, foram estabelecidas a partir da presença daqueles rapazes.

No tocante à acusação de reduzido empenho para com as tarefas acadêmicas, podia ser verdade para alguns, embora não o fosse para os mais comprometidos com atividades como as supramencionadas. Na época era difundido, e assumido por vários, o conceito gramsciano de *intelectual orgânico* – sujeito que emerge do povo e é indutor e construtor de uma nova sociedade – o que levava as equipes de seminaristas mais afinadas com as propostas eclesiais e políticas de libertação a concatenarem os projetos de Igreja, sociedade e mundo com seus projetos pessoais. Seus membros sabiam que tal condição requeria o entendimento dos mecanismos de opressão arquitetados nas construções sociais, aptidão que se adquiria, sobretudo, através de estudos.

No que se refere à vida de pessoas em preparação para o celibato, a experiência das pequenas comunidades continha, em si mesma, sementes de esquizofrenia. Lembramos que nos bairros populares as pessoas não guardam com tanto zelo a noção de privacidade. Inseridos nos

¹³ Livro que reúne os ofícios que devem ser rezados diariamente, em momentos específicos, pelos sacerdotes católicos.

movimentos sociais e nas pastorais existentes, aqueles rapazes viviam dicotomias entre o ser diferente, oriundo da sua condição de futuros clérigos, e o anseio, simultaneamente alimentado, de apenas a partir da identidade de cristãos católicos poderem somar esforços nas lutas então travadas e, de certa forma, viverem segundo um estilo mais próximo do das demais pessoas. Em decorrência, participavam do cotidiano das comunidades, inclusive dos momentos de festas. Tais constatações conduzem ao questionamento: como esperar que da aproximação interpessoal estabelecida e das confissões recíprocas por ela proporcionadas, não brotassem sentimentos e desejos que, muitas vezes, conduziram a experiências afetivas e sexuais, ainda que clandestinas?

Ademais, não olvidemos que atitudes reveladoras de descompromisso com os aspectos citados como vulneráveis na experiência das pequenas equipes, igualmente podem ser negligenciados em estilos tradicionais de formação. Em um ou outro modelo, os seminaristas mais empenhados têm secularmente convivido com outros que apenas deixam as etapas seguirem seu curso e fazem tão somente o mínimo esperado em cada campo/atividade, todavia, sem relaxar no cuidado de proferir discursos que agradam à instituição: os requeridos e consoantes à formação dos quadros hierárquicos.

No tocante ao âmbito afetivo¹⁴, o modelo mais isolado pode dificultar as experiências, embora eventuais escapadelas sejam nele também vivenciadas. E mesmo em experiências de uma maior abertura, ainda é detectada a permanência de embaraços ao estabelecimento de conversas francas e sem subterfúgios entre seminaristas e formadores, ficando mais fácil abordar as questões de forma teórica, como sendo algo abstrato e distante da concretude daquelas vidas. É ainda necessário esclarecer que, em tempos opressores, o vocábulo libertação era bandeira a ser permanentemente desfraldada, mesmo que pudesse conduzir a extremismos: o período era de radicalizações tanto nos desafios postos pela realidade

¹⁴ Aqui não fizemos referências a distinções acerca de implicações de identidades/preferências sexuais; a questão homossexual, entretanto, foi bastante explorada em nossa Tese de doutoramento, arrolada nas referências.

quanto nas tentativas de enfrentamento; tudo podia, facilmente, conduzir a equívocos.

Pairava sobre aquele contexto, na percepção de muitos, inclusive de membros do laicato mais participante, a impressão quimérica de que os processos eram correlatos: acreditava-se que a redemocratização do país traria, de forma concomitante, a redemocratização da Igreja, o que caracterizava a incidência de imprecisões naquela forma de pensamento: primeiro, por que somente se redemocratiza o que já funcionou de forma democrática – e não é o caso da Igreja¹⁵; segundo, pelo fato de estarmos de acordo com a visão de Motta, para quem “no imaginário da ‘Revolução de 1964’, os temas da liberdade e da democracia ocupavam lugar importante, opondo obstáculos aos que desejavam estabelecer um regime ditatorial puro”. (MOTTA *In*: REIS; RIDENTI; MOTTA, 2014, p. 52-53). A esta constatação somamos a possibilidade de os elementos citados daquele imaginário acrescerem dificuldades às necessárias distinções.

Ao longo da duração daquela experiência, iniciada em 1968, reveses e dificuldades foram experimentados. Sua finalização aconteceu em 1989, junto com a do Instituto de Teologia do Recife (ITER) – o que rapidamente mencionaremos adiante –, quando já eram outros os contextos da política nacional e dos modelos eclesiais em seus distintos âmbitos de organização/atuação.

Conforme aludimos anteriormente, a adoção das pequenas comunidades como nova maneira de estruturação do Seminário Regional do Nordeste, requeria a existência de um centro referencial para os estudos de Filosofia e Teologia. Assim, aos 07 de março de 1968 foi proferido, por Helder Camara, no Auditório da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), o discurso de inauguração do ITER. Em sua fala, entre outros aspectos o arcebispo elencou: primeiro, categorias de pessoas que para ele convergiam, com intuitos de ensinar e aprender: bispos, sacerdotes e candidatos

¹⁵ Sem fazer uma discussão acerca de sua fundamentação teológica – o que extrapolaria objetivos e limites deste trabalho – destacamos ser a Igreja, em rápida análise de viés mais sociológico, uma instituição piramidal, na qual uma instância superior, representada por um só homem, tem a palavra final e sem que a ela possam ser interpostos recursos.

ao sacerdócio (do clero secular e regular¹⁶), religiosas, leigos, não católicos, não cristãos e agnósticos e ateus); segundo, problemas que poderiam ser abordados:

Exemplificou inicialmente, com a temática da colocação do homem como sujeito da História. Partiu da questão da criação, criticando a ênfase que até então recaía na vocação divina do homem, chamado a participar da felicidade de Deus, porém, em detrimento da missão que tem na vida terrena. Daí enfatizou a necessidade de se proclamar que, chamado à eternidade, o homem deve viver em plenitude sua existência terrena, sendo reconhecido como sujeito da história, o que, para ele, não só encontraria ressonância nos meios agnósticos e ateus, como chegaria a levar os marxistas para um processo de revisão conceitual através do qual abandonariam a percepção da religião como o ópio do povo e fator de alienação. (CABRAL, 2008, p. 188).

Durante os 21 anos do regime político inaugurado em 1964 foi bastante comum pessoas apregoarem desejos de que os militares voltassem aos quartéis e os padres retornassem às sacristias. Nada tão contrário ao que pensava o arcebispo da AOR. A cisão entre as duas cidades – de Deus e dos homens – foi constantemente rejeitada por ele, que ousava pensar à frente, mesmo correndo o risco das assertivas por demais abrangentes... Entretanto, no caso da que citaremos a seguir, convém lembrar ser ela partilhada por inúmeros entre os que cultivavam as utopias do século XX. Ainda no discurso de inauguração do ITER, afirmou o Arcebispo Helder:

Eis um dado de importância decisiva para os cem anos de caminhada da humanidade. O Mundo marcha para o socialismo. (...). Nesse instante, os cristãos podemos oferecer ao socialismo a mística da fraternidade universal e da esperança total, incomparavelmente mais larga do que a mística estreita nascida do mecanismo histórico”. (CAMARA, 2013, p. 15).

Também a partir de afirmações como a supracitada se pode perceber o quanto “o século XX impôs à Igreja Católica a tensa dialética entre a

¹⁶ Clero secular: sacerdotes das (arqui)dioceses, ligados diretamente a um (arce)bispo e submetidos à disciplina do celibato; clero regular: padres das congregações e ordens religiosas, conectados a um membro do próprio grupo, habitualmente chamado de provincial, emitem os conhecidos três votos – pobreza, castidade e obediência.

transformação e a manutenção da tradição”. Em meio a isso, a influência de algumas lideranças episcopais ultrapassava os limites das dioceses e de suas tribunas e atingia o espaço público. (SILVA, 2018, p. 27-28). Dom Helder Camara é exemplo expressivo dessa extrapolação.

O então arcebispo da AOR percebia a existência de um processo de secularização em marcha. Baseado no Concílio do Vaticano II “via como crescentes o senso de autonomia da criatura, da comunidade política, da ordem temporal, das realidades e das ocupações terrestres, da cultura e das ciências” (CABRAL, 2008, p. 188) e se dispunha a dialogar com um mundo em ebulição. “Seus posicionamentos influenciaram estudantes, alargaram seu campo de visão e os fizeram participar de um pensar novo, não só em relação à igreja, mas também à sociedade humana em geral”. (HOORNAERT *In*: CABRAL, 2020, p. 19).

O ideal e a vida de apostolado de D. Helder foram as inspirações maiores do ITER. Ainda que não tenha havido uma percepção constante e consciente dessa fonte por parte de todos os que por ele passaram – alguns podem até mesmo tê-la rejeitado –, foi este o movente principal de um grupo nuclear de professores¹⁷, que ao longo da trajetória do Instituto conseguiram manter uma determinada linha de reflexão como a predominante na formação de uma geração de teólogos. (CABRAL, 2008, p. 184).

O ITER optou por uma linha de reflexão teológica mais voltada para a pastoral: a integração entre fé e vida foi seu grande distintivo. A Teologia da Libertação – cujas principais características foram anteriormente citadas – era a corrente predominante,¹⁸ – o que remetia as perspectivas resultantes dos estudos empreendidos para além das fronteiras religiosas:

¹⁷ Eram eles: Humberto Plumm, Sebastião Armando Soares, Ivone Gebara, Marcelo Augusto Veloso, Eduardo Hoornaert, René Guerre, Ernanne Pinheiro, Severino Vicente e, no começo, José Comblin. Opostos a este grupo nuclear, ficavam os padres Diomar Lopes e Nércio Rodrigues. As posições dos dois grupos estão explanadas e analisadas em nossa Tese, citada nas referências.

¹⁸ Dessa linha, eram muito lidas pelos estudantes do ITER, segundo os depoimentos colhidos (ver a nota de rodapé seguinte), algumas obras que aqui citamos em uma relação não exaustiva, na qual consta, apenas, o ano da primeira edição, ou da primeira publicação da tradução em língua portuguesa – De Leonardo Boff: *Jesus Cristo Libertador*, 1972; *Eclesiogênese*, 1977; *A fé na periferia do mundo*, 1978; *Teologia do cativo e da libertação*, 1980; *Igreja: carisma e poder*, 1981; *Do lugar do pobre*, 1984. De Clodovis Boff: *Como trabalhar com o povo*, 1984. De Leonardo & Clodovis Boff: *Como fazer Teologia da Libertação*, 1985. De Gustavo Gutiérrez: *Teologia da Libertação*, 1975. De Carlos Mesters: *Seis dias nos porões da humanidade*, 1977. De Juan Luis Segundo: *Libertação da Teologia*, 1978; o Volume I

A questão social é a que mais age na Igreja Católica a partir de fins do século XIX. Ao mesmo tempo, essa questão é a que faz o catolicismo retroagir mais fortemente nos diversos setores políticos e sociais. Sobre essa afirmação vale citar o exemplo da teologia da libertação que não se circunscreveu ao ambiente católico, atingindo setores da sociedade civil e das comunidades políticas⁷. (SILVA, 2018, p. 28).

O aspecto apontado por Wellington Teodoro da Silva ajuda a entender a aludida – e equivocada – associação indébita presente em quem acreditava que a luta pela redemocratização da situação política nacional implicaria a simultânea democratização da Igreja. E se havia retrocessos em posições da Igreja com relação à questão social, estes não eram facilmente detectáveis na AOR quando da administração de Helder Camara. Além de ter sido proponente de numerosos movimentos e pastorais, e continuador de outros tantos trazidos para o âmbito arquidiocesano, o arcebispo também se notabilizou por sua capacidade de articulador, evidenciada nas quatro sessões do Vaticano II (1962 a 1965), assembleia já referida e que também comporta ambiguidades.

Desde o término do Concílio passou a ser visível a existência dos que o consideram expressão máxima da renovação e da abertura da Igreja Católica para com a sociedade, em franco antagonismo para com os que, ao contrário, o veem como ponto de partida para numerosos desdobramentos à medida que vai-se concretizando, com o passar dos anos, o processo de sua recepção nas estruturas e organizações eclesiais.

Na efervescência resultante de dubiedades interpretativas, de avanços e retrocessos, de associações indevidas, de solidarizações e dessolidarizações, outro aspecto se somava no imaginário de alguns participantes¹⁹ mais entusiastas daquelas experiências da Igreja no Recife: a impressão de que já estavam sendo vividos os preparativos para o Concílio

– *Fé e ideologia*, da obra em três volumes *O Homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*, 1985. De Frei Beto: *Batismo de sangue*, 1982. De Jon Sobrino: *Jesus na América Latina*, 1985.

¹⁹ Para a nossa Tese ouvimos mais de quarenta depoimentos (nela listados). Neste trabalho, eximimo-nos da tarefa de citar trechos de alguns, embora algumas conjecturas por eles apresentadas de alguma forma se façam presentes aqui.

Vaticano III, o qual oportunizaria, conforme se chegava a cogitar, tomadas de posições decisivas em relação a questões cruciais como, entre outras, o exercício do poder na Igreja e a exigência do celibato obrigatório.

Aquele contexto se tornava mais vívido e carregado de simbolismos muito caros ao cristianismo católico, como a experimentação constante da possibilidade de perseguições, ou até mesmo do martírio por causa da fé e dos seus consequentes comprometimentos sociais. Nesse sentido, no âmbito da AOR e nas dioceses do seu entorno, numerosos episódios marcantes foram registrados, dos quais citamos: o Pe. Antonio Henrique Pereira Neto foi assassinado, o Pe. José Comblin não pôde desembarcar no Brasil quando retornava de viagem realizada à Europa, muros da residência de Dom Helder foram pichados e metralhados, sacerdotes e agentes de pastoral eram ameaçados e/ou presos, o padre italiano Vito Miracapillo foi expulso do país...

Nesse jogo – interna e externamente também político – as oposições também se faziam sentir no episcopado do Regional Nordeste II²⁰, da CNBB. Nem todos os prelados então à frente daquelas (arqui)dioceses eram simpáticos às experiências então em curso no SERENE II e no ITER, embora confrontá-las abertamente significasse expor-se publicamente à rotulação de conservador e colocar-se contra posições defendidas por Helder Camara, principal baluarte e porta-voz da hegemônica corrente progressista.

Daí a verificação de outras simultaneidades reveladoras de o quanto o contexto político e eclesial que oportunizava aquelas instigantes experiências, cujo alcance era maior que a formação apenas de futuros sacerdotes – uma vez que no ITER também estudavam leigos e leigas – era o mesmo que levava alguns bispos a, sorrateiramente, chamarem alguns de seus seminaristas para alertar-lhes que permanecessem no Instituto mas não dessem atenção às aulas ministradas por professores que nominalmente citavam (sem que os elencados fossem, necessariamente, os

²⁰ Divisão administrativa da conferência nacional dos bispos, que tem sede no Recife e abrange as (arqui)dioceses existentes nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

homens e mulheres leigos que nele lecionavam, ou as religiosas professoras julgadas pouco afeitas ao cultivo das tradições). (CABRAL, 2008).

Na concomitância de autorização e desautorização, alguns bispos, em recorrentes reuniões traziam à baila episódios ocorridos – e que já lhes tinham sido devidamente explicados – guardando uma memória que fazia os acontecimentos ganharem foro de atualidade. Um único exemplo: o fato de um professor de Metodologia Científica ter proposto um julgamento da questão do celibato, objetivando conduzir os estudantes ao exercício de argumentação e contra-argumentação, ensejou a generalização que afirmava ser o ITER um instituto de ensino da teologia católica no qual se fazia um discurso contrário àquela condição clerical predominante no Ocidente. As referidas dubiedades conduziram à substituição de gestores do ITER, como foi o caso de uma mesma ocasião em que entregaram suas “renúncias” o diretor, Padre Humberto Plummen (redentorista), e a vice-diretora, Irmã Ivone Gebara (da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho). (CABRAL, 2008).

Vale destacar que havia bispos do Regional que, por diversas razões – e as afinidades políticas e eclesiais estavam entre elas – não mandavam seus candidatos ao sacerdócio para a formação no Recife. Ao mesmo tempo, também acontecia o contrário: houve o caso de episcopos de fora do Regional que enviavam os de suas dioceses para serem formados na capital pernambucana, via SERENE II e ITER.

Os influxos da política se fizeram sentir, inclusive, no local onde o ITER exercia suas funções. O Instituto funcionou, inicialmente, nas dependências da Universidade Católica de Pernambuco. Todavia, ali permaneceu por pouco tempo, devido a repercussões da conjuntura política nacional na própria Universidade (notadamente do AI-5, de dezembro 1968) que, em dezembro de 1969, ocasionou a substituição do então reitor, o Padre Geraldo Cursino de Freitas (jesuíta), por um leigo, professor de ensino superior (História/UFPE, também vice-reitor da UNICAP), Potyguar de Figueirêdo Mattos, que permaneceu na reitoria até janeiro de 1971, caracterizando uma intervenção ainda não estudada a contento. As

circunstâncias geraram tensões inviabilizadoras de que o ITER nela continuasse. De lá foi para a FAFIRE e ainda passou por mais duas trocas de sede, vivenciadas em função de variações no número de alunos (CABRAL, 2001).

Aspectos peculiares ao dinamismo de um centro de estudos em nível superior aconteciam no ITER, como a existência de um centro acadêmico e a realização de numerosos eventos e atividades, como as anuais Jornadas Teológicas que ensejaram, inclusive, algumas publicações. Além disso, muitas das vivências das pequenas comunidades onde residiam os seminaristas, eram debatidas em salas de aula, somando-se às reflexões a visão dos leigos e leigas que nele estudavam. Outro aspecto merecedor de registro por estar em sintonia com o viés analisado neste trabalho, é o de que durante algum tempo foi oferecido, aos sábados, um curso de extensão em Teologia, voltado exclusivamente para lideranças leigas, no qual já atuavam como docentes alguns egressos do seu curso regular.

Somados, muitos dos aspectos citados conferiram ao ITER vultoso destaque na cidade do Recife, a ponto de ele se tornar local de referência para renomados visitantes nacionais e estrangeiros, como intelectuais reconhecidos em suas áreas, membros de corpos diplomáticos, políticos e líderes eclesiais. Ir ao Instituto de Teologia do Recife significava, de forma incisiva em sua simbologia, marcar uma posição política em relação às lutas libertárias então travadas no país e na Igreja.

Analisadas conjuntamente, as atuações do Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II) e do Instituto de Teologia do Recife (ITER) não deixam dúvidas de que uma rede foi estabelecida, e ela foi gestada através de construções históricas que lhes possibilitaram formas de ser bastante específicas. Sem aquela conjuntura política, sem os esforços de renovação e abertura então verificados na Igreja, sem a participação de muitas singularidades – notadamente a de Helder Camara – as experiências aqui analiticamente revisitadas não teriam tido as cores e os tons que lhes conferiram identidade.

Às análises já efetuadas neste trabalho ainda acrescentamos elementos da visão de Thomas Bruneau, para quem os conflitos entre Estado e Igreja no Brasil vivenciados a partir da década de sessenta, acabaram por evidenciar quatro grandes posicionamentos da Igreja quanto às suas relações com o Estado e com outras instituições da sociedade: a Igreja se identifica com o povo e os problemas do povo se tornam os problemas da Igreja; legitima-se a missão social da Igreja; não é a Igreja que é subversiva, mas sim os que a hostilizam e a perseguem; a Igreja deve ser independente (BRUNEAU, 1974, p. 363-368).

É difícil afirmar categoricamente se foi a necessidade de defender-se que fez a Igreja aliar-se ao povo ou se ela, em seus processos de redefinição, estava convertendo-se – ou solidarizando-se, para usar expressão, já referida, de Dom José Maria Pires – à causa dos pobres. Os documentos que eram publicados “apontavam para uma esfera de atuação social mais explícita em favor dos oprimidos. Nós acreditamos em que os dois fatores ocorreram, sendo possível haver intensificação ora de um, ora de outro”. (CABRAL, 2008, p. 67).

Obviamente houve falhas no ITER e no SERENE II, a maioria estudada em nossa Tese (CABRAL, 2001). Não vamos discorrer sobre elas uma vez que não é objetivo deste artigo e da coletânea no qual ele está inserido. Basta-nos afirmar que o ITER – instituição portadora de uma visibilidade maior que a do SERENE II – não foi um centro de excelência nos estudos teológicos. Sem dúvidas, a associação automática dele ao nome de Helder Camara projetaram-no um tanto além de suas reais dimensões.

Em 1985 o Brasil encetou sua volta à normalidade democrática; todavia, a Igreja não se democratizou. Ao contrário, no âmbito da AOR aquele ano assinalou a chegada do sucessor de Helder Camara, e o novo arcebispo (José Cardoso Sobrinho), rapidamente evidenciou a que concepção eclesial se alinhava. Antes disso – e com bem mais amplitude – o ano de 1978 marcara o início do pontificado do Papa João Paulo II, cuja concepção eclesiológica propiciava retrocessos nos processos internos de

organização/ atuação da Igreja Católica, inclusive buscando frear desdobramentos do Concílio Vaticano II.

Por sua própria estrutura de articulação interna do poder, a Igreja, mesmo fazendo a experiência de vivências democráticas, não rompe com sua estrutura vertical. E, onde há rigidez estrutural que não permite, de fato, a horizontalização das instâncias decisórias, historicamente tem prevalecido a vontade decorrente da visão de pessoas colocadas no vértice da estrutura, ainda que em detrimento daquilo que a própria instituição anuncie como teoria. (CABRAL, 2008, p. 377).

Na esteira do que era oportunizado pelos embates dos novos contextos, e a partir de inúmeros acontecimentos (estudados em nossa Tese), aos 12 de agosto de 1989, a Sagrada Congregação para a Educação Católica²¹ endereçou uma carta-ordem protocolar aos bispos do Regional na qual afirmava: “depois de maturada e prolongada reflexão, chegamos à firme decisão de que ambas as instituições [Seminário Regional do Nordeste II e Instituto de Teologia do Recife] devem ser fechadas o mais rapidamente possível, o mais tardar no fim do ano corrente”. (INSTITUTO, 1989, p. 57). Foram alegadas inadequações do modelo adotado no SERENE II, e do ITER quanto à formação intelectual proporcionada aos futuros membros do clero secular e do regular.

Ironicamente, constatamos que continuam expressivos os desafios políticos e eclesiais postos aos católicos no Brasil – sobretudo à hierarquia e aos leigos portadores de uma fé madura – pois, de um lado, é patente a necessidade de a Igreja se abrir a uma crescente participação do laicato e, de outro, a hodierna escalada autoritária em marcha no país exige atitudes de perenes e renovadas solidarizações com os mais vulneráveis. Até onde sabemos, a Igreja não revogou a opção preferencial pelos pobres que

²¹ Segundo Reese (1999, p. 165), na estrutura administrativa da Cúria Romana, situadas hierarquicamente logo abaixo da Secretaria de Estado do Vaticano, encontram-se nove Congregações presididas por bispos ou cardeais de diversos países (chamados de prefeitos), nomeados pessoalmente pelo Papa. São elas: para a Doutrina da Fé (ex-Tribunal do Santo Ofício); para as Igrejas Orientais; para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos; das Causas dos Santos; para os Bispos; para a Evangelização dos Povos; para o Clero; para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica; e para a Educação Católica (dos Seminários e Institutos de Estudo).

assumiu na cidade de Puebla (1979), em conferência dos bispos latino-americanos: eles continuam numerosos, aumentam vertiginosamente e são as vítimas mais frágeis entre nós.

Disso não há como fugir!

Referências:

ALMEIDA, Verônica. Igreja santa e pecadora. *In*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: A Fundação; Editora Massangana, 2004.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade Cabral. **Báculos no meio dos caminhos**: modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990). 372 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?**: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008.

CAMARA, Dom Helder. **Circulares conciliares**: de 10/11 de setembro a 7/8 de dezembro de 1965. Recife: CEPE, 2009. (Obras Completas de Dom Helder. V. 1, T. 3). Orgs.: Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araújo Faria.

CAMARA, Dom Helder. **Circulares pós-conciliares**: de 25/26 de fevereiro a 30/31 de dezembro de 1968. Recife: CEPE, 2013. (Obras Completas de Dom Helder. V. 4, T. 2). Orgs.: Zildo Rocha e Daniel Sigal.

COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. *In: Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

HOORNAERT, Eduardo. Prefácio. *In: CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Onde está o povo, aí está a Igreja?: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria [recurso eletrônico].* Recife: EDUPE, 2020.

INSTITUTO de Teologia do Recife & COMISSÃO de Justiça e Paz de Olinda e Recife. **Faz escuro mas eu canto...: risco e esperança no caminho da Igreja no Nordeste.** Recife: s.n, 1989.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PILETTI, Néelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia.** São Paulo: Ática, 1997.

PIRES, José Maria. A Igreja na América Latina a partir de Medellín. *In: IGREJA NOVA (org.). Jornadas teológicas Dom Helder Camara: semeando a esperança de uma Igreja pobre, servidora e libertadora: palestras. v. 1.* Recife: Igreja Nova, 2017. p. 39-47).

REESE, Thomas J. **O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica.** Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

Os protestantes em Pernambuco e o alinhamento ao Golpe Militar de 1964

*Paulo Julião da Silva*¹

*José Roberto de Souza*²

Introdução

O objetivo do presente texto é a análise do alinhamento protestante, principalmente em Pernambuco, ao Golpe Militar de 1964. Alinhamento esse que culminou com o reconhecimento das autoridades constituídas a partir de então, que viam nos evangélicos importantes aliados no sistema que fora implantado. Nas igrejas, seminários, rádios e em periódicos, protestantes pernambucanos, sobretudo batistas e presbiterianos, entendiam que aquele momento era oportuno para o país, inclusive para a expansão da sua fé. É certo que nem todos pensavam assim. Os dissidentes, chamados de *crentes subversivos*, foram vigiados, caçados, perseguidos, expulsos das suas igrejas e, em alguns casos, entregues às lideranças do novo regime. Com análises de fontes e de uma bibliografia que engloba pensadores das mais diversas áreas das ciências humanas, o capítulo aqui

¹ Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor de *O anticomunismo protestante e o alinhamento ao Golpe Militar* (PRISMAS, 2014). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5895962434614480>

² Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Professor da Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Professor e Coordenador do departamento de História do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN). Autor do livro *Presbiterianos x Pentecostais: a reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao advento do Pentecostalismo em Pernambuco (1920-1930)* (Fonte Editorial, 2018). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6613894140812704>

desenvolvido tem como objetivo contribuir com as discussões acerca da situação política em Pernambuco na segunda metade do século XX, bem como trazer novos olhares sobre o protestantismo no Brasil e suas estratégias de inserção e expansão no território nacional. Espera-se, nesse sentido, que os debates aqui elencados sirvam para gerar novas discussões e reflexões em se tratando de religião e política nos diversos campos da história, como também das demais ciências sociais.

Discursos e ações de alinhamento protestante ao Golpe Militar de 1964

Na década de 1960, as crises política, social e econômica porque passavam os brasileiros geraram um clima de questionamento nos diversos setores sociais. Grupos distintos, como as igrejas cristãs, cobravam das lideranças governamentais medidas que viessem *acalmar a população*. Nesse contexto surgiu o discurso de *necessidade de um messias* que salvasse o país dos perigos que rondavam o Brasil, principalmente quando se tratava dos supostos *subversivos comunistas*. Em 1964 foi esse o sentimento que pairou junto a grande parte dos cristãos pernambucanos. Alguns grupos religiosos tiveram grande importância no Golpe Militar e na manutenção do regime que se instalou no Brasil até entre 1964 e 1985 (VILELA, 2015).

Os debates sobre as crises que passara o estado de Pernambuco nos anos que antecederam o Golpe Militar chegaram ao seio das congregações evangélicas como que provocados pelos comunistas. Com o objetivo de controlar tais crises, os protestantes³ pernambucanos, se aliaram a outros

³ Antonio G. Mendonça (1990, p. 16) descreve que “os próprios protestantes nunca aceitaram unanimemente essa autoidentificação; além de preconceituosa, há grupos, como os batistas, que a recusam por razões históricas, afirmando-se anteriores à Reforma”. O termo protestante vem sendo usado segundo o autor “[...] preferencialmente por historiadores e sociólogos, talvez pela necessidade de um conceito de relativa neutralidade. No entanto, historiadores denominacionais comprometidos diretamente com as Igrejas continuam fiéis à auto-identificação evangélica. A antiga auto-identificação de ‘crente’ está ficando cada vez mais relegada às áreas pentecostais. De fato, os protestantes tradicionais já apresentam, principalmente nas áreas urbanas, acentuado preconceito contra a designação de ‘crentes’; para estes, ‘crentes’ são os pentecostais, categoria inferior de evangélicos, fanáticos e ignorantes. De modo esquemático, quanto a identificação dos atuais cristãos não-católicos no Brasil, a situação é esta: o termo ‘crentes’ identifica pentecostais e protestantes tradicionais em regiões rurais; a designação de ‘evangélicos’

evangélicos do país no *Dia Nacional de Jejum e Oração* para que Deus os livrasse do *perigo vermelho* que rondava a sociedade.

Sobre o citado evento acima, o pastor batista Enéas Tognini⁴, relatou em sua autobiografia os motivos que o teriam levado a organizar, em 1963, o movimento entre os evangélicos do país. Cremos que é de suma importância relatar como se deu a preparação e realização desse *Dia* para facilitar a compreensão do que iremos dissertar daqui para frente.

Segundo Tognini (2006), os comunistas que estavam se infiltrando no país trariam a destruição da população brasileira por várias formas. Ameaça a programas culturais, fechamentos de rádios, de jornais, censura de músicas, eram algumas das pretensões dos *vermelhos de Moscou infiltrados* no Brasil. O pastor reconhece a situação de miserabilidade que vivia boa parte dos brasileiros e coloca isso como uma *desculpa* das esquerdas para fazerem *badernas* nas capitais e no interior do país.

Líderes comunistas espalhados pelo Brasil estariam tentando de todas as formas dificultar a expansão da fé protestante. No congresso de jovens do Conselho da Juventude Batista do Recife, no ano de 1961, Tognini relatou que ali surgiu a *necessidade* de se fazer algo para *salvar o Brasil das garras do comunismo*, pois teria percebido que a ideologia marxista estaria tomando espaço nas mentes dos *jovens crentes*. Como então vencer o comunismo, uma vez que representava um empecilho para a expansão do protestantismo no país? Segundo o pastor, a China teria feito um *Plano Quinquenal diabólico* para tornar o Brasil comunista, e os evangélicos precisavam se unir em oração para que isso não ocorresse. Foi então que, tomando o exemplo de Abraham Lincoln, então presidente dos Estados

auto-identifica protestantes tradicionais de regiões urbanas e é o preferido dos 'historiadores' dessas denominações; o termo 'protestante' é utilizado por historiadores, teólogos e sociólogos não necessariamente alinhados com esses grupos". Para Max Weber (1963) *crentes* são aqueles que não se tornaram protestantes por serem iniciados na religião nacional ou da comunidade pela família ou pela tradição, mas por vontade própria decidiram ingressar no que ele chama de *seitas* protestantes (comunidades protestantes não nacionais que surgiram em sua maioria como dissidência das correntes reformadas). Ao longo do texto, para não nos tornarmos repetitivos, utilizaremos os termos "protestantes", "evangélicos" e "crentes", para designar os grupos religiosos que aqui apresentamos.

⁴ Até 1965 Enéas Tognini era filiado à Convenção Batista Brasileira. Por motivos doutrinários o referido pastor teria sido expulso da Convenção Batista Brasileira em 1965 e, em 1967, ajudou a fundar a Convenção Batista Nacional, de linha pentecostal (TOGNINI, 2006).

Unidos que fizera um dia nacional de oração pela pátria em 1863, contra os problemas herdados da Guerra de Secessão, Tognini resolveu *conclamar a nação brasileira* para orar contra os problemas que o comunismo estaria causando no Brasil: “1863 e 1963. Estados Unidos e Brasil. Aqui o comunismo, lá a divisão e a luta interna. Se lá deu resultado, aqui daria também. Lá o povo americano atendeu ao presidente e a nação teve vitória. Aqui Deus nos daria vitória também sobre o comunismo” (TOGNINI, 2006, p. 153).

Como se daria o *Dia Nacional de Jejum e Oração*? O próprio pastor redigiu um documento e entregou em rádios e jornais laicos e religiosos a forma que deveria ocorrer o movimento.

Quando? 15 DE NOVEMBRO DE 1963. Onde? Em templos – retiros – colégios – seminários – acampamentos – lares, em todo lugar. É certo: só um é o problema do Brasil: O PECADO. Uma só a solução: o poderoso sangue do Senhor Jesus; um só o caminho – único e último: separar o dia 15 DE NOVEMBRO DE 1963 para humilhação, arrependimento e jejum (TOGNINI, 2006, p. 160, 161).

Segundo Tognini, o movimento teria sido uma *bênção*, e o resultado das orações colhidos em 31 de março de 1964. Transcreveremos partes do discurso do pastor, que entendemos como importante para compreendermos a temática aqui estudada.

Chegou finalmente o dia 15 de novembro de 1963. Achava-me nesse dia em Araraquara, Estado de São Paulo. Dessa cidade telegrafei ao Presidente João Goulart informando-lhe o que os evangélicos do Brasil estavam fazendo. Respondeu-me agradecendo com dois telegramas. As igrejas oraram. Alguns começaram na noite de 14 e foram até a noite de 15 de novembro. Houve lágrimas, profecias, revelações. De norte a sul, de leste a oeste e centro, todos os evangélicos do Brasil jejuaram e oraram e se humilharam diante do Senhor Todo-poderoso. O espírito de Deus foi derramado sobre todo o Brasil. Coisa nunca vista. Na propaganda do “jejum”, canais de TV, rádios e jornais abriram suas portas para a promoção desse dia singular. E nesse dia travou-se com o diabo a grande batalha. E Jesus foi vitorioso. Aleluia... E a resposta a essa batalha do céu foi 31 de março de 1964. A revolução sem sangue. E o diabo não conseguiu tomar o Brasil. Se tivesse tomado o Brasil, o resto da América Latina

era apenas uma questão de tempo. E daí para cá, cada 15 de novembro, jejuamos e oramos na letra e no espírito de Ezequiel 22. 30. Enquanto houver um povo na brecha da oração, agonizando pelo Brasil, o comunismo jamais triunfará em nossa Pátria (TOGNINI, 2006, p. 162).

Para o pastor, os protestantes ficaram triunfantes com o movimento militar. Segundo o religioso, em 1963, existiam no país cerca de 10 milhões de evangélicos, e em 2006 (ano da edição do livro), cerca de 35 milhões. Esse crescimento não teria sido possível se os comunistas tivessem tomado o país e os *crentes* deveriam agradecer a Deus pelos anos que os militares controlaram a política nacional. Na visão de muitos, o movimento militar teria salvado o país da “presença incômoda dos comunistas – contrários à família e, principalmente, ao cristianismo” (LIMA JÚNIOR, 2008, p. 34). Com os militares, a família e a religião estariam a salvo. Após o Golpe, em 21 de abril de 1964, os fiéis foram novamente convocados, dessa vez para agradecer a Deus por tê-los livrado da *utopia socialista*. Pastores protestantes pediam aos *crentes* que elevassem seus corações no grande momento que estava atravessando o país e o Estado de Pernambuco. *Deus teria tomado providência quanto às orações que o povo brasileiro se uniu para fazer em prol da pátria*, e esse resultado levou os militares a encontrarem nos protestantes pernambucanos eficientes aliados em termos de inibição eclesiástica de certos fiéis, bem como em aspectos políticos (LIMA JÚNIOR, 2008).

É interessante trazermos para a análise alguns aspectos narrados pelo pastor Enéas Tognini em sua biografia. O fato de que a nação precisava de reformas estruturais não consta de forma explícita na sua fala, mesmo que implicitamente ele reconhecesse que havia uma desigualdade social estabelecida no país. O discurso religioso foi o mote do eclesiástico para trazer os protestantes para si. A questão ali não seria política, econômica ou social. O suposto avanço do comunismo nada tinha a ver com revoluções que estavam acontecendo em diversas partes do planeta. Tratava-se de um plano diabólico orquestrado para destruir famílias, igrejas, escolas e demais instituições teoricamente sólidas da sociedade brasileira.

Outro ponto que chama a nossa atenção é a relação que ele faz com o *Dia Nacional de Jejum e Oração* com o que teria ocorrido nos Estados Unidos cem anos antes. Ora, é sabido que boa parte dos missionários protestantes, sobretudo batistas e presbiterianos, vieram daquele país e implantaram diversas missões no Brasil. Em entrevista com a professora Milsede Moura Barros de Albuquerque (2008) nos foi relatado que boa parte de tudo o que os batistas haviam construído em Pernambuco provinha da verba norte-americana. O Seminário de Educadoras Cristãs, local no qual tivemos a referida conversa, era um exemplo de todo o investimento que as missões norte-americanas construíram no estado. Albuquerque citou ainda o Colégio Americano Batista, o Seminário Teológico Batista do Norte de Brasil, diversos templos espalhados pelo estado, bem como instituições de caridades que atendiam as mais variadas faixas etárias. Para a professora, os Estados Unidos eram o exemplo a ser seguido na visão dos batistas pernambucanos. Eles teriam conseguido se livrar do comunismo. Daí a proposta do pastor Enéas Tognini em chamar os evangélicos não só de Pernambuco, mas de todo o Brasil para alinhar-se ao discurso anticomunista que culminou com o alinhamento protestante ao Golpe Militar de 1964, bem como com Ditadura que se instalou no país até 1985.

O principal motivo que explica essa *parceria* era que os comunistas eram tidos como os inimigos a serem combatidos pela sociedade brasileira e os cristãos não deveriam ficar fora desse embate. Os protestantes teriam efetivamente participado do Golpe Militar, pois havia uma expectativa messiânica que o movimento seria a salvação brasileira das mãos *comunizantes*. O fim da liberdade de culto e da livre expressão religiosa era algo temido pelos evangélicos do período, que viam as esquerdas como empecilhos ao progresso religioso, e os militares, segundo os protestantes, combateriam melhor esses grupos no país, abrindo espaços para a expansão dos evangélicos, bem mais que os governos antecedentes. Logo, aquele que se declarava verdadeiro cristão deveria ter respeito e solidariedade ao

regime instalado, orando pelos governantes, pois o país estaria entrando numa era messiânica de paz política e religiosa (PAIXÃO JUNIOR, 2000).

Em reunião extraordinária, quase dois meses após o Golpe Militar, os professores do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), localizado no Recife, reuniram-se em assembleia para discutir, entre outros assuntos, a posição da instituição frente aos fatos políticos que estavam ocorrendo no país. Ficou claro que o SPN iria colaborar em “repudiar a subversão comunista”, como veremos abaixo em algumas resoluções deixadas pelos professores presentes:

[...] 3) Repudiar a subversão comunista. 4) Acatar e apoiar as autoridades públicas constituídas e colaborar com elas nos compromissos assumidos com a nação de conseguir os seguintes objetivos: a) Salvar o Brasil da iminente catástrofe de uma sangrenta guerra civil; b) Interromper o processo de comunização do Brasil; c) Impedir a implantação de qualquer regime inspirado em princípios de ideologias extremistas, antidemocráticas e anticristãs; d) Reprimir com energia e severidade a ação de todos aqueles que estão realmente comprometidos com atividades e doutrinas comunistas, ou que forem realmente culpados de práticas atentórias ao legítimo exercício do regime democrático, quer seja da parte dos que governam, quer da parte dos que são governados; e) Pôr termo ao implacável sorvedouro inflacionário [...] (ATA, 1964, p. 165, 166).

Percebe-se que as resoluções tomadas no SPN vão ao encontro das propostas do pastor Tognini analisadas anteriormente. As propostas possuíam concordância. Os comunistas estariam no país para promover a desordem e instalar o caos. Tratava-se de grupos subversivos e a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) não poderia coadunar com eles. O discurso religioso também foi trazido à tona. Os comunistas foram vistos como anticristãos. Seria necessário o alinhamento às autoridades que haviam sido constituídas, reprimindo e vigiando todos aqueles que de alguma forma se mostrassem inclinados à ideologia marxista. Essa, na visão do SPN, seria a forma de salvar o país, a democracia, a ordem, bem como as instituições protestantes pernambucanas, a exemplo do Seminário em questão.

Márcio Ananias Ferreira Vilela (2008), ao analisar as relações de comprometimento dos presbiterianos em Pernambuco com o Golpe nos mostra que, desde o início da década de 1960, setores da IPB defendiam a *necessidade* de uma intervenção militar no cenário político brasileiro para salvar a religião e o país. Sua análise nos revela que os discursos redigidos na reunião do SPN buscavam mostrar as autoridades então constituídas que podiam contar com a referida instituição no que fosse preciso para a manutenção daquilo que estava sendo posto naquele momento. Para o historiador, entre os protestantes, os presbiterianos foram os que mais defenderam os militares em 31 de março de 1964, bem como no decorrer de todo o Regime, sendo o SPN uma instituição importante na vigilância e repressão daqueles que supostamente se alinhavam à ideologia comunista.

Participando ativamente de movimentos de apoio aos *guardiões da nação* como as *Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade*, os presbiterianos viam com *louvor* e como providência divina as mudanças políticas porque estavam passando o Brasil, participando, inclusive, de cultos de *ações de graças* (dentre os quais aqueles promovidos pelo pastor Tognini) pela Ditadura instalada a partir de 1964. Com o decorrer do regime (que se estendeu até 1985) passaram a integrar a ARENA (partido que deu sustentação aos governos militares) e foram indicados para cargos na política estadual como Eraldo Gueiros Leite, evangélico presbiteriano que governou Pernambuco de 1971 a 1975 (VILELA, 2008).

Segundo Silas Luiz de Souza (2004, p. 107), “a IPB deu apoio oficial ao governo militar, incentivando seus ministros, presbíteros e membros em geral a seguirem os passos da liderança eclesiástica. Havia razões teológicas e ideológicas para tal atitude”. Entre tais motivos estaria a pretensão de se unir ao Estado, como nos mostra parte da ata apresentada anteriormente, a fim de assegurar seus objetivos institucionais e doutrinários. Parte do grupo dos presbiterianos que se alinhou ao regime implantado era formado por uma classe média e, por isso, resolveram defender um sistema que “garantisse os direitos de propriedade e as liberdades individuais” (ATA, 1964, p. 121). Em se tratando das liberdades,

valeria mais a religiosa do que a política. Souza (2004) destaca que o Golpe foi visto como uma *limpeza* no comunismo e um novo momento para a *pregação do evangelho*. Para ele, o país *odiava* o marxismo e confiava no novo governo no sentido de combater a ideologia, deixando os presbiterianos *encantados* com tal atitude.

A partir de então os *verdadeiros cristãos* poderiam se regozijar, pois as esquerdas do país teriam sido expurgadas junto com seus simpatizantes. As lideranças eclesiais deveriam trabalhar no sentido de não permitirem supostos subversivos no cenário *democrático* que o país teria iniciado em 1964. Pastores teriam sido, inclusive, enviados para a Escola Superior de Guerra, como forma de se prepararem para um possível *levante vermelho* no país. Todos os presidentes que governaram durante o regime foram saudados e tidos como *enviados de Deus* (SOUZA, 2004).

Como citado no início deste texto, o outro grupo protestante que comemorou o *triunfo dos militares* sobre a *ameaça* comunista foram os batistas. Para tais, o Golpe Militar foi tido “como uma vitória da democracia sobre o comunismo” (REILY, 2003, p. 315), e a possibilidade de uma maior expansão do cristianismo protestante no Brasil. As repressões que se sucederam no decorrer do regime foram vistas como uma forma de controle da desordem, mesmo que violassem os direitos humanos. As prisões de religiosos, católicos ou protestantes, contrários ao sistema eram tidas como necessárias, pois desse modo manteriam o país na *ordem e na paz* (LIMA JÚNIOR, 2008).

Na matéria abaixo podemos ver que os batistas viram o Golpe Militar como um sinônimo de mudança política importante para o país:

Os acontecimentos políticos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram inegavelmente desafogar a nação. Porque estávamos vivendo um clima pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubavam o mínimo de tranqüilidade necessária para trabalhar e progredir. Necessária inclusive para a pregação do evangelho. Agora as coisas mudaram. Era tempo (O JORNAL BATISTA, 1964a, p. 3).

Entendemos que são necessárias algumas inferências a respeito da citação anterior, pois ela em muito esclarece aquilo que a maioria dos protestantes, ao menos em se tratando das posições oficiais das respectivas comunidades, resolveram estabelecer enquanto diretrizes a serem seguidas em relação ao Regime estabelecido. Essas diretrizes foram adotadas em boa parte das igrejas do país, principalmente no estado de Pernambuco.

O redator afirma que a nação estava vivendo um clima de intranquilidade e precisava de paz. Entende-se que tal intranquilidade era o crescimento das esquerdas tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. Tínhamos no Nordeste brasileiro movimentos como as Ligas Camponesas que cobravam dos latifundiários direitos trabalhistas que eram garantidos apenas aos trabalhadores urbanos. Jaboatão já era conhecida como a “Moscouzinha Brasileira”. No Recife o prefeito era progressista e no Governo do Estado, Miguel Arraes dava mostra de alinhamento às propostas que se alinhavam a políticas consideradas de esquerda e, portanto, subversivas (SILVA, 2015).

Quanto a questão religiosa, é notória a sua presença em todos os discursos protestantes a favor do Golpe Militar. A “pregação do evangelho” estava sobre ameaça. Os comunistas eram vistos como destruidores de lares, de igrejas, queimadores de bíblias e como pessoas que faziam de tudo para que o cristianismo fosse execrado dos locais nos quais ele era implantado. Exemplos diversos eram trazidos da Rússia, de Cuba e da China. A tranquilidade para a “pregação” do evangelho passava, necessariamente, por um governo que perseguisse e silenciasse toda e qualquer pessoa que, de alguma forma, se alinhasse às ideias marxistas (SILVA, 2014). Nas palavras do pastor Enéas Tognini (2006, p. 164), “[...] Deus respondeu ao clamor do seu povo com 31 de março de 1964 [...] Para nós, evangélicos, o maravilhoso resultado foi LIBERDADE PARA ANUNCIARMOS A PALAVRA DE DEUS”.

Por fim, Presidente João Goulart era visto como uma ameaça para a os *crentes* por manter relações diplomáticas com países comunistas. As

agitações às quais *O Jornal Batista* se refere eram dos possíveis/crescentes movimentos que poderiam surgir no Brasil após sua defesa das Reformas de Base. Com o Golpe, a democracia e a ordem social, segundo os evangélicos estariam salvas, e a vontade dos cristãos, que saíram às ruas pedindo uma intervenção militar nas *Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade*, teria sido honrada (VILELA, 2008), pois “[...] Deus atendeu às orações incessantes do seu povo pela pátria” (O JORNAL BATISTA, 1964a, p. 3).

As portas estavam abertas, tendo os batistas, inclusive, intensificado suas campanhas de evangelização, pois o momento era visto como oportuno para isso. O poema de Mário Barreto França nos ilustra o que os batistas enxergavam como a “nossa hora” de expandir a fé evangélica no país:

Meus irmãos, meus amigos, meus patrícios,
Povo crente daqui e de além mar,
Eis chegamos os dias mais propícios
A mensagem da cruz se propagar;
Essa hora que passa é a “NOSSA HORA”
Que reclama atitude varonil
Do cristão que com Cristo colabora
Para dar ao Brasil NÓVO BRASIL!

[...]

Nossa pátria que, plácida, processa
As reformas de base, há de convir
Que a reforma do homem tem mais pressa
Pra firmá-la em justiça no porvir;
Só assim, renovados no Evangelho,
Poderemos fazer deste país
Uma terra onde o infante, o moço e o velho
Glorifiquem o dom de ser feliz... (O JORNAL BATISTA, 1964c, p. 8).

A poesia acima traz consigo o entusiasmo narrado na citação analisada anteriormente, bem como em todos os trechos citados da biografia

do pastor Tognini. O “Novo Brasil” estaria nascendo. Com os militares no poder, a oportunidade de “pregar” o evangelho estaria sendo dada como um presente divino nas mãos dos protestantes. Interessante é que o poeta traz à tona a questão das Reformas de Base, as quais foram um pilar do presidente deposto nos últimos dias de seu mandato, mas mostrando que se tratava de algo secundário. As Reformas, inclusive, eram foram interpretadas como intenções *comunizantes* de João Goulart para o país. Não era isso que os brasileiros estariam necessitando. O que eles precisavam era de “uma terra onde o infante, o moço e o velho glorifiquem o dom de ser feliz”, uma vez que os militares haviam dado aos brasileiros um “NOVO BRASIL”. (O JORNAL BATISTA, 1964c, p. 8).

O Movimento Militar teria sido *um ataque à injustiça e à corrupção*. Os protestantes não poderiam agora ficar parados, pois o primeiro passo já se tinha dado ao afastar o *perigo vermelho* da sociedade. Alguns, a despeito das Reformas de Base defendidas antes do Golpe por João Goulart, entendiam que era necessário *amparar os mais pobres* para que os tais não fossem influenciados pelas promessas de mudanças sociais das esquerdas. Isso seria o papel dos cristãos. Caso os comunistas conseguissem a adesão dos setores expressivos da sociedade para resolução dos problemas sociais, o cristianismo perderia espaço no cenário pernambucano.

Nesse sentido, as Reformas de Base, discutidas durante o Governo João Goulart, eram agora vistas como próximas da realidade. Os protestantes esperavam que com o novo regime, para não ceder espaços às ideias socialistas sobre reformas, os militares iriam fazê-las com o intuito de justificar a intervenção na política nacional:

Agora, o Ato Institucional promulgado pelos Ministros Militares estabelece novo regime para o país. Estamos iniciando uma nova era na história do Brasil. Uma era de Ordem de Paz e de Progresso. Agora todos os brasileiros (evangélicos, inclusive; batistas aos milhares) poderão confiar na realização das reformas. Elas são necessárias. Virão com toda certeza. Dentro da ordem. Dentro da democracia. Sem demagogia. Sem anarquia. Sem comunismo (O JORNAL BATISTA, 1964b, p. 3).

Com a política tranquila, dentro da ordem e da paz, sem anarquia nem comunismo, aquele seria o momento de realização das reformas e de expansão do protestantismo “para o bem e a grandeza do Brasil” (O JORNAL BATISTA, 1964c). Reformas essas que trariam tranquilidade aos mais humildes e sem a necessidade de comunistas dominando a política nacional. O redator d’O Jornal Batista pregavam a certeza que os militares fariam de tudo para sanar a desigualdade. Os leitores do periódico deveriam ficar sossegados. O Brasil estaria a salvo e os cristãos podiam, enfim, comemorar.

A então sonhada expansão dos evangélicos no país levou os coordenadores da Campanha Nacional de Evangelismo⁵ a visitar os Três Poderes da República e justificar o alinhamento da denominação com o novo sistema político implantado. A visita ao presidente Castelo Branco foi tida como gloriosa para ambos os lados, uma vez que o presidente reconheceu nos evangélicos importantes aliados para o seu governo que se iniciara a partir do mês de abril de 1964. A autoridade também elogiou o comportamento dos mesmos quanto ao alinhamento em relação ao sistema político implantado:

“Essa Revolução”, disse êle, “vai ultrapassar, em processos e efeitos, aquelas que são feitas com a força das armas e num ambiente político e material” [...] “Recebe a exortação dos pastôres batistas para andar nos caminhos de Deus com tôda a humildade” [...] “mesmo os homens mais simples da roça fazem questão de dar testemunho de sua fé e são homens de vida limpa e correta”. Daqui, dizemos nós: sejamos sempre tais homens, de vida limpa e correta, que mereceram essa referência dêsse ilustre soldado que é o Presidente da República (O JORNAL BATISTA, 1964d, p. 1).

A estratégia de publicação da suposta fala do então presidente nas páginas d’O Jornal Batista mostrando o seu alinhamento com o pensamento dos redatores foi bem pensada pelas suas lideranças. Micheline Reinaux (2007) lembra que o periódico era importante na propaganda da

⁵ Campanha de evangelismo organizada pela Convenção Batista Brasileira, que tinha o objetivo de espalhar o cristianismo evangélico, principalmente batista pelo país. (O JORNAL BATISTA, 1964d, p. 1).

denominação tanto entre os conversos quanto entre os não-convertidos. Desde 1901, ano da sua fundação na cidade do Rio de Janeiro, se consolidou como o principal veículo de comunicação da denominação servindo “[...] para evangelizar os não-crentes, instruir os crentes e defender a Causa batista” (PEREIRA, 2001, p. 135). Segundo Anna Lúcia Collyer Adamovicz (2008), o periódico era um formador de opinião, e possuía, no contexto estudado, grande credibilidade entre as congregações batistas.

Na *Semana da Pátria* de 1964, os batistas pernambucanos deixaram claro não apenas para os fiéis, mas para a sociedade em geral, o alinhamento ao Governo Militar. Participando do primeiro desfile da Independência após a implantação do regime, sendo “a marcha do dia 7 [...] um movimento até então inédito para o povo evangélico de Pernambuco e sua realização decorreu de orientação da comissão nacional coordenadora da Grande Campanha Nacional de Evangelização” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964c, p. 12). Sua participação foi destacada como forma de reconhecimento pelos *guardiões da nação* manterem a pátria a salvo.

Durante toda a semana que antecedeu o desfile, a população era informada sobre os preparativos do grupo para a “grande marcha a ser realizada no dia 7 de setembro” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964a, p. 6), bem como os ensaios para o momento de entrarem na avenida. O evento, segundo a organização, fazia parte da Campanha Nacional de Evangelização, na qual os batistas “irão às ruas ‘dizer a todo povo de sua disposição de ganhar o Brasil para Cristo’” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964b, p. 2), e deveriam seguir o roteiro daquilo que para o grupo se tratava de um evento de caráter cívico-religioso: “[...] partindo das zonas do Largo da Paz, Cordeiro, Casa Amarela, Encruzilhada e Olinda e findando na Avenida Guararapes, com ligeiro intervalo no parque Treze de Maio, onde haverá a junção de todos os participantes no aludido ato religioso” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964a, p. 6).

De diversos cantos da cidade, bem como de áreas circunvizinhas, a participação dos batistas era certa. No dia 07 de setembro, tudo o que

planejaram durante a semana teria sido realizado e assim como ocorreu com os militares, uma “multidão aplaudiu desfile do ‘dia da pátria” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964d, p. 3), tendo saudado o referido grupo evangélico pernambucano em sua participação no dia do evento.



Na Avenida Dantas Barreto (diante do Edifício do IAPI, a concentração cívico-religiosa dos batistas)

Concentração dos batistas na Avenida Dantas Barreto
Acervo do APEJE (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1964d, p. 3).

O alinhamento dos protestantes aos militares era visto como estratégico. Esperava-se que o novo governo eliminasse o comunismo do país, deixando as portas abertas para a expansão do protestantismo. Não podemos esquecer da ideologia norte-americana, uma vez que os Estados Unidos eram e são até hoje, os principais investidores externos no protestantismo brasileiro. Porém nem todos os evangélicos aceitaram a posição de seus líderes em se alinhar ao Golpe de 31 de março de 1964. Nosso próximo passo será mostrar como aqueles que não concordaram com a opção de apoiar os militares, foram perseguidos dentro e fora das igrejas e até mesmo expulsos, sendo alguns, em certos casos, entregues às autoridades então constituídas.

Controle, perseguição e repressão aos *crentes subversivos*

Os protestantes encararam o Golpe Militar de 1964 como “um movimento ideológico combate ao comunismo (sic) e o fortalecimento da democracia liberal liderada pelos Estados Unidos” (ARAÚJO, 1982, p. 64). Deus teria usado os militares para salvar o país de uma revolução marxista e os *crentes* deveriam enxergar a Ditadura como uma *vontade divina*. Porém, alguns evangélicos não concordavam com as lideranças de suas respectivas igrejas em defender o novo sistema político implantado em 1964, sendo então perseguidos por tal atitude. Na Ditadura que se instalou, o grupo dissidente foi visto como inimigo da nação e dos princípios cristãos, já que a atitude dos militares teria sido resultado de orações daqueles que todas as coisas, inclusive as questões políticas do país, procuram resolver dentro dos planos espirituais e não materiais (O JORNAL BATISTA, 1964a, p. 3).

Os protestantes, a partir de 1964, não aceitaram que as autoridades fossem questionadas pela inteligibilidade ou por evidências que comprovassem o equívoco de certas posições das elites das instituições. Segundo Rubem Azevedo Alves (1982), isto seria algo que contraria a base de fé propagada pelos protestantes. Os que antes eram tidos como defensores dos ideais democráticos, tornaram-se repressores quando procuraram atestar o discurso de verdade absoluta. A prática religiosa das elites se afastou das categorias religiosas de alguns fiéis. A democracia se tornou algo estranho aos protestantes, pois abriria a possibilidade de questionamentos quanto às posições da cúpula das instituições evangélicas. As igrejas se definiram como detentoras do saber, e o que se ordenava os indivíduos deveriam obedecer. Os que não obedeciam passaram pela disciplina eclesiástica que punia e eliminava vários *faltosos* da comunhão das igrejas.

Para Kathlen Luana de Oliveira (2007, p. 60) “[...] o esforço teológico engaiolou os seres humanos, os pensamentos, a linguagem, a vivência da fé e o próprio Deus”, levando ao surgimento de um *carcereiro de idéias*, nas igrejas protestantes brasileiras, que vigiava as atitudes e os

pensamentos dos fiéis e se colocava no direito de julgar e punir aqueles que eram considerados culpados de subversão ou discordância da ordem vigente.

As divergências nas posições causaram uma série de atritos e perseguições dentro do protestantismo brasileiro em sua expansão no país. Alguns viram a autoridade dentro de uma instituição como necessária, mas sem o grau crescente ou decrescente de poder para que se evitasse a idolatria entre os fiéis e a arbitrariedade em alguns casos. Enxergando todos como sacerdotes, independentemente do posto hierárquico que ocupe na instituição, os fiéis para alguns evangélicos, deveriam (ou devem) possuir a liberdade de pensar com audácia. Porém, “[...] a intolerância caminha com as religiões toda vez que existe uma relação de inferiorização, padronização, manutenção do poder, opressão e autoritarismo” (OLIVEIRA, 2007, p. 79), não abrindo espaços para aqueles que discordam da visão oficial da instituição.

A vigilância e o controle contra aqueles que eram tidos como *subversivos* e *opositores* no meio protestante foram constantes no decorrer da Ditadura Militar no Brasil. Os evangélicos possuíam o objetivo de expulsar supostos comunistas, principalmente pastores, do seio das congregações. Existia então uma “[...] proposta de perseguição dentro das igrejas que possivelmente também foram ‘contaminadas pelo comunismo’” (WATANABE, 2006, p. 28).

Casos de vigilância e repressão eram frequentes nas diversas instituições protestantes no Nordeste, dentro desse contexto que estudamos. Igor José Trabuco da Silva (2008), ao trabalhar a atuação política da Assembleia de Deus em Feira de Santana, na Bahia, descreveu como incondicional o apoio da referida instituição, aos militares, em 1964, pois esses teriam livrado o país da *ameaça do comunismo ateu* que aterrorizava os *crentes* naquele momento.

Os militares, a partir de então, podiam contar com os evangélicos da referida instituição, e qualquer eventualidade dentro da igreja seria relatada aos *guardiões da nação*. Todos estariam a postos e prontos para

apoiar o país no processo de expurgo ao marxismo, pois Deus não estaria satisfeito com a expansão de uma ideologia ateia e materialista.

Na entrevista com o Diácono José Edson Silva Ferreira, percebemos que aqueles que tinham uma posição contrária ao sistema estabelecido com o Golpe Militar, dentro das Igrejas, eram vistos como comunistas ou simpatizantes e aos poucos foram perdendo espaço nas instituições não podendo ocupar cargos, já que eram tidos como *crentes* subversivos:

Na igreja... na igreja de Areias... Lincon era presidente da mocidade, quando eu, quando Lincon saiu, foi pra Concórdia eu fui candidato a presidente com outra pessoa, com o Antônio, e... Antônio ganhou, porque eu tinha minha posição que era contrária. Claro que os caras começaram a falar que não queria, comunista na igreja... eu não era comunista... tinha simpatizado. Eu nunca fui comunista, nunca fui coisa nenhuma. Eu simpatizava... todo jovem, qualquer movimento contrário a gente, claro que ia ser a favor né?!⁶

É interessante observarmos a ênfase dada pelo Diácono José Edson ao falar que nunca foi comunista, mas apenas simpatizava. Anteriormente, o mesmo falou que “[...] os caras começaram a falar que não queria, comunista na igreja [...]”. Talvez o fato do diácono, ter sido um *simpatizante* das propostas das esquerdas, fosse o principal motivo das perseguições eclesíásticas sofridas em sua juventude. Ser *simpatizante* da ideologia marxista era o mesmo que ser um *crente subversivo* nos discursos protestantes. O discurso de um *simpatizante* poderia gerar um sentido de alguém que quisesse implantar as ideologias comunistas no meio evangélico e, portanto, para as lideranças protestantes, deveria ser afastado do convívio da congregação. O resultado de sua posição, portanto, foi a derrota na eleição citada. Enquanto os militares se preocupavam em reprimir os comunistas laicos, os protestantes se preocuparam em vigiar e reprimir os dissidentes (como o Diácono Édson), ou seja, os que possuíam um discurso diferente do oficial das instituições, daí taxados de *crentes subversivos*.

⁶ A Igreja a que o Diácono se refere é a Igreja Batista em Areias, da qual ele fazia parte na sua juventude. Atualmente o mesmo é membro e Diácono da Igreja Batista em Campo Grande (FERREIRA, 2009).

Os evangélicos classificam os discursos não-formais da religião como heréticos porque o herege não acompanha a consciência coletiva intelectual de uma comunidade de fé, dificilmente sendo aceito por ela. O discurso herético “[...] afirma que é a religião que deve se envergonhar e se arrepender, porque ela está no erro. A intenção da heresia é sempre de subverter uma visão de mundo e, portanto, de construir o mundo de uma nova forma” (ALVES, 1982, p. 272, 273), o que não é bem visto pelas denominações protestantes levando à repressão daqueles que de alguma forma se afastam do discurso oficial. O marxismo seria inaceitável para o cristianismo, sendo sua base o ateísmo e o materialismo. A luta do *crente* contra o comunismo deveria, dessa forma, ser encarada como uma batalha entre Deus e o Diabo. Tal debate teria levado os protestantes a ajudarem os militares na “[...] manutenção da ordem política [...] mediante o ‘combate’ aos considerados subversivos, portanto ‘hereges’ e ao inculcar esquemas de percepção, pensamento e ação que lograram a naturalização do arbitrário, o consenso em torno da ordem” (PAIXÃO JÚNIOR, 2008, p. 114).

O pastor da Igreja Batista de Casa Amarela, Ademar Paegle, afirmou em entrevista que o respeito às autoridades pregado por Paulo na Bíblia teria sido um dos motivos dos batistas terem apoiado Golpe Militar, bem como a manutenção do Regime:

[...] ao longo da história batista brasileira, eu acho que nós temos observado essas duas palavras de Paulo: “orar pelas autoridades, estarmos sujeitos a elas, às autoridades”, e pensarmos também que “toda autoridade é constituída por Deus”. Isso aí é que tem influenciado o povo, o povo batista (PAEGLE, 2009).

Segundo o pastor, “[...] quando houve a Revolução, a Igreja, então a Igreja Batista se colocou em sua defesa, não é?! Foi quase como que um movimento inspirado por Deus, inspirado pelo Senhor” (PAEGLE, 2009). Procurando exorcizar o fantasma da *desordem*, o que foi trágico para muitos, para outros foi “a revelação dos desígnios misteriosos e amorosos de Deus” (ALVES, 1982, p. 148). O discurso da providência divina,

acompanhado por uma teoria totalitária de poder, teria explicado a necessidade da intervenção e da repressão em defesa dos *ideais sadios da sociedade*. Os novos dirigentes da nação teriam sido constituídos por Deus para combater o comunismo, portanto, não se deveria questionar a autoridade dos mesmos. Ao longo dos anos em que se desenrolou o regime:

[...] nós ficamos sempre, eu acho que na maioria absoluta né, os batistas ficaram sempre ao lado da... da... da Revolução. E, até porque nós sempre tivemos uma percepção errada sobre o comunismo, não é?! Nós, muitas vezes consideramos o comunismo o anticristo, e eu acho que também por esse motivo, não é?! Nós achamos que o comunismo tiraria a liberdade religiosa, fecharia as igrejas, então nós, tivemos, a denominação batista teve algum medo, não é?! De o comunismo entrar no Brasil, cercear a liberdade religiosa e... isso aí também é um outro fator que a gente tem que levar em consideração (PAEGLE, 2009).

Ao analisarmos a fala do pastor Paegle percebe-se, como em todas as citações de religiosos, um cunho teológico em suas análises sobre a então situação política do país. Primeiro há a exigência do respeito às autoridades constituídas. Contudo não é levado em consideração que o presidente deposto se enquadrava nessa questão. O momento havia sido inspirado por Deus e, nesse sentido, teria sido necessária a perseguição a uma doutrina considerada diabólica. Sendo assim, não é de se estranhar que boa parte dos fiéis concordasse com a perseguição aos que não apoiaram o Golpe. A percepção que se tinha sobre o comunismo, ou o que era divulgado nas instituições era de um sistema que “[...] fecharia as igrejas [...]”. Esse tipo de discurso teria levado a adesão de muitos *crentes* ao novo sistema político e suas práticas, desde que a justificativa fosse afastar a *ameaça* que as ideologias marxistas representavam para a manutenção e expansão do protestantismo no país.

O pastor também relata que nem todos aderiram ao Golpe Militar:

[...] houve algumas exceções, não é?! De pessoas que, que realmente até foram mal entendidas, perseguidas, é... eu não diria pela denominação, eu sei que nós tivemos no meio batista muitas pessoas que foram contrárias ao Golpe

Militar. Porque todo e qualquer golpe, é um movimento de força, não é?! Vamos dizer tira a liberdade ampla, não é?! (PAEGLE, 2009).

Ainda na entrevista é relatado que os evangélicos

[...] via essas pessoas na contramão da história, não aprovavam essa atitude, achavam que era uma atitude que não, não cristã, não bíblica. Porque se opor a... ao novo regime, não é?! Mas, muitas dessas pessoas foram esquecidas, foram colocadas de lado... muitas pessoas foram discriminadas por esse fato, que nós tivemos realmente muitas pessoas que se colocaram contrárias ao cerceamento, não é?! Da liberdade, se colocaram contrária aos Atos Institucionais, não é?! Que vieram assim, mexer com a liberdade de consciência do ser humano (PAEGLE, 2009).

As duas últimas citações da entrevista com o Pastor Ademar Paegle nos mostram que nem todos, realmente, concordaram que os militares seriam a melhor opção política para o país naquele momento. Alguns, segundo o Pastor, foram mal entendidos, esquecidos, discriminados e taxados de *subversivos*, por andarem “[...] na contramão da história [...]”, por aqueles que resolveram apoiar o regime. Eram perseguidos e excluídos das igrejas ou colocados de lado em grupos oficiais das instituições. Esse apoio que os protestantes deram aos militares e a perseguição aos *subversivos* nas igrejas “... permitiu um ganho de visibilidade e prestígio para evangélicos, em troca de um importante sustentáculo civil” (WATANABE, 2006, p. 29). A força do autoritarismo protestante, por parte de setores considerados conservadores e fundamentalistas, que não permitiram que seus pressupostos doutrinários fossem questionados por ideologias, doutrinas ou eventos históricos, foi aos poucos ganhando destaque (OLIVEIRA, 2007). “Tal autoritarismo colocar-se-ia à caça de seus principais inimigos [...]” (PAIXÃO JÚNIOR, 2008, p.167), ou seja, pregadores do que se convencionou chamar de liberalismo teológico (evangelho que se preocupasse com o social e não apenas com o espiritual), supostos *crentes* comunistas (já que o comunismo era tido como o símbolo do anticristo) e aqueles que não aderiram ao Movimento Militar.

Líderes evangélicos “[...] foram excluídos, cassados e perseguidos [...]” por não concordarem “[...] com o cerceamento das liberdades nem com a violência seja ela física ou simbólica [...]” (PAIXÃO JÚNIOR, 2008, p. 122) praticados por protestantes ou militares. O protestantismo, considerado democrático e defensor do livre pensamento, colocou-se como uma instituição que não possuía elasticidade nem permitiu diálogo com outras doutrinas ou ideologias, mesmo que fossem também cristãs, pois o outro foi sempre visto como divergente da fé, adotando desta forma uma postura absolutista (OLIVEIRA, 2007).

No dia 1º de abril de 1964, presbiterianos fundamentalistas espalharam panfletos pelas ruas do Recife, divulgando que o Seminário Presbiteriano do Norte funcionava como um foco de alunos e professores esquerdistas, sendo um dos professores, João Dias de Araújo, acusado de ensinar *teologia marxista*, e por isso preso pelas autoridades militares. Como justificativa desta atitude, declaravam que os evangélicos deveriam se livrar das “ervas daninhas” expurgando possíveis subversivos do meio protestante. O seminário, então, teria se tornado uma escola vigiada pelos militares, bem como por presbiterianos que apoiavam o regime. A partir de então, todo presbiteriano em Pernambuco deveria ter a satisfação de denunciar pastores ou membros de igrejas que se opunham ao regime *estabelecido por Deus*. Os verdadeiros *crentes* não deveriam participar de nenhuma teologia que lhes tirassem do foco espiritual e, de forma alguma, tolerar aqueles que coadunassem com ideologias que pudessem levar ao *desvirtuamento* cristão, ou seja, ao comunismo (ARAÚJO, 1982). Essas práticas na Igreja Presbiteriana deram início a “[...] um período conhecido como ‘inquisição sem fogueiras’”, onde ocorreram “[...] expurgos arbitrários contra pastores, seminaristas, membros que fossem ‘modernistas’” (WATANABE, 2006, p. 29).

Em novo trecho da entrevista com o Diácono José Edson Silva Ferreira, ele nos descreve um fato que teria ocorrido na Igreja Presbiteriana de Areias, bairro de Recife:

E daí foi essas as conseqüências, que viu pessoas ser presas, ser arrastadas... aconteceu com pessoas da Presbiteriana de Areias... a família Piragibe fazia parte do Movimento... de Cultura... Popular. Rapaz eles tinha uma cartilha, que ensinava, mais fácil de ler e aí eles diziam: Movimento Contra os alunos... Contra o País. E não era... Piragibe era um dos diretores, sumiu, não vi mais saber. Era da Presbiteriana de Areias... O dia a dia era esse: você não podia falar, não podia dizer nada (FERREIRA, 2009).

Um dos objetivos do Movimento de Cultura Popular (MCP) era a alfabetização em tempo recorde. Iniciado poucos anos antes do Golpe e tendo o professor Paulo Freire como seu principal mentor, o MCP foi logo abolido pelos militares e seus idealizadores caçados, presos ou exilados. Não é à toa que o Diácono Ferreira cita o sumiço da família Piragibe em sua entrevista. Eles eram protestantes, mas trabalhavam em um projeto que foi considerado subversivo pelo sistema então estabelecido (SOUZA, 2014).

O *Jornal Brasil Presbiteriano*, principal veículo de comunicação da instituição em todo o país naquele contexto, procurou adotar uma linha conservadora e de apoio eclesiástico à Ditadura Militar. Dos evangélicos foi exigido pela direção do periódico dar apoio ao novo governo, já que esse tinha sido providenciado por Deus. Na Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil, em 29 de abril de 1964, a Comissão Executiva, como aconselhava a direção do periódico, a partir de então “aceitou a denúncia de heterodoxia feita por membros de igrejas locais contra Joscelino Ramos, Nilo Rédua, Cyro Cormarck, João Dias de Araújo, Lemuel Nascimento e Rubem Azevedo Alves. Uma comissão foi nomeada para investigar a vida desses pastores” (SILVA, 2002, p. 61). Líderes presbiterianos que não atendessem às resoluções da cúpula da instituição eram listados pela própria igreja e entregues às autoridades militares constituídas “[...] como subversivo, comunista, e que representava um perigo para a fé e para os princípios cristãos” (NUNES, 2008, p. 33). Este fato levou muitos pastores ao exílio temendo as perseguições e torturas que se iniciaram com o regime implantado.

Segundo Jovelino Ramos (1968, *apud* ARAÚJO, 1982, p. 67, 68) com a implantação da Ditadura Militar em 1964, a Igreja Presbiteriana:

[...] identificou-se com o conservantismo político; condenou os renovadores como modernistas, mundanos e comunistas, postulou que a Igreja nada tem a ver com a situação social; acabou com a organização dos jovens, participou da marcha da família, fechou o Setor de Responsabilidade Social da Igreja; denunciou ao DOPS e ao SNI muitos pastores e leigos com subversivos e corruptos (sic); expulsou dos seminários professores considerados “avançados” e baixou o nível da educação teológica; e, através de uma astuta manobra política, tirou os elementos “suspeitos” dos postos importantes da hierarquia eclesiástica.

O Golpe Militar teria tornado o presbiterianismo intransigente, pois o alinhamento ao regime estabelecido fez com que o grupo perdesse o cultivo dos valores democráticos. Batistas também tiveram o mesmo destino ao alinhar-se às diretrizes políticas de então. Tudo o que o autor descreve na citação acima esteve misturado a discursos religiosos, uma vez que a Bíblia era sempre lembrada na hora de perseguir dissidentes e elogiar a Ditadura. A participação em eventos conservadores foi a tônica dos protestantes pernambucanos naquele contexto. Os militares teriam sido resposta de orações para salvar o Brasil de um sistema que supostamente colocaria o país em plena desgraça. Agora a Pátria estava livre. Deus supostamente teria atendido as súplicas de *Seu* povo (SILVA, 2002).

Conclusão

Todos os discursos protestantes anticomunistas e a favor do Golpe Militar foram tidos pelos protestantes em Pernambuco como de inspiração divina. O país *não poderia mais viver* sob a ameaça da tomada do poder por um sistema *ateu, totalitário, materialista* e que não respeitava os princípios cristãos supostamente *arraigados* na sociedade brasileira. Seria *necessária*, para os *crentes*, a intervenção daqueles que eram responsáveis por proteger a nação, mesmo que ferissem os princípios democráticos que

o protestantismo por tantos anos defendeu. Jesus Cristo, segundo os evangélicos, teria seu modo de trabalhar em cada evento histórico e, mesmo que fosse preciso um método repressivo para que a fé se mantivesse viva, os cristãos deveriam adotá-lo, haja vista “[...] que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito” (Romanos Cap. 8 Ver. 28).

Fontes:

A grande campanha visita os Três Poderes da República. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 23 ago. 1964d. p. 1.

ALBUQUERQUE, Milsede Moura Barros de. Entrevista concedida ao autor em seu local de trabalho: Seminário de Educadoras Cristãs (SEC). Recife, 09 de junho de 2008.

Ata da 180ª reunião da Congregação dos Professores do Seminário Presbiteriano do Norte. **Livro de atas da Congregação dos Professores do SPN**. Recife, 20 e 27 mai. 1964.

Batistas desfilarão amanhã no Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife. 06 set. 1964c. p. 12.

Batistas iniciam concentrações noturnas hoje nos subúrbios. **Diário de Pernambuco**. Recife. 01 set. 1964a. p. 6.

Batistas promoverão desfile cívico-religioso no dia 7. **Diário de Pernambuco**. Recife. 04 set. 1964b. p. 2.

Essa é a nossa hora. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 26 abr. 1964c. p. 8

FERREIRA, José Edson Silva. Entrevista concedida ao autor na Igreja Batista em Campo Grande. Recife, 03 de junho de 2009.

Multidão aplaudiu desfile do “Dia da Pátria”. **Diário de Pernambuco**. Recife. 09 set. 1964d. p. 03.

O dia da verdade. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 19 abr. 1964b. p. 3. Grifo do autor.

PAEGLE, Ademar. Entrevista concedida ao autor na Igreja Batista em Casa Amarela. Recife, 03 de junho de 2009.

Responsabilidade dos crentes nesta hora. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 12 abr. 1964a. p. 3.

Referências:

ADAMOVICZ, A. L. C. **Imprensa protestante na Primeira República**: evangelismo, informação e produção cultural: O Jornal Batista (1901–1922). 432f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALVES, Rubem Azevedo. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1982.

ARAÚJO, J. D. **Inquisição sem Fogueiras**: vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil (1954-1974). Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos da Religião, 1982.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Nova Versão Internacional. Traduzido pela Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. “A Igreja Católica e o Golpe de 1964”. *Akrópolis*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 51-53, 2005.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. **Protestantismo e Golpe Militar em Pernambuco**: uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro; (Orgs). **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MORAES, Maria Blassioli. “Leigos e Sacerdotes Católicos no ABC Diante do Golpe de Estado de 1964”. **Raízes** (S/P) S/P, p. 56-61, 2004.

MORAES, Mônica; MOURA, Enos; SILVA, Héleron (org). **Eu Faço Parte Desta História**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002.

NUNES, Antônio Vidal. **Corpo, Linguagem e Educação dos Sentidos no Pensamento de Rubem Alves**. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, Kathlen Luana de. “A Tolerância e a Ironia da Trajetória Protestante: refletindo sobre as intolerâncias na história do protestantismo, a partir de uma leitura da obra *Dogmatismo & Tolerância* de Rubem Alves”. **Protestantismo em Revista** (São Leopoldo) São Leopoldo, v. 12, p. 59-79, 2007.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. “Homens, Uni-vos Contra o Comunismo! Representações Anticomunistas Piauienses na Década de 1960”. **Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História**. Recife, 2008.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. **A Era do Trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar (1966-1978)**. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista do Estado de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

_____. **Poder e Memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar**. Tese (Doutorado em Sociologia) 373f. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PEREIRA, J. R. **História dos batistas no Brasil (1882-2001)**. Rio de Janeiro: JUERPE, 2001.

RAMOS, J. **“Protestantismo Brasileiro, Visão Panorâmica”**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

REILLY, A. D. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2003.

REINAUX, Micheline. Imprensa e protestantismo no Brasil. Projeto História, São Paulo, n., 3, p. 337-345, 2007.

SILVA, D. C. **Partidos e alianças políticas na “Moscuzinho do Brasil”**: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão-PE. 179f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

SILVA, Hélerson. O Movimento de Juventude Protestante Brasileiro. In: MORAES, Mônica; MOURA, Enos; SILVA, Hélerson (Orgs). **Eu faço parte desta história**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002.

SILVA, Igor José Trabuco da. Religião e política combinam? A Assembléia de Deus e a atuação política em Feira de Santana (1972-1990). **X Simpósio ABHR**. Assis, 2008.

SILVA, Paulo Julião da. **O anticomunismo protestante e o alinhamento ao Golpe Militar**. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

SOUZA, Fábio Silva de. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 131f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, Silas Luiz. “A IPB e o Governo Militar de 1964”. **Revista Teológica**, Campinas, v. 64, n. 57, p. 107-123, 2004.

TOGNINI, Enéas. **Enéas Tognini : a autobiografia**. São Paulo: Hagnos, 2006.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil nas décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política**. Recife: Editora UFPE, 2015.

_____. As Relações de Comprometimento Entre a Igreja Presbiteriana e os Governos Militares (1964-1985). **Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História**. Recife, 2008.

WATANABE, Thiago Hideo Barbosa. **De Pastores a Feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)**. 219f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Metropolitana do Estado de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H.H; MILLS, Wright (Orgs). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITÓRES, 1963.

Amigo ou inimigo?
Dom Hélder Pessoa Câmara e os primeiros anos
da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1966)

*Márcio André Martins de Moraes*¹

Introdução

No decorrer deste capítulo, dedicaremos nossos esforços a desnaturalizar uma visão de que Dom Hélder Câmara sempre esteve na oposição do regime ditatorial no Brasil, 1964 a 1985. No caso, o escopo estabelecido é analisar um cenário histórico em que o religioso em questão procurou construir alianças com o governo que acabava de dar um golpe de Estado. Desse modo, estabelecendo como recorte temporal os anos de 1964 a 1966, em que abordaremos o descolamento gradual das atividades do Arcebispo, que aos poucos se afastou do governo militar.

O objetivo deste texto é contribuir com o entendimento de uma complexa realidade histórica das relações políticas e sociais que marcaram o Estado e membros da Igreja Católica do Brasil no decorrer da década de 1960. Nesse sentido, o leitor observará como Dom Hélder Câmara, ao ser transferido para Pernambuco, onze dias depois do golpe civil-militar,²

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4414775908825020>

² A escolha da classificação de *golpe civil-militar* para o processo que interrompeu o mandato do João Goulart, colocando generais-presidentes eleitos indiretamente no lugar, alicerça-se nas reflexões dos historiadores Marcos Napolitano, René Armand Dreifuss e Daniel Aarão Reis. Segundo esses autores, o referido termo adequasse bem ao desenrolar das tramas políticas que culminaram na tomada de poder na madrugada de 31 de março para 01 abril de 1964. Nas pesquisas desses autores, o golpe mobilizou tanto alas das Forças Armadas, como setores da sociedade civil

procurou alinhar suas atividades e propostas de atuação sócio-político-pastoral ao governo militar. Importante ressaltar que estabelecemos como marco temporal final a data de 1966 pelo fato de que nesse ano aconteceram os primeiros atritos entre o clérigo em questão e os representantes do governo militar.

Dom Hélder Câmara entre o Vaticano II e Pernambuco (1964-1966)

Como decisão para a confecção de nossa narrativa histórica, nós escolhemos analisar a produção escrita e a criação de uma rede de diálogos entre Dom Hélder e os interlocutores no Brasil e em outros países nos dois primeiros anos depois do golpe civil-militar, 1964. Abordaremos, principalmente, os meses inter-Conciliares, ou seja, o tempo em que ele não estava em Roma participando do Concílio Ecumênico Vaticano II. Importante ressaltar que os eclesiásticos se reuniram para o Concílio nos três últimos meses dos anos de 1962 a 1965.

Consideramos esse período pertinente a partir do momento em que localizamos no início de 1966 um ponto em que as fissuras das relações entre o Arcebispo em questão e regime ditatorial imposto pelos militares tornaram-se mais evidentes. Depois desse marco temporal, observa-se nas fontes um acirramento nas práticas e métodos de vigilância e perseguição em relação à personagem estudada aqui, que, gradualmente, era registrada e tratada como inimiga do *status quo*, sendo por várias vezes apresentado como subversivo ou comunista.

Enquanto estava participando das reuniões nas comissões conciliares, no mês março de 1964, Dom Hélder Câmara recebeu a notícia pela rádio do Vaticano de que ele era o novo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Relevante destacar que entre os anos de 1936 a 1964, o clérigo em questão viveu no Rio de Janeiro e chegou ao cargo de Arcebispo-Auxiliar.

– políticos, intelectuais, empresários, membros do clero protestante e católico e parte de uma crescente classe média. Por esse motivo, o termo mais adequado é golpe civil-militar e não apenas golpe militar. Cf.: NAPOLITANO, 2014, p.9-11; DREIFUSS, 1981; REIS, 2014, p.48

Contudo, as discordâncias entre a forma mais adequada de atuação pastoral com o Cardeal Dom Jaime Câmara, fez esse pedir a transferência do cearense Dom Hélder Câmara (Cf. PILETTI, 2008).

Aproveitando o clima criado pelas expectativas em torno do novo Arcebispo, o *Diário de Pernambuco* publicou o artigo: “*Que espera você de Dom Hélder?*”: Recife responde enquête. Esse texto foi formulado a partir da pesquisa efetuada pelos alunos da turma de Técnica de Jornal, ministrada pelo professor e jornalista Luiz Beltrão. No caso, foram entrevistados um total de 661 pessoas, sendo 423 homens e 238 mulheres. Esses tiveram suas crenças classificadas assim: 253 católicos, 26 protestantes, 4 espíritas, 1 israelita, 1 budista, 27 sem religião e 343 preferiram não declarar. Os dados das entrevistas foram organizados em dois blocos temáticos: 1º) as *considerações gerais*; e 2º) as *considerações específicas*. (BELTRÃO, 1964, p.10)

As *considerações gerais*, presentes no artigo do DP, transitavam entre temas relativos aos programas de assistência social, acompanhamento espiritual, reformas sociais e paz política. No caso das *considerações específicas*, encontram-se listados assuntos como a necessidade de uma reação ao comunismo; a construção de habitações populares; a relevância do espírito ecumênico; a ajuda às crianças abandonadas, aos enfermos nos hospitais e aos encarcerados; a coordenação de cooperativas; o fortalecimento de uma imprensa católica e o apoio ao movimento da família cristã. (Ibid.)

No decorrer desse texto do DP, alguns nomes conhecidos da sociedade pernambucana da época foram entrevistados e deram seus pareceres favoráveis ao novo Arcebispo, apontando-o como homem preocupado com os problemas sociais que afligiam os mais pobres e, também, uma das principais figuras do catolicismo que se renovava com o Concílio Vaticano II. A multiplicidade de temas relacionados às expectativas dos moradores do Recife em relação ao novo líder religioso no Estado era compreensiva, considerando a fama que Dom Hélder Câmara tinha construído como o “Bispo das Favelas”. Esse título não oficial foi concedido popularmente por

causa de seus trabalhos com a Cruzada São Sebastião e do Banco da Providência, além de seu engajamento em projetos desenvolvimentistas dos governos anteriores ao golpe civil-militar, e, também, por sua atuação no Concílio Vaticano II.

Retornando ao Brasil, depois sua estadia em Roma, onde Dom Hélder Câmara tinha participado dos preparativos para o terceiro período do Vaticano II, o cenário político do país tinha passado por profundas mudanças com a realização do golpe civil-militar na passagem do dia 31 de março para 01 de abril de 1964. Chegando a Pernambuco onze dias depois do golpe, Dom Hélder Câmara iniciou suas atividades como Arcebispo de Olinda e Recife, ficando à frente da Arquidiocese até 1985. Ao seu lado, como Bispo-Auxiliar, estava Dom José Lamartine, aliado nas atividades políticas, sociais e religiosas de Dom Hélder (ALENCAR, 2002, p.102). Na carta circular nº1,³ escrita já no Recife na madrugada do dia 11 para o dia 12 de abril, Dom Hélder destacou que, quando ainda estava no Rio de Janeiro, antes da viagem, teve um encontro com Dom Eugênio Sales e o General Humberto Castelo Branco, cujos assuntos discutidos neles foram os temas do anticomunismo e das ações sociais que alguns sacerdotes católicos realizavam nas comunidades pobres de nossa sociedade (CÂMARA, 2009d. p.1-3).

Com a escalada dos militares no poder político do país, em 1964, um dos primeiros atos de interferência, em âmbito estadual, foi prisão e deposição de Miguel Arraes e Pelópidas da Silveira, respectivamente governador de Pernambuco e prefeito do Recife. A acusação utilizada pela junta militar, que tomou de assalto o poder no Brasil, com apoio de parte da sociedade civil, foi que ambos deveriam perder os cargos pelos quais foram eleitos democraticamente por serem considerados subversivos, ou

³ Com a abertura do Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, também teve início a prática de escritas das cartas circulares durante as madrugadas de oração do Arcebispo Dom Hélder Câmara, ritual de vigília que se repetiu até o ano de 1982. A prática dessa escrita de si, correspondendo no decorrer de aproximadamente vinte anos ao total de 2.122 missivas, indica-nos uma leitura subjetiva do referido religioso sobre a realidade que o cercava e das perspectivas de futuro. Essas cartas eram enviadas a um grupo de interlocutores, formados principalmente por mulheres, que trabalharam com ele no Rio de Janeiro (1936-1964) e no Recife (1964-1982).

seja, comunistas por aqueles que estavam à frente do golpe civil-militar (SILVEIRA, 2004, p.7-72).

Nesse cenário, com a reformulação do quadro de líderes do executivo estadual, Dom Hélder Câmara chegou à Recife ao lado de Paulo Guerra, escolhido pelos militares para o cargo de governador do Estado, e sendo recepcionado por Augusto Lucena, que, na mesma condição assumia a prefeitura da capital, e pelo general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército. Na mesma carta circular, primeira escrita em Pernambuco, Dom Câmara também narrou que percorreu a cidade em carro aberto e seguido por batedores da polícia. Esse percurso, segundo o mesmo, foi acompanhado por moradores da cidade que saíram as ruas para receber o novo Arcebispo. (Ibid.)

Em seu primeiro pronunciamento público em Pernambuco, – depois de ser conduzido pelas ruas da cidade e chegando até à Praça da Independência, local de sua primeira celebração como Arcebispo de Olinda e Recife – Dom Hélder Câmara leu um longo discurso de dez páginas. Acompanhando a cerimônia, o *Diário de Pernambuco* destacou que antes de ler seu texto, ele falou de improviso, ressaltando que teve o cuidado de escrever o primeiro discurso porque sabia do momento tenso no campo político e para evitar enganos e boatos, preferia ler. (Cf.: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12.04.1964, p.3)

Retomando a primeira carta circular, de 11/12 de abril de 1964, observamos também que Dom Câmara teve o cuidado de registrar que, antes da divulgação do seu primeiro texto em Pernambuco, ele apresentou o discurso ao Secretário Regional dos Bispos do Nordeste, Dom Eugênio Sales, ao Núncio Dom Armando Lombardi e a alguns amigos. Segundo essa missiva, todos tinham aprovado o conteúdo do texto. Depois disso, o discurso foi reproduzido e enviado para a imprensa nacional e cópias em francês e inglês para os meios de comunicação internacional. (CÂMARA, 2009, p.1-3)

Ao analisar o discurso de posse de Dom Hélder Câmara, destacamos os seguintes trechos: “Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas

como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa ou de má fé” (CÂMARA, 1964, p.01-02). Logo depois, ao abordar a pobreza da região Nordeste e as expectativas com o governo civil-militar que acabara de realizar o golpe de Estado, discursou o Arcebispo:

Se quisermos ir à raiz dos nossos males sociais, teremos que ajudar o país a romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da miséria. Há quem se escandalize quando se afirma que este é o nosso problema social número um. Há quem pense em demagogia quando se fala em criaturas que se acham em situação que nem chega a ser humana.

Um dia, os Bispos do Nordeste pediram aos técnicos do Governo que se unissem, tentando por em comum as minguidas verbas e os raros especialistas que se dispersavam em miúdas iniciativas isoladas. Foi uma atitude pioneira que ajudou a fazer surgir a Sudene, que, esperamos, mereça ter sempre o nosso apoio, como instrumento destinado a romper o desequilíbrio criminoso entre áreas altamente progressistas e áreas estagnadas. Através da Sudene, não só está sendo possível, em termos perfeitamente compatíveis com a dignidade nacional, a colaboração do capital estrangeiro, mas, o que ainda mais alegra, esta se dando o início de investimentos do sul na área nordestina. (Ibid. p.3)

E, considerando o clima político do país, destacou também o Arcebispo aos fiéis e curiosos que o recebia no Recife:

Em nosso país todos entendem e proclamam a inadiabilidade das reformas de base. Havia, da parte de muitos, desconfiança em relação aos executantes das reformas e, sobretudo, medo da infiltração comunista. Agora que a situação mudou, não temos tempo a perder. Que venham sem demora as esperadas reformas. Que venham justas e equilibradas, mas sem de modo algum darem a impressão de mistificação. [...]

Que do Nordeste parta para todo o Brasil o exemplo da rápida recuperação da crise política de que estamos saindo. Sem prejuízo das medidas da segurança nacional e da posição de alerta em relação ao comunismo, não acusemos de comunistas os que simplesmente têm fome e sede de justiça social e de desenvolvimento do país. (Ibid. p.7)

Nesses trechos retirados do discurso de posse de Dom Hélder, encontramos alguns elementos que indicam o clima político e expectativa de realizações que o novo Arcebispo acreditava poder empreender. Considerando os antagonismos políticos entre a direita e a esquerda, Dom Câmara argumentou em sua fala como aquele disposto a dialogar e trabalhar para enfrentar o subdesenvolvimento da região. A SUDENE – que na fala do Arcebispo Câmara recebeu na sua criação a influência dos Bispos do Nordeste, do qual ele também fazia parte – despontava como o principal instrumento para encarar os problemas financeiros e sociais que assolavam o Nordeste brasileiro, principalmente aos cidadãos mais pobres da região.

Segundo o discurso de Dom Hélder, a Superintendência do Nordeste possuía então a capacidade de implantar um desenvolvimento de caráter nacional e, também, poderia figurar como articulador entre as regiões Sul e Nordeste do país, possibilitando assim a estabilidade necessária para as reformas de base, agora sob um clima político favorável com o afastamento de João Goulart e com o novo *status quo*. Coerentemente com outros religiosos católicos da época, Dom Câmara não deixou de escrever que os militares ao assumirem o poder executivo do país, contribuiriam no combate às supostas ameaças comunistas ou, pelo menos, colocaria um fim às instabilidades políticas do país. Interessante notar o comentário do Arcebispo de Olinda e Recife de que os trabalhos sociais e denúncias contra a pobreza não deveriam ser confundidos com o comunismo.

No dia seguinte a sua chegada e ao discurso feito na Praça da Independência, Dom Hélder Câmara assumiu oficialmente a Arquidiocese em uma cerimônia na Catedral de Olinda, junto a autoridades da Igreja Católica, militares, políticos civis, empresários e de outros fiéis católicos. Depois da cerimônia religiosa de posse, arcebispos e bispos do Nordeste se reuniram e produziram uma declaração conjunta que expunha naquele

momento a posição da CNBB e dos Bispos do Nordeste frente ao cenário político nacional.⁴

No artigo *Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos*, publicado no *Diário Pernambuco*, foi apresentado aos leitores informações sobre o encontro e o documento produzido pelos clérigos reunidos em Pernambuco. No caso, aproveitaram os eclesiásticos para reafirmar a relevância do Plano de Emergência e a necessidade de sua ampliação da mesma, considerando para isso os debates efetuados no Vaticano II. Ainda nessa reunião, aspirando à aplicação de uma Pastoral de Conjunto, os religiosos destacaram a necessidade de uma ação que renovasse e legitimasse, por parte do episcopado, o apoio à Ação Católica Brasileira (ACB) e ao Movimento de Educação de Base (MEB).

Ao mesmo tempo, os religiosos disseram que a Igreja não estava disposta a se vincular a nenhum regime político/ideológico ou governo em particular. No entanto, deixaram claro que estavam ao lado daqueles que defendessem os interesses da Pátria e, principalmente, do Nordeste do país. Em contrapartida, a suposta ameaça comunista ao ser anulada com o golpe civil-militar, a Igreja se colocava no lugar de apresentar reformas de base em alicerces cristãos, destacando que: “Sabemos que elas não podem vir perfeitas e completas. Aplaudimos cada passo que for dado, com a condição de levar até o fim o desejo de dar ao povo brasileiro condições de vida social e econômica conforme o Evangelho.” (DP, 14.04.1964, p.8)

A receptividade, em Pernambuco, ao Arcebispo Dom Hélder Câmara, por parte não apenas do clero e dos fiéis católicos, mas também de autoridades políticas do campo civil e militar, indicava um contato amistoso a princípio. Importante salientar, como visto na historiografia do tema e nas

⁴ Segundo o *Diário de Pernambuco*, no artigo *Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos*, aparecem os seguintes nomes: “Hélder, Arcebispo de Olinda e Recife; José, Arcebispo de Fortaleza; José Vicente, Arcebispo de Aracajú; Adélmo, Arcebispo de Maceió; Fernando, Arcebispo de Goiânia; Manuel Lisboa de Oliveira, Bispo de Nazaré; José, Bispo de Penedo – Alagoas; Manuel, Bispo de Campina Grande; Francisco, Bispo de Afogados de Ingazeira; José Lamartine Soares, Bispo Titular de Fússala; José Adélino, Bispo de Garanhuns; Antonio Frágoso, Vigário Capitular de S. Luiz; Severino Mariano, Bispo de Pesqueira; Acácio Alves, Bispo de Palmares; Cândido Padin OSB Assistente Geral da Ação Católica Brasileira; João José da Mota Albuquerque, Bispo de Sobral; Augusto Carvalho, Bispo de Caruaru; Eugénio de Araújo Sales, Administrador Apostólico de Natal.” Cf.: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14.04.1964, p.8

páginas dos jornais do período, que a Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar, corroborando com o argumento usado na época que se tratava de um contragolpe, tendo em vista que o país está sob uma suposta ameaça comunista.

Entre os anos de 1964 a 1966, recorte temporal estabelecido nesse capítulo, o religioso, em questão, dividia seu tempo entre as atividades da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife, palestras em âmbito nacional e internacional e o Concílio Ecumênico Vaticano II. Nesse momento, observamos, por meio da documentação, uma paradoxal realidade por baixo de uma cortina de fumaça de paz e colaboração mútua entre o Arcebispo Câmara e o governo militar. Mesmo com boas relações com alguns militares de alta patente e com políticos civis, alguns momentos de tensões foram além das ações privadas de vigilância e repressão, chegando a ser noticiado nos periódicos locais. Lembrando a historiadora Maria Helena Moreira Alves (2005), a ditadura militar teve várias fases e nos primeiros anos, os meios de comunicação, mesmo procurando agradar aos militares, possuíam certa liberdade para publicarem e opinarem sobre o cenário nacional.

Como ilustração dessas circunstâncias políticas e de atuação da imprensa nos primeiros anos em que o país esteve sob o julgo da ditadura militar, destacamos um fato em específico que corresponde ao segundo dia depois de o Arcebispo, em questão, chegar a Recife. Como registrado pelo *Diário de Pernambuco*, um indivíduo suspeito de ser comunista, fugindo dos militares, teria entrado no Palácio do Manguinhos, residência oficial do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Pouco depois, quatro soldados armados com metralhadoras teriam adentrado a residência do Arcebispo e causado um mal-estar, pois o religioso precisou recorrer ao general Joaquim Justino Alves Bastos para amenizar a tensão (PILETTI, 2008, p.255).

Ao ser questionado sobre o evento pelo jornalista do DP, Dom Hélder teria dito que: “Apenas estou dando muito trabalho a meus amigos militares: quem foi detido inocente para averiguações pede interferência para

ser solto; mesmo quem tem culpa pede clemência. E minha missão é de pastor e pai” (DP, 14.04.1964, p.11). Nesse trecho, observa-se o Arcebispo apresentando-se como amigo do general e retomando o papel de mediador, que já tinha revelado assumir em seu discurso de posse. Esse episódio, quando tratado na carta circular de 13 para 14 de abril de 1964, Dom Hélder revelou que, na realidade, foram três pessoas que tinham se escondido em sua casa, no caso, Violeta Arraes, Maria Antônia McDowell e Pierre Gervaiseau. Ao descrever o fato em sua escrita pessoal, destacou:

Ela [Maria Antônia McDowell] soube que o casal ia ser preso, como sendo o Pierre, um espião francês, pertencente ao Partido Comunista de lá. O casal saiu no carro da Maria Antônia para lançar-me um SOS. O carro foi seguido: teve a entrada barrada ao tentar entrar aqui. A Viola, sob o pretexto de dar um telefonema, entrou, cercada de quatro soldados (jovens do CPOR [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife]) de metralhadora, como disse... Almoçávamos, tranquilamente, o Eu⁵ e eu, quando vimos os espetáculo. Tentei fazer ver aos rapazes a gravidade do que faziam: invadir de metralhadora, a casa do Arcebispo... Em dois tempos, a rua se encheu. A imprensa (inclusive estrangeira) chegou...

Avisei, lealmente que ia telefonar ao Gabinete do General Justino [Alves]. Ele veio pessoalmente ao telefone: ficou indignado. E enviou imediatamente seu Ajudante de ordens, o Cel [Antônio] Bandeira. [fl.3]

Os rapazes ficaram apavorados. Queriam fugir. Tranquilizei-os, assegurando-lhes que nada lhes aconteceria... Cel. Bandeira com um gesto de mão despachou os jovens armados...

Conversamos, então, fraternalmente. Viola retirou-se com marido que nada tem de comunista e trabalha para o Padre [Louis-Joseph] Lebret...

O incidente me aproximou do verdadeiro comandante da Revolução, aqui.

Às 16h30, como estava previsto, visita ao Comando do IV Exército: pelotão formado, continências de estilo, o General, o Almirante, o Governador, todos os Generais e Oficiais do QG de prontidão, à espera... (CÂMARA, 2009d, p.5)

Essa citação contribui com algumas informações sobre o momento. Primeiro que o Arcebispo era percebido como alguém a quem poderia

⁵ Dom Hélder Câmara chamava Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju-SE, de EU em alusão a sintonia que ambos tinham construído no decorrer dos anos em que trabalharam no Rio de Janeiro, como bispos auxiliares do Cardeal Dom Jaime Câmara.

recorrer, com relação às perseguições ou problemas com os militares. Além disso, o fato de representantes da imprensa aparecer, de forma tão rápida, indica a relevância da chegada do Arcebispo a Pernambuco. Ao mesmo tempo em que revelava que tinha acesso ao Gabinete do General Justino Alves, destacou também que Pierre Gervaiseau, estava sendo perseguido sob a acusação de ser comunista e trabalhava com o Padre Louis-Joseph Lebret, amigo muito influente na vida intelectual de Dom Hélder Câmara.

Observamos nessa carta, o clima de amizade que o Arcebispo de Olinda e Recife tentava construir junto aos militares e chegando a considerar que o fato em questão tinha contribuído para fortalecer esses laços em âmbito estadual. Esse comportamento de Dom Hélder remete-nos à abordagem feita por Kenneth P. Serbin, em *Diálogos na Sombra*, ao tratar da relação de Dom Eugênio Sales e os militares. Nessa obra, Serbin discorreu que o religioso em questão percebeu que relações amistosas com os militares poderiam dar resultados mais imediatos do que o confronto. Mesmo que com essa estratégia, Dom Sales tivesse sua imagem associada ao regime militar (2001, p.53 e 180).

As relações entre o governo brasileiro com a Igreja Católica, durante a ditadura militar, foram marcadas por complexos momentos que transitavam de apoio e colaboração, tendo episódios de tensões e animosidades por motivos variados (Cf.: REIS, 2014, p.53). A atuação de alguns clérigos e leigos – geralmente associados a grupos como Ação Popular, Ação Católica, Juventude Operária Católica, etc. – alinhados ao pensamento da doutrina social da Igreja, em vários momentos levaram eles a serem criticados e acusados de comunistas.

Quase um mês depois desse acontecimento, na comemoração do feriado religioso da Páscoa, o periódico *Diário de Pernambuco* registrou a homilia de Dom Hélder Câmara sendo ele acolitado por capelães militares, no caso os padres Roberto, João Barbalho e Joaquim Oliveira. Nesse evento, os sacerdotes celebraram para católicos civis e militares, dentre eles João Borba, do 3º Distrito Naval; Carmelo Raposo Pinto, da 2ª Zona Aérea e o

representante da Polícia Militar de Pernambuco, Antônio Alves. Em sua fala, transcrita no referido jornal, Dom Hélder Câmara destacou que tinha orado a Deus para que abençoasse as Forças Armadas, utilizando-se nesse caso a comparação dos feitos dos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial as ações dos militares realizadas para a deposição do presidente João Goulart, ocorridas no mesmo ano. Esse ato, do golpe civil-militar, foi associado à vitória sobre o comunismo, que ameaçava, segundo ele, o homem de família e a pátria (DP, 10.05.1964, p.14).

No dia posterior a publicação do artigo anterior, sobre a celebração da Páscoa junto aos militares, o mesmo jornal publicou também o texto: *Bispos vão dizer que só Igreja pode interpretar a sua própria doutrina*, revelando algumas questões como: a prisão de padres e leigos considerados subversivos por causa dos seus trabalhos sociais. As ações dos sacerdotes, pautadas em grande parte no pensamento da doutrina social da Igreja, eram utilizadas por membros do governo militar para acusar os clérigos de comunistas. Nesse sentido, 34 bispos da Igreja Católica, naquele momento, 11 de maio de 64, tinham assinado um documento que procurava conciliar o governo militar, com o fato de que só para os membros da Igreja era lícito interpretar a sua própria doutrina social (DP, 11.05.1964, p.11).

Em meio às primeiras tensões entre membros de o governo militar e da Igreja Católica no Brasil, uma temática servia de elo entre as duas instituições: o anticomunismo. Como exemplo de combate ao comunismo no decorrer do século XX, destacamos a comemoração sobre a desarticulação da intentona de 1935. Lembrando ao leitor que, no ano de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, a esquerda nacional, liderada por Luiz Carlos Prestes, vivenciou uma frustrada tentativa de levante. Esse fato, posteriormente, começou a ser comemorado como uma lembrança da força do Estado na defesa da pátria, servindo-se também como um símbolo e lembrança da ameaça que o comunismo representava ao Brasil. A importância dessa memória no combate de uma suposta ameaça comunista levou o DOPS-PE a produzir o *Prontuário Funcional n° 29781*. Esse dossiê reuniu,

entre os anos de 1935 a 1969, as informações relativas às comemorações anuais a respeito da memória do sufocamento da intentona comunista (DOPS-PE/APEJE, 1935-1969).

Em 1965, reconstruindo a memória sobre a intentona de 1935, os comandantes do IV Exército, da 2ª Zona Aérea e do 3º Distrito de Natal, juntamente com o governador do Estado e do prefeito do Recife, fizeram um convite público para duas cerimônias de caracteres cívico-religiosas. No caso dessas cerimônias, uma ocorreria às 9h no Cemitério de Santo Amaro, em homenagem àqueles que morreram combatendo o comunismo; e outra às 16h, no Clube Náutico Capibaribe. Entre líderes civis, militares e religiosos, presente nesses eventos, estava Dom Hélder Câmara.

Ao anunciar essa solenidade, o *Diário de Pernambuco* divulgou também o seguinte conceito do que seria o comunismo:

O comunismo materialista e ateu é a antítese do Cristianismo; é o desagregador da pátria, o destruidor da humanidade livre e consciente, a negação da verdade, da justiça, da liberdade e da paz; não se pode dizer SIM ao comunismo, porque ele representa um NÃO, perverso e hediondo contra todos os sentimentos humanos, cristãos e nacionais; a ideologia comunista, por si mesma, constitui um crime contra o Direito Natural que define e defende a dignidade da pessoa humana; o comunismo escraviza o homem, negando os seus direitos fundamentais e destruindo a sua liberdade; onde estão as manifestações democráticas e a liberdade de opinião dos países dominados pelo comunismo? Uma democracia não deve assegurar aos comunistas a liberdade de destruí-la; não se pode usar de complacência diante do comunismo, porque ele representa uma revolução avassaladora que não admite complacência. (DP, 26.11.1965, p.3)

Nesses termos, o comunismo era apresentado tanto como inimigo do Estado, como da Igreja e de suas concepções morais e éticas. Mesmo com boas relações entre o Estado e a Igreja, nos primeiros anos pós golpe civil-militar, existia uma suspeita em relação ao apoio do Arcebispo Dom Hélder aos militares, tendo em vista que no decorrer dos anos ele começou a

evitar participações em algumas cerimônias cívicas destinadas à apologia do governo militar.

Em 1966, por intermédio do general Antônio Carlos da Silva Muricy – comandante da 7ª Região Militar do IV Exército, sediada no Recife –, Dom Hélder Câmara foi convidado a celebrar uma missa em comemoração à tomada de poder pelos militares. Episódio que eles, militares e parte da sociedade civil, chamavam na época de “revolução de 64”, por considerar um movimento que tinha impedido o comunismo de dominar o país.⁶ Em outras ocasiões, como observamos nas próprias circulares do Arcebispo, a agenda de Dom Hélder era pensada para que o religioso não estivesse no país nessas datas comemorativas do governo militar, como forma de evitar os constrangimentos de negativas na recusa de tais convites. Mas, dessa vez, os militares, representados na pessoa do general Muricy, tinham praticamente intimado o Arcebispo a celebrar a missa do dia 31 de março de 1966.

Por classificar, em uma de suas cartas circulares, o evento de comemoração ao segundo ano da “revolução de 64” como um evento cívico e não religioso, o Arcebispo Dom Câmara não aceitou o convite feito pelas Forças Armadas. Com essa decisão, Dom Hélder tornou visível algumas fissuras tanto nas relações que pareciam de apoio mútuo entre o governo militar e o clérigo em questão, como também de seus interlocutores dentro e fora da Igreja. Esse posicionamento, segundo a escrita pessoal dele, foi incentivado em grande parte por causa da pressão de seus aliados, que pediam um posicionamento público do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife frente ao regime militar (CÂMARA, 2011a, p.218-232).

Com a negativa do Dom Câmara para tal celebração, o general Muricy rompeu relações com ele e divulgou na imprensa suas impressões sobre o posicionamento subversivo do Arcebispo, que poderia estimular o caos social e político no país. Como descreveu o historiador Kenneth Serbin, o

⁶ Como visto no capítulo anterior, militares e parte da sociedade civil acreditavam ter colocado um ponto final nos planos comunistas de dominarem o país, baseando-se nisso, a partir da retirada do presidente eleito João Goulart. O golpe político, que teve envolvimento de militares e civis, começou a ser proclamado como uma revolução nacionalista e assim defendida por eles no decorrer dos anos.

general Muricy pode ser percebido como um exemplo que personifica as várias características de uma ala militar que procurava construir colaborações entre o Estado e a Igreja. Amigo de vários eclesiásticos, o militar em questão era conhecido por ser um católico devoto. Segundo Kenneth Serbin: “... Muricy representava uma intelectualidade subcultura militar que respeitava a Igreja por motivos políticos, religiosos e patrióticos, e queria conciliar-se com ela. Era, assim, o homem mais qualificado para fazer contato com os bispos.” (SERBIN, 2001, p.21)

Depois disso, Muricy empreendeu uma campanha pública contra o Arcebispo de Pernambuco, classificando-o como subversivo e inimigo da ordem social e política. O ato de o General Muricy romper com Dom Hélder, considerando que este era um dos clérigos mais influentes do país e amigo dele de longa data, indicam-nos o grau de tensão que começa a surgir entre alguns membros da Igreja e de alas militares (Ibid. p.155-156). Outro momento que tencionou ainda mais as relações entre o Arcebispo e seus irmãos de batina *versus* representantes do governo militar foi o encontro com os Bispos do Nordeste. No caso, entre os dias 12 a 14 de julho do mesmo ano, foi realizado na casa de retiro espiritual no bairro do Beberibe, no Recife, o Encontro Regional, contando na ocasião com 15 bispos do Nordeste – correspondendo na ocasião aos representantes dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.⁷

Dentre os temas abordados nesse encontro, os eclesiásticos também se debruçaram a estudar os relatórios da Ação Católica Operária e da Ação Católica Rural, com intuito de adaptá-los ao Plano Pastoral de Conjunto brasileiro a realidade regional (DELGADO, 2014, p.112). Os documentos da ACO e da ACR, apresentavam um cenário de exploração e trabalho em condições subumanas na cidade e no campo. Ao mesmo tempo em que denunciavam a exploração dos ricos sobre os mais pobres, os membros da

⁷ Os bispos que assinaram o Manifesto foram: Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife); Dom José Maria Pires (João Pessoa); Dom Adelmo Machado (Maceió); Dom José Adelino (Garanhuns); Dom Nivaldo Monte (Natal); Dom Manuel Pereira (Campina Grande); Dom Severino Mariano (Pesqueira); Dom Augusto Carvalho (Caruaru); Dom Antonio Campelo (Petrolina); Dom Manuel Lisboa (Nazaré da Mata); Dom Francisco A. Mesquita (Afogado da Ingazeira); Dom Francisco Xavier (Floresta); Dom Acácio Alves (Palmares); Dom José Lamartine Soares (Auxiliar de Dom Hélder), por delegação de Dom Gentil Diniz Barreto (Mossoró). Cf.: DP, 19.07.1966, p.3)

Igreja se preocuparam em se colocarem enquanto representantes de uma Igreja que estava aberta a todos, patrões e operários. Ao analisar e apoiar a AC, os Bispos do Nordeste entravam em uma rota direta de colisão com o governo militar, que por meio do IV Exército, proibiu a divulgação do documento da ACO (Cf.: ÚLTIMA HORA, 27.07.1966).

Sobre esse evento, Dom Hélder Câmara desabafou o seguinte em uma de suas circulares:

O IV Exército forçou o “*Jornal do Commercio*” a receber com uma agressão insólita e descabida a nota inocentíssima que resultou do Encontro de Bispos. O jornal foi proibido de publicar a nota e forçada a agredir a Igreja... Os dois grandes jornais daqui – *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* – serão julgados com muita dureza no futuro... Acovardam-se. São uns bonecos ridículos, uns fantoches, cujos cordões um Sargento maneja... (CÂMARA, 2011b, p.76)

Esse trecho, da circular nº 118, apresenta-nos um posicionamento mais crítico de Dom Hélder tanto em relação aos militares, que atacavam os bispos, como a imprensa que se colocava como subserviente ao regime. Nesse sentido, observamos que diferente dos dois primeiros anos do golpe civil-militar, o ano de 1966 apresentava uma mudança nas relações entre religiosos e militares. Ao participar da produção do Manifesto dos Bispos, resultado dos estudos Encontro Regional do Recife, de 1966, Dom Hélder Câmara entrava mais uma vez em conflito com o governo militar (PILETTI, 2008, p.281).

Em agosto, mês seguinte ao citado evento eclesiástico, que contou com os bispos nordestinos, veio a Pernambuco para participar da entrega de casas populares construídas pela Companhia Habitação Popular (COHAB), o então general-presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Na ocasião, foi organizado um encontro entre o presidente do país, o governador de Pernambuco, Paulo Guerra, o prefeito do Recife, Augusto Lucena, e o Arcebispo Dom Hélder Câmara, no intuito de demonstrar boas relações entre o governo e a Igreja no Estado. Sobre essa reunião, o *Jornal do Brasil* noticiou que conversaram amigavelmente sobre temas

relacionados aos problemas sociais e econômicos da região Nordeste do Brasil. Segundo o periódico em questão, Dom Câmara teria comentado que o presidente o tinha convidado para conversar e debater sobre propostas relativas à construção de 13 mil casas para substituir os mocambos destruídos por enchentes do Rio Capibaribe, em decorrência das chuvas do mês de junho do mesmo ano (JORNAL DO BRASIL, 16.08.1966, p.3).

Nessa ocasião, com o intuito de diluir as tensões entre a Igreja e o Estado, o então general-presidente Castelo Branco remanejou com promoções a liderança da 7ª Região Militar do IV Exército, colocando no comando o general Rafael Souza Aguiar, que, prontamente, procurou construir alianças com Dom Hélder (O GLOBO, 14.08.1966). Escrevendo sobre a relação do novo comando do IV Exército e o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, o jornalista Murilo Marroquim destacou que as mudanças se deram no intuito de amenizar o clima, mas pouco tinha sido divulgado sobre as conversas e as decisões construídas entre o presidente e Dom Câmara. Esse cenário estava marcado tanto pela negativa de Dom Hélder Câmara de celebrar em comemoração ao golpe, em 1966, juntamente com o Manifesto dos Bispos, classificado por parte do governo como um escrito subversivo e que desafiava o governo militar e seu *status quo* (MARROQUIM, 1966, p.4).

Desse modo, como destacou o jornalista Marroquim, a escolha do general Rafael Souza Aguiar foi fator preponderante para resolver o problema, tendo em vista a defesa do então novo comandante do IV Exército em relação à atuação do religioso em questão e ao Manifesto dos Bispos, considerado por ele um documento importante para o desenvolvimento da região nordestina. Sobre o novo clima entre Dom Hélder e o general Aguiar, utilizando-se interdiscursivamente dos confrontos da Guerra Fria, Murilo Marroquim concluiu: “Como aquele entre a Casa Branca e o Kremlin, para evitar a guerra – saudemos o novo “telefone vermelho” do Recife, entre o Palácio dos Maguinhas e a sede do IV Exército.” (Ibid.)

Considerações finais

No decorrer desse texto, pudemos observar um pouco da atuação do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, no decorrer dos dois primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil. Nesse processo, analisamos como o referido clérigo procurou evitar atritos e construir alianças com representantes do governo e com órgãos do Estado em prol de projetos que teriam uma preocupação com o desenvolvimentismo socioeconômico da região Nordeste.

Enfim, no decorrer do ano de 1966 algumas tensões entre Dom Hélder e representantes do governo militar tornaram-se públicas. Nos anos que se seguiram, os embates foram ainda mais evidentes e os meios de comunicação, sob o controle da censura do Estado, relegaram a Dom Câmara um lugar de subversivo e inimigo da ordem social e política do país. Ao apresentar e analisar o percurso da personagem estudada em nossa pesquisa, entre os de 1964 a 1966, nós estabelecemos como meta contribuir com a compreensão de que a oposição ao governo militar, que marca a história de vida de Dom Hélder Câmara, não foi algo que aconteceu de imediato. Dessa forma, em nossa narrativa expomos esse antagonismo como uma construção, envolvendo um processo em que esse clérigo se deslocou do lugar social de aliado para de inimigo da ditadura militar.

Referências

- ALECAR, Francisco A. S. Duarte. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)**. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARIN, Richad. Dom Hélder Câmara: um itinerário no catolicismo brasileiro. *In.*: MONTENEGRO, Antônio T.; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (org). **Dom Helder, peregrino da utopia**: caminhos da educação e da política. Recife: A Prefeitura; Editora Universitária da UFPE, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. SP: Contexto, 2014.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara**. O profeta da paz. São Paulo: Contexto, 2008

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.53 e 180

SILVEIRA, Pelópidas. Depoimento. *In.*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe**: 1964 revistado. Recife: Ed. Massangana, 2004.

Fontes documentais

BELTRÃO, Luiz. “Que espera você de Dom Hélder?”: Recife responde enquete. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 de março de 1964. Cad. 1º - p.10

Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de abril de 1964. Cad.1 - p.8

Bispos vão dizer que só Igreja pode interpretar a sua própria doutrina. **Diário de Pernambuco**. 11 de maio de 1964. Cad. 2º - p.11

Bispos: – Aproxima-se a redenção. **Última Hora**, 27 de julho de 1966. *Apud*: Arquivo IEB-USP, Fundo / Coleção José Honório Rodrigues, Código do documento: JHR-D133-127

CÂMARA, Hélder. **Mensagem na tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife.**

Recife, 11 de abril de 1964. Arquivo do Centro de Documentação Helder Câmara (Ce-DoHC)

_____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 09/10 de Dezembro de 1965 a 30/31 de Maio de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. 2ª. Edição. Vol. III. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2011a

_____. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Maio/1º de Junho de 1966 a 26/27 de Dezembro de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2011b.

_____. **Circulares Interconciliares** – de 11/12 de Abril a 09/10 de Setembro de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009d.

Desenvolvimento. **Diário de Pernambuco.** Recife, 12 de abril de 1964. Car. 1º - p.3

Dom Hélder chegou e toma posse hoje à tarde em Olinda. **Diário de Pernambuco.** Recife, 12 de abril de 1964. Cad. 1º - p.3

Esclarecimento do arcebispo metropolitano. **Diário de Pernambuco,** Recife, 14.04.1964. p.11

Gen. Sousa Aguiar visitou D. Hélder. **O Globo,** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1966. p.1;

MARROQUIM, Murilo. O “telefone vermelho” do Recife. **Diário de Pernambuco,** Recife. 18 de setembro de 1966, 1º Cad. – p.4

Movimento Revolucionário de 1935 (1935-1969). **Prontuário Funcional nº 29781** – Inten-
tona Comunista de 1935. DOPS-PE/APEJE.

O Novo comandante do IV Exército quer paz. **O Globo,** Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1966. p.10

Páscoa dos militares celebrou vitória da revolução de março. **Diário de Pernambuco.** Recife, 10 de maio de 1964. Primeiro Caderno – p.14.

Pe. Hélder e presidente reúnem-se por uma hora no Recife. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1966, 1º Cad. – p.3

Pronto programa em memória das vítimas da intentona comunista: autoridades civis e militares dirigem convite ao povo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de novembro de 1965. Primeiro Caderno – p.3

Vida Religiosa – Aos militantes e assistentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 de julho de 1966. 2º Cad. – p.3

O Movimento de Ação Católica Rural e os trabalhadores cristãos ¹

Pedro Henrique Pachêco da Silva ²

A história republicana brasileira conheceu um dos seus períodos mais sombrios entre os anos de 1964 e 1985, quando se instaurou no país a Ditadura civil-militar. Esse período histórico, marcadamente autoritário, tornou-se objeto de uma gama de pesquisas nos diversos campos das ciências humanas. No presente artigo, situado nos estudos da ciência histórica, apresentamos um fragmento das inúmeras possibilidades de análises possíveis sobre esse contexto histórico, o que corresponde à organização dos trabalhadores rurais cristãos a partir do movimento da Ação Católica Rural (ACR).

O constante intuito de promover uma análise crítica da ciência histórica nos leva a perceber que mesmo diante de um cenário adverso, composto, particularmente, pela Ditadura civil-militar, os trabalhadores do campo ousaram se organizar e lutar por suas reivindicações. Dentro dessa perspectiva, nos deparamos com o trabalho da ACR. Nesse sentido, ao propormos um estudo sobre esse movimento, devemos levar em consideração ao menos três caminhos que se entrelaçam, os quais são fundamentais para entender sua trajetória.

¹ O presente artigo é fruto da dissertação defendida pelo autor e citada nas referências.

² Professor da Rede Municipal de Ensino de Caruaru-PE e bolsista da Capes, onde atua como Professor Tutor no curso de graduação em História, modalidade EaD, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pedropacheco@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0350008013995520>

A primeira estrada a ser percorrida diz respeito aos cenários político, econômico e social do campo. Nele, encontramos uma forte tradição de lutas e resistências dos camponeses em face da situação de miséria e exploração a que foram submetidos desde tempos coloniais. Após o golpe de 1964, as manifestações políticas dos trabalhadores foram sendo cada vez mais escassas, mas não chegaram a desaparecer. Pernambuco retrata muito bem tal contexto. Apesar das adversidades, no estado, lutas foram desencadeadas e espaços de organização surgiram ou se mantiveram de algum modo e, nesse contexto, a ACR torna-se então um exemplo prático desse legado.

Portanto a ACR é fruto, por um lado, das tradições de lutas no campo e, por outro, de uma presença cada vez mais constante da Igreja nesse cenário de embates. Esta presença se deu, principalmente, a partir da atuação nos sindicatos. Em Pernambuco, podemos destacar como parte dessa influência as ações desenvolvidas pelo Pe. Paulo Crespo, à frente do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado no ano de 1961.

Esse órgão “tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo e levar os trabalhadores rurais [...] a uma ação moderada” (ABREU E LIMA, 2005, p. 42-43). Ainda com relação à atuação do SORPE, podemos destacar que ela também englobou outra preocupação especial, a formação dos trabalhadores. Esses passavam constantemente por cursos, que dialogavam com temáticas ligadas aos problemas cotidianos da sua classe social, à construção de lideranças e à idealização do sindicato. Devemos, ainda, fazer menção aos inúmeros sindicatos que foram criados a partir de sua atuação, entre eles, o de Vitória de Santo Antão.

Após o Golpe, a atuação do SORPE foi limitada, à medida que muitos dos seus sindicatos sofreram intervenção e os rumos da Igreja em Pernambuco, e em parte do Nordeste, foram influenciados por novos posicionamentos pastorais. Um exemplo dessas novas influências pode

ser percebido através do trabalho de Dom Hélder Câmara à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) e do Regional Nordeste II³ da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

Outra iniciativa de destaque relacionada à presença da Igreja Católica no campo foi a do Pe. Melo. Ele atuou a partir do município do Cabo de Santo Agostinho, onde auxiliou trabalhadores em lutas contra usineiros e empresas situadas na localidade, entre elas, a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO). O discurso propagado por esse padre compunha-se de um forte teor conciliatório, através do qual acreditava-se que os trabalhadores conseguiriam alcançar suas conquistas, como, por exemplo, o direito ao salário mínimo, a partir do momento que os proprietários aumentassem seus lucros. Essa ideia tinha como um dos objetivos impedir que os trabalhadores radicalizassem sua luta.

Podemos ainda mencionar outra iniciativa envolvendo a Igreja Católica no meio rural, realizada a partir de uma experiência de formação e conscientização de leigos, desenvolvida na Diocese de Pesqueira, agreste de Pernambuco, desde meados 1963. Essa iniciativa foi motivada pela Juventude Rural Católica (JRC), que surgiu como um programa anual de formação humana e cristã para os jovens, por meio de equipes de base articuladas por uma coordenação nacional. Destaquemos, também, que essa ação decorreu da preocupação do bispo Dom Severino Mariano de Aguiar em acompanhar as lideranças ligadas à Igreja, na construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pesqueira, cujo responsável por sua coordenação foi o Pe. José Maria da Silva. Com a criação da ACR, esta experiência logo foi incorporada e o referido padre tornou-se animador, termo utilizado pelo movimento para indicar uma espécie de coordenador, da ACR nesta região.

O segundo percurso a ser trilhado nos leva ao processo de renovação⁴ da Igreja Católica, em âmbito nacional e internacional. Essa reformulação

³ De acordo com a divisão utilizada pela CNBB, o Regional Nordeste II compreende as dioceses localizadas nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

⁴ Em decorrência dos limites de um artigo como este, bem como do próprio foco dado, não podemos aprofundar as discussões acerca da Igreja Católica. No entanto, para um melhor entendimento, indicamos que a partir da segunda

ocorreu a partir da década de 1950. Nela, parte da instituição religiosa muda consideravelmente seu discurso e suas práticas em face das desigualdades vivenciadas pelos menos favorecidos economicamente.

Após o golpe de 64 e a chegada de Dom Hélder Câmara, a AOR torna-se um espaço de vanguarda das inovações teológicas oriundas do processo de mudança a qual a Igreja passava. Os discursos e ações do arcebispo indicavam, de uma forma geral, a corresponsabilidade entre leigos e membros da hierarquia eclesial, ou seja, idealizava-se uma igreja popular, servidora e aberta ao laicato.

Assim sendo, na AOR, o contexto de mudanças pode ser efetivamente percebido à medida que se criaram pastorais, movimentos e organismos que refletiam essa postura. Entre eles podemos destacar: o Seminário Regional Nordeste II (SERENE II), o Instituto de Teologia do Recife (ITER), a Pastoral Rural, a Comissão de Justiça e Paz, o Encontro de Irmãos, a Operação Esperança e a ACR.

Na terceira trilha a ser encarada, nos deparamos com a quebra da ordem democrática de 1964 e, conseqüentemente, com a instalação da Ditadura civil-militar. “Em decorrência à vitória dos golpistas, o Estado de exceção tratou logo de desmobilizar as esquerdas, as forças democráticas mais radicais e os trabalhadores. A partir de 64, mais de 3 mil sindicatos foram fechados.” (SERBIN, 2001, p. 89). Notadamente, o meio rural foi um dos espaços que mais sofreu com esses desmandos. “Houve intervenção na maioria dos sindicatos rurais. Em Pernambuco, apenas quatro ficaram fora da intervenção.” (ABREU E LIMA, *IN*: Clio, 2009, p. 183).

Portanto ocorre um encolhimento das lutas sociais no campo, muito embora ainda exista algum tipo atividade que possa ser encarada no âmbito da resistência político social. Em decorrência desse processo, muitas conquistas trabalhistas do pré-64 são relegadas pelos patrões,

metade do século XX, inspirados decisivamente pelo papado de João XXIII (1958-1963), da realização do concílio Vaticano II (1962-1965) e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM, realizada, em Medellín, no ano de 1968, uma parcela da Igreja Católica, que ficou conhecida como igreja progressista, adota uma postura teológica e pastoral de aproximar a instituição das camadas mais pobres da sociedade, buscando, assim, sua emancipação política, econômica e social.

ocasionando uma maior precarização na vida dos homens e mulheres pobres do campo.

Essa realidade desencadeada pela Ditadura mostra a dificuldade de se promover um processo de conscientização política e social em pleno período autoritário. Assim, atitudes de qualquer natureza que viessem a contestar o *status quo* vigente, seriam cabíveis de algum tipo de repressão. Nesse sentido, o regime de exceção se compõe como mais um grandioso obstáculo a ser ultrapassado por aqueles que militaram a partir da ACR.

Desse modo, o surgimento da ACR e toda sua trajetória estão diretamente concatenados com o contexto acima referido. A isso se soma o itinerário individual e coletivo de seus membros, em especial, do Pe. José Servat⁵. A vinda ao Brasil do padre francês, como ficou conhecido no meio rural do Nordeste, está atrelada a políticas⁶ do Estado do Vaticano, bem como sua concepção missionária que, por sua vez, o levou ao contato com Dom Hélder.

A chegada de Servat ao Brasil marca o início da ACR. Os contatos iniciais do padre francês com membros da hierarquia eclesiástica foram feitos a partir das indicações de Dom Hélder e apontam, de um lado, para a busca pelo conhecimento de experiências e indivíduos envolvidos com a presença da Igreja nas lutas de trabalhadores rurais; e, do outro, para a possibilidade de atrair leigos e membros da hierarquia eclesiástica para o trabalho a ser realizado pela ACR. Notadamente, o SERENE II, seus padres e seminaristas são procurados. Contudo o arcebispo não interferia nos rumos da atuação do movimento. A única exigência seria que ele fosse informado das atividades, pois assim poderia assumir a responsabilidade de eventuais erros e problemas.

Essa atitude de Dom Hélder se insere na visão de que a Igreja e alguns bispos exerceram durante a Ditadura civil-militar um papel de escudo, ou

⁵ Nascido em Pamiers, França, em 1922. Ordenou-se padre em 1947. No Brasil, foi fundador e assistente da Ação Católica Rural, bem como compôs a equipe do Seminário Regional Nordeste II (SERENE II) e do Instituto de Teologia do Recife (ITER).

⁶ Nas décadas de 1950 e 1960, África e América Latina viviam uma grave de crise de vocações. Pio XII e João XXIII, então, fazem um apelo para que padres fossem enviados para tais localidades. Assim, desembarcam no Brasil inúmeros sacerdotes, entre eles, Pe. Servat.

seja, “que vários movimentos sociais em defesa dos direitos humanos ou de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais encontraram abrigo sob o guarda-sol protetor da Igreja.” (LÖWY, 2000, p. 144-145). Nesse sentido, o próprio Pe. Servat afirma que “o arcebispo de Olinda e Recife apoiava esse trabalho pastoral e ficava como ponto de segurança”. (SERVAT, 2000, p. 16).

Assim, o movimento da ACR estruturou-se a partir da AOR, onde funcionou sua sede, que na maior parte do tempo localizou-se na Rua do Giriquiti, no bairro da Boa Vista, na cidade de Recife. Nessa arquidiocese também foram realizados os principais eventos da ACR, tais como: encontros de leigos e padres e assembleias nacionais e regionais.

O trabalho desenvolvido pela ACR em muito foi favorecido e influenciado pelo apoio e estrutura dados pela AOR e por seu bispo. O contexto histórico dessa arquidiocese, que em parte foi marcado por inovações teológicas, por posicionamentos em favor dos menos favorecidos economicamente e perseguidos pela Ditadura, foi também assumido pelo movimento. Portanto, pensar a ACR sem essa intrínseca ligação com a AOR seria um equívoco, pois, apesar da expansão por outros estados brasileiros, o seu porto seguro se localizava no Recife.

A atuação da ACR, entretanto, não se restringiu às zonas rurais da AOR, mas se expandiu e alcançou todas as regiões geográficas do Estado de Pernambuco, assim como chegou a se firmar em mais 10 estados brasileiros, de Minas Gerais até o Pará, passando por todo o Nordeste. Por um lado, em muitas dessas localidades, os bispos e padres estimularam o trabalho do movimento; por outro, havia os que não apoiavam, ocasionando a formação de mais um obstáculo ao trabalho a ser desenvolvido pela ACR.

Naturalmente, por ser um movimento e não uma pastoral, a ACR poderia se fazer presente em regiões onde os representantes da hierarquia católica não a vissem com bons olhos. Nesses casos, bastavam alguns leigos dispostos a participar do trabalho a ser desenvolvido.

Nesse sentido, é perceptível que existiu uma oposição dentro da própria instituição religiosa a atuação da ACR. Esse fato causou problemas ao

cotidiano do movimento, à medida que bispos e padres não ofereciam espaços para reuniões, dificultavam a participação dos leigos e se queixavam das atividades de Servat a Dom Hélder.

Como a ACR foi um movimento ligado à CNBB Regional Nordeste II e com inscrição e reconhecimento do Conselho Nacional dos Leigos (CNL), como movimento de evangelização, ela não dependia da política pastoral das dioceses e dos seus respectivos bispos para manter o seu trabalho.

Em que pese tal contexto, o surgimento da ACR ocorre em 1965, sendo noticiado pelo jornal *Grito no Nordeste*⁷:

Fim de Maio de 1965 chega ao Nordeste (Recife) o Pe. José Servat convidado para cooperar na formação de um laicato adulto nas zonas rurais desta região brasileira.

Junho e Julho contatos com vigários de paróquias rurais. Primeiros esboços da futura A.C.R. (Ação Católica Rural) em Jaboatão, Moreno, Vitória, Cabo. O padre começa com os mais pobres: os camponeses dos engenhos já sofrendo da terrível crise açucareira. (GRITO DO NORDESTE, Ano I, nº 1: Jan/Mar 1967, p. 14)

Nesse trecho da primeira publicação do *Grito*, no primeiro trimestre de 1967, observa-se que o trabalho foi iniciado a partir dos municípios de Jaboatão do Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho. Essas cidades apresentavam um recente passado de lutas dos trabalhadores rurais, inclusive com uma forte presença da Igreja. Esse fato decorre, principalmente, das atuações dos padres Melo e Crespo. Notamos, também, que os trabalhadores da indústria açucareira são considerados inicialmente o público alvo do movimento.

No entanto, nos surge um questionamento importante: por que Dom Hélder, ao assumir a AOR, logo após o Golpe de 64, não incentivou, por exemplo, o trabalho do SORPE? Por que foi idealizado e incentivado o movimento da ACR? As respostas para essas perguntas podem ser

⁷ Periódico publicado, geralmente, de forma trimestral pela ACR a partir de janeiro de 1967. Atualmente, encontra-se sob a guarda do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC), da Universidade Federal de Pernambuco.

apresentadas à medida que visualizamos as diferenças nas ideais e no trabalho cotidiano desses organismos.

Em contrapartida às experiências anteriores da Igreja no meio rural, a ACR defendia uma ideia de libertação política, econômica e social a partir do discurso religioso, enfatizando-se o reconhecimento e a superação, por meio de uma prática coletiva, das situações de opressão material e espiritual. Para Servat, “o movimento quis afirma-se como *movimento de trabalhadores rurais* e como *movimento de evangelização*, nascido da Igreja e fiel à missão de libertação integral das pessoas e dos grupos.” (SERVAT, 2000, p.23)

No *Grito no Nordeste*, podemos observar a visão de um trabalhador rural cristão acerca do movimento de ACR

TESTEMUNHOS DOS LEIGOS:

João Costa – “Particpei de uma reunião com o Padre SERVAT que, como todos, veio com a preocupação dos agricultores de Pesqueira. Ter terra para trabalhar.” – Esse Padre vai dar terra – pensei. E dentro de 4 ou 5 reuniões fiquei neste sentido. Mas pouco a pouco descobri que estas reuniões da ACR não resolveram diretamente o problema da terra. Mas estas reuniões me mudaram. Trouxeram para mim uma maneira de ver as coisas, o Espírito do Evangelho. Antes era cristão obedecendo aos padres dentro da “Igreja de burro”. O padre pra mim era dono da Igreja, mandava, era sabido, fazia a verdade; tinha medo desse ser misterioso. [...]

Eu me transformei sobre a humanidade, sobre a justiça, sobre a fraternidade. - O que é a ACR? – Eu sei que é a Igreja viva caminhando no campo.⁸ (GRITO NO NORDESTE, Ano I, nº IV: Set/Dez 1967, p. 4)

No depoimento de João Costa, trabalhador rural da região de Pesqueira, observamos como o trabalho, às vezes insistente, da ACR mudou sua visão da instituição religiosa, dos padres e, conseqüentemente, do evangelho, assim como sua ótica acerca da humanidade, da justiça e da fraternidade. Essas transformações simbolizam uma nova maneira de a Igreja atuar no meio rural. Outro fato relevante diz respeito à concentração

⁸ O grifo dado nesta citação do Jornal Grito no Nordeste, bem como nas outras do decorrer deste artigo, são originais das fontes pesquisadas.

da posse da terra. Essa concentração indica que há um monopólio da terra por parte de grandes proprietários e que, conseqüentemente, os trabalhadores não seriam os proprietários dos locais onde exerciam sua profissão.

Para o Pe. João Francisco da Silva⁹, conhecido no movimento por padre Joãozinho

A ACR tinha esse trabalho de fazer com que os camponeses, eles próprios, tomassem consciência da realidade, e eles próprios assumissem a sua responsabilidade, e inclusive enfrentar as dificuldades que tivesse, qualquer tipo de dificuldade. Então a ACR tinha esse sentido de fazer a Igreja sair da sacristia... seu santo: São José, seu Santo Antônio, não! Vamos continuar fazendo a reza dos santos, mas nós temos que fazer a vida acontecer... (Informação verbal)¹⁰

O depoimento do padre Joãozinho mostra uma similaridade com o discurso de João Costa. Expressões como “*Igreja de burro*” e “*tirar a Igreja da sacristia*”, permiti-nos perceber uma prática teológica condizente com as mudanças existentes na instituição eclesiástica, em curso naquele momento histórico. Assim como a fomentação de um novo modelo de militante cristão.

Portanto, a ACR, na ótica dos seus membros, seria um movimento nascido das respostas dos cristãos às especificidades do mundo rural. O papel a ser desempenhado por um militante desse movimento, assumindo as responsabilidades em um mundo em transformação, foi objeto de discussão interna da ACR, bem como do *Jornal Grito no Nordeste*. Parte do artigo que reproduzimos abaixo, intitulado *O militante*, retrata esse debate.

O MILITANTE

Quando falamos em militante, vem-nos logo a ideia de ação, de serviço a uma causa. O militante só realizará sua missão se tiver uma fé viva. O militante

⁹ João Francisco da Silva, nascido no município de Timbaúba, Pernambuco. Trabalhador rural até a década de 1960. Ordenou-se padre e membro da Igreja Síria e posteriormente tornou-se dirigente da ACR.

¹⁰ Depoimento concedido ao autor, no dia 08 de abril de 2011, na cidade do Recife-PE.

cristão é alguém possuído da ideia de renovação, de transformação do mundo [...]

Convidado a trabalhar no meio onde vive, ele procurará despertar as pessoas para um trabalho dentro do seu meio, levando-as, através da “ação” a dialogarem com seus semelhantes [...]

Geralmente a militância resulta de um comprometimento com um grupo que por sua vez procura engajar-se num trabalho com o meio. Este trabalho implica portanto, em disponibilidade, generosidade e amor a um ideal, que se abraça e procura servir integralmente.

A Ação Católica Rural, de sua parte, quer despertar, anunciar e sustentar estes militantes cristãos, que serão “testemunhos do Evangelho” em plena vida de hoje, para a construção de um mundo melhor.

O militante da A.C.R. será então, autêntico cristão, testemunha de Cristo pela caridade. (GRITO NO NORDESTE. Ano II, nº VIII: Out/Dez 1968, p. 14)

Esse artigo foi assinado por Elvira Paes, militante leiga da cidade de Alagoinha, agreste de Pernambuco. Dona Elvira, ou *Mãe da ACR*, como carinhosamente ficou conhecida, foi uma das principais lideranças femininas no movimento. Sua atuação marcou o trabalho da ACR nas regiões do agreste e sertão pernambucano, tendo maior destaque na “descoberta” e formação de jovens quadros políticos. Como exemplo de sua atuação, podemos mencionar o reconhecimento de uma das mais eminentes lideranças camponesas, Manoel Santos ou Mané de Serra.

Falecido no ano de 2015, Manoel Santos foi militante da ACR entre os anos de 1973 e 1978. Nesse período, ela assumiu diversos cargos nos órgãos de classe dos trabalhadores rurais, tais como: presidente do STR de Serra Talhada, a partir de 1981; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), entre 1993 e 1998; e de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre 1998 e 2009. Foi fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), através do qual se elegeu duas vezes deputado estadual.

Retomando a discussão do artigo de Dona Elvira, no qual ela indica como deveria agir esse militante cristão e da ACR, vemos que suas palavras apontam para um comprometimento com a renovação do mundo, da

Igreja e dos cristãos. A fé cristã, vivida intensamente no meio rural, tornar-se-ia objeto de ação, em busca de um despertar individual e coletivo das pessoas. Os termos “*renovação do mundo*” e “*despertar*”, foram comumente utilizados na trajetória do movimento como meio de objetivar suas ações.

Por sua vez, o Pe. Joãozinho afirma que:

O objetivo da ACR, pelo que eu entendo, era o seguinte: fazer com os camponeses – as pessoas do meio rural – entre eles mesmos, se conscientizassem, certo? Se conscientizassem da realidade que eles poderiam conseguir mudar a vida, melhorar a vida... (Informação verbal)¹¹

Os discursos de Dona Elvira e Pe. Joãozinho estão alinhados e, por sua vez, nos fornecem alguns elementos para reflexão, entre eles: Que tipo de conscientização seria essa proposta pela ACR? Como se daria tal processo? De acordo a proposta dessa ação, o termo “conscientizar” estaria ligado ao reconhecimento e entendimento dos problemas diários enfrentados nas casas, nas famílias e no trabalho. Tendo a percepção de que não são casos isolados, mas, sim, coletivos, notar-se-ia que os infortúnios são comuns e, mais ainda, que as causas têm a mesma origem. Em um plano mais geral, as adversidades orbitavam em torno da fome, da miséria, da ausência da posse da terra, do desemprego, do salário etc.

Assim, o trabalho realizado pela ACR corresponderia ao nascimento ou crescimento de uma consciência de classe, como conceituou o historiador inglês Thompson, caracterizada pela compreensão de uma identidade de interesses comuns entre os trabalhadores, enfatizando-se as tradições, os valores e os hábitos, atrelados a uma posição econômica em face dos meios de produção, bem como dos embates decorrentes destes.

O objetivo da ACR seria, portanto, desenvolver no trabalhador rural a responsabilidade do pensamento e da organização do seu movimento, deixando o trabalhador se expressar, assumir e tomar as iniciativas, mesmo que estas não fossem as mesmas pensadas pelos dirigentes do

¹¹ Depoimento concedido ao autor anteriormente citado.

movimento. Dessa forma, os trabalhadores deveriam refletir sobre seu cotidiano e, posteriormente, assumir a responsabilidade de lutar por suas necessidades. Como exemplo desse processo, alguns militantes da ACR passam a disputar eleições nos sindicatos de trabalhadores rurais, entre eles, Manoel Santos. No STR de Serra Talhada, cidade do sertão pernambucano, Manoel foi eleito primeiro suplente e, posteriormente, no ano de 1979, assumiu o cargo de tesoureiro. Tal fato ocorreu após o assassinato do presidente do sindicato, Raimundo Félix, em decorrência dos embates travados entre trabalhadores e fazendeiros da região.

De fato, o método de atuação da ACR seria estabelecido a partir da leitura da realidade vivida pelos trabalhadores e da formação e desenvolvimento de lideranças leigas. Vale ressaltar que em cada região de Pernambuco havia especificidades. Portanto o contexto sociopolítico podia sofrer algumas alterações. Naturalmente, esse cenário era encarado à luz da fé cristã, ou seja, procuravam-se encontrar exemplos e parábolas bíblicas que pudessem se assemelhar aos problemas diários vividos pelos homens e mulheres do campo. Na mensagem de Natal tradicionalmente publicada nas edições do *Grito*, encontramos, em 1967, um artigo de Serwat que reflete essa postura.

Sempre é a mesma coisa... nos sítios e nos engenhos se fala de fome, desemprego, salários injustos, falta de terra para trabalhar, falta de escola para desenvolverem-se jovens e adultos.

Severino reconhece que se paga mais frequentemente o salário mínimo, mas as tarefas impostas aumentaram ao ponto de não poder ganhá-lo num dia. Muito se falou, em discursos, sobre reformas agrárias e outras... mas encontram-se as mesmas choupanas, as mesmas barrigas inchadas de multidões de meninos famintos, o mesmo medo que paralisa as boas vontades em frente das estruturas que oprimem. [...]

No primeiro Natal, Jesus Cristo filho de Deus feito homem apareceu num semelhante. Aceitou nascer, viver, trabalhar como os pobres da época na Terra da Palestina ocupada pelos romanos. Fez-se totalmente um de nós, revestiu-se de toda a realidade humana que conhecemos.

Mas não entrou para aceitar as coisas como a encontrou, para ficar parado. Ao contrário, se situou como fermento, como luz do mundo, como REDENTOR, libertador de todos os homens e do homem todo = Corpo e Alma. [...]

Não pode existir paz para os homens de boa vontade se não se faz justiça. (GRITO NO NORDESTE. Ano I, nº IV: Set/Dez 1967, p. 1-2)

Em outro artigo publicado também no *Grito*, agora por ocasião da Páscoa, visualizamos a mesma perspectiva. O título do artigo se chama *Morrer e Ressuscitar* e refere-se ao fim da Quaresma. Nele, esse período tão tradicional do calendário cristão é atrelado à vida cotidiana dos trabalhadores rurais.

MORRER E RESSUSCITAR

Cair no chão, morrer, ser destruído, tal é a regra da vida? O tempo da Quaresma, de Paixão, da Semana Santa que vamos viver nos lembram essas situações de morte, de destruição que existem no mundo. Devemos tomar consciência delas, assumi-las, com Cristo que sofreu e morreu.

Continuam entre nós, nos homens passivos, conformados “como mortos”, nas pessoas crucificadas pela doença, a injustiça, a ignorância, o pecado do mundo de hoje. Continuam a paixão de Jesus esses homens do povo que não podem ser “gente” de verdade, essas mulheres humilhadas, esses jovens sem preparação para o futuro “cassando” o pão dum lado a outro do Brasil. (GRITO NO NORDESTE. Ano VIII, nº XXIX: Jan/Mar 1974, p. 2)

Nos dois artigos, observamos que os problemas cotidianos dos trabalhadores rurais eram refletidos a partir de uma leitura religiosa simplificada e traduzida para a realidade vivenciada no campo. Esse fato tornar-se-ia necessário para o melhor entendimento dos trabalhadores, bem como para identificação e introspecção do passado bíblico, como elemento de estímulo à reflexão e à luta por justiça na atualidade, também por ser a religião um ponto de interseção entre homens e mulheres.

Ademais, deve-se ressaltar que esse tipo de análise não se restringiu ao *Grito*, mas se estruturou por meio da base, ou seja, pelos contatos travados com os trabalhadores em seu espaço de vida. O *Grito* foi a reprodução material das ideias e ações mais gerais desempenhadas pela ACR no seu cotidiano.

Portanto, diante de um período marcado pelo autoritarismo e por perseguições, característicos de uma ditadura, como realizar o trabalho de base? Como agir para dialogar com os trabalhadores nos engenhos, nos sítios e nas fazendas? Como convencê-los da importância de se organizar e lutar por seus direitos?

Em seu depoimento, padre Joãozinho relata uma das táticas utilizadas pelo movimento, quando afirma que:

Imagina padre Servat pegar dois matuto[s] aqui – João Rufino¹² e Nascimento¹³ – botar dentro de um fusca e ia para o interior da Bahia fazer reunião com quatro ou cinco camponeses lá, e dava tudo certo. [...] Aí durante o dia ele ia trabalhar com o pessoal no roçado [...] aí disseram: “Olha, vai ter reunião hoje de noite com o padre. Aquele padre que fica andando pelo mato com o pessoal”. Para eles era uma coisa de louco, um padre ir para o mato, trabalhar com a enxada. De noite o pessoal ia e a casa enchia de gente... (Informação verbal)¹⁴

Essa tática de contato da ACR em muito foi favorecida pela presença e apoio de vigários e lideranças camponesas, em determinadas regiões de Pernambuco e do Nordeste, muito embora algumas paróquias e dioceses e seus respectivos responsáveis tenham se oposto a esse tipo de atuação promovido pelo movimento, como mencionamos anteriormente. Deve-se destacar também a disposição, o comprometimento e a coragem desses membros das equipes de animação, no caso específico relatado: João Rufino e Nascimento, que se deslocavam por longas e exaustivas distâncias, a fim de promover reuniões e encontros. Eles deixavam a família e a labuta de lado, em favor de um trabalho de conscientização dos seus pares. Entretanto, ao se afastarem de seu labor cotidiano, os membros das equipes de animação recebiam o valor financeiro das diárias equivalentes aos dias que estavam trabalhando para o movimento. Tal procedimento ocorria, de

¹² Trabalhador rural da cidade de Carpina, Pernambuco. Foi coordenador do movimento na sua região e um membro de destaque do movimento.

¹³ Não foi possível identificá-lo ao longo da pesquisa.

¹⁴ Depoimento anteriormente citado.

fato, porque os trabalhadores possuíam pequenos sítios de onde tiravam o seu sustento. Seria improvável, por exemplo, encontrar um trabalhador do setor da cana-de-açúcar envolvido nessas atividades.

Ainda com relação aos encontros travados no campo, podemos mencionar a importância da absorção de lideranças camponesas no trabalho diário da ACR. Essa iniciativa tornou-se bastante proveitosa, pois favoreceu em muitos pontos a atuação do movimento. No primeiro instante, esse benefício ocorreu através do conhecimento da região, tanto do ponto de vista geográfico como do histórico de lutas. No segundo momento, se deu por meio das ligações já existentes com os trabalhadores. Por último, podemos citar a confiança depositada pelos trabalhadores nessas lideranças. Dessa forma, o movimento atuou diretamente junto à classe de trabalhadores rurais.

Esses trabalhadores foram os responsáveis diretos pela expansão e penetração da ACR no meio Rural pernambucano e nordestino. Independente do apoio e incentivo dados pela Igreja institucional das localidades, os trabalhadores acolheram e deram vida ao movimento.

Toda a estrutura interna da ACR foi pensada e articulada a partir do trabalho de base. As equipes de animação formadas em grande parte por trabalhadores foram o maior exemplo dessa perspectiva de trabalho. No relatório da Assembleia Geral do movimento, de 1973, realizada no Seminário de Olinda, entre os dias 28 de outubro a 04 de novembro, o trabalho de base é instrumento de reflexão.

Como se faz o trabalho de base? [...]

Encontra-se com as pessoas onde é possível, (casas, lugares de trabalho, nas calçadas, nas feiras, conversando sobre seus problemas, em tudo o que a vida cotidiana). É a maneira fácil de encontrar pessoas. Tem sempre lugares de encontros naturais que devemos valorizar.

A conversa que nasce nesses contatos sobre as situações, os problemas da vida. Depois do bate-papo, levantam-se as perguntas mais sérias: Por que tal situação? O que Deus pensa? O que se pode fazer? Assim, aparecem os problemas comuns de necessidades, as necessidades do meio.

É a única maneira de fazer em muitos lugares, como em algumas regiões da cana de açúcar, onde há perseguição contra o camponês consciente que quer fazer reuniões. (RELATÓRIO ASSEMBLEIA GERAL. 1973, p. 3)

No trecho desse relatório, aponta-se desde os locais onde deveria ocorrer a atuação, bem como o procedimento a ser adotado. Também se apresenta uma dificuldade de atuação junto aos trabalhadores residentes na região da cana de açúcar. Esse contexto foi permeado por perseguição e repressão, desencadeadas pelos proprietários de terra e pelos aparatos estatais, às atividades que promovessem a conscientização e a organização dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, as pequenas e curtas reuniões, realizadas a partir de encontros naturais, serviam para driblar os aparelhos repressivos e podem ser encaradas como de grande valia para o movimento, pois a partir delas havia a troca de experiências sobre suas realidades, assim como poderia se organizar outro tipo de atividade.

Ainda no universo desses locais de encontros, Pe. Joãozinho nos revela uma tática bastante utilizada pelo movimento para se promoverem reuniões com trabalhadores e burlar a repressão. Essa tática se alicerçou em um elemento bastante comum no interior pernambucano, a reza do terço. Vejamos:

A gente não podia ir na casa do trabalhador visitar, porque a repressão ia saber quem eram aquelas pessoas. Foi fazer o que? Aí a religião era a única porta que podia entrar. Então [...] ia rezar o terço com o pessoal e tal, como maneira de entrar em contato, porque a repressão era muito forte. As mulheres ficavam rezando o terço, enquanto os homens iam se reunindo fora [da] casa para conversar sobre os problemas. (Informação verbal)¹⁵

No depoimento do Pe. Joãozinho, observamos que a reza do terço, atividade religiosa popular muito comum nas zonas rurais de Pernambuco, foi utilizada como instrumento para aglutinar e promover reuniões com camponeses. Essa tática mostrou-se viável, afinal permitia um

¹⁵ Depoimento anteriormente citado.

contato mais próximo e direto entre os trabalhadores, sem a interferência do patrão ou da polícia.

Característica também importante desses encontros são os espaços destinados aos homens e mulheres. Elas ficavam responsáveis pela reza do terço, enquanto eles se deslocavam para discutir os problemas de cunho social, político e econômico que afligiam as famílias camponesas. Essa lógica reflete os alicerces de uma sociedade patriarcal, que se estruturou também no meio rural brasileiro, muito embora tenhamos percebido uma preocupação, por parte do movimento de ACR, que nas equipes centrais¹⁶ fossem garantidas uma razoável participação de mulheres. A primeira equipe central, por exemplo, foi composta por nove pessoas, sendo cinco mulheres; a segunda teve quatro; e a terceira, também.

Ainda na lógica desses encontros e reuniões, vale destacar que eles ocorriam comumente entre trabalhadores e animadores do movimento, que na sua maioria eram também trabalhadores rurais. Notadamente, a presença de padres e leigos mais esclarecidos, do ponto de vista da formação educacional, não seria uma regra, embora em muitas ocasiões eles se fizessem presentes. Essa tática de se reunir somente com trabalhadores poderia deixá-los mais à vontade para discutir, expressar suas angústias, alívios, tristezas, alegrias etc. Afinal, todos eram trabalhadores e sofriam com os mesmos problemas.

Nos encontros que se realizavam com a presença de Servat, a linha de trabalho continuava a ser a mesma. Os trabalhadores rurais deveriam se expressar, sem que o padre ou qualquer outro membro da equipe, que o acompanhava, interferisse. Para tanto, o padre francês utilizou-se da prerrogativa, no início do trabalho e nos locais que ele ainda não era conhecido, de não falar bem o idioma português e nem conhecer a realidade brasileira. Tal atitude serviria como estímulo para os trabalhadores relatarem sua realidade. Além do mais, os mesmos se sentiam prestigiados, pois a Igreja e um padre advindo de outro país estavam em suas casas, em suas comunidades, para lhes darem ouvidos.

¹⁶ Espécie de colegiado diretivo do movimento.

Em reuniões e encontros realizados com os trabalhadores em suas comunidades, o método utilizado para reflexão da realidade cotidiana foi o Ver, julgar e Agir¹⁷. Essa metodologia ocupou todas as esferas da ACR e teve papel de aproximar a realidade dos trabalhadores ao evangelho. No movimento, esse método foi utilizado desde o início de sua trajetória, embora não se tenha apresentado, junto aos trabalhadores, uma discussão ampla acerca de sua história, prerrogativas e ligações no universo católico hierárquico.

Por fim, a atuação da ACR ocorreu em um período histórico de retração das organizações e lutas dos trabalhadores. Nesse quadro, pode-se considerar que o trabalho do movimento, de conscientização e tentativa de levar seus militantes a atuar em todos ambientes onde existisse exploração e injustiças, seja a partir dos sindicatos e/ou comunidades, assumindo os rumos das suas organizações e lutas classistas, contribuiu de alguma forma a fortalecer o movimento dos trabalhadores rurais nessa fase.

Após o Golpe de 64 e das intervenções e fechamentos de sindicatos e organizações classistas, os sindicatos mais comprometidos com seus associados procuravam dar uma assistência jurídica e entrar com causas trabalhistas na Justiça. Algumas vezes isso funcionava a contento; outras, como foi o caso de Matapiruna¹⁸, resultou em violência contra os trabalhadores. No agreste e no sertão pernambucano, os sindicatos atuavam mais como repartições públicas, para atender ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)¹⁹ e dar assistência médica aos associados. De

¹⁷ Método de análise conjuntural, criado na Bélgica, no início do século XX, pelo então padre Joseph Cardijn, para atender necessidades de trabalho pastoral junto aos operários. Na América Latina, essa metodologia foi inserida pela Ação Católica, ainda na década de 1950. Posteriormente, a Teologia da Libertação a incorporou, acrescentando as ciências sociais como elemento de análise, e a usou como instrumento essencial na sua trajetória.

¹⁸ Ocorrido em 1972, no Engenho Matapiruna, cidade de Escada, zona da mata sul de Pernambuco. Esse episódio envolveu 72 trabalhadores que reclamavam férias, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, entre outros direitos e tiveram a causa ganha na justiça. Todavia o dono do engenho se recusou a pagar e, ainda, com apoio de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), promoveram o massacre, quando, metralharam os trabalhadores que foram questionar, na sede do engenho, o não pagamento dos salários. Dos três líderes, que por sinal eram irmãos, um foi morto; outro, preso; e o terceiro, ferido, conseguiu se evadir do local.

¹⁹ Criado no ano de 1971, o FUNRURAL é um fundo voltado para a contribuição social do trabalhador rural, visando sua aposentadoria.

qualquer modo, os trabalhadores que se associavam conseguiam sair, um pouco, da total dependência ao patrão.

Lutas mais significativas feitas pelos pequenos proprietários e trabalhadores em geral só vão surgir no final dos anos 1970. Nesse instante, o movimento da ACR passa por um esvaziamento, pois muitos de seus quadros adentram em outras experiências de lutas políticas e sociais. As tarefas assumidas nos órgãos de classe e a criação do PT, por exemplo, podem ser apontadas como uma das causas desse processo.

Sendo assim, a atuação da ACR, apesar dos seus limites, pôde, de alguma forma, contribuir para a manutenção das lutas dos trabalhadores rurais em um período de exceção, bem como para os novos desafios a serem encarados a partir do processo de abertura política e, conseqüentemente, redemocratização.

Referências:

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Universitária/UFPE, 2005.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, Pernambuco em 1968. In: **CLIO**: Revista de pesquisa histórica. Recife: Universitária/UFPE, 2009.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SERBIN, Kenneth P.. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

SERVAT, Pe. José. **Um Grito no Nordeste**: a experiência da A.C.R. no Brasil, 1965 a 1986. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2000.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da Silva. **Ação Católica Rural**: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979). 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990). Recife: Universitária/UFPE, 2006.

THOMPSON, E. P.. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes:

Documentais - Acervo do Movimento da Ação Católica Rural

Jornal Grito no Nordeste

Ano I, nº I, 1967

Ano I, nº IV, 1967

Ano II, nº VIII, 1968

Ano VIII, nº XXIX – 1974

Relatório da Assembleia Geral de 1973

Orais – Entrevista

João Francisco da Silva. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2011, na cidade do Recife-PE.

O Movimento Hare Krishna em Pernambuco (1973-1984)

*Leon Adan Gutierrez de Carvalho*¹

1. Introdução

As religiões constituem um campo fértil para a compreensão das sociedades. Através delas, muitas das aspirações e formas de organização humana podem ser compreendidas. Como fenômenos que são partes integrantes de uma dada cultura e sociedade elas nos dizem muito sobre as “ações dos homens no tempo” (BLOCH, 2002):

Assim como podemos compreender uma sociedade estudando os aspectos políticos, sociais e econômicos da mesma, também podemos aprender muito observando seus aspectos culturais e religiosos. E esses dois elementos estão intimamente ligados. Entender uma religião é também perceber como ela se deu em um dado espaço e tempo, quais as suas crenças e práticas (para além das doutrinas e normas institucionais), que representações ela produziu e foram produzidas sobre ela. Dessa forma, tomaremos esse estudo na perspectiva da história cultural:

O estudo da religião a partir da história cultural nos permite compreender como a religião pode ser um elemento importante na análise de vários grupos sociais a partir de suas formas de sociabilidade, de contato com a alteridade e de como esses grupos se apropriam de uma realidade que é social (ANDRADE, 2013, p. 12)

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Autor do livro *Hare Krishna: das origens do movimento à chegada e expansão no Brasil* (Terceira Via, 2018). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4158463168016940>

No presente capítulo iremos analisar como um movimento religioso de base teológica indiana se desenvolveu em Pernambuco, entre 1973 e 1984, período em que o Brasil vivia sob regime da Ditadura Militar. O Hare Krishna é um movimento de pequena expressão no vasto campo religioso brasileiro. No entanto, teria sido a face mais visível das religiões orientais exportadas para o Ocidente durante os anos 1960 e 1970 e muito teria contribuído para definir as representações populares sobre o hinduísmo naquele período (BRYANT; EKSTRAND, 2004, p. 1). Segundo Silas Guerriero (2001, p. 54), a *International Society for Krishna Consciousness* (ISKCON), responsável por difundir o movimento no Ocidente, seria “a mais sólida e estruturalmente organizada instituição religiosa oriental não vinculada a grupos étnicos no Brasil”.

No Recife, o movimento Hare Krishna obteve um relativo sucesso entre os anos 1970 e 1980 e, em meados dessa última década, fundou uma comunidade rural que serviria de sede da ISKCON para as regiões Norte e Nordeste em Caruaru. Dessa forma, iremos traçar adiante os caminhos percorridos pelo Hare Krishna em Pernambuco e as possíveis interações com a sociedade pernambucana no período compreendido entre 1973 e 1984. Na sequência, procuramos observar de que maneiras os religiosos interagem com as pessoas nas ruas do Recife nesse período, analisando textos jornalísticos da época.

2. Hare Krishna em Pernambuco (1973-1984)

O movimento Hare Krishna chegou ao Brasil através de meia dúzia de estadunidenses vindos em 1973. A esta altura, a ISKCON já era uma instituição religiosa presente nos principais centros urbanos do mundo contando com templos, centros de pregação comunidades rurais, restaurantes vegetarianos e alguns milhares de seguidores. Tendo sido fundada em Nova Iorque no ano de 1966 pelo guru indiano Bhaktivedanta Swami

Prabhupada (1896-1977), a ISKCON teve um relativo sucesso entre a juventude mundial nos anos 1970.

O Hare Krishna tem sua teologia baseada na tradição do vaishnavismo *gaudiya*, um dos ramos do hinduísmo surgido no século XVI, na Bengala (VALERA, 2015). Os *vaishnava gaudiya* na Índia eram seguidores de Chaitanya (1486-1534), um reformador do vaishnavismo que estabeleceu uma doutrina baseada no canto de mantras² em glorificação à divindade Krishna como meio para obtenção da perfeição espiritual. Essa prática ficou conhecida como *sankirtana* (“cantar/glorificar juntos”) e é executada pelos *vaishnava* tanto de maneira introspectiva quanto de maneira celebrativa, acompanhado de instrumentos musicais e dança. O mantra Hare Krishna³ (tido por eles como o “maior dos mantras”) é especialmente enfatizado. Quando os primeiros seguidores de Prabhupada começaram a cantar publicamente nos parques nova-iorquinos, logo, esse fenômeno passou a ser chamado de movimento Hare Krishna.

Além do cantar de mantras, os membros da ISKCON herdaram da tradição *gaudiya* a literatura religiosa, alguns princípios éticos⁴ e aspectos estéticos como as roupas (compostas de longos tecidos enrolados ao corpo), o hábito de desenhar símbolos sagrados no corpo, utilizar colares feitos com a planta sagrada Tulasi e raspar a cabeça deixando apenas um tufo de cabelo na nuca (para os homens). Essas características tornaram os Hare Krishna facilmente identificáveis e até os dias de hoje, pode-se perceber sua presença na multidão que se movimenta nas cidades, cantando ou vendendo livros e incensos aos transeuntes.

Essa é, aliás, outra prática muito comum aos devotos de Krishna. Vender incensos ou distribuir literatura religiosa (com pedido de doações em dinheiro) é um meio de difundir as pregações do fundador do movimento, Prabhupada, além de também arrecadar fundos para manutenção

² Hinos sagrados recitados ou cantados repetidamente.

³ “Hare Krishna, Hare Krishna, Krishna Krishna, Hare Hare / Hare Rama, Hare Rama, Rama Rama, Hare Hare”.

⁴ Adotar dieta lacto-vegetariana, não consumir substâncias intoxicantes, não jogar jogos de azar e não praticar o “sexo ilícito” - entendido como sexo fora do casamento e que não visa a concepção de filhos.

dos seus monges e templos. Essa prática também é chamada de *sankirtana* e os distribuidores de livros são chamados pelos devotos de “sankirtaneiros”.

A história do movimento Hare Krishna em Pernambuco atravessou fases distintas. Entre 1973 e 1974 se deu a chegada dos primeiros Hare Krishna ao estado, vindos de São Paulo. Entre 1974 e 1977 tem-se um período de recesso do movimento na região e, em 1978, com o fortalecimento da ISKCON no Brasil, é instituído seu primeiro templo oficial na cidade do Recife. O período de 1978 até 1984 foi o apogeu do movimento no Recife visto que o templo se fortaleceu e se tornou um dos mais importantes do Brasil devido ao trabalho de distribuição de livros desenvolvido pelos seus pregadores. Faremos a seguir uma rápida análise sobre cada um desses períodos para se ter uma compreensão histórica do movimento em Pernambuco.

2.1 Os pioneiros (1973-1974)

Ao chegarem ao Brasil, os estadunidenses que trouxeram o Hare Krishna ao país se dividiram entre algumas cidades que consideraram importantes para as suas pregações - São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador - migrando sozinhos ou em casais. Os primeiros devotos de Krishna chegaram ao Recife depois de uma longa viagem que partiu de São Paulo quando o grupo desistiu da iniciativa naquela cidade e decidiu partir para o Nordeste (CARVALHO, 2018a).

A escolha dessas cidades e as atividades desse período dos pioneiros é um pouco incerta pela falta de documentos produzidos nesse período. A pregação desses devotos de Krishna no Brasil foi desenvolvida, a princípio, de maneira informal, à semelhança de como Prabhupada iniciou o seu movimento em Nova Iorque. Havia uma forte crença de que cantar Hare Krishna simplesmente faria as coisas acontecerem:

A expansão do Movimento Hare Krishna pelo mundo ocidental não se fez através de um plano estratégico de avanços que evidenciasse uma política

elaborada e centralizada. Assim como em muitos outros países, a ISKCON chegou ao Brasil através da ação de jovens isolados que começaram a se interessar pelo que falava Prabhupada. [...] Interessados na abertura de novos templos e na conquista de novos devotos pelo mundo inteiro, não estabeleciam, porém, prioridade de ação. Os templos foram sendo abertos nos locais em que surgiam condições para tanto (GUERRIERO, 1989, p. 87).

Essa espontaneidade foi a marca do período dos pioneiros no Brasil. No final de 1973, vieram para o Recife os estadunidenses Brishni Dasa⁵, sua esposa Janeth e os três primeiros convertidos de São Paulo, Cícero, Fernando e Lúcio. Este último, em um texto de memórias, descreveu que Brishni teria fechado o centro de pregação em São Paulo devido a divergências que ocorreu entre o seu líder imediato, Siddha Svarupa e a ISKCON (VALERA, [s.d.]). Assim, Brishni teria ido ao Recife, junto com seus primeiros convertidos, para se distanciar dos problemas envolvendo a instituição e continuar pregando.

Em Pernambuco, o grupo de devotos alugou uma “casa de praia” em Bairro Novo (Olinda) que deveria funcionar como templo. O *Diário de Pernambuco* a descreveria da seguinte maneira: “O local é acolhedor. Há gravuras presas nas paredes, pinturas e flores. O altar tem uma imagem de Krishna, deus [h]indu, e o incenso queimado cria um clima de misticismo que envolve as coisas e as pessoas” (JOVENS..., 1974).

Como em outros lugares onde o movimento Hare Krishna se desenvolveu, a base de pregação e sustentação econômica dos pregadores era a venda de incensos e distribuição de livros. A primeira reportagem sobre o Hare Krishna em Pernambuco descrevia: “Para sobreviver, eles vendem livretos sobre a religião, e não pedem, mas aceitam donativos. Quando não dá, fazem artesanato ou qualquer outro trabalho, adaptado às condições da religião” (HARE Krishna tem..., 1974). O *sankirtana* deveria ocorrer para que esses jovens missionários independentes pudessem sobreviver longe de suas famílias e sem ajuda da instituição.

⁵ Sempre que possível, coloquei aqui os “nomes espirituais” recebidos pelos membros da ISKCON após a sua iniciação espiritual já que essa era o nome social assumido pelos mesmos.

No entanto, se pudermos crer em outro relato de memória, concluímos que a situação para esses primeiros devotos nas terras de Joaquim Nabuco não foi fácil. Lúcio Valera descreve:

Minha primeira experiência [de ser prego pela polícia] foi no ano de 1974, quando, juntamente com os primeiros devotos estrangeiros que vieram pregar no Brasil, Brsni Dasa e sua esposa [...] fomos morar e pregar em Recife e Olinda, PE. Na ocasião, por estarmos executando *kirtana* [canto de mantras em público] e vendendo um livreto (*Uma Amostra da Verdade Absoluta*) nas ruas de Recife, fomos presos por algumas horas no DOPS de Recife, dividindo a cela com os assim chamados subversivos, sendo soltos com advertência de não continuar nossas atividades em público. Por isso, tivemos de transformar o templo de Olinda em uma lanchonete vegetariana, para nos manter e poder pregar (O MOVIMENTO..., 2019).

As principais práticas de difusão Hare Krishna - o cantar de mantras e as pregações nas ruas com vendas de artigos religiosos - teriam sido verbalmente proibidas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tornando difícil, senão, impossível, o sucesso daquela missão, sobretudo, pela falta de uma remuneração financeira que viesse a dar suporte a esses missionários⁶.

Apesar de não possuímos uma “fonte primária” sobre a narrativa descrita acima que viesse a atestá-la, um papel – verdadeiro fetiche do historiador (CERTEAU, 2008) – o que podemos confirmar é que, de fato, um “restaurante místico” foi aberto pelo grupo na casa de Bairro Novo pelo grupo de devotos de Krishna, como nos informa o *Diário de Pernambuco* (JOVENS..., 1974). Sem a possibilidade de conseguir o sustento através do *sankirtana* (como era comum em todas as iniciativas Hare Krishna), é possível que o desenvolvimento de um pequeno restaurante tenha sido uma tentativa de salvar a empreitada missionária. O líder do grupo se dirigia aos leitores do periódico: “Brsin (sic) convida a todos para visitá-los, ‘a fim

⁶ Apesar de termos realizado pesquisas no acervo do DOPS/PE no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) não pudemos encontrar documentos sobre este ou outros possíveis casos de detenção ou investigação sobre membros do movimento Hare Krishna em Pernambuco. No entanto, uma série de investigações em nível nacional seriam deflagradas em 1977 partindo de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, como veremos mais adiante.

de comerem o bom alimento do Oriente’, e informa que possuem impressos à disposição de todos que quiserem comprá-los. ‘Também podemos discutir com todos a respeito das ideias de Krishna’ – finalizou” (Ibidem). O restaurante vegetariano, talvez, um dos primeiros do gênero na cidade (e o primeiro restaurante Hare Krishna do Brasil) chamava-se *Sunshine Health Foods*. Ele representaria, segundo a reportagem, “uma nova tendência de consumo de cunho religioso importada da Índia para os Estados Unidos e de lá para o resto do mundo”.

Todavia, devido ao movimento de dissidência que se deu entre Sidha Svarupa, o líder dos devotos estadunidenses pioneiros no Brasil, e a administração da ISKCON, em meados de 1974, o grupo de estrangeiros foi embora do país. O templo-restaurante de Olinda foi fechado e os paulistas voltaram para seus lugares de origem. O mesmo ocorreu com os espaços de pregação que havia no Rio e em Salvador (CARVALHO, 2018a, p. 86-88). Os primeiros adeptos brasileiros do movimento Hare Krishna teriam ficado “órfãos”, sem conexão com o movimento internacional, iniciando um período de lacuna ou “recesso” da religião em Pernambuco.

2.2 O período de recesso (1974-1977)

O período de recesso do Hare Krishna em Pernambuco foi de poucas atividades e, também, de poucos registros, fazendo com que seja ainda mais difícil escrever sobre a religião no Pernambuco daquele momento. No entanto, esse foi justamente o período em que a ISKCON foi instituída oficialmente no Brasil, a partir da região Sudeste e de lá partiu para as demais regiões do país. Faremos um breve relato sobre esse período.

Após a saída dos pioneiros, os poucos simpatizantes locais ficaram sem contato com o movimento Hare Krishna. A pedido de adeptos brasileiros de Salvador, a ISKCON enviou para o Brasil, entre 1974 e 1975, os líderes que instituíram oficialmente a ISKCON no Brasil. Em 1975, o primeiro templo da ISKCON do Brasil foi instituído e para lá migraram boa

parte dos devotos que estavam espalhados pelas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife⁷.

Em 1975 havia, no país, somente o templo de São Paulo (sede da ISKCON do Brasil) e uma comunidade rural em Petrópolis-RJ. No entanto, diversos missionários partiam da capital paulista para pregar em outras regiões. Uma outra reportagem do *Diário de Pernambuco* registrou um desses momentos de pregação em Recife:

“Comer, dormir, fazer sexo e se defender são as únicas preocupações dos homens. Nós estamos propagando uma filosofia espiritual, para que todos se sintam melhor e saibam de onde viemos, como vivemos e o que seremos”. Estas são algumas palavras mais pronunciadas por cinco rapazes que, de cabeças raspadas à semelhança dos mongóis e usando roupões, se espalham pelos quatro cantos do Recife para explicar em que consiste a filosofia do Guru Genuíno A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada (RAPAZES..., 1975, p. 5).

Apesar desses cinco rapazes se esforçarem para ser onipresentes e ocupar os “quatro cantos” do Recife, o movimento passaria mais alguns anos sem um templo da ISKCON na cidade. Esse só seria possível alguns anos mais tarde quando a cidade de Recife entrou no mapa dos interesses da instituição religiosa que, em fins de 1977, já possuía templos em outras grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. De acordo com os estatutos da ISKCON, o templo de São Paulo seria a sede da instituição e todos os outros templos abertos no país seriam suas filiais. Esta disposição servia para manter uma centralização administrativa a partir da diretoria constituída pela sede e, assim, todos os novos templos seriam formados a partir de suas determinações.

O ano de 1977 seria de proporções significativas para o movimento Hare Krishna no Brasil. Uma série de escândalos se desenrolaram na mídia (televisão, rádio e imprensa) a respeito da conversão de jovens menores de 18 anos ao movimento, sobretudo, no Rio de Janeiro. Essa questão fez com que diversas investigações policiais e processos chegassem ao âmbito

⁷ Isso pode ser atestado pela ata de fundação da ISKCON no Brasil (ACERVO ISKCON N/NE, 1975).

do Ministério da Justiça como, por exemplo, a seguinte recomendação da Polícia Federal para coibir as ações do movimento Hare Krishna no Brasil:

As Superintendências Regionais do DPF [Departamento de Polícia Federal] no Rio de Janeiro e São Paulo e a SSP/RJ [Secretaria de Segurança Pública] realizaram investigações em torno da seita, tendo todas elas concluído pela inconveniência do seu funcionamento no Brasil, uma vez que os princípios e os interesses da mesma são incompatíveis com a cultura do nosso povo, além de atentarem contra a moral e os bons costumes (ARQUIVO NACIONAL, 1977a, f. 34).

Podemos refletir com base nesses documentos confidenciais do Ministério da Justiça que órgãos de segurança pública e inteligência demonstraram real preocupação com os “danos sociais” que o movimento Hare Krishna poderia causar à “família brasileira”, à “moral e os bons costumes” e aos “valores” da sociedade e cultura brasileira. Isso nos indica que, não era somente os partidos políticos, os adeptos da contracultura, os artistas e intelectuais que incomodaram e foram alvo dos membros dos órgãos de repressão da ditadura. Mesmo um movimento religioso de cunho moral e sexual bastante conservadora como o Hare Krishna causou reações moralizantes por parte dos órgãos de repressão⁸.

Como não havia ainda um templo da ISKCON em Pernambuco, o fato passou despercebido da imprensa local. No entanto, essa questão teve ampla cobertura da mídia em diversos veículos, tais como a revista *Manchete*, os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* e programas de televisão como o *Fantástico* que teriam dado uma cobertura negativa do movimento. No entanto, esses veículos também deram uma visibilidade nacional que a religião ainda não tinha tido. Apesar da repercussão e dos diversos inquéritos de investigação policial instaurados, por falta de provas ou contravenções penais, os inquéritos foram arquivados anos depois⁹.

⁸ Um documento do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE/RJ) objetivava “estudar quais os reais intentos da seita religiosa ‘HARE KRSNA’”, posto que ela parecia estar “interferindo nos padrões formadores da Família Brasileira” (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 309).

⁹ Esse é o tema de um artigo que será publicado no segundo semestre deste ano (cf. CARVALHO, 2020).

Em novembro de 1977, um outro fato ocorrido na Índia viria a estimular ainda mais a capacidade missionária dos membros da ISKCON. A morte de seu fundador, Prabhupada, faria com que seus seguidores fossem convocados a dar continuidade à obra do mestre, fazendo com que a atividade missionária fosse intensificada¹⁰. Nesse contexto, veremos a seguir como se deu o desenvolvimento do primeiro templo Hare Krishna de Recife.

2.3 O templo do Recife e os “anos dourados” do sankirtana¹¹ (1978-1984)

Assim, já no início de janeiro de 1978 eram iniciadas as atividades de monges que vieram para o Recife com a finalidade específica de abrir o templo oficial da ISKCON¹². Uma carta assinada pelo diretor da ISKCON no Recife, Antônio Sergio Lisboa Ribeiro (Jagad Vichitra Dasa), endereçado ao “Ilmo. Sr. Dr. Delegado da Delegacia de Costumes”, tinha o objetivo de comunicar a abertura do templo na cidade do Recife na Rua Engenheiro Leonardo Arco Verde, 211 no bairro da Madalena. Ele declarava que a ISKCON se tratava de uma “instituição religiosa, filosófica e de caráter cultural”.

Nessa carta endereçada à delegacia, o diretor do templo revelaria o seu intento, requerendo à “V.Sa. que se digne conceder-lhe uma Certidão de regularidade de funcionamento” para registrar a sua Sociedade naquela cidade. Como “filial” da sede da ISKCON do Brasil formalmente registrada em São Paulo desde 1975, o diretor do templo não precisaria de uma certidão de regularidade da Delegacia de Costumes, bastava um registro em

¹⁰ Rochford Junior (1985) comenta que os anos de 1977 e 1978 formam o período de maior quantidade de livros distribuídos pelos membros da ISKCON nos EUA.

¹¹ O termo “anos dourados” utilizados aqui é uma alusão à crença *vaishnava gaudiya* de que Chaitanya, tido como a encarnação “dourada” da divindade, teria inaugurado uma época “dourada” de avivamento espiritual que perduraria por dez mil anos ao difundir o seu movimento de *sankirtana* no século XVI.

¹² Uma publicação contida em um site da ISKCON Recife diz que o templo foi estabelecido por Jagad Vichitra Dasa, Purusha Purana Dasa e Yagni Dasa, por orientação de Hridayananda Das Goswami (líder administrativo para a América Latina), em 7 de janeiro de 1978, com inauguração durante uma festividade religiosa em 24 de março de 1978 (HARE Krishna Recife, [s.d.]).

cartório. No entanto, essa atitude - que parece uma medida de prevenção do diretor do templo Hare Krishna recém-aberto em Pernambuco - revela algumas das “maneiras de fazer” ou “táticas” que membros de uma instituição ainda por fazer-se, que não possuía ainda um “lugar” - poderiam adotar diante das estratégias ou dos poderes que permitiam, proibiam e reprimiam as práticas no período¹³.

Talvez fosse pelo temor ou precaução para com a repressão policial que o movimento poderia sofrer que autorizações como essa fossem almeçadas, para certificar que o Hare Krishna não fosse um “caso de polícia”. Para tanto, o Hare Krishna, além de legalmente instituído, precisaria passar uma ideia de que não seria contrário às leis do país e, sobretudo, as forças ideológicas que regiam o governo ditatorial. O artigo 9º de seus Estatutos de 1978, determinava que seus membros teriam como “deveres e proibições”:

- c) Levar, dentro e fora do templo, vida e conduta irrepreensíveis;
- d) Respeitar e observar as leis do país;
- e) Observar e acatar as ordens das Autoridades constituídas;
- f) Não promover, sob qualquer pretexto, manifestações políticas ou ideológicas contrárias às tradições democráticas do país, sob pena de expulsão imediata da Sociedade e de ser denunciado às Autoridades competentes;
- g) Comunicar à Administração, logo que tenha justa e procedente suspeita, a existência de qualquer membro que se infiltre na Sociedade com o propósito de exercer as atividades previstas no item anterior ou que por qualquer modo, atente contra a Segurança Nacional, para que, verificada a procedência e veracidade da denúncia, a Administração possa comunicar o fato às autoridades competentes (ACERVO ISKCON N/NE, 1978).

¹³ Utilizamos o conceito de táticas segundo Michel de Certeau (2012) para quem as táticas seriam ações adotadas pelos “fracos”, por aqueles que não dispõem de um “lugar” de poder ou de discurso diante dos lugares estabelecidos “estratégica” ou hegemonicamente. Em nossos estudos, analisando como diversas mídias (ou os aparatos policiais) lidavam com pequenos movimentos religiosos, como o Hare Krishna, percebemos que isso fazia com que seus membros fabricassem formas de atuação “táticas” já que não dispunham de uma estrutura institucional consolidada o bastante para enfrentar os ataques que sofriam dos grupos sociais contrários, através de um “lugar” que pudesse se contrapor (como um jornal de grande circulação capaz de combater as imagens negativas produzidas pela mídia, por exemplo).

Essa disposição revela uma grande preocupação da liderança da ISKCON no Brasil de que sua instituição ou seus membros não fossem identificados pela população ou pelo Estado como contrários ao regime político instaurado no país naquele período. Parece salutar que esse tipo de receio ocorresse justamente na época em que o autoritarismo e o medo ainda rondavam fortemente a esfera política e social no Brasil. Em 1980, esses “deveres e proibições” quanto à conduta com ideologias políticas já não mais apareceriam nos estatutos da instituição (ACERVO BBT BRASIL, 1980).

Em fins de 1978, o endereço do templo já havia mudado da Rua Arco Verde para a Rua Napoleão Laureano, no mesmo bairro da Madalena. Esse primeiro ano de templo já teria rendido seus frutos: segundo teria dito o seu diretor a uma reportagem do *Diário*, no templo de Recife haveria nove monges internos e, no Brasil, 300, além de dois mil simpatizantes (provavelmente um número superestimado) (MONGES..., 1978). Nesse mesmo período, o templo do Recife recebeu a visita do estadunidense Hridaya-nanda Dasa Goswami líder do movimento na América Latina, que teria a missão de “dar mais entusiasmo” aos membros locais da ISKCON. Ele teria permanecido ali por cerca de vinte dias, onde teria dado conferências todas as noites no templo e no dia oito de janeiro de 1979, o guru se encontraria com o arcebispo Dom Hélder Câmara no Palácio dos Mangueiros (GURU..., 1978). A conversa entre os dois líderes religiosos foi publicada anos mais tarde em uma revista do movimento¹⁴.

A partir do final de 1979, o projeto missionário do templo da ISKCON no Recife parece ter se consolidado e o templo mudou de endereço. De uma casa singela, passou para um grande sobrado em um dos locais mais nobres da cidade. O endereço ficava na Avenida 17 de Agosto, 257, no

¹⁴ No texto da transcrição da conversa, Dom Hélder se mostrou bastante solícito e aberto ao diálogo inter-religioso com o líder Hare Krishna enquanto que esse último, devido ao teor negativo das reportagens da mídia do período, parecia estar mais preocupado em provar que a sua religião era fidedigna. E devido ao teor progressista do católico em relação nos assuntos sociais, o americano buscava argumentar, por outro lado, como o socialismo era “demoníaco”.

bairro de Parnamirim¹⁵. Em uma edição de domingo, Paulo Craveiro (1980), colunista do *Diário*, estamparia em uma manchete de letras grandes: “Hare Krishna já tem 20 monges em Recife”. Na mesma edição, o jornal trazia uma reportagem com dois terços de página sobre o movimento no Recife, mostrando o funcionamento do templo e a rotina dos devotos no casarão (D’OLIVEIRA, 1980).

O templo Hare Krishna do Recife ficaria no sobrado da Avenida 17 de Agosto até 1984, quando teria mudado para outro endereço, na Avenida Parnamirim, 329, no bairro de mesmo nome, ficando ali durante o ano de 1984. Não tivemos informações sobre os motivos que teriam levado os membros da ISKCON a mudarem do endereço da Avenida 17 de Agosto. Mas o alto valor do aluguel de uma casa como essa, localizado em uma área nobre da cidade, pode ter dificultado a permanência no imóvel.

A presença do movimento em um espaço como esse, durante quatro anos, além de evidenciar o crescimento econômico que adveio do período áureo da distribuição de livros no Recife (como veremos mais adiante), nos mostra que esses membros locais do movimento tinham a intenção de se tornar presentes e influentes como uma denominação religiosa na cidade. Para uma instituição que não dispunha de recursos financeiros outros, a não ser o levantado por seus próprios membros com distribuição de livros, a permanência em um imóvel como aquele parece indicar um relativo sucesso no período.

Após 1984, o movimento Hare Krishna em Pernambuco passou a se concentrar no projeto de aquisição e estabelecimento de uma comunidade rural para abrigar as famílias de devotos, com templo, escola e agricultura. Esse projeto tornou-se possível através de uma campanha de distribuição de livros em todo o Nordeste.

Como a prática do *sankirtana* é central para se compreender o movimento Hare Krishna e sua interação com a sociedade, faremos adiante um esforço para observar mais de perto como se dava o trabalho missionário

¹⁵ Hoje, no local onde existia o sobrado, foi construída a sede da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons).

dos membros do Hare Krishna nas ruas do Recife entre os anos 1970 e 1980, através das lentes do *Diário de Pernambuco* e quais seriam as possíveis reações dos seus interlocutores.

3. Os Hare Krishna nas ruas do recife

O templo da 17 de Agosto era um dos maiores da ISKCON do Brasil no período e pôde abrigar uma intensa vida missionária focada na distribuição massiva de livros religiosos. Prabhupada via nessa atividade uma grande fonte de difusão espiritual e a principal forma de expandir seu movimento. Os livros, pelo seu conteúdo espiritual, estariam salvando as pessoas da vida “materialista”¹⁶. E, além disso, como vimos, essa era também uma fonte de manutenção econômica dos monges, templos e da própria expansão do movimento em si. Assim, o *sankirtana* foi uma das principais atividades dos Hare Krishna nesse período, fazendo com que seus monges e monjas passassem várias horas por dia distribuindo livros e vendendo incensos nas ruas do Recife.

Havia competições e “maratonas” de distribuição de livros para intensificar a atividades entre os “sankirtaneiros”, com premiações para os mais bem colocados, além de grande prestígio social entre seus pares. Uma revista de circulação interna, a *Carta de Sankirtana*, fazia a contagem de pontos e livros vendidos, dando evidência aos devotos e templos mais bem-sucedidos na prática. E justamente nesse período que chamamos de “anos dourados”, o templo do Recife foi um dos maiores distribuidores de livros da ISKCON no Brasil.

Segundo as edições da *Carta de Sankirtana*, uma devota do templo do Recife chamada Mantra Murti Devi Dasi foi a maior distribuidora anual de livros da ISKCON no país em 1980, 1981 e 1982, ficando em segundo

¹⁶ Um texto do líder da editora do movimento, a BBT (Bhaktivedanta Book Trust) ilustra bem esse incentivo dado ao *sankirtana* por parte dos líderes do movimento: “Inundem o mundo inteiro com esta pregação! Vamos fazer todos se tornarem *vaishnavas!*” Esta é uma das inúmeras frases de [...] Prabhupada enfatizando a distribuição de livros. Realmente, não há pregação mais efetiva do que esta distribuição de livros. É para o bem de toda a humanidade. Se as pessoas lerem pelo menos uma página destes livros, o benefício será eterno” (DAS, 1981).

lugar em 1983. Entre os anos de 1981 e 1984, teriam sido distribuídos pelos membros do templo de Recife 339.777 livros e revistas, somente durante a “Maratona de *Sankirtana*” que ocorria em dezembro (CARVALHO, 2018a, p. 115-119).

Os devotos faziam suas pregações nas movimentadas calçadas do centro do Recife, local predileto para aqueles que queriam chamar a atenção dos transeuntes e conseguir doações. Havia uma intensa dedicação ao *sankirtana* e a prática era vista com desconfiança pelos jornais da cidade, desde os seus primeiros momentos: “Repetindo sempre as mesmas palavras usada[s] por todas as seitas ainda pouco conhecidas, os denominados “Gurus” tumultuaram, ontem à tarde, a Avenida Dantas Barreto, Guaraupes, Ruas Nova e Duque de Caxias [...]”. (RAPAZES..., 1975, p. 5).

O “tumulto” causado pelas práticas religiosas Hare Krishna era a maneira que esses desconhecidos religiosos usavam para difundir o seu movimento. Se pudermos crer na descrição de algumas reportagens, poderíamos entender que uma dessas táticas usadas na pregação e na distribuição de livros consistia em ir para a rua, escolher um lugar de grande circulação de pessoas, cantar o mantra Hare Krishna acompanhado de instrumentos musicais até que, motivados pela curiosidade, os transeuntes formassem uma roda em torno dos “estranhos”, onde havia uma interação entre público e *performers*, como em um teatro mam-bembe:

“Que danado é isso?”, “Êta, bando de malandros”, “Olha aqueles doidos”, exclamaram algumas pessoas ao verem dois adeptos do Hare Kristna (sic), com roupas típicas, e cabeças raspadas com apenas um rabinho cantando na Rua da Palma “Hare Hare, Mare (sic) Krishna, Hare Hare Krishna”.

Num instante, os curiosos formaram uma roda em torno dos dois religiosos para ouvi-los. Decorridos após alguns minutos, eles pararam com a música e um deles se dirigiu aos espectadores: “Vou distribuir com vocês um belíssimo convite muito expressivo para comparecerem às conferências sobre a cultura oriental na nossa escola. Este convite dá direito a um grande jantar vegetariano e a um grande teatro que vamos aprontar”.

[...] Quando o “missionário” tirou de sua sacola um livro para meditação, dizendo que todos deviam lê-lo para se aprofundar naquela grandiosíssima

cultura, acrescentando que o livro “custa apenas” “cinco cruzeirinhos”, a roda foi logo desfeita.

“Mas são apenas cinco cruzeirinhos, o que vale 5 cruzeirinhos?, Nada. Por cinco cruzeirinhos todos vocês poderão adquirir esta obra”, insistia, mas ninguém lhe dava ouvidos (RUAS..., 1978).

Atuando como “caçadores-coletores” dos tempos modernos (CERTEAU, 2012), esses desconhecidos e estranhos devotos de Krishna procuravam através de suas performances conquistar pelo carisma alguns possíveis simpatizantes ou, ao menos, uma contribuição destes. No entanto, xingamentos (“malandros”, “doidos”) faziam parte da interação com o público do qual os religiosos poderiam esperar de tudo, desde um futuro convertido até um xingamento ou possível agressão. Por isso, eles poderiam estar preparados para desaparecer na multidão:

Admirados por alguns populares, que boquiabertos ouvem as palavras ‘divinas’ e xingados por outros, que não querem saber ao certo o que significa tudo aquilo, os gurus criticam tudo quanto é material e de repente desaparecem no meio da multidão, para não responderem as perguntas formuladas por aqueles que os ouvem (RAPAZES..., 1975).

Na teatralização que as práticas religiosas poderiam assumir através da distribuição de livros, da pregação, do canto e dança nos espaços públicos das cidades, a interação dos Hare Krishna com os transeuntes poderia se tornar um misto de curiosidade, espanto, “estranhamentos e encantos”¹⁷. Os religiosos poderiam proferir palavras “divinas”, apelando para a curiosidade sobre os mistérios do mundo espiritual ou, por vezes, alfinetar seus ouvintes com “condenações” sobre o estilo de vida moderno ou críticas a “tudo quanto é material”.

Citando constantemente palavras e mantras em sânscrito, as pregações dos devotos de Krishna poderiam soar como uma incógnita para a maior parte da população pernambucana de baixa escolaridade. O

¹⁷ Esse foi o tema de um artigo em que analisamos esse processo do movimento Hare Krishna na cidade de Caruaru (CARVALHO, 2017). Pudemos perceber que na interação entre membros do movimento e da sociedade caruaruense, as relações de alteridade passavam por um misto de estranhamento, curiosidade, repulsa e encanto.

entendimento das pregações pela população poderia ser difícil, mas, poderia se tornar assimilável em algum nível pela observação dos gestos, das condutas, da acentuação ou silêncio da voz, enfim, pelo contexto geral da performance. Os mais impacientes ou resilientes poderiam não se deixar atrair pela cena, xingando ou reagindo de alguma forma que mostrasse sua desaprovação, fazendo-nos crer que a performance Hare Krishna realmente parecia mexer de diversas formas com seu público.

A atuação desses devotos no espaço público do Recife certamente atraía a atenção das pessoas, mas também encontraria concorrentes na busca pela “clientela”:

Ontem à tarde, uma multidão formava-se em torno de quatro rapazes [...]. Poucos compraram o livro que estava sendo posto à venda, “*Elevação à consciência de Krishna*”, que falava da luta pela felicidade, da energia e de uma sociedade pacífica.

[...] Ao som de instrumentos orientais como as cártalas e mirdangas, a pregação dos rapazes aparentava-se mais a um espetáculo teatral, exoticamente inserido na paisagem caótica do centro da cidade. Entre vendedores de ervas, camelôs oferecendo desde brinquedos de plástico às últimas novidades da moda lançadas pelas novelas de televisão, mendigos pivetes e apressados e responsáveis assalariados, os estranhos rapazes procuravam esclarecer os ouvintes [...] (PRACINHA..., 1981).

Essa disputa por “clientes” no espaço público seria uma concorrência entre pequenos: de um lado, os “camelôs”, vendedores ambulantes e os trabalhadores informais e, de outro, os distribuidores de livros; os vendedores com seus motes, ofertas e anúncios chamativos; e os Hare Krishna com seus mantras e estética chamativa. Ambos os grupos dispunham apenas das táticas retóricas como armas para atingir sua clientela.

O Recife das décadas de 1970 a 1980 era uma cidade populosa, um dos maiores centros urbanos do país. Todavia, possuía sérios problemas decorrentes da desigualdade social, de questões de saneamento básico e de organização urbana. Frequentemente os jornais noticiavam a situação caótica em que vivia o centro da cidade, que seria definido como “a síntese

da miséria” (GUIMARÃES, 1985)¹⁸. A onipresença dos camelôs com suas diversas bugigangas baratas, os gritos para atrair compradores e a sujeira que a atividade promovia nas ruas causava uma grande insatisfação por parte dos lojistas ou dos cidadãos mais exigentes.

Recife era uma cidade-feira, cidade-ambulante, “cidade loteada” pelo comércio informal era o espaço de uma “guerra urbana”¹⁹ que se daria pela busca de espaços físicos e pela sobrevivência diária daqueles desprovidos de um lugar. E ainda teria os membros do movimento Hare Krishna como personagens ativos dessa paisagem, despertando a atenção dos populares, transeuntes e dos jornais: “As ruas de lazer recifenses vêm assumindo características próprias de uma feira onde se vende de tudo, desde frutas e, bijuterias até santinhos e livros de seitas e religiões. É o local preferido daqueles que tentam ‘converter’ as pessoas a determinadas religiões, como o Hare Krishna” (RUAS..., 1978).

As ruas, como “habitat natural” dos “sankirtaneiros”, foram palco das interações entre as práticas religiosas Hare Krishna e o público pernambucano. Muitos dos futuros convertidos ao movimento surgiam desse primeiro contato. Os livros também eram um meio de conquistar novos adeptos, levando a mensagem do guru Prabhupada aos novos leitores que, ao se identificarem com aquele conteúdo, passavam a frequentar os templos.

Como membros “onipresentes” das ruas do centro do Recife, em busca de conquistar os “materialistas” ou, ao menos, as doações destes, os Hare Krishna se tornaram partes integrantes da paisagem urbana da cidade, até meados dos anos 1990, quando a ISKCON no Brasil entrou em declínio e passou por crises financeiras e institucionais, levando a uma desaceleração do movimento Hare Krishna no Brasil e uma mudança de paradigmas que ainda encontra-se em curso os dias de hoje.

¹⁸ A situação de miserabilidade da região metropolitana do Recife seria, por vezes, palco de casos extremos, onde “espetáculos” dantescos como a luta por achar comida entre seres humanos e urubus em amontoados de lixo, poderiam ocorrer (cf. POBRES..., 1985). Esse cenário de grandes contradições seria exposto na década seguinte pelas letras imortalizadas de Chico Science.

¹⁹ Os termos entre aspas foram palavras ditas em manchetes de reportagens que buscavam descrever o cotidiano na cidade do Recife (cf. FREJ, 1984; GUERRA..., 1984).

Considerações finais

Em 1973 os primeiros Hare Krishna chegavam timidamente em terras pernambucanas visando o plantio de uma semente que só iria dar frutos no final daquela década. No início dos anos 1980, a ISKCON possuía como templo um elegante sobrado no bairro nobre de Parnamirim e dezenas de monges indo às ruas rotineiramente distribuir milhares de livros que continham a mensagem espiritual do guru Prabhupada. O período de 1979 a 1984, além de marcar o apogeu do Hare Krishna em Recife, foi também um período de polêmicas na mídia que, via-de-regra, tratava este e outros movimentos religiosos como “seitas”, evidenciando que elas seriam uma “ameaça” à juventude²⁰.

Em nosso trabalho anterior (CARVALHO, 2018a, p. 104-110), percebemos que ao final desse período “dourado” do Hare Krishna em Recife, a administração passou a priorizar um outro empreendimento que foi a constituição de uma comunidade rural que abrigaria a sede da ISKCON para o Norte e Nordeste do Brasil, inaugurada em Caruaru em 1987. A partir desse período, até final dos anos 1990, a força do movimento Hare Krishna em Pernambuco estaria mais concentrada na comunidade caruaruense, chamada de Fazenda Nova Vraja Dhama, para onde migraram muitos dos antigos monges e membros do templo de Recife. O templo do Recife teria tido uma importância secundária em Pernambuco até os anos 2000 quando a situação se inverteu, a comunidade rural foi temporariamente fechada e o templo do Recife voltou a ser o único no estado.

Analisando as reportagens sobre o movimento Hare Krishna nas ruas do Recife, pudemos perceber que a imprensa buscou mostrar, em boa parte das reportagens, um viés negativo da religião, evidenciando possíveis inadequações culturais entre os religiosos e as pessoas da cidade. No entanto, o crescimento e a permanência da ISKCON em Pernambuco e seu posterior status de sede da instituição no Norte Nordeste atestam que as

²⁰ Esse foi o tema de outro artigo (CARVALHO, 2018b)

representações negativas feitas pela mídia não tiveram a capacidade de determinar de influenciar a todos visto que o Hare Krishna foi adotado como religião por diversos indivíduos no estado, entre líderes, monges, adeptos comuns ou simplesmente simpatizantes.

O movimento Hare Krishna possui poucos estudos no Brasil. E o presente capítulo é uma singela contribuição que pode esclarecer melhor a diversidade e complexidade do campo religioso brasileiro.

Referências

ANDRADE, Solange Ramos. História das religiões e religiosidades: uma breve introdução. In: Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.); **(Re)conhecendo o sagrado**: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religião e religiosidade, 2013. São Paulo: Fonte Editorial.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRYANT, Edwin F.; EKSTRAND, Maria L. Introduction. **The Hare Krishna Movement: The postcharismatic fate of a religious transplant**. p.1-10, 2004. New York: Columbia Univ. Press.

CARVALHO, Leon Adan Gutierrez de. **Hare Krishna**: das origens do movimento à chegada e expansão no Brasil. São Paulo: Terceira Via, 2018a.

CARVALHO, Leon Adan Gutierrez de. O “problema das seitas” e os periódicos: uma análise das representações sobre o movimento Hare Krishna nos jornais (1974-1984). **Cadernos de História**, v. 19, n. 31, p. 213-233, 2018b. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/14657>>. Acesso em: 24/6/2020.

CARVALHO, Leon Adan Gutierrez de. Representações, memórias e subjetividades: um estudo sobre a história do movimento Hare Krishna em Caruaru (1986-1996). **Semina**, v. 16, n. 1, p. 155-169, 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/download/7554/4478>>. Acesso em: 20/1/2018.

CARVALHO, Leon Adan Gutierrez de. O movimento Hare Krishna nos tempos da Ditadura. **Labirinto**, v. 32, jul./dez. 2020, ISSN 1519-6674 (no prelo).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUERRIERO, Silas. **O movimento Hare Krishna no Brasil: a comunidade religiosa de Nova Gokula**, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Paulo: PUC-SP.

ROCHFORD JUNIOR, E. Burke. **Hare Krishna in America**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1985.

SILVA, Eliane Moura. Apresentação. In: E. M. Silva; H. Renders; L. S. Campos (Orgs.); **O estudo das religiões: entre a história, a cultura e a comunicação**. p.7-17, 2014. São Bernardo do Campo: Metodista.

VALERA, Lúcio. **A mística devocional (Bhakti) como experiência estética (rasa): um estudo do Bhakti-Rasāmṛta-Sindhu de Rūpa Gosvāmī**, 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

VALERA, Lúcio. História e memória dos primeiros anos do movimento Hare Krishna no Brasil. In: CARVALHO, Leon A. G; VALERA, Lúcio (Org.). **O movimento Hare Krishna: estudos em perspectiva**. [s.d.].

Fontes

ACERVO ISKCON N/NE (Caruaru-PE). **Ata de Constituição da “Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna ISKCON do Brasil”**. São Paulo, 28 fev. 1975, 2fls.

ACERVO ISKCON N/NE (Caruaru-PE). **Carta de Antônio Sergio Lisboa Ribeiro ao Ilmo. Sr. Dr. Delegado da Delegacia de Costumes do Recife**. Recife, 11 mar. 1978.

ACERVO BBT BRASIL (Pindamonhangaba-SP). **Estatutos da Sociedade Internacional para Consciência de Krishna do Brasil – ISKCON, com alterações e redação das pela oitava Assembleia Geral Extraordinária**. São Paulo (?), 17 jan. 1980.

ACERVO BBT BRASIL (Pindamonhangaba-SP). **Novos Estatutos da Sociedade Internacional para Consciência de Krishna do Brasil – ISKCON**. São Paulo (?), 16 set. 1977, f. 4.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça. Ofício n. 0231/77 – CCP/DPF enviado por Moacyr Coelho (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal) ao Ministro da Justiça Armando Falcão. Brasília, 25 ago. 1977a. Notação BR RJANRIO.TT.o.JUS.PRO.305, p. 33-34.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça. Expediente encaminhado ao Diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Estado do Rio de Janeiro por Roberto Moreira Bastos (Delegado de Polícia da Divisão de Análise do DGIE). 31 mar. 1977b. Notação BR RJANRIO.TT.o.JUS.PRO.305, p. 309.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. Hare Krishna já tem 20 monges no Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 30 abr. 1980.

DAS, Isvara. Carta. **Carta de Sankirtana**. São Paulo, n. 12, 22-28 jun. 1981.

D'OLIVEIRA, Fernanda. Entre cânticos e preces os polêmicos Hare Krsna querem uma sociedade melhor. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 abr. 1980. Viver, p. C-1.

ESTUDANTES querem que JBF volte ao Planalto em 1986. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 nov. 1982. Visita de Figueiredo, p. A-6.

FREJ, Nino. Cidade loteada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 1984. Opinião, p. A-10.

GUERRA urbana. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 out. 1984. Cidade, A-9, p. A-9.

GUIMARÃES, Ana. Centro do Recife: a síntese da miséria. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mar. 1985. Cidade, p. A-12.

GURU da seita Hare Krsna está no Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 dez. 1978. Local, p. A-6.

HARE Krishna Recife. **Sobre nós**. Histórico do Recife Mandir. Disponível em: <https://harekrishnarecife.webnode.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 20 jun. 2020.

HARE Krishna tem seu templo em Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 jan. 1974. Local, Segundo Caderno, p. 7.

JOVENS praticam ritos orientais e instalam restaurante místico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 jun. 1974. Reportagem, Primeiro Caderno, p. 5.

MONGES lamentam suicídio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 dez. 1978. Local, p. A-7.

ORGANIZANDO as bases da sociedade. **Cultura Védica**. São Paulo, nº 2, 1986.

PRACINHA: clamor profético aumenta com Hare Krishna. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 jan. 1981. Geral, p. A-7.

RUAS de lazer recifenses dão novo colorido à cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 jul. 1978. Local, p. A-5.

VALERA, Lúcio. **O movimento Hare Krishna no regime militar de 1964** [comentários]. 31 mar. 2019. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10216872402775964&id=1041415679. Acesso em: 20 jun. 2020.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org